

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

ARTHUR FERREIRA REIS

EMOÇÃO E PATRIOTISMO NOS JORNAIS DA INDEPENDÊNCIA (1821-1823)

VITÓRIA

2022

ARTHUR FERREIRA REIS

EMOÇÃO E PATRIOTISMO NOS JORNAIS DA INDEPENDÊNCIA (1821-1823)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Adriana Pereira Campos

Co-orientadora: Prof.^a Dra.^a Andrea Slemian

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R375e Reis, Arthur Ferreira, 1992-
Emoção e patriotismo nos jornais da independência (1821
1823) / Arthur Ferreira Reis. - 2022.
465 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.

Coorientadora: Andrea Slemian.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Imprensa. 2. Cultura Política. 3. Brasil - História - I Reinado, 1822-1831. 4. Humanidades Digitais. 5. Brasil - História - Independência, 1822. I. Campos, Adriana Pereira. II. Slemian, Andrea. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

ARTHUR FERREIRA REIS

EMOÇÃO E PATRIOTISMO NOS JORNAIS DA INDEPENDÊNCIA (1821-1823)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 18 de novembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra.^a Adriana Pereira Campos (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dra.^a Andrea Slemian (Co-orientadora)

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Membro externo)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta (Membro externo)

Universidade de São Paulo

Prof.^a Dra.^a Karulliny Silverol Siqueira (Membro Interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro Interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Recordemos, recordemos todo el tiempo. No olvidemos nada (...) Si nos espera el olvido, tratemos de no merecerlo. Y pensemos que después de todo, aunque la victoria final sea de los Amigos del Olvido, será un triunfo sin festejo.

Crónicas del Ángel Gris, Alejandro Dolina.

Aos meus heróis, Sandra e José,

Aos meus amores, Manu, Joyce e Teka,

Aos milhares de vítimas de COVID-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da minha carreira, sempre questioneei a utilização da primeira pessoa do plural em trabalhos acadêmicos. Não entendia o motivo de ter que atribuir a tarefa ao “nós” ao invés do “eu”, já que os infortúnios resultantes da pesquisa cabiam unicamente a mim. Por vezes pensei em afrontar essa tradição e falar “eu fiz”, “eu pesquisei”, “eu li”, dando voz ao, permitame exagerar um pouco nas palavras, arrobo rebelde e subversivo que crescia no meu coração. Como nunca fui um revolucionário, continuei escrevendo no plural.

Após mais de quatro anos de doutorado, uma pandemia, um presidente maluco e cruel e a perda de pessoas próximas decorrentes da pandemia de COVID-19, hoje entendo muito bem o porquê do “nós”. Pelo menos para mim, ele representa as pessoas que mesmo não escrevendo o trabalho diretamente, deram suporte intelectual, emocional e financeiro, viabilizando a pesquisa e a escrita desta tese. Ao fim de centenas de páginas, a sensação que tive é que o “eu” foi tão pequeno, que o melhor seria falar “eles”, pois foram vocês que me trouxeram até aqui. Claro que não lhes atribuo os equívocos e caminhos interpretativos trilhados, mas o sucesso em finalizar esta etapa de minha vida.

Compartilhando espaço entre o profissional e o pessoal, agradeço a meus amigos do trabalho. Durante três anos atuei na Escola Iracema Conceição Silva e lá tive a oportunidade de conhecer profissionais maravilhosos. Me considero um docente privilegiado, porque pude fazer de meus alunos meus amigos, que tornaram meus dias mais felizes e me ajudaram a refletir sobre minha prática docente. Da mesma forma, agradeço aos meus colegas da GECIQ da SEDU/ES que me receberam maravilhosamente bem, principalmente o Jorge e a Fernanda, que são amigos pessoais de longa data e agora se transformaram também em companheiros de trabalho.

No mundo acadêmico, fui agraciado por participar de diversos grupos de pesquisa e estudo. Na UFES, o Laboratório de História, Poder e Linguagens foi um espaço de aprendizagem e diversão no qual cada encontro é uma experiência diferente. Entre seus membros, agradeço principalmente à Karulliny por ter me ajudado há quase oito anos atrás a iniciar minha carreira na pós-graduação e à Kátia pelas valiosas sugestões no Seminário de Pesquisa. A partir de 2020, entrei de intrometido em outros grupos como o Circuitos Oceânicos e o Lab 18/19, pelos quais nutro grande gratidão pelas leituras e discussões. Falando em instituições, não posso esquecer da CAPES por financiar a pesquisa e dos funcionários da UFES e do PPGHIS por serem sempre solícitos e atenciosos. Agradeço também ao Maurício Santos Palazzuoli da

UNIFESP, que de bom grado e com muita paciência me ajudou a entender o funcionamento do *Iramuteq*, e ao Luiz Gustavo da UFOP, parceiro e amigo que ouviu minhas lamúrias e me apoiou quando meu estado de ânimo esteve abatido.

Ainda no mundo acadêmico, uma série de pesquisadores aos quais eu sempre admirei – e continuo admirando - foram extremamente solícitos e colaboraram com o desenvolvimento desse trabalho. No momento inicial da pesquisa, quando eu pretendia incluir os panfletos na pesquisa, os professores Marcello Basile, Lúcia Neves e José Murilo de Carvalho gentilmente disponibilizaram a obra *Guerra Literária* em formato digital antes que viesse à público. Da mesma forma, Marcelo Cheche Galves e Ariel Feldman compartilharam comigo jornais de seus arquivos pessoais, economizando tempo e recursos financeiros. Agradeço também aos professores Sebastião Pimentel Franco e João Paulo Garrido Pimenta por participarem da minha banca de qualificação. As sinceras, sérias, justas – e duras – críticas me fizeram refletir seriamente sobre a minha prática e reconduzir minha concentração à pesquisa. Agradeço antecipadamente aos demais membros da banca, que de bom grado dedicaram seu tempo e seu intelecto para me ajudar no desenvolvimento de minha carreira acadêmica.

Às professoras Adriana e Andrea faltam palavras para agradecer. Durante todo meu trajeto minha admiração e gratidão com vocês duas só aumentou. Obrigado pela infinita paciência, compreensão, sabedoria e pela tentativa de me ajudar a crescer, que se não foi bem sucedida, é culpa totalmente minha.

Enquanto minha vida acadêmica e profissional foi uma montanha-russa, meus amigos da Igreja Presbiteriana de Barcelona, minha antiga turma da Faculdade Saberes e minhas amigas da infância e da adolescência me ajudaram a manter a sanidade mental. De forma ainda mais íntima, minha mãe Sandra, meu pai José Antônio, minha irmã Joyce, minha esposa Manu, sua família e a Teka me deram o suporte afetivo essencial para a minha sobrevivência.

Por fim, agradeço à Deus. Se tenho tantas pessoas maravilhosas ao meu redor, se sobrevivi em meio ao caos dos últimos anos, se tive condições de estudar, trabalhar e me divertir, tudo isso eu devo a Ele. Ele abriu portas e aplanou montanhas que sozinho eu não seria capaz. Me deu novas perspectivas pessoais e profissionais que eu não conseguia enxergar. Mas, mais do que me permitir estar como estou, agradeço principalmente por Deus me perdoar e, mesmo que eu não mereça, ser misericordioso ao ponto de me proporcionar a vida eterna ao Seu lado.

RESUMO

Nesta tese, buscamos entender os temas e os vocábulos que emergiram nos jornais impressos no Reino do Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823. Para isso, examinamos não apenas os impressos, como também os contextos regionais das províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão, onde os periódicos circularam. Somamos aos métodos de interpretação guiados pelo contextualismo linguístico novas ferramentas analíticas do que se convencionou chamar Humanidades Digitais. Associamos, assim, a leitura densa dos periódicos com os resultados obtidos do *software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. A investigação das fontes a partir das técnicas lexicais informatizadas evidenciou os principais temas, vocábulos e estratégias discursivas registradas nos impressos inventariados na pesquisa. Ainda que os periódicos expusessem temas e questões importantes no cotidiano da sociedade brasileira à época, o assunto mais candente foi a política e o futuro da então monarquia luso-brasileira. Constatamos que, em meio aos diferentes projetos políticos, surgiram novas possibilidades e expectativas de futuro e que os debates foram marcados por linguagem patriótica e emotiva. Com isso, não apenas o vocabulário modificou-se, como também as identidades políticas se transformaram, sobretudo, diante da necessidade de mobilizar o público dos impressos.

Palavras-chave: Independência; Monarquia; Nação; Constituição; Pátria; *Iramuteq*; Brasil Império; Identidades Políticas; Imprensa; Humanidades Digitais.

ABSTRACT

This thesis has analyzed the newspapers which have been printed in the Kingdom of Brazil during the years 1821, 1822 and 1823 in order to understand the themes and words which have circulated in them. To do so, we look not only at the print material, but also at the contexts in which it was published and the relationship it established with each other. Thus, through a perspective that seeks to relate these realities, we try to understand from the newspapers that circulated in the provinces of Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará and Maranhão how the independence process was reported and discussed in these different regions. To this end, we are combining traditional methods of interpreting text such as language context-driven reading and new analytical tools that have taken up space in the field known as the digital humanities. In this way, we associate the reading of the newspapers with the results of a software called Iramuteq. The study of the sources using this methodology has revealed that the periodicals tried to convince and persuade the public in favor of their political projects. For this, they used a patriotic and emotional language, in which terms such as “love”, “happiness” and “homeland” were essential. This discussion is in relation to the political changes and the crisis that was unfolding in the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarve. Amidst the disputes and disagreements that have arisen between the various political projects that have permeated the Bragançine monarchy, possibilities and expectations appeared and then they were explored, exhibited and materialized into political projects defended by the elites. In doing so, not only was the vocabulary changed to suit their interests, but also political identities were manipulated as a means of mobilizing the public.

Keywords: Independence; Monarchy; Nation; Constitution; Homeland; Iramuteq; Brazil Empire; Political Identities; Press; Digital Humanities.

RESUMEN

Cette thèse prend pour objet l'analyse des journaux imprimés dans le Royaume du Brésil au cours des années 1821, 1822 et 1823, afin de comprendre les thèmes et les vocables qui y ont circulé. Dans cette optique, l'enquête a été établie en tenant compte des différents contextes dans lesquels les journaux ont été publiés, ainsi que des relations qui se sont établies entre eux. Ainsi, à travers une perspective à partir de laquelle nous avons cherché à relier ces réalités, nous avons essayé de comprendre, à partir des journaux qui ont circulé dans les provinces de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará et Maranhão comment le processus d'indépendance a été rapporté et débattu dans ces différentes régions. Pour cela, nous avons combiné des méthodes traditionnelles d'interprétation des textes, telles que la lecture guidée par le contextualisme linguistique et les nouveaux outils analytiques qui ont gagné de l'espace dans le domaine que l'on appelle conventionnellement les Humanités numériques. Ainsi, nous avons associé la lecture des journaux aux résultats fournis par le logiciel Iramuteq. L'investigation des sources issues de cette méthodologie a révélé que les périodiques tentaient de convaincre et de persuader le public en faveur de leurs projets politiques. Pour cela, ils ont utilisé un langage patriotique et émotionnel, dans lequel des termes tels que « amour », « bonheur » et « patrie » étaient essentiels. Cette discussion est liée aux changements politiques et à la crise qui aura lieu au Royaume-Uni du Portugal, au Brésil et en Algarve. Au milieu des disputes et des désaccords entre les différents projets politiques qui imprègnent la monarchie des Bragance, des possibilités et des attentes émergent, explorées, exposées et se matérialisent dans des projets défendus par les élites. Ainsi, non seulement les vocables étaient modifiés en fonction de leurs intérêts, mais les identités et les émotions politiques étaient également manipulées afin de mobiliser le public.

Mots-clés: Indépendance; Monarchie; Nation; Constitution; Patrie; Iramuteq; Empire du Brésil; Identités Politiques; Presse; Humanités numériques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de estruturação do banco de dados.....	44
Figura 2 - Configuração das classes analisadas no <i>Iramuteq</i>	45
Figura 3 - Gráficos de similitude de “Brasil” no Constitucional, no Correio, no Reverbero e no Espelho.	159
Figura 4 - Gráficos de similitude de "união" no Constitucional, no Correio, no Reverbero e no Espelho.	162
Figura 5 - Frontispício do Maribondo.	355

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Método Reinert das edições do <i>Semanário Cívico</i> que circularam até a notícia do Fico com conversão digital (OCR).....	42
Gráfico 2 - Método Reinert das edições do <i>Semanário Cívico</i> que circularam até a notícia do Fico digitados manualmente.....	43
Gráfico 3 - Grafo de similitude de “amor” no <i>Conciliador do Maranhão</i> nas edições após a convocação da Constituinte.....	46
Gráfico 4 - Método Reinert dos jornais que circularam até a notícia do Fico.....	72
Gráfico 5 - Gráfico AFC dos periódicos analisados no <i>Iramuteq</i> que circularam até a notícia do Fico.....	75
Gráfico 6 – Método Reinert da palavra “constituição” nos jornais que circularam até a notícia do Fico.....	76
Gráfico 7 – Método Reinert da palavra “povo” nos jornais que circularam até a notícia do Fico.....	77
Gráfico 8 - Grafo de similitude de “amor” nos jornais que circularam até as notícias do Fico.....	80
Gráfico 9 - Grafo de similitude de "Viva" nas edições do <i>Conciliador do Maranhão</i> que circularam até as notícias do Fico.....	109
Gráfico 10 – Jornais citados pelos periódicos da primeira metade de 1822.....	137
Gráfico 11 - Jornais que mais fizeram citações na primeira metade de 1822.....	138
Gráfico 12 - Jornais brasileiros mais citados na primeira metade de 1822.....	138
Gráfico 13 – Método Reinert dos jornais que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.....	143
Gráfico 14 - Gráfico AFC dos jornais que circularam das notícias do Fico até a convocação da Constituinte.....	145
Gráfico 15 – Método Reinert das edições do <i>Reverbero</i> que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.....	148
Gráfico 16 - Gráfico AFC do <i>Reverbero</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.....	150
Gráfico 17 – Método Reinert do <i>Correio do Rio de Janeiro</i> das edições que circularam até a convocação da Constituinte.....	151
Gráfico 18 - Gráfico AFC do <i>Correio do Rio de Janeiro</i> das edições que circularam até a convocação da Constituinte.....	153

Gráfico 19 – Método Reinert do <i>Espelho</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	154
Gráfico 20 - Gráfico AFC do <i>Espelho</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	155
Gráfico 21 – Método Reinert do <i>Constitucional</i> das edições que circularam até a convocação da Constituinte.	156
Gráfico 22 - Gráfico AFC do <i>Constitucional</i> das edições que circularam até a convocação da Constituinte.	157
Gráfico 23 - Grafo de similitude de "felicidade" no <i>Reverbero</i> das edições que circularam até a convocação da Constituinte.	167
Gráfico 24 - Grafo de similitude de "amor" no <i>Espelho</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	174
Gráfico 25 – Método Reinert do <i>Semanário Cívico</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	198
Gráfico 26 - Gráfico AFC das edições do <i>Semanário Cívico</i> que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	200
Gráfico 27 - Citações feitas por jornais da Bahia que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	209
Gráfico 28 – Método Reinert do <i>Conciliador</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	225
Gráfico 29 - Gráfico AFC do <i>Conciliador</i> das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.	227
Gráfico 30 – Jornais citados pelos periódicos fluminenses da segunda metade 1822 e primeira metade de 1823.	252
Gráfico 31 – Método Reinert do <i>Reverbero</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	256
Gráfico 32 - Gráfico AFC do <i>Reverbero</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	257
Gráfico 33 - Gráfico de Tendências de "América" no <i>Reverbero</i>	264
Gráfico 34 - Grafo de similitude de "América" no <i>Reverbero</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	266
Gráfico 35 - Grafo de similitude de "independência" no <i>Reverbero</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	267

Gráfico 36 – Método Reinert do <i>Correio do Rio de Janeiro</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.....	269
Gráfico 37 - Gráfico AFC do <i>Correio do Rio de Janeiro</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.....	270
Gráfico 38 - Grafo de similitude de "Pátria" no <i>Correio do Rio de Janeiro</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.....	272
Gráfico 39 – Método Reinert do <i>Espelho</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte a Bonifácia.	278
Gráfico 40 - Grafo de similitude de "pátria" no <i>Espelho</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte a Bonifácia.....	281
Gráfico 41 – Método Reinert do <i>Volantim</i>	290
Gráfico 42 - Gráfico AFC do <i>Volantim</i>	291
Gráfico 43 - Grafo de similitude de "Independência" no <i>Volantim</i>	293
Gráfico 44 - Grafo de similitude de "imperador" no <i>Volantim</i>	296
Gráfico 45 – Método Reinert do <i>Espelho</i> das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.	343
Gráfico 46 - Gráfico AFC do <i>Espelho</i> das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.	344
Gráfico 47 – Grafo de similitude de "inimigos" no <i>Espelho</i> das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.	346
Gráfico 48 - Grafo de similitude de "Imperador" no <i>Espelho</i> das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.	347
Gráfico 49 - Método Reinert do <i>Constitucional</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	376
Gráfico 50 - Método Reinert do <i>Semanário</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	382
Gráfico 51 – Jornais citados pelo <i>Conciliador</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	399
Gráfico 52 - Método Reinert no <i>Conciliador</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	402
Gráfico 53 - Gráfico AFC do <i>Conciliador</i> das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.	403

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jornais publicados em 1821 no Reino do Brasil.	54
Quadro 2 - Quadro com as palavras correlacionadas com "Coração" no <i>Semanário Cívico</i>	203
Quadro 3 - Frequência das palavras "Brasileiro", "Brasileiros", "Brasiliense", "Brasiliano" e "Brasílico" no <i>Espelho</i>	279
Quadro 4 - Palavras mais escritas no <i>Conciliador</i> após a notícia da convocação da Constituinte até a última edição.	401

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Jornais analisados na tese	41
Tabela 2 - Quantitativo de palavras nos jornais até a notícia do Fico.	70
Tabela 3 - Edições localizadas que circularam na primeira metade de 1822.	134
Tabela 4 – Estatística das palavras mais escritas por cada periódico na primeira metade de 1822.	140
Tabela 5 – Edições localizadas que circularam na segunda metade de 1822.	247
Tabela 6 - Edições localizadas que circularam na primeira metade 1823.	249

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. QUESTÕES METODOLÓGICAS	36
2. DA REVOLUÇÃO DO PORTO AO FICO (1821-1822)	49
2.1. Opinião pública e liberdade de imprensa no alvorecer de 1821	51
2.1.1. Os impressos periódicos e a constituição dos espaços públicos	55
2.1.2. O debate sobre a liberdade de imprensa em 1821	58
2.1.3. Multiplicam-se os periódicos	63
2.2. Palavras, temas e vocabulário político antes do Fico (1821-1822)	65
2.2.1. Enxergando os periódicos pelos temas mais frequentes	68
2.2.2. O novo vocabulário político: constituição, liberdade, nação e pátria	76
2.2.3. O “amor da pátria” e o “cidadão constitucional”	89
2.3. O entusiasmo constitucional	100
2.3.1. Ao lado do rei, da nação e da religião: a importância da constituição	101
2.3.2. O “novo tempo” constitucional	112
2.4. Do entusiasmo com o constitucionalismo ao conflito político	121
3. DO FICO À CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE (1822)	131
3.1. A intensificação do debate entre os periódicos brasileiros na primeira metade de 1822	133
3.2. O projeto autonomista	146
3.2.1. Política, economia e sociedade: os temas e as palavras nos periódicos	147
3.2.1.1. O Brasil, o príncipe e o Reino Unido	148
3.2.1.2. O “amor da pátria” e a “felicidade dos povos”: a emoção nos discursos	164
3.2.2. Por um “centro” no Brasil: os jornais fluminenses e o <i>Constitucional</i>	177
3.2.2.1. Desilusão e desconfiança: o “rompimento” com as Cortes	180
3.2.2.2. A autonomia do Brasil como solução para a crise	185
3.2.2.3. O antagonismo entre “Brasileiros” e “Europeus”	190
3.2.3. A autonomia do Brasil como projeto para a nação portuguesa	193
3.3. O projeto unitário	196
3.3.1. Interesses políticos e econômicos: o conteúdo do <i>Semanário</i>	197
3.3.2. Os jornais da Bahia e o <i>Compilador Constitucional Fluminense</i>	207
3.3.3. Os jornais do Maranhão e do Pará	219
3.3.4. “Reacionários”, “áulicos” ou “portugueses”?	230
3.4. Nem Lisboa nem Rio de Janeiro: o projeto político dos jornais pernambucanos	232
3.4.1. A Junta Pernambucana e o <i>Segarrega</i> : a proposta de criação de “Brazilia”	235
4. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1823)	244
4.1. A imprensa fluminense de 1822 e 1823	245
4.1.1. Independência, guerra e antagonismo nos periódicos: os temas e vocábulos dos jornais da segunda metade de 1822	255
4.1.2. Os jornais fluminenses da segunda metade de 1822	298
4.1.2.1. O zoológico vem a público	299
4.1.2.2. União ou independência? O dilema político dos jornais da segunda metade de 1822	308
4.1.2.3. Disputas eleitorais: epítetos provocativos e pejorativos	322
4.1.3. A hegemonia áulica na imprensa fluminense no final de 1822 e primeira metade de 1823	339
4.1.4. Emoção e patriotismo na imprensa do Rio de Janeiro	349
4.2. A imprensa pernambucana de 1822 e 1823	352
4.2.1. Os projetos políticos dos periódicos pernambucanos	354
4.2.2. Independência ou Morte em Pernambuco.	360
4.2.3. A guerra na Bahia e a adesão ao Brasil	365
4.2.4. Os jornais pernambucanos na independência do Brasil	368
4.3. A imprensa baiana de 1822 e 1823	370
4.3.1. <i>O Constitucional</i> e a defesa da autonomia do Brasil	374
4.3.2. A guerra de penas contra os “déspotas” do Rio de Janeiro: o vocabulário político do <i>Semanário</i>	381
4.3.3. Os jornais unitários: a independência em questão	388
4.3.4. Os “Tupinambás” contra os “constitucionais”: a guerra de independência na Bahia	392
4.3.5. Os “brasileiros” e os “portugueses” na imprensa baiana da independência	394

4.4. A imprensa maranhense de 1822 e 1823	398
4.4.1. O “ser constitucional” e a guerra no <i>Conciliador</i>	401
4.4.2. O Maranhão e o Pará nas correspondências	410
4.4.3. O “despotismo” e a “anarquia” vêm do Sul	413
4.4.4. A guerra entre os “constitucionais” e os “déspotas”	416
4.4.5. O patriotismo “constitucional” na imprensa do Maranhão da independência	419
CONCLUSÃO	422
REFERÊNCIAS	430
APÊNDICES	463

INTRODUÇÃO

Pela independência ou morte,
Pedro I falou,
Que para o Brasil um novo norte,
No horizonte clareou.

Foi nas margens do Ipiranga,
Que seu grito foi ouvido,
Atirou nos índios às tantas,
Dando a eles o prometido.

Foi no peito brasileiro,
Que pulsaste o coração,
Liberto do cativoiro,
Do julgo e da prisão.

Assim raiou a liberdade,
Na Terra de Vera Cruz,
Fé e esperança,
Naquele que nos conduz.

7 de setembro, *Professora Antônia*¹.

O poema acima expõe uma das várias interpretações do fato que, supostamente, marcou a independência do Brasil. Ao mesmo tempo em que ele reforça lugares comuns da narrativa difundida em torno do processo, manifesta também crenças e representações de acontecimentos e de personagens que fascinam e comovem leitores e ouvintes.

Nos versos, notamos um conteúdo carregado por expressões e palavras emocionais. Em meio a acontecimentos políticos, como o Grito do Ipiranga e a libertação do Brasil de um suposto “cativoiro”, emergem manifestações sentimentais através de palavras como “coração”, “fé” e “esperança”, e patrióticas como “peito brasileiro”, que exprimem a linguagem patriótica emotiva do mote.

De fato, o Grito do Ipiranga segue sendo uma imagem utilizada para despertar emoções e manifestações ufanistas das mais diversas². Por ser um momento no qual se convencionou

¹ O poema fez parte de uma atividade elaborada pela professora Antônia em 1935 para uma escola rural do município de São José do Calçado, no Espírito Santo. Não sabemos se realmente é de autoria da docente, porém não conseguimos encontrar sua letra em nenhuma outra obra. Como a educadora e grande parte de seus alunos já faleceram, o único testemunho encontrado foi o do senhor Manoel José Ferreira, que, com 88 anos e sendo portador da doença de Alzheimer, repete frequentemente os versos.

² Não apenas é capaz de despertar sentimentos, como também resulta ações governamentais visando reforçar sua importância para os brasileiros. Um exemplo é o transporte do coração de D. Pedro I para o Brasil durante as comemorações do bicentenário em 2022. Cf: NEGREIROS, Adriana. **Coração de D. Pedro 1º virá ao Brasil e será transportado em avião da FAB**. In: Uol, Porto, 22 de junho de 2022. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/22/coracao-de-d-pedro-1-vem-mesmo-ao-brasil.htm>>. Acesso em 29 de julho de 2022.

atribuir a independência do Brasil, o dia 7 de setembro, ano a ano, é comemorado como uma das principais datas do país em festas e celebrações com forte apelo patriótico³. Outro exemplo de uso político dessa celebração foi produzido na comemoração do Sesquicentenário da Independência, quando a data foi tomada pelo governo do general Médici como forma de mobilizar os sentimentos da população em prol do regime militar⁴.

Nas obras que investigaram ou descreveram a independência, os impressos sempre foram importante fonte de consulta e análise. Desde os primeiros estudiosos, como José da Silva Lisboa⁵, John Armitage⁶ e Tobias Monteiro⁷, os jornais e outros documentos foram fontes para uma interpretação que, de certo modo, atribuiu à independência um confronto entre os “portugueses”, acusados de terem projetos políticos absolutistas, e os “brasileiros”, tratados como “liberais” e defensores da “nação”.

Autores posteriores que também utilizaram a imprensa como fonte rejeitaram essa chave interpretativa. O 7 de setembro enquanto marco fundador da unidade nacional do Brasil foi criticado por Sérgio Buarque de Holanda⁸, a existência de divisão previamente dada entre portugueses e brasileiros questionada por István Jancsó, João Paulo Pimenta⁹ e Gladys Sabina Ribeiro¹⁰, e até mesmo a ocorrência do Grito do Ipiranga foi discutida por autores como Maria

³ Eventos que são utilizados por governantes e políticos para reforçar valores e causas de seus interesses, como ocorreu em 7 de setembro de 2021. G1. **7 de setembro tem protestos a favor e contra o governo Bolsonaro**. In: G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/7-de-setembro-tem-protestos-a-favor-e-contra-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 29 de julho de 2022.

⁴ Sobre as comemorações e seus usos políticos: CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012; MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **São Paulo na disputa pelo passado**: o monumento à independência, de Ettore Ximenes. 2017. 454 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

⁵ LISBOA, José da Silva. **História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1830, p. 5.

⁶ ARMITAGE, John. **História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey**. São Paulo: EDUSP, 1981, p.229.

⁷ MONTEIRO, Tobias do Rego. **O Primeiro Reinado**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1982, p. 29.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial - sua desagregação. In: _____. **História geral da civilização brasileira. Tomo II - o Brasil monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1993, p.9-39.

⁹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. Formação histórica**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.127-175.; PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. **Almanack Braziliense**, n. 3, p. 69-80, 2006b.

¹⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

de Lourdes Viana Lyra¹¹ e Hendrik Kraay¹² a partir do que os jornais e outros documentos evidenciaram.

Junto a esses, outros pesquisadores abordaram inúmeras dimensões da independência e também utilizaram os impressos como fontes. Suas pesquisas têm destacado novos elementos do processo e tornando possíveis novas possibilidades de análises e interpretações. Em torno do tema, descortinou-se, por exemplo, a relação entre o rompimento com Portugal e as modificações políticas e econômicas que aconteciam no Atlântico¹³, as disputas internas entre grupos e indivíduos¹⁴, e a análise da crise que se instaurava no mundo português a partir dos conceitos, das experiências e das expectativas na construção de projetos políticos diante da incerteza com o futuro e o declínio do Antigo Regime¹⁵.

No campo dessa produção historiográfica, a passagem do século XX para o XXI foi marcante por dar início a uma série de estudos que têm se debruçado especificamente sobre os impressos. Apesar de todas as suas diferenças, grande parte dessas pesquisas utilizam-se de

¹¹ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memória da independência: marcos e representações. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, 1995, p. 179.

¹² KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro. **Almanack Braziliense**, n. 11, p.52-61, maio 2010.

¹³ NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: _____. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1982, p.47-63.; COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estado da Emancipação Política do Brasil. In: NOVAIS, Fernando Antônio. (Org.). **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: DIFEL, 1969, p.64-93.; MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972; GODECHOT, Jacques. A independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.27-37.; GODECHOT, Jacques. **As revoluções (1770-1799)**. São Paulo: Pioneira, 1976; SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. MCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p.387-417.; RINKE, Stefan.; SCHULZE, Frederik. Los orígenes de las revoluciones de independencia de América Latina en perspectiva atlántica. **Estudios Ibero-Americanos**, v. 36, n. 2, p. 153–178, jul./dec. 2010; SCHULTZ, Kirsten. A Era das Revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir. (org.). **Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.125-151.

¹⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. **A astúcia liberal**. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999; MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)**. 2006. 358 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

¹⁵ JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: Laura de Mello e Souza. **História da Vida Privada: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.388-437.; PIMENTA, João Paulo Garrido; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, v. 27, n. 1, p. 51–70, 2021.; PIMENTA, João Paulo Garrido.; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI. **Revista de História**, n. 178, p. 1–25, 2019.; SLEMIAN, Andrea. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: HUCITEC, 2006.; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: Intermeios, 2017; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ferramentas metodológicas da história intelectual para revelar os diversos projetos, concepções de tempo e expectativas para o futuro que existiam entre os letrados brasileiros.

Um dos estudos pioneiros nesse campo foi obra de Nelson Werneck Sodré¹⁶. Escrita em meados do século XX, o livro *História da Imprensa no Brasil* faz uma excelente síntese dos jornais trazendo importantes contribuições factuais, biográficas e históricas.

Mais recentemente, dentre os estudiosos que se dedicaram à análise dos impressos, se destacam os trabalhos de Lúcia Neves¹⁷ que investigam nesses papéis os vocabulários e projetos políticos veiculados e as relações entre os jornalistas. Em síntese, suas pesquisas mostraram como os atores e os grupos da época criaram um espaço de discussão e debate por meio dos jornais visando não apenas expor seus projetos, mas principalmente convencer o público de que suas propostas e ideias eram as melhores.

Outros trabalhos como os de Marco Morel¹⁸ e Isabel Lustosa¹⁹ se atentaram para o comportamento da cena pública, investigando o processo de expansão dos espaços públicos e as relações entre os jornalistas. Por um lado, Morel mostrou como a imprensa e os espaços públicos, como praças, teatros e sociedades secretas²⁰ foram ambientes de discussão e manifestação fundamentais no processo de independência. Por outro, Lustosa destacou a tensa relação entre os jornalistas naquele momento, mostrando que o ato de redigir um jornal não era uma simples ação, mas uma escolha política cercada de perigos e de armadilhas.

Ao mesmo tempo, tem se construído uma densa historiografia preocupada em estudar os jornais do norte do Brasil, os espaços em que circulavam, os projetos defendidos e seus vocabulários. Trabalhos como os de Geraldo Mártires Coelho²¹ resgataram a diversidade de projetos que existiam no Pará, mostrando que a província, por muito tempo, não viu na

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹⁷ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

¹⁸ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

¹⁹ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁰ Alexandre Mansur Barata tratou das sociedades secretas do processo de independência com mais detalhes. A partir da análise dos projetos que circularam nesses espaços, das disputas internas e de suas composições, o autor apurou que eles serviram como uma extensão do que se discutia publicamente e envolveram até mesmo o Príncipe Regente. BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822**. São Paulo/Juiz de Fora: Editora DAED, 2006.

²¹ COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos & dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: CEJUP, 1993.

independência, uma alternativa política viável, e que o jornal *Paraense* foi um importante veículo de doutrinação e divulgação do ideário vintista. A ausência de um projeto independentista sólido também foi uma realidade do Maranhão²², e as pesquisas de Marcelo Cheche Galves²³ têm evidenciado como os jornais foram importantes instrumentos de circulação e de discussão política. Focado em Pernambuco, Ariel Feldman tem estudado os jornais publicados por Miguel Sacramento Lopes Gama e descortinado alguns aspectos dos espaços públicos da província²⁴. Por fim, Maria Beatriz Nizza da Silva²⁵ se destacou por se deter na conturbada província da Bahia e em seus jornais que expunham uma grande variedade de projetos políticos, desde os adeptos do governo do príncipe Pedro, como *O Constitucional*, até aqueles mais avessos à independência, como o *Semanário Cívico* e o *Idade d'Ouro*²⁶.

²² GALVES, Marcelo Cheche. Constitucionais ou absolutistas, eram todos «portugueses». **Revista de História das Ideias**, v. 40, n. 2, p. 201–222, 2022, p. 218.

²³ GALVES, Marcelo Cheche. “**Ao público sincero e imparcial**”: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 2010. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

²⁴ A historiografia também recebeu grandes subsídios de autores como Denis Antônio Bernardes e Evaldo Cabral de Mello, que mesmo não se debruçando especificamente sobre os impressos, trouxeram contribuições sobre o contexto político e o desenvolvimento dos espaços públicos na província de Pernambuco. FELDMAN, Ariel. A mesma independência: A atuação pública de um unitário pernambucano (1822–1823). **Tempo**, v. 20, p. 1–21, 2014; _____. **Espaço público e formação do Estado nacional brasileiro**: a atuação política do Padre Carapuceiro. 2012. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; MELLO, 2004; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp, Recife: UFPE, 2006.

²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Semanário Cívico**: Bahia (1821-1823). Salvador: EDUFBA, 2008.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Diário Constitucional**: um periódico baiano defensor de D. Pedro – 1822. Salvador: EDUFBA, 2011b.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira Gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brasil. Vitória da Conquista: EdUFBA, 2011a.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Autonomia e separatismo. **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, v. 30, n. 1, p. 1–13, jan./jun., 2012.

²⁶ A historiografia acerca de outras províncias também é abundante e o destaque dado a essas cinco (Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia) se deu porque elas tiveram periódicos durante o processo de independência. Na literatura das demais, percebe-se preocupações variadas que passam por análises conceituais, observação do desenvolvimento de identidades políticas, exame do processo de acomodação e convencimento das autoridades locais e a formação da estrutura política, administrativa e jurídica do Brasil. Destacam-se também novos estudos que têm relacionado a região da Cisplatina com a independência do Brasil. Essa província, que também teve jornais que circularam no período analisado, passou por um processo político e social singular e diferente se comparado com o restante do Brasil. Como consequência, os temas que circularam por seus jornais, ainda que guardassem relação com os periódicos analisados nesse trabalho, tinham configuração temática e linguística distinta, não apenas tocando em assuntos mais relacionados à região do Prata, como também tratando, muitas vezes, os acontecimentos do Brasil como se fossem de um território estrangeiro. Por esses motivos optamos em não incluir os impressos da Cisplatina na nossa análise. OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província**: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.; SILVA, Ana Rosa Clochet da. Apropriações do constitucionalismo nas Minas Gerais (1820-1822). In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (orgs). **A experiência constitucional de Cádiz**: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012, p.137-166.; SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais. São Paulo: Martins Fontes, 2009.; WINTER, Murillo Dias. **Imprensa periódica e a construção da identidade oriental**: província da Cisplatina (1821-1828). Porto Alegre: Editora Fi, 2018.; GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Portos e Sertões**: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825).

Como os jornais são documentos essenciais para o estudo do processo de independência, pensamos essa tese a partir de uma pesquisa que una a análise da imprensa com as novas ferramentas das Humanidades Digitais. Buscamos, com isso, contribuir com conhecimento da dinâmica dos espaços públicos na independência e dos projetos e vocabulários que circularam por meio do exame desses periódicos com o auxílio de *softwares*. Embora muitas pesquisas tenham analisado essas fontes²⁷, são escassas as investigações que empregam programas computacionais na leitura dos jornais²⁸ e pouco se explorou sobre como as ferramentas computacionais podem contribuir para a compreensão dos periódicos²⁹.

2015. 220 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.; CAMPOS, Adriana Pereira. A Independência e o Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, v. 59, n. 59, 2005.; CAMPOS, Adriana Pereira. Império quer dizer Governo ou Nação?: o Espírito Santo emerge como província. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 4, 2020.; FERNANDES, Renata Silva. De una revolución a la otra: el gobierno de las provincias y la Independencia de Brasil. **Signos Históricos**, v. 53, n.9, p. 202-239, jul./dec., 2020.

²⁷ Além das supracitadas, novos estudos têm explorado essas fontes e colaborado com a historiografia. Destacaremos adiante alguns trabalhos recentes que nos serviram de ponto de partida e interlocutores diretos em assuntos debatidos na tese. ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. **Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da independência**: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823). 2018. 231 f. - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.; FANNI, Rafael. **Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.; MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. **O despertar do Império independente**: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte luminosa (1822-1831). 2018. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.; SANTOS, Cristiane Alves Camacho. **dos. Escrevendo a história do futuro**: a leitura do passado no processo de independência do Brasil. São Paulo: Alameda, 2017.; VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. **Entre a opinião e o público**: linguagens políticas na Independência e no Primeiro Reinado do Brasil. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte**: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829). 2018. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

²⁸ Conhecemos apenas um trabalho de Marco Morel. Também é digno de destaque o esforço analítico de Arnaldo Contier que fez a quantificação manual de termos e léxicos dos jornais que circularam em São Paulo entre 1822 e 1842. Cf: MOREL, Marco. **Pátrias Polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. In: Kury, Lorelai. **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p.15-39.; CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo**: matizes do vocabulário político e social (1822-1842). Petropolis: Vozes, 1979.

²⁹ Diante da miríade de aplicativos, optamos pelo *Iramuteq* por ser um *software* popular nesse tipo de estudo e por nos municiar de instrumentos analíticos que se adequam aos nossos objetivos, como veremos no capítulo metodológico dessa tese. Cf: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Editoria Vozes, 2008.; KRUG, Flávia Susana. **Iramuteq em um acervo literário**: amostra de um trabalho possível. 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.; MARQUES, Thais Maura. **A obra nacionalista de Francisco Mignone**: considerações sobre a escrita epistolar a Mário de Andrade. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Menandro. **Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72-88, jul./dec., 2006.; SILVA, Antônio Abdias Capelo Barroso. **A lei Eloy-Chaves no contexto da Primeira República**: a refração entre a cooptação e a expansão dos canais sociais. 2019. 136 f. Dissertação

Em vista disso, o objetivo principal desta tese é entender os temas e os vocábulos veiculados nos impressos através dos conjuntos lexicais formados em análises quantitativas e qualitativas feitas pelo *Iramuteq*. Com base nesses conjuntos, buscaremos compreender as estratégias discursivas, vocabulários e projetos políticos dos seus autores, bem como contribuir para a reflexão sobre as linguagens presentes nos seus escritos. Ainda que outros trabalhos tenham perseguido objetivos semelhantes, quando voltamos à historiografia, percebemos que, em despeito de sua fecundidade, não houve investigação focada na análise por meio de *softwares* e, até agora, há pouca discussão sobre a relação e o envolvimento dos periódicos de diversas províncias em um mesmo espaço de debate no período de 1821 e 1823³⁰.

Na leitura dos jornais, notamos que entre 1821 e 1823 houve uma crise da linguagem como sintoma e consequência da instabilidade política do Império português. Em um contexto de alterações políticas e desequilíbrio social, ocorreu uma aceleração no ritmo da produção, reformulação e discussão de significados e sentidos de termos e conceitos. Isso porque a difusão do constitucionalismo e o embate de projetos políticos demandou operações linguísticas, criação e ressemantização de alguns termos.

Ao mesmo tempo, notamos durante as análises no *Iramuteq* que os jornais tiveram uma linguagem fortemente marcada pelas emoções e pelo patriotismo onde palavras como “amor”, “felicidade” e “pátria” foram essenciais. Fundamentados nessa linguagem, eles buscaram persuadir e mobilizar o público em prol de seus projetos. Da mesma forma, observamos através

(Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.; BACELLAR, Anna Luíza Sartorio. **O Espelho da Justiça e o teatro da jurisprudência**. 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Mestrado em Direito Processual, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

³⁰ Grande parte dos trabalhos históricos que utilizou a imprensa como fonte primária privilegiou um ou outro jornal ou província, acabando por dar mais realce às discussões e aos projetos individuais ou regionais. Mais recentemente, a historiografia, a partir de pesquisas como as de João Paulo Pimenta, Edú Trota Levatti e Marcelo Galves, tem dado atenção sistemática à essas relações. Percebe-se, nesses trabalhos, menções às citações que os periódicos faziam entre si, inclusive aos debates com os jornais de outras províncias. Mais do que simples menções, existia uma rede de discussão que superava as fronteiras regionais, envolvendo e conectando periodistas dos distantes rincões do país, os quais dialogavam e influenciavam-se mutuamente. A partir dessa compreensão, tentamos entender o que acontece quando analisamos como as questões discutidas regionalmente se relacionavam com os problemas políticos do Reino Unido, quais eram as relações entre esses jornais, como eles se comunicavam e quais as semelhanças e diferenças entre seus projetos e vocabulários. Cf: GALVES, Marcelo Cheches. O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. 1–18, 2020.; LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: o estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)**. 2015. 440 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; PIMENTA, João Paulo Garrido. **O Brasil e a América espanhola (1808-1822)**. 2003. Tese (Doutorado Em História). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

da leitura desses impressos três momentos discursivos da imprensa brasileira. Nos periódicos que circularam até o Fico, foi acentuada a valorização do constitucionalismo. Já os jornais publicados entre o Fico e a convocação da Constituinte foram marcados pela polarização entre projetos políticos, que se desdobrou, após a convocação da Assembleia e o início da guerra da independência, na radicalização dos discursos.

As constatações feitas a partir das análises dos jornais foram ao encontro das conclusões de James Jasper, para quem os elementos emocionais são essenciais na motivação e estímulo de leitores e ouvintes³¹. De acordo com Birgit Aschmann, a percepção de que a modernidade teve como principal ideal a razão e a racionalização fez com que, por muito tempo, temas e termos tratados como subjetivos fossem secundarizados pela historiografia. Todavia, pesquisas ligadas ao *emotional turn*³² têm mostrado que sentimentos e emoções eram comuns nos discursos políticos e muitos deles foram utilizados para motivar a sociedade a atuar de determinadas maneiras, fazendo com que as emoções fossem racionalizadas³³. Da mesma forma, Javier Fernández Sebastián destacou como o aumento de expectativas depositadas em alguns conceitos políticos durante os processos de independência da América gerou a *emocionalización* do léxico político graças ao seu aspecto mobilizador, militante e integrador, capaz de criar unidades de ação coletiva³⁴.

Quando pensamos no papel dos jornais enquanto instrumento de convencimento, devemos estar atentos à importância dos espaços públicos e da opinião pública nos debates políticos. Um dos primeiros autores a se preocupar com o tema foi Jürgen Habermas, para quem a formação da esfera pública se deu entre os séculos XVII e XVIII. Inicialmente especializados em críticas literárias, jornais e revistas passaram a se desenvolver como centro de crítica às

³¹ JASPER, James. M. Motivation and emotion. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. **The Oxford handbook of contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 197.

³² Sobre esse assunto, mesmo que com abordagens e interesses distintos, citamos as pesquisas de Peter Gay e Lynn Hunt. Enquanto Gay se preocupou em entender questões psicológicas e suas influências na sociedade inglesa da Era Vitoriana, Hunt debruçou-se sobre o papel dos discursos, os quais muitos utilizavam argumentos sentimentais na difusão, defesa e definição dos Direitos Humanos. Mais ligada à análise dos sentimentos enquanto arma política, a obra de Juliet Shields mostrou como as emoções foram manipuladas no processo de criação de uma identidade anglo-escocesa. GAY, Peter. **A educação dos sentidos: da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.; SHIELDS, Juliet. **Sentimental literature and anglo-scottish identity (1745-1820)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

³³ ASCHMANN, Birgit. La razón del sentimiento. Modernidad, emociones e historia contemporánea. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, v. 36, p. 57–71, 2014, p. 63.

³⁴ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano, conceptos políticos fundamentales (1770-1870)**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, p. 30.

ações do Estado³⁵. A esfera pública ascendeu como “contrapeso” ao poder do governo e assuntos, antes restritos ao âmbito privado, começaram a ser expostos ao público³⁶. Nessa transição surgiu uma esfera pública crítica, que, por meio de comentários e de resenhas, passou, gradualmente, a criticar o governo, transformando-se na “intermediária” entre a sociedade e o poder³⁷.

Contemporâneo a Habermas, Reinhart Koselleck trouxe novos subsídios para a discussão. O autor percebeu que foi por meio de um processo de crítica e de crise que o Estado absolutista sucumbiu durante a Idade Moderna. No decurso, a opinião pública teria sido fortalecida por um amplo debate intelectual e, progressivamente, legitimada como um elemento informal, mas central no debate político³⁸. Dessa forma, a sociedade ganhou um poder de intervenção indireto que atuava de maneira paralela ao Estado³⁹.

Refletindo especificamente sobre o contexto hispano-americano, François Xavier Guerra destacou a diferença entre a Europa e a América. Se na Europa a criação da esfera pública ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, na América, segundo o autor, só é possível perceber a sua gênese durante os processos de independência⁴⁰. Os redatores de periódicos e de panfletos compreenderam, nesse transcurso, que os sucessos das reformas liberais desejadas só seriam possíveis com a transformação cultural da população. Para realizar essa mudança, intelectuais e políticos operaram nos espaços públicos com uma ação e postura pedagógica⁴¹, inculcando na população conceitos e valores liberais de forma progressiva, lançando mão, para isso, de jornais, livros, panfletos e até mesmo dicionários⁴². Além dos escritos, discussões públicas e debates políticos se tornaram frequentes nas ruas e a exaltação dos ânimos contribuiu para o crescimento da circulação de ideias. Perante essa diferença com o contexto europeu,

³⁵ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 46.

³⁶ *Ibid.*, p. 33.

³⁷ *Ibid.*, p. 93.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ / Contraponto, 1999. p. 50.

³⁹ *Ibid.*, p. 55.

⁴⁰ GUERRA, François-Xavier. «Voces del pueblo». *Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814)*. **Revista de Indias**, v. 62, n. 225, p. 357-384, 2002.

⁴¹ Algo semelhante ao que ocorreu no Brasil. Cf: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Educar é civilizar: a pedagogia dos periódicos e dos panfletos políticos da independência do Brasil (1821-1824)*. **História da Educação**, v. 25, p. 1–32, 2021.

⁴² GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y Independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Mapfre, 2001, p. 234.

Guerra propôs uma modificação conceitual: ao invés da esfera pública e sua espacialidade abstrata e imaterial, devemos falar de espaços públicos, locais concretos e pessoais⁴³.

A partir das formulações de Guerra, Marco Morel buscou analisar as singularidades do Brasil. Assim como no caso hispano-americano, o autor afirmou que os espaços públicos também se desenvolveram durante o processo de independência, momento de “significativas transformações na cena pública, onde as maneiras de conceber os espaços de fazer política – no âmbito da *pólis* – alteraram-se”⁴⁴. Nesses espaços, buscava-se influenciar a opinião pública, vista como referência, fonte de legitimidade política e até mesmo oposição ao monarca⁴⁵. Com o crescimento dos debates e do número de impressos, formaram-se redes de transmissões culturais a partir dos contatos e das discussões entre esses homens que ajudaram a iniciar a modernidade nacional⁴⁶, ainda que, inicialmente, o espaço público se transformasse sem perder seu hibridismo entre o antigo e o moderno⁴⁷.

Diante da expansão dos espaços públicos, diversos indivíduos optaram por redigir periódicos⁴⁸ e tentar “dirigir” a opinião pública. Por meio de uma rebuscada retórica⁴⁹, eles escreviam editoriais, selecionavam notícias, publicavam cartas supostamente enviadas por leitores e extratos de outros periódicos ou livros, construindo seus impressos de forma a utilizarem os mesmos como poderosas armas políticas. Assim, mais do que redatores dos periódicos, muitos deles eram também editores, pois organizavam os jornais de forma a destacar as mensagens que desejavam passar.

⁴³ GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. **Los Espacios Públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas (XVII-XIX)**. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998, p. 10.

⁴⁴ MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. **TOPOI: Revista de História**, v. 4, n. 4, p. 39-58, jan., 2002.

⁴⁵ MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. **Los espacios públicos en iberoamérica: ambigüedades y problemas (XVII-XIX)**. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998, p. 304.

⁴⁶ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840**. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 168–169.

⁴⁷ MOREL, 1998, p. 308.

⁴⁸ Consideramos como “periódicos” nesta tese aqueles impressos que tiveram mais de uma edição e se propuseram a sair periodicamente e com alguma regularidade.

⁴⁹ A retórica fazia parte da formação básica de grande parte desses indivíduos. Ela teve papel fundamental na redação dos periódicos, que utilizavam variadas estratégias discursivas para convencer os leitores. Cf: CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 1, p. 123–152, 2000.

E por utilizarem os impressos como instrumentos de convencimento no debate político, a cena pública, mesmo em crescimento e expansão, ainda era um ambiente perigoso e conturbado. Se detendo sobre a dinâmica, os padrões e o relacionamento dos redatores do processo de independência, Isabel Lustosa⁵⁰ mostrou como editar um jornal naquela época era uma atitude corajosa e arriscada. Isso porque, ainda que os espaços públicos ganhassem cada vez mais importância, a oposição ao governo ou a garantia da pluralidade de ideias, tal como percebido por Peter Gay no continente europeu⁵¹, ainda não faziam parte da cultura política da época.

Mas mesmo diante de tantos perigos e dificuldades, foi nos jornais, e em outros impressos, como panfletos e livros⁵², em que se percebe a efusão da cena pública brasileira causada principalmente a partir da adesão ao constitucionalismo proclamado na Revolução do Porto. É com a chegada das notícias que vinham de Portugal e da percepção de que o mundo passava por mudanças que os indivíduos viram a necessidade e a oportunidade de utilizar a cena pública como espaço de legitimação, reclamação, denúncia e mobilização.

De acordo a Javier Fernández Sebastián, durante os processos de independência da América hispânica ocorreu uma crise da linguagem, momento no qual percebe-se intensa mutação e necessidade de definir o significado de palavras que se espalhavam pelas ruas⁵³. Nos jornais por nós examinados percebe-se algo muito semelhante, o que tornou o debate político cada vez mais complexo e foram empregados uma diversidade de discursos e linguagens capazes de mobilizar, de convencer e de expor planos e expectativas políticas.

A análise dos periódicos foi feita a partir da utilização do *software*, o *Iramuteq*. Para tanto, foram selecionados os jornais que circularam no período e tiveram mais de 50 edições localizadas, *O Constitucional* (BA), *Semanário Cívico* (BA), *Conciliador do Maranhão* (MA),

⁵⁰ LUSTOSA, 2000.

⁵¹ GAY, 1998, p.220.

⁵² Centenas de outros papéis circularam durante o processo de independência. Ainda que não tenha se debruçado sobre eles, esta pesquisa não despreza as suas participações enquanto formadores e influenciadores da opinião pública. Destacamos alguns trabalhos que analisaram essas fontes, tais como: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Às armas cidadãos! panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Guerra Literária: panfletos da independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.; MOREL, 2002.

⁵³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier Fernández; CAPELLÁN, Gonzalo. **Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques em historia conceptual**. Santander: Ediciones Universidad de Cantabria, 2013, p.430.

Correio do Rio de Janeiro (RJ), *O Espelho* (RJ), *O Volantim* (RJ) e *Reverbero Constitucional Fluminense* (RJ). A seleção foi necessária graças ao volume a ser analisado e por limitações do próprio *software*, como será explicado no Capítulo 1. Por além desses jornais, também exploramos, por meio da leitura e do fichamento manual, outros que circularam entre 1821 e 1823 no então Reino do Brasil⁵⁴, isso porque eles nos ajudam a compreender os contextos em que os debates ocorriam, entender as relações entre os jornalistas, os projetos veiculados na cena pública e testar hipóteses e dados fornecidos pelo *Iramuteq*⁵⁵.

O tratamento metodológico dos periódicos teve como base três abordagens. A primeira consistiu na criação de um banco de dados com informações coletadas de todos os jornais que circularam no recorte analisado a partir de três categorias: 1) referências a outros jornais⁵⁶; 2) citação de autores; 3) catalogação das correspondências publicadas. Esse banco foi inserido em

⁵⁴ Da Bahia, foram analisados os periódicos: *A Abelha*, *Analysador Constitucional*, *Diário Constitucional*, *Espreitador Constitucional*, *Idade d'Ouro*, *Baluarte Constitucional*, *O Constitucional*, *Semanário Cívico* e *Sentinela Bahiense*. Do Maranhão: *O Conciliador do Maranhão* e *Folha Medicinal Maranhense*. Do Pará *O Paraense*. De Pernambuco: *Aurora Pernambucana*, *Diário da Junta de Governo*, *Gazeta Extraordinária do Governo*, *Gazeta do Governo Provisório*, *Gazeta Pernambucana*, *O Conciliador Nacional*, *O Maribondo*, *Relator Verdadeiro*, *Segarra*. Do Rio de Janeiro: *Atalaia*, *Compilador Constitucional Fluminense*, *O Conciliador do Reino Unido*, *Correio do Rio de Janeiro*, *A Malagueta*, *O Bem da Ordem*, *O Constitucional*, *O Espelho*, *O Macaco Brasileiro*, *O Mosquito Brasileiro*, *O Papagaio*, *O Volantim*, *O Regulador Brasília-Luso*, *Reverbero Constitucional Fluminense*, *Sabatina Familiar*. Também circularam nesse recorte o jornal de anúncio *Diário do Rio de Janeiro* e o oficioso *Gazeta do Rio de Janeiro*. Por terem sido editados por anos ininterruptamente e, no caso do *Diário*, por sair à público todos os dias, esses periódicos devem ser analisados em pesquisa separada não apenas por seus tamanhos e terem potencial de distorcer as estatísticas, mas também porque tratam de temas e têm organização diferente dos demais. Da mesma forma, existe alguma indecisão a respeito da caracterização do *Roteiro Brasileiro ou Coleção de princípios e documentos de Direito Político*, *Império do Equador na Terra de Santa Cruz* e *Causa do Brasil no juízo dos governos estadistas da Europa*, todos produzidos por José da Silva Lisboa. Autores como Luís Otávio Vieira apontam essas obras como periódicos, enquanto outros, como Tereza Cristina Kirschner, não. Diante disso, optamos por não analisá-los nem defini-los como periódicos, visto que não indicam, ao menos neles próprios, valores para subscrição e intenção de terem periodicidade regular. Por fim, ressaltamos que analisamos apenas os impressos que localizamos ou sabemos, por meio da própria fonte, que tiveram mais de uma edição. Cf: VIEIRA, Luís Otávio. **Origens da imprensa no Brasil**: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019; KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu**: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

⁵⁵ Os jornais foram recolhidos na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, na Biblioteca Municipal do Porto, na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Público de Pernambuco, em caráter presencial e *online*. Infelizmente, algumas coleções estão incompletas, como as do *Paraense* e do *Conciliador Nacional*. Também estão ausentes os jornais *Independente Constitucional* e *Luso Paraense*, que teriam circulado na Bahia e no Pará, respectivamente. Inicialmente, o plano de trabalho da tese previa uma visita em arquivos para tentar encontra-los e digitaliza-los, porém a pandemia de Covid-19 impossibilitou essa tarefa.

⁵⁶ Nesse caso, consideramos apenas uma citação por edição, quer dizer, se na edição 35 o *Conciliador do Maranhão* citou o *Semanário Cívico* 7 vezes, quantificamos apenas uma vez. Isso ocorreu porque muitas vezes os jornais faziam diversas referências a outros em uma mesma seção com um mesmo propósito (como referência de notícias, por exemplo). Diferente do que pretendia Edu Trota Levati, que optou por quantificar todas as citações, mesmo as repetidas, nosso interesse não foi em mapear essas referências, mas entender as relações políticas entre esses periódicos. Dito isso, não foi do nosso interesse quantificar todas as menções em um mesmo número se não houvesse variação do conteúdo ou juízo.

tabelas do *Microsoft Excel* e posteriormente convertidas para um banco em *SQL*⁵⁷, de forma a padronizar os dados e facilitar seu tratamento, exploração e publicação em um *site*⁵⁸. Ainda que nem todos os elementos categorizados tenham sido utilizados nesta tese, eles podem auxiliar pesquisas futuras que estudem a imprensa do processo de independência.

A segunda abordagem foi feita a partir da utilização do *Iramuteq* nos jornais que localizamos mais de 50 edições. Com a inserção dos periódicos selecionados, fizemos análises e recebemos *outputs* quantitativos e qualitativos – explicados no primeiro capítulo – que serviram de subsídios e base para nossa pesquisa. Através dos métodos Análise de Similitude e Método Reinert, conseguimos identificar conjuntos lexicais que se relacionam às *performances* linguísticas, propostas políticas, aos temas e às estratégias de mobilização.

Os resultados das análises do *Iramuteq* e os dados recolhidos a partir da leitura dos jornais foram interpretados à luz do contextualismo linguístico, a terceira abordagem. Acerca dessa teoria de interpretação de documentos históricos, ressaltamos que ela parte do pressuposto de que os textos devem ser interpretados mediante os seus contextos. Tal concepção tem como base a compreensão wittgensteiniana de que, ao falar, o sujeito utiliza palavras e forma frases que só são compreensíveis a partir de regras determinadas pelo contexto linguístico e social que conferem significado a elas⁵⁹.

Ao ler o texto, além de ter em mente o contexto em que ele está inserido, também é necessário compreendê-lo como um conjunto de atos. Dessa forma, ao examinarmos os periódicos, estivemos cientes de que, ao escrevê-los, os redatores não apenas descreviam o momento pelo qual passavam, mas principalmente agiam de forma a intervir no contexto linguístico da época. Desse modo, a redação era um ato perlocucionário⁶⁰, o que demandava respostas e gerava novos atos de fala em uma interação que retroalimenta a própria linguagem, quer dizer, utiliza-se dela para reforçar suas convenções ou modificá-la.

⁵⁷ Linguagem computacional muito utilizada em banco de dados.

⁵⁸ As informações coletadas e os jornais analisados foram hospedados em um *site* que visa servir de repositório digital alternativo às instituições de guarda onde esses documentos estão armazenados. O portal também possibilita a consulta ao banco de dados criado, de forma a tornar a pesquisa mais transparente e proporcionar um ponto de partida para novas análises. A disponibilização desses periódicos foi autorizada pelas entidades competentes. Disponível em: <<https://www.jornaisdaindependencia.com.br/>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

⁵⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Abril, 1975, p. 49.

⁶⁰ AUSTIN, John Langshaw. *Cómo hacer cosas con palabras*. *Edición Electrónica*. Santiago: Universidade ARCIS, p. 76.

Tendo em mente essa interpretação e se um ato de fala só pode ser interpretado corretamente por seus ouvintes quando feito dentro das normas linguísticas em voga, nossa primeira tarefa foi conhecer as normas e as linguagens políticas disponíveis no momento analisado, já que essa compreensão pode nos ajudar a entender as *performances* dos jornais. Isso é importante porque a *langue* atua de forma passiva, mas determinante sobre a *parole*⁶¹. Quer dizer, a linguagem – ou as linguagens – que esses jornais utilizavam para formular seus discursos serve(m) como limite e como recurso na tentativa de convencimento⁶².

Ao analisarmos os jornais da independência, percebemos que circulava por eles uma diversidade de linguagens⁶³. Podemos notar, nesses periódicos, vocabulários do constitucionalismo, do vintismo, do humanismo cívico, do cristão e até do Antigo Regime. Tal pluralidade ocorreu porque esses textos foram escritos em um momento de crise e de mudança política, como foram os anos de 1821, 1822 e 1823, o que tornou o debate complexo e possibilitou aos seus participantes o recurso a uma diversidade linguística⁶⁴.

Optar, consciente ou inconscientemente, por utilizar determinado vocabulário e não outro dependerá do posicionamento do redator, de suas propostas e opiniões, mas também de estratégias retóricas, pois os jornais não eram meramente informativos ou opinativos, mas buscavam produzir emoções nos interlocutores, de forma a convencê-los e mobilizá-los para determinado objetivo⁶⁵. Conhecer as diversas opções disponíveis para os redatores possibilita entender o que era possível para eles proporem ou dizerem⁶⁶ e nos leva a problematizar os motivos que os levaram a escolher determinado argumento no momento em que escreviam.

Um exemplo disso é que a defesa do constitucionalismo foi feita não apenas por meio do vocabulário constitucional, mas também de outros, inclusive alguns típicos do século

⁶¹ Esses termos foram conceitualizados por Ferdinand Saussure. Segundo o autor, a *langue* é um patrimônio coletivo de determinada comunidade, enquanto a *parole* é um ato individual. SAUSSURE, Ferdinand. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 22.

⁶² SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 299–335, 2010.

⁶³ Deve-se ter em mente que essas linguagens são frutos da interpretação dos historiadores e não podem ser tratadas como modelos fechados e imutáveis. Não apenas os atores históricos, muitas vezes, não as reconheciam, como também elas eram heterogêneas e misturavam-se nos textos. Cf: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **La aurora de la libertad**: los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano. Salamanca: Ambos Mundos, 2012, p.13.

⁶⁴ POCOCK, John Greville. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 31.

⁶⁵ SKINNER, Quentin. **Visões de política**: sobre os métodos históricos. Portugal: DIFEL, 2005, p. 7.

⁶⁶ POCOCK, 2003, p. 33.

XVIII⁶⁷. Isso ocorria porque, segundo Skinner, os agentes históricos não necessariamente aplicavam o vocabulário de acordo com o que defendiam, mas sim aquele mais adequado para o momento em que escreviam⁶⁸.

A partir da análise no *software*, da leitura dos jornais e do conhecimento do contexto linguístico em que estavam inseridos, começamos a nos preocupar com as propostas que esses autores fizeram em seus textos. Isso quer dizer que, a partir do conhecimento *langue*, buscamos entender como as *paroles* foram formuladas e como agiram naquele contexto. Diante disso, é possível questionar se esses atos modificam ou não as linguagens em que são efetuados e como essa modificação conduz à criação e difusão de novas linguagens e novos contextos⁶⁹.

Um ponto essencial nessa busca é registrar aspectos do vocabulário. Segundo Quentin Skinner, os vocábulos ajudam a entender os fatores que delinham e determinam a ação dos sujeitos históricos em diferentes contextos⁷⁰. Nisso, o *software* utilizado serviu para nos guiar na seleção das palavras que se destacaram nos jornais e na compreensão dos conjuntos lexicais.

Ainda que disso possa surgir uma preocupação com seus significados semânticos, o nosso interesse esteve ligado mais à *performance*, quer dizer, a forma com que foram utilizados⁷¹. Sendo assim, partimos do pressuposto de que esses termos eram armas no debate político e por isso buscamos compreender como foram empregados por atores históricos, já que muitas vezes a diferença na manipulação de determinadas palavras não esteve no nível semântico, mas sim nas circunstâncias e nos sentidos em que foi aplicada⁷². Falando de outro modo, nossa preocupação não esteve apenas no “que se disse”, mas também no “como se disse”, “quem disse”, “onde disse”, “a quem disse” e “em que circunstâncias” disse⁷³.

Para efeito expositivo da pesquisa, a tese foi dividida em quatro capítulos. Com exceção do primeiro, que se trata de uma parte metodológica, a divisão respeitou acontecimentos importantes para o processo de independência bem como os diferentes momentos da imprensa.

⁶⁷ A historiografia já destacou, por exemplo, o caso dos “Vivas” em festas de adesão à constituição. GALVES, 2010.; NEVES, 2003.

⁶⁸ SKINNER, 2005, p. 210.

⁶⁹ POCOCK, 2003, p. 74.

⁷⁰ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12–13.

⁷¹ SKINNER, 2005, p. 156.

⁷² *Ibid.*, p. 261.

⁷³ PALTÍ, Elias José. **El Tiempo de la Política**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 294.

Se o primeiro capítulo trata de discussões sobre as Humanidades Digitais e o funcionamento do *Iramuteq*, *software* utilizado nessa tese, o segundo analisou os jornais que circularam a partir da chegada das notícias da Revolução do Porto até o Fico⁷⁴. Esse momento foi marcado pela valorização do constitucionalismo e a circulação de um discurso voltado à defesa da constituição e da pátria no qual a emocionalização do léxico foi marcante. O capítulo foi subdividido em quatro partes. Na primeira, exploramos o crescimento do número de jornais e o debate a respeito da liberdade de imprensa. O segundo tópico partiu das análises realizadas pelo *Iramuteq* que nos deu subsídios para entender os temas e o vocabulário político dos periódicos. Tendo como base essa análise, investigamos no terceiro e no quarto tópico o contexto político e as propostas que circularam nos impressos desse período.

No terceiro capítulo foram examinados os jornais publicados entre o Fico e a convocação da Constituinte. Nesse momento, verificamos o acirramento da polarização entre críticos e defensores das Cortes, onde foi possível identificar diferentes projetos políticos que circularam nos periódicos e a disputa pela definição da “pátria”.

O capítulo foi dividido em quatro tópicos. No primeiro, fizemos uma abordagem geral dos jornais, explorando a dinâmica da imprensa do Reino do Brasil. No segundo tópico estudamos um projeto político ao qual chamamos de “autonomista”. Para entendê-lo, analisamos os temas e vocábulos dos impressos que o defendiam a partir dos dados do *Iramuteq*. Após, investigamos outros periódicos autonomistas através de informações recolhidas durante a leitura dos mesmos. Dinâmica semelhante foi feita com os jornais que chamamos de “unitários”, que foram estudados no terceiro tópico. Por fim, ainda nesse capítulo, a quarta parte trata dos periódicos que circularam em Pernambuco e dos projetos políticos neles veiculados. Ao fim da exposição e análise de cada projeto, inserimos notas de conclusão afim de resumir e unir o que foi discutido em suas seções.

O capítulo quatro explora os jornais que circularam a partir da convocação da Constituinte até meados de 1823. Nesse momento ocorreu o desdobramento das disputas já encetadas e a radicalização dos discursos de mobilização graças ao acirramento dos conflitos

⁷⁴ Salientamos que as datas limites de cada etapa não são únicos para todas as províncias, mas variam a depender do momento em que a notícia do fato escolhido como recorte circulou pelos jornais. Ainda que os recortes possam ser acusados de “riocentrismo”, eles refletem os temas que mais impactaram a maior quantidade de periódicos. Mesmo que outros assuntos tivessem mais importância em determinadas províncias, foram os escolhidos que se destacaram quando analisamos as fontes em conjunto.

políticos e militares no Brasil. Além disso, nota-se a ruptura entre as identidades “portuguesa” e “brasileira”, bem como suas manifestações e utilizações pelos periódicos com os mais diversos objetivos.

Percebendo esse contexto, dividimos o capítulo por províncias. Com exceção de Pernambuco, onde não tiveram jornais analisados pelo *Iramuteq*, nas partes do Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia, a organização seguiu a mesma lógica. Primeiro, fizemos uma discussão geral da imprensa no recorte analisado, passando em seguida para as análises no *Iramuteq* que evidenciaram os temas e vocábulos dos periódicos e, por fim, a discussão sobre informações retiradas dos jornais que nos revelaram seus projetos políticos, as disputas que se envolveram e o contexto de guerra do processo de independência. Ao fim do tópico de cada província, inserimos notas de conclusão para sintetizar o que foi mostrado e relacionar os contextos regionais com a independência.

1. QUESTÕES METODOLÓGICAS

A utilização de *softwares* no estudo de documentos históricos, ainda que não seja atividade nova⁷⁵, não é frequente na historiografia da independência do Brasil⁷⁶. Diante disso, consideramos importante fazer rápido levantamento de possibilidades e problemas oferecidos por ferramentas informatizadas a partir do que lemos sobre o assunto, bem como explicar o funcionamento do *Iramuteq*, instrumento utilizado nessa tese.

Um dos primeiros a empreender esforços na utilização de *softwares* em análises na área das humanidades foi o padre Roberto Busa em 1949, na Itália. O clérigo fez um *index verborum* de todas as palavras dos livros de Thomas de Aquino, reunindo um total de 11 milhões de vocábulos latinos medievais. O trabalho de Busa abriu um leque de oportunidades que passou a ser explorado a partir de análises quantitativas de textos clássicos utilizando programas informatizados como o *Oxford Concordance Program* e o *General Inquirer*⁷⁷, e a criação de associações como a *Association for Computers and the Humanities*⁷⁸.

Com o desenvolvimento e a popularização dos computadores, cada vez mais pesquisadores se dedicaram a analisar textos a partir de programas informatizados. Todavia, o número de estudiosos era limitado pela dificuldade de acesso e de manipulação das máquinas, que, além de caras, eram grandes e não tinham interface gráfica.

⁷⁵ Sobre a trajetória do campo, que se convencionou chamar de *Humanidades Digitais*, conferir: DALBELLO, Marija. A genealogy of digital humanities. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 3, p. 480–506, 2011.; ORLANDI, Tito. Reflections on the Development of Digital Humanities. **Digital Scholarship in the Humanities**, v. 36, n.2, out., 2020.; JONES, Steven E. **The emergence of the Digital Humanities**. New York: Routledge, 2014.; ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dois exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, n. 69, p. 91–103, 2016.; ROBERTS, Carl. W.; POPPING, Roel. Computer-supported Content Analysis: Some Recent Developments. **Social Science Computer Review**, v. 11, n. 3, p. 283–291, out., 1993.

⁷⁶ Alguns trabalhos têm se esforçado em analisar temas históricos utilizando diversas ferramentas das Humanidades Digitais. Cf: BACELLAR, 2022.; MARQUES, 2016.; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os Objetos Técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 2, jul./dez., 2016.; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos *et al.* Explorando os potenciais da história digital: a experiência do centro de documentação e imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus De Nova Iguaçu. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, n. 69, p. 152–172, jan./abr., 2020.; RODRIGUES, Aldair. Humanidades Digitais e Diáspora Africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (Século XVIII). **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 64–87, 2020.; SOUSA, Maria Clara Paixão de. O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, p. 53–93, 2014.

⁷⁷ Software criado pela Universidade de Harvard para a análise de textos. Disponível em: <<http://www.wjh.harvard.edu/~inquirer/>>. Acesso em 09 de junho de 2022.

⁷⁸ SCHREIBMAN, Susan.; SIEMENS, Ray.; UNSWORTH, John. **A new companion to Digital Humanities**. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2016.

O cenário mudou na década de 1990. Nesse período, surgiram equipamentos cada vez menores e portáteis com interação amigável com o usuário, além de preços mais acessíveis. A popularização dos computadores pessoais, ocorrida no fim da década de 90 e início dos anos 2000, foi acompanhada pela difusão da internet, cada vez mais comum em residências, favorecendo compartilhamento e acesso rápido a arquivos que, anteriormente, ocorriam apenas em espaços restritos.

Com a crescente democratização da internet no século XX, ocorreu uma série de projetos de disponibilização de documentos históricos de forma digital e *online*⁷⁹. A partir disso, facilitou-se o acesso a manuscritos e a possibilidade de análise a partir de *softwares*, já que eles podiam ser acessados de qualquer lugar conectado à *web* em formato digital.

Diante da digitalização das fontes históricas, mais pesquisadores passaram a quantificar e a analisar os textos a partir de informações provindas de estatísticas obtidas pelos *softwares*. Como exemplo dos trabalhos feitos nesse estágio, Peter de Bolla⁸⁰ investigou as variações da expressão “Direitos Humanos” em documentos disponibilizados na *Eighteenth Century Collections Online*; Maarten van den Bos e Hermione Giffard⁸¹ exploraram jornais holandeses disponíveis na *Dutch National Library* digital, buscando entender o desenvolvimento do sentimento nacionalista na região; e Dominique Labbé e Jacques Savoy estudaram os discursos do presidente francês Emmanuel Macron disponíveis nos sites *Elysee* e *Vie Publique*⁸².

Esses e outros trabalhos acabaram, em meio à prática, refletindo acerca do método de utilização de *softwares* na leitura de documentos e responderam às críticas daqueles que não veem um bom caminho para as humanidades na utilização dessas ferramentas. Em geral, percebe-se certa polarização entre a defesa das ferramentas computacionais como fundamentais para a leitura de grandes *corpora* documentais, e a crítica do hipnotismo que os *outputs*, gráficos e números podem exercer sobre os pesquisadores, transformando-os em meros porta-vozes das estatísticas. Entre ambos, certa visão moderada defende os métodos computacionais como

⁷⁹ Como exemplo, duas instituições de guarda que armazenam jornais do processo de independência, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, iniciaram seus processos de digitalização e de disponibilização *online* em 2008.

⁸⁰ BOLLA, Peter de. **The Architecture of Concepts**. Nova Iorque: Fordham University Press, 2014.

⁸¹ BOS, Maarten Van Den; GIFFARD, Hermione. Mining Public Discourse for Emerging Dutch Nationalism. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, v. 10, n. 3, p. 1–14, 2016.

⁸² LABBE, Dominique; SAVOY, Jacques. Stylistic analysis of the French presidential speeches: Is Macron really different. **Digital Scholarship in the Humanities**, v.36, n.1, p. 153-163, abr., 2020.

adição às metodologias tradicionais que dependem da interpretação humana, não uma substituição⁸³.

Nesse contexto, tem fundamental importância o debate crítico promovido por Geoffrey Rockwell e Stéfan Sinclair⁸⁴ acerca da utilização de ferramentas computacionais em análises de texto. Os autores alertaram ao perigo de que, em meio aos resultados disponibilizados pelos *softwares*, os pesquisadores silenciem suas análises e acabem desaparecendo de suas próprias pesquisas⁸⁵.

Diante disso, destacamos que não consideramos o uso dos programas computacionais o método ou a teoria que guia nossas análises, ao mesmo tempo em que seus *outputs* não são o resultado da pesquisa⁸⁶. Os dados numéricos são apenas o “primeiro vislumbre” dos componentes e dos objetos de estudo que devem ser melhor explorados pelo pesquisador⁸⁷. Eles podem até gerar problemáticas e hipóteses, mas somos nós quem devemos respondê-las⁸⁸.

Também devemos estar atentos aos limites da utilização dessas ferramentas. Um dos mais sérios é a formatação do *corpus*, que atinge todos os pesquisadores que buscam analisar textos a partir de programas computacionais. Nesta tese, por exemplo, esse processo foi longo e passou por etapas diferentes nas quais realizamos alguns testes para tentar diminuir os problemas decorrentes desse tipo de análise.

Em um primeiro momento, reunimos os arquivos digitalizados pelas instituições de guarda que disponibilizaram seus acervos *online* e entramos em contato com pesquisadores que continham, em seu arquivo pessoal, jornais que ainda não haviam sido disponibilizados na *internet*⁸⁹. A partir desses arquivos digitalizados, iniciamos a conversão das imagens ou arquivos em PDF para texto, já que essa é a única formatação aceita pelo *software*.

⁸³ WEVERS, Melvin; VERHOEF, Jesper. Coca-Cola: An Icon of the American Way of Life. An Iterative Text Mining Workflow for Analyzing Advertisements in Dutch Twentieth-Century Newspapers. **Digital Humanities Quarterly**, v. 11, n. 4, 2017.

⁸⁴ Ambos são criadores do *Voyant Tools*, uma ferramenta de análise textual.

⁸⁵ ROCKWELL, Geoffrey; SINCLAIR, Stéfan. **Hermeneutica: Computer-Assisted Interpretation in the Humanities**. Massachusetts: The MIT Press, 2016. p. 20.

⁸⁶ LAHLOU, Saadi. Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representation**, v. 20, n. 38, p. 1–7, 2012, p. 3.

⁸⁷ BOLLA, 2014, p. 9.

⁸⁸ ROCKWELL; SINCLAIR, 2016, p. 41.

⁸⁹ Nesse momento, agradecemos a gentileza dos professores Ariel Feldman e Marcelo Cheche Galves por disponibilizarem edições dos jornais *Conciliador Nacional* e *Folha Medicinal Maranhense*.

Nessa tarefa, fizemos uma primeira tentativa por meio do processo genericamente conhecido como *OCR (Optical Character Recognition)*. Esse método opera com algoritmo de reconhecimento de caracteres a partir de um arquivo de imagem, transformando-o em texto. Porém, percebemos durante as análises que mesmo que a tecnologia tenha avançado, criando inclusive técnicas mais desenvolvidas, como o *ICR (Inteligente Character Recognition)*, dificilmente essa conversão será muito eficiente, principalmente ao se trabalhar com documentos manchados, desgastados e apagados, como a maioria dos jornais analisados nesta tese⁹⁰.

Infelizmente, o problema pode passar despercebido por alguns pesquisadores e induzi-los a erros. Muitos portais de disponibilização de documentos, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dispõem da opção de pesquisa por palavra, o que pode atrair e iludir cientistas⁹¹. Como exemplo dos infortúnios causados por essas incorreções, comparamos a busca da palavra “nação” no jornal *Revebero Constitucional Fluminense* feita na Hemeroteca com uma feita no nosso *corpus*: enquanto no site foram localizadas apenas 139 ocorrências, encontramos, no nosso documento, 273⁹² usos.

É evidente que a ferramenta disponibilizada pela Hemeroteca tem utilidade para pesquisas de caráter lexical. No entanto, para algo mais específico, o investigador deve se precaver. Por isso, decidimos digitar todo o material analisado no *Iramuteq* manualmente, buscando diminuir as discrepâncias entre o *corpus* em formato digital analisado e os documentos originais.

Outra limitação na utilização de ferramentas computacionais nesse tipo de análise consiste na ausência de aspectos discursivos importantes mal representados nas estatísticas, seja porque não estão projetados diretamente no discurso ou porque existem limitações nos

⁹⁰ BLEVINS, Cameron. Digital History's Perpetual Future Tense. In: GOLD, Matthew K.; KLEIN, Lauren F. (orgs.) **Debates in the digital humanities**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2016, p. 5.

⁹¹ Essa situação não ocorre apenas na Hemeroteca, mas também em outros arquivos digitais. Cf: ROBERTSON, Stephen. The Differences between Digital Humanities and Digital History. In: GOLD, Matthew K.; KLEIN, Lauren F. (orgs.) **Debates in the digital humanities**. Minnesota: University of Minnesota Press.; ALPERT-ABRAMS, Hannah. Machine Reading the Primeros Libros. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, v. 10, n. 4, p. 1–18, 2021.

⁹² Uma análise mais detalhada desse problema foi feita por Eric Brasil e Leonardo Nascimento: BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196–219, jan./abr., 2020.

*softwares*⁹³. Um exemplo disso é o termo “Estados Unidos”⁹⁴, que não aparece nas análises pois o *Iramuteq* entende que são duas palavras diferentes, quer dizer, “Estados” e “Unidos”. A solução se obtém com o denso conhecimento pelo pesquisador da fonte e da ferramenta, por isso a relevância de ele ler e conhecer profundamente os documentos analisados e o *modus operandi* do *software*.

Diante dessas circunstâncias, a pesquisa foi pensada e desenvolvida em três etapas⁹⁵. A divisão serviu não apenas para a organização da redação da tese, mas também para tentar diminuir os problemas supracitados.

Em um primeiro momento, fizemos a seleção, a coleta, a organização e tivemos um primeiro contato com os jornais analisados. Para isso, buscamos, na literatura e em outras fontes, informações acerca dos periódicos que circularam no recorte escolhido, visitamos arquivos digitais e presenciais, entramos em contato com outros pesquisadores e organizamos os documentos coletados em um banco de dados. Nesse processo, recolhemos, para a utilização na tese, 36 jornais que totalizaram 6.721 páginas.

Ainda nessa etapa e após a reunião dos periódicos, o trabalho continuou em duas frentes. Na primeira, lemos e recolhemos informações, tais como locais de venda, preços, jornais citados, autores e correspondentes, ao mesmo tempo em que fizemos o que Laurence Bardin chamou de “leitura flutuante”⁹⁶, um processo de conhecimento das fontes para não ficarmos dependentes dos resultados oferecidos pelo *software*.

Paralelamente à leitura, realizamos a triagem do *corpus* que seria analisado no *Iramuteq*. É importante destacar que foi necessária uma seleção devido à enorme quantidade de impressos que circulou no recorte temporal escolhido, o que tornaria muito longa e exaustiva a exploração detalhada de todos. Ademais, por estarmos trabalhando com testes estatísticos, percebemos que jornais com poucas edições não possibilitavam análises confiáveis, o que nos fez optar por

⁹³ LAHLOU, 2012, p. 3.

⁹⁴ Assim como ocorreu com “Rio” de “Janeiro”, por exemplo.

⁹⁵ Essas fases foram baseadas no sistema exposto por Laurence Bardin. BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

⁹⁶ Momento no qual o pesquisador, a partir de uma leitura intuitiva e aberta, mesmo que orientado por métodos de análise, permite-se descobrir o objeto de estudo para além das limitações impostas pelos objetivos inicialmente propostos. *Ibid.*, p. 75.

eliminar periódicos com menos 50 edições localizadas. Nesse *subcorpus* criado a ser examinado no *software*, reunimos 7 jornais que juntos somaram 4.580 páginas, 68% do *corpus* total.

Tabela 1 - Jornais analisados na tese

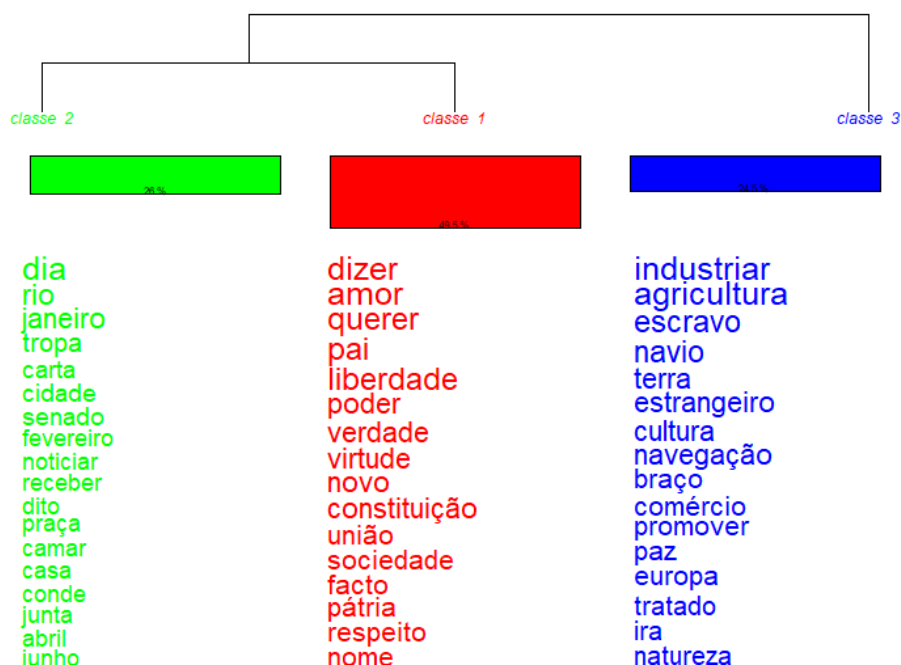
	Jornal	Analisado no <i>Iramuteq</i>	Província	Páginas totais
1.	A Abelha		BA	4
2.	Analysador Constitucional		BA	4
3.	Diário Constitucional		BA	148
4.	Espreitador Constitucional		BA	4
5.	Idade d'Ouro⁹⁷		BA	218
6.	Baluarte Constitucional		BA	4
7.	O Constitucional	X	BA	240
8.	Semanário Cívico	X	BA	544
9.	Sentinela Bahiense		BA	8
10.	O Conciliador do Maranhão	X	MA	1105
11.	Folha Medicinal		MA	45
12.	O Paraense		PA	259
13.	Aurora Pernambucana		PE	12
14.	Diário da Junta de Governo		PE	33
15.	Gazeta Extraordinária do Governo		PE	12
16.	Gazeta do Governo Provisorio		PE	12
17.	Gazeta Pernambucana		PE	86
18.	O Conciliador Nacional		PE	32
19.	O Maribondo		PE	22
20.	Relator Verdadeiro		PE	28
21.	Segarrega		PE	103
22.	Atalaia		RJ	55
23.	Compilador Constitucional Fluminense		RJ	73
24.	O Conciliador do Reino Unido		RJ	66
25.	Correio do Rio de Janeiro	X	RJ	1143
26.	A Malagueta		RJ	131
27.	O Bem da Ordem		RJ	74
28.	O Constitucional		RJ	32
29.	O Espelho	X	RJ	726

⁹⁷ Ainda que tenhamos localizado mais do que 50 edições do jornal, elas são espaçadas na linha temporal, compreendendo lacunas de até um ano. Isso impossibilitou uma análise feita no *Iramuteq* por dificultar a criação de padrões discursivos, já que os assuntos, graças aos hiatos da fonte, variaram muito.

30.	O Macaco Brasileiro		RJ	40
31.	O Mosquito Brasileiro		RJ	16
32.	O Papagaio		RJ	48
33.	O Volantim	X	RJ	209
34.	O Regulador Brasílico-Luso		RJ	533
35.	Reverbero Constitucional Fluminense	X	RJ	613
36.	Sabatina Familiar		RJ	39
Total				6721
Total de páginas analisadas no Iramuteq				4.580
Porcentagem de páginas analisadas no Iramuteq				68%

Para evitar os ruídos decorrentes da conversão digital de imagens em textos por meio do *OCR*, optamos por digitar os jornais manualmente⁹⁸. Antes dessa decisão, realizamos alguns testes e percebemos que a conversão digital causava muitas falhas, o que nos conduziu à digitação integral dos documentos. A diferença entre os resultados de diagnósticos das duas metodologias de conversão está ilustrada nas imagens abaixo.

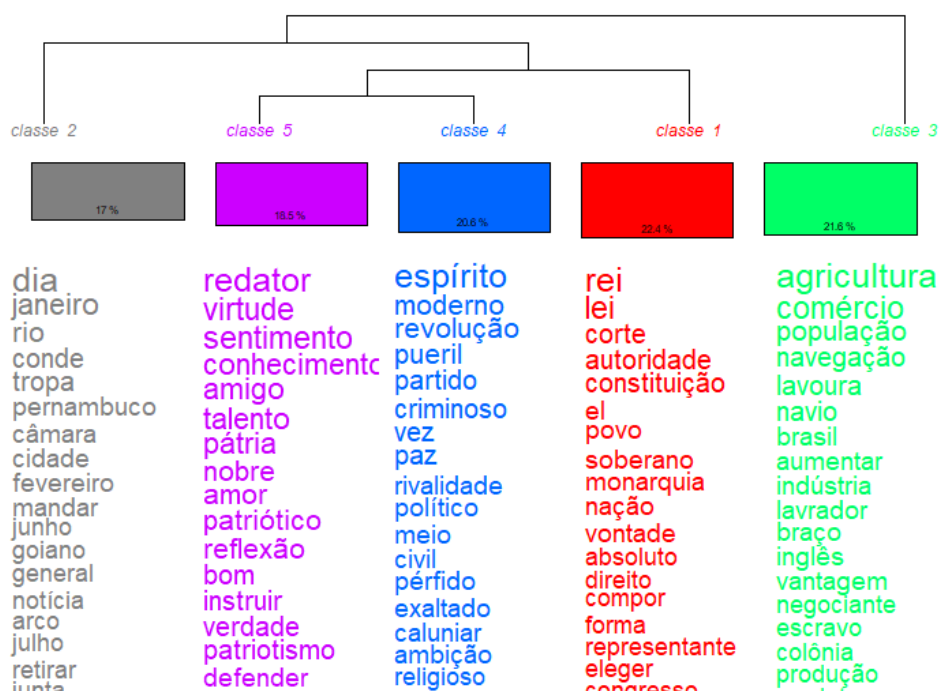
Gráfico 1 - Método Reinert das edições do *Semanário Cívico* que circularam até a notícia do Fico com conversão digital (OCR).



Fonte: Gráfico criado pelo *Iramuteq* a partir dos dados do *Semanário Cívico* (2022).

⁹⁸ Algumas edições estavam em condições muito precárias, o que impossibilitou a digitação. Quando isso ocorreu, foi avisado.

Gráfico 2 - Método Reinert das edições do *Semanário Cívico* que circularam até a notícia do Fico digitados manualmente.



Fonte: Gráfico criado pelo *Iramuteq* a partir dos dados do *Semanário Cívico* (2022).

Os gráficos mostram a discrepância entre um e outro tipo de conversão. Assim, consideramos que pesquisas que se proponham a analisar quantitativamente e digitalmente os jornais que estudamos devem, necessariamente, proceder a digitação, pelo menos enquanto não forem inventadas tecnologias mais eficientes.

Após a leitura dos jornais, da formatação e da correção dos textos para análise no *software*, iniciamos a segunda etapa da pesquisa. Nela, reunimos as informações retiradas dos periódicos em tabelas criando um banco de dados para cada periódico, fizemos algumas comparações e realizamos as primeiras análises no *Iramuteq*.

Figura 1 - Modelo de estruturação do banco de dados.

	A	B	C	D
1	Nome do correspondente	Síntese	Edição	Data
2	A. M. da C. S. (Antônio Marques da Costa Soares)	Soneto ao presidente de província Berni n.6		03/05/1821
3	Hum Amigo da boa Ordem	Elogia a iniciativa do redator e o defendi n.8		10/05/1821
4	Anônimo	Notícia uma representação enviada às C n.37		17/11/1821
5	Hum amante da bem entendida constituição	Correspondente pede respostas sobre d n.37		17/11/1821
6	José Gonçalves da Silva & Cia	Casa de comércio prestando contas de c n.42		05/12/1821
7	Veritas	Correspondente desmentido corresponi n.43		08/12/1821
8	M. A. O. G.	Correspondente reclamando quem vem n.44		12/12/1821
9	Silvestre José de Seixas	Correspondente pede aos redatores que n.44		12/12/1821
10	Major Ajudante de Ordens do Governo da Província Rodrigo Pinto Pizarro	Críticas a José Loureiro de Mesquita e N Suplemer		20/12/1821
11	Hum amigo da Verdade	Correspondente defendendo um comari Suplemer		20/12/1821
12	Anônimo	Correspondente anonimo pede para inc Suplemer		20/12/1821
13	Curioso Constitucional	Questionamento do motivo de a Câmara n.47		22/12/1821

As análises no *Iramuteq* foram feitas a partir de duas ferramentas existentes no *software*: a Análise de Similitude e o Método Reinert. Antes de explicarmos como cada uma funciona, é importante expormos alguns padrões vigentes em todos os testes. Primeiro, utilizamos como ponto de partida o dicionário feito pelo Laboratório de Psicologia da Comunicação e Cognição, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade, da Fundação Carlos Chagas, e pelo grupo de pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Esse dicionário foi por nós aprimorado no decorrer da pesquisa, adicionando termos que não constavam, como “El Rei”, por exemplo.

Segundo, optamos por não selecionar a lematização⁹⁹, de forma a evitar associação de termos como “povo” e “povos”, que, ainda que semelhantes, podem ter sentidos bastante diferentes. Por fim, decidimos analisar ativamente as palavras das seguintes classes gramaticais: adjetivo, formas não reconhecidas, substantivos comuns e suplementares, e verbos. A seleção se deu por meio de um recorte feito a partir dos objetivos da tese: entender os temas e os vocábulos desses jornais. Por isso, não foi nosso interesse analisar advérbios e pronomes, por exemplo¹⁰⁰. Abaixo, a figura com a configuração das classes analisadas, em que o número 1 representa as classes ativas¹⁰¹ e o número 2, as classes suplementares¹⁰².

⁹⁹ Opção que permite ao *software* unir sinônimos. Em alguns momentos, o *software* agiu de forma inesperada e, mesmo que nós tenhamos desmarcado a opção de lematização, ele permaneceu juntando algumas palavras. Quando isso ocorreu, foi sinalizado.

¹⁰⁰ Essas duas classes gramaticais foram muito frequentes nos textos, principalmente o vocábulo “não”. Diante de sua importância, tentamos realizar uma análise experimental para compreender seu papel nos discursos. Todavia, os testes se mostraram fadigosos e até infrutíferos para nossos objetivos e por isso optamos por manter a exclusão dos advérbios, compreendendo que eles, mesmo que importantes para nos ajudar a entender a retórica desses jornais, poderiam nos desviar de nosso objetivo principal.

¹⁰¹ Aquelas que são, efetivamente, analisadas nos testes.

¹⁰² Que não são analisadas, ainda que quantificadas.

Figura 2 - Configuração das classes analisadas no *Iramuteq*.

Clés d'analyse

Choix des clés d'analyse
0=éliminé; 1=active; 2=supplémentaire

Adjectif	1	voir liste	Conjonction	2	voir liste
Adjectif démonstratif	2	voir liste	Formes non reconnues	1	voir liste
Adjectif indéfini	2	voir liste	Nom commun	1	voir liste
Adjectif interrogatif	2	voir liste	Nom supplémentaire	1	voir liste
Adjectif numérique	2	voir liste	Onomatopée	2	voir liste
Adjectif possessif	2	voir liste	Pronom démonstratif	2	voir liste
Adjectif supplémentaire	2	voir liste	Pronom indéfini	2	voir liste
Adverbe	2	voir liste	Pronom personnel	2	voir liste
Adverbe supplémentaire	2	voir liste	Pronom possessif	2	voir liste
Article défini	2	voir liste	Pronom relatif	2	voir liste
Article indéfini	2	voir liste	Préposition	2	voir liste
Auxiliaire	2	voir liste	Verbe	1	voir liste
Chiffre	2	voir liste	Verbe supplémentaire	1	voir liste

OK

Fonte: *Iramuteq* (2022).

Falando especificamente dos recursos do *Iramuteq* utilizados no trabalho, comecemos pela análise de similitude, por se tratar de ferramenta mais simples. Ela basicamente quantifica a correlação entre palavras em um mesmo segmento de texto¹⁰³, quer dizer, conta quantas vezes as palavras aparecem próximas em um mesmo trecho composto em média por 40 vocábulos. Nas análises de similitude, optamos como padrão destacar as dez palavras que mais se correlacionaram com aquela que estava sendo examinada, de forma a evitar poluição visual nos grafos e destacar os elementos mais importantes.

¹⁰³ São fragmentos do texto dimensionados pelo próprio *software* em função do tamanho total do *corpus*. Eles são considerados o “ambiente” das palavras e os testes de similitude são feitos levando em conta as correlações dentro de cada “ambiente”. O tamanho médio desses fragmentos de texto é definido pelo pesquisador (segundo o padrão do *software*, optamos por 40 palavras), mas o programa também considera a pontuação para determinar as divisões.

Gráfico 3 - Grafo de similitude de “amor” no *Conciliador do Maranhão* nas edições após a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Conciliador do Maranhão*.

A segunda ferramenta utilizada, o Método Reinert, um pouco mais complexa. Ela propõe uma classificação hierárquica descendente segundo o método criado pelo linguista e estatístico francês Max Reinert¹⁰⁴. O recurso analisa as palavras e os segmentos de textos que exercem funções semelhantes e diferentes e, a partir de cálculos estatísticos e semânticos, os separa em classes. A análise é baseada na ideia de que as palavras usadas em contexto similar estão associadas a um mesmo mundo lexical¹⁰⁵. O teste gera diagramas como os [Gráfico 1](#) e [Gráfico 2](#), além de gráficos AFC (Análise Fatorial por Correspondência) que nos ajudam a visualizar a proximidade entre as classes e as palavras.

Em nosso trabalho, o Método Reinert serviu de guia. Ele nos propiciou a possibilidade de mapear lugares comuns nos discursos dos jornalistas¹⁰⁶, já que toda argumentação expressa

¹⁰⁴ As fundamentações teóricas de Reinert podem ser conferidas em dois artigos: REINERT, Max. Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte. **Les Cahiers de l'analyse des données**, v. 8, n. 2, 1983.; REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**. v.26, n.24, 1990.

¹⁰⁵ SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Planaltina: *E-book*, 2017, p. 46.

¹⁰⁶ KALAMPALIKIS, Nikos. L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales sous la direction de Jean-Claude Abric dans l'analyse des représentations sociales. In: ABRIC, Jean-Claude. **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Toulouse: Érès, 2005, p. 152.

um sistema lexical que organiza e dá coerência ao que é enunciado pelo locutor¹⁰⁷. Enxergamos, nas classes definidas pelo *Iramuteq*, a “teia” que dá forma aos discursos. Assim, o principal ponto de interesse ao fazer esse tipo de exame não foi no valor isolado dos vocábulos, mas no efeito geral que eles formam quando estão juntos no texto¹⁰⁸.

Por ser mais complexo, o Método Reinert demanda mais informações estatísticas. Optamos pelo número de classes terminais na fase 1 = 10¹⁰⁹, que é um padrão do *software*, e tivemos como referência o número máximo de formas ativas¹¹⁰ analisadas = 3.000, ainda que isso varie em algumas análises, o que será alertado quando ocorrer. Após os testes, buscamos sempre obter um número de segmentos de textos classificados acima de 80%¹¹¹.

Após a primeira etapa de análises, procedemos nova correção dos textos digitados, buscando diminuir ao mínimo possível os ruídos e palavras escritas erradas¹¹². Também fizemos nova atualização do dicionário. Após isso, realizamos testes, repetindo o processo sempre que necessário. Munidos dos resultados do *Iramuteq* e dos dados recolhidos na leitura dos jornais, iniciamos a última fase do trabalho, que foi o de interpretação dos resultados e escrita.

O processo de redação e de interpretação dos jornais e dos *outputs* levaram em conta tanto os dados fornecidos pelo programa quanto o conhecimento que tínhamos dos documentos a partir da leitura que fizemos. Se, por um lado, a ferramenta computacional foi capaz de indicar caminhos, a leitura nos deu a flexibilidade de abordar temas que passariam despercebidos. Assim, ainda que seja um trabalho que teve como principal ferramenta um *software*, os dados recolhidos e utilizados não se limitam a ele.

¹⁰⁷ ALBA, Martha de. El método ALCESTE y su aplicación al estudio de las representaciones sociales del espacio urbano: el caso de la Ciudad de México. **Papers on social representations**, v. 13, p. 1.1-1.20, 2004, p. 2.

¹⁰⁸ SCHREIBMAN; SIEMENS; UNSWORTH, 2016.

¹⁰⁹ Número que determina a quantidade de classes iniciais nos testes.

¹¹⁰ O mesmo que “palavras” únicas ativas analisadas.

¹¹¹ Ao realizar os testes estatísticos, o *software* pode não conseguir classificar alguns segmentos de texto. Esse número normalmente é maior quando o *corpus* analisado é muito heterogêneo. Por se tratar de jornais, é comum que ele fosse relativamente alto, já que estão em um mesmo arquivo editoriais, notícias, extratos de outros documentos, anúncios e correspondências. Para evitar isso, separamos as edições em seções, de forma a dar mais homogeneidade e evitar a associação de textos que não se relacionam uns aos outros, como “notícias” e “anúncios”, por exemplo. Em geral, a média de segmentos classificados ficou em torno de 90% e, quando algum resultado foi discrepante, alertamos.

¹¹² Conseguíamos perceber essas incorreções porque esses vocábulos apareciam como “Formas não reconhecidas” no dicionário do *Iramuteq*.

Mesmo tomando cuidados e fazendo uma série de testes, percebemos, durante a pesquisa, quatro pontos que devem ser destacados. O primeiro é a persistência de erros humanos. Ainda que os jornais tenham sido digitados e corrigidos, por se tratarem de processos humanos, cansativos e tediosos, pode ser que erros de digitação tenham ocorrido, ainda que em porcentagem muito baixa diante do tamanho do *corpus*. Segundo, a existência de *bugs* e de comportamentos inesperados do *Iramuteq*, que, quando ocorreram, foram alertados no decorrer do texto e acreditamos que pouco ou quase nada alteraram o resultado final. Terceiro, diante dos limites e objetivos desta tese, algumas características textuais e possibilidades de pesquisa (como o papel retórico do “não”, citado em nota acima) não foram analisadas, o que indica outros caminhos possíveis para esse tipo de estudo.

Por fim, e talvez o mais importante, há o método de análise do *software*. A técnica de trabalho do *Iramuteq* se dá a partir de segmentos de textos, quer dizer, ele divide sua análise em trechos – no nosso caso, em média 40 palavras. Essa metodologia pode causar problemas em pesquisas nos jornais do século XIX, nos quais, muitas vezes, assuntos iniciados em um número só eram finalizados em outro. Nessas situações, o *software* não analisou as continuções como membros de um mesmo sistema de ideias, cabendo ao pesquisador suprir a deficiência.

Ainda que ciente das limitações, a pesquisa tentou inserir-se em um contexto de revisão e de inovação metodológica do campo das Humanidades Digitais. Se, por um lado, busca-se trabalhar de forma auxiliar e conjunta à literatura do processo de independência, por outro, tenta-se, por meio da utilização de *softwares*, interpretar a história intelectual com o auxílio das novas ferramentas digitais.

2. DA REVOLUÇÃO DO PORTO AO FICO (1821-1822)

Outro ainda mais essencial é o servirem [os jornais] de mediadores entre os Governos e os Povos, *maximé* nas extraordinárias crises, que sempre originam as alterações no Sistema Político de um Estado. Por um Jornal conhecem os Povos os passos, que os Governos seguem para regê-los; e estes se instruem sobre os sentimentos com que aqueles olham as suas deliberações. Que evidente, e inegável utilidade para um País onde são admissíveis as ideias liberais¹¹³.

O Conciliador do Maranhão, n.1, 15 de abril de 1821.

Em 15 de abril de 1821, poucos dias após a adesão do Maranhão à Revolução do Porto, o padre Tezinho e o diretor do teatro local, Antônio Marques da Costa Soares, publicaram a edição inaugural do *Conciliador do Maranhão*, primeiro periódico da província. Escrito em um momento de grande agitação social no qual o sistema político do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi abalado pelo movimento constitucional iniciado no Porto, os redatores atribuíram ao seu periódico duas tarefas. Cientes de que viviam um momento particular na história, Tezinho e Soares se diziam interessados em informar a “História” dos “grandes acontecimentos Políticos das Nações”. Além de registrar fatos, o periódico também buscou ocupar um espaço que progressivamente foi ganhando importância na vida dos atores do início do século XIX, o de “mediadores entre os Governos e os Povos”.

Ao escreverem seu periódico, percebe-se como, para os redatores, a opinião pública foi considerada fundamental para a sociedade em que viviam. O impresso aponta para o reconhecimento da importante peça da política dos anos de 1820 e mostra a intenção de Tezinho e Soares de ser um espaço de comunicação entre autoridades e “povos”. Queriam instruir sobre as ações do governo, enquanto davam espaço às manifestações “populares”, transformando o *Conciliador do Maranhão* em local de diálogo entre ambos. Ao mesmo tempo, utilizavam o periódico para tentar “guiar” politicamente seus leitores para seus próprios fins, fazendo do impresso um local de legitimação de seus projetos políticos.

Assim como o *Conciliador*, outros periódicos surgiram no decorrer de 1821 com objetivos semelhantes. Na Bahia e no Rio de Janeiro, províncias que já tinham jornais desde o

¹¹³ Optamos por atualizar a escrita nas citações, mantendo a pontuação e as letras maiúsculas e minúsculas originais.

período joanino, o número de publicações mais que dobrou, enquanto Pernambuco conheceu seu primeiro periódico em março. Tais publicações são sintoma e consequência do novo momento da política portuguesa em que novas ideias e uma nova cultura política foram progressivamente incorporadas pela sociedade, tornando os espaços públicos elementos cruciais nesse processo.

De forma geral, a divulgação do constitucionalismo no Brasil se deu de forma intensa nos impressos. Ainda que parte dos intelectuais brasileiros tivessem tido contato com o constitucionalismo através de viagens e da leitura de jornais e livros estrangeiros na Europa, é possível admitir que foi a partir de 1820 que houve o aprofundamento da difusão da linguagem constitucionalista no Brasil. Esse encargo não foi levado à frente apenas pelos periódicos, mas também em espaços de sociabilidade, como academias, escolas e sociedades secretas. Do mesmo modo, livros - que já eram vendidos no Brasil de forma ilegal - e panfletos se popularizaram, expandindo o conhecimento que os letrados (e iletrados) tinham das ideias constitucionais¹¹⁴.

Por meio desses elementos a sociedade portuguesa foi alcançada pelo constitucionalismo através de uma estratégica pedagógica que apostou na imprensa como forma de educar a população para o novo regime que se instaurava¹¹⁵. Foi a partir deles que conceitos políticos, como constituição e liberdade, foram redefinidos, disputados e propagados, ao mesmo tempo em que manifestações populares reforçaram seus sentidos e legitimaram projetos políticos, fazendo do ano de 1821 um período medular na divulgação e defesa do constitucionalismo.

Atento à essas circunstâncias, este capítulo tem como objetivo entender a difusão do constitucionalismo através dos jornais que surgiram em 1821 e circularam até a publicação das notícias do Fico. Acreditamos que nesse processo um vocabulário político se consolidou nos jornais do Brasil no qual termos e conceitos políticos foram reforçados ou ressignificados. Também vislumbramos com a criação retórica de uma identidade política capaz de mobilizar

¹¹⁴ Sobre a circulação de livros no Brasil, conferir: VILLALTA, 2009; MOREL, 2006.

¹¹⁵ Acerca dos espaços e trajetória da elite intelectual: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Patriotismo Constitucional: Pernambuco (1820-1822)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.; MOREL, 2006.; VIEIRA, 2019. Sobre o papel da imprensa na pedagogia constitucional, indicamos principalmente: COELHO, 1993.; NEVES, 2003.; NEVES, 2021. Sobre a entrada e circulação de livros ilegais: VILLALTA, Luís Carlos. Os livreiros, os “livros proibidos” e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.223-268. Acerca de panfletos e manuscritos, conferir: CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012.; 2014.

os portugueses a defenderem o novo sistema de governo que se instaurava. Para isso, notícias do que ocorria na Europa e a criação de uma narrativa política que polarizou o mundo entre “liberais” e “déspotas” exerceu papel vital na defesa e consolidação do constitucionalismo como modelo político a ser perseguido.

Este capítulo foi dividido em quatro tópicos. No primeiro, expomos o desenvolvimento da cena pública do Brasil a partir da Revolução do Porto e da multiplicação do número de jornais no decorrer de 1821. O vocabulário político desses periódicos foi analisado a partir de métodos quantitativos e qualitativos do *Iramuteq* na segunda parte desse capítulo. De um lado, expomos os principais temas debatidos, questões políticas, econômicas e sociais, a depender do interesse do periódico. Por outro, nos atentamos às palavras utilizadas pelos jornais. Conseguimos localizar vocábulos de cunho sentimental e qualificatório, que remetendo à significados religiosos, cívicos ou até mesmo típicos do Antigo Regime, exerceram um papel mobilizador e legitimador do constitucionalismo.

No terceiro tópico, apresentamos a forma com que os jornais noticiaram a adesão das províncias, bem como outros movimentos políticos no Mundo Atlântico. O entusiasmo com o constitucionalismo por parte de alguns periódicos e a necessidade de mobilizar a população em sua defesa resultaram na criação de narrativa política segundo a qual o mundo estaria dividido entre constitucionais e déspotas.

Por fim, no último item, apresentamos a inversão do entusiasmo percebido no início de 1821. Os últimos meses do ano foram marcados pelo afastamento de projetos políticos, o que levou a conflitos nas Cortes e nos jornais que circulavam no Brasil. Com isso, a identidade constitucionalista que teria sido discursivamente incitada para unir e mobilizar os portugueses em torno de um objetivo comum, transformou-se em objeto de disputa.

2.1. Opinião pública e liberdade de imprensa no alvorecer de 1821

A vinda da Família Real em 1808 causou grandes mudanças na América lusitana. De certo, o impacto do estabelecimento de uma corte na América, evento inédito até então, fez com que a sociedade do Brasil tivesse sua realidade alterada. O local escolhido para ser a nova capital do Reino Unido, o Rio de Janeiro, passou por reforma urbana, ganhou uma biblioteca, recebeu a nobreza e serviu de residência à grande parte do alto funcionalismo lusitano.

Um dos aspectos dessa mudança foi a criação da imprensa no Brasil. Em 1808, para suprir a necessidade de informar a população sobre as ordens do governo e sobre os

acontecimentos internacionais, criou-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹¹⁶. Posteriormente surgiram outros jornais como o baiano *Idade d'Ouro* e *O Patriota*.

A Revolução do Porto de 1820 contribuiu para o aumento do número de periódicos publicados no Brasil. Impulsionada por ideias liberais, a adesão ao movimento em Pernambuco e Maranhão foi seguida pelo surgimento de jornais nessas províncias¹¹⁷, enquanto na Bahia e no Rio de Janeiro houve um acréscimo do número de impressos. No Maranhão, o *Conciliador do Maranhão* foi fundado por dois personagens simpáticos ao governo provincial. Em Pernambuco, o *Aurora Pernambucana*¹¹⁸ saiu à luz no mesmo mês da adesão ao movimento, escrita pelo genro do governador Luís do Rego e sob sua ordem, como deixava explícito o periódico¹¹⁹. Na Bahia, o *Idade d'Ouro*¹²⁰, que circulava na província, ganhou a companhia do *Semanário Cívico*¹²¹, redigido por Joaquim José da Silva Maia¹²², importante comerciante português, procurador da Câmara do Senado de Salvador e membro do grupo “praísta”¹²³. Já no Rio de Janeiro, a primeira metade de 1821 foi marcada pela criação do *Conciliador do Reino*

¹¹⁶ Ainda que essa imprensa não praticasse o debate e a divergência direta e publicamente, não se pode ignorar que, de forma mais ou menos explícita, tinham uma atuação política. Existia em seus textos uma intencionalidade, ainda que subentendida, de defender e expor o ponto de vista da monarquia bragantina. Cf: PIMENTA, João Pimenta Garrido. **Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos do Prata (1808-1820)**. São Paulo: Hucitec, 2006.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.; STOIANI, Raquel. Uma guerra sem soldados e sem canhões: a função bélica e ideológica da Gazeta do Rio de Janeiro durante as Guerras Napoleônicas. **Revista USP**, n. 79, p. 70–81, 2008. MOREL, Marco.; BARROS, Mariana Monteiro. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹¹⁷ Acerca da origem da imprensa nas províncias do Norte, algumas obras como as de Geraldo Mártires Coelho, Marcelo Cheche Galves e Denis Antônio de Mendonça Bernardes destacaram a relação entre o surgimento dos periódicos com o movimento constitucional. Já o caso baiano foi detalhadamente estudado por Maria Beatriz Nizza da Silva em suas várias obras acerca dos jornais publicados no período joanino e no pós-Revolução do Porto. BERNARDES, 2006.; COELHO, 1993. GALVES, 2010.; SILVA, 2008.; 2011b.; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850)*. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. (org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.191-204.

¹¹⁸ O jornal era publicado na Oficina do Trem de Pernambuco. O valor da edição avulsa era 80 réis.

¹¹⁹ **Aurora Pernambucana**, n. 1, 27 de março de 1821.

¹²⁰ Publicado na Tipografia de Viuva Serva, e Carvalho. Tinha valores razoavelmente altos para o período, custando 80 réis a edição avulsa, 4000 réis a subscrição semestral e 7200 a anual.

¹²¹ O jornal era impresso na Tipografia de Viuva Serva, e Carvalho. O preço de sua edição avulsa era de 80 réis, e sua assinatura semestral custava 2000 réis.

¹²² Sobre a trajetória desse interessante personagem, conferir: ALVES, 2018.; LUSTOSA, Isabel. *Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista*. **Revista de História das Ideias**, v. 39, n.2, p.201-221, 2021.; PEREIRA, Chistiane Peres. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.; SILVA, Luiz Gustavo Martins da. **Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

¹²³ Grupo que reunia importantes comerciantes, majoritariamente portugueses, que ocupavam um importante espaço na cidade de Salvador. LUSTOSA, 2021.

Unido escrito por José da Silva Lisboa, que havia exercido o cargo de censor, e publicado na Imprensa Régia. Também surgiu na província *O Bem da Ordem*¹²⁴, redigido pelo professor e funcionário público Francisco Vieira Goulart, ex-redator do *Patriota*. Ambos, Lisboa e Goulart, ligavam-se ao governo da Corte pelos cargos públicos e pelas relações pessoais¹²⁵.

Desses jornais que surgiram no Brasil na primeira metade de 1821 aparece em comum o fato de terem sido criados por ordem do governo ou por pessoas que participavam dos espaços de poder nas províncias. Essa expansão relaciona-se diretamente com a permissão legal para a publicação de impressos sem a necessidade de autorização real, bem como a criação de novos estabelecimentos tipográficos no país, que também deixaram de depender de autorização prévia do governo¹²⁶. Aliás, cabe ressaltar que, no caso de Pernambuco, Bahia e Maranhão, a criação dos periódicos se deu antes mesmo da chegada das notícias da adesão do monarca ao movimento vintista, o que oferece um tom de desafio ao Antigo Regime.

A percepção da importância de legitimação pública se aprofundou durante 1821, momento de alargamento dos espaços públicos¹²⁷, e o surgimento dos periódicos significou o rompimento com o “monopólio” de publicações por parte da coroa¹²⁸. Assim, informações e opiniões passaram a circular de forma mais ampla e pública na sociedade, enriquecendo o debate e fazendo com que cada grupo enxergasse a necessidade de criar seu próprio jornal para dar publicidade às suas ideias. A opinião pública se firmou como elemento legitimador¹²⁹, fazendo dos impressos espaços de debate, sustentação de projetos e divulgação de ideias políticas¹³⁰.

¹²⁴ O jornal era impresso na Tipografia Real, e cada edição custava 80 réis.

¹²⁵ Lúcia Neves destacou a “ânsia em buscar cargos e benesses” de Goulart, o que, de certa forma, influenciou em seus posicionamentos políticos. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Francisco Vieira Goulart : entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais. **Anais do XII Encontro Regional de História**: ANPUH/RJ, n. 21, 1992, p. 8.

¹²⁶ Uma exploração completa das transformações no mercado tipográfico, desde o comércio de matérias-primas até a infraestrutura de circulação desses impressos, pode ser conferido em: MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹²⁷ GUERRA; LEMPÉRIÉRE, 1998, p. 14.

¹²⁸ O monopólio ocorria de forma irregular. Se eram proibidos e lidos em uma rede mais restrita e privada, também é verdade que existia amplo mercado de circulação de jornais e livros ilegais. Por meio desses e de viajantes, as ideias ilustradas e as notícias da Revolução Francesa foram importantes fatores de transformação na América, ultrapassando e furando as barreiras governamentais. No caso do Maranhão, por exemplo, Marcelo Cheche Galves chamou atenção para que a posse de livros era maior do que o estimado pela historiografia tradicional, o que demanda uma reflexão sobre os limites dessas barreiras governamentais. Cf: VILLALTA, 2009.; RINKE; SCHULZE, 2010, p. 161.; GALVES, 2010, p. 25.

¹²⁹ MOREL; BARROS, 2003, p. 42.

¹³⁰ Além dos jornais, os atores históricos atuaram por meio de sociedades e espaços como teatros, praças e estabelecimentos, além de panfletos, livros e rumores. Nesses, assim como nos periódicos, projetos foram criados, defendidos e debatidos de forma paralela e complementar aos impressos. Esses espaços teriam servido, segundo

É relevante destacar que esses periódicos não surgiram do “vazio”. Marco Morel¹³¹ chamou atenção para a existência dos jornais joaninos e a experiência que já existia por meio do que chegava da Europa. Desde 1715 já se podia encontrar algumas edições da *Gazeta de Lisboa* na América Portuguesa. Ademais, muitos dos redatores haviam viajado por outros países, convivido e aprendido com as imprensas locais, vivência que seria importante em suas atuações como periodistas¹³².

Assim, a partir de 1820, aconteceu o alargamento dos espaços públicos e a percepção da opinião pública como um dos principais componentes da política. Aliás, a Revolução do Porto e a inundação de publicações estrangeiras que chegaram no Brasil fizeram com que a discussão ganhasse as ruas, tornando possível aos indivíduos discutirem publicamente e exporem projetos e pontos de vistas. Uma consequência dessa percepção esteve no aumento do número de jornais que foram publicados no Brasil no ano de 1821. De um universo com apenas dois impressos passou-se para 16, como podemos ver no Quadro 1¹³³.

Quadro 1 - Jornais publicados em 1821 no Reino do Brasil.

Jornal	Província
1. Semanário Cívico	BA
2. Idade d’Ouro	BA
3. Diário Constitucional	BA
4. O Conciliador do Maranhão	MA
5. Aurora Pernambucana	PE
6. Relator Verdadeiro	PE
7. Segarrega	PE
8. O Espelho	RJ

Marco Morel, como primeiros esboços da modernidade política, onde, principalmente no caso das maçonarias, existiu suposta igualdade entre seus membros. Cf: BARATA, 2006.; MOREL, 2006.; PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 307–329, 2014.; MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 28, p.3-22, 2001.

¹³¹ MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos do setecentos e oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 164.

¹³² A trajetória intelectual, as experiências vivenciadas, os itinerários biográficos e as diferenças geracionais desses redatores foram analisadas por Lúcia Neves. O trabalho de Luís Otávio Vieira aprofundou essa discussão trazendo mais detalhes e elementos sobre a vida de parte desses escritores. O grupo selecionado pelo pesquisador nasceu majoritariamente entre nas décadas de 1770, 1780 e 1790. Grande parte teve atuações em setores do funcionalismo público, na educação, no comércio, no latifúndio, na magistratura e no mundo clerical. Essas e outras informações podem ser consultadas em: VIEIRA, 2019.; NEVES, 2003.

¹³³ Não incluímos o *Amigo do Rei e da Nação* porque o impresso só teve uma edição localizada e não indicou continuidade, preço de venda, subscrição ou intenção de continuar a ser publicado.

9. A Malagueta	RJ
10. O Conciliador do Reino Unido	RJ
11. O Bem da Ordem	RJ
12. Sabatina Familiar	RJ
13. Reverbero Constitucional Fluminense	RJ
14. Diário do Rio de Janeiro	RJ
15. Jornal de Annuncios	RJ
16. Gazeta do Rio de Janeiro	RJ

Junto a esses jornais, outros impressos foram produzidos. Os livros ganharam espaços em prateleiras¹³⁴, os panfletos circularam de forma mais abrangente, e a prática de leitura e discussão progressivamente encontrou um público mais amplo. Por isso, os primeiros anos de 1820 foram marcados pelo aumento do público leitor. Mesmo diante de escassa alfabetização¹³⁵, Marco Morel afirma que o rótulo de imprensa elitista deve ser visto com cautela, já que leituras orais públicas eram comuns e frequentemente se ouvia nas ruas os jornais sendo lidos em voz alta, o que, de certo modo, rompia a barreira do analfabetismo¹³⁶. Através desses papéis, ouvintes e leitores vivenciavam um entusiasmo com a possibilidade de participação política e consideravam a importância de sua efetivação através das eleições.

2.1.1. Os impressos periódicos e a constituição dos espaços públicos

Além da leitura e das conversas, vemos nos jornais o esforço dos supostos leitores em participar do debate através das correspondências. Para o recorte analisado nesse capítulo, conseguimos identificar 119 cartas teoricamente enviadas pelo público¹³⁷. Essas correspondências prestavam a várias funções. Suscitavam um diálogo entre redatores e leitores,

¹³⁴ Um exemplo disso é a explosão do número de livrarias na capital do Reino do Brasil ou os anúncios de livros em jornais. Ao analisar a loja do livreiro francês Pierre Plancher criada em 1824, Marco Morel destacou a diversidade de assuntos e autores presentes, o que dá uma noção da amplitude do mercado carioca. Já sobre o Maranhão, Maria de Fátima Almeida Braga e Ariane Patrícia Ewald destacaram como o ano de 1821 marcou a popularização da leitura e como os periódicos foram essenciais na divulgação de obras clássicas. MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: EDUSP, 2012.; MOLINA, 2015.; MOREL, 2006. BRAGA, Maria de Fátima Almeida.; EWALD, Ariane Patrícia. Livros e leitura no Maranhão oitocentista. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SILVA JÚNIOR, Almir Freireira da. (org.). **Psicologia social: diálogos em novas fronteiras**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.105-136.; GALVES, Marcelo Cheche. Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

¹³⁵ ALVES, José Augusto dos Santos. Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (org.). **Livros e Impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 114.

¹³⁶ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39.

¹³⁷ Dissemos “teoricamente” porque em muitas delas não constavam os nomes dos autores, sendo identificadas por pseudônimos ou muitas vezes publicadas de forma anônima.

o que dava mais dinamismo às folhas¹³⁸, traziam à tona temas que não eram expostos pelos periodistas, ou até mesmo serviam de introdução a assuntos que seriam abordados com mais detalhes pelos editores posteriormente. Interessante notar que essas cartas compunham um importante espaço na estratégia retórica dos jornais, pois os redatores não apenas escolhiam quais, quando e onde as reproduziriam - o que lhes possibilitava destacar assuntos em momentos e espaços oportunos -, como também publicavam em seus periódicos como se fossem eles próprios correspondentes, inclusive utilizando pseudônimos, como veremos nos próximos capítulos.

Tanto nas correspondências quanto nos editoriais, o tema central da imprensa gravitava em torno do futuro do Reino Unido. Pela primeira vez, se colocou diante desses sujeitos a oportunidade de discutir o futuro da nação de forma pública. Era um “‘futuro’ temporalmente aberto”¹³⁹ que tornava necessária a discussão dos próximos passos do Império em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Por isso, os periódicos tinham uma linguagem combativa, propositiva e cheia de intenções, características marcantes do “redator panfletário”¹⁴⁰. No dia a dia, esses papéis circulavam pelas ruas, estabelecimentos e praças motivando e criando debate entre letrados e iletrados¹⁴¹.

Nesse momento os redatores colocavam-se como os educadores e a imprensa como um importante veículo dirigido a instruir o público. Entendiam que a educação se tornava necessária, segundo o *Aurora Pernambucana*, porque o novo regime político trazia novas instituições, o que tornou essencial criar um periódico que “instruísse o público” de todas as atitudes do governo¹⁴². Além de expor as ações governamentais, as próprias autoridades, para

¹³⁸ SILVA, 2008, p. 35.

¹³⁹ FANNI, 2015, p. 8.

¹⁴⁰ MOREL, 2013, p. 35.

¹⁴¹ Além dos jornais, amplamente lidos em espaços públicos em voz alta, existiam os já citados panfletos, manuscritos ou impressos, que eram colados em paredes, postes, vendidos ou distribuídos gratuitamente nas tipografias ou junto com os próprios periódicos. Assim, segundo Marco Morel, muitas das pessoas que eram “semianalfabetas” deixavam de ser “leitores passivos” e se transformavam em “escritores ativos”. Sobre essas fontes, José Murilo de Carvalho, Lúcia Neves e Marcello Basile publicaram coletâneas que reuniram documentos de vários arquivos e bibliotecas brasileiras. Também existe uma grande quantidade de panfletos na *Oliveira Lima Library* da Universidade Católica da América em Washington. MOREL, 2002, p. 41.; LUCAS, Vanessa Fraguas Serra. “**Pode haver Povo sem ter Rei; e Rei sem ter Povo pode haver?**”: panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 100. CARVALHO; NEVES; BASILE, 2014.; CARVALHO; NEVES; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, José Murilo de et al. (org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea - Instituto Universitário de Lisboa, 2012, p.171-183.

¹⁴² *Aurora Pernambucana*, n. 1, 27 de março de 1821.

o *Bem da Ordem*, deviam instruir a população sobre o novo sistema, na qual a “Nação toma parte tão essencial nas suas operações”¹⁴³.

Valendo-se do argumento pedagógico, José da Silva Lisboa criou um jornal dedicado às sociedades, prêmios científicos e fazer um histórico de grandes intelectuais. Por isso, o *Sabatina Familiar*¹⁴⁴ foi escrito na forma de atas de conferências de “homens de Letras”, que através de “Leituras e Conversações sobre os oportunos expedientes da Liberal Educação da Mocidade”, buscava contribuir com o avanço da instrução pública¹⁴⁵. Vemos nesses exemplos como os jornalistas consideravam-se os “construtores dessa opinião pública” e tentavam propagar as novas ideias e o progresso¹⁴⁶ pautados em dois fundamentos: a razão e a moderação¹⁴⁷.

Nesse primeiro momento, todavia, esses dois valores eram distantes da sociedade do Brasil. Como veremos, muito do que se discutia extrapolava o racionalismo e a prudência, e sentimentos, emoções, exageros e até mesmo agressões físicas e verbais foram comuns. Não era difícil ver esses periodistas se agredindo verbalmente, lançando mão de adjetivos como “áulico”, “servil”, “absolutista”, “anárquico” e “demagógico”, além dos apelidos relacionados a animais, monstros e deformidades¹⁴⁸. Esses embates verbais quase chegavam às vias físicas, como a troca de ameaças entre os redatores do *Conciliador do Maranhão* e do *Folha Medicinal Maranhense*. Outras vezes, ainda que sem a participação direta de jornalistas, as agressões se efetuavam, como o ataque ao redator do *Malagueta*.

Por isso, moderação e razão eram ideais a serem perseguidos, mas um pouco distantes da realidade, o que levou François-Xavier Guerra¹⁴⁹ a questionar a existência de uma opinião pública moderna, produto do debate da razão, nos países americanos. Porém, mesmo marcada por querelas pessoais, agressões verbais e físicas, emocionalização do discurso e censura, a opinião pública ganhou importância e foi capaz de influenciar os rumos políticos, o que foi reconhecido pelos redatores e pelo próprio governo.

Percebendo a importância dos espaços públicos, os grupos políticos se esforçaram em veicular suas ideias, o que causou aumento na quantidade de jornais escritos no Brasil no ano

¹⁴³ **O Bem da Ordem**, n. 1.

¹⁴⁴ Publicado na Imprensa Nacional. A subscrição bimestral custava 320 réis.

¹⁴⁵ **Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Commum**, n. 1, 8 de dezembro de 1821.

¹⁴⁶ MOREL, 2006, p. 243.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 244.

¹⁴⁸ MOREL, 1999.

¹⁴⁹ GUERRA, 2002.

de 1821, como pudemos ver no [Quadro 1](#). Ao mesmo tempo, houve crescimento no número de tipografias, estabelecimentos que comercializavam impressos e maior relação entre tipógrafos, redatores, correspondentes e leitores¹⁵⁰.

2.1.2. O debate sobre a liberdade de imprensa em 1821

A expansão dos espaços públicos e do número de jornais foi percebida pelos coevos, a que chamaram de “peste periodiqueira”. Existiram panfletos, como o *Cordão da peste, ou medidas contra o contágio periodiqueiro* e o *Já fui Carcunda, ou a zanga dos periódicos*, escritos em Portugal e que circularam no Brasil, que criticavam o excesso de periódicos. O tema não passou despercebido pelos redatores de jornais da América portuguesa, que refletiram em seus impressos os limites e a importância da imprensa para o novo sistema político. Esse, talvez, seja um dos primeiros temas de embate político que merece atenção mais detalhada.

Enquanto as decisões das Cortes de dar fim à censura prévia não haviam chegado ao Brasil, o *Conciliador do Reino Unido*¹⁵¹, escrito por José da Silva Lisboa que havia exercido o cargo de censor, defendeu a censura prévia. Seu argumento se baseava na perspectiva de que a liberdade dos cidadãos só seria possível em um governo estável e com boas instituições, em que as “Leis estabelecidas, são os critérios, e fiadores da verdadeira Liberdade e Liberalidade”¹⁵². Pensando dessa forma, o redator deixava claro que a liberdade de imprensa não devia ser irrestrita nem era fruto da Revolução do Porto, mas uma iniciativa do monarca que fez a “Mercê de Conceder a (bem entendida) Liberdade de Imprensa”¹⁵³. Ainda sobre o assunto, Silva Lisboa afirmou que cabia às Cortes decidir sobre seus limites e definiu o assunto como um dos “mais difíceis Problemas da Legislação Liberal”. Para o *Conciliador*, tal questão seria parcialmente resolvida com a manutenção dos censores. Ele considerava esses

¹⁵⁰ Alguns trabalhos abordaram o desenvolvimento e o aumento do número de tipografias no contexto. Cf: CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de; FAGUNDES, Esnel José. SÃO LUÍS 400 ANOS: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão. **CAMBIASSU**, v. 19, n. 10, p. 226–240, jan./jun., 2012.; COSTA, Maria Bertolina. A imprensa e o Vintismo no Maranhão, Brasil (1820-1823): «por hum Jornal Conhecem os Povos os Governos...». **Revista Portuguesa de História**, n. 50, p. 13–40, 2019; RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e Tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 35, n. 1, p. 136–153, jan./jun., 2017.; MOLINA, 2015.; VIEIRA, 2019.; ARAÚJO, 2008; NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821- 1954)**: periódicos do Recife – 1821-1850. Recife: Editora da UFPE, 1969.

¹⁵¹ Boa parte do debate sobre a liberdade de imprensa no periódico foi travado em oposição a um panfleto anônimo publicado em Portugal e que circulou no Brasil, no qual seu autor defendeu a liberdade de imprensa absoluta. Esse debate também foi analisado por: FERREIRA, Paula Botafogo Cariocchi. **Redatores no Rio de Janeiro e Deputados nas Cortes de Lisboa pela Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹⁵² **O Conciliador do Reino Unido**, n. 1, 01 de março de 1821.

¹⁵³ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 5, 07 de abril de 1821.

funcionários os “Guardas da Honra da Nação, e da Tranquilidade Pública”, que, reservando os justos limites dos impressos, agiam para que “o Estado não sofra detrimento”¹⁵⁴.

O receio do redator com a liberdade de imprensa irrestrita estaria na opressão que viria da “OPINIÃO DOMINANTE”¹⁵⁵. Em sua argumentação, Silva Lisboa identificou que durante períodos de comoção social, a opinião dominante poderia guiar o Estado para uma tempestade, e a própria liberdade de expressão, nesse caso, seria restringida, pois as “turbas” forçariam os “bons” a serem arrastados pela maioria. Nesse estado de liberdade ilimitada, injúrias por palavras causariam mortíferas rixas e, por isso, era necessário impor limites para que os escritores não caluniassem o governo e os empregados públicos, inculcando nos povos o que Silva Lisboa considerava opiniões erradas e insidiosas¹⁵⁶.

Segundo o *Conciliador*, alguns intelectuais já haviam alertado para o perigo de deixar os que pouco sabem e os demagogos se pronunciarem livremente. Para fundamentar suas opiniões, resgatou Edmund Burke e sua explicação sobre a desordem causada na Revolução Francesa por causa dos excessos populares¹⁵⁷.

O jornal dedicou bastante espaço sobre a necessidade de se censurar certos temas. Em determinado momento, apontou dois sistemas básicos da liberdade de imprensa. O primeiro, adotado por monarquias e governos aristocráticos, atuava na prevenção através da censura preliminar, enquanto o segundo, presente em governos mistos e democráticos, procedia a responsabilização dos impressos. Segundo o redator do *Conciliador*, a “Polícia preventiva [era] melhor que a punitiva, aquele sistema parece mais cordato do que este, por acautelar desordens, e não infringir castigos”¹⁵⁸. A partir dessa afirmação questionava:

Que verdadeiro patriota, e genuíno literato, não sentirá [a] filial solicitude pelo sossego do Estado, e não fará, de bom grado, em candura filosófica, o sacrifício de algumas palavras e linhas de suas obras, pelas observações do Censor judicioso em objetos delicados, por amor da boa ordem, ou epiqueia política¹⁵⁹?

Com essa argumentação, Silva Lisboa expunha seu ponto de vista tentando conciliar a liberdade de imprensa com a ordem. Como nesse momento de agitação política e novidades algumas coisas estavam a ser definidas, e pelo fato de seu jornal ser um dos primeiros a circular no Rio de Janeiro (nesse momento só circulavam a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Bem da*

¹⁵⁴ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 5, 07 de abril de 1821.

¹⁵⁵ As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

¹⁵⁶ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 5, 07 de abril de 1821.

¹⁵⁷ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 5, 07 de abril de 1821.

¹⁵⁸ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 6, 14 de abril de 1821.

¹⁵⁹ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 6, 14 de abril de 1821.

Ordem), o redator buscou marcar sua opinião em contexto em que existia indefinição jurídica sobre os limites da liberdade de imprensa, já que a decisão das Cortes pelo fim da censura prévia ainda não era conhecida no Rio de Janeiro.

O tema da imprensa e a jurisdição que a regeria era uma das grandes preocupações do parlamento¹⁶⁰, que enxergava a liberdade de imprensa como um dos direitos básicos do liberalismo. Segundo Paula Botafogo Ferreira¹⁶¹, até mesmo os defensores de limites restritos formulavam seus argumentos dentro da lógica liberal, dizendo não estarem os portugueses preparados para a liberdade ilimitada¹⁶².

De forma geral, percebe-se que nas Cortes os deputados defendiam a liberdade de imprensa levando em conta dois propósitos. O primeiro é que ela servia de controle do poder legislativo, e o segundo que cabia à imprensa um papel pedagógico¹⁶³. Conhecendo esses argumentos a partir das discussões nas Cortes e de outros impressos, o *Conciliador* contestou o último. O periódico questionou se “Até agora não haviam [sic] Bibliotecas, e Universidades? Não se acham nas mãos de qualquer medíocre literato tantos Livros sobre as Constituições dos Estados antigos e modernos?”¹⁶⁴. Para reforçar seu raciocínio resgatou o exemplo da Inglaterra, local que segundo José da Silva Lisboa, mesmo sem liberdade de imprensa ilimitada, era conhecida pela ilustração e pelos intelectuais. Na mesma edição publicou um trecho do jornal inglês *Quarterly Review* que reforçava a necessidade de se limitar a imprensa¹⁶⁵.

Toda essa discussão feita pelo *Conciliador* inseriu-se no momento de difusão no Brasil de novas ideias políticas e de intensa discussão sobre o futuro do Reino Unido. Ao defender a censura prévia e os limites mais restritos à imprensa, o redator buscava apresentar um ponto de vista contrário ao que circulava em alguns panfletos, ao mesmo tempo em que tinha opinião semelhante a alguns deputados.

Enquanto o *Conciliador* divulgava uma concepção menos libertária da imprensa, inclusive defendendo a censura prévia, na Bahia, o *Semanário Cívico* também discutiu o tema.

¹⁶⁰ NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 11.

¹⁶¹ Citando o deputado Faria de Carvalho, Paula Botafogo Ferreira apontou três correntes principais sobre a liberdade de imprensa nas Cortes: 1) defendia a censura prévia sobre todos os escritos; 2) a que defendia a censura sobre escritos religiosos, que sairá, aliás, vencedora; 3) a que defendia a liberdade ilimitada. FERREIRA, 2011, p. 42-44.

¹⁶² NUNES, 2010, p. 21.

¹⁶³ FERREIRA, 2011, p. 36.

¹⁶⁴ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 7. Não é possível identificar a datação no periódico.

¹⁶⁵ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 7. Não é possível identificar a datação no periódico.

Na edição 4, o correspondente *Hum seu amigo Constitucional*, questionou o redator sobre os motivos de ele ter excluído algumas linhas de uma carta anterior em que se criticou o governo da província. No decorrer do texto, o missivista perguntou se isso era por causa dos limites da liberdade de imprensa e se era justa a proibição de fazer críticas à administração provincial¹⁶⁶.

A correspondência foi respondida por Joaquim José da Maia, redator do *Semanário*, na edição posterior. Em um primeiro momento, o autor definiu no *Catecismo*¹⁶⁷ que uma das funções das Cortes era “proteger a liberdade política da imprensa”. No mesmo número, dirigindo-se diretamente ao correspondente, justificou a supressão de alguns trechos da carta citada.

Segundo o editor do *Semanário*, a liberdade de imprensa foi fruto de debates por muito tempo, e um relatório da Câmara dos Pares francesa havia definido que a faculdade de pensar era o atributo mais importante do homem, pois ele foi “dotado pelo criador”. Por isso, falar e escrever era um dom natural. Porém, afirmava ser necessário em governos em formação ou nações em estado de agitação que a liberdade tenha algumas “restrições”, elogiando, logo em seguida, as que o governo provincial da Bahia havia definido para a província¹⁶⁸.

A argumentação de Maia deve ser analisada em três pontos. Primeiro, sua exposição reconhecia a importância da imprensa e a considerava um direito natural. Nesse tópico diferiu do *Conciliador*, para quem ela era fruto da formação da sociedade. O segundo ponto é que o editor do *Semanário* considerava necessário impor alguns limites à imprensa de forma a proteger o governo de ataques, o que teria levado à supressão de alguns trechos da correspondência. Por fim, devemos lembrar que Maia era um dos membros da elite que estava no poder na Bahia, integrante importante do grupo de comerciantes “praista” e procurador da Câmara de Salvador. Para justificar sua ação e o governo local, defendeu a punição e até mesmo a censura no seu periódico.

O posicionamento do *Conciliador do Reino Unido* e do *Semanário* aconteceram em momento anterior à chegada das definições das Cortes sobre a liberdade de imprensa¹⁶⁹. Nos

¹⁶⁶ *Semanário Cívico*, n. 4, 22 de março de 1821.

¹⁶⁷ O periódico publicou em algumas edições o *Catecismo Político*. Nessa categoria do jornal foram discutidas e expostas algumas questões do novo regime político em forma de perguntas e respostas. Foi uma tentativa definir o significado de alguns termos como constituição, soberania e nação, mas também de explicar a função de algumas instituições, como as Cortes. Para uma análise mais detida do catecismo: Cf: ALVES, 2018.

¹⁶⁸ *Semanário Cívico*, n. 5, 29 de março de 1821.

¹⁶⁹ Uma abordagem mais detida a respeito da discussão sobre a liberdade de imprensa nas Cortes pode ser encontrada nas duas obras citadas. FERREIRA, 2011.; NUNES, 2010.

meses de abril e maio, os jornais¹⁷⁰ deram ampla publicidade ao fim da censura prévia a partir das Bases que chegavam nas províncias. Ademais, em agosto, o ministério do Rio de Janeiro decidiu pelo fim da censura prévia no Reino do Brasil.

Uma das consequências dessas mudanças legais no Rio de Janeiro foi o surgimento de dois importantes jornais da província, *O Espelho* e o *Reverbero Constitucional Fluminense*. Mesmo que publicados após o fim da censura prévia, ambos debateram o tema afim de reforçar a impossibilidade dessa instituição no novo sistema político.

*O Espelho*¹⁷¹, periódico redigido por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, um militar que também havia escrito o jornal *O Patriota* no período joanino, atribuiu à imprensa grande importância política e social. Nas primeiras edições publicadas em outubro, Guimarães afirmou que a “liberdade é o dote mais precioso do homem”. Ao expor as definições de intelectuais como Montesquieu, Constant e Blackstone, o autor reforçou que a liberdade garantia o exercício dos direitos individuais, dentre os quais estariam a “comunicação de pensamentos garantida pela liberdade de imprensa, verdadeiramente essencial à natureza de um Estado Livre”¹⁷². Em extratos de discursos de Talleyrand, o periódico destacou que “Sem a liberdade da imprensa não há governo representativo”, e que ela é uma “necessidade do tempo” e permite a todos a defesa diante de injustiças¹⁷³.

Já o *Reverbero*¹⁷⁴, escrito pelo padre Januário da Cunha Barbosa e pelo comerciante Joaquim Gonçalves Ledo, fez defesa mais explícita e contundente da liberdade de imprensa, admitindo poucos limites. Segundo os redatores, em um governo livre a “Imprensa é a salvaguarda da Nação”, e essa liberdade era um advento do novo sistema político, já que no “antigo estado de coisas” ela não existia e o que predominava era a adulação¹⁷⁵.

Assim como o *Semanário*, para o *Reverbero*, a liberdade de imprensa era um direito natural que o homem levou consigo para a sociedade¹⁷⁶. Os redatores diziam que eram necessárias leis que punissem os abusos, mas não achavam justas a censura e a punição às

¹⁷⁰ Isso aconteceu de forma especialmente detalhada no *Conciliador do Maranhão*, que quase todas as edições iniciavam com as decisões e os debates das Cortes.

¹⁷¹ O jornal era impresso na Imprensa Nacional. Os números avulsos custavam 80 réis e a subscrição semestral custava 4000 réis.

¹⁷² **O Espelho**, n. 1, 01 de outubro de 1821.

¹⁷³ **O Espelho**, n. 5, 31 de outubro de 1821.

¹⁷⁴ Publicado inicialmente na Tipografia Nacional. Cada edição custava 120 réis, enquanto pela subscrição semestral era cobrado 3000 réis e a anual 6000 réis.

¹⁷⁵ **Reverbero Constitucional Fluminense** (a partir de agora citado apenas como *Reverbero*), n. 2, 01 de outubro de 1821.

¹⁷⁶ **Reverbero**, n. 5, 15 de novembro de 1821.

publicações que denunciasses autoridades. O único limite lícito para esses redatores era punir obras que fossem “manhosas”, egoístas, ou nostálgicas do Antigo Regime¹⁷⁷.

Assim, no ano de 1821 houve importante debate sobre a liberdade de imprensa, a censura prévia e os limites legais que deviam reger os impressos. A discussão envolveu um dos primeiros elementos da nova linguagem política que se difundia nos periódicos, e, após a decisão das Cortes e do ministério do Rio de Janeiro, parece ter se convencido a inviabilidade da censura prévia em um governo livre e o papel da imprensa em questões pedagógicas, de guarda dos direitos civis e patrulhamento das autoridades.

Poucos impressos atacaram a liberdade de imprensa ou defenderam o retorno da censura prévia a partir de 1821. Desde então, havia consenso sobre a importância da imprensa no governo constitucional, e por isso, atacá-la era malvisto pelos redatores. Todavia, conhecemos em especial um panfleto, o *Analyse dos Direitos Naturaes do Homem Inculito, e Selvagem, Deduzidos do mesmo Direito que Rege toda a Natureza Creada, deque Elle he Parte*¹⁷⁸, publicado no Rio de Janeiro em 1823, que questionou a liberdade e expôs comoções populares que teriam sido causadas por impressos. Sua “audácia” não passou despercebida pela sociedade da época, e é justamente isso que nos faz destacá-lo. De certa forma, ao defender uma ideia que ia de encontro à convenção de sua época, o panfleto foi ignorado pelos jornais, e, em 1827, seu redator, identificado apenas como P.L. da Veiga Cabral, foi processado pelo Promotor Fiscal João José da Veiga por incorrer no crime de excesso de liberdade de imprensa¹⁷⁹.

Tanto o caso acima como a discussão sobre a liberdade de imprensa mostra como ela transformou-se em elemento medular do novo sistema político. Para os atores históricos do período analisado, a possibilidade de publicar impressos sem a censura prévia se consolidou como direito irrevogável em um governo constitucional ainda que, como veremos, não tenha sido respeitado.

2.1.3 Multiplicam-se os periódicos

Com o fim da censura prévia, ocorreu a explosão de periódicos no Rio de Janeiro, surgindo os já citados *Reverbero* e *Espelho*, mas também o *Malagueta*¹⁸⁰ e o *Sabatina*

¹⁷⁷ **Reverbero**, n. 5, 15 de novembro de 1821.

¹⁷⁸ CARVALHO; BASTOS; BASILE, 2014, p. 685-697.

¹⁷⁹ **Jornal do Commercio**, n.56.

¹⁸⁰ Jornal escrito por Luís Augusto May. Seu autor teve alguns cargos militares e públicos, chegando a ser deputado e agraciado com o título do Hábito da Ordem de Cristo. No período analisado, foi publicado na Tipografia Moreira e Garcez, e cada edição avulsa custava 100 réis.

*Familiar*¹⁸¹. Já em Pernambuco, o *Aurora Pernambucana* foi interrompido com o fim do governo de Luís do Rego, que apoiava o periódico e era sogro do redator Rodrigo da Fonseca Magalhães, culminando no surgimento do *Relator Verdadeiro*¹⁸², escrito pelo clérigo Francisco Ferreira Barreto¹⁸³, que, em sua primeira edição, celebrou o fim da “turbulenta, e carrancuda aurora”.

Da leitura do *Relator Verdadeiro*, tudo indica seu aparecimento sob os auspícios da Junta gervasista, pois registrou em seu primeiro número “que em nova Redação, se desse ao público as notícias políticas do tempo”¹⁸⁴, dando a entender que era uma substituição do *Aurora Pernambucana*. Aliás, grande parte do jornal era preenchido com proclamações e comunicações de autoridades e decisões da Junta provincial.

Também surgiu em Pernambuco o *Segarrega*¹⁸⁵, escrito por Filipe Mena Calado da Fonseca, participante da Revolução de 1817 e membro da Junta. Esse jornal, segundo Dênis Bernardes, foi patrocinado pelo governo da província¹⁸⁶. O periódico circulou de forma inconstante até outubro de 1823, tendo longos intervalos entre suas publicações. Ele se destacou no período pelo intenso debate e antagonismo com o baiano *Semanário Cívico*, pois ambos, como veremos, publicaram notícias negativas da província um do outro.

A Bahia, província do *Semanário*, já contava com *Idade d’Ouro* e passou a ter, no decorrer de 1821, o *Diário Constitucional*¹⁸⁷, periódico escrito por Francisco Gomes Brandão e Francisco José de Almeida Corte Real¹⁸⁸. Importante notar que Gomes Brandão foi o primeiro

¹⁸¹ Periódico escrito pelo mesmo autor do *Conciliador do Reino Unido*, José da Silva Lisboa.

¹⁸² Jornal publicado na Oficina do Trem Nacional de Pernambuco.

¹⁸³ É digno de nota que dos nove jornais que circularam em Pernambuco no período de 1821 e 1823, cinco foram escritos por padres. Esses jornais são: *Relator Verdadeiro*, *Conciliador Nacional*, *O Maribondo*, *Escudo da Liberdade do Brasil* e *O Liberal*. Segundo Mário Fernandes Ramires, o envolvimento desses padres revela como muitos membros da Igreja “agiram de maneira revolucionária”. Sobre a formação desses intelectuais, Denis Bernardes analisou os seminários pernambucanos para entender o que era discutido e como essa discussão influenciou ou não em suas atuações públicas. Outros jornais do Reino do Brasil foram escritos por clérigos, como o *Reverbero Constitucional Fluminense*, *O Conciliador do Maranhão*, *O Regulador* e o *Idade d’Ouro*. RAMIRES, Mário Fernandes. Entre a cruz e as palavras: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos, 1821-1824. *Temporalidades*, v. 10, n. 1, p. 320-338, 2018, p. 336.; BERNARDES, 2006.

¹⁸⁴ *Relator Verdadeiro*, n. 1, 13 de dezembro de 1821.

¹⁸⁵ O jornal, inicialmente, era publicado pela Oficina do Trem de Pernambuco. Cada edição custava 80 réis.

¹⁸⁶ BERNARDES, 2010, p. 198.

¹⁸⁷ Publicado na Tipografia de Viuva Serva e Carvalho, a edição avulsa custava 60 réis. Não conseguimos identificar preços de subscrição.

¹⁸⁸ A autoria do *Diário Constitucional* e de seus sucessores (*O Constitucional* e o *Independente Constitucional*) é fruto de debates na historiografia. Sacramento Blake apontou o professor baiano Euzébio Vanerio como redator do *Constitucional* junto a Montezuma e Corte Real. Todavia, Maria Beatriz Nizza da Silva não chegou à mesma conclusão, citando apenas Montezuma, Corte Real e outro provável escritor, um oficial da Secretaria da Junta Provisória de Governo não identificado. Esse jornalista não identificado pode ser Vanerio, porém não podemos chegar a essa conclusão pois não localizamos indícios de que ele tenha exercido tal cargo. BLAKE, Augusto

redator negro de um jornal no Brasil, posteriormente mudou seu nome para Francisco Gê Acayaba Montezuma e se tornou Visconde de Jequitinhonha.

Infelizmente não conseguimos localizar as edições de 1821 do *Diário*, todavia, sabemos pelos números de 1822 que os periódicos da Bahia se tornaram oponentes por defenderem projetos diferentes, já que, de forma geral, enquanto o *Semanário* e o *Idade d'Ouro* argumentavam em favor da submissão às ordens das Cortes, o *Diário* tendia a concordar com o projeto político que se construía no Rio de Janeiro.

Assim, a partir de 1821, os espaços públicos sofreram robusta modificação. O Reino do Brasil saiu de uma situação marcada pela censura prévia e controle sobre espaços públicos, para um estado de ebulição panfletária e periódica com multiplicação de tipografias públicas e privadas¹⁸⁹. Em um ano foram criados 14 jornais em quatro províncias que expuseram projetos políticos diferentes, mas, em comum, colaboraram para a difusão do constitucionalismo no Reino do Brasil.

No próximo tópico vamos explorar a cena pública e o contexto político que esses periódicos estavam envolvidos. Por meio dos testes realizados pelo *Iramuteq*, vamos percorrer as páginas do *Reverbero*, *Semanário Cívico*, *Conciliador do Maranhão* e *Espelho* para entender os temas e vocábulos que circularam pelo Brasil.

2.2. Palavras, temas e vocabulário político antes do Fico (1821-1822)

A criação dos jornais e o momento de efusão do constitucionalismo no Brasil é uma expressão da crise política do Império português. Em meio às novidades políticas, a narrativa cíclica do tempo no mundo lusitano foi desafiada, e a constituição do novo estado exigiu “novas operações conceituais e uma nova relação com o tempo, já que o que esses homens viviam era uma experiência individual”¹⁹⁰.

As “operações conceituais” encontraram nos jornais um importante espaço de debate e publicização. Juntos aos outros impressos, proclamações, sermões e manifestações¹⁹¹, os

Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 10.; SILVA, 2011b.

¹⁸⁹ Entre 1821, 1822 e 1823, contabilizamos dezoito tipografias que publicaram jornais no Reino do Brasil.

¹⁹⁰ ARAÚJO, 2008, p. 20.

¹⁹¹ Cecília Helena de Salles Oliveira destacou também locais ligados à igreja, como irmandades, consistórios e o Hospital da Misericórdia. Bernardes, por sua vez, fez um detalhado estudo dos espaços de circulação, discussão de ideias e formação em Pernambuco, tendo como um dos focos os seminários. OLIVEIRA, 1999, p. 112. BERNARDES, 2006.

periódicos participaram dos espaços públicos e contribuíram para divulgação de um vocabulário político fortemente influenciado pelo constitucionalismo.

Existiu um esforço dos redatores em definir e explicar significados de palavras que não eram comuns à sociedade da época ou que, mesmo comuns, passavam por um processo de ressignificação. Segundo Lúcia Neves, alguns chegavam a dizer que os dicionários não tinham utilidade pois não estavam de acordo com os novos tempos¹⁹². Nessa indefinição e disputa residiu a crise da linguagem, onde muitas palavras tiveram seus significados tornados voláteis e discutíveis¹⁹³.

Alguns vocábulos, todavia, não eram completamente novos. Por trás de toda inovação existiu uma herança linguística dada previamente de forma diacrônica, pois os redatores encontravam condições preestabelecidas que limitavam seus discursos e, para se fazerem compreensíveis aos seus pares, precisavam remeter-se a significados já conhecidos¹⁹⁴. Por isso, ainda que o constitucionalismo fosse predominante, ele coexistiu, disputou e até se aproveitou de liturgias do Antigo Regime¹⁹⁵.

Nesse sentido, não podemos deixar de destacar a importância de elementos tradicionais do mundo português. Antes do constitucionalismo ser discutido publicamente, outras linguagens, como reformismo ilustrado, circulavam pela sociedade¹⁹⁶. Também existia o vocabulário cristão, que através de elementos religiosos influenciava uma sociedade fortemente marcada pelo catolicismo, fazendo a própria bíblia ser referência constante nos jornais¹⁹⁷.

¹⁹² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**, n. 8, ago., 1999, p. 5.

¹⁹³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2011.

¹⁹⁴ KOSELLECK, 2020, p. 28.

¹⁹⁵ Além das rupturas, continuidades e disputas, ocorreram também resgates de significados antigos. SCHIAVINATTO, Iara Lis. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (1780-1830). In: MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 223. PIMENTA; FANNI, 2019, p. 7.

¹⁹⁶ As faces do reformismo ilustrado no Império português dos séculos XVIII e XIX, principalmente a partir da época pombalina, é tema de debate na historiografia. Ainda que se reconheça a entrada das ideias iluministas, os trabalhos destacam as “defasagens” e adaptações feitas pelas universidades e intelectuais portugueses às “novas ideias”, o que encontrou seu ápice na expressão de Lúcia Neves sobre as “mitigadas luzes portuguesas”. FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1993.; NEVES, 2003.

¹⁹⁷ Aparecem passagens bíblicas em periódicos como o *Conciliador do Reino Unido*, *Sabatina Familiar*, *Conciliador do Maranhão* e *Idade d’Ouro*.

Essa discussão é importante para entendermos o contexto em que se divulgou o vocabulário político constitucional. O universo ao qual se inseriu não foi um vazio linguístico, e coexistiram com ele outras linguagens políticas, o que aumentou a complexidade do debate.

Nessa conjuntura, entre rupturas e permanências, o que ocorreu foi uma disputa pelos significados de palavras fundamentais para periodistas, algo semelhante ao que Fernández Sebastián chamou no mundo hispânico de “revolução conceitual”¹⁹⁸. Todo esse debate com importância cardinal aconteceu porque determinados vocábulos, importantes para a política, estavam em processo de ressignificação graças ao momento de crise pelo qual os sujeitos passavam, obrigando os agentes históricos a confrontar determinadas premissas linguísticas daquela sociedade¹⁹⁹.

Compreendendo como vocabulário o conjunto de termos que compõem um idioma político que exerceu papel normativo e retórico sobre projetos que circularam no período²⁰⁰, nosso esforço neste tópico é entender os temas e palavras expostos pelos periódicos. A partir do conhecimento desses elementos será possível entender o vocabulário, avaliar os projetos criados e as diferentes linguagens e *paroles* que circularam. Desta feita, o que propomos aqui não é apenas compreender os assuntos dos jornais, mas principalmente a linguagem disponível – ou as linguagens disponíveis – de forma a, nos próximos capítulo, conseguirmos identificar as *performances* efetuadas.

O exame foi guiado por dados quantitativos que geraram indicações sobre o vocabulário dos jornais para, em um segundo momento, realizarmos a análise qualitativa e específica dessas palavras. Como afirmado no início desse trabalho, o exame no *Iramuteq* só foi feito em jornais que conseguimos reunir mais de 50 edições. Respeitando os limites temporais singulares à cada província, tivemos como recorte inicial do *corpus* documental desse capítulo o primeiro número dos periódicos, e final a edição que publicou a notícia do Dia do Fico em cada um. Os dados

¹⁹⁸ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Las revoluciones hispánicas: conceptos, metáforas y mitos. In: CHARTIER, Roger; DARTON, Robert; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier.; YOUNG, Eric Van. **La Revolución francesa: matriz de las revoluciones?** Cidade do México: UIA, 2010, p. 142.

¹⁹⁹ De acordo com Elías Palti, o processo de enfraquecimento e confronto à conceitos solidificados na sociedade é um dos pontos iniciais para grandes transformações linguísticas. PALTÍ, Elías. **La invención de una legitimidad: razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX: (un estudio sobre las formas del discurso político).** México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 476.

²⁰⁰ SKINNER, 1996, p. 12.

coligidos pertencem aos *Semanário Cívico*²⁰¹, *Reverbero Constitucional Fluminense*²⁰², *Espelho*²⁰³ e *Conciliador do Maranhão*²⁰⁴.

2.2.1. Enxergando os periódicos pelos temas mais frequentes

Um primeiro passo da análise é a extração dos dados quantitativos das palavras escritas nos periódicos. Esses dados estão expostos na Tabela 2²⁰⁵, onde podemos ver uma multiplicidade de termos dentre os quais alguns, como nomes e expressões, fogem ao nosso interesse. Por isso, vamos nos ater nesse tópico naqueles que nos ajudam a entender o vocabulário político e os temas dos jornais.

Dentre os dados gerais, o que nos chamou atenção em primeiro lugar foi a excentricidade do vocábulo do *Espelho*. O fato de o periódico ter uma sessão especial para anúncios e preços de produtos fez com que expressões comerciais como “sacos”²⁰⁶ e “pipas”, bem como produtos comuns no Brasil, tais como “aguardente”, “açúcar” e “café”, se repetissem com frequência.

Já os dados do *Conciliador do Maranhão* deixam claro a política e a sociedade maranhense como principal assunto²⁰⁷. Observamos que palavras ligadas à região, tais como “província”, “junta”, “cidade” e “general” dominam o quadro (incluindo-se referências a militares, e ao governador e general Silveira Pinto da Fonseca). A tabela também mostra a importância das Cortes para o impresso, que comumente usava a primeira seção de cada número

²⁰¹ Foram analisadas das edições 1 ao 50, datadas respectivamente do dia 01 de março de 1821 e 07 de fevereiro de 1821.

²⁰² Compunham o *corpus* as edições 1 ao 10, de 15 de setembro de 1821 a 15 de janeiro de 1822.

²⁰³ O exame contou com as 16 primeiras edições do periódico. A primeira data de 01 de outubro de 1821 e a décima sexta de 11 de janeiro de 1822.

²⁰⁴ Com exceção dos números 8 a 34, que não foram localizados, analisamos as primeiras 82 edições do *Conciliador*. A primeira data de 15 de abril de 1821 e a última dentro do recorte desse capítulo de 24 de abril de 1822.

²⁰⁵ Cabe destacar que essa tabela não mostra todos os termos, quer dizer, foram feitas algumas exclusões de forma a adaptá-las aos nossos objetivos. Foram quantificadas palavras das seguintes classes gramaticais contidas no *Iramuteq*: adjetivos, formas não reconhecidas, pronomes comuns e suplementares e verbos. A seleção aconteceu porque, se fossemos considerar todas as palavras, algumas classes como pronomes, advérbios e artigos ocupariam o quadro e escaparia dos nossos objetivos. Para se ter uma ideia, quantificando todas as classes, a palavra mais escrita foi “de” (21.003) seguida de “que” (18.181) e “e” (16.762).

²⁰⁶ Durante o texto, optamos por destacar entre aspas as palavras que constam nos resultados expedidos pelas análises quantitativas.

²⁰⁷ De acordo com Márcia Regina Berbel, a Revolução do Porto e a necessidade de eleger deputados à Constituinte fez com que as províncias se transformassem em instância central no debate político. BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes Constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 185.

para publicar os debates no congresso e as leis promulgadas. Por isso a frequência de palavras como “Cortes”, “João” (referência à D. João VI nos decretos), e “artigo” é grande.

Tabela 2 - Quantitativo de palavras nos jornais até a notícia do Fico.

Total de palavras	O Conciliador do Maranhão		O Espelho		Reverbero Constitucional Fluminense		Semanário Cívico		
governo	1.508	José	1.051	rio	195	Brasil	161	governo	396
José	1.256	governo	827	governo	184	Portugal	140	Brasil	335
província	1.094	província	710	dia	162	só	129	província	288
Cortes	960	Maranhão	610	grande	139	nação	108	só	276
só	902	Cortes	602	José	125	governo	101	povo	253
Brasil	887	só	438	artigo	119	liberdade	97	cortes	192
dia	823	dia	428	Cortes	118	constituição	60	cidade	190
constituição	694	constituição	418	pipas	110	portugueses	56	Portugal	186
Portugal	671	rei	413	aguardente	91	grande	55	dia	181
rei	633	João	388	açúcar	90	Europa	52	rio	171
nação	631	junta	387	caixas	89	dia	52	tempo	156
parte	628	Brasil	377	sessão	88	estado	50	estado	151
Maranhão	627	artigo	373	sacos	81	homens	48	parte	144
estado	618	parte	365	outubro	81	Cortes	48	constituição	140
cidade	612	cidade	348	café	81	congresso	48	senhor	138
povo	597	nação	343	general	78	povo	47	janeiro	135
rio	591	estado	343	parte	76	povos	46	Bahia	131
junta	569	Manoel	342	Lisboa	76	rei	45	grande	130
tempo	519	Antônio	336	constituição	76	pátria	45	maior	125
artigo	514	general	332	estado	74	tempo	44	comércio	125

Fonte: Tabela criada pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais citados.

Ainda pensando em singularidades, o *Semanário Cívico* é o único periódico que apresenta, entre as 20 palavras, o “comércio”. Essa constatação vai ao encontro com do que a historiografia vem dizendo sobre seu redator, o comerciante português Joaquim José da Silva Maia. Suas ideias, movidas pelo constitucionalismo, teriam sido fortemente influenciadas pela preocupação econômica do redator e a situação comercial do Reino Unido²⁰⁸. Essa percepção encontrou expressão maior no feliz artigo de Isabel Lustosa sobre o “comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista”²⁰⁹. Por fim, cabe destacar a complexidade conceitual do debate no *Reverbero*, já que das 20 palavras, grande parte delas ligam-se às questões políticas e teóricas relacionadas ao constitucionalismo.

Analisando a tabela, a primeira coluna representa a análise de todos os periódicos em conjunto. Ainda que interessante, essa parte deve ser vista com cuidado em razão da super-representação estatística d’*O Conciliador* e do *Semanário* que circularam por quase todo o ano, enquanto *O Espelho* e o *Reverbero* só apareceram no fim de 1821. Tomando cautela com esse ponto, vejamos os resultados.

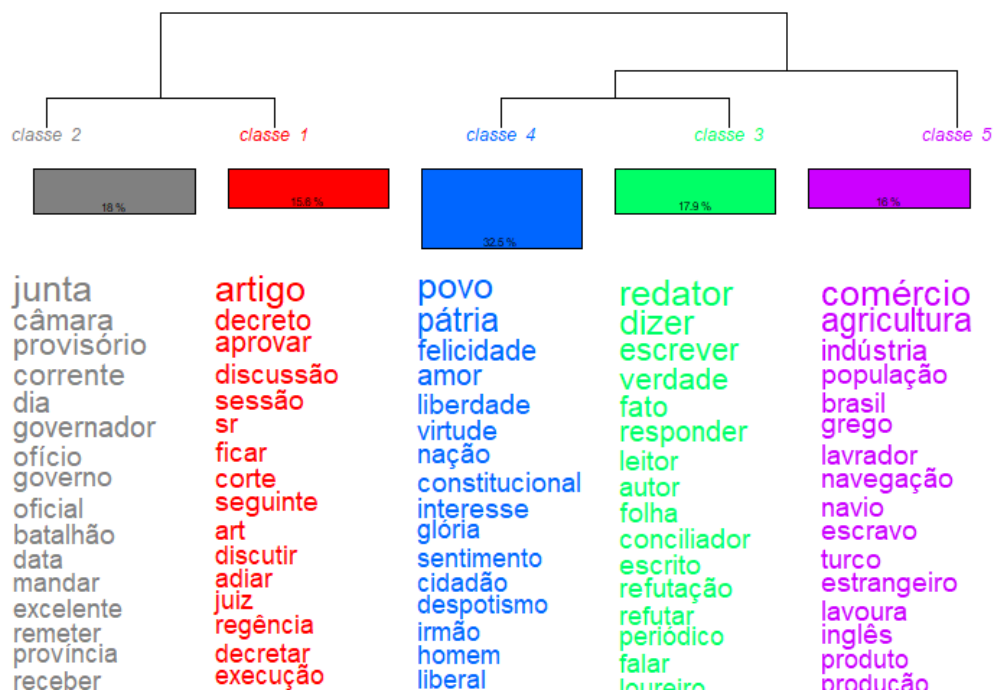
Em primeiro lugar, a palavra mais escrita foi “governo”. Isso ilustra como o tema central desses periódicos passava por questões de poder, noticiando, expondo documentos oficiais e discutindo questões políticas. Também aparecem nessa coluna “província” e “Cortes”, outros elementos relacionados aos governos, local ou imperial.

Entre os espaços estão Brasil, Portugal e Maranhão (grande parte vinda do *Conciliador*), resultado que já era esperado, pois o debate teria se dado, principalmente, a respeito da política do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Já por parte de conceitos, a “constituição” aparece em primeiro lugar, o que expressa, em termos quantitativos, o destaque a ela dado nesses jornais. Aliás, as únicas palavras que aparecem nas colunas dos quatro jornais são “constituição”, “governo” e “Cortes”.

²⁰⁸ PEREIRA, 2013, p. 14; SILVA, 2008, p. 19; ALVES, 2018.

²⁰⁹ LUSTOSA, 2021.

Gráfico 4 - Método Reinert dos jornais que circularam até a notícia do Fico²¹⁰.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Ainda pensando na totalidade dos periódicos, o gráfico acima gerado pelo Método Reinert no *Iramuteq* aponta espaços comuns nos discursos. Cada classe criada pelo *software* mostra os principais grupos lexicais dos jornais, bem como as palavras mais importantes em cada família lexical.

Vemos na Classe 1 termos ligados às Cortes e à discussão que lá ocorria e era noticiada constantemente nos jornais, principalmente no *Conciliador do Maranhão* e no *Espelho*. Já na Classe 2 estão assuntos referentes aos governos, por isso a ocorrência de palavras como “junta”, “corrente” relacionado a “dia”, “extraordinário” e outros.

Olhando para a Classe 3, os vocábulos apontam para termos utilizados em debates entre os redatores e adjetivos negativos. A disputa pela “verdade”, a possibilidade de “escrever”, de “responder” e “refutar” redatores e autores, bem como as agressões de “caluniador”, “detrator” e “mentiroso” faziam parte do embate pela atenção e apreciação dos leitores e competição pela legitimidade perante a opinião pública. Essas palavras também eram muito presentes em

²¹⁰ Gráfico gerado a partir de um recorte máximo de 2500 palavras com pelo menos duas ocorrências. O resultado obtido foi um aproveitamento de 87,72% dos segmentos de texto com 2311 palavras dentro da frequência desejada.

correspondências enviadas ao “Sr. Redator” que buscavam “refutar” acusações ou “falar” sobre acontecimentos contemporâneos.

Pulemos a Classe 4 e deixemos sua análise por último. A Classe 5 mostra termos relacionados às questões econômicas. Esse assunto teve espaço especial no *Semanário*, que publicou, inclusive, uma série de textos debatendo sobre formas de melhorar a agricultura e comércio do Reino do Brasil, bem como discutiu sobre como o Antigo Regime havia atrasado o desenvolvimento da monarquia portuguesa. De forma geral, o periódico fez forte defesa do trabalho agrícola como a principal fonte de renda²¹¹, com um discurso muito próximo da fisiocracia²¹².

Foi também no *Semanário* que a palavra “escravo” apareceu mais frequentemente. O redator, mesmo reconhecendo que o tráfico era “horível”²¹³ e contrário ao “direito natural”²¹⁴, advogou pela sua existência e continuidade por considerar a escravidão essencial ao desenvolvimento agrícola²¹⁵. Para Maia, a importância da escravidão e do tráfico era decorrente da falta de “brancos” para os trabalhos na lavoura, e o fim do tráfico, caso efetivado, levaria à falência da produção²¹⁶.

Em uma carta enviada aos deputados baianos nas Cortes e publicada como suplemento à edição número 28, Maia defendeu que a abolição do tráfico não poderia ser feita antes da importação de braços necessários para substituir os negros, e que as ideias “filantrópicas” resultados “do nosso tempo”, não poderiam estar à frente das preocupações econômicas. O redator afirmou que os ingleses, os mesmos que defendiam o fim do tráfico, não haviam feito a abolição do trabalho escravo de forma abrupta, se preocupando, antes, em garantir abundância

²¹¹ *Semanário Cívico*, n. 16, 14 de junho de 1821.

²¹² Desenvolvida principalmente na França, a fisiocracia teve como principais intelectuais o Marquês de Mirabeau, Dupont Nemours, Jacques Turgot e François Quesnay. Resumidamente, a dinâmica econômica fisiocrática via na agricultura a única classe produtiva da sociedade, enquanto as outras apenas se serviam de seus rendimentos. Por isso, a base da economia de uma sociedade era a terra e a agricultura. Sobre a teoria econômica fisiocrática, conferir: DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.; KUNTZ, Rolf Nelson. *Capitalismo e Natureza*: ensaio sobre os fundadores da economia política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.; NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

²¹³ *Seminário Cívico*, n. 12, 17 de maio de 1821.

²¹⁴ *Semanário Cívico*, n. 28, 6 de setembro de 1821.

²¹⁵ O apoio ao trabalho escravo bem como ao tráfico no *Semanário* e algumas viagens feitas pelos navios de Maia, levaram a Maria Beatriz Nizza e Walquiria de Rezende Tofaneli Alves suporem que Maia era um traficante. A suposição, em si, é interessante pois não era comum um jornalista defender a escravidão, muito menos ser traficante de escravos e, se for verdadeira, Maia será o primeiro e talvez o único redator de periódicos do Primeiro Reinado a ser traficante. ALVES, 2018.; SILVA, 2008.; YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão*: política e tráfico negreiro no Império do Brasil. 2010. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

²¹⁶ *Semanário Cívico*, n. 34, 18 de outubro de 1821.

de mão-de-obra assalariada e se preparando para as mudanças decorrentes do fim da escravidão²¹⁷.

Porém, a necessidade do trabalho escravo não impediu que o redator se dissesse preocupado com os escravizados. O editor do *Semanário* defendeu leis que fiscalizassem o senhor e o obrigasse a tratar bem os cativos. O ponto mais interessante dessa discussão é o curioso projeto de “alforria ao escravo laborioso”²¹⁸. Segundo a proposta, o escravizado que tivesse trabalhado por 20 anos devia ser alforriado, e a escravizada que parisse seis filhos também. Seus filhos, por sua vez, ao chegarem aos 25 anos, deviam ser libertos. No plano existia a obrigação, por parte do senhor, de cuidar dos escravizados e pagar uma pensão aos que chegassem aos 60 anos ou ficassem incapacitados por acidentes sofridos durante o trabalho²¹⁹.

Por outro lado, Maia solicitou a proibição da utilização dos escravizados nos “trabalhos mecânicos” pois a colocação desse grupo nessas funções impedia que “brancos” livres tivessem empregos, ao mesmo tempo em que os desencorajava a entrar nas oficinas por não quererem dividir espaço com “negros”. Por isso, declarou que os cativos deviam ficar restritos aos trabalhos agrícolas, enquanto aos brancos caberia o trabalho na “indústria”. Ainda que racista, a proposta contava com um aspecto “progressista”, pois, segundo Maia, a saída dos “negros” das indústrias causaria a entrada de mulheres, que assim como na Europa, passariam a trabalhar²²⁰.

A valorização dos debates econômicos no *Semanário* é um primeiro indício dos argumentos utilizados pelo seu redator nos debates políticos. Como veremos no decorrer dessa tese, as questões econômicas exerciam forte influência sobre os interesses e projetos de Maia, o que era exposto em suas reflexões.

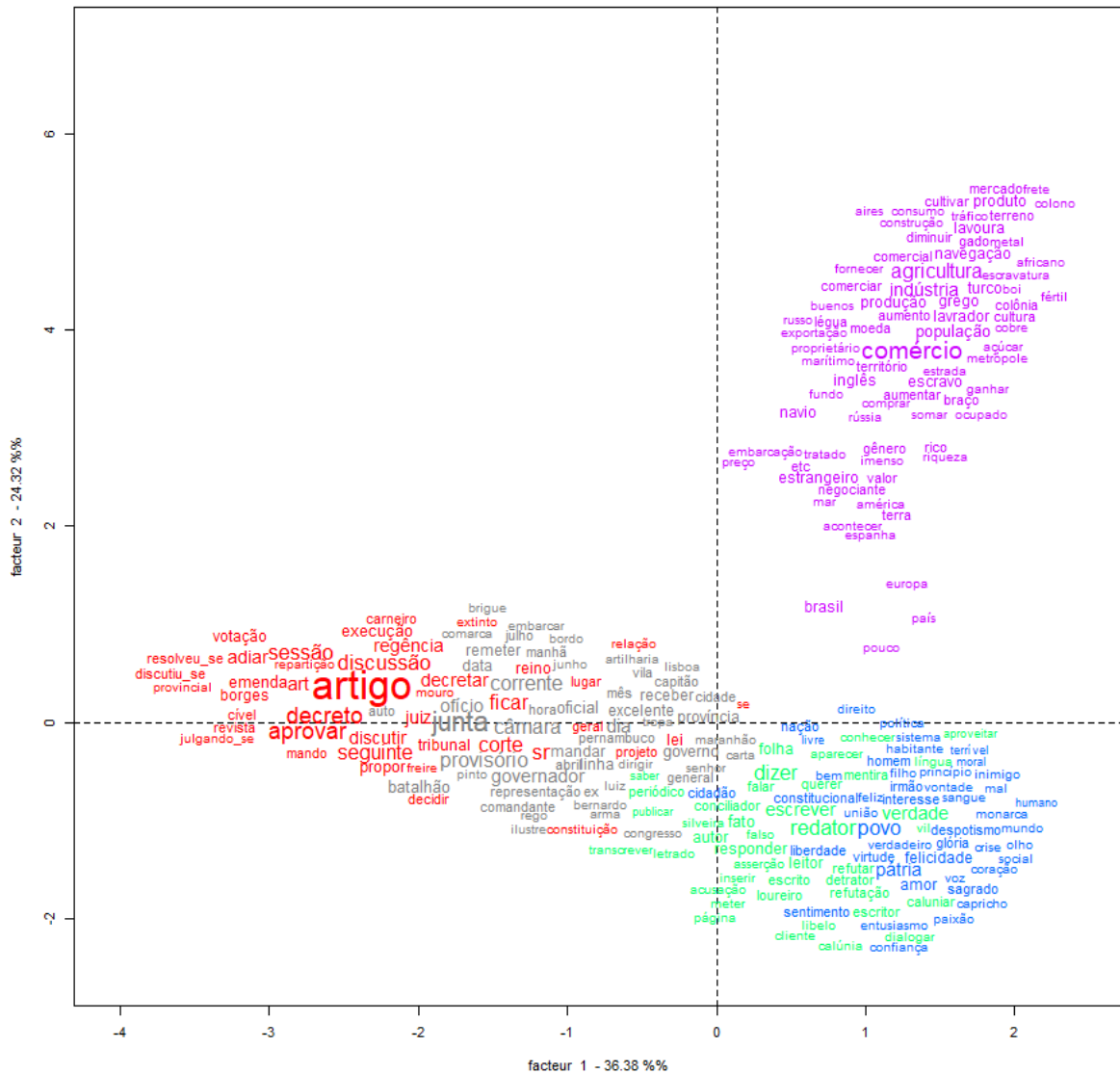
²¹⁷ *Semanário Cívico*, n. 28, 6 de setembro de 1821.

²¹⁸ Sobre os estudos das propostas sobre o fim da escravidão no Brasil, muitos concentram na segunda metade do século XIX. No âmbito da imprensa, o trabalho de Alain El Youssef analisou os periódicos do período imperial em busca das propostas e análises acerca da escravidão e abolicionismo, destacando que grande parte dos redatores eram contra o tráfico. Cf. ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.; CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and transformations in Brazilian political citizenship**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016. Exceção pode ser verificada na tese já citada de Youssef e no livro: PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.79.

²¹⁹ *Semanário Cívico*, n. 28, 6 de setembro de 1821.

²²⁰ *Semanário Cívico*, n. 34, 18 de outubro de 1821.

Gráfico 5 - Gráfico AFC dos periódicos analisados no *Iramuteq* que circularam até a notícia do Fico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Olhando para o gráfico acima conseguimos ver a interação entre as classes analisadas anteriormente. Por óbvio, todas elas podiam se misturar nos jornais, não existindo uma divisão estanque e definitiva. O que esse gráfico nos mostra é a correlação estatística entre elas, nos ajudando a compreender espaços retóricos e linguísticos comuns.

À esquerda, vemos como as palavras relacionadas às Cortes (em vermelho) estavam associadas às ordens e instituições políticas, ilustradas pelo grupo em cinza. Conseguimos perceber também o isolamento das questões econômicas (em rosa) na parte superior do gráfico, espaço ocupado, em grande parte, pelo *Semanário*. Por fim, observamos que as classes 3 (em

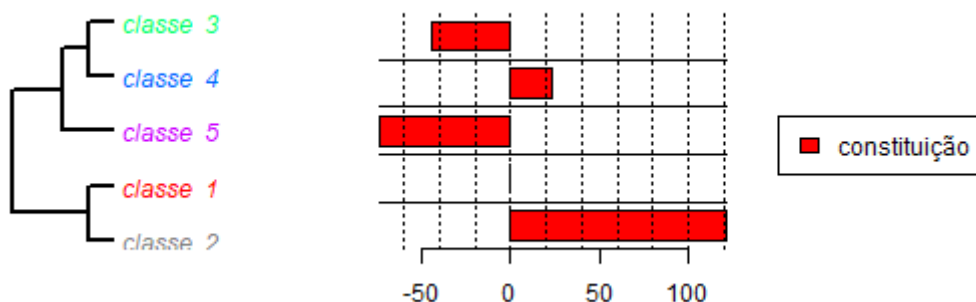
verde) e 4 (em azul) se misturam no canto direito. Isso porque junto aos adjetivos e substantivos utilizados nos periódicos para qualificar seus aliados e adversários, estão termos que eram utilizados nos debates a respeito do futuro dos portugueses. Tendo em vista esses pontos, nos próximos dois tópicos nos dedicaremos a analisar as palavras da Classe 4, que é composta pelos principais vocábulos políticos dos jornais.

2.2.2. O novo vocabulário político: constituição, liberdade, nação e pátria

Se voltarmos ao [Gráfico 4](#) e olharmos a coluna da Classe 4, veremos que importantes conceitos políticos, como “povo”, “pátria”, “nação” e “liberdade”, estão presentes nele. Porém, a falta do vocábulo “constituição” parece, em um primeiro momento, ser uma incoerência em relação aos dados quantitativos da Tabela 2 onde ele aparece como a oitava palavra mais escrita nos periódicos.

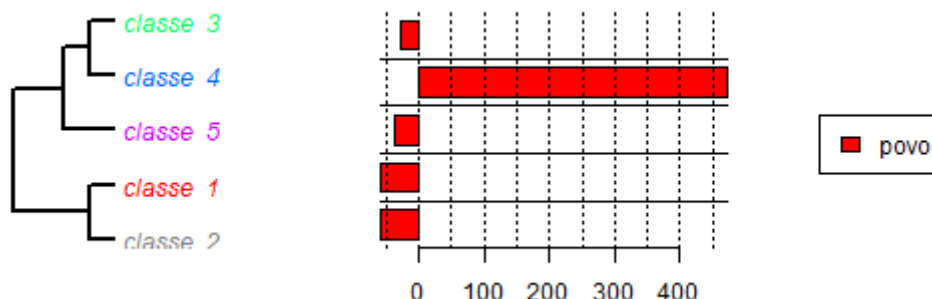
A explicação para esse fato está na metodologia de análise do Método Reinert. As posições no *ranking* das classes não estão relacionadas à frequência absoluta das palavras, mas à estatística χ^2 , que leva em conta a correlação desses vocábulos entre si. Quanto maior a correlação de uma palavra com outras da mesma classe e menos com aquelas de outras classes, maior sua importância no grupo e melhor sua posição. O fato de “constituição”, mesmo com maior incidência absoluta, não aparecer em destaque em nenhuma classe do Método Reinert, demonstra como ela se conecta com todas as classes de forma distribuída, como se verifica no Gráfico 6. A proposição torna-se ainda mais clara em comparação com a palavra “povo” exposta no Gráfico 7.

Gráfico 6 – Método Reinert da palavra “constituição” nos jornais que circularam até a notícia do Fico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Gráfico 7 – Método Reinert da palavra “povo” nos jornais que circularam até a notícia do Fico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

A centralidade do termo para a linguagem desses jornais sugere como o vocábulo foi fundamental. Autoras como Lúcia Neves e Andrea Slemian²²¹ já destacaram a importância da constituição para os impressos. Seguindo suas afirmações, acreditamos que a utilização do conceito pelos periódicos aqui analisados não apenas expressa a importância que tinha, como também exemplifica a consolidação do constitucionalismo nos espaços públicos do Brasil.

Olhando para os dicionários do século anterior ao analisado, vemos que a palavra “constituição” já era conhecida. Publicado no início do século XVIII, o dicionário de Raphael Bluteau traduzia o termo como representação de “Estatuto, Regra”²²², enquanto o dicionário de Antônio de Moraes e Silva, publicado no fim do mesmo século, afirmava ser a constituição um “estatuto, Lei, regra civil ou eclesiástica”, como também “Temperatura do ar” e “Compleição do corpo”²²³.

Esses significados diferiam bastante do que estava em voga em outros países da Europa, como era o caso da França. De acordo com Keith Baker, desde antes da Revolução Francesa, a

²²¹ NEVES, 2003.; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo. de (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.181-205.; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). **Revista de História das Ideias**, v. 37, p. 55–77, 2019.; SLEMIAN, Andrea. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²²² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino (B-C)**. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 485.

²²³ BLUTEAU, Raphael.; SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa Composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva (A-K)**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.316.

constituição já era entendida como uma “forma de governo instituída por uma sociedade ou uma nação a fim de garantir as vantagens da associação política”. Todavia, foi durante a Revolução que ela passou a ser considerada elemento central no contrato social, tornando-se, por isso, uma “invenção política produto puro da vontade de uma nação”²²⁴.

Ainda que seja difícil determinar quando um vocábulo muda de significado semântico, alguns historiadores buscaram compreender essas alterações e, em comum, definiram a virada do século XVIII para o XIX como um momento fundamental para a ressignificação de vários conceitos políticos na América, inclusive o de constituição. De acordo com José Portillo Valdés, no fim do século XVIII, a ideia de que a constituição se tratava de uma lei fundamental começou a aparecer em Portugal²²⁵. As invasões napoleônicas e a tradução de documentos e de leis francesas inseriram, no mundo Ibérico, novas concepções, culminando, inclusive, em um interessante pedido de constituição por parte de autoridades portuguesas ao governo napoleônico²²⁶.

A ressignificação do vocábulo no Brasil aconteceu de forma concomitante com os vizinhos americanos. Porém, ainda que se tratasse de uma novidade, a constituição resguardava alguns elementos do vocabulário do Antigo Regime, como a ligação com a religião e a primazia do ordenamento do sujeito comunitário sobre o individual²²⁷.

Com as independências americanas, a constituição reforçou-se como vocábulo ligado a um ato social de definição de ordem política e salvaguarda das prerrogativas e liberdades dos cidadãos. Esse novo significado, considerado por Lúcia Neves e Guilherme Neves como “moderno”, reforçou o papel da constituição como garantidora de direitos e de deveres estabelecidos por um novo pacto social²²⁸.

²²⁴ BAKER, Keith Michael. Constituição. In: FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 524.

²²⁵ PORTILLO VALDÉS, José M.. Constituição. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p. 312.

²²⁶ HESPAÑA, Antônio Manuel. Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808. **Almanack Brasileiro**, n. 7, p.80-101, maio, 2008.

²²⁷ PORTILLO VALDÉS, 2009, p. 320.

²²⁸ Os autores também se debruçaram sobre as diversas matizes constitucionais existentes no Brasil durante o ano de 1820. Segundo eles, existiam ao menos quatro: o constitucionalismo histórico, o constitucionalismo de Montesquieu, o constitucionalismo de Benjamin Constant, e a versão democrática do constitucionalismo. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 339.

Desta feita, a constituição ganhou novo significado, tornando-se não apenas um conjunto de leis, mas também portadora de um papel primordial na construção de um governo estável, promotora da “liberdade”, da “felicidade” e garantidora do exercício dos direitos²²⁹. Segundo Andrea Slemian, a marca de sua novidade era a quase impossibilidade de se sustentar sistemas políticos que não fossem legitimados pelas constituições²³⁰, residindo aí uma das grandes forças do constitucionalismo.

Os jornais aqui analisados refletem essa mudança conceitual e avaliativa. Os redatores discutiam continuamente o que era uma constituição ou o que seria um governo constitucional, tentando incutir na população esses sentidos, almejando convencê-los de que ela era essencial para suas vidas. Também existia o reconhecimento por parte dos jornalistas de que o termo não era bem delimitado, levando editores, como os do *Conciliador do Maranhão*, a afirmar que muitos “a nomeia[m], e nem todos a conhecem”²³¹.

As diversas definições semânticas atribuídas a essa palavra já foram ricamente estudadas pelos trabalhos citados acima, o que nos faz seguir em frente tendo eles como base. O que queremos é entender o que as análises quantitativas nos mostram sobre as formas como o termo foi utilizado nos discursos políticos.

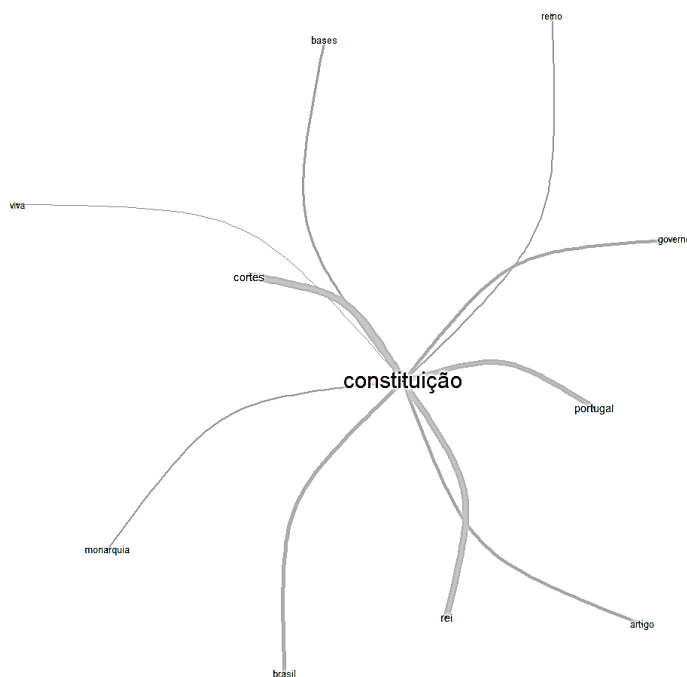
Olhando o Gráfico 8 abaixo, conseguimos ver o gráfico de similitude do termo. As linhas mais fortes, que representam maior frequência, dividem-se entre “Cortes”, instituição que faria a constituição, e “rei”, indivíduo que havia aceitado a constituição. Também vemos “Brasil” e “Portugal”, locais da jurisdição do Soberano Congresso. Outras palavras, como “Reino” e “monarquia”, relacionam-se com o discurso de que era a Constituição feita nas Cortes que manteria o “Reino” unido e a “monarquia”. As outras palavras se relacionam com a publicação, nos jornais, das “bases” e dos “artigos”, bem como os “vivas” à constituição, já analisados anteriormente.

²²⁹ SLEMIAN, Andrea. “Para Além da Boa Ordem”: o papel das constituições nas independências da América Ibérica (c.1810-1826). In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p. 23.

²³⁰ Ibid., p. 24.

²³¹ **O Conciliador do Maranhão**, n. 3, 22 de abril de 1821.

Gráfico 8 - Grafo de similitude de “amor” nos jornais que circularam até as notícias do Fico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Nos jornais, a constituição representava a salvação e a “bússola” da nação²³². Concebida nas Cortes, onde “nossos irmãos trabalham”, ela lançaria, na opinião do redator do *Conciliador do Maranhão*, as “bases da nossa futura felicidade”²³³. Já para o *Reverbero*, a constituição seria capaz de remediar os “males sofridos”²³⁴. Ela era a promessa de felicidade da nação²³⁵ e a esperança de que estariam próximos do tempo em que reinaria a “verdade, e franqueza”²³⁶.

A valorização do vocábulo trazia consigo todo um aparato linguístico. Vemos, nos jornais, que mais do que melhorar a vida dos portugueses, a constituição era ela própria uma guinada completa em direção ao futuro para a sociedade. Diante da constituição, todos seriam tratados de forma igual²³⁷, por isso ela deveria ser conservada como um “tesouro” e o legislativo devia ser fortalecido a fim de garanti-la²³⁸. Empolgado com o constitucionalismo, o *Conciliador*²³⁹ proclamava:

²³² *Semanário Cívico*, n. 13, 24 de maio de 1821.

²³³ *O Conciliador do Maranhão*, n. 4, 26 de abril de 1821.

²³⁴ *Reverbero*, n. 1, 15 de setembro de 1821.

²³⁵ *Reverbero*, n. 3, 15 de outubro de 1821.

²³⁶ *Reverbero*, Suplemento ao número 2, 8 de outubro de 1821.

²³⁷ *O Conciliador do Maranhão*, n. 7, 06 de maio de 1821.

²³⁸ *O Conciliador do Maranhão*, n. 3, 22 de abril de 1821.

²³⁹ Jornal publicado na Tipografia Nacional do Maranhão. Foi um dos periódicos mais caros do período analisado. Sua edição avulsa custava 200 réis.

Quebraram-se os ferros, rasgou-se a cortina da ilusão e assomou no brilhante e vasto Horizonte do Brasil o Sol da Liberdade. Os Ilustres Filhos do Recôncavo, e os destemidos do Amazonas, por mágico telégrafo, comunicaram suas ideias, ou antes a Razão, a Justiça e o sacro fogo do Amor da Pátria lhes deu igual pesar. Pelo Norte e pelo Sul retumbou a voz do Rei, e da Pátria, e da Constituição. Brademos pois: Filhos dos Macieis, dos Mouras e dos Teixeiras: VIVA EL REI, A PÁTRIA E A CONSTITUIÇÃO!!!²⁴⁰

Os principais papéis da constituição seriam garantir a união, a felicidade e as liberdades. A união era assegurada pela harmonia dos interesses de ambos os lados do Atlântico, que seriam firmados pela constituição, e a felicidade seria uma consequência do novo sistema político “constitucional”²⁴¹.

Ao exporem a linguagem constitucionalista, os periódicos manifestaram um novo léxico político. Talvez um dos mais interessantes e relacionados à constituição seja o de liberdade, que não apenas é qualitativamente muito importante (como pudemos ver nas citações acima), como também é um dos que fazem parte da Classe 4 exposta na página [72](#).

De acordo com Gabriel Entin e Loles González-Ripoll, no século XVIII, o conceito de liberdade guardava forte relação com o pensamento cristão e significava, grosso modo, a possibilidade de se fazer tudo o que não era proibido por leis divinas ou humanas²⁴². No decorrer do século, a influência do jusnaturalismo deu à liberdade centralidade nos discursos políticos que defendiam as liberdades individuais, coexistindo com a concepção tradicional através da valorização da liberdade plural, entendida como privilégios e prerrogativas de classe²⁴³. Em decorrência do iluminismo, outras reflexões acerca da liberdade foram difundidas. Existiu aquela ligada à liberdade de comércio, à liberdade de imprensa (discutida anteriormente), à liberdade política *etc.*

Todavia, em decorrência da Revolução Francesa e das modificações conceituais que dela decorreram, a liberdade prevaleceu no mundo ibérico em sua concepção negativa. Os excessos revolucionários levaram portugueses e espanhóis a refletirem acerca da bem entendida liberdade, opondo-se aos exageros franceses a moderação²⁴⁴.

²⁴⁰ As letras em caixa alta são originais do próprio documento. **O Conciliador do Maranhão**, n. 2, 19 de abril de 1821.

²⁴¹ Esse termo também aparece na Classe 4, e suas utilizações mais comuns eram “governo constitucional” e “sistema constitucional”.

²⁴² GONZÁLEZ-RIPOLL, Loles.; ENTIN, Gabriel. **Libertad**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p. 18.

²⁴³ *Ibid.*, p. 23.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 26.

Durante os processos de independência da América²⁴⁵, a leitura de autores clássicos romanos e ilustrados, bem como a vivência dos atores históricos, culminou em metamorfose do conceito. De forma mais marcante nos países hispano-americanos, fortaleceu-se a retórica republicana da liberdade como um bem a ser defendido pelos homens. Ela era um direito natural assegurado pelas leis e, por isso mesmo, limitada pelas próprias leis²⁴⁶.

Com a entrada do liberalismo, o indivíduo se transformou no sujeito principal da liberdade. Tal concepção teria sido extraída principalmente das obras de Benjamin Constant e de Jeremy Bentham²⁴⁷. Nela, constaria a liberdade civil, representada por elementos já difundidos, como liberdade de imprensa, de pensamento, de propriedade *etc.*, como também um novo elemento, a representação política²⁴⁸.

A análise quantitativa de “liberdade” fez sobressair em correlação a palavra “imprensa”, sintoma da discussão acerca da “liberdade de imprensa” já analisada anteriormente. A segunda palavra mais frequente é “governo”, que tinha um sentido um tanto quanto genérico, porque, como os jornais discutiam principalmente questões políticas, o “governo” aparecia como o governo provisório das províncias²⁴⁹, o governo português²⁵⁰ ou os “governos liberais” que admitiam liberdades, como a de imprensa²⁵¹, e protegiam-nas, principalmente as liberdades individuais²⁵².

A liberdade para esses jornais girava em torno de dois elementos principais: as leis e os direitos, tratados como “sagrados”²⁵³. Nesse ponto, destacamos a persistência da linguagem

²⁴⁵ Falando especificamente do caso brasileiro, Christian Edward Cyril Lynch afirmou que existiam, no século XVIII, pelo menos nove sentidos para a palavra liberdade, sendo quatro especialmente importantes para sua compreensão. O primeiro seria a liberdade como autodeterminação, muito relacionada com a capacidade de manter ou adquirir a independência de um Estado. A segunda dimensão seria aquela que se referia à liberdade como *status* pessoal, ligada à possibilidade de agir. A terceira é aquela ligada à construção da nação, que refletia sobre os limites de ação do próprio governo sobre a vida dos cidadãos. Por fim, o último sentido se liga à construção do Estado, muito vinculado à escravidão, seja ela política ou civil. Quanto ao último sentido, a escravidão política era aquela que relacionava a falta de liberdade política ou econômica da colônia face à metrópole, ou dos proprietários frente ao Estado, ou mesmo da centralização política excessiva. Já a escravidão civil aludia à condição dos escravos, que estavam à margem da cidadania. LYNCH, Christian Edward Cyril. Brasil. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, Loles.; ENTIN, Gabriel. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: Libertad. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p.69-80.

²⁴⁶ GONZÁLEZ-RIPOLL; ENTIN, 2017, p. 35.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 39–40.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 41.

²⁴⁹ **O Conciliador do Maranhão**, n. 49, 29 de dezembro de 1821.

²⁵⁰ **O Conciliador do Maranhão**, n. 65, 23 de fevereiro de 1822.

²⁵¹ **Semanário Cívico**, n. 5, 29 de março de 1821.

²⁵² **O Espelho**, n. 2, 10 de outubro de 1821.

²⁵³ As expressões “sagrados” e “sagrado”, presentes na Classe 3 do *cluster*, relacionavam-se majoritariamente com “direitos” e “deveres”.

cristã, já que, ao tratar a liberdade como um bem “sagrado”, os periódicos apelavam em vocábulos religiosos para reforçar sua importância.

As leis tinham uma dupla função. Elas tanto serviam para evitar excessos da liberdade²⁵⁴, já que a “liberdade consiste na faculdade que compete a cada um de fazer tudo o que a lei não proíbe”²⁵⁵, como eram garantias da liberdade.

Esse segundo sentido foi comum principalmente em textos sobre a liberdade de imprensa. Vários periódicos reforçavam a lei como forma de garantir que eles poderiam circular sem sofrer grandes pressões dos governos ou de populares²⁵⁶ ou como forma de enfatizar perante a divulgação essa novidade entre os portugueses.

Eram as leis que garantiam os “direitos”, que estavam constantemente ameaçados pelo “despotismo” de algumas autoridades. O despotismo era o conceito antitético da liberdade sendo por isso necessário combatê-lo e evitá-lo. Os defensores do despotismo eram os “corcundas”, “vis satélites de despotismo”²⁵⁷ que haviam aprisionado e escravizado os portugueses por um longo tempo, estado de submissão que havia sido interrompido pela Revolução do Porto²⁵⁸.

Temendo o retorno do despotismo, os periódicos buscavam convencer os leitores de que era fundamental a vigia permanente sobre as liberdades, algo muito semelhante ao que González-Ripoll e Entin chamaram de retórica republicana. Era primordial dar sua vida, “derramar por ela o sangue no campo da independência” para evitar o retorno do despotismo²⁵⁹.

As liberdades eram tratadas principalmente como um bem comum e um dos principais elementos desse discurso era a “liberdade da nação”²⁶⁰. A expressão remetia à liberdade como um bem coletivo, o que é reforçado por outros termos como “povo”²⁶¹ e “povos”. Também

²⁵⁴ **Reverbero**, n. 5, 15 de novembro de 1821; **O Conciliador do Maranhão**, n. 65, 23 de fevereiro de 1822; **Semanário Cívico**, n. 4 e n. 49; **O Espelho**, n. 2, 10 de outubro de 1821.

²⁵⁵ **O Conciliador do Maranhão**, n. 6, 03 de maio de 1821.

²⁵⁶ **O Espelho**, n. 2, 10 de outubro de 1821; **O Conciliador do Maranhão**, n. 39, 24 de novembro de 1821; **Reverbero**, n. 6, 01 de dezembro de 1821.

²⁵⁷ **Semanário Cívico**, n. 12, 17 de maio de 1821.

²⁵⁸ **O Conciliador do Maranhão**, n. 1, 15 de abril de 1821. **Reverbero**, n. 5, 15 de novembro de 1821.

²⁵⁹ **Reverbero**, n. 1, 15 de setembro de 1821.

²⁶⁰ **Reverbero**, n. 3, 15 de outubro de 1821; **O Conciliador do Maranhão**, n. 55 e n. 1; **Semanário Cívico**, n. 18, 28 de junho de 1821.

²⁶¹ De acordo com Luísa Rauter Pereira, durante a Revolução do Porto o termo “povo” passou a ser associado à totalidade da nação. Cf: PEREIRA, Luísa Rauter. O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820-1823). **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, p.31-47, 2013.

como sujeito coletivo está a “pátria”, mas essa menos como um elemento que faria uso da liberdade e mais como um vocábulo apelativo para que os que “amam a sua pátria”²⁶² defendam a liberdade.

Tendo em vista a centralidade da nação, como sujeito que devia ser livre, devemos nos questionar a quem os jornalistas se referiam quando utilizavam esse vocábulo e como o utilizavam, isso porque, além de aparecer na Classe 4, ele está intricadamente relacionado à própria problemática política a qual os jornais se envolviam. Quer dizer, se a constituição seria feita pelas Cortes que representavam a nação e se a liberdade devia ser exercida pela nação como sujeito coletivo, é necessário entendermos do que trata o vocábulo e como era utilizado nos periódicos.

Fabio Wasserman afirmou que “nação” se tratava de conceito fundamental durante os processos de independência americanos²⁶³. De acordo com o autor, no século XVIII, a “nação” tinha vários significados, principalmente o de designar populações que compartilhavam características físicas ou culturais²⁶⁴. O conceito, progressivamente, incorporou a concepção de uma mesma nação para pessoas debaixo do mesmo governo²⁶⁵.

Mais uma vez a crise aberta pelas invasões napoleônicas foi decisiva para que nova concepção conceitual se espalhasse pelo mundo Ibérico. Ocorreu, segundo Fábio Wasserman, acelerado processo de ressignificação conceitual da nação dando a ela a oportunidade de erigir novas unidades políticas. Ao analisar a conjuntura geral do mundo ibérico e ibero-americano, o autor percebeu a associação desse termo com outros destacados nesta parte do trabalho, como a própria constituição²⁶⁶, imputando a nação como o sujeito da soberania²⁶⁷. Essa concepção de nação foi alcunhada por François-Xavier Guerra²⁶⁸ como “moderna”, pois teria ascendido no início do século XIX e se fundaria na associação livre e soberana dos cidadãos.

²⁶² **Reverbero**, n. 9, 08 de janeiro de 1822.

²⁶³ WASSERMAN, Fabio. Nação. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p. 851.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 853.

²⁶⁵ Sobre esse ponto, José Carlos Chiaramonte frisou que essa concepção política da nação já existia antes da Revolução Francesa, considerando um equívoco de historiadores, como Eric Hobsbawm, considerá-la um fruto daquele período revolucionário. *Ibid.*, p. 854.; CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y estado en Iberoamérica**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004, p. 37; HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2012.

²⁶⁶ WASSERMAN, 2009, p. 858.

²⁶⁷ CHIARAMONTE, 2004, p. 43.

²⁶⁸ GUERRA, 2001, p. 319.

O triênio vintista português deu à nação mais do que significado político, transformando-a em um sujeito dotado de autonomia e que encarnava a vontade geral, como também a fez depositária de atributos morais, virtudes e interesses ligados à felicidade e à prosperidade²⁶⁹. Falando especificamente do caso brasileiro, Marco Antônio Pamplona destacou que, durante o período vintista, a nação tendeu a se identificar com o corpo de cidadãos, reforçando a relação entre ela e os *civitas*²⁷⁰.

A análise das correlações do termo “nação” mostram, em primeiro lugar, uma proximidade muito grande com “Cortes”. Isso ocorre porque a concepção utilizada pelos jornais se aproximava da nação como um sujeito político e as Cortes seriam a instituição política que exercia autoridade na nação, como também representavam a “vontade geral” dos portugueses.

A correlação entre as palavras “Cortes”, “Gerais” e “Extraordinárias” com “nação” foi mais comum no *Semanário Cívico* e no *Conciliador do Maranhão*. Sobressai o sentido de que a “nação inteira” estaria “representada pelos delegados de todos seus departamentos congregados em Cortes”²⁷¹ e esses mesmos deputados não eram considerados “desta ou daquela província, mas, sim, deputados da nação”²⁷². Com isso, a nação ascendia como elemento soberano²⁷³, aproximando-se da “concepção moderna” definida por François-Xavier Guerra²⁷⁴.

A mesma concepção era exposta por periódicos fluminenses, como o *Espelho* e o *Reverbero*. Expressões comuns, como “Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa”²⁷⁵, apareciam frequentemente no *Espelho*, assim como eram dados “Vivas às Cortes da Nação portuguesa”²⁷⁶ no periódico, reforçando a adesão às Cortes e a ligação entre elas e a nação. Já no *Reverbero*, pregava-se a adesão às “Cortes Gerais da Nação” para que elas pudessem “perfazer a magnífica e mortal obra” do Reino “português”²⁷⁷.

Além da ligação com as Cortes, também pode ser observada forte relação com a palavra “portuguesa”. Isso é reflexo tanto de expressões comuns para referir-se às Cortes, como “Cortes

²⁶⁹ WASSERMAN, 2009, p. 860.

²⁷⁰ PAMPLONA, Marco Antônio. Nação: Brasil. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p. 885.

²⁷¹ **O Conciliador do Maranhão**, n. 1, 15 de abril de 1821.

²⁷² **Semanário Cívico**, n. 47, 17 de janeiro de 1822.

²⁷³ PIMENTA, 2006, p. 20.

²⁷⁴ GUERRA, 2001, p.270.

²⁷⁵ **O Espelho**, n. 2, n. 4, n. 5, n. 7 e n. 12.

²⁷⁶ **O Espelho**, n. 8, 21 de novembro de 1821.

²⁷⁷ **Reverbero**, n. 2, 01 de outubro de 1821.

Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa”, mas também porque a nação, em si, era a portuguesa. De forma ilustrativa, o *Reverbero* falava da “Magnânima Nação Portuguesa na Europa e na América e nas demais partes do seu todo”²⁷⁸.

Também apareciam termos como “governo”, “constituintes” e “geral”, que falavam das Cortes e do “rei”, como um elemento de coesão da “nação”, e “Brasil”, como uma das partes da nação portuguesa formada pelos Reinos de Portugal, Brasil e Algarves²⁷⁹. Nesse momento, qualquer tentativa de ruptura da nação era negada e uma correspondência escrita por *J. J. V. S.* inserida no *Reverbero* rechaçou qualquer injúria ou pregação que “há pouco giraram [em torno] de uma desmembração da monarquia debaixo do título aliciador de Império do Brasil”²⁸⁰.

Se a nação era a nação portuguesa, o que seria a pátria? Ambos os conceitos não eram sinônimos e, segundo Marco Morel, a “nação” poderia ter um significado que sobrepunha as diversidades de pátrias existentes²⁸¹. Nos periódicos analisados, a nação era o sujeito nos discursos políticos dos jornais enquanto a pátria – que também consta na Classe 4 - era termo utilizado com função mobilizadora.

O papel mobilizador do termo “pátria” não foi uma singularidade dos jornais analisados nessa tese. Georges Lomné afirmou que, no início do século XIX, em espanhol, existia uma expressão muito comum, o amar a “la pátria”, que remetia ao patriotismo político²⁸². No decorrer do século, a pátria se tornou mais abstrata, refugiando-se em algumas concepções clássicas e ilustradas, encarnando em si a própria virtude, consequência do reforço do conceito de nação²⁸³. Com a crise política da passagem do século XVIII para o XIX, os revolucionários voltaram a apostar na mobilização do patriotismo como forma de defesa contra as invasões napoleônicas, fazendo com que as ações patrióticas passassem a se relacionar com a religião e o rei²⁸⁴.

Falando especificamente do caso brasileiro, Marco Antônio Pamplona afirmou que um primeiro significado de pátria era o lugar de origem. Percebe-se também, nos dicionários, a valorização do “amor pátrio”, refletido em um sentimento virtuoso e racional expresso através

²⁷⁸ *Reverbero*, n. 3, 15 de outubro de 1821.

²⁷⁹ *Semanário Cívico*, n. 10, 03 de maio de 1821.

²⁸⁰ *Reverbero*, n. 3, 15 de outubro de 1821.

²⁸¹ MOREL, 2007, p.18.

²⁸² LOMNÉ, Georges. *Patria*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p. 25.

²⁸³ *Ibid.*

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 27.

de serviços dos cidadãos à sua pátria²⁸⁵. O autor observou que existiu, no começo do século XIX, uma “linguagem do patriotismo”, em que a expressão pátria começou a ser usada constantemente como elemento de mobilização gerando obrigações dos “patriotas” perante sua pátria²⁸⁶.

Olhando para o século XIX, Márcia Regina Berbel evidenciou o caráter político do conceito. De acordo com a autora, durante a Revolução Francesa, a defesa da pátria passou a ter valores associados à liberdade política da coletividade, politizando o termo e o ligando à defesa do “bem público”²⁸⁷. Influenciados por esse discurso, os revolucionários de Pernambuco de 1817 passaram a se identificar enquanto “pernambucanos” a partir de uma identidade política que indicava o rompimento com a monarquia e a condição de cidadão, fazendo do patriota aquele que defendia e portava valores políticos e morais contrários ao despotismo²⁸⁸.

Com isso, o termo passou de se dissociar do lugar de nascimento e a ser considerado uma escolha dos indivíduos. Esse momento de alteração conceitual é perceptível nas *Dissertações* de Frei Caneca, nas quais a pátria deixou de ser o local de nascimento²⁸⁹ e transformou-se no que o padre chamou de local de “direito”²⁹⁰.

A análise de como o termo era utilizado pelos periódicos reflete sua valorização enquanto argumento de mobilização do público. Os dados quantitativos nos mostram uma forte ligação com a palavra “amor”. As expressões mais comuns eram o “amor à pátria” ou o “amor da pátria”, que, muitas vezes, vinham acompanhadas do “amor” ao “rei”.

A pátria servia, nos periódicos, como um conceito mobilizador. Ela era menos usada como um elemento concreto, tal como a “nação portuguesa”, e mais como um termo capaz de estimular a população e exigir ações dos patriotas, denotando a linguagem patriótica que circulava pelos impressos. Em torno disso, ao falarem do patriotismo ou do “amor à pátria”, os redatores buscavam induzir determinadas ações no público, isso porque o bem da pátria dependia das ações do “cidadão” ou de seus “filhos” em defesa da “constituição” que estava sendo feita nas Cortes.

²⁸⁵ PAMPLONA, Marco. Brasil. In: LOMNÉ, Georges. **Patria**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p. 51.

²⁸⁶ Ibid., p. 54.

²⁸⁷ BERBEL, 2003, p. 349.

²⁸⁸ Ibid., p. 351.

²⁸⁹ JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 130.

²⁹⁰ PAMPLONA, 2017, p. 58.

Assim, o ato de ser um verdadeiro “patriota” era o que Marco Morel chamou de “virtude ativa”²⁹¹, quer dizer, não bastava apenas se dizer patriota, eram necessárias ações. Analisando a *Encyclopédie*, Morel percebeu que o termo “patriota” recebeu a definição de “agente, ator histórico intencional, condicionado não apenas por sentimentos, mas por obrigações reais, embora a dimensão do afeto continuasse presente”²⁹². Percebemos que a utilização da pátria, nos periódicos analisados, segue mesmo caminho, já que o “amor à pátria” demandava ações.

Sobre isso, o *Reverbero* publicou um extrato afirmando que um dos melhores meios de “salvar a pátria” era com as “bases de uma constituição”²⁹³ e que o “amor da pátria” é o “mesmo amor da nação e da constituição”²⁹⁴. Já uma correspondência inserida no *Conciliador do Maranhão* se maravilhava com a “obediência às Cortes e à Constituição” como um sinal de “tanta lealdade e amor da pátria”, “unanimidade” e “concórdia”²⁹⁵.

Com a incorporação de novos e antigos significados de vocábulos, o constitucionalismo tornou-se uma das principais marcas dos jornais publicados no ano de 1821. Não apenas quantitativamente, como observamos na Tabela 2, mas também qualitativamente, como ficou perceptível nos Gráfico 6 e Gráfico 7, a constituição foi alçada como o principal conceito dos jornais e, ao seu lado, uma série de palavras passaram a ocupar espaço nos periódicos.

Também pudemos ver que muitos termos desse vocabulário passaram por intensa ressignificação. Com base nas obras que abordam as mudanças semânticas desses conceitos, observamos que o início dos anos de 1820 fez parte de um período de crise política que se transformou em revolução semântica, forçando os agentes históricos a ressignificarem palavras socialmente consolidadas para se adequarem à nova realidade em que viviam.

Salientamos, nesta parte, quatro vocábulos que se destacaram nas análises quantitativas e qualitativas: constituição, liberdade, nação e pátria. Nossa intenção ao analisá-los não foi entender o que significavam semanticamente, algo já feito por obras supracitadas e outras²⁹⁶,

²⁹¹ MOREL, 2007, p. 17.

²⁹² Ibid., p. 19.

²⁹³ *Reverbero*, n. 6, 01 de dezembro de 1821.

²⁹⁴ *Reverbero*, n. 9, 08 de janeiro de 1821.

²⁹⁵ *O Conciliador do Maranhão*, n. 56, 23 de janeiro de 1822.

²⁹⁶ BASILE, 2012.; FANNI, 2015.; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuço. *Almanack*, n. 3, p. 99–115, 2012.; FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.; MOREL, 2006.; NEVES, 2003.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Independência: Contextos e conceitos. *Historia Unisinos*, v. 14, n. 1, p. 5–15, 2010.; PINA, Ana Maria. Liberdade: vicissitudes de um conceito no Portugal liberal (1820-1910). In: RIBEIRO, Gladys Sabina. *et al.* (org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.69-78.; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2010.; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. Construindo a “nação

mas compreender como foram utilizados nos primeiros anos da década de 1820, tendo em vista os interesses políticos dos redatores e o contexto em que foram escritos. A questão se torna vital para esta tese porque serve como ponto de partida e de comparação para, nos capítulos 3 e 4, compreendermos as *paroles* dos periodistas e as alterações no contexto linguístico e histórico no qual escreviam.

Em resumo, buscamos mostrar a centralidade da constituição, considerada como a salvaguarda dos direitos civis e políticos, bem como o instrumento capaz de melhorar a vida dos portugueses. Junto ao vocábulo constituição, a liberdade, que seria garantida pelas leis, foi tratada como um bem a ser defendido pelos portugueses, já que era ameaçada pelo despotismo. Os portugueses, que compunham uma mesma nação, deviam agir em defesa da liberdade e da constituição por amor à pátria, o que transformou este último termo no principal elemento mobilizador no discurso dos jornalistas.

Vimos, no gráfico da página [72](#) e em alguns trechos da análise da palavra pátria, o vocábulo “amor”. Não nos detivemos sobre ele e outros expostos na Classe 4 porque tiveram funções semelhantes na retórica desses jornais. Esse componente retórico e os vocábulos neles utilizados serão analisados no próximo tópico.

2.2.3. O “amor da pátria” e o “cidadão constitucional”

Se no tópico anterior analisamos alguns termos importantes para os periódicos e que passavam por um processo de ressignificação, nosso objetivo agora é entender outros que exerceram funções diferentes por não se tratarem tanto de conceitos políticos que refletiam projetos, mas, sim, de elementos de argumentação, de mobilização e de identificação.

Se voltarmos à Classe 4 do [Gráfico 4](#), veremos que conceitos políticos como “pátria”, “nação” e “liberdade” se misturavam com outros relacionados a sentimentos, tais como “felicidade”, “amor” e a própria palavra “sentimento”. Esses termos exerciam importante função retórica nos jornais ao servirem de base argumentativa para a persuasão e o incitamento dos leitores para defenderem os projetos veiculados nos impressos. Assim, a utilização desses

brasiliense”: poderes locais e identidades políticas na Bahia, (1815-1831). **Almanack Braziliense**, n. 2, p. 114, 2005.; VIANNA, Jorge Vinicius Monteiro. **Imaginando a nação**: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de independência do Brasil (1821-1824). 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.; WINTER, 2018.

sentimentos e emoções foi um elemento comum em discursos políticos, pois serviam como forte componente de motivação social²⁹⁷.

Dentre essas palavras, é interessante ressaltar que o “sentimento” era um termo genérico para designar qualquer sensação ou emoção. O vocábulo designava “paternais sentimentos” do rei para com os portugueses²⁹⁸, “lealdade” ao monarca²⁹⁹, “insurreição” de algumas regiões³⁰⁰ e “honra e de vergonha” de alguns cidadãos³⁰¹. Era uma palavra que será entendida, dentro dos limites de nossa análise, como um vocábulo que se referia a outros, como “felicidade” e “amor”.

A primeira palavra sentimental que aparece na Classe 4 é “felicidade”. Ao consultar o dicionário de Bluteau, percebemos que o autor dedicou quase quatro páginas para o vocábulo. De forma geral, ele o define como a “posse, & o logro dos bens, que podem satisfazer o corpo, & o espírito”³⁰². O dicionário de Antônio de Moraes e Silva atribuiu significado semelhante, sendo a felicidade o “contentamento, estado, do que goza dos bens desejados, do corpo, e do espírito”³⁰³.

A “felicidade” relacionava-se, nos jornais, com as expressões “nossa religião” e “nosso augusto rei e benemérito príncipe”³⁰⁴. Verificou-se também a vinculação da palavra com a organização do governo provisório no Rio de Janeiro³⁰⁵ e a regeneração política da nação³⁰⁶. Mas a grande causa da felicidade para os periódicos era o constitucionalismo³⁰⁷ e uma compreensão comum era que a felicidade vinha da constituição escrita nas “Cortes”³⁰⁸.

A “constituição” estava sendo preparada pelos “verdadeiros portugueses reunidos em Cortes” e estava sendo organizada para a “felicidade geral dos portugueses de ambos os mundos”³⁰⁹. Segundo o *Reverbero*, a busca pela felicidade era natural do homem e estava gravada “pelo autor da natureza” nas “nossas almas” e, por isso, “queremos” e “devemos querer

²⁹⁷ ASCHMANN, 2014, p. 63.

²⁹⁸ **O Conciliador do Maranhão**, n. 7, 06 de maio de 1821.

²⁹⁹ **O Conciliador do Maranhão**, n. 56, 23 de janeiro de 1822.

³⁰⁰ **O Espelho**, n. 10, 05 de dezembro de 1821.

³⁰¹ **Semanário Cívico**, n. 45, 03 de janeiro de 1822.

³⁰² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino (F-J)**. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 70.

³⁰³ BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 606.

³⁰⁴ **Reverbero**, n. 2, 08 de outubro de 1821.

³⁰⁵ **Reverbero**, n. 2, 08 de outubro de 1821.

³⁰⁶ **O Conciliador do Maranhão**, n. 4, 26 de abril de 1821.

³⁰⁷ **O Espelho**, n. 1, 01 de outubro de 1821.

³⁰⁸ **Semanário Cívico**, n. 2, 08 de março de 1821.

³⁰⁹ **Semanário Cívico**, n. 17, 21 de junho de 1821.

uma constituição”³¹⁰. A felicidade alcançada com a constituição seria um bem coletivo mais do que individual, por isso há recorrência de algumas expressões como “felicidade dos povos”³¹¹ e “felicidade da nação”³¹² expondo os sujeitos que seriam alcançados pela felicidade.

O segundo sentimento que aparece na classe é “amor”. Estudando acerca do conceito, Pedro Cardim sinalizou a importância da palavra e do sentimento, nos séculos XVI e XVII, como um dos elementos fundadores da vida em sociedade³¹³. Segundo o autor, os teólogos destacavam como os homens estavam naturalmente inclinados a viver em sociedade, trabalhando juntos para alcançar o bem comum, o que era motivado pelo amor ao próximo e à amizade³¹⁴.

Na *Encyclopédie*, amor remetia a um laço de empatia que podia se qualificar de acordo com o “enlace”. Haveria o amor às ciências e às letras, o amor ao próximo, o amor sexual e o amor paternal. No verbete amor, percebe-se também a proximidade da nação como inspiração comum da benevolência entre os homens. Na obra, diz-se que esse sentimento não é sentido por aqueles que convivem no país de origem, porque a proximidade é enfraquecida pelo número dos que a compartilham, mas se torna sensível quando duas ou três pessoas da mesma nação se encontram em um clima estrangeiro. Já ao rei, segundo a *Encyclopédie*, se pode atribuir o amor paternal e, exatamente por isso, pode-se exigir determinados deveres dos chefes de família que são “amar, governar, recompensar e punir”³¹⁵.

Na cultura política francesa do século XVIII, portanto, a linguagem incluía o amor como laço entre pessoas e a “nação” e o “soberano”. Da mesma forma, textos legislativos e jurídicos faziam inúmeras alusões à importância social do amor e da amizade, bem como ao seu papel organizador na monarquia portuguesa³¹⁶. Como em uma família ou amizade, cujos membros unem-se pelo amor, no Antigo Regime, o mesmo vínculo se dava entre vassallos e rei, vigorando

³¹⁰ Reverbero, n. 1, 15 de setembro de 1821.

³¹¹ **O Conciliador do Maranhão**, n. 57, n. 58 e n. 5; **Semanário Cívico**, n. 10, 03 de maio de 1821; **Reverbero**, n. 6, 01 de dezembro de 1821.

³¹² **O Conciliador do Maranhão**, n. 53 e n. 57; **Reverbero**, n. 9 e n. 1; **Semanário Cívico**, n. 2, 8 de março de 1821.

³¹³ CARDIM, Paulo. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. **Lusitania Sacra**, v. 11, p. 21–57, 1999, p. 19.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 4.

³¹⁵ DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. **Encyclopédie**. Tomo 1. Paris: [não identificado], 1751, p. 370. Tradução de nossa autoria.

³¹⁶ CARDIM, 1999, p. 9.

uma relação afetiva: o rei buscava o bem para o seu reino, pelo qual nutria afeto, enquanto o reino devia amar o monarca, exteriorizando esse afeto através da prestação de serviços³¹⁷.

Em seu dicionário, Moraes e Silva definiu o amor como um “sentimento, com que o coração propende para o que lhe parece amável, fazendo disso o objeto de suas afeições e desejos”³¹⁸. Porém, antes dele, Bluteau havia escrito quatro páginas sobre o verbete. Dos diversos sentidos expostos no seu dicionário, o que mais nos chamou atenção foram dois. O primeiro, o “amor próprio”³¹⁹, foi definido como o “que nasce conosco, & quando é nímio nos faz, ou desestimar, ou aborrecer de todos”. Este seria um tipo de amor negativo, pois constituiria “monstruosa labareda”³²⁰. Já o segundo foi o “Amor da Pátria”³²¹, com sentido muito próximo do apelo patriótico estudado por Pamplona³²².

Quanto à utilização do “amor” nos jornais analisados, observamos que o uso mais popular era justamente o “amor da pátria”. Essa expressão, que se popularizou no momento de crise política, apareceu em 60 vezes das 155 ocorrências da palavra amor, enquanto a segunda maior frequência, que foi de “rei”, só apareceu 21 vezes.

A expressão visava a mobilização do público. O “amor da pátria” levava os portugueses, segundo os redatores, a tomarem atitudes como jurar a constituição³²³ e escrever livros e periódicos³²⁴. De acordo com o *Reverbero*, pela pátria devia se dar a vida, pois a “morte é gloriosa sempre que o verdadeiro amor da pátria dirige as ações da nossa vida”³²⁵.

³¹⁷ Ibid., p. 36.

³¹⁸ BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 76.

³¹⁹ O pessimismo em relação ao “amor próprio” também foi percebido por Quentin Skinner entre os renascentistas e republicanos italianos. Inicialmente, o excesso de interesse individual era visto de forma negativa, já que a preocupação devia estar com o bem comum, porém, com o passar do tempo, essa percepção foi relativizada. Já na *Encyclopédie*, vemos uma distinção entre o amor-próprio e o amor a nós mesmos (Amour-propre & de nous-mêmes). Na obra, eles são tratados como vetores antagônicos. “[...] Com o amor de nós mesmos, [...] buscamos nossa felicidade fora de nós mesmos; ama-se mais fora de si do que a própria existência; a pessoa não é ela mesma seu objeto. O amor-próprio, ao contrário, subordina tudo às suas conveniências e ao seu bem-estar: é seu próprio objeto e fim; de modo que, em vez das paixões que vêm do amor de nós mesmos nos dando as coisas, o amor-próprio quer que as coisas se doem a nós, e se faz o centro de tudo”. Em ambos os casos, vemos como o amor próprio era tratado como algo negativo e a ser evitado, muito semelhante ao que aparecia nos dicionários portugueses e nos jornais aqui analisados. SKINNER, 1996; DIDEROT; D’ALEMBERT, 1751, p. 371. Tradução de nossa autoria.

³²⁰ BLUTEAU, Rapahel. **Vocabulário Portuguez e Latino (A)**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 345.

³²¹ Ibid., p. 346.

³²² PAMPLONA, 2017, p. 51.

³²³ **O Conciliador do Maranhão**, n. 1, 15 de abril de 1821.

³²⁴ **Semanário Cívico**, n. 29, 13 de setembro de 1821; **O Espelho**, n. 1, 01 de outubro de 1821.

³²⁵ **Reverbero**, n. 1, 15 de setembro de 1821.

Além de pátria, outra palavra correlacionada com “amor” era “rei”. Essa relação foi mais comum no *Conciliador do Maranhão*, que falava muito do “amor ao rei”³²⁶ ou do amor do “rei” pelos seus vassalos³²⁷. Menos numerosa, também aparecia a expressão o “amor da nação”³²⁸, sendo ela tratada mais como a beneficiada pelas ações dos indivíduos por “amor à pátria” do que ela própria um elemento de incitamento.

Porém, o que o amor da pátria demandaria? Primeiro, a defesa da constituição. Por ser a responsável por consolidar a “nossa felicidade e de toda a nossa descendência”, era necessário que os portugueses se unissem nos mesmos “sentimentos” de “amor da ordem, e da justiça”³²⁹, por isso era indispensável a “fidelidade ao rei, amor à pátria e à constituição”, bem como “respeito às leis, à ordem e ao sossego público”³³⁰. O amor, quer dizer, “o amor da pátria” que “é o mesmo da nação e da constituição”, devia ser um sentimento coletivo, pois a constituição havia proclamado a “liberdade, igualdade e confraternidade”, e não permitia a ninguém ficar em “silêncio”, já que isso configuraria um crime³³¹.

Diante do que foi exposto até agora, podemos ver que o patriotismo era muito valorizado nos jornais portugueses publicados na América. Parece-nos que os redatores ao mesmo tempo em que difundiam o constitucionalismo se aproveitaram de uma retórica patriótica para tentar mobilizar o público. Para isso, resgataram elementos típicos do século anterior, como o “amor da pátria”, para motivar os cidadãos em defesa do novo sistema de governo e da constituição.

Nesse momento, o vocabulário político veiculado pelos jornais se aproxima do humanismo cívico estudado por autores como Quentin Skinner³³² e por Heloísa Starling – que identificou como “republicanismo”³³³. Essa linguagem política se caracteriza pela defesa da liberdade a partir de um estímulo ao espírito cívico e patriótico³³⁴. Tinha como características o encorajamento à dedicação ao bem público, a noção de liberdade como independência e a ativa participação dos cidadãos nos negócios da cidade³³⁵. Ao analisar o Brasil colonial, Starling

³²⁶ *O Conciliador do Maranhão*, n. 8, n. 2 e n. 56.

³²⁷ *O Conciliador do Maranhão*, n. 8 e n. 56.

³²⁸ *Reverbero*, n. 8 e n. 9.

³²⁹ *Semanário Cívico*, n. 31, 27 de setembro de 1821.

³³⁰ *O Conciliador do Maranhão*, n.2, 19 de abril de 1821.

³³¹ *Reverbero*, n.9, 08 de janeiro de 1822.

³³² SKINNER, 1996.

³³³ STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paul: Companhia das Letras, 2018.

³³⁴ SKINNER, 1996, p. 195.

³³⁵ *Ibid.*, p. 114–115.

percebeu que essa concepção também esteve presente da América portuguesa, com a preocupação e fomento à *vita activa* em setores das elites coloniais³³⁶.

Muitas das características destacadas por Starling são encontradas nos jornais por nós analisados. A autora identificou em documentos setecentistas apelos ao “amor à pátria” como a principal razão que devia levar o cidadão a se comprometer com seus deveres com a comunidade política a qual pertencia³³⁷, sendo a pátria o espaço onde estavam os laços políticos e os interesses do cidadão³³⁸. Outras semelhanças são perceptíveis, como a preocupação com a felicidade³³⁹ e a oposição à tirania³⁴⁰.

Assim, nesse momento acreditamos que a linguagem utilizada pelos redatores para mobilizar o público em prol do constitucionalismo aproveitou-se de elementos daquela analisada por Starling. Da mesma forma, remete-nos também ao imaginário ilustrado estudado por Wederson de Souza Gomes ao examinar os escritos de José de Resende Costa Filho³⁴¹. De acordo com o pesquisador, percebe-se um apelo ao “patriotismo” como incentivo à atuação pelo “bem, pela felicidade e pelo fortalecimento das bases do Império”³⁴². Igualmente, nota-se apelo ao patriotismo semelhante nas independências hispano-americanas, onde, segundo François-Xavier Guerra, a “pátria” ocupou um lugar central na linguagem política revolucionária³⁴³.

O patriotismo, ao demandar ações dos cidadãos em defesa de sua pátria, se fundia com a defesa da constituição, tornando os “patriotas” e os fiéis ao rei os defensores da própria constituição, que garantiria a liberdade e felicidade da nação e dos cidadãos. Desta feita, o apelo ao “patriotismo” através de palavras emocionais, como o “amor da pátria”, tiveram o papel de mobilização na linguagem exposta pelos periódicos. Enquanto a constituição era a base da felicidade dos portugueses³⁴⁴, o amor à pátria fazia os cidadãos agirem em sua defesa. Ambos faziam parte da tentativa de mobilização do público para uma causa, o constitucionalismo. Ao utilizarem sentimentos em discursos, os intelectuais buscavam motivar a sociedade a seguir um

³³⁶ STARLING, 2018, p.97.

³³⁷ STARLING, 2018, p.108.

³³⁸ STARLING, 2018, p.110.

³³⁹ STARLING, 2018, p.124.

³⁴⁰ STARLING, 2018, p.165.

³⁴¹ Político e intelectual que se envolveu na Inconfidência Mineira e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁴² GOMES, Wederson de Souza. Patriotismo luso-brasileiro: a felicidade e o bem comum no imaginário ilustrado das primeiras décadas do século XIX. **Mosaico**, v. 10, n. 16, 2019, p. 127.

³⁴³ GUERRA, 2001.

³⁴⁴ NEVES, 2003, p. 209.

caminho ou criar unidades de ação coletiva³⁴⁵. Foi nesse sentido que os jornais tentaram, por meio da incitação ao patriotismo e do apelo ao constitucionalismo, motivar e criar uma identidade em torno de um determinado projeto político.

Isso é perceptível quando observamos que a mobilização não passava apenas pelos sentimentos, mas também por palavras como “virtude”, “glória” e “sagrado”, todas presentes na Classe 4. As virtudes eram exercidas por prestação de “serviços relevantes feitos à nação” ou por “virtudes cívicas”, as “águias do mundo constitucional”³⁴⁶. Devido à importância da virtude para o novo governo, era necessário que as atitudes dos cidadãos e, principalmente, dos representantes da nação, fossem virtuosas e os indivíduos “talentosos”³⁴⁷.

As ações decorrentes do patriotismo e das virtudes resultariam na “glória”, coletiva ou individual, dos portugueses. A forma como o termo era utilizado pelos periódicos era semelhante ao significado semântico dado por Moraes e Silva ao vocábulo: “honra, reputação, louvor conseguido por virtude; ação nobre façanhosa § Bem-aventurança, felicidade”³⁴⁸. A “glória” podia fazer referência ao passado glorioso da nação portuguesa que seria resgatado pelo novo governo³⁴⁹, ao presente que vivenciava a formação das Cortes e da constituição³⁵⁰ e ao futuro que seria vivenciado no sistema constitucional³⁵¹.

O porvir, guiado pela constituição no desempenho dos direitos e da liberdade prescrita pelas leis, seria exercido pelos “cidadãos”, outro termo presente na Classe 4 do Gráfico 4. Eles eram “filhos da pátria”³⁵² portuguesa, formada por “irmãos” do Brasil e de Portugal³⁵³. Amante de sua pátria, o “cidadão honrado” devia estar sempre atento aos perigos que a pátria corria³⁵⁴, pois, segundo o *Semanário*, a “honra da pátria depende da honra do cidadão particular”, que não “pode ser provada senão pelo quadro de sua conduta pública”³⁵⁵. A mais sublime

³⁴⁵ ASCHMANN, 2014; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009.

³⁴⁶ *O Conciliador do Maranhão*, n. 62, 13 de fevereiro de 1822.

³⁴⁷ *O Conciliador do Maranhão*, n. 4 e n. 79; *Semanário Cívico*, n. 24, 9 de agosto de 1821.

³⁴⁸ BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 661.

³⁴⁹ *Reverbero*, n. 2, 01 de outubro de 1821.

³⁵⁰ *O Conciliador do Maranhão*, n. 60, 06 de fevereiro de 1822.

³⁵¹ *O Conciliador do Maranhão*, n. 3, 22 de abril de 1821.

³⁵² *O Conciliador do Maranhão*, n. 7, 06 de maio de 1821.

³⁵³ *O Conciliador do Maranhão*, n. 1, n. 4 e n. 7; *Reverbero*, n. 1, 15 de setembro de 1821; *O Espelho*, n. 8, 28 de dezembro de 1822; *Semanário Cívico*, n. 2, 8 de março de 1821.

³⁵⁴ *Reverbero*, n. 9, 08 de janeiro de 1822.

³⁵⁵ *Semanário Cívico*, n. 14, 31 de maio de 1821.

prerrogativa desse cidadão era “eleger legisladores para a sua pátria”, ação que demandava o “mais puro patriotismo” e o puro exercício das “virtudes”, da “prudência” e do “saber”³⁵⁶.

Além do amor, o que devia guiar a ação dos portugueses, segundo os jornais, era o “interesse geral”³⁵⁷. Ainda que algumas vezes os interesses particulares viessem à tona³⁵⁸, o que devia prevalecer eram os “interesses da nação”³⁵⁹. Nesse contexto, o interesse “individual” foi visto como algo que podia ser nocivo. O *Conciliador do Maranhão* e o *Semanário* tenderam a identificá-lo como uma característica dos cortesãos e apoiadores do Antigo Regime, que buscavam influenciar e aconselhar os monarcas com “ordens favoráveis ao seu individual interesse e nocivas ao público”³⁶⁰.

A valorização dos interesses coletivos em detrimento dos individuais se assemelha a elementos da linguagem cívica discutida acima. Em sua origem, a defesa das liberdades levou os intelectuais a formularem a pregação de que as ambições pessoais deviam ser colocadas de lado em prol do bem público. O indivíduo que fosse capaz de colocar em prática esse ensinamento estaria exercendo a virtude cívica³⁶¹.

O cidadão exemplar, que exercia a virtude cívica, era apontado pelos jornais como “cidadão constitucional”³⁶². Um sintoma da valorização dessa identificação está nas correspondências enviadas aos periódicos³⁶³. Existiram o *Curioso Constitucional*³⁶⁴, *Hum amante da bem entendida constituição*³⁶⁵, o *Constitucional Paraense*³⁶⁶, o *Manoel Pascoal Constitucional*³⁶⁷, o *Constitucional Bahiense*³⁶⁸, *Hum seu Amigo Constitucional*³⁶⁹ e *Hum Pernambucano Constitucional*³⁷⁰. Esses pseudônimos deixam claro não apenas a inserção do

³⁵⁶ *Semanário Cívico*, n. 16, 14 de junho de 1821.

³⁵⁷ *Semanário Cívico*, n. 35, 25 de outubro de 1821; *O Conciliador do Maranhão*, n. 65, 23 de fevereiro de 1822; *Reverbero*, n. 3, 15 de outubro de 1821, por exemplo.

³⁵⁸ *Semanário Cívico*, n. 29, 13 de setembro de 1821; *Reverbero*, n. 3, 15 de outubro de 1821.

³⁵⁹ *O Conciliador do Maranhão*, n. 7, 06 de maio de 1821; *Semanário Cívico*, n. 49, 31 de janeiro de 1822; *Reverbero*, n. 7, 15 de dezembro de 1821.

³⁶⁰ *Semanário Cívico*, n. 22, 26 de julho de 1821; *O Conciliador do Maranhão*, n. 3, 22 de abril de 1821.

³⁶¹ SKINNER, 1996, p. 65-69.

³⁶² *O Conciliador do Maranhão*, n. 57 e n. 55; *Semanário Cívico*, n. 20, 12 de julho de 1821.

³⁶³ Os nomes de alguns periódicos analisados nessa tese também refletem a valorização da identidade constitucional. Vide: *Analysador Constitucional*, *Diário Constitucional*, *Espreitador Constitucional*, *Baluarto Constitucional*, *O Constitucional* (BA), *Compilador Constitucional Fluminense*, *O Constitucional* (RJ) e *Reverbero Constitucional Fluminense*.

³⁶⁴ *O Conciliador do Maranhão*, n. 47, 22 de dezembro de 1821.

³⁶⁵ *O Conciliador do Maranhão*, n. 37, 17 de novembro de 1821.

³⁶⁶ *O Conciliador do Maranhão*, n. 79, 13 de abril de 1822.

³⁶⁷ *Idade d'Ouro*, n. 21, 23 de fevereiro de 1821.

³⁶⁸ *Idade d'Ouro*, n. 18, n. 21 e n. 25.

³⁶⁹ *Semanário Cívico*, n. 4 e n. 6.

³⁷⁰ *Relator Verdadeiro*, n. 2, 23 de dezembro de 1821.

constitucionalismo nesses periódicos, como também a valorização da identidade constitucional no Brasil.

Nesse ponto, o último vocábulo da Classe 4 emerge. Ocorreu, nos jornais, uma forte associação entre “ser constitucional” com a defesa dos “princípios liberais”, representados na palavra “liberal”. Esse processo foi catalisado pela criação de uma narrativa – que será melhor analisada nos próximos tópicos - na qual o movimento constitucional português fazia parte de um processo que unia várias revoluções que ocorriam no ocidente. Tal ligação não apenas foi um recurso retórico utilizado pelos jornais, mas também deu ao constitucionalismo uma “dimensão histórica”³⁷¹.

Quanto à semântica do termo “liberal”, Javier Fernández Sebastián afirmou que o seu significado tipicamente político foi resultado do conturbado contexto ibero-americano do início do século XIX, fazendo com que ele emergisse como uma identidade política de forma sólida no decorrer dos anos de 1820³⁷². Olhando para os dicionários do século XVIII, vemos que o “liberal” não tinha sentidos políticos. Ele era tratado como uma pessoa “nobre”, que “mostra ser pessoa de qualidade”³⁷³, ou como uma pessoa desprovida de “avareza” ou “mesquinaria”³⁷⁴. Com os movimentos de independências da América, François-Xavier Guerra percebeu que o vocabulário político que se instituiu nos países ibéricos passou a associar o liberalismo com o constitucionalismo, fazendo com que o “ser liberal” se transformasse no mesmo que ser “constitucionalista”³⁷⁵, algo similar ao sentido atribuído pelos redatores do Brasil³⁷⁶.

Em extrato de um discurso de deputados americanos publicado no *Reverbero*, se afirmou que quanto mais “liberal” um plano de governo, “melhor constituído, mais econômico e mais análogo às ideias do nosso século”³⁷⁷. A ascensão do liberalismo, nas palavras do

³⁷¹ POCOCK, 2003, p. 37.

³⁷² FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 700.

³⁷³ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuugez e Latino (L-N)**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 109.

³⁷⁴ BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua Portuugeza composto pelo padre D. Rafael Bluteau (L-Z)**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 20.

³⁷⁵ GUERRA, 2001, p. 337.

³⁷⁶ De acordo com Christian Lynch, o emprego da expressão “liberalismo” era pouco frequente em Portugal, sendo mais comum o uso de outros substantivos, como “constitucionalismo” ou “governo representativo”. LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria: Revista Iberoamericana de filosofia, política y humanidades**, n. 17, p. 212–234, maio, 2007, p. 20.

³⁷⁷ **Reverbero**, n. 6, 01 de dezembro de 1821.

Semanário Cívico, colocaria fim às “conquistas do despotismo que pretendia devorar todas as nações cultas”³⁷⁸.

Mas o que seria um governo liberal? Segundo o *Espelho*, é aquele que “deixa aos cidadãos o maior número possível dos seus direitos e que simplesmente lhes corta aqueles que podem prejudicar o bem comum”³⁷⁹. De acordo com o *Conciliador do Maranhão*, esse sistema foi o escolhido e proclamado nas adesões à Revolução do Porto³⁸⁰. Entre suas bases, estaria o axioma de que as leis seriam formadas para a “felicidade dos povos, e não os povos para serem sacrificados às instituições”³⁸¹. Em torno da “liberal constituição”, os “portugueses de ambos os hemisférios se julgariam uma só e mesma família”³⁸², cabendo ao rei governar por uma “sábua e liberal constituição” que promoveria o “primeiro raio de felicidade das nações”³⁸³.

Para os redatores dos jornais, existiam “princípios liberais” compartilhados entre “todos os liberais da Europa”³⁸⁴. Esses princípios, segundo extratos de periódicos estrangeiros publicados pelo *Reverbero*, baseavam-se na ideia de que “é chegado o tempo de se governarem os povos por uma maneira diferente” daquela que “foram governados há cem anos”³⁸⁵. O resultado desse novo sistema seriam as “instituições liberais” que se transformariam no “mais seguro anel da nossa harmonia e da nossa estreita união”³⁸⁶.

Essas instituições, segundo um extrato d’*O Portuguez* publicado pelo *Semanário*, consolidariam as “liberdades civis”, a “igualdade dos direitos de todo cidadão” e a “franqueza em todos diante da lei”³⁸⁷. Através de uma proclamação de um “Português amigo da Pátria, do Rei, e da Verdade aos HABITANTES DO MARANHÃO”³⁸⁸, o *Conciliador* expôs a felicidade do autor em pertencer “a uma nação onde acabou de ser crime a expressão de ideias liberais e a ostentação de ardente patriotismo”³⁸⁹.

³⁷⁸ *Semanário Cívico*, n. 45, 03 de janeiro de 1822.

³⁷⁹ *O Espelho*, n. 1, 01 de outubro de 1821.

³⁸⁰ *O Conciliador do Maranhão*, n. 56, 23 de janeiro de 1822.

³⁸¹ *Reverbero*, n. 6, 01 de dezembro de 1821.

³⁸² *Semanário Cívico*, n. 21, 19 de julho de 1821.

³⁸³ *Semanário Cívico*, n. 2, 08 de março de 1821.

³⁸⁴ *O Conciliador do Maranhão*, n. 47, 22 de dezembro de 1821.

³⁸⁵ *Reverbero*, n. 7, 15 de dezembro de 1821.

³⁸⁶ *Reverbero*, n. 4, 01 de novembro de 1821.

³⁸⁷ *Semanário Cívico*, n. 14, 31 de maio de 1821.

³⁸⁸ O texto em caixa alta é original do próprio documento.

³⁸⁹ *O Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 de abril de 1821.

Mas quem seriam os liberais e constitucionais? O *Semanário* trouxe definição ilustrativa. Eles seriam os “amigos da vossa pátria e inimigos do despotismo”³⁹⁰. Assim, enquanto os liberais – ou constitucionais - eram os amantes da liberdade e da pátria, os déspotas encarnavam características negativas. Esses últimos eram acusados de lançar “ferros”³⁹¹ e introduzir venenos³⁹² na nação. Ser considerado um déspota ou defensor do Antigo Regime era uma grave acusação que podia destruir reputações. Por outro lado, ser liberal ou constitucional era uma virtude a ser reforçada.

O amor à pátria e a felicidade da nação se pautavam na defesa da constituição. Ser constitucional era uma obrigação dos bons cidadãos, enquanto ser déspota e defensor do Antigo Regime eram defeitos. Essas identidades coletivas, segundo Elías José Palti, permitiam aos sujeitos históricos se identificarem como membros de um mesmo grupo com interesses e valores em comum³⁹³. Sendo assim, a idealização das identidades tinha um objetivo não só de reforço de projetos, como também de compartilhamento de valores, dando a esses homens a percepção de que suas causas eram justas e internacionais.

Assim, a consolidação do constitucionalismo nos periódicos da América portuguesa de 1821 ocorreu por meio do emprego de todo um arcabouço linguístico que lhe dava bases de sustentação. O vocabulário político constitucionalista, ao mesmo tempo em que utilizava termos como “liberdade” e “nação” em suas concepções “modernas”, lançava mão de outros que guardavam sentidos semelhantes aos do século XVIII.

Nesses mesmos jornais, foi veiculada linguagem patriótica com função de mobilização, onde a “pátria” se tornou o conceito central em sua retórica pois definia o espaço e os valores a serem defendidos. Junto a ela, termos sentimentais como “amor” e “felicidade” emocionalizavam o discurso tornando essa linguagem ainda mais apelativa e inspiradora. Já outros vocábulos como “sagrado” refletiam continuidades de vocabulários políticos típicos de outras linguagens, como o cristianismo e o tradicionalismo do Antigo Regime. Em geral, os discursos defendiam a importância da constituição e divulgaram a identidade política “constitucional” de forma a mobilizar o público em defesa da constituição.

³⁹⁰ *Semanário Cívico*, n. 16, 14 de junho de 1821.

³⁹¹ *Reverbero*, n. 2, 01 de outubro de 1821.

³⁹² *Semanário Cívico*, n. 36, 01 de novembro de 1821.

³⁹³ PALTÍ, 2009.

No próximo tópico vamos estudar os demais jornais que circularam entre as adesões à Revolução do Porto até as notícias do Fico. A partir de dados recolhidos durante a leitura, vamos percorrer as páginas do *Idade d'Ouro*, *Semanário Cívico*, *Aurora Pernambucana*, *O Bem da Ordem*, *Relator Verdadeiro*, *O Conciliador do Reino Unido*, *O Conciliador do Maranhão*, *O Espelho*, *Segarrega*, *Reverbero*, *Folha Medicinal Maranhense*, *Compilador Constitucional Fluminense* e *A Malagueta* para entendermos os assuntos e as propostas políticas dos periódicos.

2.3. O entusiasmo constitucional

O processo de difusão do constitucionalismo e multiplicação dos jornais ocorreu após a chegada das notícias da Revolução do Porto no Brasil, no fim de 1820. Como consequência das novidades, movimentos constitucionais ocorreram nas províncias impulsionados pelas “novas” ideias e por questões políticas locais³⁹⁴. A rapidez das adesões e o teor das proclamações feitos nessas manifestações, bem como as narrativas veiculadas pelos periódicos, nos chamaram atenção por demonstrarem um suposto entusiasmo com o constitucionalismo. Nos jornais, percebemos também a forte propaganda de personagens e grupos políticos como os responsáveis pelas adesões nas províncias, o que foi fruto de disputa em algumas delas.

O entusiasmo com o constitucionalismo pode ser identificado, por exemplo, nas extensas descrições de manifestações constitucionais, festas e proclamações, que reforçavam uma narrativa política e expressavam mudanças nos elementos representativos da nação. Todavia, permanências do Antigo Regime também podem ser percebidas nesses eventos, onde os “vivas”, forma de comemoração e exaltação tradicional do mundo português, eclodiram,

³⁹⁴ Ainda que tenha prevalecido as adesões, Andréa Lisly Gonçalves tem analisado e ressaltado a existência de manifestações e movimentos contrarrevolucionários no Brasil. No caso específico do Recife, a autora destacou como um grupo de emigrados portugueses atuou na defesa de Luís do Rego e de alguns elementos do monarquismo tradicional. Ainda sobre Pernambuco, existe uma discussão sobre a capilaridade das novas ideias em diferentes regiões da província. De um lado, o centro urbano supostamente era mais seduzido pelas novas ideias, por outro, o interior, alheio às mudanças políticas e de postura mais conservadora. Da mesma forma, no Maranhão também ocorreram alguns “avisos” de Pinto da Fonseca contra as novidades que vinham de Portugal. GONÇALVES, Andréa Lisly. As “várias independências”: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 36, n. 1, p.4-27, jan./jun., 2018; GONÇALVES, Andréa Lisly. O apoio popular à monarquia no contexto das revoluções liberais: Brasil e Portugal (1820 e 1834). *Varia Historia*, v. 35, n. 67, p. 241–272, jan./abr., 2019. CABRAL, Flávio José Gomes. Os efeitos da notícia da revolução liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no nordeste do Brasil (1820 -1821). *Fronteras de la Historia*, v. 11, p. 389–414, 2006; GALVES, 2010, p. 146.

ilustrando como a sociedade e os jornais utilizavam vocabulários antigos para propagar e reforçar novos elementos políticos, além de mobilizar a população para seus fins³⁹⁵.

Enquanto os periódicos da primeira metade de 1821 foram marcados por essas manifestações, movimentos e proclamações, foi na segunda metade que a criação e consolidação do “ser constitucional” foi realizado nos periódicos através das notícias que chegavam da Europa. Através dessas “novidades”, os redatores formularam uma narrativa política na qual o Mundo Atlântico estava dividido em dois lados: o dos constitucionais, representados pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Espanha, Nápoles e Grécia, e o dos déspotas, liderados pela Santa Aliança e pelo Império Turco-Otomano. Tal descrição se vinculava diretamente ao objetivo dos jornais e dos grupos que representavam: justificar as mudanças políticas e mobilizar a opinião pública em defesa do constitucionalismo. Assim, nessa parte visamos entender esses discursos tendo em vista todos os jornais que circularam em 1821 e entender como os vocábulos analisados através do *Iramuteq* se relacionam com o debate veiculado na imprensa.

2.3.1. Ao lado do rei, da nação e da religião: a importância da constituição

A primeira província do Brasil a aderir à Revolução do Porto foi o Pará. Um dos grandes motivos que levaram à agilidade do movimento foram os problemas econômicos gerados pela vinda da Família Real para o Brasil e a possibilidade de, ao reconhecer as Cortes como centro de decisão política, ligar-se diretamente ao principal parceiro comercial da província e se livrar das pressões que vinham do Rio de Janeiro³⁹⁶. A manifestação aconteceu no primeiro dia do ano de 1821 e foi marcada pela participação de militares e populares que deram “vivas” a elementos tradicionais do Antigo Regime, como o Rei e a Religião, e inseriram a relevante peça política que marcaria as adesões: a constituição.

³⁹⁵ Essas comemorações, festas e manifestações são importantes indícios da participação popular. De acordo com Hendrik Kraay, pouco se sabe como o processo de independência foi compreendido pelas classes populares e pouco se diz sobre elas na historiografia. Ainda segundo o autor, mesmo que a independência não possa ser compreendida como um projeto popular, não podemos ignorar que as manifestações e festas cívicas podem nos ajudar a entender o caráter das diversas classes nesse processo. Outro importante trabalho na direção de descobrir mais sobre a participação popular no Primeiro Reinado é a tese de doutorado de Gladys Sabina Ribeiro. A autora se debruçou sobre as manifestações tentando entender projetos e identidades nelas veiculadas. KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850). *Topoi*, v. 2, n. 3, p. 63–90, 2001.; KRAAY, 2006.; RIBEIRO, 1997.

³⁹⁶ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)**. 1997. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Logo após o Pará, a população do Maranhão se mobilizou para aderir ao movimento constitucionalismo em abril de 1821. Segundo Marcelo Cheche Galves³⁹⁷, a adesão foi motivada por questões como os altos impostos pagos à Corte do Rio de Janeiro e a discordância de parte da elite com o Tratado de Comércio de 1810. Naquela província, ocorreram protestos da tropa e do povo que culminaram com a anuência do governador Silveira Pinto da Fonseca. Após a adesão ao constitucionalismo, a região se dividiu em grupos contrários e a favor da permanência de Fonseca no poder.

Enquanto no Pará e no Maranhão as manifestações contaram com certo assentimento das autoridades, na Bahia ocorreram embates entre os fiéis do governador Conde de Palma, liderados por Felisberto Caldeira Brant, e os “constitucionalistas” (forma que foram chamados nos jornais), liderados por Manoel Pedro Freitas Guimarães³⁹⁸. Logo após o acontecimento, o *Semanário Cívico* surgiu e deu sua versão sobre as manifestações de forma a elogiar os constitucionalistas, incluindo seu redator como um dos principais ícones do movimento.

Com a chegada das notícias da adesão do Pará e da Bahia, Luís do Rego, governador de Pernambuco, foi forçado a aderir pela pressão das ruas³⁹⁹. Diante da efervescência urbana, a demora de Rego em aceitar o movimento aumentou a inquietação social e um plano de assassinato do governador chegou a ser descoberto⁴⁰⁰. Temendo perder de vez o controle sobre a província, Rego convocou as autoridades no fim de março de 1821 e criou uma Junta de governo liderada por ele. Para dar voz à sua versão dos fatos, seu genro iniciou a publicação do *Aurora Pernambucana*.

Por fim, o Rio de Janeiro, aderiu ao movimento em fevereiro de 1821. Uma manifestação conjunta da tropa e do povo, organizada por diversos setores da sociedade pressionou o monarca e contou com o intermédio do então príncipe Pedro⁴⁰¹. Após o movimento, *O Bem da Ordem* e o *O Conciliador do Reino Unido* iniciaram sua circulação.

Essa rápida descrição dos diferentes movimentos constitucionais nas cinco províncias estudadas nesta tese nos mostra o processo de criação de jornais ligados aos governos – com

³⁹⁷ GALVES, Marcelo Cheche. Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822. In: **Anais da ANPUH**. p. 1–11, 2011.

³⁹⁸ LEMOS, Antônio Cleber da Conceição. “Felizes sucessos da Bahia”: disputas da narrativa da revolução constitucionalista na Bahia ao longo das Cortes Gerais de Lisboa (1821-1822). **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 1, n. 1, p. 28–45, jul./dez., 2018.

³⁹⁹ CABRAL, Flávio José Gomes. “Vozes Públicas”: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821). **Saeculum - Revista de História**, n. 13, jul./dez., 2005, p. 70.

⁴⁰⁰ CABRAL, 2006, p. 399.

⁴⁰¹ Acerca da manifestação, conferir: OLIVEIRA, 1999.

exceção da Bahia - ou escritos por pessoas próximas a eles. Esses impressos tiveram como um dos principais assuntos das suas primeiras edições a descrição dos acontecimentos, momento no qual destacaram elementos políticos que consideravam importantes, além de dar protagonismo a personagens do seu interesse. Ademais, os periódicos mostram também o reconhecimento da opinião pública como importante espaço de consagração política de grupos e autoridades.

No caso da Bahia, a descrição da adesão foi feita pelo *Idade d'Ouro* e pelo *Semanário*. Alguns personagens como os tenentes-coronéis Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Paula “da Cavalaria” e “Pereira” foram apontados como os militares responsáveis por evitar o derramamento de sangue enquanto o movimento acontecia. Também foi destacado um tal “Brigadeiro Velho, e reformado”, chamado de “Manoel Luiz”, que pediu aos seus filhos que o levantasse da cama para ir jurar “chorando a Constituição”⁴⁰². Um poema, escrito por João Baptista da Fonseca, reforçou a importância desses militares na adesão⁴⁰³.

O *Idade d'Ouro* deu destaque ao juramento de Francisco José de Almeida Corte Real⁴⁰⁴ e de Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que teriam oferecido filho e sobrinhos, respectivamente, para se alistarem no regimento da artilharia da província. Da mesma forma, o sermão do padre Ignácio José de Macedo, redator do periódico, foi transcrito, momento no qual se destacaram louvores à união dos reinos, à religião, ao rei e à constituição⁴⁰⁵. Enquanto alguns personagens eram apontados como legítimos apoiadores do movimento, outros eram designados como inimigos do constitucionalismo. No *Idade d'Ouro* apareceram indivíduos tidos como adversários da constituição, grupo que teria como protagonistas Felisberto Caldeira Brant e o Conde de Palma.

A narrativa do *Idade d'Ouro* evidencia o contexto da província e o teor político dessas descrições. Ao retratar os acontecimentos, o periódico expôs suas opiniões ao descrever as participações de diversos sujeitos à sua forma, o que, por certo, acabou favorecendo seus aliados.

O *Semanário* também deu sua versão dos fatos. A participação de Manoel Pedro de Freitas foi mais uma vez destacada, só que agora em oposição a outro coronel do Regimento de

⁴⁰² *Idade d'Ouro*, n. 13, 13 de fevereiro de 1821.

⁴⁰³ *Idade d'Ouro*, n. 15, 16 de fevereiro de 1821.

⁴⁰⁴ Um dos redatores do *Diário Constitucional* e dos jornais que o substituíram (O Constitucional e Independente Constitucional).

⁴⁰⁵ *Idade d'Ouro*, n. 14, 15 de fevereiro de 1821

Artilharia, o Coronel Borrvalho, que teria ficado em casa por ser oposto à “nossa regeneração”. Outros personagens como os capitães Falcão e Veloso foram retratados como “bravos” militares do dia 10 de fevereiro.

A grande diferença do relato feito pelo *Semanário* está na participação que o redator atribuiu a si próprio. Na descrição, ele sublinhou que quando viu as tropas se movimentarem e “proclamarem a CONSTITUIÇÃO”⁴⁰⁶ - tratando a si mesmo em terceira pessoa - e “apesar de ter sido avisado para reunir-se à Praça da Piedade, onde se achava o Presidente do Senado por ordem do Governo apareceu com o Porteiro e abriu as Casas do Conselho”⁴⁰⁷. Continuou dizendo que o

Procurador [que era o próprio redator] firmemente convencido da boa causa, e cheio daquele valor que inspira o verdadeiro amor da Pátria, julgou que neste momento devia desobedecer às Ordens superiores, e que o seu posto, nesta crítica conjuntura, era a Casa do Conselho⁴⁰⁸.

Ciente da importância do momento, Maia ordenou o tocar do “sino da Cidade para chamar os Cidadãos” que ali se reuniram. Ele também mandou chamar os vereadores, mas vendo que eles não apareciam e o desejo do povo e da tropa em ter nas “janelas da Câmara o Estandarte”, o teria apresentado. Em sua descrição, o periodista afirmou que à essa insígnia real foram dados muitos “vivas”, crescendo o entusiasmo dos manifestantes com a “CONSTITUIÇÃO”⁴⁰⁹.

Na segunda edição do *Semanário*, Maia descreveu a comemoração decorrente da adesão e, mais uma vez expôs seu envolvimento, incluindo agora suas filhas. Ainda se tratando na terceira pessoa, apontou que

as duas filhas do Negociante Joaquim José da Silva Maia, atual Procurador do Senado da Câmara, vestidas de branco com faixas de seda azul celeste onde se liam em [ilegível] de ouro = VIVA a CONSTITUIÇÃO⁴¹⁰.

Vejamos então que Maia deu grande importância à sua participação no processo de adesão às Cortes na Bahia. De acordo com Walquíria Alves, o autor chegou a requisitar às Cortes alguma “distinção” por ter atuado de forma tão ativa na adesão ao constitucionalismo, admitindo ter fixado “ocultamente” proclamações em diversas partes da cidade⁴¹¹. Essa

⁴⁰⁶ O texto em caixa alta é original do próprio documento.

⁴⁰⁷ *Semanário Cívico*, n. 1, 01 de março de 1821.

⁴⁰⁸ *Semanário Cívico*, n. 1, 01 de março de 1821.

⁴⁰⁹ O texto em caixa alta é original do próprio documento. *Semanário Cívico*, n. 1, 01 de março de 1821.

⁴¹⁰ O texto em caixa alta é original do próprio documento. *Semanário Cívico*, n. 2, 08 de março de 1821.

⁴¹¹ ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. Política e comércio no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia para o Império Português (1821-1823). *Revista de História das Ideias*, v. 40, 2022, p.183.

descrição, de certo, foi ao encontro dos interesses políticos do redator, utilizando inclusive a estratégia de remeter a si próprio na terceira pessoa de forma a dar um tom de imparcialidade à narrativa⁴¹².

Enquanto na Bahia a descrição destacou a participação do povo e da tropa, em Pernambuco o relato feito pelo *Aurora Pernambucana* foi diferente. Em um pequeno texto inserido na primeira edição, foi comunicado que o “Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General” reuniu as autoridades e leu um discurso no qual afirmava que o “estado atual da Nação requeria novas instituições acomodadas às Luzes do século”, e que elas se organizavam em Portugal, pelos “representantes da Nação”. Diante disso, Luís do Rego teria questionado às autoridades “se seria conveniente, em nome do Povo de Pernambuco pedi-las súbita e respeitosamente À SUA MAJESTADE”⁴¹³. Se assim fosse decidido, avisou que iria requerer que se proclamasse ao povo as medidas tomadas para a sua felicidade, apelando por tranquilidade até a decisão de D. João.

O *Aurora Pernambucana* continua a descrição afirmando que o povo ficou sabendo dessa reunião e manifestou, de forma moderada, seu súbito contentamento com a possível adesão. Quando as notícias dos acontecimentos da Bahia chegaram, o governador convocou outro conselho e julgou que os pernambucanos já tinham manifestado seus sentimentos, e, em honra ao monarca e à utilidade dos “povos”, a adesão deveria ser confirmada. Após a reunião, foram feitas uma série de proclamações aos portugueses, à dinastia dos Bragança, aos “Reis constitucionais”, à religião e aos povos. Nessas manifestações, a constituição apareceu como algo a ser feito por “todos os Povos de ambos os mundos”, pois reforçaria os laços entre a América e a Europa. Por fim, foram dados os tradicionais vivas ao rei e à religião, mas agora com um novo elemento: a “CONSTITUIÇÃO Política da Monarquia Portuguesa”⁴¹⁴.

⁴¹² Sobre o conteúdo das descrições, devemos destacar que dos personagens em evidência, dois, Manoel Pedro e Francisco José de Almeida Corte Real, no decorrer de 1822, passaram a ser considerados oposição e até mesmo inimigos dos jornais que outrora haviam os elogiado. Essa mudança de posição aconteceu devido à realocação política na província. Na Bahia, após a adesão ao constitucionalismo, grupos que haviam atuado juntos nas manifestações entraram em desacordo e a culminância desse embate foi a disputa pelo cargo de Governador das armas. Manoel Pedro discordou da nomeação do português Madeira no início de 1822, o que gerou um conflito em Salvador. No contexto, *Idade d’Ouro* e *Semanário* apoiaram Madeira, enquanto Corte Real, que era um dos redatores do *Diário Constitucional*, defendeu a posição de Manoel Pedro. O rearranjo político mostra não apenas a fragilidade dessas alianças, como também a união, nesse primeiro momento, de diferentes personagens em direção a um projeto político comum, o constitucionalismo.

⁴¹³ O texto em caixa alta é original do próprio documento.

⁴¹⁴ O texto em caixa alta é original do próprio documento. *Aurora Pernambucana*, n. 1, 27 de março de 1821.

A descrição da *Aurora* apresentou um caráter bastante diverso dos jornais baianos. Ela é guiada pelo protagonismo de Rego e uma percepção de que o movimento ocorreu de forma ordeira, o que não teria acontecido segundo a historiografia⁴¹⁵. O relato feito pelo periódico serviu aos objetivos de mostrar uma imagem de ordem na província, mas também de exibir a submissão das autoridades ao rei e de defender e dar protagonismo à atuação de Luís do Rego⁴¹⁶. Essa última intenção, aliás, foi reforçada pela correspondência escrita por “Um Amigo da Verdade” no fim da primeira edição, onde Luís do Rego foi defendido de acusações de traição da causa constitucional⁴¹⁷.

Assim como o *Aurora* apresentava os fatos de forma a defender o governo, o mesmo foi feito pelos primeiros periódicos de 1821 do Rio de Janeiro. *O Bem da Ordem* afirmou que o “Bem da Ordem obrigou o Grande Rei, o Senhor D. João VI, nosso Augusto e Adorado Monarca a fazer o sacrifício nunca visto, nem pensado de receber, e jurar uma Constituição”. O jornal não descreveu o que ocorreu no movimento constitucionalista da Corte, preferindo dar protagonismo às ações do monarca. Ainda que a constituição aparecesse como consequência, o protagonismo era de “SUA MAGESTADE”⁴¹⁸, geralmente em letras maiúsculas. Aliás, o periódico dizia que a Revolução havia rompido os laços que uniam os portugueses, mas que a adesão do monarca havia cessado o motivo da separação⁴¹⁹.

O Conciliador do Reino Unido seguiu a mesma lógica argumentativa. Disse estar interessado em falar principalmente às “Tropas de Linha”⁴²⁰, sempre atentas na proteção da “Religião”, da “Nação” e da “Suprema Autoridade Tutelar do Corpo Político”. Na descrição dos acontecimentos de 26 de fevereiro, apontado como o “Dia da Salvação, e de Regeneração do Reino do Brasil”, a figura em destaque não foram os populares ou as tropas, mas o príncipe Pedro, descrito como o “Gênio da Harmonia”, e “Anjo da Concórdia”. Ele teria sido o mediador

⁴¹⁵ Além dos artigos já citados de Evaldo Cabral, Denis Bernardes também detalhou os acontecimentos. BERNARDES, 2006.

⁴¹⁶ Com o fim da *Aurora* e do governo de Luís do Rego e o início da Junta de Gervásio, o *Relator Verdadeiro*, jornal pernambucano surgido em dezembro de 1821 e ligado ao novo governo, deu uma nova interpretação. Segundo o jornal, o dia marcante para os pernambucanos não foi a adesão em março, mas o fim do governo de Rego em setembro, dia “Digno dos Mármore Numidicos”. **Relator Verdadeiro**, n. 1, 13 de dezembro de 1821.

⁴¹⁷ **Aurora Pernambucana**, n. 1, 27 de março de 1821.

⁴¹⁸ O texto em caixa alta é original do próprio documento.

⁴¹⁹ **O Bem da Ordem**, n. 1.

⁴²⁰ O direcionamento do discurso à essa tropa pode ter sido motivado pelo fato de ela ter sido um dos principais atores do movimento constitucionalista no Rio de Janeiro. Assim, Silva Lisboa buscava chama-las à ordem e marcar os elementos a serem protegidos, dentre os quais não constava, em primeiro plano, a constituição.

entre o “Trono e Povo” que, levando os desejos do povo ao pai, teria intercedido para que “Sua Majestade” outorgasse a “Graça de uma Liberal Constituição”⁴²¹.

Nas duas descrições dos jornais fluminenses, o protagonismo não esteve no povo ou nas manifestações, mas na família real. Apontado como generoso e soberano, D. João dividiu seu espaço no *Conciliador do Reino Unido* com seu filho, o príncipe Pedro. Essas narrativas retiraram o protagonismo popular e colocou nos Bragança.

De todas as províncias, a que teve mais repercussão do movimento nos jornais foi o Maranhão. O *Conciliador do Maranhão* deu amplo espaço aos acontecimentos, fazendo detalhadas descrições das festas e proclamações. Em grande parte desses relatos, o personagem em destaque foi o governador Silveira Pinto da Fonseca.

Segundo o jornal, a demora da província em aderir ao constitucionalismo quando comparada à sua vizinha (já que só teria aderido em abril, enquanto o Pará o teria feito em janeiro), era justificada pelo caráter “probo” e “pacífico” do governo. Ao receber as notícias de Portugal, as autoridades esperaram representações do Rio de Janeiro, porém as novidades do Pará e a percepção dos males do Antigo Regime (que já teriam sido abrandados pelo “Excelentíssimo Governador Bernardo Silveira Pinto”), mostravam a urgência da adesão ao novo sistema político.

Com as notícias da adesão da Bahia e de Pernambuco chegando no início do abril, uma grande comoção teria tomado conta da população que “aplaudia o arrojo dos Baienses” e a “adesão dos Pernambucanos”. Essa comoção, dizia o jornal, aconteceu sem explosões “atendido o grande respeito, e amizade que esta Capitania tem constantemente tribulado ao seu Excelentíssimo Governador”.

Ao perceber o entusiasmo geral, o major da cavalaria Rodrigo Pinto Pizarro⁴²² se apresentou ao governador Silveira Pinto da Fonseca afim de comunicar o desejo popular. A demora de Pinto em aderir ao movimento teve como escusa “os sentimentos do seu coração” e seus deveres “públicos” de respeitar as ordens de D. João VI.

⁴²¹ **O Conciliador do Reino Unido**, n. 1, 01 de março de 1821.

⁴²² Um dos grandes líderes da adesão no Maranhão, teve atuação política importante também em Portugal. Levou uma espécie de ultimato à D. Maria em 1826 que demandava sua imediata adesão à constituição. Foi eleito deputado em Portugal, escolhido como ministro e finalmente senador. Também foi agraciado com o baronato da Ribeira de Sabrosa. MALTEZ, José Adelino. **Políticos Portugueses da Monarquia Constitucional (1820-1910)**. Disponível em: <http://maltez.info/respublica/Cepp/classe_politica/monarcon/monarcomp.html>. Acesso em 15 de junho de 2022.

De acordo com os relatos do *Conciliador do Maranhão* e diante das incertezas das decisões do Rio de Janeiro, Pizarro teria incitado o tenente coronel Manoel de Souza Pinto de Magalhães a ir proteger “os seus Irmãos do Pará, e da Bahia”, no que foi atendido. Rapidamente, a população soube dessa ordem e correu para indicar soldados que fossem defender seus “irmãos” de forma a tomar parte da “glória” no “Exército Constitucional do Brasil”. A narrativa do periódico descreve um animado Magalhães, que sentia a sua alma clamar por “Constituição”, que, em voz alta, leu uma proclamação aos soldados. Nela, descrevem-se, ao lado de declarações de amor e lealdade, os vivas ao monarca, à pátria, e à dinastia e, em especial, à constituição⁴²³.

Após isso ocorreram, segundo o jornal, uma série de discursos de oficiais, da tropa e do povo, todos jurando lealdade e dando vivas aos mesmos elementos que Magalhães. Em grande efusão popular, oficiais e comandantes proclamaram “sua estima, e respeito a um Governador, que tanto havia melhorado a sua situação, quase abandonada, e que tanto advogava perante o Ministério os interesses desta classe benemérita”. Em seguida, teriam ido ao Palácio do Governo para indicar seu posicionamento à Silveira Pinto da Fonseca⁴²⁴. Nas edições posteriores, uma série de proclamações constitucionais, muitas delas do governador, foram impressas.

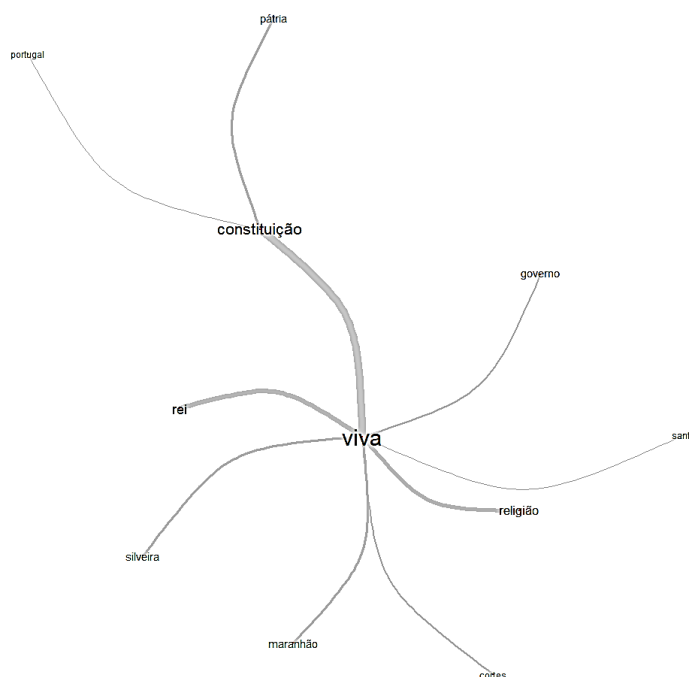
Na descrição do *Conciliador* a narrativa é também uma propaganda política do governador. Os elogios de “probo” e “pacífico”, a obediência ao rei residente no Rio de Janeiro e as atitudes do governo em abrandar os males do Antigo Regime antes mesmo da constituição ser redigida, cria uma situação em que não apenas a adesão teria sido guiada pelo governo, mas que o próprio Pinto da Fonseca, governador do Maranhão, encarnava parte da resolução dos problemas do Antigo Regime.

Além da narrativa política em defesa do governo, a análise do *Conciliador do Maranhão* também nos chamou atenção pelos “vivas” dados em festas e proclamações. Em análise quantitativa através do programa *Iramuteq*, percebemos que muitas dessas proclamações e descrições terminavam com os conclamas à constituição, mas também à elementos tradicionais da sociedade da época.

⁴²³ O *Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 de abril de 1821.

⁴²⁴ O *Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 de abril de 1821.

Gráfico 9 - Grafo de similitude de "Viva" nas edições do *Conciliador do Maranhão* que circularam até as notícias do Fico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Conciliador*.

Tentando entender melhor as proclamações e festas no Maranhão⁴²⁵, analisamos de forma mais detida as correlações e os elementos dignos de viva nesses extratos. O Gráfico 9 nos mostra uma análise de similitude. Nela percebemos alguns elementos tradicionais da sociedade do Antigo Regime, como “religião” e “rei”, mas também novos componentes, como “Silveira”, “Cortes” e “Constituição”, e outros relacionados a esses, como “santa”, “governo” e “Maranhão”.

Os vivas e as palavras a ele relacionadas são indicativos do novo momento político retratado pelo *Conciliador* e vivenciado no Brasil. Pela primeira vez, a constituição, que seria feita nas Cortes, se tornou um dos elementos da política portuguesa, o que se pode perceber pela sua inserção como novo componente nas comemorações e proclamações a partir de 1821. Sua importância é reforçada quando percebemos que ela é a palavra mais vezes correlacionada ao “Viva”, repetindo-se 27 vezes (representado no Gráfico 9 pela grossura da linha que liga “viva” e “constituição”).

⁴²⁵ O enfoque nesse jornal aconteceu graças à quantidade de proclamações e festas por ele relatadas, o que tornou possível a construção de banco de dados satisfatório para a análise no *Iramuteq*.

Silveira Pinto da Fonseca é outro elemento de destaque do periódico. Como mostramos, o jornal se esforçou em defender a participação do então governador no movimento constitucional. Assim, dando “vivas” a ele ou expondo suas proclamações, o *Conciliador* reforçou seu suposto constitucionalismo e buscou desqualificar as acusações da oposição⁴²⁶.

Ao mesmo tempo em que os novos elementos e vocabulários ascendiam nessas comemorações e proclamações, é evidente resquícios da linguagem do século XVIII. A começar pela própria prática do “Viva”⁴²⁷ que era comum em momentos de efusão popular e que tinha um papel mobilizador e legitimador. Ao dar “viva” a algo, não apenas se reforçava a adesão, como também criava uma sensação de compartilhamento de valores entre os diversos sujeitos que os pronunciava. Além dele, elementos tradicionais como a “religião” e o “rei” permaneciam sendo louvados nas festas.

Os relatos dos movimentos mostram a importância dessas narrativas no embate político nas províncias. Se na Bahia houve intensa valorização da participação popular no *Semanário* e no *Idade d’Ouro*, isso ocorreu, em grande parte, porque o grupo político que os redatores participavam enxergava no constitucionalismo a oportunidade de conseguir mais poder e autonomia perante a Corte. Dessa forma, seja por falta de concordância com o Conde de Palma, ou mesmo pela dubiedade de sua adesão, ele e Felisberto Caldeira Brant foram retratados como oposição ao movimento, enquanto outros personagens foram elevados ao protagonismo. Destaque ao redator do *Semanário* que deu a si próprio uma grande importância no episódio.

Interpretações diferentes aconteceram na imprensa das outras províncias. Em Pernambuco, o *Aurora*, criado por influência de Luís do Rego, tentou justificar as ações do

⁴²⁶ Marcelo Cheche Galves afirma que a oposição acusou Silveira Pinto da Fonseca de ser déspota por manter um rígido controle sobre a tipografia da província, fazer uso político do *Conciliador*, punir antagonistas, demitir funcionários públicos e assinar contratos ilegais. Parte desse grupo foi expulso da província e, em Lisboa, publicou críticas ao governo que foram, em parte, divulgadas pelo *Correio Braziliense* e respondidas pelo *Conciliador*. Em 1822 surgiu o segundo periódico da província, o *Folha Medicinal Maranhense*, escrito pelo médico português Manuel Rodrigues de Oliveira. No *Folha*, além de debates com o *Conciliador*, foi escrita a “História da Regeneração Maranhense” em que os acontecimentos do movimento constitucionalista foram recontados sob o ponto de vista da oposição. GALVES, 2012, p. 12.

⁴²⁷ De acordo com o dicionário de Bluteau, o “viva” significa uma “Exclamação festival, com que aplaudimos coisas, ou pessoas dignas do nosso afeto, & da nossa estimação”. O dicionário usa como um dos exemplos o “Viva el-Rey”. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino (T-Z)**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720, p.534.

governador. Algo semelhante ao que aconteceu no Maranhão⁴²⁸, onde o *Conciliador do Maranhão* justificou as atitudes de Pinto da Fonseca.

Os dois periódicos construíram o relato e a argumentação de forma a agradar dois pontos de vistas diferentes. Ao mesmo tempo em que apontaram para um sentimento constitucional dos governadores, também justificaram essas autoridades aos olhos do monarca, já que a adesão de D. João não era conhecida nas províncias. Por isso, enquanto os jornais destacaram o suposto constitucionalismo dos governantes, reforçaram a espera por notícias do Rio por lealdade ao trono.

No Rio de Janeiro os impressos tiveram um discurso mais legitimista. Ao invés de noticiarem as manifestações populares, *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido* mostraram o movimento sob os olhos do trono. Nessa narrativa, a constituição não foi uma conquista, mas uma mercê do rei. Tal discurso buscava legitimar a primazia do monarca sobre o movimento em si, pois a constituição, segundo os redatores, não teria sido conquistada por manifestações populares ou pela Revolução do Porto, mas dada por D. João VI, movido por sua bondade e generosidade.

Por meio desses jornais, vemos como grupos políticos e governos se esforçaram em expor e defender suas ações perante a opinião pública de forma a se legitimar como líderes do movimento constitucional em suas regiões. A necessidade de “prestar contas” à população e a importância dos protestos e manifestações mostram que a política do Antigo Regime, normalmente feita de forma privada e restrita, ruía perante a adesão à constituição. Todavia, as novidades não encontravam um terreno linguístico vazio, mas permeado por outros vocabulários, perceptíveis na permanência do “viva” e de outros componentes nas comemorações.

Com isso, em todos esses relatos e nas proclamações publicadas, um novo elemento se elevou à mesma relevância – se não acima - do rei, da nação e da religião. A constituição passou a ocupar espaço nos discursos e nos impressos, e as autoridades passaram a reconhecer, seja de forma voluntária ou pela pressão da tropa e do povo, que um novo regime político se instaurava no reino, o regime constitucional.

⁴²⁸ Legitimar as juntas de governos foi particularmente importante nesse período. Segundo Denis Bernardes, como elas haviam sido criadas em uma “espécie de ilegalidade” por não receber sanção monárquica ou ter uma legislação que as regulasse, sua validade dependia quase totalmente da aprovação popular. BERNARDES, 2006, p. 318.

2.3.2. O “novo tempo” constitucional

Com a adesão das províncias e da Corte, o ano de 1821 foi marcado por um sentimento de entusiasmo com o constitucionalismo. Além das manifestações da tropa e do povo, os periódicos expunham um novo tempo político marcado pelas ideias constitucionais. Como forma de reforçar essa percepção, eles publicaram notícias de revoluções que aconteciam na Europa, criando uma narrativa política na qual tais movimentos eram identificados com o que acontecia no Brasil, criando uma identidade política que ultrapassava as fronteiras.

A circulação das notícias e dos papéis que as traziam foi favorecida por uma série de transformações tecnológicas que ocorreram ao longo dos séculos XVIII e XIX⁴²⁹. Esse momento acabou coincidindo com a formação de estados e de novas nacionalidades⁴³⁰. Nesse processo de modificações políticas e sociais, os jornais circularam o Atlântico, e o que era escrito na América era conhecido na Europa, e vice-versa.

Em um estudo sobre a rede de comércio de impressos no Atlântico, Lúcia Neves e Tânia Maria Bessone da Cunha Ferreira chegaram à conclusão de que o oceano era um espaço de circulação de papéis e ideias bastante ativo. Segundo as autoras, o número de comerciantes de livros e dos que imprimiam as “últimas novidades vindas da Europa” foi considerável⁴³¹. Da mesma forma, os jornais tomavam conhecimento dos periódicos estrangeiros e republicavam enxertos ou deles tiravam notícias.

Em minucioso trabalho sobre a geografia política exposta nos jornais da América portuguesa entre 1808 e 1822, Edú Trota Levati levantou 268 periódicos citados 2.489 vezes⁴³². Segundo o autor, ao citarem e referenciarem outros, esses impressos estariam “integrando e

⁴²⁹ Pelo menos desde o advento da imprensa a circulação de papéis era intensa na Europa, causando o que Elizabeth Eisenstein chamou de uma “revolução”. No Brasil, é notório como a multiplicação no número de jornais durante os primeiros anos de 1820 causou o aumento da circulação de notícias, aproximando sujeitos separados por enormes distâncias. EISENSTEIN, Elizabeth. **A Revolução da Cultura Impressa. Os Primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 2006.

⁴³⁰ ABREU, Márcia; MOLLIER, Jean-Yves. Nota introdutória: circulação transatlântica dos impressos - a globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (org.). **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018, p. 10.

⁴³¹ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cunha. Livreiros, impressores e autores: organização de redes mercantis e circulação de ideias entre a Europa e a América (1799-1831). In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (org.). **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018, p. 82.

⁴³² LEVATI, 2015, p. 79.

sendo integrados” ao espaço da fonte citada, estabelecendo “contornos de uma unidade geográfica que eles próprios ajudavam a criar”⁴³³.

O crescimento do número de publicações e divulgação das notícias geraram, segundo Javier Fernández Sebastián, demanda por novidades e contribuiu para o aprofundamento da distância entre experiências e expectativas⁴³⁴. Ao tomarem conhecimento sobre os acontecimentos de outros países, a demanda pelas novidades aumentou gerando uma consciência do que ocorria em outros locais e colaborando para apoio ou oposição aos eventos.

Em conjunto, esses trabalhos reforçam a ideia da circulação de impressos que colaborou com a extensão da discussão política por além dos estados em construção⁴³⁵. No caso dos periódicos por nós analisados, o discurso mais abrangente era de que a luta constitucionalista não era restrita aos limites políticos do Reino Unido, mas encontrava reverberação e extensão em todo o universo Atlântico. Através das notícias veiculadas pelos periódicos, ocorreu ligação e união discursiva entre portugueses, espanhóis, napolitanos, piemonteses, gregos e outros constitucionais do mundo contra os déspotas da Santa Aliança⁴³⁶, conectando histórias geograficamente distantes e temporalmente diferentes e nos dando a impressão de que existia um “internacionalismo” liberal vivido e teorizado por esses redatores⁴³⁷.

Ao lermos os jornais, percebemos que existe certa imprecisão sobre como esses movimentos podiam ser qualificados. Em alguns momentos, eles eram tratados como

⁴³³ Ibid., p. 84.

⁴³⁴ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2013, p. 436.

⁴³⁵ Além da circulação de impressos, também existiu uma ampla mobilidade humana no Atlântico. Ressaltamos os trabalhos de Patrick Puigmal, que tem se concentrado em entender a atuação oficiais bonapartistas nos processos de independência da América. Outro estudo que trata da circulação de pessoas naquele momento foi a tese de doutorado de Priscila Ferrer Caraponale que analisou a trajetória de Joaquín Infante na América e suas ideias. CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Joaquín Infante e as independências ibero-americanas: uma biografia política**. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.; PUIGMAL, Patrick. Militares, y agentes napoleónicos en la independencia de América Latina: de forjadores de los ejércitos nuevos a actores del debate político. **Almanack**, n.23, p.16-34, dez., 2019.; PUIGMAL, Patrick. **Diccionario de los militares y agentes napoleónicos durante la independencia**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2020.

⁴³⁶ É válido pontuar que, como mostrado por Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, além dos inimigos externos, o processo de independência também conheceu um forte temor de “inimigos internos”, quer dizer, os negros e escravizados foragidos que habitavam os quilombos. Encontramos muitas referências, principalmente nos periódicos contrários à independência, de lembranças da ameaça de uma rebelião escrava, tendo em mente sempre o que aconteceu no Haiti. Sobre a independência do Haiti e seu impacto na política brasileira, conferir: MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. São Paulo: Paco, 2017.; RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 150.

⁴³⁷ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850**. v. 1. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 714.

“constitucionais” e em outros como “liberais”, mostrando como ambos os termos se mesclavam no início de 1821, como observamos durante as análises guiadas pelo *Iramuteq*.

Ao notarmos a profusão dessas notícias, tentamos primeiramente mapear as principais referências e pares de debate dos jornais do Brasil. Para isso, destacamos as citações e menções que faziam a outros periódicos. Na base de dados criada para o período desse capítulo, de 1821 até a chegada das notícias do Fico, conseguimos reunir um total de 143 citações. Dessas, 84 (58,74%) são de jornais europeus, 53 de periódicos do Reino do Brasil (37,06%) e apenas 4 de papéis americanos (2,80%)⁴³⁸. Dentre os países europeus, Portugal tem 42 citações (29,37%), Inglaterra 25 (17,48%), França 10 (6,99%), Espanha 4 (2,8%) e os territórios que hoje formam a Alemanha, a Áustria e a Itália, 1 cada. A única região americana que teve jornais referenciados foi Buenos Aires, com quatro, todas do *Argos*. Dos externos à América portuguesa, o mais lembrado foi o português *Astro da Lusitânia* (11), acompanhado pelo *Diário das Cortes* (9)⁴³⁹ e do inglês *Morning Chronicle* (7).

Diante dessas estatísticas, percebemos que a geografia dos impressos citados no ano de 1821 se direcionou para a Europa. Levando em conta inclusive os jornais escritos no Brasil, o diálogo se deu majoritariamente com o outro lado do Atlântico. Ressaltamos que esses dados não nos informam sobre as notícias e os locais a que diziam respeito. O que a quantificação das referências nos mostra são as regiões de onde viam os jornais referenciados.

Se as informações quantitativas nos trazem alguns pontos a serem refletidos⁴⁴⁰, quando olhamos qualitativamente para essas referências elas nos ajudam a chegar a algumas conclusões. No caso do *Argos de Buenos Aires*, as notícias eram sobre a América. Extraídas pelo *Conciliador do Maranhão* e pelo *Semanário Cívico*, elas falavam sobre os processos de independência e sobre a situação política dos países vizinhos. A descrição era de “anarquia” iniciada com a “dissolução do Governo Central”. Desde então, diziam as notícias, o antigo

⁴³⁸ Não conseguimos identificar a origem de dois jornais: *El Indicador Constitucional* e *Spectador Oriental*.

⁴³⁹ Nessa contagem, levamos em consideração apenas os extratos de notícias ou debates com esse periódico. Se contarmos todas as referências ao *Diário das Cortes*, veremos que ele foi muito mais referenciado por ser o local de onde os redatores extraíam os debates das Cortes. A escolha pela supressão dessas referências se deu porque, se adicionarmos esse número, além de distorcer a compreensão estatística, também fugiria do objetivo da análise que é entender a extração de notícias e de debates com outros jornais.

⁴⁴⁰ Os dados quantitativamente foram explorados no trabalho já citado de Levati. A partir de suas contribuições, nossa preocupação passou a ser analisar mais detalhadamente o teor qualitativo dessas citações.

território espanhol se dividiu em várias repúblicas que haviam caído “umas e outras na mais horrorosa guerra civil”⁴⁴¹.

A utilização dessas notícias e a ênfase dada ao suposto estado de anarquia dos países americanos exerceu papel importante no discurso político do *Conciliador do Maranhão* e do *Semanário Cívico*. Como veremos de forma mais contundente no segundo capítulo desta tese, ambos eram assumidamente contrários à autonomia do Brasil em relação às Cortes, e para chamar atenção para perigos de um possível rompimento, destacaram os problemas da independência da América como uma experiência a ser lembrada e evitada⁴⁴².

Por outro lado, os papéis europeus encontraram ampla circulação nas quatro províncias que tiveram jornais em 1821. Dentre os países europeus que se destacavam, o principal era Portugal. Além de Portugal, também foram veiculadas novidades da Espanha e da Inglaterra. No caso espanhol, elas variavam de questões relativas à política⁴⁴³ e rumores de agitação⁴⁴⁴. Sobre a Inglaterra, as novidades passavam por acusações de que tentavam desestabilizar Portugal⁴⁴⁵ e estatísticas populacionais⁴⁴⁶.

Alguns assuntos foram expostos frequentemente. Havia relatos de uma possível guerra entre o Império Turco-otomano e o Império Russo⁴⁴⁷. Já a França estaria ameaçada, segundo extrato do jornal português *Patriota* impresso pelo *Segarrega*, por uma grande revolta absolutista⁴⁴⁸. Essa notícia, aliás, é importante por demonstrar a falta de relação entre país noticiado e origem do periódico referência. Por exemplo, o jornal francês *Le Moniteur Universel* informava sobre a América, o inglês *London Packet* sobre a Espanha, e a *Gazeta de Lisboa* sobre a Inglaterra. Não existia uma lógica relacional entre o local da notícia e o local do jornal de referência. A propósito, podemos nos questionar o porquê de os jornais retirarem

⁴⁴¹ Os extratos utilizados do *Argos* são semelhantes e ocorreram com diferença de dois meses entre o *Semanário* e o *Conciliador*. Considerando a proximidade política de ambos e a quantidade de vezes que o *Conciliador* citou o *Semanário*, podemos aventar a hipótese de que, na verdade, o periódico maranhense tirou as notícias do baiano sem citá-lo, dando prioridade em referenciar o *Argos*. Porém, isso não pode ser confirmado pelos papéis, o que nos levou a considerar referências originais ao *Argos*. As notícias estão nas edições 28 e 29 do *Semanário*, e 38 e 39 do *Conciliador*. Elas foram publicadas nos meses de setembro e novembro, respectivamente.

⁴⁴² O *Semanário* também citou o periódico espanhol *Universal de Madrid* como referência para notícias negativas da América. **Semanário Cívico**, n. 31 de janeiro de 1822.

⁴⁴³ **O Espelho**, n. 2, 10 de outubro de 1821.

⁴⁴⁴ **O Espelho**, n. 9, 28 de novembro de 1821.

⁴⁴⁵ **O Espelho**, n. 14, 4 de janeiro de 1822.

⁴⁴⁶ **O Espelho**, n. 15, 7 de janeiro de 1822.

⁴⁴⁷ **O Espelho**, n. 4 e n. 6.

⁴⁴⁸ **Segarrega**, n. 3, 6 de janeiro de 1822.

notícias sobre a América de periódicos europeus, mais distantes geograficamente tanto do Brasil quanto dos acontecimentos⁴⁴⁹.

A lista de notícias é enorme, diversos personagens e eventos foram abordados, alguns casos inclusive bastante específicos, como o relato do desterro dos ex-deputados de Nápoles⁴⁵⁰. De todas essas notícias, o que nos chamou atenção foram as que relataram movimentos políticos que estavam acontecendo na Europa. Dentre esses, estão descrições e elogios aos constitucionalistas de Nápoles⁴⁵¹, Espanha, Portugal⁴⁵² e referências à guerra de independência da Grécia contra o Império Turco⁴⁵³.

Em torno dessas novidades, foi criada nos periódicos uma relação de semelhança entre os movimentos constitucionais. Através das notícias e enxertos, os jornalistas criaram a narrativa de que algo em comum estava sendo vivenciado e compartilhado por diferentes pessoas em diferentes espaços. O discurso por eles veiculado reflete tanto o entusiasmo dos periodistas com os movimentos que aconteciam no Mundo Atlântico, como uma estratégia argumentativa, consciente ou não, que visava, na polarização, o fortalecimento do constitucionalismo.

Nos impressos, sobressai a tese de que o mundo passava por um tempo no qual se construía novas instituições e governos. A partir do discurso de um deputado inglês, *O Espelho* mostrou que as modificações nos sistemas de governo eram irrefreáveis⁴⁵⁴, assim como para o *Semanário* era certo que os estados nascem, caem e são sucedidos por outro Estado, e que essa era a trajetória natural do mundo⁴⁵⁵.

A geopolítica exposta por esses periódicos era dividida em dois lados. As notícias das revoluções bem como dos países em questão, colocavam de um lado constitucionais espanhóis, portugueses, italianos e gregos e de outro os turcos e os anticonstitucionais franceses, espanhóis e austríacos que tinham sua representação maior na Santa Aliança.

⁴⁴⁹ Uma hipótese consiste na via atlântica com rotas mais intensas com a Europa, residindo aí o motivo da predominância desses periódicos. Uma segunda hipótese, de cunho mais político, é a de que os jornais do Brasil viam os europeus com mais confiança ou não costumavam consumir periódicos americanos com tanta frequência.

⁴⁵⁰ **O Espelho**, n. 11, 12 de dezembro de 1821.

⁴⁵¹ **O Espelho**, n. 11, 12 de dezembro de 1821, **O Conciliador do Maranhão**, n. 60, 06 de fevereiro de 1822, **Idade d'Ouro**, n. 26, 01 de março de 1821.

⁴⁵² **Reverbero**, n. 7 e n. 1; **O Conciliador do Maranhão**, n. 60, 06 de fevereiro de 1822; **O Espelho**, n. 6 e n. 14.

⁴⁵³ **O Espelho**, n. 3, n. 4 e n. 15; **Reverbero**, n. 3, n. 7 e n. 8; **O Conciliador do Maranhão**, n. 58 e n. 60.

⁴⁵⁴ **O Espelho**, n. 2, 10 de outubro de 1821.

⁴⁵⁵ **Semanário Cívico**, n. 23, 2 de agosto de 1821.

A forma de reforçar a união em torno do constitucionalismo eram as notícias e os discursos. Esses relatos destacavam a bravura dos constitucionais, como o *Aurora Pernambucana*, que afirmava que o “heroico Povo Napolitano, para conservar a sua liberdade, terá imolado muitas vidas”, pois “preferiam a morte à escravidão”⁴⁵⁶. Da mesma forma, citando o *Campeão Português*, o *Reverbero* pediu que os portugueses se lembrassem de “Piemonte e de Nápoles”, onde estavam “correndo rios de sangue graças à reação dos usurpadores da liberdade”⁴⁵⁷. Por meio das descrições de bravura e dos atos de coragem dos liberais, os jornalistas criaram uma história na qual Portugal, Espanha, Grécia e Nápoles lideravam a luta pela liberdade. Além das revoluções já iniciadas, apontavam novas agitações constitucionais em países como Inglaterra⁴⁵⁸ e Noruega⁴⁵⁹.

Nesse ponto, as notícias da guerra de independência da Grécia deixavam de ser apenas informativas e serviam a um objetivo político: a representação de uma possível guerra entre as forças militares absolutistas, representadas pelos turcos, e os liberais, representados pelos gregos. Além das notícias sobre a guerra em si, constantemente publicavam informações sobre possíveis ajudas de outros países a favor dos gregos⁴⁶⁰.

Como se consideravam parte de um mesmo movimento político, alguns jornais chegaram a defender uma aliança militar entre os supostos “constitucionais” contra seus antagonistas⁴⁶¹. Mas quem eram os inimigos? A figura que exercia esse papel era a Santa Aliança⁴⁶², os países que faziam parte dela e o Império Turco-otomano⁴⁶³.

Um dos indícios da capilaridade dessa identidade pode ser identificado nas assinaturas das correspondências publicadas pelos periódicos. Conseguimos localizar 119 correspondências no período analisado neste capítulo, e dessas, 16 foram assinadas por indivíduos com pseudônimos que indicam a identificação “constitucional”⁴⁶⁴. No *Segarrega*

⁴⁵⁶ *Aurora Pernambucana*, n. 7, 4 de maio de 1821.

⁴⁵⁷ *Reverbero*, n. 1, 15 de setembro de 1821.

⁴⁵⁸ *O Conciliador do Maranhão*, n. 60, 06 de fevereiro de 1822.

⁴⁵⁹ *Reverbero*, n. 2, 1 de outubro de 1821.

⁴⁶⁰ *O Conciliador do Maranhão*, n. 35, 10 de novembro de 1821; *O Espelho*, n. 3, n. 7, e n. 4; *Reverbero*, n. 2, 1 de outubro de 1821; *Semanário Cívico*, n. 12, 17 de maio de 1821.

⁴⁶¹ *Aurora Pernambucana*, n. 7, 4 de maio de 1821; *Semanário Cívico*, n. 5, 29 de março de 1821.

⁴⁶² *O Espelho* também nomeou a Inglaterra como inimiga do liberalismo. Afirmava o periódico que, por serem a maior potência e terem dominado Portugal durante muitos anos, os ingleses ficavam irritados quando viam Portugal ou o resto do mundo se libertar da opressão. Todavia, esse não foi um discurso comum nos periódicos, e a Inglaterra era identificada mais como aliada potencial do que inimiga. *O Espelho*, n. 14, 4 de janeiro de 1822.

⁴⁶³ *Aurora Pernambucana*, n. 7, 4 de maio de 1821.

⁴⁶⁴ *Reverbero*, n. 2, 01 de outubro de 1821; *O Conciliador do Maranhão*, n. 37, n. 47, n. 52 e n. 79; *Idade d’Ouro*, n.21, n.18, n.21, n.24 e n.25; *Semanário Cívico*, n.3, n.4, n.8 e n.9; *Relator Verdadeiro*, n.2, 23 de dezembro de 1821.

aliás, um “Inimigo dos corcundas” mostrou como a população de Pernambuco sentia enojo dos absolutistas, pois havia se unido para pedir a saída imediata de um vereador que não havia aderido ao constitucionalismo⁴⁶⁵.

Descrevendo o Mundo Atlântico como um todo interligado, onde o oceano não passava de um caminho em que o constitucionalismo era compartilhado, esses periódicos reforçaram a inserção das alterações políticas que aconteciam no mundo português em um contexto mundial, fortalecendo os argumentos de que o Antigo Regime devia ser abandonado em prol do constitucionalismo.

Assim, revelado tanto através das manifestações, como das notícias veiculadas pelos periódicos de 1821, a euforia com o constitucionalismo não foi desprovida de interesse. Ao formularem a polarização política a partir de conceitos antitéticos desiguais como liberais/déspotas, constitucionalistas/defensores do Antigo Regime, os periodistas buscavam reforçar um projeto. Ao utilizá-los, não apenas reafirmaram uma identidade positiva que se ligava ao constitucionalismo e se alimentava do suposto patriotismo e entusiasmo com essas ideias, como também alcunharam seus adversários de características negativas e que deviam ser, quase automaticamente, recusadas, residindo aí a força da polarização⁴⁶⁶. A partir da identidade “constitucional” ou “liberal”, os periódicos contribuíram com a difusão do discurso constitucionalista ao persuadir e modelar a percepção desses acontecimentos para seus próprios interesses⁴⁶⁷.

De acordo com Javier Fernández Sebastián,

Ao identificar o liberalismo com o progresso e a marcha ascendente da humanidade, os intelectuais liberais estavam marcando um sentido para sua época e o mundo vindouro, estavam dando uma direção aos tempos. Enquanto que os adeptos do liberalismo se moviam na direção correta - para o futuro - quem lhes opunha eram os retrógrados que pretendiam fazer retroceder a sociedade a épocas passadas⁴⁶⁸.

Entre portugueses, espanhóis, napolitanos e gregos, o que sobressaía era um ideal em comum. O constitucionalismo – ou liberalismo - era tratado como algo a ser perseguido, alcançado e defendido, pegando em armas e fazendo alianças com os iguais de outros países. Ao criarem uma dimensão histórica e internacional representada pelos movimentos

⁴⁶⁵ Segarrega, n. 3, 06 de janeiro de 1822.

⁴⁶⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006, p. 195.

⁴⁶⁷ De acordo com Kirsten Schultz, esses elementos faziam parte da criação de uma “nova linguagem política”. SCHULTZ, 2006, p. 141.

⁴⁶⁸ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 723. Tradução de nossa autoria.

constitucionais, os periodistas situaram a si mesmos em uma corrente política teleologicamente predestinada a triunfar⁴⁶⁹.

Quando falamos que esses jornais criavam e valorizavam uma identidade política ou compartilhavam uma mesma narrativa, não estamos afirmando existir unidade de ação entre eles muito menos homogeneidade nos diversos projetos políticos defendidos. Não houve uniformidade no Brasil⁴⁷⁰, muito menos no mundo. Como afirmado por Javier Fernández Sebastián, ainda que seja possível verificar tom de familiaridade entre as revoluções liberais, os liberalismos ibéricos são diversos. Por isso ao invés de falarmos de “liberalismo ibero-americano”, devemos falar de “experiências liberais”⁴⁷¹.

Quando pensamos nesses movimentos políticos e a construção de identidades que se deram a partir de suas percepções e narrativas, partimos de dois pressupostos. Primeiro, não negamos que ao olharmos os discursos dos periódicos, fica a impressão de que se tratava de um debate bi-continental. É evidente que os impressos buscavam passar a impressão de que o constitucionalismo era um movimento internacional, o que tem um caráter factual se nos atentarmos às redes de migrações políticas⁴⁷² ou ao compartilhamento de experiências e criação de laços de solidariedade entre esses indivíduos. Mas nossa preocupação na análise foi com o caráter retórico da pregação liberal. Não buscamos julgar a veracidade de uma “experiência liberal” compartilhada, mas entender como esse discurso foi utilizado pelos periódicos e as consequências dessa utilização.

Tendo em vistas essas considerações, observamos que os periodistas forjaram discursivamente uma identidade política que ultrapassou os limites da monarquia portuguesa. Tal identidade, longe de ser materialmente verdadeira ou ser capaz de englobar a diversidade de projetos políticos ou concepções de liberalismo, fez parte do processo de fortalecimento do constitucionalismo no Brasil. Ela foi uma arma discursiva utilizada pelos redatores para

⁴⁶⁹ Ibid., p. 721.

⁴⁷⁰ De acordo com Júlio Benthivoglio, o liberalismo brasileiro foi heterogêneo e fruto da crise de consciência histórica vivida entre 1808 e 1831. A partir de leituras de clássicos e das vivências sociais e políticas, as ideias liberais ganharam força e novas acepções a partir das experiências geracionais. Cf: BENTIVOGLIO, Júlio César. Liberalismo brasileiro no Oitocentos: pensamento político e ideias liberais nos debates parlamentares. In: CAMPOS, Adriano Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz. (org.). **A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2010, p.269-281.

⁴⁷¹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2012, p. 11.

⁴⁷² FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 714.

polarizar o debate, justificar a mudança política e mobilizar a população na defesa do novo sistema de governo que se organizava.

Sendo assim, entendemos que os periodistas, mais do que simplesmente citarem as notícias, criaram uma interpretação na qual o movimento constitucional português era um *continuum* das revoluções liberais que aconteciam na Europa e buscaram passar a impressão de que esses movimentos marcavam a chegada de um novo tempo político⁴⁷³. Essa compreensão não foi singular aos portugueses. Algo semelhante foi percebido por Ana Isabel González Manso na Espanha, onde os liberais apresentavam a consciência de estar vivendo em um novo tempo⁴⁷⁴. Aqueles que negavam as novidades políticas advindas do novo sistema eram tratados como inimigos, criando uma polarização que teve grande eficácia retórica.

Analisando essas alterações políticas, Javier Fernández Sebastián percebeu que existiu uma espécie de “‘internacionalismo’ liberal vivido y teorizado por tantos revolucionários de primera hora”⁴⁷⁵, o que colaborou para o surgimento de uma identidade política “titubeante”, mas persistente entre os liberais ibéricos e americanos⁴⁷⁶. Assim, as notícias veiculadas davam ao movimento constitucionalista português uma dimensão “histórica” permitindo situá-lo em uma ação política predestinada à vitória⁴⁷⁷.

O fato de esses jornalistas identificarem, na Revolução do Porto, o advento do governo constitucional em Portugal e relacionarem constituição, liberdade e felicidade, fez com que a

⁴⁷³ Rafael Fanni apontou que a imprensa colaborou para a aproximação de portugueses de ambos os lados do Atlântico da pauta constitucionalista, mas que as diferenças entre os projetos acabaram por separá-los. O mesmo autor ressaltou a defesa dos princípios constitucionais, a instalação das Cortes e os espaços públicos de opinião e o crescimento da imprensa, como práticas políticas que aprofundaram a sensação de experiência de um novo tempo. A percepção de que viviam em um novo tempo, segundo Guillermo Zermeno Padilla, liga-se à sensação de experiência inédita, sem semelhanças com as anteriores. Por isso o passado deixou de ter funções normativas no presente, e o surgimento da modernidade exigiu a criação de um novo espaço de experiência. Pensando em um contexto mais amplo, João Paulo Pimenta defendeu que a partir da independência da América inglesa, ocorreu a introdução das redes de circulação de “elementos políticos discursivos que passarão a interagir com os tradicionais e que implicarão sua parcial reconstituição”. Com o alargamento dos espaços de discussão política no Brasil, os sujeitos históricos passaram a “dispor de elementos de uma linguagem de fundamentos revolucionários”. Paula Ferreira e Marcia Berbel perceberam fenômeno semelhante na análise dos debates nas Cortes, onde os deputados evocaram experiências do espaço Atlântico, inclusive as dos Estados Unidos. FANNI, 2015, p. 4,8.; PIMENTA, 2017, p. 7, 24, 28, 33, 36.; BERBEL, Márcia Regina; FERREIRA, Paula Botafogo Cariocchi. 1823 e a afirmação de uma política para o Brasil. In: BERBEL, Márcia Regina.; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 171.; ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850. **Almanack Brasileiro**, n. 7, p. 5-46, maio, 2008, p. 7.

⁴⁷⁴ GONZÁLEZ MANSO, Ana Isabel. Una nueva forma de pensar el tiempo, una nueva forma de pensar la historia: el siglo XIX en España. **Almanack**, n. 10, p. 236–254, maio/ago., 2015.

⁴⁷⁵ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 714.

⁴⁷⁶ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 700.

⁴⁷⁷ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009, p. 721.

defesa de qualquer outro sistema político fosse vista de forma negativa. Era inviável, dentro dessa interpretação, defender poderes ilimitados do rei, ir contra a liberdade de imprensa ou se opor à constituição.

2.4. Do entusiasmo com o constitucionalismo ao conflito político

A transformação da euforia e alegria em um embate entre projetos políticos discordantes ocorreu de forma progressiva no ano de 1821. Ainda que os periodistas concordassem com a causa constitucionalista, os projetos políticos eram, desde o início, discordantes, o que foi se tornando cada vez mais perceptível e significativo com o passar do ano.

Enquanto as diferenças foram se manifestando, construiu-se interessante rede de alianças e disputas dos periódicos que, de certa forma, os dividiu em dois lados⁴⁷⁸. De um, jornais em sua maioria de Pernambuco e do Rio de Janeiro, criticaram decisões das Cortes. De outro, periódicos da Bahia e do Maranhão, além de exporem notícias negativas das outras províncias, questionaram os atos da regência de Pedro e da Junta de Gervásio.

Por parte dos jornais baianos, o *Semanário* destacou-se no debate com as outras províncias. Contrário à Revolução Pernambucana de 1817, esse periódico não viu com bons olhos a formação da Junta de Gervásio, formada majoritariamente por ex-revolucionários⁴⁷⁹. Por isso, reclamou da saída de Luís do Rego da província e imprimiu elogios e sonetos dedicados a ele⁴⁸⁰. Segundo a folha, após a saída de Rego, Pernambuco foi dominado por facções políticas⁴⁸¹, o que causou infundáveis agitações. Diante da situação, bem como da lembrança do que ocorrera em 1817, a província foi considerada o núcleo do “espírito democrático” no Brasil⁴⁸² e o novo governo liderado por Gervásio foi acusado de ilegítimo e desorganizador⁴⁸³.

⁴⁷⁸ Existiam também as disputas internas, principalmente no Maranhão e na Bahia. No primeiro, o *Folha Medicinal* antagonizou com o *Conciliador do Maranhão*, e no segundo, o *Diário Constitucional* rivalizou com o *Semanário* e com o *Idade d'Ouro*. Sobre essas disputas: GALVES, 2010.; KRAAY, 2011.; SILVA, 2008.; SILVA, 2011a.; SILVA, 2011b.; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). *Almanack Braziliense*, n. 7, p. 102-118, maio, 2008.

⁴⁷⁹ A preocupação dos jornais baianos com o espectro da Revolução de 1817 devia-se, segundo Thomas Wisiak, não apenas pela proximidade com Pernambuco, mas também pelo papel exercido pela província da Bahia no combate aos revolucionários. WISIAK, Thomas. A “nação partida ao meio”: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 63.

⁴⁸⁰ *Semanário Cívico*, n. 46, 10 de janeiro de 1822.

⁴⁸¹ *Semanário Cívico*, n. 32, 4 de outubro de 1821.

⁴⁸² *Semanário Cívico*, n. 33, 11 de outubro de 1821.

⁴⁸³ *Semanário Cívico*, n. 45, 3 de janeiro de 1822.

Sobre o Rio de Janeiro, o *Semanário* acusou os fluminenses de tramarem contra o movimento constitucional. Para Maia, o governo do Rio de Janeiro era dominado pelos áulicos, já que a partida da família real não teria modificado sua estrutura: “mudaram-se os ministros”, mas “conservou-se a mesma forma de governo através do príncipe”. O Rio, para o periódico, estava em estado de penúria financeira, sua imprensa era controlada pelo governo⁴⁸⁴ e a administração dominada por corcundas⁴⁸⁵.

Por parte do Maranhão, quem tomou a frente no debate interprovincial foi o *Conciliador do Maranhão*. Seguindo a mesma linha do *Semanário*, Pernambuco estaria sofrendo com o conflito de facções que teria piorado com a partida de Luís do Rego⁴⁸⁶. O jornal, aliás, apoiou o envio de tropas de Portugal para Pernambuco como forma de manter a ordem⁴⁸⁷. Sobre o Rio de Janeiro⁴⁸⁸, o discurso de crise financeira feita pelo *Semanário* foi repetido, apontando a retirada de fundos do Banco do Brasil como uma das principais causas⁴⁸⁹. Mesmo afirmando que a maioria da população era contrária aos áulicos, o periódico lamentou a predominância política de “déspotas” na antiga Corte⁴⁹⁰.

Na província de Pernambuco, o *Segarrega* tentou responder as acusações e devolver os ataques. Escrito por Filipe Mena Calado, um dos membros da Junta então no poder, o jornal, inúmeras vezes, com o auxílio do *Relator Verdadeiro*, mostrou como a província estava em ordem e sem agitações. Na verdade, seu discurso buscava demonstrar que era a Bahia quem estava dividida em partidos. Lá, o governo “muito repreensível tem ao seu lado uma cabala partidária, dos quais fazem parte os redatores do *Idade d’Ouro* e *Semanário*”⁴⁹¹.

Já no Rio de Janeiro, coube ao *Espelho* e ao *Reverbero* atacarem a administração da Bahia, defenderem o governo de Pernambuco e reforçarem a importância do Rio na política imperial. Nesse ponto, o *Reverbero* envolveu-se em uma polêmica com o *Semanário* sobre as condições do Brasil para sediar a Corte⁴⁹² e o *Espelho* lamentou as agitações na Bahia

⁴⁸⁴ *Semanário Cívico*, n. 9, 26 de abril de 1821.

⁴⁸⁵ *Semanário Cívico*, n. 13, 24 de maio de 1821.

⁴⁸⁶ *O Conciliador do Maranhão*, n. 36, 1 de novembro de 1821.

⁴⁸⁷ *O Conciliador do Maranhão*, n. 45, 15 de dezembro de 1821.

⁴⁸⁸ A dissertação de Roni César Andrade de Araújo reforça a rivalidade entre o *Conciliador* e jornais fluminenses. ARAÚJO, 2018.

⁴⁸⁹ *O Conciliador do Maranhão*, n. 36, 1 de novembro de 1821.

⁴⁹⁰ *O Conciliador do Maranhão*, n. 56, 23 de janeiro de 1822.

⁴⁹¹ *Segarrega*, n. 3, 6 de janeiro de 1822.

⁴⁹² *Reverbero*, n. 6, 1 de dezembro de 1821.

decorrentes da suposta tentativa de golpe no governo provincial⁴⁹³. Sobre Pernambuco, a imagem passada era que a província estava em ordem desde a partida de Luís do Rego⁴⁹⁴.

Em torno dessas disputas regionais existia um conflito imperial⁴⁹⁵. As ações das Cortes em relação ao Brasil e a aprovação de medidas controversas aumentaram o distanciamento dos projetos veiculados nos periódicos. O *Idade d'Ouro* e o *Semanário* viam de forma negativa as decisões tomadas pela regência de Pedro, enquanto o *Conciliador do Maranhão* relativizou algumas atitudes, ainda que se colocando como defensor das Cortes. Já os jornais de Pernambuco e Rio de Janeiro passaram a ter uma posição crítica em relação ao congresso, refletindo o distanciamento cada vez maior entre os projetos políticos veiculados.

Durante grande parte de 1821, o *Conciliador do Maranhão* não deu muito espaço para os acontecimentos nem para as reclamações dos jornais fluminenses e pernambucanos sobre as Cortes. Assumindo em abril de 1822 que “ficamos muito tempo em silêncio sobre os fatos do Sul”, dizia que isso ocorreu por não ter informações confiáveis sobre o Rio de Janeiro. Todavia, a chegada das notícias do Fico e as novas edições do *Semanário* comentando o acontecimento fizeram o jornal se dedicar ao tema⁴⁹⁶.

Sobre o Fico, o *Conciliador* publicou o pedido da Câmara do Senado do Rio de Janeiro para a permanência do príncipe, as proclamações de Pedro para a Divisão Auxiliadora e o decreto do Fico. Na mesma edição, constavam o requerimento do príncipe para que Pernambuco não aceitasse as tropas portuguesas enviadas para a província e um ofício da Junta de Governo da Bahia acatando as ordens de Pedro para a eleição de um novo governo. Também noticiou o início dos conflitos entre as tropas de Madeira e do brigadeiro Manoel Pedro em Salvador. Por fim, comentou que já esperava uma rebelião por parte do Brasil em relação às decisões tomadas nas Cortes sem a anuência dos deputados da americanos⁴⁹⁷. Já o outro

⁴⁹³ **O Espelho**, n. 8, 21 de novembro de 1821.

⁴⁹⁴ **O Espelho**, n. 5, 31 de outubro de 1821.

⁴⁹⁵ Ainda que o enfoque principal desses periódicos tenha sido a disputa de poder entre Cortes e Rio de Janeiro, André Roberto Machado destacou a multiplicidade de projetos políticos existentes, principalmente nas províncias do Norte. MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de independência do Brasil. In: JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p. 307.

⁴⁹⁶ A partir da edição 77 o jornal passou a se chamar apenas *O Conciliador*. **O Conciliador**, n. 83, 27 de abril de 1822.

⁴⁹⁷ **O Conciliador**, n. 83, 27 de abril de 1822.

periódico que circulou no Maranhão e chegou até nós, o *Folha Medicinal Maranhense*⁴⁹⁸, praticamente ignorou qualquer tipo de discussão sobre o Fico, se restringindo a noticiá-lo⁴⁹⁹.

Por outro lado, o periódico baiano *Semanário Cívico* se envolveu diretamente na disputa entre o projeto do Centro-Sul e das Cortes. Segundo o jornal, as notícias que vinham do Rio de Janeiro e de Pernambuco deixavam claro que seus governos ameaçavam o constitucionalismo, o que tornava a Bahia o porto seguro do liberalismo no Brasil⁵⁰⁰.

A defesa das Cortes baseava-se na compreensão de que apenas a união com Portugal e o fortalecimento do congresso faria a monarquia portuguesa prosperar⁵⁰¹. A situação do Reino do Brasil, que tinha muitos escravos africanos capazes de “repetir as horríveis cenas de São Domingos”, fazia necessária a união de todos os habitantes da nação portuguesa⁵⁰². Ademais, o *Semanário Cívico* evocava a independência da América hispânica como exemplo de anarquia e desorganização⁵⁰³.

Entre os ataques aos jornais e ao governo do Rio de Janeiro, o *Semanário Cívico*, inicialmente, resguardou o príncipe Pedro de críticas mais duras. Segundo ele, o regente estaria sendo enganado e iludido pelos conselheiros e ministros, mas se esforçava em acabar com toda forma de abuso e despotismo no Rio de Janeiro⁵⁰⁴. Os agentes considerados “conspiradores” eram chamados de “déspotas” e até de “republicanos”, que unidos pretendiam separar Brasil e Portugal com a adesão de grupos igualmente desorganizadores de todas as províncias do reino, com exceção de Pará, Maranhão e Bahia⁵⁰⁵.

Polemizando com o *Reverbero* sobre a necessidade ou não de centros do poder executivo e legislativo no Brasil, o *Semanário Cívico* admitiu a possibilidade de um poder executivo, mas não de um legislativo. Afirmou que um novo legislativo causaria a desfragmentação do poder e faria a nação perder sua “indivisibilidade”⁵⁰⁶. Afirmava que mal

⁴⁹⁸ Periódico publicado na Tipografia Nacional do Maranhão.

⁴⁹⁹ **Folha Medicinal Maranhense**, n. 11, 29 de abril de 1822.

⁵⁰⁰ **Semanário Cívico**, n. 18, 28 de junho de 1821.

⁵⁰¹ **Semanário Cívico**, n. 31, 27 de setembro de 1821.

⁵⁰² **Semanário Cívico**, n. 48, 24 de janeiro de 1822.

⁵⁰³ **Semanário Cívico**, n. 28, 6 de setembro de 1821.

⁵⁰⁴ **Semanário Cívico**, n. 16, 14 de junho de 1821.

⁵⁰⁵ **Semanário Cívico**, n. 37, 7 de novembro de 1821.

⁵⁰⁶ Predominava entre os deputados, principalmente portugueses, o conceito político de integração que compreendia o Congresso e Portugal como o centro do Império que devia ser uno e indivisível. Esses deputados não enxergavam Brasil e Portugal como partes diferentes do Reino Unido, compreendendo todas como uma mesma nação. Essa concepção teria levado a alguns problemas, principalmente com determinados deputados brasileiros que, no decorrer do ano de 1822, entendiam o Império dividido administrativamente entre a América e a Europa. O mesmo ocorreu na imprensa a partir do Fico. NEVES, 1999, p. 10.

se havia “lançado a primeira pedra angular do novo edifício” e “já nos ocupamos com os repartimentos anteriores”. Era necessário aguardar e respeitar as decisões dos deputados, pois fazer oposição à constituição fortalecia os déspotas⁵⁰⁷.

Sobre o poder executivo, o *Semanário* pregava a existência de outros centros submetidos às Cortes e com algumas responsabilidades de forma a acelerar a tomada de decisões. Sua afirmativa era justificada pelo fato de o Brasil ser muito grande, o que dificultava a comunicação das províncias. Por isso, era necessário obedecer às Cortes com o retorno do príncipe e aguardar novas ordens, porque, enquanto Portugal estava em amplo desenvolvimento e muito mais avançado no constitucionalismo, o Brasil, despovoado, grande e sem comunicação entre as províncias, sozinho caminharia para a ruína. Para reforçar sua argumentação, publicou notícias sobre a América e questionou se era justo causar violência para ser independente⁵⁰⁸.

Na edição 51 de 13 de fevereiro de 1822, o *Semanário* noticiou o Fico. Diferente do *Conciliador do Maranhão* e dos jornais fluminenses, não deu espaço às proclamações do príncipe, mas sim aos discursos do general Avilez e da Divisão Auxiliadora. Nesses discursos, os militares portugueses pediam que se punissem os “impressos indíciosos e caluniadores” publicados no Rio de Janeiro desde a chegada da ordem de retorno do príncipe.

A tropa expulsa foi tratada pelo jornal como a defensora da liberdade. Se ela era a defensora da liberdade, da constituição e a representação do “ser constitucional”, a agressão dos fluminenses teria sido resultado de uma conspiração criada por alguns “déspotas”. O Fico seria “uma obra dos inimigos da unidade da nação. Eles têm acendido a teia da discórdia, para dividir a opinião comovendo-os do seu natural acento, concitando a anarquia para arrancar e afixar nas suas mãos o cetro do mando”⁵⁰⁹.

A forma de atuação dos “déspotas”, segundo o *Semanário Cívico*, foi a ocupação dos espaços públicos através da “demagogia”. Eles teriam apresentado a ordem de retorno do regente para Portugal como “injuriosa para o Brasil”, e fizeram surgir “papéis públicos” que “lançavam o veneno”. Disso resultou a decisão de permanência do príncipe, apoiada por uma milícia que avançou sobre as tropas portuguesas. Ao invés de acalmar a situação e evitar um massacre, “Sua Alteza Real”, o príncipe Pedro, afirmou que “não se importasse com isso”. Para evitar um conflito entre “irmãos”, restou à tropa de Avilez recuar para Praia Grande.

⁵⁰⁷ *Semanário Cívico*, n. 48, 24 de janeiro de 1822.

⁵⁰⁸ *Semanário Cívico*, n. 48, 24 de janeiro de 1822.

⁵⁰⁹ *Semanário Cívico*, n. 51, 13 de fevereiro de 1822.

Na exposição do *Semanário*, o Fico foi tratado como uma rebelião do príncipe incentivada pelos “déspotas” contra as ordens das Cortes. Nesse contexto, o até então “Iludido” Pedro foi apresentado como um inimigo, que, para se manter no poder, permitiu a desordem. A divisão auxiliadora, por sua vez, era o último bastião da liberdade no Rio de Janeiro e “tem se oferecido destemidamente” contra os “inimigos da sua Pátria”. Diante da situação, se tornava essencial para que o constitucionalismo continuasse existindo no Brasil que o príncipe fosse para Portugal, bem como o “Conde dos Arcos, e o seu partido”⁵¹⁰.

No Rio de Janeiro, quando o entusiasmo com a constituição era predominante nos jornais e a união entre portugueses de ambos os lados do Atlântico tinha representação no constitucionalismo, o *Reverbero* criticou qualquer possibilidade de desmembramento do Reino Unido⁵¹¹. Para seus redatores não existiam motivos para desunião, pois a opressão do despotismo havia cessado e o Brasil estava na “infância da liberdade”, e, por isso, melhor ser guiado por “aqueles de mesmo sangue e educação do que qualquer outra nação estrangeira”⁵¹².

A desconfiança com a autonomia política do Brasil baseava-se na heterogeneidade social do reino⁵¹³, no receio de retorno do despotismo⁵¹⁴, no medo da anarquia⁵¹⁵ e de guerras civis nas províncias ou entre as províncias⁵¹⁶. Todavia, decisões das Cortes como a extinção dos tribunais superiores, a nomeação dos Governadores das Armas, a relutância em aceitar o Rio de Janeiro como centro do poder executivo na América e a ordem de retorno do príncipe causaram a mudança dessa percepção.

A partir de dezembro houve a radicalização na linguagem dos periódicos. O *Espelho* chegou a acusar parte dos portugueses de quererem atentar contra “o bem da parte principal” do Reino Unido, o Brasil⁵¹⁷. Para o *Reverbero*, existiam grandes diferenças entre o Brasil e Portugal, por isso eram necessárias leis diferentes para cada um, devendo o Brasil ter um poder legislativo⁵¹⁸. Para os redatores, era preciso que “os negócios da América se tratem na América”, e “os da Europa na Europa, e tudo irá bem”⁵¹⁹.

⁵¹⁰ **Semanário Cívico**, n. 51, 13 de fevereiro de 1822.

⁵¹¹ **Reverbero**, n. 3, 15 de outubro de 1821.

⁵¹² **Reverbero**, n. 3, 15 de outubro de 1821.

⁵¹³ **A Malagueta**, n. 2, dezembro de 1821.

⁵¹⁴ **Compilador Constitucional Fluminense**, n. 1, 5 de janeiro de 1822.

⁵¹⁵ **A Malagueta**, n. 3, janeiro de 1822.

⁵¹⁶ **Reverbero**, n. 3, 15 de outubro de 1821.

⁵¹⁷ **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1821.

⁵¹⁸ **Reverbero**, n. 6, 1 de dezembro de 1821.

⁵¹⁹ **Reverbero**, n. 9, 8 de janeiro de 1822.

Diante dos planos das Cortes, o príncipe⁵²⁰ se transformou na esperança de defesa de seus interesses⁵²¹. Para o *Espelho*, a ordem de sua partida era uma tentativa de desunir e enfraquecer o Reino do Brasil, tirando de seu “seio” o “único pai” que lhe resta⁵²². Seu redator questionou a legitimidade dessa ordem ao lembrar da promessa das Cortes de que só tomariam decisões sobre o Brasil quando seus deputados estivessem presentes, o que ainda não havia ocorrido⁵²³. Além disso, usou a Irlanda como exemplo de delegação do poder executivo fora da capital do Reino, e previu que, se o príncipe fosse embora, correria sangue na América portuguesa graças às ações de anarquistas e desorganizadores⁵²⁴.

Para o *Malagueta*, o príncipe exercia o poder executivo como delegado de seu pai⁵²⁵. Já o *Reverbero* dizia que Pedro era uma figura indispensável, por ser capaz de manter a ordem e a união do Reino do Brasil⁵²⁶. Publicado um dia antes do Fico, o número nove desse periódico foi ainda mais radical. A chegada das novas ordens das Cortes que determinavam o retorno de Pedro e o fechamento dos tribunais superiores causou indignação. Em suas palavras,

as últimas notícias vindas no Correio, ferem como agudos punhais os corações de todos os Brasileiros: eles se doem, pelo que observo, que aderindo tão voluntariamente à Causa da nossa feliz Regeneração se queira por isso mesmo reabismá-los no sistema de colonização, que tão claramente vai transluzindo; isolando cada uma das suas Províncias, destruindo a sua natural centralização, atacando a sua força pelo fomento da sua desunião, diminuindo a sua prosperidade, os seus cômodos, e até a nobreza daquela existência política a que subiram à face das Nações; e dando-lhe como título de honra, favor, e de mérito a categoria de Províncias de Portugal⁵²⁷.

Visando desqualificar as ordens vindas de Portugal, o *Reverbero* criticou as falas dos deputados portugueses e afirmou que o fim dos tribunais superiores no Rio de Janeiro causaria desemprego generalizado. Citando Malthus, defendeu que o desemprego aumentaria a possibilidade de uma revolução. Em seguida, acusou alguns redatores portugueses da Europa de insultar os que habitavam no Brasil.

⁵²⁰ Além da movimentação na imprensa, foi criado o Clube da Resistência o qual teve a participação de alguns redatores, como o Frei Sampaio, futuro redator do *Regulador Brasílico-Luso* e Luiz Alves Montinho, futuro redator do *Constitucional*. BELEM, Paula Rodrigues. “**Para o bem do Povo e Felicidade geral da Nação.**” **Povo, Nação, Felicidade e Soberania no Dia do Fico**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011, p. 120.

⁵²¹ Segundo Schiavinatto, Pedro transformou-se aos olhos da elite do Centro-Sul em um personagem capaz de manter a ordem e dominar a cena pública. SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 99.

⁵²² **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1821.

⁵²³ **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1821.

⁵²⁴ **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1821.

⁵²⁵ **A Malagueta**, n. 2, dezembro de 1821.

⁵²⁶ **Reverbero**, n. 9, 8 de janeiro de 1822.

⁵²⁷ **Reverbero**, n. 9, 8 de janeiro de 1822.

Em Pernambuco, o *Segarrega* passou a fazer coro aos jornais fluminenses na defesa de questões ligadas aos interesses do Reino do Brasil e da autonomia local. Algumas decisões das Cortes, como o envio de tropas portuguesas e a diminuição do poder da Junta já balançavam o apoio do periódico àquela instituição. A mudança de uma posição publicamente equilibrada para uma contrária se deu após série de elogios feitos pelo Congresso à Luís do Rego, ao envio de tropas para Pernambuco e à definição de que os governadores das armas seriam escolhidos pelas Cortes⁵²⁸. Tais ações feriram diretamente seus interesses autonomistas, bem como o próprio orgulho ao ver seu algoz – visto que o redator havia participado da Revolução de 1817, reprimida por Rego - elogiado pelos representantes da nação.

Na edição 5 de 8 de fevereiro de 1822, o *Segarrega* deu destaque aos apontamentos do governo de São Paulo dirigidas aos seus deputados⁵²⁹. Após isso, discutiu com o *Semanário* a situação de Pernambuco e os elogios feitos a Luís do Rego nas Cortes. Após duras críticas aos deputados que homenagearam esse personagem, bem como ao próprio homenageado, o jornal acusou as Cortes de antes de levarem o rei para aquele “canto da Europa” serem “menos valentes” e “mais liberais”, mas “agora estão de opinião mudada”⁵³⁰.

De acordo com o redator, as novas ordens e os elogios a Luís do Rego teriam causado “espanto a todo o homem, que despido de prejuízos, empregar em seus raciocínios as severas Leis da Justiça, da crítica”. Disse não entender como alguns deputados elogiavam o ex-governador, que teria fraudado eleições, expulso cidadãos injustamente, praticado fornicação, prostituição e usado a força para se manter no poder⁵³¹. Consequentemente, o *Segarrega* considerava a relação entre Pernambuco e as Cortes insustentável, o que levou à sua mudança de atitude com o congresso.

Já no número 7 de 9 de março, o jornal comparou a situação do Brasil com a do “quadro de 1773 entre a Inglaterra e a América”. Para ele, as últimas ordens das Cortes geravam desconfiança graças à “invasão de nossos direitos”. Dizia que tudo dava a entender que o Congresso queria que o Brasil perdesse o “nexo das suas províncias e a unidade de interesses, que devem ligá-las entre si”. Diante da situação, afirmou que o “Brasil não conhece a necessidade de sacrificar tudo por união a Portugal; sem esta união o Brasil pode ser feliz”. Por

⁵²⁸ BERNARDES, 2006, p. 303.

⁵²⁹ *Segarrega*, n. 5, 08 de fevereiro de 1822.

⁵³⁰ *Segarrega*, n. 6, 22 de fevereiro de 1822.

⁵³¹ *Segarrega*, n. 6, 22 de fevereiro de 1822.

isso, lembrava que “os antigos costumes, o parentesco e a generosidade que lhe fez ceder o Augusto Monarca quando Portugal se contentava com uma das Pessoas Reais” devia servir também como motivo para que os portugueses concordassem com a permanência do príncipe, “em quanto for a bem da nação em geral”. Para reforçar os perigos da discordância, resgatou o exemplo do Império espanhol, a fim de “ensinar como é do seu [Portugal] dever tratar o Reino do Brasil”⁵³².

Dentre as leis que lhe deixavam insatisfeito, o *Segarrega* reclamou dos governadores de armas indicados por Portugal, da organização econômica, da impotência das Juntas e da ausência de um centro do poder executivo na América. Enfatizou que “o Brasil ainda nada recebeu da mudança de sistema”, e tudo o que havia melhorado “é devido aos Governos Provisórios, [mesmo] que para isso [tenham] algumas vezes de passado por cima dos limites”.

Como forma de romper de vez com as ordens das Cortes, o *Segarrega* publicou um discurso do deputado Moura, para quem o Brasil “deve ser independente, e só ligado a Portugal por vínculo de amizade, e por tratados de aliança, e de comércio, igualmente vantajosos aos dois estados”. Por fim, proclamou aos “Portugueses” que “as nobres Províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas, e Rio Grande do Sul têm dado a conhecer-vos, que, nem o Brasil dormita sobre os seus interesses, nem ignora quando lhe convém”⁵³³.

Enquanto o debate se radicalizava no Brasil, o mesmo ocorria nas Cortes. Se algumas propostas criticadas pelos periódicos publicados no Brasil, como a escolha do governador das armas pelo Congresso, não teriam causado muitos embates entre os deputados americanos e europeus⁵³⁴, a chegada da deputação da Bahia e de São Paulo trouxe maior coesão. O fim dos tribunais superiores, por exemplo, causou amplo descontentamento na deputação brasileira por considerar que essa atitude deixaria os espaços de recursos distantes, aumentando o fosso que separava alguns representantes de Portugal e do Brasil⁵³⁵.

Diante das disputas baseadas em rivalidades provinciais e projetos políticos antagônicos, a outrora identidade constitucional foi disputada e progressivamente substituída por outras. Por um lado, os periódicos faziam uns aos outros a acusação de ser “déspota” e, por

⁵³² *Segarrega*, n. 7, 9 de março de 1822.

⁵³³ *Segarrega*, n. 7, 9 de março de 1822.

⁵³⁴ BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p. 796.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 800.

isso, inimigos da “nação”. Por outro, o elemento de coesão política passou da constituição, que unia ambos os lados do Atlântico, para a pátria, cuja definição passou a ser mobilizada de forma a separá-los. Vejamos como isso se deu no próximo capítulo.

3. DO FICO À CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE (1822)

O ano de 1821 foi marcado por movimentos de adesão ao vintismo e consolidação do constitucionalismo em grande parte dos periódicos publicados no Reino do Brasil. Como pudemos ver anteriormente, novos conceitos circularam nos espaços públicos por meio dos impressos, alçando a constituição como principal elemento sociopolítico do novo momento do Reino Unido.

Porém, algumas ordens das Cortes no fim de 1821 causaram dissensões que agravaram as relações entre portugueses da América e da Europa. A relativa euforia com o Congresso deu lugar a divergências e lançou arestas sobre a frágil aliança formada entre grupos de ambos os lados do Atlântico.

A situação tornou-se ainda mais complicada no decorrer de 1822, quando se alteraram a avaliação sobre os papéis das Cortes e do Príncipe Regente, além da proposição de novos instrumentos políticos de representação do Brasil, inflamando o debate entre os periódicos. Para acompanhar as mudanças lexicais na discussão do tema, organizou-se esta parte da tese em tópicos ordenados a partir dos projetos políticos veiculados pelos jornais.

Antes de explorarmos os projetos especificamente, analisamos os principais temas e o espaço de circulação dos impressos, com objetivo de mapear os posição dos jornais em relação à autonomia política do Reino do Brasil diante dos decretos das Cortes de Lisboa. Em seguimento, investigamos a defesa da autonomia do Brasil como corpo político da monarquia portuguesa pelos jornais fluminenses e o periódico baiano *Constitucional*. As ordens das Cortes, segundo os impressos, tentavam “recolonizar” e promover a desunião entre as províncias americanas. Acompanhando a crítica, emergiram propostas de unidade e autonomia do Reino do Brasil na configuração constitucional da nação luso-brasileira. Em oposição a esse projeto, periódicos como *Semanário Cívico*, *Compilador Constitucional Fluminense*, *O Conciliador* e *O Paraense* apresentaram avaliação bastante diferente dos jornais fluminenses e do *Constitucional*.

Em torno dos debates sobre a centralidade administrativa de Lisboa, intensificou-se, a partir de 1822, a formação de um espaço de discussão, alianças e rivalidades políticas interprovinciais com o protagonismo de periódicos e redatores. Nesta tese, com efeito, destacamos a abrangência interprovincial e regional do debate político entre os jornais,

inclusive, o confronto entre eles⁵³⁶. Pareceu-nos fundamental demarcar o relacionamento mais amplo dos impressos no Reino do Brasil, principalmente a expansão e sustentação das posições em torno da causa do Brasil ou da união com Portugal⁵³⁷.

Reforçamos que não existiam apenas duas propostas de organização do Reino Unido, como será destacado no último tópico deste capítulo. Para além do confronto político entre Rio de Janeiro e Lisboa, havia também projetos diferentes em cada província, grande parte deles movidos por forte ideal autonomista⁵³⁸. Ademais, províncias do Norte, como Grão-Pará e Maranhão, buscavam preservar espaços e circuitos econômicos e políticos diante da crescente animosidade e do empoderamento das autoridades fluminenses e lisboetas⁵³⁹.

Todavia, da narrativa criada pelos redatores analisados, prevalece a polarização entre propostas de centralização política no Rio de Janeiro ou em Lisboa. A outrora unidade em torno do projeto constitucional como alternativa ao Antigo Regime cedeu lugar ao conflito e à rivalidade entre grupos políticos. A divergência aqueceu o debate ao ponto de tornar possível a idealização de projetos de separação do Reino Unido.

⁵³⁶ Os conflitos entre grupos políticos e intelectuais nas províncias já foram analisados por uma longa e rica historiografia. Além dos que já foram citados, destacamos trabalhos como: FELDMAN, Ariel. “Na arena dos gladiadores periodiqueiros”: o Padre Carapuceiro e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). **História: Questões & Debates**, v. 48, p.365-388, 2009.; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. As Forças da Cidade: Vozes e Agentes de São Luís-MA nas páginas do jornal O Conciliador. **Anais da Intercom**, 2008.; RAMIRES, 2018.; SIQUARA, Marcelo. “Heróis Baianos! Às Armas! A glória vos chama”. **Anais do Encontro Estadual de História**, 2018.; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia (1821-1823)**. 2010. 311 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁵³⁷ Exemplo dessa movimentação é o envio de Felipe Neri Ferreira, um dos representantes da Junta de Gervásio, para o Rio de Janeiro com o objetivo de saudar o Príncipe Regente. Também é ilustrativo o envio de emissários fluminenses para Pernambuco com o objetivo de desestabilizar a política provincial e colocar no poder aliados de José Bonifácio. CABRAL, Flávio José Gomes. Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América portuguesa oitocentista. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 267-289, dez., 2015.; FELDMAN, Ariel. A mesma independência: A atuação pública de um unitário pernambucano (1822–1823). **Tempo (Brazil)**, v. 20, p. 1–21, 2014.; MELLO, 2004.

⁵³⁸ MELLO, 2004.

⁵³⁹ A imposição do Rio de Janeiro como centro do poder político em oposição a Portugal aconteceu em um processo marcado por avanços e retrocessos e uma temporalidade diferente para cada região do Brasil. Se nas províncias do sul ele foi mais rápido e teria sido “finalizado” com a invasão da Bahia, no norte durou anos e foi marcado por intensas negociações políticas e conflitos civis e militares. As diferentes temporalidades e os processos singulares foram analisados por diversos historiadores, que deixam claro não apenas as disparidades do desenlace dos processos, como também os diferentes projetos, disputas e conjunturas de cada região. GALVES, Marcelo Cheche. Sobre las luchas contra la Independencia en la América portuguesa: Los “portugueses” de la provincia de Maranhão. **Nuevo mundo mundos nuevos**, fev., 2013.; GALVES, 2010.; SLEMIAN, Andrea. En la Corte, más allá de la Corte: la construcción de un proyecto de Independencia para Brasil. **Nuevo mundo mundos nuevos**, fev., 2013.; SILVA, Ana Rosa Cloctet da. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p.515-555; MACHADO, 2015.; SILVA, 2012.

Esse capítulo foi dividido em quatro tópicos baseados nos projetos políticos dos jornais. No primeiro, fizemos uma abordagem geral dos periódicos que circularam no Brasil entre as notícias do Fico até a chegada da convocação da Constituinte nas províncias. Nesse tópico, analisamos as citações que os impressos faziam uns dos outros, bem como os principais vocábulos do *Constitucional*, *Espelho*, *Reverbero*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Conciliador do Maranhão* e *Semanário Cívico*, analisados no *Iramuteq*.

No segundo tópico tratamos do projeto alcunhado de “autonomista”. Para entendermos as ideias e vocábulos dos jornais que o divulgaram, fizemos, primeiro, a análise do vocabulário e dos temas de forma quantitativa através da ferramenta computacional, e depois exploramos o conteúdo dos periódicos para entendermos a relação entre suas linguagens e propostas com o contexto político da monarquia portuguesa. Dinâmica semelhante foi feita no terceiro tópico, quando analisamos o projeto “unitário”. Por fim, a quarta parte explorou as propostas veiculadas pelos jornais pernambucanos que se diferenciam das duas anteriores. Ao fim de cada tópico fizemos notas de conclusão para sintetizarmos o que foi discutido.

3.1. A intensificação do debate entre os periódicos brasileiros na primeira metade de 1822

A permanência do Príncipe Regente Pedro no Rio de Janeiro, apoiada por setores de algumas províncias em flagrante desobediência às ordens das Cortes de Lisboa, ecoou de maneira explosiva nos periódicos que circularam no Brasil. Se, no início de 1821, era possível perceber em alguns jornais comunhão em torno do projeto constitucional, o ano de 1822 foi marcado pela crítica e desilusão com a constituinte reunida em Lisboa⁵⁴⁰. O progressivo esgarçamento na relação entre as Cortes e alguns periódicos publicados no Brasil foi acompanhado por intenso debate, o que contribuiu para o crescimento quantitativo de jornais e edições em circulação, como podemos ver na Tabela 3 abaixo⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Da revolução de 1820 à independência brasileira. In: _____. **Nova história da expansão portuguesa o império luso-brasileiro (1750-1822)**. Lisboa: Editora Estampa, 1986, p. 400.

⁵⁴¹ Salientamos que a tabela não mostra as edições analisadas neste capítulo, mas os números que circularam entre as datas de recorte. Na exploração dos periódicos respeitamos, assim como fizemos na primeira parte desta tese, a chegada das notícias em cada jornal, de forma a considerar as diferenças temporais entre as regiões, visto que as notícias levavam até três meses para sair do Rio de Janeiro e chegar no Maranhão e no Pará, por exemplo.

Tabela 3 - Edições localizadas que circularam na primeira metade de 1822.

	Periódico	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1.	Compilador Constitucional (RJ)	3	4	5	2		
2.	Conciliador do Maranhão (MA)	9	8	9	8	9	8
3.	Constitucional (BA)				9	12	13
4.	Correio do Rio de Janeiro (RJ)				18	24	20
5.	Diário Constitucional (BA)		10	24	3		
6.	Folha Medicinal do Maranhão (MA)			3	6	2	
7.	Gazeta do Governo Temporário (PE)						1
8.	Idade d'Ouro (BA)			1	1		
9.	Malagueta (RJ)	4	2	4	8	9	2
10.	O Espelho (RJ)	8	10	11	11	9	8
11.	O Macaco Brasileiro (RJ) ⁵⁴²						10
12.	O Papagaio (RJ)					4	3
13.	O Paraense (PA)					3	9
14.	Relator Verdadeiro (PE)	1	1	1		1	
15.	Reverbero Constitucional (RJ)	5	4	4	5	6	4
16.	Sabatina Familiar (RJ)	1					
17.	Segarrega (PE)	2	2	1	2	2	1
18.	Semanário Cívico (BA)	5	4	3	4	4	4
	Total	38	45	66	77	85	83

Fonte: Dados recolhidos dos jornais analisados.

A tabela nos ajuda a entender a dinâmica da imprensa do Brasil. Vemos, por meio dela, que o número de edições que circulavam, já crescente desde meados de 1821, continuou aumentando graças ao intenso debate que ocorreu entre esses periódicos devido às diferenças programáticas e aos desentendimentos entre seus redatores. Defensores de grupos e projetos políticos distintos, em nível regional, continental e imperial, os escritores expuseram de forma sistemática suas ideias ao mesmo tempo em que criticaram seus rivais.

⁵⁴² O jornal não era datado, o que dificultou a localização das edições na tabela. A única indicação de data que encontramos foi o momento em que o “Macaco”, personagem fictício que escrevia o periódico, fugiu do seu cativeiro e se fez livre, no dia 24 de maio. Como não conseguimos determinar com precisão os dias das edições, optamos por colocar todas em junho, mas não as analisar nesse capítulo, já que, no Rio de Janeiro, a data limite dos jornais é o início desse mês. Sobre mais informações a respeito do periódico e de sua circulação, conferir: LUSTOSA, Isabel. O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência. **Revista de USP**, n. 58, p. 92–103, 2003.

Ainda em análise dos dados da Tabela 3, destacamos o surgimento de quatro periódicos. Em abril, foi a público o *Correio do Rio de Janeiro*⁵⁴³, escrito pelo negociante português João Soares Lisboa⁵⁴⁴. A publicação do *Correio* é importante não apenas pela sua quantidade e regularidade, já que saiu diariamente e quase sem interrupções por quase seis meses, mas também pelas suas ideias e causas defendidas. O periódico destacou-se por interceder e argumentar de forma sistemática a favor da instalação da constituinte no Brasil, bem como por organizar a representação em que se requereu ao príncipe a convocação da Assembleia⁵⁴⁵. Nesse sentido, Soares Lisboa, que também assumiu a direção da Tipografia de Silva Porto em maio de 1822, participou ativamente das movimentações políticas ocorridas na Corte e teve importante atuação nas transformações da primeira metade daquele ano.

O segundo destaque é a mudança do periódico baiano *Diário Constitucional* para *O Constitucional*. Ainda escrito por Francisco Gomes Brandão e Francisco José de Almeida Corte Real e publicado na Tipografia de Viuva Serva, e Carvalho, a alteração se deu porque o jornal não conseguiu cumprir a promessa de ser diário⁵⁴⁶, em grande parte, devido às agitações e convulsões em Salvador. Além disso, no transcorrer dos confrontos civis e militares, os redatores se refugiaram no Recôncavo, onde Gomes Brandão foi nomeado representante da vila de Cachoeira⁵⁴⁷. Como seu predecessor, o jornal manteve o posicionamento favorável aos periódicos do Rio de Janeiro e defendeu exaustivamente a permanência de Pedro no Brasil em contraponto ao *Semanário Cívico* e ao *Idade d'Ouro*, outros periódicos de sua província.

⁵⁴³ Publicado inicialmente na Tipografia de Silva Porto, em 1823 passou a ser impresso na Tipografia Torres e Costa. Cada edição custava 80 réis, e pela subscrição trimestral era cobrado 5000 réis.

⁵⁴⁴ Para uma análise específica do periódico e seu redator: FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. **Negócios, impressos e política:** a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824). 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. João Soares Lisboa contra a Bonifácia: a experiência hispano-americana durante o exílio contra o “Despotismo Tugal”. **Outros Tempos:** Pesquisa em Foco - História, v. 19, n. 33, p. 193–229, 2022.; VIANNA, 2011. LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estados de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “ano constituinte”. **Revista de História das Ideias**, v. 40, p. 139-160, 2022.

⁵⁴⁵ A Representação foi entregue pelo Presidente do Senado da Câmara ao Príncipe Regente Pedro, em 23 de maio de 1822. Além do pedido para que fosse convocada a Constituinte, também houve um espaço de escolha, por parte dos assinantes, a fim de opinarem se a eleição dos deputados seria por voto direto ou indireto. O documento foi organizado por Soares Lisboa juntamente com outros jornalistas, tais como Joaquim Gonçalves Ledo, escritor do *Reverbero*, e teve como principal espaço de discussão para sua formulação e recolhimento das assinaturas a Tipografia de Silva Porto, estabelecimento dirigido por Lisboa. Sobre o documento e a discussão eleitoral, conferir: MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do Oitocentos:** entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

⁵⁴⁶ **Diário Constitucional**, n. 37, 03 de abril de 1822.

⁵⁴⁷ SOUZA FILHO, 2010, p. 182.

Já mais ao norte do Brasil, dois impressos trouxeram novidades para os espaços públicos. No Maranhão, o *Folha Medicinal Maranhense*, escrito pelo médico Manuel Rodrigues de Oliveira, fez oposição ao *Conciliador do Maranhão* como representante de um grupo político insatisfeito com o governo de Pinto da Fonseca. Sua existência foi curta porque a única tipografia da província era justamente a dirigida por um dos redatores do *Conciliador*, que interrompeu a publicação do *Folha*. Todavia, no pouco tempo de existência, o jornal deu nova interpretação aos acontecimentos maranhenses e passou a criticar e tentar reescrever a história da adesão à Revolução do Porto na província.

Por fim, houve *O Paraense*⁵⁴⁸, único periódico do Pará analisado nesta tese. Escrito inicialmente por Felipe Alberto Patroni⁵⁴⁹, após sua prisão passou a ser redigido pelo padre João Batista Gonçalves Campos, que também seria preso. Além de ser o primeiro a ser publicado na província, o periódico foi espaço de crítica a elementos do governo local, principalmente o governador das armas⁵⁵⁰.

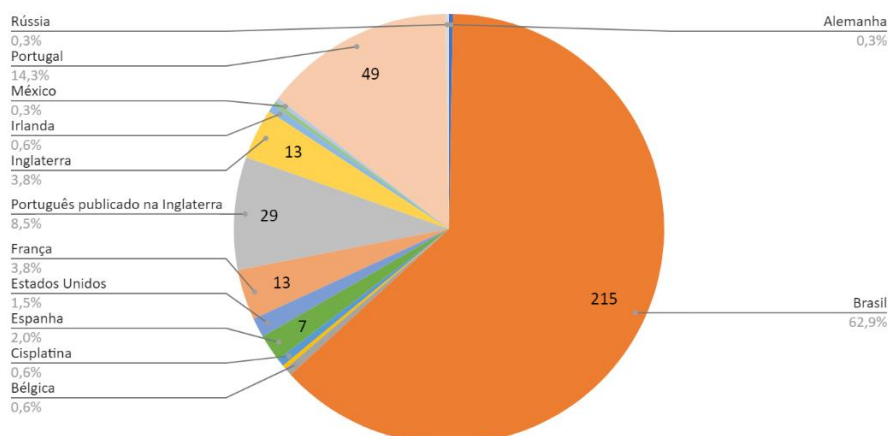
Com o surgimento desses jornais, houve uma alteração na geografia de periódicos citados. Para recordarmos os dados do capítulo anterior, lembramos que em 1821 identificamos 143 citações, sendo que 84 (58,74%) eram de jornais europeus, 53 (37,06%) de jornais do Reino do Brasil e apenas 4 (2,80%) de jornais da América. Já na primeira metade de 1822, grande parte dos papéis referenciados eram do Brasil, 215 (62,9%) das 344 coletadas.

⁵⁴⁸ Jornal publicado na Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello e Companhia.

⁵⁴⁹ Antes de redigir o *Paraense*, Patroni escreveu em Lisboa no ano de 1821 três números da *Gazeta do Pará*, publicação que, segundo Geraldo Mártires Coelho, buscava difundir o ideal vintista no Pará, o que deu início à indisposição da elite paraense com o autor. COELHO, 1993, p. 25.

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 101.

Gráfico 10 – Jornais citados pelos periódicos da primeira metade de 1822.



Fonte: Dados recolhidos dos periódicos analisados.

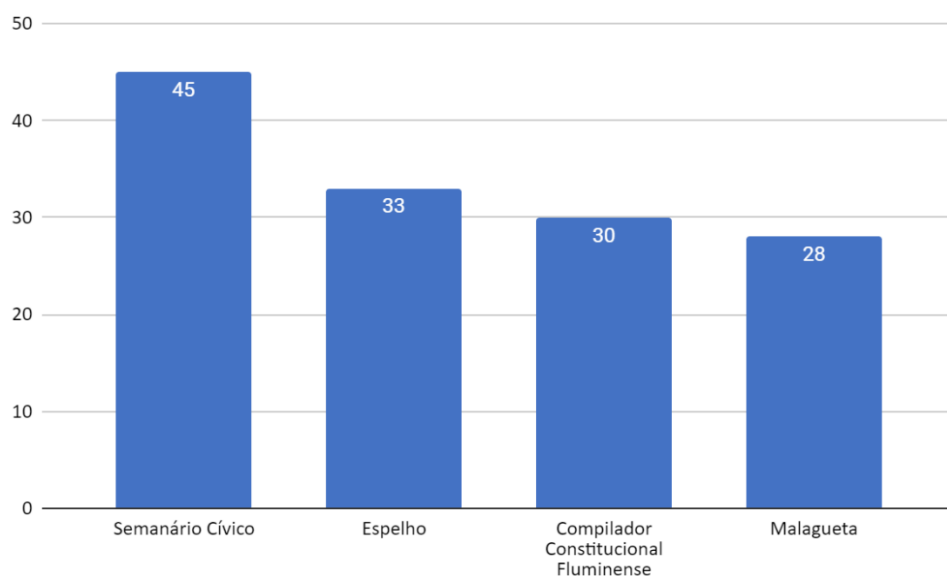
A mudança é ilustrativa do novo momento da imprensa publicada no Brasil. Ainda que os jornais europeus permanecessem como grandes fontes de referência, o debate progressivamente internalizou-se, mostrando maior preocupação com os problemas internos do Reino do Brasil. Para aumentar ainda mais esse número, destacamos que das 42 citações de jornais escritos na Inglaterra, 28 referiam-se ao *Correio Braziliense*, escrito por Hipólito da Costa. Embora editado em Londres, o periódico tinha como um dos principais objetos de preocupação a situação do Brasil, o que o tornou uma grande referência para os redatores analisados⁵⁵¹.

Das 215 citações de jornais do Brasil, 134 são de papéis do Rio de Janeiro. Em seguida, vinham os periódicos publicados na Bahia com 71 citações. Pernambuco e Maranhão completam as estatísticas com 6 e 4, respectivamente. Se invertermos a lógica dos dados e contabilizarmos os impressos que fizeram as citações, a predominância dos periódicos do Rio de Janeiro (124) e da Bahia (76) permanece.

⁵⁵¹ Hipólito da Costa é apontado como um dos principais jornalistas “brasileiros” do começo do século XIX. Segundo Isabel Lustosa, a grande causa do redator era o governo constitucional. A defesa do constitucionalismo passou a envolver, a partir dos debates das Cortes, argumentação em favor da igualdade entre Brasil e Portugal. Suas justificativas passavam pela necessidade de se manter unida a monarquia portuguesa, o que só seria possível, em sua opinião, a partir de reformas políticas e da igualdade entre Brasil e Portugal. Sobre o periódico e o redator existe uma longa bibliografia, a qual destacamos as seguintes obras: COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.; DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1957.; LUSTOSA, Isabel. *Correio Braziliense (1808-1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal*. In: DUTRA, Eliana de Freitas.; MOLLIER, Jean-Yves. (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.; RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

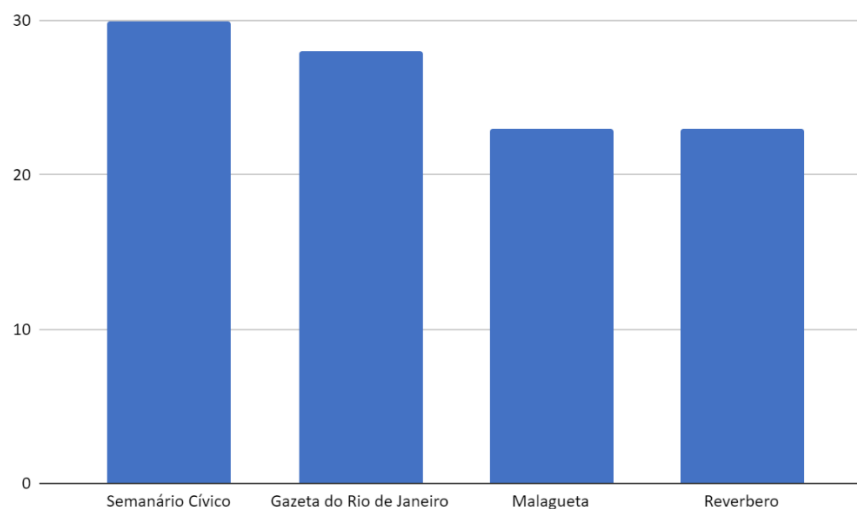
Os dados quantitativos nos mostram que os jornais fluminenses e baianos eram os mais polemistas. O *Semanário Cívico* foi o que mais citou jornais redigidos no Brasil, 45 vezes, seguido dos fluminenses *Espelho* (33), *Compilador Constitucional Fluminense* (30) e *Malagueta* (28). Já os jornais mais referenciados foram o próprio *Semanário Cívico* (30), seguido por *Gazeta do Rio de Janeiro* (28), *Malagueta* (23) e *Reverbero Constitucional Fluminense* (23).

Gráfico 11 - Jornais que mais fizeram citações na primeira metade de 1822



Fonte: Dados recolhidos dos periódicos analisados.

Gráfico 12 - Jornais brasileiros mais citados na primeira metade de 1822



Fonte: Dados recolhidos dos periódicos analisados.

As estatísticas apresentam três importantes questões a respeito da imprensa do Brasil da primeira metade de 1822. Primeiro, houve a intensificação dos diálogos entre os jornais publicados no Brasil. Em segundo, diminuiu a referência a jornais de fora da América portuguesa. Isso mostra como os redatores discutiam opiniões e fatos expostos principalmente por periódicos escritos no Brasil, remetendo-se mais raramente aos pontos de vista apresentados por impressos estrangeiros. Em terceiro, os jornais do Rio de Janeiro e da Bahia foram os protagonistas dessa discussão.

Se os dados quantitativos mostram a interiorização do debate no Reino do Brasil e o destaque dos jornais baianos e fluminenses, quais eram os principais temas que ocupavam os periódicos? Para responder à questão, buscamos analisar os dados oferecidos pelo *Iramuteq*, sobre as palavras mais frequentes em cada jornal. Os resultados encontram-se na Tabela 4 a seguir.

Nela, observamos alguns vocábulos como “Brasil”, “governo” e “Portugal” que aparecem bem posicionados em todos os jornais. A importância dos termos reforça a hipótese, antes proposta para o ano de 1821, de que os periódicos tinham como principal tema a política do Reino Unido.

Ao analisarmos os dados, vemos características específicas de alguns jornais. Por exemplo, a palavra povo não apareceu no *ranking* dos periódicos *Espelho* e *Conciliador*. A diferença pode ter ocorrido porque ambos não costumavam fazer longas discussões conceituais. Entretanto, a ausência da palavra não significa que o “povo” não tivesse importância na linguagem desses jornais, apenas não era central nos assuntos tratados.

Vemos, de mesmo modo, que a palavra “junta” não está presente nas colunas do *Reverbero* e do *Correio do Rio de Janeiro*. Isso não se deve simplesmente ao fato de os jornais serem impressos no Rio de Janeiro, mas sim porque não deram tanta importância às questões de governos provinciais quanto a outros assuntos. Um exemplo disso é o *Espelho*, publicado na mesma província, que deu ampla publicidade para decisões de governos provinciais na seção de notícias, o que fez com que as palavras “província” e “junta” ficassem bem posicionadas na tabela. Da mesma forma, a frequência dos vocábulos “junta” e “província” no *Constitucional*, no *Conciliador* e no *Semanário Cívico* esclarece como esses periódicos estavam envolvidos com a política local.

Tabela 4 – Estatística das palavras mais escritas por cada periódico na primeira metade de 1822.
(continua)

	Total	Constitucional ⁵⁵²		Espelho ⁵⁵³		Reverbero Constitucional Fluminense ⁵⁵⁴		Correio do Rio de Janeiro ⁵⁵⁵		Conciliador do Maranhão ⁵⁵⁶		Semanário Cívico ⁵⁵⁷	
Brasil	2219	Brasil	413	governo	512	Brasil	296	Brasil	414	governo	614	Brasil	212
governo	1959	governo	319	rio	478	liberdade	131	governo	233	brasil	511	governo	159
província	1261	junta	256	dia	383	estado	127	povo	229	junta	481	rio	150
junta	1138	província	240	província	373	governo	122	congresso	187	província	403	janeiro	138
rio	1124	Portugal	168	Brasil	373	Portugal	118	nação	181	dia	263	povo	123
dia	1098	congresso	155	cortes	345	constituição	112	cortes	169	parte	252	cidade	108
cortes	1033	povo	138	grande	323	grande	109	dia	168	rio	250	dia	107
Portugal	940	nação	134	José	307	povos	97	parte	147	congresso	250	câmara	103
congresso	907	províncias	127	janeiro	238	nação	95	Portugal	144	cortes	247	governador	96
janeiro	894	José	125	junta	234	príncipe	93	estado	134	Portugal	241	tempo	93
grande	847	reino	123	estado	230	sistema	92	tempo	133	mesma	230	junta	92
nação	816	Bahia	121	parte	223	janeiro	92	soberano	129	cidade	229	província	84
constituição	683	parte	118	artigo	193	povo	89	povos	128	senhor	227	Portugal	84
províncias	682	estado	111	Portugal	185	parte	87	liberdade	127	janeiro	227	cortes	84
mesma	682	janeiro	109	reino	183	cortes	87	lei	127	comissão	221	tropas	80

⁵⁵² Nesse capítulo, analisamos da primeira edição de 10 de abril de 1822 até a 40ª edição de 10 de julho de 1822.

⁵⁵³ Formaram o *corpus* desse capítulo os números que circularam entre a 16ª edição de 11 de janeiro de 1822 até a 58ª edição de 07 de junho de 1822.

⁵⁵⁴ Analisamos do 11º número de 22 de janeiro de 1822 até a 2ª edição do segundo tomo de 04 de junho de 1822.

⁵⁵⁵ Do *Correio*, analisamos do número 1 de 10 de abril de 1822 até o 47 de 05 de junho de 1822.

⁵⁵⁶ Analisamos da edição 85 de 04 de maio de 1822 até 116 de 21 de agosto de 1822.

⁵⁵⁷ Foram analisadas das edições 52 de 11 de fevereiro de 1822 até 71 de 11 de julho.

Tabela 4 – Estatística das palavras mais escritas por cada periódico na primeira metade de 1822.

(conclusão)													
Total	Constitucional		Espelho		Reverbero Constitucional Fluminense		Correio do Rio de Janeiro		Conciliador do Maranhão		Semanário Cívico		
José	663	dia	106	províncias	173	congresso	87	comissão	123	Maranhão	217	tropa	76
senhor	641	cortes	101	real	164	tempo	85	redator	122	nação	216	Bahia	76
povos	625	povos	100	congresso	163	Europa	82	rei	115	ordem	208	Pernambuco	75
cidade	621	maior	100	sessão	162	homens	78	deputados	115	artigo	203	constitucional	74
maior	619	Tempo	99	rei	162	brasileiros	78	grande	107	constituição	185	província	72

Fonte: Tabela criada pelo *Iramuteq* a partir dos dados recolhidos dos periódicos analisados.

Também chama atenção o fato de a palavra “liberdade” só aparecer nas colunas do *Reverbero* e do *Correio do Rio de Janeiro*. Ainda que fosse um vocábulo comum a outros jornais, como destacado por Neves⁵⁵⁸ e como notamos no ano de 1821, chama atenção a frequência da palavra nos dois periódicos, algo que trataremos com mais detalhes adiante⁵⁵⁹.

Agora, vejamos a coluna referente à contagem total, que reúne todos os termos escritos nos jornais. Em comparação com os dados de 1821, “Brasil” passou a ser a palavra mais escrita (posição anteriormente ocupada pela palavra “governo”). A mudança ilustra como o futuro do Brasil se tornou o principal tema dos periódicos, ainda que as dinâmicas regionais, representadas pelos vocábulos “junta” e “província”, permanecessem como elementos de frequente preocupação por parte dos redatores.

Chama atenção também o aparecimento da palavra “Congresso”, alteração que se relaciona ao debate da convocação da Constituinte no Brasil e a sequência de críticas feitas às Cortes de Lisboa. Por fim, destacamos que a palavra “constituição”, uma das mais mencionadas por todos os jornais em 1821, restringiu-se, em 1822, ao *Reverbero*, ao *Conciliador* e ao *Semanário*. A justificativa para a queda talvez esteja na mudança do *locus* do debate, que deixou de ser as conquistas constitucionais e passou à disputa entre os projetos políticos⁵⁶⁰.

Consideramos ainda que a diminuição da frequência do vocábulo constituição não é um indício de perda de importância. Enquanto no ano de 1821 houve forte e constante propagação por parte dos periodistas do conceito de constituição, em 1822, não se verificou a mesma intensidade. Neste ano o tema central não era mais o significado ou vocábulo constituição, mas como garanti-la diante de alegadas ameaças às conquistas liberais e constitucionais, como veremos mais adiante.

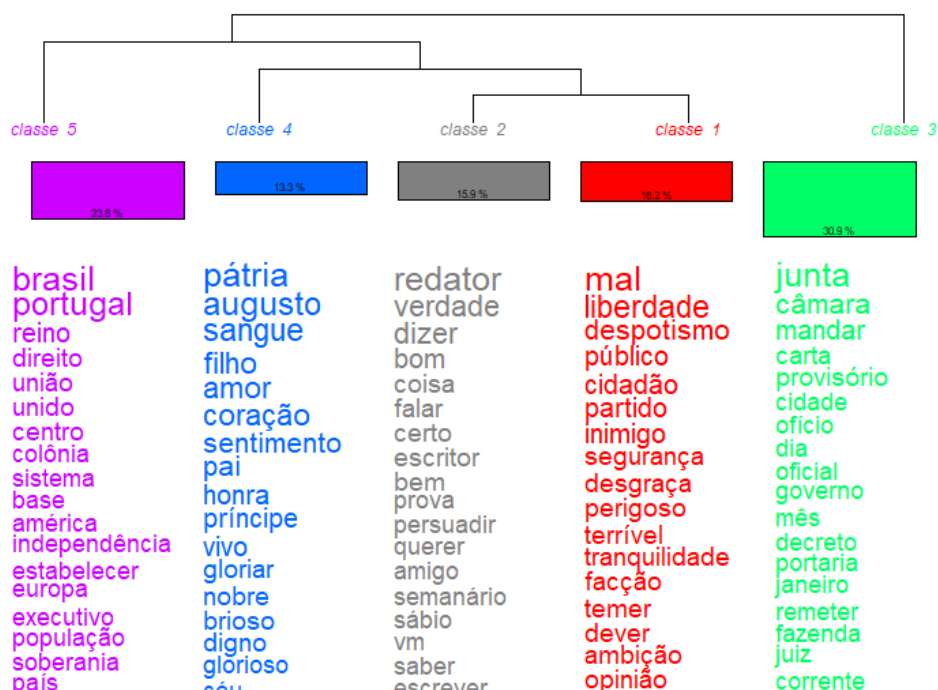
⁵⁵⁸ NEVES, 2003.

⁵⁵⁹ A constatação do vocábulo nesses periódicos aponta para uma continuidade de sua importância em comparação com o ano de 1821. Essa semelhança linguística vai ao encontro do que vem sendo percebido pela literatura a respeito da afinidade vocabular entre ambos os jornais, os quais, muitas vezes, são apontados como aliados. A utilização e o significado da liberdade em ambos foram analisados à luz do contextualismo linguístico por obras como as de Lúcia Neves, Jorge Vinícius Vianna e Virgínia Silva, por exemplo. Percebe-se, em geral, a preocupação com as liberdades individuais e intensa discussão a respeito dos limites que deviam ser impostos para evitar o abuso dessas liberdades. Essas e outras utilizações serão analisadas no decorrer desse capítulo. LUSTOSA, 2000.; NEVES, 2003.; OLIVEIRA, 1999.; SILVA, Virgínia Rodrigues da. O Revérbero Constitucional Fluminense, imprensa e constitucionalismo na Corte na Independência. *Almanack Brasileiro*, n. 10, p. 171-179, 2009.; VIANNA, 2011.

⁵⁶⁰ Segundo Lúcia Neves, uma resposta às ordens das Cortes de 1821 foi a organização de uma “resistência” àquela instituição que uniu grupos distintos no Rio de Janeiro. Segundo a mesma autora, o ano de 1822 é o momento em que os diversos projetos se manifestam, colocando no centro do debate as diferenças políticas entre os grupos. NEVES, 2003, p. 292, 311.

Além da frequência absoluta mostrada acima, podemos observar no gráfico abaixo nova análise dos vocábulos e temas veiculados pelos periódicos em 1822. Vejamos que na Classe 1 constam palavras relacionadas a características negativas, como “mal”, “despotismo”, “partido” e “inimigo”, mas também alguns substantivos como “liberdade”, “público”, “cidadão” e “tranquilidade”. No método de análise Reinert, o contraste mostra conceitos e adjetivos antitéticos utilizados pelos jornalistas para depreciar os opositores ou elogiar aliados.

Gráfico 13 – Método Reinert dos jornais que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

A Classe 2, por sua vez, apresenta verbos, substantivos e adjetivos associados à imprensa, tais como “redator”, “verdade”, “persuadir”, “escritor” e “amigo”. De certa forma, essa classe reúne termos utilizados por correspondentes e redatores para se referirem entre si, como o “Sr. Redator”, muito comum no início das correspondências, mas também mostram o papel que esses impressos e seus colaboradores se atribuíam, isto é, o de “falar” a “verdade” e o de “persuadir”.

A Classe 3 refere-se às discussões sobre Cortes e ordens do governo. Por isso, os vocábulos “junta”, “câmara” e “mandar” estão em primeiro lugar, pois aparecem majoritariamente em seções de ofícios, leis e extratos de debate das Cortes, ocupando bastante espaço em alguns jornais.

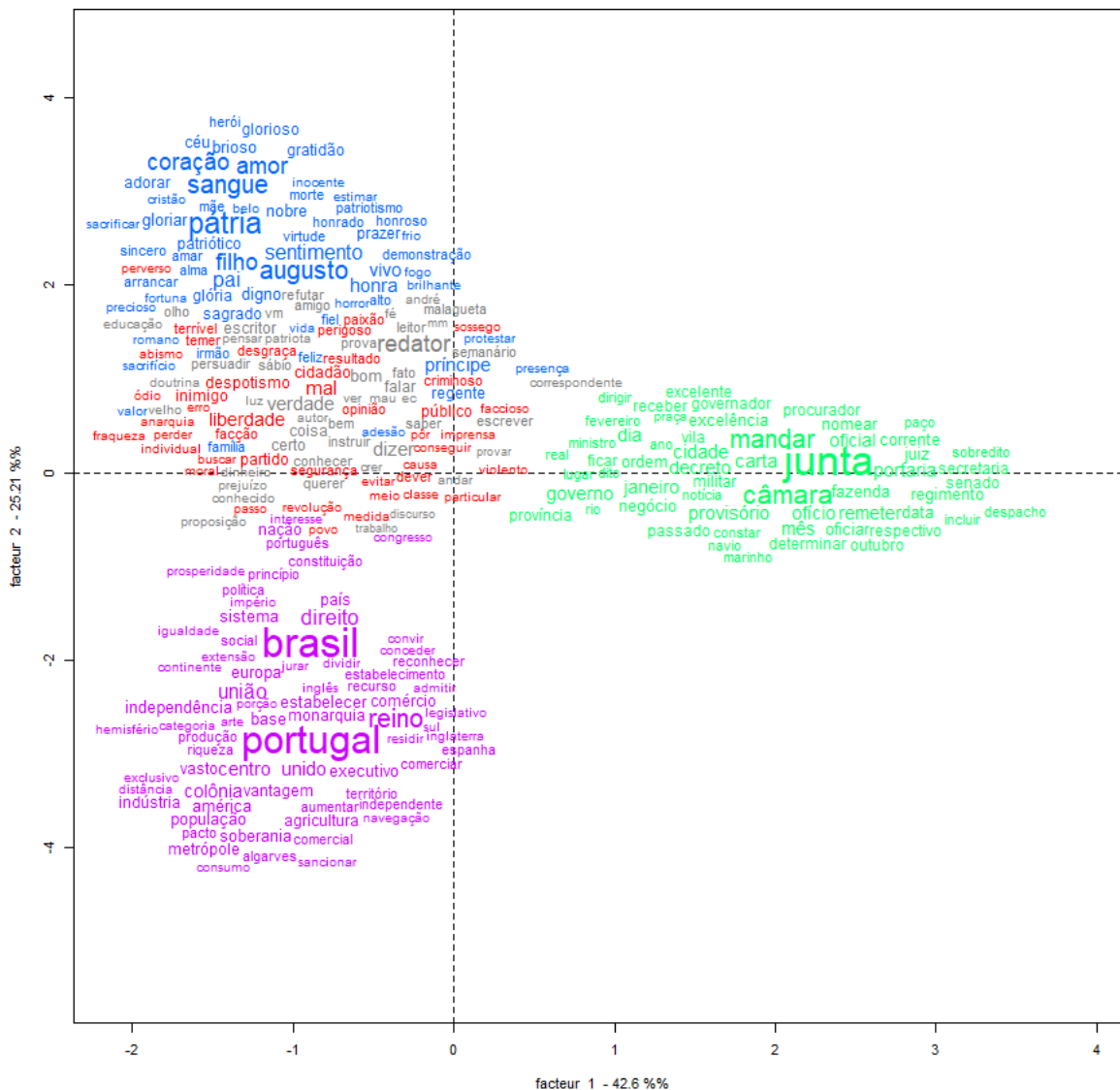
Já a Classe 4 contém palavras associadas às questões políticas, inclusive à Família Real. Assim, “pátria”, “augusto”, “sangue” e “amor” estão correlacionadas e apontando para as estratégias retóricas utilizadas pelos periodistas. Vemos nessa classe interessante mescla entre termos de cunho político, como “pátria”, e outros relacionadas à família real, como “augusto” e “príncipe”. Nela também encontramos os adjetivos “nobre”, “digno” e “brioso”, e alguns vocábulos de cunho sentimental, como “amor”, “coração” e “sentimento”. O conjunto salienta a forma com que os jornais, assim como fizeram em 1821, defenderam seus projetos políticos e buscaram mobilizar os leitores a partir de palavras com apelo patriótico e emocional.

A Classe 5 é formada por vocábulos políticos que ilustram os espaços de debate, quer dizer, “Brasil” e “Portugal”. Também encontramos como principais assuntos “união” do “reino” “unido” e a defesa do “direito” dos cidadãos e dos reinos. Observamos nesse grupo como elemento central do debate a existência de um “centro” no Brasil para evitar que o reino, segundo alguns dos periodistas, voltasse a ser “colônia”.

Se o Gráfico 13 apresenta as classes separadas, o Gráfico 14 abaixo mostra a interação das famílias lexicais entre si nos textos. Vejamos que as classes 1 (vermelho), 2 (cinza) e 4 (azul) encontram-se no mesmo quadrante do gráfico, indicando correlação entre os termos que as compõem. A proximidade entre elas e a mistura de suas palavras mostra a mescla de vocábulos como “escrever”, “verdade” e “persuadir”, com outros como “inimigos”, “facções”, “partidos”, “liberdade”, “causa”, “pátria” *etc.* Tais dados indicam a preocupação dos periodistas com questões do Reino Unido, apontando conceitos e inimigos do que entendiam como sua causa política.

Vemos também que mais distantes dessas três classes e isoladas em quadrantes aparecem as classes 5 (roxo) e 3 (verde). Sobre a Classe 3, percebemos que o emprego de “junta”, “câmara” e “mandar” acontecia em espaços textuais distintos. Isso porque os jornais separavam em seções as notícias, ordens oficiais e debates que ocorriam nas Cortes, onde esses termos eram frequentes, fazendo com que essas palavras fiquem mais afastadas, estatisticamente, das outras.

Gráfico 14 - Gráfico AFC dos jornais que circularam das notícias do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Por fim, a Classe 5 aparece próxima, ainda que não misturada, das outras três, demonstrando que, ao mesmo tempo em que existe correlação com os outros agrupamentos (principalmente da palavra “nação”), os vocábulos dessa família lexical guardavam alguma distância nos textos. Seu posicionamento mais abaixo no gráfico é o resultado da utilização de alguns termos que nela estão localizados (principalmente os de cunho econômico como “colônia”, “indústria”, “comércio” e “agricultura”), em espaços particulares nos jornais, algo que discutiremos mais adiante.

Diante da tabela e dos gráficos, podemos ver que o principal assunto desses periódicos era a política. Isso nos é revelado pela [Tabela 4](#), onde palavras como “Brasil”, “Governo”, “Província” e “Cortes” destacaram-se entre as mais frequentes. A mesma conclusão é reforçada a partir da análise no Método Reinert do [Gráfico 13](#), onde grande parte dos vocábulos em destaque são relacionados à política.

Para concluir essa parte, salientamos que ainda que alguns jornais, principalmente os baianos e os maranhenses, dessem muita importância às questões provinciais, quando analisamos as referências feitas pelos jornais entre si e os temas expostos no *cluster*, podemos concluir que o cerne do debate era o contexto e as disputas quanto à organização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esses jornais, mesmo preocupados e envolvidos com problemas de suas províncias, relacionavam os casos regionais a um debate mais abrangente geograficamente, conectando diferentes realidades e articulando os diversos projetos políticos à discussão que ocorria no espaço político português. Vamos, agora, entender um dos projetos veiculados pelos periódicos, o projeto “autonomista”.

3.2. O projeto autonomista

A permanência do príncipe após as ordens de retorno das Cortes ocorreu em flagrante desobediência aos decretos lisboetas e representou, segundo Renato Lopes Leite, o “divórcio” entre o Brasil e o Soberano Congresso⁵⁶¹. Percebemos, a partir de então, o esgarçamento das relações entre grupos políticos do Centro-Sul do Brasil com o Congresso, que até então bem-visto e admirado por portugueses de ambos os lados do Atlântico, passou a sofrer uma série de ataques que corroeram seu prestígio e autoridade, desfazendo a “ilusão de um único Império constitucional”⁵⁶².

Ainda que correndo o risco de simplificação, utilizamos a nomenclatura “autonomistas” para designar periódicos que defendiam maior independência política e administrativa para o Reino do Brasil. Como discutiremos adiante, não consideramos o grupo homogêneo, mas indivíduos que compartilharam objetivo semelhante durante determinado espaço de tempo. A alcunha escolhida não tem, nem pretende ter, correspondência histórica, já que não era utilizada

⁵⁶¹ LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

⁵⁶² NEVES, 2003. p. 22.

pelos sujeitos da época (ainda que dissessem defender a “autonomia” do Brasil). Trata-se de uma maneira didática de se referir ao grupo de forma a tornar a escrita e a leitura mais fluídas.

O discurso político de insatisfação, nos jornais autonomistas, foi realizado dentro do contexto linguístico constitucional que se consolidou durante o ano de 1821. Ainda que críticos às Cortes, os projetos adequaram-se à linguagem constitucional, conformando-se aos limites e às normas da sociedade em que circularam⁵⁶³. Por isso, ao criticar o Congresso, os autonomistas tiveram que resolver uma séria questão: como justificar a autonomia em relação às Cortes dentro de uma sociedade que as via como responsáveis por formular a constituição?

3.2.1. Política, economia e sociedade: os temas e as palavras nos periódicos

A discussão da autonomia do Reino do Brasil ganhou forte impulso com chegada dos deputados de São Paulo nas Cortes de Lisboa. Das formulações discutidas no Brasil, a representação paulista propôs aditamento à Constituição portuguesa, em julho de 1822. De acordo com Ana Cristina da Silva, como justificativa afirmavam que “as localidades e circunstâncias do Brasil o diferenciavam essencialmente de qualquer ‘sistema europeu’”, e exigiam que fossem instituídos um congresso na América e outro na Europa, cada um dotado da capacidade de legislar para si próprio⁵⁶⁴. A discussão acerca da existência de dois congressos fez com que parte dos deputados do Brasil se unisse em torno da proposta paulista, deixando mais clara a oposição que se formava nas Cortes entre “portugueses da América” e “portugueses da Europa”.

Se a busca pela autonomia político-administrativa da América lusa estava em curso no Congresso, o mesmo ocorria nos jornais publicados no Brasil. Com todo o debate e proposições de autonomia, emergiram propostas políticas que defendiam a autonomia do Reino do Brasil através de um vocabulário político que sofreu poucas alterações semânticas, mas que foi utilizado com outros objetivos, acarretando novos sentidos às palavras. Com isso, os autonomistas ao adaptarem alguns termos através de seus atos de fala foram capazes de realizar *lances* linguísticos que culminaram na reinterpretação de vocábulos já conhecidos, o que deu base de mobilização e ação para suas propostas. Para entendermos como se deu esse processo, o que se segue foi organizado da seguinte forma: primeiro faremos uma análise dos vocábulos

⁵⁶³ SKINNER, 1996, p. 12.

⁵⁶⁴ SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. Nação federal ou Nação bi-hemisférica?: O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o “modelo” colonial português do século XIX. **Almanack Braziliense**, n. 9, p. 68-83, maio, 2009.

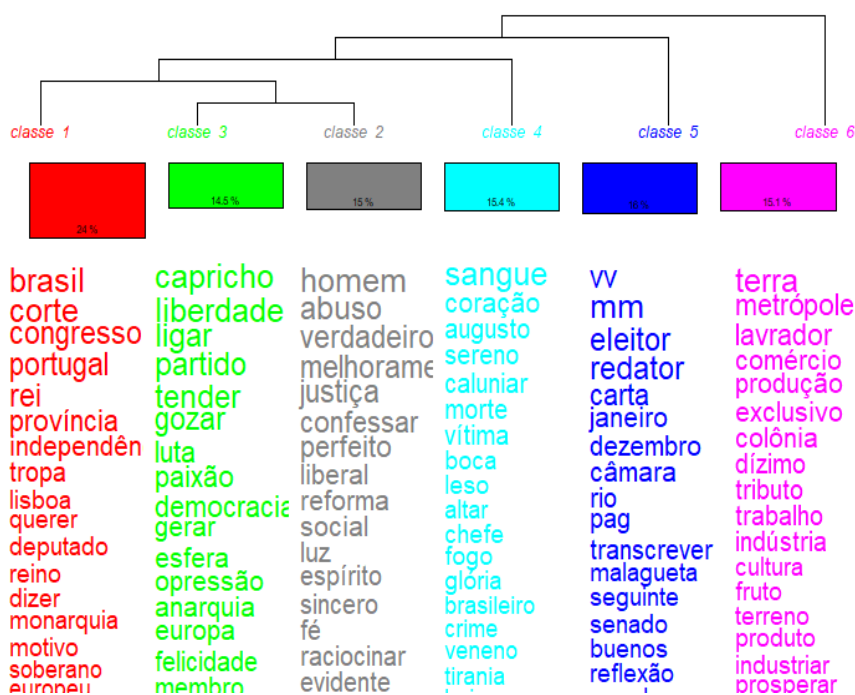
dos jornais *Reverbero*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Espelho* e *Constitucional* a partir do *Iramuteq*, e depois vamos explorar os conteúdos dos jornais autonomistas para entendermos como suas propostas se conectavam com a dinâmica política da nação portuguesa.

3.2.1.1. O Brasil, o príncipe e o Reino Unido

A primeira etapa desta parte da análise consiste na utilização do Método Reinert, que permite acessar o mundo léxico dos impressos, já que o *software Iramuteq* parte de dados quantitativos e qualitativos para formar as classes de relação entre as palavras. O procedimento apresenta alguns lugares de enunciação⁵⁶⁵ e espaços comuns dos discursos dos periódicos⁵⁶⁶.

Iniciamos com o *Reverbero*:

Gráfico 15 – Método Reinert das edições do *Reverbero* que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

No gráfico acima, apresentamos o gráfico do *Reverbero* da primeira metade de 1822⁵⁶⁷. Na Classe 6, as palavras predominantes “terra”, “metrópole”, “lavrador”, “comércio” e

⁵⁶⁵ ALBA, 2004.

⁵⁶⁶ KALAMPALIKIS, 2005.

⁵⁶⁷ Nessa etapa, analisamos da edição 11 de 22 de janeiro de 1822 do primeiro tomo até a edição 2 de 04 de junho de 1822 do segundo tomo, totalizando 20 números do periódico.

“produção” relacionam-se à representação no periódico de atividades econômicas. Algumas correspondências comentaram questões do mundo produtivo, como a do *Aventureiro*⁵⁶⁸, a de *J.A.L.*⁵⁶⁹ e duas anônimas⁵⁷⁰, que propunham o melhoramento das finanças do Rio de Janeiro, além de críticas ao exclusivo comercial. O periódico também publicou alguns extratos de Pradt com considerações ao exclusivo comercial e expôs longa discussão acerca do “dízimo”⁵⁷¹.

Essas e outras publicações do *Reverbero* a respeito da questão econômica encontram-se separadas nessa classe, com a centralidade da palavra “terra”. Isso ocorre graças à uma interpretação que indica elementos da linguagem fisiocrática, de que as riquezas eram “fruto” da “terra”, combinação de palavras que aparecem juntas pelo menos sete vezes⁵⁷². Além disso, o *cluster* destaca o debate em torno do “exclusivo” comercial, momento de críticas à suposta intenção dos portugueses de reduzir o Brasil ao estado de “colônia”⁵⁷³.

Já a Classe 5 relaciona-se à sessão de cartas do jornal. No período em análise, publicaram-se doze correspondências, muitas vezes, iniciadas com a expressão “Sr. Redator” ou, no caso do *Reverbero*, “Redatores”. As duas primeiras palavras da classe, “vv” e “mm” eram formas de tratamento utilizadas pelos correspondentes para se dirigirem a terceiros, e normalmente utilizadas em conjunto, como “vv. mm.” e “v. m.”, abreviatura de “Vossa Mercê”⁵⁷⁴. Esse grupo de palavras repetiu-se em quase todos os periódicos, já que tinham um espaço reservado para as cartas do público.

Ainda na classe vemos tanto a palavra “eleitor”, que aparece por ser uma forma de se dirigir a outras pessoas, mas também porque foi assunto de três longas correspondências, o que causou o aumento estatístico do termo em relação às outros desse grupo. Da mesma forma, “Malagueta” refere-se ao periódico fluminense que foi respondido de forma sistemática em carta inserida na edição 23. Por fim, as outras relacionam-se à data das correspondências ou dos

⁵⁶⁸ **Reverbero**, n. 20, tomo 1, 26 de março de 1822.

⁵⁶⁹ **Reverbero**, n. 28, tomo 1, 21 de maio de 1822.

⁵⁷⁰ **Reverbero**, n. 20 e n. 14, ambos do tomo 1.

⁵⁷¹ **Reverbero**, n. 24, tomo 1, 23 de março de 1822.

⁵⁷² Estão presentes nas edições 24 e 25 do tomo 1.

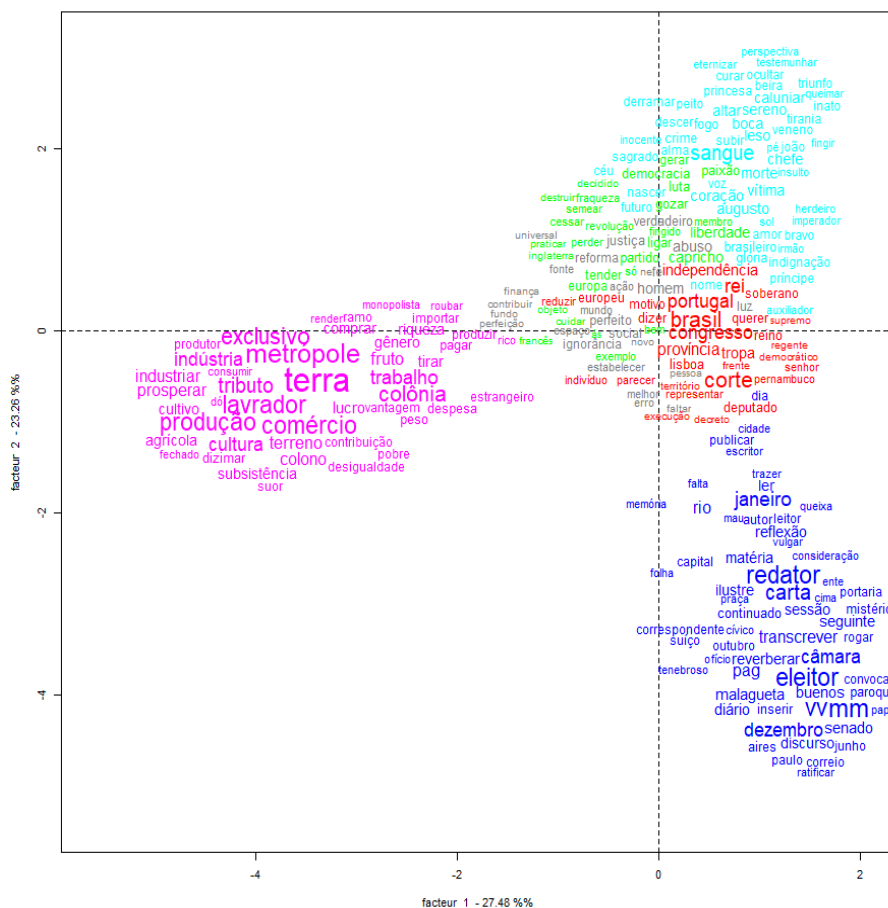
⁵⁷³ Além do envolvimento com o debate acerca da recolonização, a palavra “colônia” também aparece nessa classe graças a uma correspondência anônima que refletiu sobre a situação da colônia suíça estabelecida no Rio de Janeiro. **Reverbero**, n. 21, tomo 1, 02 de abril de 1822.

⁵⁷⁴ Antigamente eram abreviaturas de “Vossa Mercê” ou “Vossas Mercês”.

acontecimentos que elas descrevem e locais, como o “Rio” de Janeiro, a “Câmara”, o “Senado” e “Buenos” Aires⁵⁷⁵.

Vejamos, então, a Classe 1. Nela estão palavras que se repetem em quase todos os jornais e representam os principais temas debatidos pelos periódicos no primeiro semestre de 1822. Os termos são, entre outros, “Brasil”, “Corte”, “Congresso” e “Portugal”, representando a discussão relacionada à política luso-brasileira. Também consta “independência”, que aparecia de três formas: ao tratar das independências americanas; ao ser apontado como algo a ser evitado; e, por fim, a busca pela independência como “autonomia”, mas não como ruptura ou separação.

Gráfico 16 - Gráfico AFC do *Reverbero* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



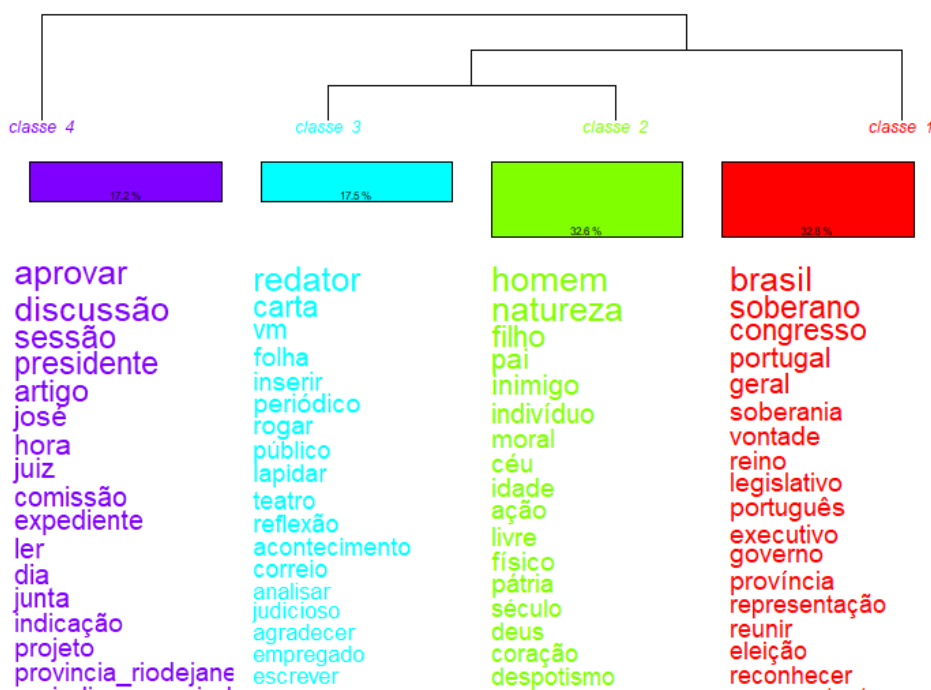
Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

⁵⁷⁵ Essa palavra não apareceu em qualquer correspondência, sendo mais comum em editoriais, notícias e extratos. Acreditamos que sua presença se deve ao fato de que as notícias e os extratos vinham de terceiros, isto é, outros periódicos ou pessoas, o que causou uma proximidade entre ela e o grupo.

Se observarmos o gráfico acima, veremos como as classes se dispõem no texto. Nota-se o isolamento das classes 6 (rosa) e 5 (azul). A separação indica relação mais intrínseca entre as palavras dessas classes, raramente entrelaçadas com demais. De outro modo apresentam-se as classes 1 (vermelho), 2 (cinza), 3 (verde), e 4 (azul claro) muito misturadas. Isso ocorre porque os principais temas do jornal, expostos pela Classe 1, eram debatidos a partir de conceitos, adjetivos, substantivos e verbos expostos pelas classes 2, 3 e 4. Vejamos que “Portugal”, “Brasil” e “Congresso” aparecem acompanhadas de “homem”, “abuso” e “verdadeiro” (Classe 2), “capricho” e “liberdade” (Classe 3) e “sangue”, “coração” e “augusto”.

Passemos à análise do *Correio do Rio de Janeiro*, outro jornal fluminense.

Gráfico 17 – Método Reinert do *Correio do Rio de Janeiro* das edições que circularam até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Correio.

No gráfico do *Correio*⁵⁷⁶, podemos verificar na Classe 4 as seções do periódico sobre os debates das Cortes ou artigos oficiais, o que explica palavras como “aprovar”, “comissão”,

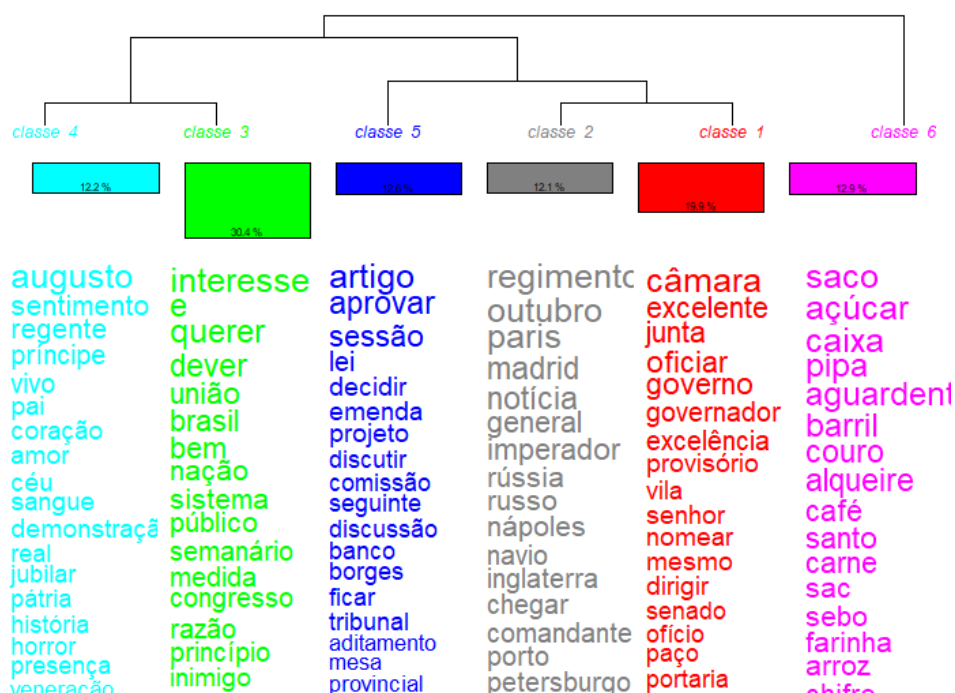
⁵⁷⁶ Foram analisadas quarenta e seis edições. Começamos pelo primeiro número do jornal que saiu à público no dia 10 de abril de 1822 e terminamos no número 47 de 5 de junho de 1822. A edição número 43 não foi analisada por não estar disponibilizada digitalmente e sua consulta presencial foi impossibilitada graças aos problemas decorrentes da pandemia de COVID. Salientamos também que a edição 47 está datada errada no periódico (aparece como publicada no dia 05 de maio), mas, seguindo a sequência dos números anteriores, teria saído no dia 05 de junho.

“discussão”, “sessão” *etc.* A Classe 3 é o lugar que representa as correspondências, repetindo não só a palavra “redator”, como também “v.m.” e outras expressões comuns. Como o *Correio* teve 36 correspondências, os assuntos debatidos não foram discriminados de forma tão nítida misturando-se no restante das classes, enquanto no *Reverbero*, com apenas 11 correspondências, não se verificou o mesmo.

A Classe 1, como no *Reverbero*, refere-se aos assuntos mais debatidos no jornal, como “Brasil”, “Soberano”, “Congresso” e “Portugal”, que aparecem em destaque. A diferença do *Correio* reside nas posições das palavras “soberania”, “vontade” e “Representação”. Esses vocábulos, interessantes por si só, tornam-se ainda mais relevantes quando compreendemos suas correlações. A “Soberania” e a “vontade” da população estariam, segundo o periódico, manifestadas na “Representação” organizada pelo *Correio* em favor da Constituinte no Brasil.

O gráfico AFC do *Correio*, abaixo, mostra o isolamento das classes 4 (roxo) e 1 (vermelho), além do envolvimento das correspondências com os conceitos, adjetivos e substantivos escritos no periódico, por isso a proximidade entre as classes 2 (verde) e 3 (azul claro). A relação entre ambos os grupos se explica pela grande quantidade de correspondências que existia no jornal, talvez uma consequência do envolvimento de João Soares Lisboa na formulação e organização da Representação e suas responsabilidades enquanto diretor da tipografia de Silva Porto. Nota-se a abundância das palavras da Classe 1, em que se repetem algumas presentes no *Reverbero*, como “homem”, mas surgem outras, como “natureza”, “livre”, “pátria” e “deus”, que serão analisadas posteriormente.

Gráfico 19 – Método Reinert do *Espelho* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



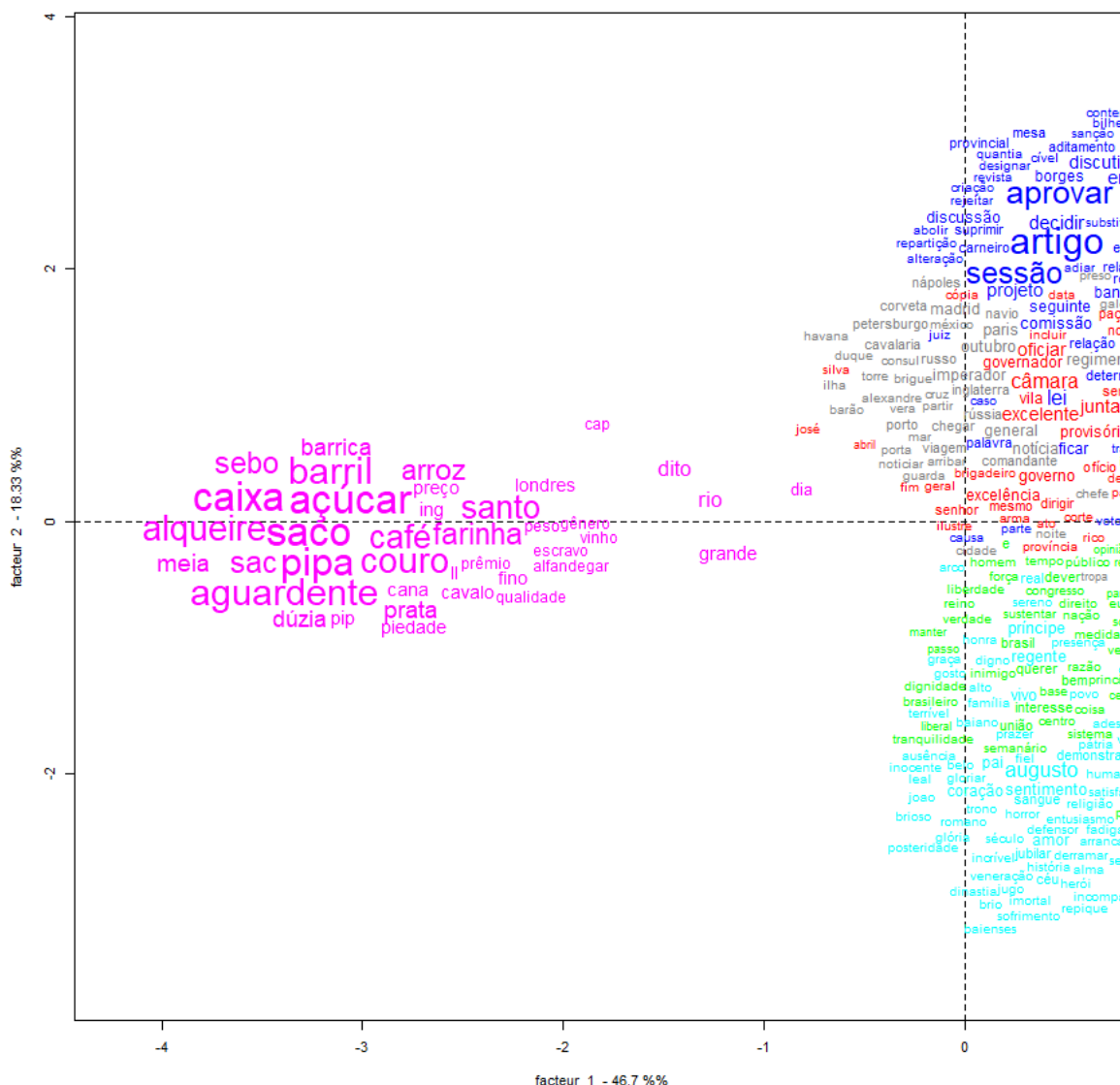
Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Espelho.

A Classe 1 mostra a seção dos atos oficiais que normalmente ocupavam a primeira parte do periódico, justificando a presença de palavras como “Câmara”, “junta” e “oficiar”. Já a Classe 2 conta com termos que aparecem na seção de notícias, de forma que estão presentes nomes de outros países, cidades, datas, além dos vocábulos “chegar”, “porto” e “navio”⁵⁷⁹ e, por fim, “notícia”. A Classe 5 representa a seção de debates nas Cortes, localizada no início do jornal. Por isso, palavras como “artigo” e “aprovar” estão em primeiro, logo seguidas de “sessão”. Já a Classe 6 exibe a última parte do jornal onde eram feitos anúncios de produtos e descrição dos preços praticados no Rio de Janeiro.

O gráfico AFC do *Espelho* mostra o isolamento das palavras relacionadas ao comércio da Classe 6 (rosa). Já dois pequenos quadrantes são ocupados por duas classes de palavras. De um lado, o gráfico apresenta a relação entre os atos oficiais (em vermelho), das notícias (em cinza) e da Cortes (em azul). De outro, exibe o envolvimento dos vocábulos das classes 4 (em azul claro) e 3 (em verde).

⁵⁷⁹ A pesquisa de Edú Trota Levati dá algumas indicações sobre a trajetória e a importância de navios e tripulantes na circulação de notícias. LEVATI, 2015.

Gráfico 20 - Gráfico AFC do *Espelho* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Reverbero.

As classes 3 e 4 apresentam substantivos, verbos e adjetivos utilizados pelo periódico nos debates políticos e na defesa de seus projetos, de forma muito semelhante aos jornais anteriores. Identificamos “augusto” e “regente” próximos vocábulos de “tranquilidade” e “Brasil”. Todavia, as palavras guardam alguma singularidade se comparadas aos outros gráficos, já que é perceptível a importância de verbos como “querer” e “dever” e substantivos como “interesse” e “união”, bem como o protagonismo do vocábulo “príncipe” quase unida ao termo “regente”. Ademais, outras palavras, como “sentimento”, “coração”, “amor” e “sangue”, mostram como o periódico apostou no discurso político emocional.

Finalmente, passemos ao periódico baiano *Constitucional*⁵⁸⁰. Como foi comum aos outros jornais, a Classe 1 apresenta palavras relacionadas com ordens do governo. Todavia, o *Constitucional* guarda certa particularidade em relação aos anteriores por escrever constantemente sobre o governo da província, justificando a presença de “junta” e “provisório”.

Gráfico 21 – Método Reinert do *Constitucional* das edições que circularam até a convocação da Constituinte.



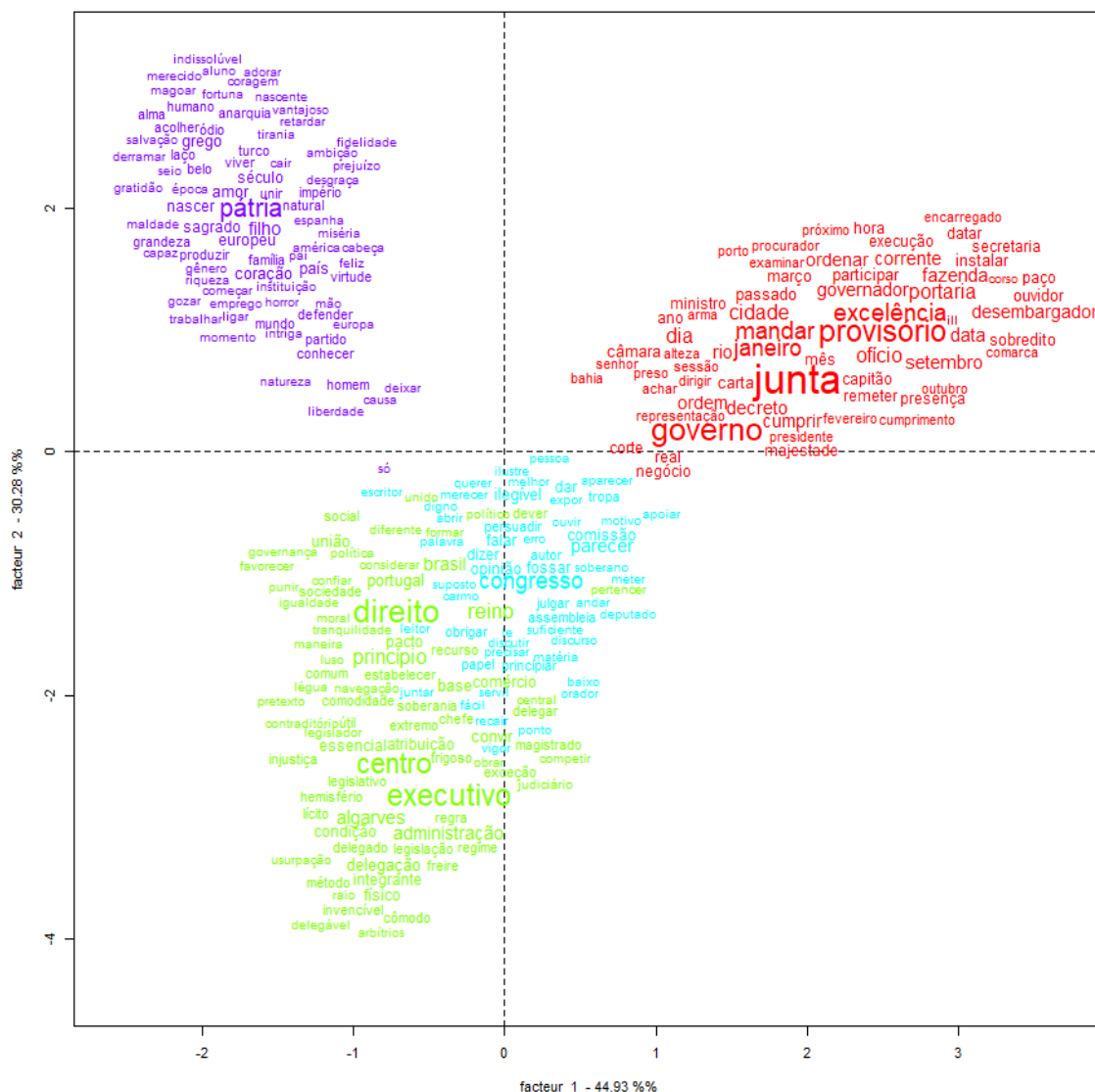
Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Constitucional.

Nas classes 2 (verde) e 3 (azul claro), próximas no gráfico AFC exposto no Gráfico 22, localizam-se os temas do periódico. Por isso, palavras como “direito”, “centro” e “executivo”, estão muito próximas de “Congresso” e “parecer”, que seria o parecer da “Comissão” dos negócios do “Brasil”. Por fim, a Classe 4 (roxo), isolada no gráfico, mostra alguns conceitos, adjetivos e substantivos importantes na linguagem do jornal, como também ocorreu em outros. Nessa classe ainda aparece “pátria” ao lado de “nascer”, “natural” e “filho”, rodeada de “império”, “europeu”, “Espanha” e “América”. São nomeados sentimentos opostos “amor”, “maldade”, “feliz”, “horror” ou substantivos fortes como “desgraça”, “miséria” e “tirania”. A

⁵⁸⁰ Nesse capítulo, analisamos da primeira edição de 10 de abril de 1822 até a 40ª edição de 10 de julho de 1822. As edições 22, 23 e 30 estavam em mal estado com diversas palavras, frases e até parágrafos ilegíveis, o que inviabilizou um exame suficientemente satisfatório para entrar nas estatísticas.

construção frasal continha “pátria” como termo mais frequente, deixando perceptível o principal vocábulo político do jornal.

Gráfico 22 - Gráfico AFC do *Constitucional* das edições que circularam até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Constitucional.

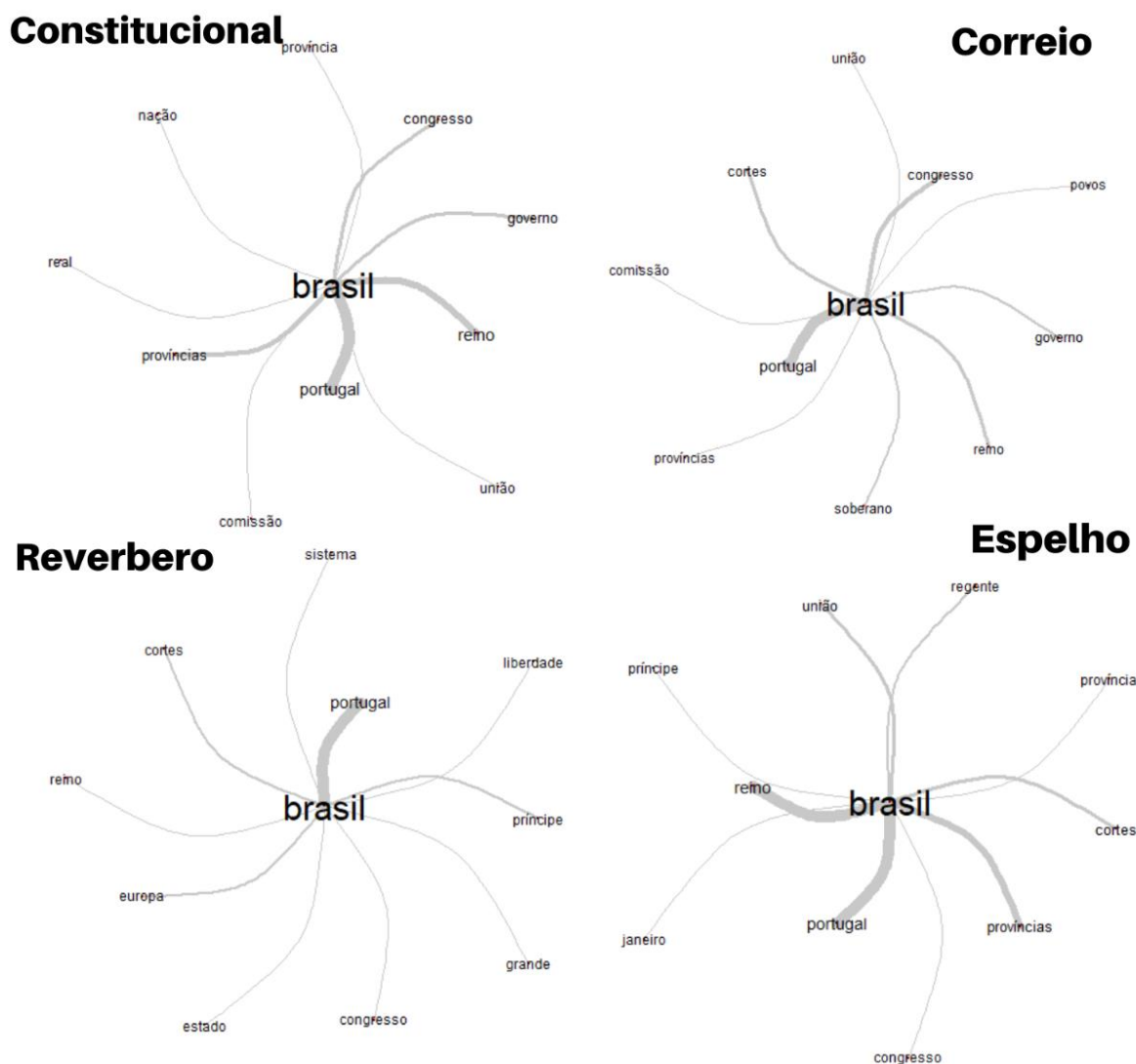
A partir dos gráficos mostrados, podemos chegar a duas conclusões. A primeira é a de que, ainda que cada jornal tivesse organização própria, algumas seções foram comuns, tais como correspondências, ordens oficiais e notícias. A segunda conclusão é a de que o principal assunto discutido nesses periódicos foi a política do Reino Unido, adotando-se postura crítica e de descontentamento com alguns decretos das Cortes. Além do mais, vemos a utilização de

palavras e conceitos capazes de justificar e mobilizar a opinião pública em favor de suas propostas.

Para entendermos melhor como esses termos interagiram entre si e suas utilizações nos periódicos, vamos fazer agora uma análise mais detida do vocabulário dos jornais. Para isso, iniciamos a análise pela palavra mais importante nesses periódicos: Brasil. Justificamos a escolha e a afirmativa de duas formas. Primeiro, do ponto de vista quantitativo, o vocábulo ocupa a primeira posição no *Constitucional*, no *Correio do Rio de Janeiro* e no *Reverbero*, bem à frente de outras palavras, como pode ser visto na [Tabela 4](#). Ademais, percebemos também a valorização do vocábulo em comparação com o ano de 1821. Comparando a Tabela 4 e a [Tabela 2](#), vemos que ele saltou da sexta posição para a primeira no *ranking* de palavras.

Já do ponto de vista qualitativo, podemos observar nos [APÊNDICE A](#), [APÊNDICE B](#) e [APÊNDICE C](#) como “Brasil” exercia um papel central nos jornais, colocando-o como realidade concreta para os escritores que repetiam “o”, “do”, “para”, entre outros, de modo a substantivá-lo. Ainda observando os apêndices, vemos que “Brasil” se relacionava a diversos assuntos. Como a análise detalhada de todos seria muito extensa e poderia tornar exaustivo essa tese, optamos por isolar a palavra dos grafos e selecionar os 10 termos que mais se correlacionam com o substantivo em cada jornal, o que pode ser visto na Figura 3.

Figura 3 - Gráficos de similitude de “Brasil” no *Constitucional*, no *Correio*, no *Reverbero* e no *Espelho*.



Fonte: Gráficos criados pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

A partir dos gráficos acima, observamos singularidades de cada periódico. Algumas palavras, como “real”, no caso do *Constitucional*, “povos”, no *Correio do Rio de Janeiro*, “regente”, no *Espelho*, e “Príncipe”, “Europa” e “Liberdade”, no *Reverbero*, mostram que os jornais apresentavam diferenças de vocabulário. Uma palavra frequentemente relacionada ao Brasil era Portugal⁵⁸¹. Observe que a linha do grafo unindo Brasil e Portugal era forte nos quatro jornais. Assim, a política e as relações entre “Portugal” e “Brasil” - como se verificou em 1821

⁵⁸¹ A força da correlação está ilustrada pelo tamanho da linha que liga as palavras. Quanto mais grossa a linha, mais frequente é a correlação entre ambas.

-, eram o tema central dos periódicos. Portugal, por sua vez, relacionava-se a outros termos, como “união”, “Congresso” e “Cortes”, em clara referência ao que acontecia em Lisboa e às ordens que de lá vinham.

A segunda palavra em comum destacada na análise de similitude com o vocábulo “Brasil” é “Reino”. Na maioria das vezes o verbete aparecia como o “Reino do Brasil”, representando o reconhecimento da existência de uma entidade político-administrativa na América portuguesa. Todavia, isso não significava a defesa da separação de Portugal, mas apenas o esboço de novo espaço dentro dos limites da nação portuguesa. Além disso, “reino” podia fazer referência ao “Reino Unido” de Brasil, Portugal e Algarves, reforçando a importância dada pelos jornais à ligação entre ambos os lados do Atlântico.

Ainda analisando as correlações de “reino”, destacou-se a palavra “província”, o que nos leva, no ano de 1822, à defesa da unidade das províncias do Reino do Brasil. Parte dos jornais convenceu-se que o Brasil era formado pelo conjunto de províncias que deviam se unir primeiramente a um centro na América e depois com Portugal. O convencimento ganhou as páginas dos periódicos no processo de rejeição das medidas decretadas pelas Cortes. A extinção dos tribunais superiores na América ou a tentativa de enfraquecimento do Rio de Janeiro como centro de poder na América portuguesa por parte do Congresso lisboeta, fortaleceu nos periódicos analisados um vocabulário em defesa da autonomia política do Reino do Brasil. Assim, a unidade deixou de visar exclusivamente o Reino Unido para transitar para o vínculo indivisível das províncias americanas, tornando o Brasil um espaço político melhor definido e, com isso, alterando a utilização do vocábulo.

Os redatores, mesmo considerando todos pertencentes à nação portuguesa, exigiam respeito ao “Reino do Brasil”, afirmando que as Cortes, ao ignorarem a existência dessa instância, tentavam causar a “desmembração deste reino”, chamando as “suas partes integrantes províncias de Portugal!”⁵⁸². Um correspondente do *Correio do Rio de Janeiro* irritou-se, segundo o redator, ao perceber na leitura das discussões do Congresso que os deputados portugueses não consideravam mais o Brasil como “reino, mas sim = províncias do ultramar”⁵⁸³.

⁵⁸² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 16, 17 de abril de 1822.

⁵⁸³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 23, 6 de maio de 1822.

O *Reverbero*, rogando por uma atitude moderada em defesa do Brasil, convocou os habitantes da América portuguesa a “ter Confiança no Governo”, e “não consentir que a mal entendida liberdade quebre o vínculo dos nossos comuns interesses, que ligam entre si as Províncias deste grande Reino”⁵⁸⁴. Ao mesmo tempo, os redatores externavam preocupação com as ações das Cortes que mandavam o príncipe sair do Brasil e estabelecer um “novo sistema de Governo para as Províncias do nosso Reino; Governo sem unidade, e que parece antes ditado pelo Gênio da Discórdia”⁵⁸⁵. Um documento da Junta paulista, supostamente enviado para o governo mineiro e publicado no *Espelho*, declarava que as Cortes buscavam “violar a igualdade de Direitos, que deve ser a base de união dos dois Reinos” e “reduzir outra vez as Províncias deste Reino a Colônias”⁵⁸⁶.

Com isso, a alteração no sentido de “Brasil” levou à modificação da forma com que a palavra “união” era utilizada pelos periódicos. Ela permanecia sinalizando o vínculo entre Brasil e Portugal, mas agora privilegiava a união das províncias do Brasil⁵⁸⁷. É significativa a proximidade dos vocábulos “províncias” e “reino”, analisados anteriormente, com a palavra “união” repetida nos grafos de “Brasil”.

Diante disso, vejamos na [Figura 4](#) os gráficos de similitude de “união”. No conjunto, os periódicos falavam da união do “Brasil” e de suas “Províncias”, através da existência de um “centro” do poder “executivo”, governado pelo “príncipe” “regente”, única forma de se manter a “tranquilidade” do Brasil.

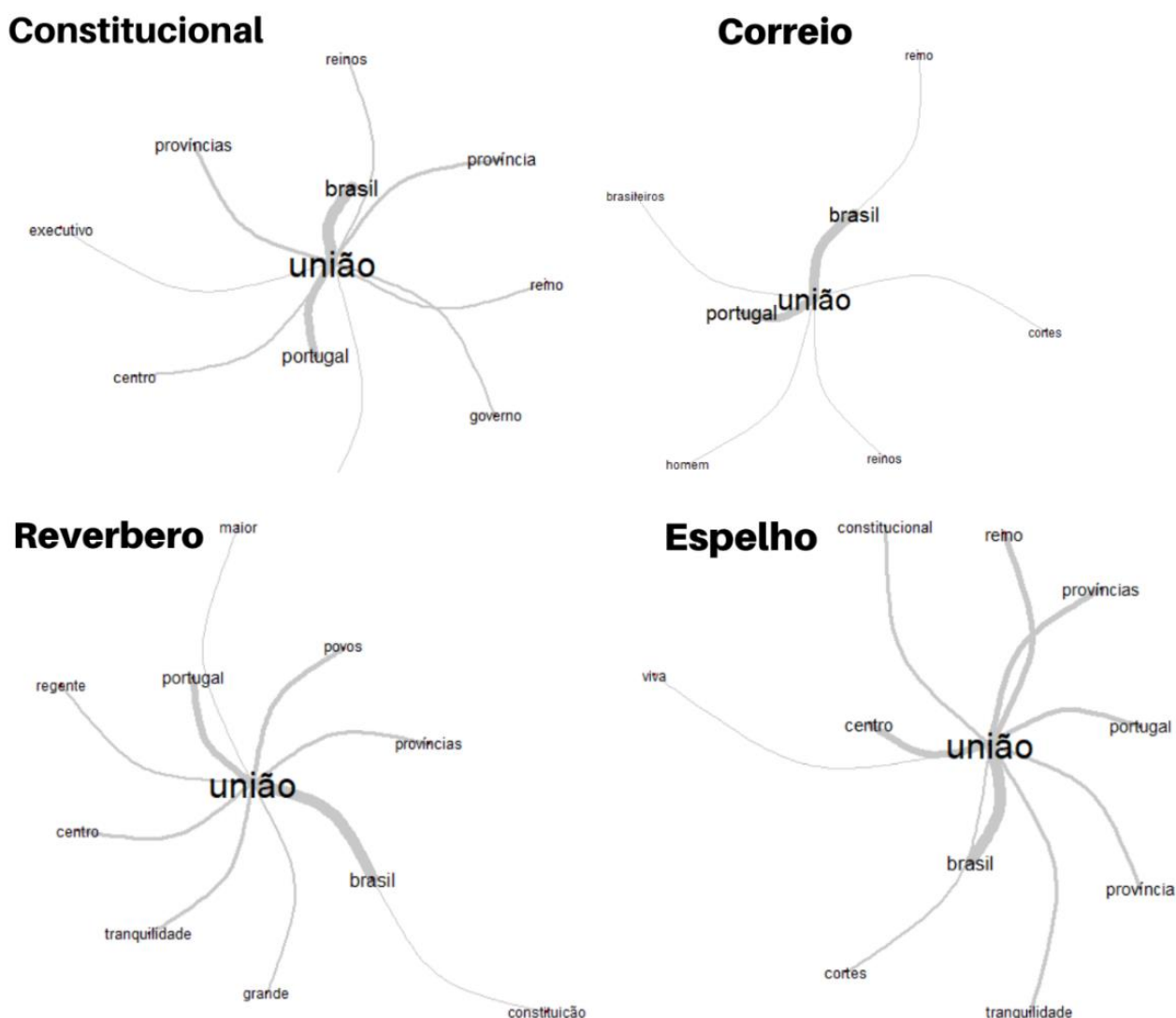
⁵⁸⁴ **Reverbero**, n. 19, tomo 1, 19 de março de 1822.

⁵⁸⁵ **Reverbero**, n. 20, tomo 1, 26 de março de 1822.

⁵⁸⁶ **O Espelho**, n. 20, 25 de janeiro de 1822.

⁵⁸⁷ O mesmo teria ocorrido nas Cortes a partir da chegada dos deputados paulistas. De acordo com Ana Rosa Clochet Silva, as instruções levadas pela deputação causaram a mudança de foco da autonomia provincial para a autonomia do Reino do Brasil como uma unidade política. SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)**. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2006, p. 328.

Figura 4 - Gráficos de similitude de "união" no *Constitucional*, no *Correio*, no *Reverbero* e no *Espelho*.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados dos jornais analisados.

Vemos também a grande importância de “Portugal”. Isso ocorre porque, além da “união do Brasil”⁵⁸⁸, existia forte preocupação com a “união [d]entre Portugal e o Brasil”⁵⁸⁹. Todavia, ainda que a união da monarquia portuguesa fosse defendida nos jornais, no decorrer de 1822, a unidade entre ambos os reinos passou a ser tratada com desconfiança e receio. Em vista disso, na edição 29, o *Correio do Rio de Janeiro* publicou um extrato do *Correio Braziliense* chamado

⁵⁸⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 29 e n. 45; *O Constitucional*, n. 24; *Reverbero*, n. 26, tomo 1; *O Espelho*, n. 28, n. 43, n. 46 e n. 48.

⁵⁸⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 10, n. 16, n. 29, e n. 30; *O Constitucional*, n. 5, n. 14 e n. 16; *Reverbero*, n. 23, tomo 1; *O Espelho*, n.19, n. 20, n. 21, n. 27; n. 35, n. 44, n. 46, n. 47, n. 50 e n. 51.

“União de Portugal com o Brasil”, em que se colocava em dúvida o futuro da relação. Segundo o redator do *Correio Braziliense*,

infelizmente achamos, que as coisas vão muito pelo contrário, e que é entre os Portugueses e alguns Brasileiros, e não entre os Brasilienses⁵⁹⁰ que se fomentam e se adotam medidas para esta separação, que temos julgado imprudente, por ser intempestiva⁵⁹¹.

Mesmo que o vocábulo separação não retratava ainda opção bem-vinda, o *Correio do Rio de Janeiro* admitia o caráter insustentável dos decretos das Cortes: “a união do Brasil com Portugal se pode comparar com uma amizade do homem rico com o homem pobre, que tudo é sempre em vantagem do rico”. E concluía que “declarem o Brasil independente por uma vez; e não se fomentem ali partidos, que produzirão a guerra civil, degolando-se os povos uns aos outros”⁵⁹². Da mesma forma, o *Constitucional* afirmava que o “Brasil quer união, mas não feita com vínculos de ferro”⁵⁹³.

Os periódicos responsabilizavam os portugueses, através das Cortes, pelo desmonte da união luso-brasileira. Os argumentos concentravam-se nos decretos vindos de Lisboa, que supostamente desconsideravam o Brasil como Reino ao tentarem “estabelecer no Brasil um velho sistema de governo, com o título de constitucional, mas verdadeiramente ilusório”, tornando “impossível continuar por mais tempo a união entre Portugal e Brasil”⁵⁹⁴.

Ao mesmo tempo em que o “Brasil” foi valorizado e a união das províncias da América portuguesa privilegiadas, a figura do Príncipe Regente também foi alterada. Verificamos nos periódicos grande esforço em convencer os leitores sobre a importância da permanência do “Príncipe” e a necessidade de um “centro” do poder “executivo” na América. Uma das formas utilizadas para reforçar a adesão do Brasil a Pedro foi noticiar constantemente sua viagem a Minas Gerais. Já no *Constitucional* observa-se a divulgação do sentimento de gratidão pelo Brasil ter “em V. A. R. um centro comum de união das Províncias deste Reino” em contraposição às Cortes, que ameaçavam a união “fraternal das províncias deste reino”⁵⁹⁵. O *Reverbero*, por sua vez, atribuía ao “Regente Amante da Constituição” e a um centro de poder⁵⁹⁶

⁵⁹⁰ A distinção feita pelo *Correio* entre “brasileiros” e “brasilienses” explica-se na própria edição. O “Brasiliense” seria aquele nascido no Brasil, enquanto “Brasileiro” o português que se mudou para o Brasil por trabalho.

⁵⁹¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 29, 13 de maio de 1822.

⁵⁹² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 29, 13 de maio de 1822.

⁵⁹³ *O Constitucional*, n. 16, 15 de maio de 1822.

⁵⁹⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 16, 27 de abril de 1822.

⁵⁹⁵ *O Constitucional*, n. 20, 25 de maio de 1822.

⁵⁹⁶ *Reverbero*, n. 22, tomo 1, 09 de abril de 1822.

a possibilidade de haver no Brasil e no Império “União e Tranquilidade”⁵⁹⁷, desejados pelo próprio príncipe⁵⁹⁸.

Com isso, a desconfiança dos jornalistas para com as Cortes e a insatisfação com os decretos que de lá vinham alteraram a forma com que os termos Brasil, união, províncias e príncipe eram utilizados pelos jornais. De fato, o significado semântico não seria profundamente alterado, mas a forma com que foram empregados sim. A valorização do Brasil como “entidade política emergente”⁵⁹⁹ durante o conflito com as Cortes, culminou em uma redefinição de outras palavras e sua adaptação aos projetos políticos dos jornais autonomistas. A prioridade estaria na união do Reino do Brasil, deixando, em segundo plano, a união com Portugal.

3.2.1.2. O “amor da pátria” e a “felicidade dos povos”: a emoção nos discursos

A união das províncias do Brasil a partir de um centro de poder em contraponto às ordens das Cortes foi um dos principais temas na primeira metade de 1822, senão o principal, nos periódicos selecionados nesta análise. Como vimos acima, uma das “consequências” linguísticas do debate foi a requalificação do Brasil, consolidando este território como um espaço político dentro da nação portuguesa.

Uma segunda consequência foi a utilização da linguagem patriótica e emotiva pelos jornais. Assim como ocorreu em 1821, quando os periodistas tentavam mobilizar os leitores em prol do constitucionalismo, percebemos estratégia semelhante em 1822, só que agora direcionada para outros fins. Se, anteriormente, a defesa da constituição era a prioridade, no ano de 1822 os jornais autonomistas buscaram mostrar que a pátria estava em perigo graças às ordens das Cortes, o que tornava necessário defendê-la.

As palavras, ainda que diferentes para cada jornal, seguiam a mesma lógica argumentativa. Se olharmos para os grafos de cada periódico (páginas [148](#), [151](#), [154](#) e [156](#)), conseguimos notar que uma palavra se repetiu nos *clusters* de todos: “coração”. No entanto, observando a Tabela da página [140](#), veremos que ela não era muito frequente em nenhum dos quatro.

⁵⁹⁷ Reverbero, n. 11, tomo 1, 22 de janeiro de 1822.

⁵⁹⁸ Reverbero, n. 19, tomo 1, 19 de março de 1822.

⁵⁹⁹ JANCSÓ; PIMENTA, 2000.

Esses dados reafirmam a relevância qualitativa da palavra “coração”. Ainda que ele não fosse muito escrito nos jornais⁶⁰⁰, sua proximidade e correlação com outras palavras de cunho emocional e político o fizeram estar bem colocado no Método Reinert. Isso porque era utilizado, em grande parte, em textos de opinião ou proclamações, espaços majoritariamente políticos.

O vocábulo “coração” era empregue de diversas formas. Todavia, em grande parte ele se relacionava com sentimentos, positivos e negativos. No *Correio* apresentava-se a questão se caberia, no “coração” dos áulicos, a “infâmia”⁶⁰¹, ao mesmo tempo, em elogio ao príncipe, o periódico enaltecia sua “alma nobre” e seu “coração magnânimo”⁶⁰². Da mesma forma, o correspondente *Brasileiro Constitucional* afirmava que o “antibrasileiro *Semanário*” tinha o “despotismo no coração”⁶⁰³. Já o *Constitucional* afirmava que a permanência do príncipe havia restituído ao “coração dos sempre fiéis, e honrados Mineiros, a alegria e tranquilidade”⁶⁰⁴, como também engrandeceu os deputados Lino Coutinho, Antônio Carlos e Muniz Tavares pelos “patrióticos sentimentos” que abraçam o “seu coração”⁶⁰⁵. Assim como os sentimentos bons, o termo recebeu conotação de receptáculo de maus sentimentos, como o “veneno, e a raiva, que lhe ferve o coração”, como diria o *Reverbero* ao comentar sobre o caráter anárquico de certos escritores⁶⁰⁶. Assim, “coração” está presente em todos os gráficos porque abrigava, simbolicamente, os sentimentos bons e ruins.

Voltando aos *clusters*, vemos algumas palavras que denotam esses sentimentos. Iniciando pelo *Reverbero*, no qual os vocábulos “felicidade” e “paixão” podem ser vistos na Classe 3 da página 148. Quanto à palavra “paixão”, o *Iramuteq* mescla o singular e o plural, isto é, “paixão” e “paixões”. As “paixões” relacionavam-se, em geral, a sentimentos negativos ou exageros. Segundo Iara Lis Schiavinatto⁶⁰⁷, existia desde o fim do século XVIII uma tentativa de se moderar as ações e os desejos dos cidadãos, por meio da “educação de si”, do senso de moderação e da rejeição da vaidade por serem contrários ao bem comum.

⁶⁰⁰ O jornal em que coração mais apareceu foi o *Reverbero*, num total de 27 vezes, número muito inferior às 296 vezes de “Brasil”.

⁶⁰¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 11, 22 de abril de 1822.

⁶⁰² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 11, 22 de abril de 1822.

⁶⁰³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 15, 26 de abril de 1822.

⁶⁰⁴ *O Constitucional*, n. 5, 20 de abril de 1822.

⁶⁰⁵ *O Constitucional*, n. 13, 8 de maio de 1822.

⁶⁰⁶ *Reverbero*, n. 19, tomo 1, 19 de março de 1822.

⁶⁰⁷ SCHIAVINATTO, 2006.

Nesse periódico, vemos que a pregação da moderação era expressa como antítese do “fogo das paixões”⁶⁰⁸, da “satisfação das suas paixões” ou “luta porfiada das paixões”⁶⁰⁹, locuções usadas para expressar como os sentimentos levavam os homens a excessos. Conseguimos localizar apenas uma vez, na edição 26, conotação positiva para as “paixões”, o “patriotismo”, considerado “uma paixão nobre e generosa”⁶¹⁰.

Mais uma vez, o patriotismo aparece como um importante elemento linguístico. Se em 1821 esse sentimento devia mover os cidadãos em direção à constituição, em 1822 ocorre uma alteração. Para os redatores do *Reverbero*, a “nação” ainda era a “nação portuguesa”, mas a “pátria” passou a dizer respeito, gradativamente, ao Brasil⁶¹¹.

Repetindo significados semânticos semelhantes aos de 1821, o periódico fluminense, requalificou o vocábulo de forma a destacar o Brasil como espaço político para defender o projeto de autonomia da América portuguesa. Era, portanto, factível condenar a separação de Portugal em nome da nação portuguesa enquanto defendiam a autonomia da “pátria”, Brasil.

Junto à valorização do Brasil, houve o fortalecimento da politização do conceito de pátria. Os redatores pediam a comprovação do sentimento patriótico com ações, como ser “cada Cidadão” “um defensor”, “cada filho um soldado destemido” para até “sacrificar-se no Altar da Pátria, e da verdadeira Liberdade para quebrar as Armas nas mãos dos seus indignos opressores”⁶¹², pois o importante era “servir a Pátria”⁶¹³.

No *Reverbero*, ao patriotismo e à necessidade de defesa da pátria somava-se a expressão “felicidade”. Se olharmos para o grafo a seguir, algumas palavras caracterizam os destinatários da felicidade, dentre os quais se destacam “povos” e “pública”. Os termos dizem respeito à “felicidade dos povos”⁶¹⁴ e à “felicidade pública”⁶¹⁵, mas também à “felicidade das nações”⁶¹⁶, à “felicidade geral da sociedade”⁶¹⁷ e até mesmo à “felicidade da espécie humana”⁶¹⁸.

⁶⁰⁸ *Reverbero*, n. 12, tomo 1, 29 de janeiro de 1822.

⁶⁰⁹ *Reverbero*, n. 13, tomo 1, 5 de fevereiro de 1822.

⁶¹⁰ *Reverbero*, n. 26, tomo 1, 7 de maio de 1822.

⁶¹¹ *Reverbero*, n. 15, tomo 1, 19 de fevereiro de 1822.

⁶¹² *Reverbero*, n. 15, tomo 1, 19 de fevereiro de 1822.

⁶¹³ *Reverbero*, n. 22, tomo 1, 9 de abril de 1822.

⁶¹⁴ *Reverbero*, n. 18, n. 16, e n. 11, todos do tomo 1.

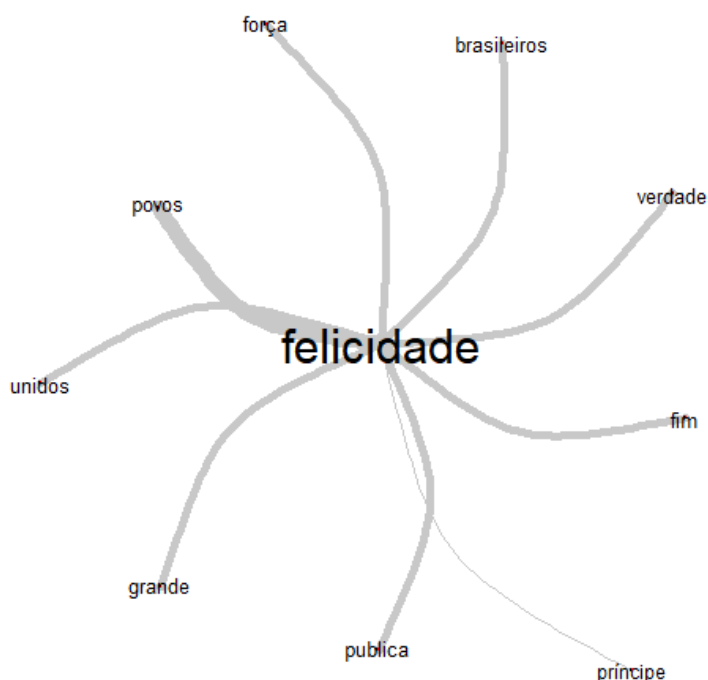
⁶¹⁵ *Reverbero*, n. 20 e n. 13, todos do tomo 1.

⁶¹⁶ *Reverbero*, n. 12, tomo 1, 29 de janeiro de 1822.

⁶¹⁷ *Reverbero*, n. 11, tomo 1, 22 de janeiro de 1822.

⁶¹⁸ *Reverbero*, n. 16, tomo 1, 26 de fevereiro de 1822.

Gráfico 23 - Grafo de similitude de "felicidade" no Reverbero das edições que circularam até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Reverbero.

Mais uma vez uma dessemelhança com 1821. Vemos no capítulo anterior que a “felicidade” já era uma preocupação dos periódicos, e, em geral, ela seria garantida pela constituição. Porém, em 1822 ocorre uma mudança. Isso porque a “felicidade” que era o “fim”⁶¹⁹, ou seja, o objetivo “verdadeiramente grande e verdadeiramente heroico” das sociedades⁶²⁰, seria garantida pelo “príncipe”, sendo sua permanência no Brasil uma “grande fortuna”⁶²¹, pois ele tinha o “desejo ardente” “de acertar com a felicidade dos povos”⁶²².

Podemos ver que não apenas o príncipe vincula-se, como se observa no Gráfico 23, à garantia da felicidade no *Reverbero*, como a palavra “constituição” nem aparece no grafo. Reforçamos com isso essa alteração na utilização do vocábulo no *Reverbero*, fazendo o príncipe ser o principal garantidor da felicidade, o que tornava necessária a união em torno de sua pessoa e a oposição às ordens das Cortes.

⁶¹⁹ **Reverbero**, n. 11, n. 12 e n. 22, todos do tomo 1.

⁶²⁰ **Reverbero**, n. 12, tomo 1, 29 de janeiro de 1822.

⁶²¹ **Reverbero**, n. 2, tomo 2, 4 de junho de 1822.

⁶²² **Reverbero**, n. 16, tomo 1, 26 de fevereiro de 1822.

Para o jornal, o interesse na permanência do príncipe era grande, porque, além de ser o protetor da constituição e da felicidade, representaria também a garantia da “liberdade” para os brasileiros. Por isso, ele era fundamental na luta pela “causa do Brasil”, que, “defendendo a sua liberdade, defende simultaneamente a Herança melhor do Príncipe, com que se abraçou, defende a sua honra e o decoro de Sua Pessoa!”. De acordo com o periódico, ao adotar e defender a permanência de Pedro, o Brasil havia tomado o “partido mais seguro: vai gozar dos bens da Liberdade sem as comoções da democracia, e sem as violências da arbitrariedade”. Desse modo, os redatores declaravam que as divisas dos brasileiros deviam ser “Honra = O nosso timbre = União fraternal = a nossa glória = Constituição = o nosso protetor = o Príncipe. =”⁶²³.

Emerge a compreensão de união fraternal no Brasil, que significava a unidade das províncias. E o príncipe representava os laços que atavam as unidades da América portuguesa. Não se pregava, porém, qualquer rompimento com a nação lusitana. A importância do príncipe baseava-se na compreensão de que ele representava a “égide da nossa Liberdade”, “o penhor dos nossos prezados foros”, “o esteio da Constituição no Brasil”, “instrumento da nossa tranquilidade”, “centro da nossa liberal Reunião com Portugal” e a “fonte da nossa ventura”⁶²⁴. Ele havia sido o primeiro a proclamar a Liberdade Civil dos brasileiros⁶²⁵, e, mais do que benéfico para o Brasil, também o era ao Reino Unido, por ser ponto de comunhão e “tranquilidade dos nossos dois Hemisférios”⁶²⁶. Logo, o príncipe devia estar no centro das prioridades ao lado do Brasil.

Mas de quem o príncipe devia ser defendido? Quem ameaçava a felicidade dos povos, tornando tão necessária sua figura? Para o *Reverbero*, essa posição era ocupada pelas “Cortes”, que mandaram “retirar o Príncipe”⁶²⁷ do Brasil. O periódico afirmava, a partir de um extrato do *Correio Braziliense*, que a decisão sobre a permanência ou partida de Pedro não eram “atribuições do Poder Legislativo”. Caso fosse considerado um “simples indivíduo particular”, as Cortes não teriam direito de mandá-lo para lugar algum. Caso fosse considerado um servidor público, caberia ao “Poder Executivo” decidir seu destino⁶²⁸.

⁶²³ **Reverbero**, n. 11, tomo 1, 22 de janeiro de 1822.

⁶²⁴ **Reverbero**, n. 19, tomo 1, 19 de março de 1822.

⁶²⁵ **Reverbero**, n. 28, tomo 1, 21 de maio de 1822.

⁶²⁶ **Reverbero**, n. 14, tomo 1, 12 de fevereiro de 1822.

⁶²⁷ **Reverbero**, n. 28, tomo 1, 21 de maio de 1822.

⁶²⁸ **Reverbero**, n. 16, tomo 1, 26 de fevereiro de 1822.

Conseguimos notar que existe muitas semelhanças com o que havia sido exposto em 1821, ocorrendo, todavia, uma modificação nos elementos dignos de defesa. O patriotismo, destacado como uma das poucas “paixões” positivas, era tratado como necessidade ou até mesmo obrigação dos cidadãos, transformando-se em ação que demonstrava virtudes. Era obrigação defender a pátria, agora entendida como Brasil, daqueles que a ameaçavam, as Cortes, sendo cada cidadão responsável por agir. Já a felicidade era o objetivo final, garantida através da Constituição e da liberdade, que tinham a proteção e o exercício personificados no príncipe. O príncipe, por sua vez, era apontado como elemento central na manutenção da felicidade dos povos, e, por isso, deveria ser protegido daqueles que buscavam retirá-lo do seio dos brasileiros. Assim, o *Reverbero* teria repetido argumentos da linguagem emotiva e patriótica de 1821, mudando, entretanto, alguns sentidos dos elementos que constituíam seu vocábulo de forma a adaptá-lo ao seu projeto político: a autonomia do Brasil.

Se assim o era no *Reverbero*, no *Correio do Rio de Janeiro*, o “coração” que está na Classe 2 do Gráfico 18, teve como palavra mais correlacionada “amor”. Quando analisamos o vocábulo “amor” no *Correio*, observamos alguns elementos dignos sentimento, muito semelhante aos jornais de 1821. Primeiro, existia o “amor-próprio”, expressão que apareceu 7 vezes⁶²⁹ e que podia ser positiva ou negativa, dependendo da situação e da intensidade.

Por outro lado, o amor também era um sentimento patriótico. Assim como em 1821, o destaque era o “amor” para com a pátria. Um dos exemplos dessa exposição foi em um discurso do príncipe veiculado no periódico que era marcado por um forte linguajar patriótico, com expressões como “Nossa Pátria está ameaçada”, ou afirmações como “preparam-se ao longe ferros para lhe serem suas mãos agrilhoadas”⁶³⁰. O conteúdo vincula o amor diretamente à ação política ao exigir o sacrifício do amor de si próprio pelo bem da “pátria”.

Ainda que exista a importância do “amor” no periódico, as análises quantitativas nos mostraram que, na verdade, foram outros os termos se destacaram no seu discurso. Esses termos ligavam-se a uma concepção jusnaturalista e até mesmo cívica, como podemos observar em palavras como “homem”, “natureza”, “pátria” e a combinação de “filho” e “pai”, todas presentes na Classe 2.

A essas palavras ligava-se “liberdade” que não está presente em nenhuma das classes, mas foi uma das mais ditas pelo periódico no recorte analisado, como podemos observar na

⁶²⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 2, n. 21, n. 25, n. 27, n. 31, n. 44 e n. 47.

⁶³⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 47, 05 de maio de 1822.

Tabela 4. Esse fenômeno ocorreu porque a estatística χ^2 , de forma muito semelhante ao que aconteceu com o termo “constituição” em 1821⁶³¹, ficou muito baixa por ser uma palavra que se distribuiu de forma mais igualitária entre todas as classes.

Era frequente no jornal a defesa da liberdade do Brasil e dos cidadãos, que constantemente, dizia o periódico, era ameaçada pelas ações das Cortes⁶³². Também se falava da liberdade de imprensa⁶³³, e a importância da instituição dos jurados para a manutenção e resguarda dos direitos dos portugueses.

Além da liberdade de imprensa e da liberdade do Brasil, o jornal por inúmeras vezes falou da “liberdade dos povos”⁶³⁴. Sobre isso, o redator publicou em algumas edições extratos de Gastine⁶³⁵, chamado “Da liberdade dos povos, e dos direitos dos monarcas chamados a governá-los”⁶³⁶. Esse extrato, além de comentar sobre a soberania, também abriu espaço para a defesa da Constituinte no Brasil. Em determinado momento, o escrito afirmava que

Assim como é incontestável, que será um absurdo, e mesmo muito nocivo, que um indivíduo tome para modelo de sua conduta, e maneiras de dirigir suas ações, um particular seu vizinho de um caráter, temperamento, educação e uma constituição moral diferente da sua, será igualmente absurdo e pernicioso a um Povo servir-se para seu governo das leis de uma nação vizinha, inteiramente diversa em caráter, costumes e religião⁶³⁷.

Na edição 18, o excerto continuava afirmando a necessidade de “mudar, ou modificar a natureza dos governos dos povos, na medida que eles avançam em idade”. A fim de explicar como essa mudança devia acontecer, Gastine, segundo reprodução do *Correio*, comparou a família com o Estado, em que o pai “sentindo-se enfraquecer pela idade, e vendo-se cada dia o físico moral de seus filhos adquirir nova força, longe de exigir que as suas ordens sejam observadas exatamente, mudando de linguagem consultará os mais velhos sobre o que executar” e os filhos “crescendo oferecem a imagem exata de um Estado que se civiliza”⁶³⁸.

A última parte do extrato é ainda mais elucidativa das intenções de João Soares Lisboa. Segundo o periódico, o pai, enquanto chefe de família que avança na idade e fica cada vez mais

⁶³¹ Fenômeno analisado no tópico [2.2.2. O novo vocabulário político: constituição, liberdade, nação e pátria.](#)

⁶³² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 29, n. 47 e n. 16, por exemplo.

⁶³³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 9, n. 20, n. 19, n. 45, n. 6, n. 27, n. 15, n. 25 e n. 24.

⁶³⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n.14, n. 15, n. 46 e n. 29.

⁶³⁵ Sobre as leituras e interpretações de Gastine por João Soares Lisboa, conferir: FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. Civique de Gastine (1793-1822) no *Correio do Rio de Janeiro: Pacto Colonial, Economia Política e as Independências da América. Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 2, p. 1-15, maio/ago., 2020.

⁶³⁶ Foram publicados nas edições 15, 18 e 19.

⁶³⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 15, 26 de abril de 1822.

⁶³⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 18, 30 de abril de 1822.

fraco, reconhece que não está apto a “poder abraçar e dirigir convenientemente cada ramo do governo de sua família”, o que torna “indispensável” a existência de uma “representação nacional”⁶³⁹.

Concomitante à publicação dos extratos, o *Correio do Rio de Janeiro*, em resposta ao correspondente *Amante Leitor*, publicou a defesa da convocação das Cortes no Brasil. Nela, afirmou que, diante das discordâncias e das ordens das Cortes, um “só arbítrio nos ocorre, e vem ser a imediata convocação de Cortes no Brasil, feita por nomeação direta, com liberdade aos povos para nomearem os deputados”⁶⁴⁰.

Já a “pátria”, outra palavra presente na classe analisada, passou a ser progressivamente relacionada com “Brasil”, reforçando a *performance* linguística realizada pelos jornais autonomistas. Mostramos que em 1821 a pátria não aparecia com tanta frequência nos periódicos, sendo eles mais ocupados pela nação. E, até então, o Brasil pouco aparecia como a pátria, o que foi modificado no decorrer de 1822. Progressivamente, os autonomistas passaram a priorizar esse conceito, associa-lo ao Brasil e, com isso, conchamar os “patriotas” em sua defesa. Apelaram para isso ao novo sentido que ele ganhava, relacionando-o ao lugar onde se tinha interesses e laços afetivos o que seria, de acordo com Lúcia Neves⁶⁴¹, o significado “moderno” do termo⁶⁴².

Nascido em Portugal, mas radicado há anos no Brasil, João Soares Lisboa, redator do *Correio*, ressoou o conflito entre os diferentes significados. No periódico, Portugal era apontado como a “Mãe Pátria”⁶⁴³, mas também existem constantes alusões à “causa da pátria”, que era o mesmo que a “causa do Brasil”⁶⁴⁴.

A partir de então, não apenas a permanência do príncipe se tornava imperativa para a liberdade dos povos, como também a convocação da Assembleia, instituição legítima e capaz

⁶³⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 19, 1 de abril de 1822. Na verdade, a edição é do dia 1 de maio, mas foi datada erroneamente na impressão.

⁶⁴⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 16, 27 de abril de 1822.

⁶⁴¹ NEVES, 2003, p. 206–207.

⁶⁴² Esclarecedor nesse sentido foi a *Dissertação* de Frei Caneca, na qual a “pátria de direito”, isto é, o lugar onde estão os interesses e afetos dos indivíduos, teria, segundo o frade, primazia sobre a “pátria de lugar”. Esse impresso foi escrito durante o processo de independência em Pernambuco e buscava influir sobre os conflitos entre “portugueses” e “brasileiros” que aconteciam na província. De certa forma, Caneca buscava convencer os “portugueses” de que o Brasil era sua pátria, e não Portugal, sendo, por isso, necessário que dessem mais importância e atenção às demandas desse Reino. Cf: MELLO, Antônio Joaquim de (org.). **Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

⁶⁴³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 27 e n. 45.

⁶⁴⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 34, n. 47, e n. 45.

de rever as leis feitas em Portugal e modificá-las de acordo com as necessidades dessa parte do Reino Unido. Por isso, por amor à pátria e à liberdade, cabia aos habitantes da América portuguesa defender a permanência do príncipe, assim como a existência de um poder legislativo autônomo no Brasil.

A análise do *Espelho* é a mais complexa dentre os periódicos selecionados porque grande parte das edições era formada por extratos, decretos e proclamações, o que dificulta a compreensão das estratégias argumentativas dos redatores ou do jornal através da metodologia aqui empregada, visto que as estatísticas levam em conta todos os tipos de textos como se fossem escritos por uma única pessoa. Tendo em mente essa peculiaridade, podemos perceber no *cluster* do *Espelho*, no [Gráfico 19](#), três sentimentos: “amor”, “jubilar” (a expressão do sentimento de júbilo) e “horror”, todas na classe 4 junto com “sentimento” e “coração”.

O “horror” engloba duas palavras, “horror” e “horrores”, esta última a mais frequente. Existia um temor aos “horrores da guerra civil”, algo discutido em sete edições do periódico⁶⁴⁵. A guerra civil constituiria uma das origens da “funesta rivalidade entre Naturais e Europeus que, desgraçadamente plantada por alguns espíritos malévolos, tem prodigiosamente crescido” e ameaçado com “total ruína este desgraçado país”⁶⁴⁶.

Além dos horrores da guerra civil, também existiam os “horrores da anarquia”⁶⁴⁷. O tema foi bastante comentado durante as notícias da viagem de Pedro a Minas Gerais. Buscava-se mostrar que a passagem do príncipe tinha como função acabar com a desunião interna da província, assegurando os laços de unidade de Minas com o Rio de Janeiro⁶⁴⁸. Seja por meio das proclamações do príncipe ou de notáveis das vilas pelas quais ele passava, o impresso reforçava que, além do próprio Pedro, caberia aos “Cidadãos Beneméritos” “Salvar a Pátria dos horrores da Anarquia e da guerra civil”⁶⁴⁹.

Mas o que seria a anarquia? Quem correria o risco da anarquia e por quê? Olhando para o dicionário de Moraes e Silva, vemos que a anarquia representava a ausência de soberano, que causaria a “desordem civil”⁶⁵⁰. Significado semelhante era veiculado nos jornais, que

⁶⁴⁵ **O Espelho**, n. 28, n. 22, n. 47 e n. 39; **Extraordinário** n. 5 e n. 6.

⁶⁴⁶ **O Espelho**, n. 39, 01 de abril de 1822.

⁶⁴⁷ **O Espelho Extraordinário** n. 6 e n. 2; **O Espelho**, n. 22.

⁶⁴⁸ Isso é perceptível principalmente na proclamação do Governo Provisório da província, exposto n’**O Espelho Extraordinário**, n. 2, de 28 de fevereiro de 1822.

⁶⁴⁹ **Espeho Extraordinário**, n. 6, 23 de abril de 1822.

⁶⁵⁰ BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 80.

reforçavam a relação entre a anarquia e a guerra civil, frutos do mesmo processo. Ambas seriam as causadoras de inúmeros “males” na vida dos cidadãos.

A anarquia era retratada como resultado de alguns decretos das Cortes, em que se via “o sistema de anarquia, e da escravidão”. Exemplos de leis que assustavam eram os decretos que determinavam o envio de governadores das armas lusitanas e o retorno do príncipe para Lisboa, ordens que teriam causado “um verdadeiro horror”⁶⁵¹. Segundo o jornal, os decretos pretendiam “desunir-nos, enfraquecer-nos, e até deixar-nos em miséria”, “arrancando do seio da grande Família Brasileira o único Pai comum, que nos restava”⁶⁵². O príncipe reconhecia, em proclamação exposta no periódico, que sua partida deixaria “este rico, e vasto Reino do Brasil” “sem um centro de união, e de força, exposto aos males da anarquia, e da guerra civil”⁶⁵³.

Dessa forma, o grande temor exposto no jornal era o de que a “desunião” do Brasil poderia causar os “horrores da anarquia”⁶⁵⁴. Uma das grandes causadoras dessa desunião eram as Cortes, cujos decretos pretendiam desunir as províncias, levando à guerra civil e à desfragmentação do Reino. Assim, a partida do príncipe deixaria os habitantes do Brasil sem um governo único, o que provocaria a desunião e a desordem.

Diante das ameaças, a permanência do príncipe tornava-se essencial para a ordem e a tranquilidade. Em narrativa do *Espelho* sobre a solenidade em homenagem às vítimas da guerra civil na Bahia, o príncipe tornou-se o elemento principal da cerimônia, porque foi tratado como o único capaz de “restituir a tranquilidade a uma Província alucinada por alguns malvados”⁶⁵⁵. O *Espelho* apresentou a descrição de um túmulo que simbolizava as vítimas baianas. No monumento, o “Gênio do Brasil” era representado como um “Mancebo vestido de Armas brancas, com um escudo no braço com a cabeça de Medusa sobre as mãos, e na mão direita uma espada”. Na mesma figura, a Bahia era representada por “uma Gentil Dama abraçada com o Templo da Paz, com a inscrição = União =”, enquanto três figuras que representavam a “Anarquia, a Discórdia, e a Intriga” haviam sido “lançadas por terra, e destruídas pelo Gênio do Brasil”⁶⁵⁶.

⁶⁵¹ **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1822.

⁶⁵² **O Espelho**, n. 16, 11 de janeiro de 1822.

⁶⁵³ **O Espelho**, n. 28, 22 de fevereiro de 1822.

⁶⁵⁴ **O Espelho Extraordinário** n. 2, 28 de fevereiro de 1822.

⁶⁵⁵ **O Espelho**, n. 54, 24 de maio de 1822.

⁶⁵⁶ **O Espelho**, n. 54, 24 de maio de 1822.

A centralidade do príncipe no periódico é representada também pela sua classificação no *cluster*. Três palavras relacionadas a Pedro (“augusto”, “regente” e “príncipe”) ocupam as cinco primeiras posições da Classe 4, expostas na página [154](#). Diante de sua importância, o “jubilar” ligava-se principalmente a ele, digno de “Júbilos”. Ele recebia júbilos dos mineiros⁶⁵⁷, povo que “clamou em chusma continuamente – Viva o nosso PRÍNCIPE REGENTE e nosso Libertador”⁶⁵⁸.

Além de “horror” e “júbilo”, outra palavra de sentimento que aparece no *cluster* era “amor”. Olhando o gráfico abaixo, observamos que a correlação da palavra amor é bem distribuída entre vários termos.

Gráfico 24 - Grafo de similitude de "amor" no *Espelho* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Espelho.

Assim como aconteceu no *Correio*, “próprio” referia-se ao amor a si mesmo. Além do “próprio”, vemos “sentimentos”, palavra presente no *cluster* do periódico, que funciona como introdução aos outros sentimentos, como o de “amor”, de “júbilo” *etc*. Já “senhor” poderia ser tanto o “Senhor Redator”⁶⁵⁹, expressão comum em correspondências, como também o “Senhor

⁶⁵⁷ *O Espelho*, n. 42, 12 de abril de 1822.

⁶⁵⁸ *O Espelho*, n. 51, 14 de maio de 1822.

⁶⁵⁹ *O Espelho*, n. 27 e n. 20.

D. Pedro”⁶⁶⁰. Ainda no grafo, vemos a palavra “respeito”, que se direcionava ao príncipe⁶⁶¹. Por outro lado, “povos” e “brasileiros” seriam aqueles que exerceriam a função de “amar”.

Os objetos do amor seriam a “pátria”, o príncipe “real” e sua “augusta” pessoa. Antes de passarmos para a análise de pátria, devemos pontuar aqui a valorização do príncipe, ainda mais acentuada no *Espelho*. Em 1821 ele era tratado como um membro da família real, o papel principal era de seu pai e rei D. João. Já em 1822 a valorização de sua *persona* o carregou de um mérito que até então não tinha.

Quando exploramos os sentidos atribuídos à pátria, notamos o destaque da palavra “sentimentos”. Pode se afirmar que a pátria demandava “sentimentos” “pacíficos”⁶⁶², “generosos”⁶⁶³ e “honrados”⁶⁶⁴. Da mesma forma, “pátria” guardava relação com a “constituição” por ela estar sendo feita na “Mãe Pátria”⁶⁶⁵. Também notamos correlação com “liberdade” que, nas vezes em que se junta à “pátria”, é referência de notícias ou decretos de outros países, não especificamente do Reino do Brasil ou das províncias⁶⁶⁶.

Outras palavras frequentes ao lado de “pátria” era “honra”, “província” e “sangue”. A “honra” era utilizada em momentos em que se pedia a defesa da “honra” da “pátria”⁶⁶⁷. Já “província” referia-se aos locais de onde saíam as notícias, principalmente da “província” de Minas Gerais, lugar por onde o príncipe viajava e fazia muitos discursos com forte apelo patriótico. O “sangue” era o esforço que devia ser feito pelos patriotas para defender a “pátria”, devendo sustentá-la até a “derradeira gota do seu sangue”⁶⁶⁸ e “derramar” até a “última gota de sangue pela nossa liberdade”⁶⁶⁹. Aqueles que assim o fizessem ou que se identificassem com o príncipe ou com a pátria seriam os “amigos da Pátria”⁶⁷⁰.

Ao ler o *Espelho*, vemos que a pátria podia significar duas coisas. Primeiro, o mais tradicional e ligado às identidades regionais⁶⁷¹, representadas pelas províncias. Porém, mais

⁶⁶⁰ *O Espelho*, n. 37, 25 de março de 1822.

⁶⁶¹ *O Espelho*, n. 49, n. 37, n. 42, n. 43, n. 51 e *O Espelho Extraordinário* n. 7.

⁶⁶² *O Espelho*, n. 19, 21 de janeiro de 1822.

⁶⁶³ *O Espelho*, n. 28, 22 de fevereiro de 1822.

⁶⁶⁴ *O Espelho Extraordinário*, n. 5, 2 de abril de 1822.

⁶⁶⁵ *O Espelho*, n. 40 e n. 58.

⁶⁶⁶ *O Espelho*, n. 22, n. 51, n. 54, n. 55 e *O Espelho Extraordinário* n. 2 e n. 6.

⁶⁶⁷ *O Espelho*, n. 55, n. 41 e n. 38.

⁶⁶⁸ *O Espelho*, n. 26, 15 de fevereiro de 1822.

⁶⁶⁹ *O Espelho Extraordinário* n. 2, 28 de fevereiro de 1822.

⁶⁷⁰ *O Espelho*, n. 26, n. 45 e *O Espelho Extraordinário* n. 6.

⁶⁷¹ PIMENTA, 2006b, p. 71.

uma vez o “Brasil” emergiu como a “nossa pátria”⁶⁷², a “pátria” “comum”⁶⁷³ dos portugueses da América.

No *Espelho*, existiu robusto apelo à defesa da pátria e à permanência do príncipe, assim como grande receio do “horror” que causariam ao Brasil as ordens das Cortes. A pregação com mais ênfase sentimental deve ser creditada às proclamações e descrições de solenidades durante a viagem de Pedro a Minas Gerais, marcados por discursos apelativos e dramáticos, com abuso de recursos retóricos para comover e emocionar os ouvintes (ou para a comoção dos leitores). Todavia, interessa notar como os elementos dignos de defesa (o Brasil, tratado como pátria e o príncipe), que apareceram nos periódicos anteriores, repetem-se no *Espelho*.

O último jornal a ser analisado nesta parte é o baiano *Constitucional*. Da mesma forma que os periódicos precedentes, a palavra de cunho emocional que sobressai nos grafos é “amor”, como podemos ver na Classe 4 na página [156](#). Durante as análises, observamos que o termo mais relacionado ao “amor” é “pátria”, que também é o primeiro vocábulo da Classe 4.

Em um total de 33 vezes que o vocábulo “amor” apareceu no jornal, 14 vezes esteve junto de “pátria”. Em uma proclamação feita pela Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul ao príncipe publicada no periódico, elogiava-se Pedro por ter “atendido a causa” dos interesses dos habitantes da província, “tentando-se em seu benefício o mais firme apoio da nossa segurança, e tranquilidade, protegendo heroicamente em seus auspícios o sagrado fogo do amor da Pátria, e da Constituição”⁶⁷⁴.

O “amor da Pátria”, “esta palavra sagrada”, segundo os redatores do *Constitucional*, “reúne os Cidadãos em defesa da pública Felicidade”⁶⁷⁵. O periódico se atribuía à função de, por “amor da Pátria”, a defender dos ataques das Cortes e dos periodistas do *Idade d’Ouro* e do *Semanário Cívico*, protegendo sua “honra” e mostrando a “Causa de Todo o Brasil”⁶⁷⁶.

Representativo da utilização do termo é a aula de Eusébio Vanério, publicada pelo jornal. Nela vemos de forma clara a *performance* linguística dos autonomistas e a tentativa de modificação do vocábulo. Segundo o professor, o “Amor da Pátria é sem dúvida” uma das “virtudes sociais da mais alta importância, e talvez aquela que tem sido sustentada pelos mais heroicos sacrifícios”. Todavia, alertava aos seus alunos que era necessário não confundir “o

⁶⁷² *O Espelho*, n. 38, 29 de março de 1822.

⁶⁷³ *O Espelho Extraordinário* n. 7; *O Espelho* n. 54 e n. 38.

⁶⁷⁴ *O Constitucional*, n. 5, 20 de abril de 1822.

⁶⁷⁵ *O Constitucional*, n. 6, 22 de abril de 1822.

⁶⁷⁶ *O Constitucional*, n. 7, 24 de abril de 1822.

genuíno espírito da sublime virtude = Amor da Pátria =, nem o queiramos restringir ao só bem daquele terreno, que nos viu nascer, em menoscabo dos que nele não viram primeiro a luz do dia”⁶⁷⁷ A pátria poderia ser aquela onde se nasce, ou aquele terreno onde “gozamos das mesmas vantagens, que desfrutam os naturais”.

Por isso, o professor acusava ser “a mais indesculpável ingratidão” que, por haver nascido em outro país, alguém prefira a “prosperidade e preponderância” de seu local de nascimento em detrimento “daquele que benigno me acolheu, onde achei amparo, meios de subsistência; onde granjееi na fortuna brilhante, cargos honoríficos”. Continuava o professor indagando os ouvintes se “preferirei acaso o bem da minha Pátria natalícia, em desvantagem da adotiva; porém mais tenra, mais hospitaleira”? Para ele, a resposta era não, pois “o patriotismo não tem mais que um fim” do que a “felicidade comum dos Cidadãos”⁶⁷⁸.

Evidentemente, o vocabulário empregado na mobilização de homens em defesa da autonomia do Brasil demandava a demarcação de sentidos afinados à proposta. Por isso, junto à emergência do Brasil como espaço político e à revalorização do príncipe, os periódicos autonomistas ressignificaram a pátria. Se anteriormente era o local de nascimento, agora podia ser também o local onde estavam os interesses dos cidadãos, tornando possível até mesmo aos portugueses que aderissem à causa por eles defendida e tratassem o Brasil como “pátria” por adoção.

Se esses temas e vocábulos ocuparam os jornais autonomistas, devemos nos perguntar agora como eles se envolviam com a crise política que se impunha na nação portuguesa. Por isso, nosso objetivo no próximo tópico é explorar os impressos e os dados recolhidos em sua leitura para entender suas propostas para o Reino Unido.

3.2.2. Por um “centro” no Brasil: os jornais fluminenses e o *Constitucional*

O início de 1822 é um período bastante estudado pela historiografia, pois é tratado como um contexto no qual o conflito entre as Cortes e o projeto político das elites do Centro-Sul estaria em estado adiantado. Nesse momento de crise e disputa, é possível perceber a criação de grupos políticos e o surgimento de debates que envolviam diversos atores históricos em uma dinâmica que gerou propostas que trariam, a longo prazo, a possibilidade da independência do Brasil como uma solução à instabilidade instaurada no Reino Unido.

⁶⁷⁷ *O Constitucional*, n. 26, 8 de junho de 1822.

⁶⁷⁸ *O Constitucional*, n. 26, 15 de fevereiro de 1822.

No caso baiano, as dissensões entre os grupos políticos tiveram teor mais belicoso, já que houve um conflito civil e militar entre facções, separando claramente os antagonistas em decorrência dos lados escolhidos na guerra de Independência na Bahia⁶⁷⁹. Sobre os grupos que ocuparam os espaços políticos e públicos no Rio de Janeiro, a discussão tem outros contornos. O fato de não ter existido naquela província conflitos militares de grande densidade após o Dia do Fico, torna as discordâncias políticas mais difíceis de serem rastreadas, o que levou historiadores a se esforçarem para compreender as dissensões entre os fluminenses.

Ainda que existam outras interpretações acerca dos grupos políticos do Rio de Janeiro⁶⁸⁰, consideramos os subsídios oferecidos por Lúcia Neves⁶⁸¹ e Cecília Oliveira⁶⁸² suficientes para iniciarmos a reflexão acerca do que analisaremos adiante. Desse modo, é substancialmente importante a discordância quanto a algumas propostas desses grupos, já que ambas as autoras indicam que eles eram rivais na cena política e tinham projetos e ideias distintos quanto à organização da monarquia portuguesa.

Para Lúcia Neves, as elites do processo de independência dividiam-se entre a “Elite Coimbrã”, adepta de um “liberalismo moderado” e defensora da “soberania da nação”, e a “Elite Brasiliense”, defensora de reformas políticas mais radicais e com membros que, segundo a autora, foram os “ideólogos do separatismo brasileiro”⁶⁸³. Os grupos seriam os motores das mudanças políticas que aconteceram no Rio de Janeiro durante o processo de independência. Acontecimentos, como o Fico que lançaram “as bases do movimento separatista”⁶⁸⁴, foram cercados de disputas e conflitos entre coimbrãos e brasilienses. Era comum a ambos os grupos

⁶⁷⁹ Dentre os trabalhos que exploram essa divisão política, podemos destacar alguns mais recentes e outros clássicos. Ainda que sem a intenção de ser uma revisão de literatura, indicamos as seguintes obras: FRUTUOSO, Moisés Amado. **“Morram Marotos!”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823)**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.; GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. 2015. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação e História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.; SENA, Consuelo Pondé de. **A imprensa reacionária na independência: Sentinella Bahiense**. Salvador: EDUFBA, 2016.; SILVA, 2008.; SILVA, 2011.; SILVA, 2012.; SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁶⁸⁰ Destacamos os trabalhos de Renato Lopes Leite e Estilague Ferreira dos Santos que enxergaram na província do Rio de Janeiro a existência de grupos “absolutistas” ligados a José Bonifácio. LEITE, 2000.; SANTOS, Estilague Ferreira dos. **A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência**. Vitória: EDUFES, 1999.

⁶⁸¹ NEVES, 2003.

⁶⁸² OLIVEIRA, 1999.

⁶⁸³ NEVES, 2003, p. 51.

⁶⁸⁴ Ibid., p. 305.

as críticas às “arbitrárias” Cortes⁶⁸⁵, ainda que, inicialmente, não existisse a defesa da ruptura com Portugal, mas sim da “autonomia política”⁶⁸⁶.

Cecília Oliveira realçou a existência de dois grupos: o “Partido Brasileiro”, defensor da independência do Brasil, formado por indivíduos ligados ao governo e liderados por José Bonifácio, e os liberais, apoiadores da união com Portugal e liderados por Joaquim Gonçalves Ledo⁶⁸⁷. Segundo a autora, ambos os grupos tinham não apenas propostas políticas divergentes, como também discursos distintos.

Através de uma interpretação que conjuga aspectos econômicos e políticos, Oliveira concluiu que os liberais viam na união com os vintistas portugueses a possibilidade de alcançarem espaços de poder e acabarem com o sistema de monopólio e domínio econômico que o “Partido Brasileiro” exercia no Rio de Janeiro. Além de defenderem a união com Portugal, os liberais também propuseram a Assembleia Constituinte, por virem nela a possibilidade de diminuir a influência de seus adversários⁶⁸⁸.

Ainda de acordo com a autora, mesmo que os agentes desse grupo defendessem a união dos dois reinos, na cena pública posicionavam-se contra as Cortes como estratégia política, chegando a omitir textos e decisões com as quais concordavam⁶⁸⁹. Da parte discursiva, ligavam sua causa com a luta contra a escravidão, já que se enxergavam impedidos pelas “práticas monopolistas” e pela distribuição do poder de exercitar o liberalismo que defendiam⁶⁹⁰. Com isso, buscaram na “representação política da ‘luta entre colônia e metrópole’ a metáfora mais convincente para dissimular a identidade de desígnios que os vinculava aos liberais vintistas”⁶⁹¹.

Já o “Partido Brasileiro” defendia de forma mais aberta a independência do Brasil, acusando os portugueses de serem os causadores dos problemas e da crise que se instaurara no Império⁶⁹². Em contraposição a eles, os membros desse grupo enfatizaram a imagem paternalista do príncipe, destacando principalmente o desrespeito com o qual as Cortes o

⁶⁸⁵ Ibid., p. 202.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 364.

⁶⁸⁷ OLIVEIRA, 1999, p. 126.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 197.

⁶⁸⁹ OLIVEIRA, 1999, p. 207–208.

⁶⁹⁰ Ibid., p. 207.

⁶⁹¹ Ibid., p. 208.

⁶⁹² Ibid., p. 224–225.

tratavam, sendo seu discurso bem recebido particularmente entre os setores mais pobres⁶⁹³. Ademais, para mobilizar o povo, pregavam a preservação das liberdades civis concedidas por D. João em contraponto ao que as Cortes e os revolucionários queriam, trocando a luta contra a opressão dos liberais pela luta contra os excessos⁶⁹⁴.

A obra das duas autoras, como de outros pesquisadores⁶⁹⁵, ao identificarem as diferenças entre os grupos e periódicos, são basilares e têm inestimável valor histórico para a compreensão das disputas que ocorreram no decorrer do processo de independência. Pensando a partir de suas contribuições, realizamos o caminho inverso. Em outras palavras, ao invés de enfatizar as diferenças, buscamos nos próximos tópicos entender as semelhanças e os pontos de concordância entre os redatores.

Ao termos essa perspectiva, foi-nos possível privilegiar espaços comuns dos periodistas fluminenses. A partir disso, conseguimos perceber que algumas propostas, argumentos e ideias se repetiram nos periódicos, inclusive entre aqueles apontados como pertencentes a grupos políticos distintos, ainda que as rusgas e rivalidades continuassem presentes.

3.2.2.1. Desilusão e desconfiança: o “rompimento” com as Cortes

O projeto político que aqui denominamos “autonomista” foi marcado por argumentos que justificavam a desobediência às Cortes e que foram compartilhados entre os jornais. Em seu conjunto, as reflexões variavam por questões econômicas e políticas, mas juntas culminaram na acusação de que o Congresso queria recolonizar o Brasil, alegação que, além de reforçar a crítica e sintetizar a crise em voga, justificava a necessidade de o Brasil ter poderes autônomos.

Segundo o *Malagueta*, desde o fim do período pombalino se observava no Reino Unido um estado de abandono e falta de planejamento, e a “nação” progressivamente tornou-se um “patriciado de aristocratas” onde ninguém tinha interesse de estudar ou trabalhar. A Revolução do Porto parecia ser o momento em que o cenário seria alterado, porém logo se percebeu que

⁶⁹³ Ibid., p. 224.

⁶⁹⁴ Ibid., p. 223.

⁶⁹⁵ Para além das obras já citadas, destacamos as de Nelson Sodré e Francisco Adolfo de Varnhagen, que identificaram grupos políticos distintos no Rio de Janeiro, além das pesquisas de Isabel Lustosa e Jorge Vinicius Monteiro Vianna, que, focados na imprensa, realçaram as diferenças entre posicionamentos, discursos e propostas entre os periodistas. Também é salutar o trabalho de Alexandre Mansur Barata, que estudou a importância das sociedades secretas na conformação de grupos do processo de independência. LUSTOSA, 2000.; SODRÉ, 1999.; VARNHAGEN, 1917.; VIANNA, 2019.; BARATA, 2006.

nada mudaria enquanto “homens velhos” permanecessem no comando. Desde então, nenhuma mudança considerável aconteceu, pois a administração passou de “Fidalgos Ignorantes” para “Peões Fidalgos”, de “Generais de maiores Patentes” para outros de “menores Patentes”⁶⁹⁶. Já o *Reverbero* chegou a afirmar que nenhum “bem resultou diretamente ao Brasil depois que se reuniu o Soberano Congresso Nacional”, e o único melhoramento político e administrativo foi causado pelas Bases da Constituição⁶⁹⁷.

Diante da desilusão e do descontentamento com as ordens que vinham das Cortes, começou a surgir nos periódicos o discurso de que Portugal pretendia “recolonizar” o Brasil⁶⁹⁸. De acordo com Renata Silva Fernandes⁶⁹⁹, alguns decretos alimentaram uma perspectiva amplamente mobilizada pelos autonomistas de que as Cortes queriam reduzir o Brasil ao estado de colônia. Nesse sentido, coube ao Rio de Janeiro um papel privilegiado na articulação com outras províncias como Minas Gerais e São Paulo.

A utilização do termo “recolonização”⁷⁰⁰ pode ser considerado uma *performance* linguística dos jornais autonomistas. Eles criaram uma palavra que, pelo menos nos dicionários anteriores de Bluteau⁷⁰¹ e Moraes e Silva⁷⁰² e até mesmo no de Luiz Maria da Silva Pinto⁷⁰³, publicado em 1832, não existia⁷⁰⁴. A evocação dos perigos da “recolonização” serviu para remeter a um passado que devia ser negado e evitado, algo que só seria possível a partir da recusa à algumas ordens das Cortes e a garantia da autonomia político-administrativa do Reino do Brasil.

Ao retornar ao passado para interpretar o futuro, percebe-se a persistência do modelo de história *magistra vitae*, já que a evocação dos problemas e perigos do período colonial remetia à possibilidade de um retrocesso histórico, tornando necessário o combate dessa regressão⁷⁰⁵.

⁶⁹⁶ **A Malagueta**, n. 24, 11 de maio de 1822.

⁶⁹⁷ **Reverbero**, n. 25, tomo 1, 30 de abril de 1822.

⁶⁹⁸ **Reverbero**, n. 23, tomo 1, 16 de abril de 1822.

⁶⁹⁹ FERNANDES, 2020, p. 214.

⁷⁰⁰ Segundo Berbel, os deputados “brasileiros” nas Cortes não utilizavam o termo “recolonizar”, o que reforça a hipótese de que ele teria sido uma “invenção” dos fluminenses. Naquela instituição, a autora destacou o uso de expressões similares, como “voltar a ser colônia” e “restabelecer o sistema colonial”. BERBEL, 2015, p. 204.

⁷⁰¹ BLUTEAU, 1712a.

⁷⁰² BLUTEAU; SILVA, 1789.

⁷⁰³ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

⁷⁰⁴ De acordo com Antônio Penalves Rocha, a primeira acusação de que as Cortes queriam recolonizar o Brasil partiu de José Clemente Pereira em uma reunião do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. ROCHA, Antônio Penalves da. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 16.

⁷⁰⁵ FANNI, 2015, p. 4.

Por isso, a recolonização não se configurava especificamente como prognóstico, mas como uma reedição do passado no futuro que se aproximava⁷⁰⁶.

As acusações de que as Cortes queriam desunir as províncias do Brasil já foram ilustradas anteriormente através dos dados quantitativos dos periódicos. As análises do *Iramuteq* nos mostraram como a união do Brasil se tornou uma preocupação central dos jornais e como as Cortes foram associadas à sentimentos e características negativas, como o “horror” e a “anarquia”, por parte do *Espelho*.

Esse discurso repete-se em outros jornais e se consolida quando analisamos a trajetória e a construção da acusação de “recolonização”. Nos impressos, vemos como essa perspectiva e a palavra em si teve capilaridade entre os autonomistas. Segundo o *Malagueta*, as tropas enviadas para o Brasil “não tinham Santo, e Senha, que não fossem – Recolonização Indireta”⁷⁰⁷, que tinha como um dos objetivos demolir o “nexo político que havia treze anos ligavam as Províncias do Brasil, e do Ultramar, ao Rio de Janeiro”⁷⁰⁸.

O *Reverbero* foi um dos jornais que mais acusou as Cortes de quererem “recolonizar” o Brasil. Uma das primeiras acusações nesse sentido foi feita em 8 janeiro de 1822, antes do Fico. Segundo o periódico, o desejo das Cortes de fazer o Brasil retornar à situação colonial concretizou-se nas ordens de retorno do príncipe e no novo sistema de governo, em que o governador das armas era enviado de Portugal⁷⁰⁹. A ideia também esteve presente no baiano *Constitucional*, para quem os habitantes da América portuguesa não queriam “nova recolonização, pior que a dos tempos despóticos”⁷¹⁰.

Outra reclamação comum era a de que as Cortes haviam votado e decidido leis que valiam para o Brasil sem a chegada dos representantes americanos⁷¹¹. Para os redatores do *Reverbero*, era um direito dos deputados brasileiros rever as decisões das Cortes que cabiam ao Brasil, o que não estava acontecendo⁷¹².

⁷⁰⁶ Ibid., p. 39.

⁷⁰⁷ **A Malagueta**, n. 24, 11 de maio de 1822.

⁷⁰⁸ **A Malagueta**, n. 25, 11 de maio de 1822.

⁷⁰⁹ **Reverbero**, n. 20, tomo 1, 26 de março de 1822.

⁷¹⁰ **O Constitucional**, n. 15, 13 de maio de 1822.

⁷¹¹ Reclamação semelhante era encontrada em outros impressos, como no *Correio do Rio de Janeiro* e no *Constitucional*, de 09 de maio de 1822; **O Constitucional**, n. 1, 10 de abril de 1822.

⁷¹² **Reverbero**, n. 25, tomo 1, 30 de abril de 1822.

Já o *Espelho* apontou o fim dos tribunais superiores como um dos grandes motivos de incômodo com as Cortes. O decreto que determinava o encerramento das atividades dessas instituições, segundo seus redatores, “fulmina” e arruína “muitas famílias”⁷¹³.

Mais um argumento comumente utilizado como forma de justificar as acusações de que as Cortes queriam recolonizar o Brasil foi o de que Portugal pretendia reinstaurar o Pacto Colonial. Ainda que, segundo Márcia Regina Berbel, não fosse intenção dos deputados portugueses reeditar o exclusivo comercial, mas sim criar uma espécie de escalonamento de taxas de forma a tornar mais atrativo o comércio de produtos entre ambos os lados do Atlântico⁷¹⁴, os jornais brasileiros, por desconhecerem, por não compreenderem os detalhes da proposta ou mesmo por verem nessa alegação um importante aliado de mobilização e convencimento, acusaram as Cortes de tentar monopolizar o comércio do Brasil⁷¹⁵.

Em geral, os periódicos apontavam como elementos que causavam insatisfação com as Cortes decisões de ordem política e administrativa⁷¹⁶. Ainda que possam parecer dispersos em um primeiro momento, os impressos, se olhados em conjunto, mostram preocupação com o enfraquecimento do Reino do Brasil na configuração política da monarquia portuguesa e a organização de um discurso que acusava as Cortes de quererem recolonizar o Brasil, fazendo-o voltar a um passado despótico e sem liberdade, justamente o contrário do que o constitucionalismo representava.

Segundo Lúcia Neves, a resistência a essas medidas teria unido dois grupos políticos rivais no Rio de Janeiro que reconheciam nas Cortes o elemento a ser combatido⁷¹⁷. Da mesma forma, Denis Bernardes chamou atenção para o fato de que o descontentamento com as ordens que vinham de Portugal causou oposição que ganhou “caráter nacional”, especialmente, quando tentaram destituir a existência do Reino do Brasil como “entidade política dotada de autonomia”⁷¹⁸. Os receios e discordâncias fizeram com que os redatores expusessem a

⁷¹³ *O Espelho*, n. 33, 11 de março de 1822.

⁷¹⁴ BERBEL, 2015, p. 806.

⁷¹⁵ *Reverbero*, n. 17, tomo 1, 05 de março de 1822.

⁷¹⁶ Se assim era nos jornais, sentimento semelhante era visto nas Cortes por parte de alguns dos deputados brasileiros. Segundo Márcia Regina Berbel, determinados políticos viam nessas ordens e decretos uma tentativa de fortalecer o centro do Reino Unido, que no momento era Lisboa, o que prejudicava os interesses de autonomia provincial e reforçava a ideia de que as Cortes buscavam “recolonizar” o Brasil. Da mesma forma, Antônio Penalves Rocha se esforçou em mostrar que mesmo que as decisões comerciais das Cortes prejudicassem a economia do Brasil, os principais motivos das acusações de “recolonização” remetiam à desentendimentos políticos, não econômicos. BERBEL, 2015, p. 808.; ROCHA, 2009.

⁷¹⁷ NEVES, 2003, p. 292.

⁷¹⁸ BERNARDES, 2006, p. 512.

insatisfação com as Cortes e a necessidade de se unir para defender o Brasil de possíveis arbitrariedades vindas de Portugal. A cisão política deu início a uma guerra de palavras entre ambos os lados do Atlântico, ainda que isso não significasse desejos de rompimento e de separação política⁷¹⁹.

A luta contra o “sistema arbitrário” e a tentativa de “recolonização” por parte das Cortes não eram, de acordo com os periódicos, exclusivas do Rio de Janeiro. Eles apontavam outras províncias como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande como aliadas contra os “Decretos de recolonização, degradamento, e escravidão”⁷²⁰. Tal argumento objetivava passar a ideia de que a causa era compartilhada por diversas províncias, criando uma solidariedade que extrapolava os limites do Rio de Janeiro.

Sobre esse ponto, é interessante notar como o *Espelho* se esforçou para promover a imagem de que várias regiões do Brasil estavam unidas em torno de um projeto centrado no príncipe e de oposição às Cortes. Através de cartas oficiais e notícias⁷²¹, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo foram apontados como aliados políticos e militares. Em uma dessas cartas, escrita pelo governo de São Paulo ao de Minas Gerais⁷²², os decretos das Cortes foram chamados de “Desorganizadores”, sendo proposta uma “aliança ofensiva, e defensiva contra quaisquer atos arbitrários, e inconstitucionais, pelos quais as Cortes de Lisboa pretendam violar a igualdade de Direitos” e “reduzir outra vez as Províncias deste Reino a Colônias”⁷²³.

Já as províncias mais distantes, como Pernambuco e Bahia⁷²⁴, eram apontadas como aliadas em potencial. Segundo o *Espelho*, em Pernambuco, a nova junta havia jurado fidelidade ao Príncipe Regente⁷²⁵. Já na Bahia, o governo havia indicado interesse em se unir ao príncipe

⁷¹⁹ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Estado e política na Independência. In: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 123.

⁷²⁰ **Reverbero**, n. 16, tomo 1, 26 de fevereiro de 1822.

⁷²¹ Também aparecem notícias semelhantes nas edições 21, de 28 de janeiro de 1822, e no número 37, de 25 de março de 1822 do *Espelho*.

⁷²² De fato, de ambas as províncias partiram proclamações e documentos de autoridades reafirmando a unidade em torno do príncipe e a oposição à determinadas ordens das Cortes, principalmente quanto ao retorno de Pedro. Enquanto em São Paulo se redigiu a Representação da Junta Provincial, a Representação da Câmara de São Paulo e a Representação do Bispo de São Paulo, em Minas o vice-presidente do governo, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, afirmou que o “povo” e o “governo” haviam julgado os decretos das Cortes de 29 de setembro “ter a hidra do despotismo erguido o seu colo, para os reduzir a pior estado do que aquele de que acabavam de sair, pelos atos da venturosa regeneração política”. Cf: BELEM, 2011, p. 123.

⁷²³ **O Espelho**, n. 20, 25 de janeiro de 1822.

⁷²⁴ O *Correio do Rio de Janeiro* também publicou a carta de um baiano que afirmava que a província desejava se unir ao príncipe, mas era impedida pelas tropas portuguesas. **Correio do Rio de Janeiro**, n. 22, 04 de maio de 1822.

⁷²⁵ **O Espelho**, n. 40, 05 de abril de 1822.

como “Augusto Centro da Família Brasileira”, o que não se concretizou, graças às ações do general Madeira⁷²⁶.

Assim, podemos verificar através dos textos a insatisfação que ocupava as páginas dos jornais com o que vinha de Portugal. A união em torno do constitucionalismo e das Cortes, marcante em 1821, deu lugar aos sentimentos de insatisfação e desilusão, o que motivou a criação de propostas capazes de resolver a crise política que se instaurava e manter a estimada unidade.

3.2.2.2. A autonomia do Brasil como solução para a crise

Junto ao discurso de oposição às medidas das Cortes e insatisfação com os rumos que o Reino Unido tomava, os jornalistas passaram a defender a existência de um centro de poder no Brasil como uma das soluções para evitar a desfragmentação da monarquia e do próprio Reino⁷²⁷. Em suma, consideravam necessária a revisão das ordens “recolonizadoras” e “desorganizadoras” das Cortes através de poderes capazes de as adaptar à realidade americana. Ao mesmo tempo, o príncipe servia como salvaguarda da unidade e da segurança da união do Reino do Brasil entre si e com Portugal. Por isso, uma das primeiras causas defendidas pelos autonomistas foi a permanência do Príncipe Regente como delegado do Poder Executivo.

O *Diário Constitucional*, em março de 1822, publicou que o “interesse dos Povos” e a “razão de Estado” exigiam “maior unidade nas partes integrantes de um Reino, a qual jamais poder-se-á conseguir sem um centro comum de administração”⁷²⁸. Por isso, deviam existir organismos político-administrativos no Brasil tanto quanto em Portugal. Ressalvavam que a regência era assistida por um Conselho “filho da vontade dos Povos e eleitos”, cujas decisões eram votadas e seguidas por Pedro, sem poder de veto⁷²⁹.

O *Papagaio*⁷³⁰ foi além, dizendo que não apenas devia existir um centro de poder na América, como devia o Reino do Brasil ser o próprio centro do Império. Argumentou o jornal

⁷²⁶ **O Espelho**, n. 58, 07 de junho de 1822.

⁷²⁷ Segundo Cecília Oliveira, o periódico português *Campeão Portuguez* já havia proposto, anteriormente, a existência de núcleos de poder executivo no Brasil. Cf: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Entre “reciprocidade de interesses” e “recolonização”: o debate na imprensa do Rio de Janeiro (1821-1822). **Revista de História das Ideias**, v. 40, 2022, p.100.

⁷²⁸ **Diário Constitucional**, n. 29, 23 de março de 1822.

⁷²⁹ **Diário Constitucional**, n. 31, 27 de março de 1822.

⁷³⁰ Jornal publicado inicialmente na Tipografia de Moreira e Garcez e, em um segundo momento, na Tipografia do Diário. Cada edição custava 80 réis.

que a Europa perdia importância, enquanto a “América vai tomando a posição de decidir os destinos do Mundo”. Por isso, o redator afirmou que

conservar em Portugal o centro da Monarquia é faltar ao Brasil com os sucos de que tanto carece para seu desenvolvimento, é degenerar a sua constituição robusta e gigantesca, é pretender prolongar (o que já não é possível) a sua infância e fazê-lo cair em prematura velhice⁷³¹.

Além da defesa de uma delegação do poder executivo exercido por Pedro, no decorrer de 1822, foi proposto pelos periódicos órgão capaz de auxiliá-lo nas tomadas de decisões, ao mesmo tempo em que fosse cercado de legitimidade popular, no que foi realizado, ainda que parcialmente, com a criação do Conselho dos Procuradores.

O Conselho de Procuradores não foi muito bem aceito por alguns jornais⁷³², ainda que no início tenham se esforçado para defendê-lo de ataques do *Semanário Cívico*⁷³³. Progressivamente, a insatisfação em alguns foi crescendo ao ponto de em abril de 1822, o *Correio do Rio de Janeiro* pedir a convocação de uma Constituinte no Brasil. Segundo o impresso, apenas

gozando os mesmos Direitos e Liberdades que gozam nossos Irmãos de Portugal, podemos conservar com eles a união; só assim seremos como eles felizes; seja uma a voz de todos e representemos ao Nosso Regente que queremos por que precisamos já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes⁷³⁴.

A partir de então, o *Correio* passou a ter atuação ativa em prol da Constituinte no Brasil, e mudou o debate com a inserção desse novo elemento. O periódico defendia um “Corpo Legislativo” e considerava certo que “S. A. R. há de executar”⁷³⁵.

Para dar legitimidade à reunião de Cortes no Brasil, o periódico recorreu às Bases da Constituição. Previa-se, segundo o *Correio*, no artigo 20, que a “Soberania reside essencialmente em a nação” e, se seus representantes obram contra seus interesses, questionava se podia “uma grande parte daquela Soberania reclamar, e anular as determinações do Soberano Congresso”. O próprio redator oferecia a resposta, afirmando que “Parece que sim: porque a Soberania é propriedade que se pode delegar, mas não alienar”⁷³⁶.

O *Correio* não portava ainda discurso de separação com Portugal, considerada “atitude indiscreta e indecorosa”, pois não “se quebram com tanta leviandade, e sem urgentíssimas

⁷³¹ **O Papagaio**, n. 1, 04 de maio de 1822.

⁷³² **A Malagueta**, n. 8, fevereiro de 1822.

⁷³³ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 5, 15 de abril de 1822.

⁷³⁴ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 11, 22 de abril de 1822.

⁷³⁵ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 16, 27 de abril de 1822.

⁷³⁶ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 22, 04 de maio de 1822.

causas, vínculos tão sagrados, como são de Pais com Filhos, Irmãos com Irmãos”⁷³⁷. O que João Soares Lisboa, redator do *Correio*, queria com a Constituinte no Brasil era a autonomia para o Reino do Brasil, não ruptura.

Da mesma forma, José Moutinho Lima Tavares da Silva, editor do *Papagaio*⁷³⁸ que também havia defendido as “Cortes” no Brasil, afirmava que a existência de assembleias independentes não significava a separação de Portugal. Segundo o redator, alguns “Luso Europeus” ouvem falar de Cortes no Brasil e logo as associam à independência, enquanto o “Povo Brasiliense” não pensa assim. Para o jornal, o “espírito público do Brasil” não desejava a ruptura, “limita[va]m-se a uma independência administrativa”, “subsistindo, todavia, as relações comerciais”⁷³⁹.

A proposição feita inicialmente no *Correio do Rio de Janeiro* de uma Assembleia Constituinte no Brasil teve forte impacto sobre os outros jornais. Seu redator, arguindo dentro dos limites do constitucionalismo e mantendo a defesa da união da monarquia bragantina, propôs algo relativamente radical, já que expôs a crise política da nação portuguesa. As Cortes, outrora tratada como uma instituição sagrada, agora era digna não apenas de ser desobedecida, como era também insuficiente aos habitantes do Brasil, devendo eles terem uma representação separada.

Todavia, é importante frisar que essa proposição não significava a ruptura da monarquia portuguesa. O que João Soares Lisboa queria era a autonomia política, não a quebra de todos os laços que uniam portugueses da América e da Europa. Sobre o tema, são salutares as reflexões de Cecília Oliveira, que analisando o termo “independência” percebeu que ele não era entendido como ruptura, mas sim a autonomia de qualquer sociedade para elaborar as próprias leis e estabelecer relações políticas e comerciais, no sentido atribuído por Thomas Paine⁷⁴⁰. Nessa conjuntura, a independência era vista como o contrário de “dependência”, mas não necessariamente como separação⁷⁴¹.

⁷³⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 21, 03 de maio de 1822.

⁷³⁸ Ele havia afirmado que caso Portugal não aceitasse o Brasil como a capital do Império, era necessária, para a felicidade dos habitantes do Brasil, a convocação de “suas Cortes”, o que, entretanto, “não embarça a marcha das relações comerciais” entre Brasil e Portugal, nem dissolvía a união entre ambos os Reinos. *O Papagaio*, n. 2, 10 de maio de 1822.

⁷³⁹ *O Papagaio*, n. 2, 10 de maio de 1822.

⁷⁴⁰ OLIVEIRA, Cecília. Helena de Salles. O *Correio do Rio de Janeiro* e o debate em torno do governo constitucional. In: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (Org.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 28.

⁷⁴¹ VIANNA, 2011, p. 40.

Desse modo, o que se percebe no *Correio* é a defesa da Constituinte no Brasil como tentativa de resolver a crise política representada pelos supostos equívocos das Cortes. O periódico não justificava a proposta através da pregação da ruptura, mas apregoava a defesa da autonomia do Brasil como solução para manter a união. Por isso, preparou uma representação que, com as assinaturas dos cidadãos, requisitaria ao príncipe Pedro a convocação de uma nova Constituinte no Rio de Janeiro.

Em 18 de maio, “possuídos do mais nobre entusiasmo e amor da glória Nacional”, o *Correio do Rio de Janeiro* decidiu levar os artigos da Representação ao público para exame. Além do pedido da Constituinte, também existia no requerimento uma discussão sobre como funcionaria as eleições dos constituintes, se de forma direta ou indireta. Em 22 de maio de 1822, o redator afirmou ter assumido a direção da Tipografia de Silva Porto e lançou a campanha para recolhimento das assinaturas naquele estabelecimento⁷⁴².

Algumas correspondências, como as do *Constitucional Regenerado*⁷⁴³, do *Amigo da Justiça, e Carioca Constitucional*⁷⁴⁴, do *H...*⁷⁴⁵, do *Amigo dos Amigos*⁷⁴⁶, de *G.V.J.*⁷⁴⁷ e do *Constitucional de Fato e de Direito, G.A.S.L.*⁷⁴⁸, referendaram as opiniões previamente expostas no periódico em defesa da eleição direta. Nelas se apoiou a convocação da Constituinte como direito dos habitantes do Brasil, reforçou-se a soberania do povo expressa nas assinaturas, pediu-se o início do cadastro e a recontagem da população, inclusive de escravos, para determinar a quantidade de deputados de cada província, apoiou-se o voto direto e solicitou-se celeridade ao príncipe na convocação, para que o Brasil unido a “Portugal por confederação, como pede a política, e o mútuo interesse”, pudesse “fortificar a nossa causa, e ganhar a opinião pública das Províncias do Norte, que nos falta”⁷⁴⁹.

Com a defesa ininterrupta da Constituinte, o redator do *Correio* confrontou-se com José da Silva Lisboa que redigia os panfletos *Reclamação do Brasil*⁷⁵⁰, onde criticava a

⁷⁴² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 36, 22 de maio de 1822.

⁷⁴³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 35 e n. 36.

⁷⁴⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 38, 24 de maio de 1822.

⁷⁴⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 39, 25 de maio de 1822.

⁷⁴⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 39, 25 de maio de 1822.

⁷⁴⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 42, 30 de maio de 1822.

⁷⁴⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 45, 03 de junho de 1822.

⁷⁴⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 45, 03 de junho de 1822.

⁷⁵⁰ Existe uma mudança na relação entre ambos os redatores. No começo de maio, ainda antes de intensificar a campanha pela Constituinte, o *Correio do Rio de Janeiro* elogiou José da Silva Lisboa, chamando-o de “incorruptível”. Isso mostra como as relações e alianças eram fluidas e dependiam do momento. Situação de conflito semelhante é perceptível no *Reverbero*, que em pelo menos duas vezes criticou o posicionamento político de Cairu, após dar créditos à suas ideias. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 25, 08 de maio de 1822.; *Reverbero*, n.

Representação. O *Correio do Rio de Janeiro*, principalmente através de correspondências, respondeu aos panfletos de Silva Lisboa de forma agressiva, não apenas o acusando de “corcunda”, como debochando de suas características físicas⁷⁵¹.

Para reforçar a legitimidade de sua proposta, o redator do *Correio* enviou ao *Malagueta* uma correspondência questionando sua posição a respeito da Representação⁷⁵². A análise do *Malagueta* veio na edição seguinte. Segundo o redator, a Representação era uma das formas de se ouvir a vontade da “*Salus Populi*”, e se “o Povo do Rio de Janeiro reconhece a extrema necessidade de se preparar para a Fixação Legislativa no Brasil, se a opinião se pronuncia decididamente nas Províncias”, os procuradores eleitos, ou sendo eleitos, deviam discutir o tema. Para May, a Representação podia ser comparada com o “Grande Ato dos Estados Unidos de 1776”⁷⁵³.

Já o *Reverbero*, inicialmente, não se manifestou sobre a Representação proposta pelo *Correio*⁷⁵⁴. Joaquim Gonçalves Ledo, um dos redatores do jornal, enviou ao *Correio* correspondências assinadas como *Amante Leitor*⁷⁵⁵, em que pediu calma e prudência a João Soares Lisboa. Em uma dessas cartas, publicada em 2 de maio de 1822, ao mesmo tempo em que criticava as Cortes, Ledo pediu ordem e união, afirmando que não era a hora de convocar constituinte própria e o remédio naquele momento era fazer petições e esperar.

A proximidade da entrega ao príncipe da Representação e a intensificação do debate levaram os redatores do *Reverbero* a opinarem publicamente. A forma escolhida foi a de “Catecismo”, por meio de perguntas e respostas, em que explicaram alguns temas relacionados à convocação da Constituinte no Brasil.

19, 19 de março de 1822; n. 2, tomo 2, 04 de junho de 1822, n. 1, tomo 2, 28 de maio de 1822. Sobre uma abordagem mais detalhada da discussão entre o *Reverbero* e Cairu, conferir: SILVA, Virgínia Rodrigues da. **O Revérbero Constitucional Fluminense, Constitucionalismo na Imprensa do Rio de Janeiro à Época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

⁷⁵¹ Esses escritos foram questionados pelo correspondente *Brazilico Luso Africano &c.*, que pediu aos autores que parassem de falar das características físicas de José da Silva Lisboa e se concentrassem em contestar suas ideias. **Correio do Rio de Janeiro**, n. 42, 30 de maio de 1822.

⁷⁵² **A Malagueta**, n. 27, 22 de maio de 1822.

⁷⁵³ **A Malagueta**, n. 28, 25 de maio de 1822.

⁷⁵⁴ Se nos atentarmos às indicações de Luís Otávio Vieira e Cecília Oliveira, podemos considerar que esse posicionamento do *Reverbero* está relacionado à tentativa de seus redatores de servirem de “ponte” entre os “liberais fluminenses” e o governo regencial. Por isso o posicionamento mais combativo do grupo coube ao *Correio*. VIEIRA, 2019, p. 192.; OLIVEIRA, 1999.

⁷⁵⁵ OLIVEIRA, 1999, p. 215.

No mesmo catecismo os editores do periódico justificaram o direito de o Brasil convocar uma segunda Constituinte. Para Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, os deputados em Portugal “perderam o caráter da nossa representação desde o momento em que deixaram de sustentar nossos interesses políticos”. Por isso, e pelo fato de as Cortes não estarem tratando os brasileiros com igualdade, era “indispensável que se form[ass]e uma nova Representação no caso que os nossos atuais Deputados não acudam às nossas Reclamações para nos remirmos da dura, e infame escravidão de que estamos ameaçados”⁷⁵⁶.

3.2.2.3. O antagonismo entre “Brasileiros” e “Europeus”

Enquanto no Rio de Janeiro se discutia a questão da união do Brasil em um centro de poder, na Bahia o principal assunto nos jornais foi a chegada da ordem de posse do tenente-coronel português Inácio Luís Madeira de Melo como governador das armas. A ordem aprofundou a dissensão entres as elites e os militares, culminando em um conflito de grupos majoritariamente formados por portugueses europeus e portugueses americanos. O conflito escalonou de forma a ganhar relevância imperial, já que seu desenvolvimento opôs defensores e críticos das ordens das Cortes.

Do lado dos críticos estava o *Diário Constitucional*. Desde a chegada da ordem de posse de Madeira, o periódico afirmou desconfiar de “suas qualidades militares, e civis”⁷⁵⁷. Na mesma edição, teceu louvores ao Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, então governador das armas, chamando-o de “Regenerador da Província da Bahia”⁷⁵⁸. Os conflitos ocorridos após a chegada da ordem interromperam a publicação do jornal. Como saía quase diariamente e deixou de ser publicado entre 19 de fevereiro de 1822 e 1º de março de 1822, no retorno, o impresso justificou a ausência com as “desgraças públicas” acontecidas em Salvador. Na mesma edição, publicou uma portaria do governo em que se noticiava e explicava o conflito na província, mostrando um cenário em que “Naturais e Europeus” se opuseram⁷⁵⁹.

O estado de desordem em Salvador parece ter influído nos rumos do periódico. Em parte do mês de março, a característica argumentativa e opinativa do impresso deu espaço a notícias estrangeiras e nacionais, ofícios e portarias. Porém, na edição do dia 13 de março, o *Diário Constitucional* refletiu sobre o estado da província. Lamentando as “vergonhosas rixas entre

⁷⁵⁶ Reverbero, n. 1, tomo 2, 28 de maio de 1822.

⁷⁵⁷ *Diário Constitucional*, n. 8, 16 de fevereiro de 1822.

⁷⁵⁸ *Diário Constitucional*, n. 9, 18 de fevereiro de 1822.

⁷⁵⁹ *Diário Constitucional*, n. 12, 02 de março de 1822.

Portugueses nascidos na Europa aqui residentes, e o Português Brasileiro”, os redatores culpavam a antiga Junta que, para se desviar das críticas, mudou a atenção do “Povo com facções do Rio de Janeiro” impondo recluir tudo que de lá viesse. Segundo o periódico, o estado era tão calamitoso que “o Filho” começou a “desconfiar do Pai, a Mulher do Marido, como se o acaso de nascer aqui ou ali pode dissolver vínculos apertados pelo sangue”⁷⁶⁰.

O *Diário* mostrava-se constantemente preocupado com as rivalidades entre “portugueses nascidos na Europa” e os portugueses “brasileiros”. Na edição 37, fez longo histórico da história do Brasil tentando entender de onde viriam os “ciúmes e as rivalidades” entre ambos os grupos. Nesses textos chegou a afirmar que o período colonial foi marcado pelo despotismo dos governadores portugueses que oprimiam os “brasileiros”. Na exposição, a Revolução Pernambucana de 1817 foi apontada como uma das reações dos portugueses “brasileiros” contra os “áulicos” portugueses, e as mudanças políticas iniciadas no ano de 1820 sinalizadas como desilusão, pois os portugueses “brasileiros” acreditavam que teriam condições iguais às dos portugueses da “Europa”, o que não estava acontecendo. Diante disso, o jornal afirmava que os “brasileiros” não queriam o rompimento, que o “tal Partido de Independência não existe”, desejavam apenas ser “bem governados”, o que nunca iria acontecer enquanto dessem “ouvidos a satélites do servilismo, que pretendem ver de novo implantado no Brasil o ruinoso, o amaldiçoado sistema colonial”⁷⁶¹.

O clima de rivalidade e de opiniões políticas opostas fez com que a cidade de Cachoeira fosse muito elogiada no impresso graças às mostras de fidelidade ao príncipe. Segundo os correspondentes *Manoel José de Freitas* e *José Antônio da Silva Castro*, naquela cidade havia acontecido a eleição para o Conselho de Procuradores, o que os levou a dar vivas ao “Soberano Congresso”, ao “Imortal Fundador do Reino do Brasil”, ao “Digno Príncipe Regente do Brasil”, ao “mesmo Brasil”, à “Bahia” e à “Cachoeira”⁷⁶². Da mesma forma, o correspondente *V.I.A.*, que se dizia “um Vigário do Termo da Cachoeira” e “filho da Bahia”, elogiou os cachoeirenses por se unirem ao príncipe e reconhecê-lo como o “Poder Executivo do Brasil” e logo “amá-lo e respeitá-lo”⁷⁶³.

A mesma cidade, segundo *Hum Constitucional Cachoeirense*, gritou de júbilo e alegria, e afirmou que “nunca a Cachoeira viu tanto prazer” quanto com a chegada das notícias de que

⁷⁶⁰ *Diário Constitucional*, n. 13 de março de 1822.

⁷⁶¹ *Diário Constitucional*, n. 37, 03 de abril de 1822.

⁷⁶² *O Constitucional*, n. 2, 13 de abril de 1822.

⁷⁶³ *O Constitucional*, n. 20, 25 de maio de 1822.

as Cortes haviam aceitado o príncipe “como Delegado do Poder Executivo”, por considerar essa decisão o “único meio, que nos parece capaz de pôr em quietação tanto este vasto e riquíssimo Reino, salvando a nossa Pátria dos males que a ameaçavam, e avivar a desejada união com os nossos Irmãos de Portugal”. Ao olhar os cidadãos comemorando, o correspondente usou linguagem emotiva, descrevendo que dos “olhos rebentavam lágrimas de complacência”, fazendo com que muitos retratos do príncipe fossem espalhados pela cidade. Todavia, diante da alegria dos “Brasileiros”⁷⁶⁴,

muitos Europeus, não contentes com não terem iluminados suas casas, antes negado a luz das escadas, fecharam as janelas, e ocultaram a luz das salas, fazendo lúgubres suas habitações; formaram uma grande facção; procuraram e obtiveram a proteção do Alferes de Ordenanças José de Azevedo Motta, por ser decididamente idiota, e que tem à sua disposição toda a gente de Ordenanças por ser efetivo comandante, armaram-se e juntaram-se em número de mais de 40, diziam huns = Vamos já e já apagar as luzes, quebrar aquele Retrato, e matar os cabras =: outros, assim não: havemos de prendê-los, quebrar o Retrato é crime⁷⁶⁵?

O *Constitucional* narra na edição que na dúvida como agir, os “europeus” resolveram chamar o comandante de uma canhoneira que estava no porto da cidade, que recusou o auxílio pois não havia nada de errado nos festejos dos “Brasileiros”. Desiludidos com a decisão do comandante, os “facciosos” “tentaram todos os meios de amotinarem, e perturbarem os pacíficos Brasileiros”, e

um Antônio Bernardino da Silva e Azevedo, armado de uma espada e um agudo estoque veio com grande denodo impedir os jocosos vivos, que respeitadamente se davam a S. A. R. e como se fosse repreendido por um Brasileiro, quis com a espada desembainhada ofendê-lo, e teve o desacordo de bradar = morra D. Pedro =⁷⁶⁶.

A descrição da festa da Cachoeira pelo correspondente implica em dupla mensagem. As festas indicam o “patriotismo” dos “brasileiros” extasiados com a possibilidade de o príncipe permanecer no Brasil, considerada a única forma de se manter a ordem no Reino e a união da monarquia portuguesa. Já a reação dos “Europeus” mostrava o outro lado da mensagem, pois, enquanto os “brasileiros” desejavam a união e a ordem, os “europeus” agiam com desrespeito às manifestações de alegria e fraternidade⁷⁶⁷.

⁷⁶⁴ Os rótulos “brasileiro” e “português” não se tratam de identidades nacionais rígidas e consolidadas. Como veremos, essa divisão foi uma construção que, em grande parte, teve início em 1822 a partir da intensificação dos debates e das discordâncias entre grupos políticos. Uma das consequências dessa divisão foram os sentimentos e arroubos antilusitanos, como vem sendo apontado pela historiografia. Aliás, esse sentimento apareceu de forma mais marcante nos periódicos da Bahia, onde o discurso antilusitano, segundo Hendrik Kraay, marcou o início da identidade “brasileira” e “baiana” contra os europeus. Cf: ARAÚJO, 2018. FRUTUOSO, 2015.; GONÇALVES, 2018.; KRAAY, 2006.

⁷⁶⁵ *O Constitucional*, n. 23, 01 de junho de 1822.

⁷⁶⁶ *O Constitucional*, n. 23, 01 de junho de 1822.

⁷⁶⁷ SCHIAVINATTO, 2006, p. 230.

Ainda que não fosse a marca central dos jornais da primeira metade de 1822, podemos perceber no *Constitucional* o início da divisão entre “brasileiros”, ou “portugueses americanos” e “portugueses”, ou “europeus”. O discurso, que se aprofundaria no decorrer do processo de independência, faz parte da construção da identidade “brasileira”. Segundo João Paulo Pimenta, antes da formação do Brasil como “nação única e singular”, foi necessário diferenciar os brasileiros dos portugueses reinóis, o que teria ocorrido a partir da aproximação com a identidade americana⁷⁶⁸.

Um dos indícios do surgimento da suposta identidade “brasileira” foram os pseudônimos que assinavam correspondências inseridas nos jornais. Se em 1821 não conseguimos localizar qualquer alônimo que fizesse relação ao Brasil ou ao espaço americano, em 1822 encontramos o “Amigo do Brasil”⁷⁶⁹, o “Amante do Brasil”⁷⁷⁰, o “Tupinambá”⁷⁷¹, o “Brasileiro”⁷⁷², o “Brasileiro Constitucional”⁷⁷³, o “Braziliense”⁷⁷⁴ e o “Brasílico Luzo Africano Indo &c.”⁷⁷⁵.

O conteúdo dessas correspondências normalmente era marcado por postura crítica e agressiva em relação às Cortes ou a elementos a elas ligados. O *Tupinambá*, por exemplo, supostamente escrevia da Bahia, acusava Madeira de ser um “Infame Bachá” e chamava seus aliados de “Antropófagos”. Já o *Brasileiro Constitucional* elogiava a iniciativa do príncipe de viajar por Minas Gerais para tentar pacificar a província e captá-la à causa brasileira⁷⁷⁶. Esse mesmo pseudônimo foi usado em uma segunda correspondência no *Correio do Rio de Janeiro*, criticando o *Semanário Cívico*.

3.2.3. A autonomia do Brasil como projeto para a nação portuguesa

Diante do que foi exposto, podemos perceber a forte insatisfação dos redatores e correspondentes com as ordens das Cortes, o que motivou a defesa de poderes capazes de

⁷⁶⁸ PIMENTA, 2006.

⁷⁶⁹ *O Constitucional*, n. 6, 14 de fevereiro de 1822.

⁷⁷⁰ *O Constitucional*, n. 34, 20 de março de 1822.

⁷⁷¹ *O Espelho Extraordinário* n. 8, 28 de dezembro de 1822.

⁷⁷² *A Malagueta*, n. 12, 30 de março de 1822.

⁷⁷³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 15, 26 de abril de 1822.

⁷⁷⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 40, 28 de maio de 1822.

⁷⁷⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 42, 30 de maio de 1822.

⁷⁷⁶ A viagem de Pedro para Minas Gerais foi motivada por um movimento político que tentou recolocar a província na órbita das Cortes. A fim de retomar a influência sobre aquela região, o príncipe buscou aprofundar o relacionamento com as elites mineiras e fazer uma série de pronunciamentos, conclamando a província à união com o Brasil. Segundo Neves, a viagem de Pedro foi marcada por um forte discurso de defesa do projeto brasileiro em oposição às Cortes, e a adesão de Minas à sua autoridade teria significado não apenas a consolidação da união do Centro-Sul, como também consolidação da “causa brasílica”. NEVES, 2003, p. 323–324.

garantir a autonomia do Brasil em relação a Portugal, sem que para isso fosse proposta a fratura ou separação da monarquia portuguesa. Observa-se, igualmente, a construção de identidade política alicerçada mais fundamente na América.

A luta pela preservação da autonomia do Reino do Brasil perante Lisboa, através da existência de um Poder Executivo e Legislativo sediado na América portuguesa, tornou necessário que os periodistas reformulassem compreensões e conceitos expostos no ano de 1821, mobilizando, para isso, vocabulário capaz de justificar suas propostas. Em torno da defesa do que consideraram a “causa do Brasil”, os jornalistas reformularam o vocabulário no campo da estruturação do poder, de proteção da liberdade, da união e da autonomia do Reino do Brasil. Com isso, os mesmos redatores que há poucos meses pregavam a união de portugueses de ambos os lados do Atlântico em torno das Cortes contra o despotismo do Antigo Regime, viraram suas críticas às próprias Cortes, transformando-as na representação do despotismo.

Nesse processo, os periodistas utilizaram linguagem muito semelhante a 1821. Os apelos patrióticos e os termos emotivos permaneceram ocupando espaço nos jornais e servindo de base para os discursos persuasivos e mobilizadores.

A grande diferença de 1821 para o início de 1822 foi a remodelação dos sentimentos relacionados à pátria e pertencimento em favor da autonomia política do Reino do Brasil. Propagava-se como obrigação dos cidadãos defender a causa da pátria (agora entendida como o Brasil) e a felicidade de seus pares, enquanto a permanência do príncipe era a única forma de manter unido o Brasil e evitar sua fragmentação em unidades menores sem capacidade de resistir à anarquia.

A complexidade do vocabulário contém em si uma série de discursos e até mesmo propostas distintas – como o caso do *Correio do Rio de Janeiro* e a defesa da Constituinte – já analisadas pela historiografia, como destacamos ao comentarmos os trabalhos de Lúcia Neves⁷⁷⁷ e Cecília Oliveira⁷⁷⁸. Apesar disso, esses projetos se mantinham dentro de uma lógica na qual o Brasil devia ser resguardado das ordens das Cortes que buscavam desunir as províncias. Isso mostra, portanto, como os periódicos foram capazes de estabilizar a busca pela autonomia em mais de um locutor e, em conformidade, agirem dentro dos limites linguísticos da época⁷⁷⁹. Ainda defendendo a importância da constituição, o que fizeram foi revalorizar o

⁷⁷⁷ NEVES, 2003.

⁷⁷⁸ OLIVEIRA, 1999.

⁷⁷⁹ POCOCK, 2003, p. 31.

vocabulário da linguagem patriótica e apostar no Brasil e no príncipe como elementos dignos de defesa.

Por isso, diversos autores, ainda que discordantes sobre determinados assuntos e membros de grupos políticos e províncias diferentes, atuaram dentro da mesma lógica argumentativa de autonomia do Reino do Brasil. Para convencer os leitores à ação, os redatores utilizaram a emoção como estratégia de mobilização, apelando para sentimentos como “amor” e “felicidade”. Dessa forma, ainda que entrassem em conflito sobre determinadas propostas, os autonomistas protagonizaram verdadeira campanha pelo respeito da unidade política da América lusa, especialmente em relação à organização do poder único e central. Tudo isso utilizando de uma linguagem parecida em comparação com 1821, mas deixando descoberto a similaridade entre diferentes *paroles* dentro de uma mesma lógica argumentativa⁷⁸⁰.

Ademais, entre os periódicos aqui analisados, as Cortes exerciam o papel de vilãs, pois eram apontadas como as responsáveis pelas ameaças e tentativas de recolonizar o país. Elas balizaram a alteridade que dividiu, no discurso dos autonomistas, os defensores da “causa do Brasil”, da “pátria”, os ditos “brasileiros”, contra aqueles que queriam trazer a “anarquia”, a “desunião”, a “guerra civil” e “recolonizar” o Brasil.

Nesse contexto, a recolonização, remetendo ao passado, serviu ao que John Pocock chamou de “dimensão histórica”⁷⁸¹. Por meio da história colonial⁷⁸², os redatores resgataram essa experiência somada às pressões do presente e a utilizaram na defesa da autonomia do Brasil. Era necessário defender a soberania do Reino do Brasil através da existência de um poder central e da permanência do príncipe para se evitar o retorno a uma condição indesejada.

⁷⁸⁰ Ibid., p. 34.

⁷⁸¹ Ibid., p. 37.

⁷⁸² No caso específico do *Reverbero*, João Carlos Escosteguy Filho ofereceu importante subsídio à interpretação do discurso periódico. Segundo o autor, a história passava por uma leitura na qual a liberdade estaria em constante luta contra o despotismo. Isso levou a seleção de múltiplos fatos do passado (como o caso da recolonização), para embasar sua argumentação e suas ideias. Já Cristiane Alves Camacho dos Santos percebeu que durante o processo de independência o recurso à história colonial foi importante elemento na criação da identidade “brasileira” em oposição à “portuguesa” e consolidação da opção de separação de Portugal. De acordo com Valdei Lopes de Araújo, nesse processo as Cortes foram associadas ao passado colonial visto como a história do despotismo. ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. O Reverbero Constitucional Fluminense e as interpretações do tempo no contexto da Independência (1821-1822). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 39, n. 1, p. 268–292, 2021, p. 277. SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. **Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 16. ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. **Revista de História**, n. 159, 2008b, p. 116.

Para isso, alguns conceitos foram fundamentais⁷⁸³ nessa linguagem, especialmente o de pátria. A defesa da “causa do Brasil”, da “causa da pátria” e do “amor da pátria” realçaram o patriotismo enquanto sentimento de mobilização do público em direção às metas políticas desejadas pelos redatores. Por isso, a definição de “pátria” se converteu em um dos pontos de disputa entre os grupos políticos, já que, caso agissem por “amor da Pátria”, era necessário saber se a pátria era o Brasil, Portugal ou as províncias.

Este tópico tentou fornecer subsídios a respeito do vocabulário empregado no processo de independência através de jornais fluminenses e do baiano *Constitucional*. Atuando sobre um contexto marcado pelo confronto com as Cortes, o eixo da argumentação esteve na ideia de que o Brasil devia ser um reino autônomo, mas não separado de Portugal. Para nós, ainda mais importante do que a proposta era a forma como a defendiam, apresentando-a com forte apelo emocional e patriótico. Assim, na interação das ideias, propostas e o contexto, os redatores agiram linguisticamente, o que reverberou em outras províncias. Vamos, nos próximos tópicos, compreender como suas propostas políticas e linguísticas foram recebidas e respondidas por outros jornais, tendo em mente não apenas as reações que despertaram, mas também os novos atos linguísticos decorrentes desse debate.

3.3. O projeto unitário

A partir do que vimos anteriormente, este tópico busca entender como foi a recepção das propostas autonomistas em outras províncias. O propósito desta fase parte de duas preocupações principais.

A primeira é compreender a discussão política nas províncias do Brasil, principalmente na Bahia, no Maranhão e no Pará em meados de 1822. Pretendemos entender a imprensa do período em perspectiva que valorize as dinâmicas regionais a partir do cruzamento dos diferentes pontos de vistas sobre os acontecimentos políticos.

A segunda preocupação relaciona-se diretamente ao contexto da primeira metade do ano de 1822. Observamos no tópico anterior a insatisfação e discordâncias com as ordens vindas

⁷⁸³ Segundo Reinhart Koselleck, os conceitos se tornam fundamentais quando estão “tão afinados com determinadas metas e tão densos de informação que passam a ser imprescindíveis para o uso linguístico geral”. Por isso, ocorre uma luta por sua interpretação e definição, porque, ao mesmo tempo em que são insubstituíveis, são também objeto de disputa. KOSELLECK, 2020, p. 548.

das Cortes de Portugal por parte dos jornais autonomistas. Já nessa etapa, vamos analisar o processo contrário.

Os periódicos aqui explorados defendiam concepção “unitária” da monarquia portuguesa através da obediência às ordens das Cortes. Juntos, o *Analysador Constitucional*, *Semanário Cívico*, o *Baluarte Constitucional*, o *Idade d’Ouro*, o *Conciliador*, o *Paraense*, o *Sentinela Bahiense* e o *Compilador Constitucional Fluminense* sistematizaram críticas às propostas autonomistas em defesa da unidade da nação portuguesa nas Cortes.

Tanto a discussão de autonomia quanto a de unidade eram frutos de um mesmo contexto. No debate, enquanto os jornais autonomistas buscaram modificar alguns vocábulos, os “unitários”⁷⁸⁴ tentaram reforçar a importância das Cortes para a nação portuguesa. Assim, nessa seção interessa entender como os atos de fala formulados por periódicos modificaram o contexto linguístico e, principalmente, como foram recebidos e respondidos⁷⁸⁵.

Para isso, o tópico foi organizado em cinco espaços. No primeiro vamos analisar quantitativamente o *Semanário*, para entender a linguagem do periódico. Logo após, faremos uma incursão pelos conteúdos e propostas de outros jornais baianos e do *Compilador Constitucional Fluminense*. O *Conciliador* do Maranhão e o *Paraense* serão analisados no terceiro item, que será seguido de pequena síntese dos jornais unitários.

3.3.1. Interesses políticos e econômicos: o conteúdo do *Semanário*

O *Semanário Cívico* é o segundo jornal mais longo abordado nesta tese, perdendo apenas para o *Conciliador*. O periódico baiano circulou de março de 1821 a junho de 1823, escrito pelo mesmo redator e sem longas interrupções, algo que poucos jornais conseguiram fazer durante o Primeiro Reinado.

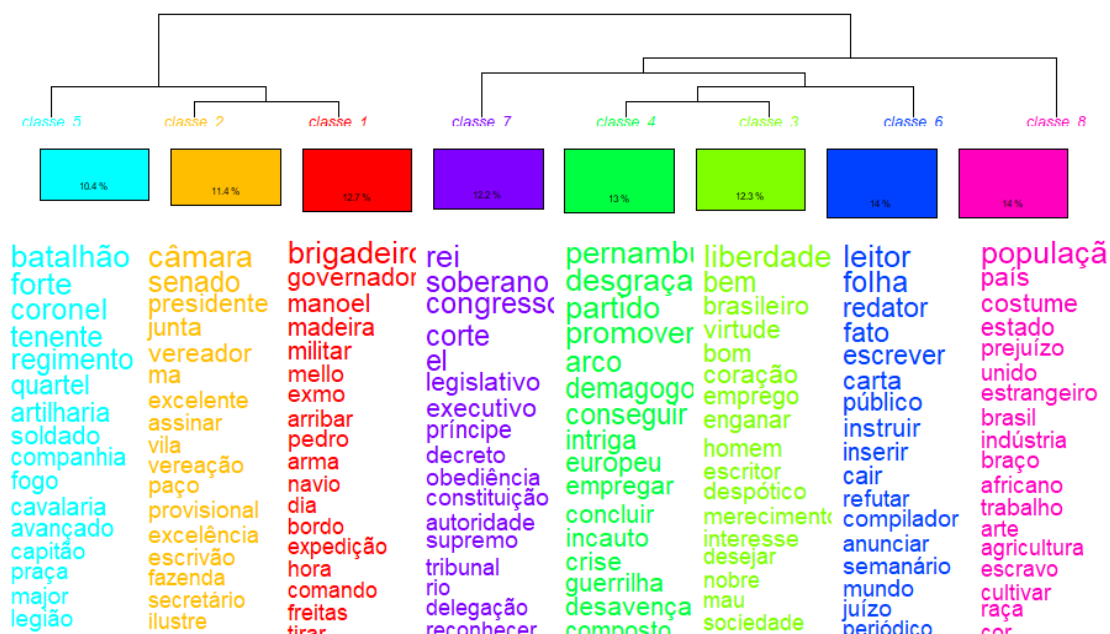
A estabilidade do jornal é reforçada pelas análises quantitativa e qualitativa que revelam uma organização sólida de assuntos bem separados em classes, mas, ao mesmo tempo, coesos discursivamente. Isso é indicado não só pela quantidade de classes (como podemos ver no gráfico a seguir), mas também pela alta porcentagem de segmentos classificados pelo Método Reinert, o que indica unidade nos espaços temáticos do periódico. Para se ter uma ideia,

⁷⁸⁴ Da mesma forma que a expressão “autonomistas”, ao falarmos de “unitários” não pretendemos atribuir um valor histórico. Trata-se de uma forma didática para referir-se aos jornais analisados nesse trabalho. Optamos pelo nome em decorrência da defesa que faziam da unidade política e administrativa, bem como a “unidade integral” da soberania política portuguesa, que, segundo Berbel, para os vintistas só se realizaria com a centralização dos poderes da nação em Portugal. BERBEL, 2006, p. 204.

⁷⁸⁵ POCOCK, 2003, p. 74.

enquanto a média de classificação dos demais impressos ficou em torno de 90%, no *Semanário* conseguimos classificar 99,57% dos segmentos.

Gráfico 25 – Método Reinert do *Semanário Cívico* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Semanário Cívico*.

A partir de breve observação, podemos verificar claramente os principais assuntos do periódico no gráfico acima⁷⁸⁶. Na Classe 1, em vermelho, podemos ver as palavras relacionadas aos assuntos militares e aos conflitos que ocorreram na Bahia no período. Por isso, estão presentes termos como “brigadeiro”, “Manoel” e “Pedro”, representando um lado da contenda, e “Governador”, “Madeira”, e “Mello”, de outro. As palavras eram utilizadas em textos que discutiam a troca de “comando” do governo das armas na Bahia, em que o periódico assumiu posição a favor de Madeira de Mello.

A Classe 2, em laranja, representa a parte do jornal com as ordens e os assuntos referentes ao governo local, por isso as palavras “Câmara”, “Senado”, “Presidente” e “Junta”. Já o grupo 3 é formado por alguns conceitos e adjetivos que vamos analisar de forma separada no próximo tópico.

⁷⁸⁶ Ainda que regular, o periódico não teve muitas edições. Nessa parte analisamos apenas 17 números que vão do n. 52 de 21 de fevereiro de 1822 até o n. 71 de 11 de julho de 1822. As edições n. 54, n. 59 e n. 61 não foram analisadas graças ao estado das mesmas, o que inviabilizou suas digitalizações.

A Classe 4, em verde mais escuro, é a que mostra as palavras que se ligam às notícias de “Pernambuco”. Aquela província, segundo os relatos do periódico, passava pela “desgraça” de um “partido” que buscava “promover” a “intriga”. Disso advinha uma “crise” política e social, que causava a “desavença” entre os locais com prejuízo ao português “europeu”.

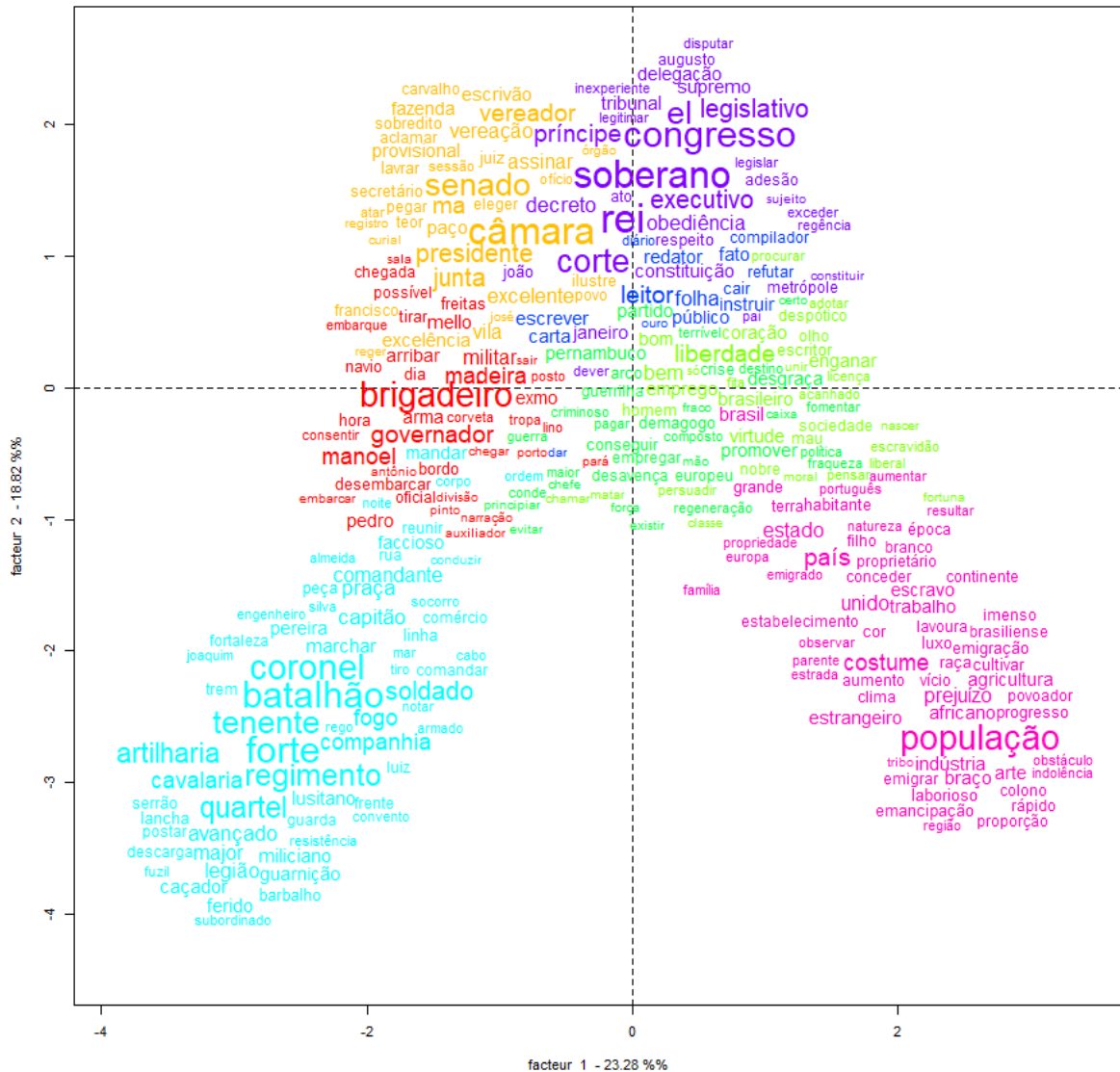
A Classe 5, em azul claro, também se relaciona com questões militares, mas não especificamente ligadas ao conflito pelo cargo de governador das armas. Nela constam as movimentações das tropas locais e portuguesas, mudanças de patentes, movimentações do dia do Fico e outras notícias relacionadas às questões militares.

A Classe 6 é aquela que mostra os termos utilizados em correspondências. O “leitor” que escrevia para a “folha” pedia para o “Redator” “inserir” sua “carta” que tinha vários objetivos, desde “instruir” até “refutar” (normalmente o *Constitucional* e os jornais fluminenses), ou até mesmo “anunciar” alguma notícia. Vejamos também que nessa classe aparece o “*Compilador*”, referência a um jornal fluminense elogiado pelos correspondentes e pelo editor.

Já a Classe 7 evidencia palavras que demonstram o envolvimento do *Semanário* com as discussões sobre a política luso-brasileira. Por fim, a Classe 8 é uma das mais singulares do jornal, pois revela como Maia se preocupava em debater a respeito da economia do Reino Unido. Vemos que existia grande preocupação em justificar sua proposta política em torno de questões econômicas, diferente dos autonomistas que utilizavam o patriotismo e as emoções. Essa característica do *Semanário* será melhor analisada nos próximos tópicos.

Em relação ao gráfico a seguir, podemos ver que muitas classes aparecem separadas, o que mostra sua consistência vocabular. As classes 5 (em azul claro) e 8 (em rosa) são as mais isoladas porque as seções eram as mais afastadas. Porém, se olharmos para a palavra “Brasil” que pertence à Classe 8, veremos que ela se mistura com vocábulos do grupo 3 (em verde claro) e 4 (em verde), mostrando como o termo relacionava-se a vários grupos simultaneamente, um indício de sua importância no periódico. Vemos no gráfico também que os anúncios do governo representados pela Classe 2, em laranja, estão bem definidos à esquerda, porém guardam relação com a Classe 1, referente ao debate sobre o cargo de governador das armas. Isso acontece porque a polêmica envolvia as autoridades provinciais.

Gráfico 26 - Gráfico AFC das edições do *Semanário Cívico* que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Semanário Cívico*.

Além do envolvimento entre as classes 3 e 4, mostrando como os assuntos relacionados a Pernambuco utilizavam de conceitos e adjetivos, vemos que a Classe 7 (em roxo), referente aos assuntos do Império, e a 6 (em azul), que dizia respeito aos correspondentes, misturavam-se com outras. Isso ocorreu porque as correspondências exerciam importante papel no jornal e mantinham grande similaridade com a linguagem exposta pelo redator.

No próximo tópico vamos explorar a forma utilizada pelo *Semanário* para defender a unidade da monarquia portuguesa e a obediência às Cortes. Desse modo, buscaremos entender

seu vocabulário a partir dos dados oferecidos pelo *Iramuteq*, bem como pormenorizar as classes 3, 7 e 8 exibidas no Método Reinert.

A análise da linguagem do *Semanário* segue a mesma metodologia utilizada com os jornais autonomistas. Primeiro, buscamos entender a classe relacionada com a política do Reino Unido, que, no caso do *Semanário*, foi a Classe 7. Posteriormente, vamos discutir os adjetivos e conceitos de outras classes que se relacionam com esse debate.

A disposição das palavras do grupo 7 do *Semanário* permite analisar como foi a abordagem das autoridades existentes na monarquia portuguesa. Vemos no gráfico da página [198](#) que o “rei” (também representado na expressão “el”, de “ElRei”) foi a figura mais importante nessa classe. O monarca D. João VI era retratado no periódico como autoridade ao lado das Cortes, muitas vezes com o epíteto “constitucional”. Além do rei, a outra autoridade comum no periódico foi o “príncipe”. Porém, Pedro não era apontado como autoridade em exercício, mas em potencial, desde que as Cortes ou o rei assim o desejasse. Por isso, a palavra “regente”, que acompanhava “príncipe”, ganhou valoração crítica, já que o “príncipe não tem essa autoridade”⁷⁸⁷, e quem o defendesse ou jurasse a ele obediência, como estava ocorrendo nas vilas do Recôncavo baiano, era descrito como “rebelde”, “faccioso”, “conspirador”⁷⁸⁸, além de outros adjetivos negativos utilizados para desqualificar os autonomistas.

Por outro lado, as “Cortes” eram tratadas como o “Soberano Congresso”. Essas últimas duas palavras foram as mais comuns para se referir ao grupo de deputados reunidos em Lisboa. Para se ter uma ideia, das 60 vezes em que a palavra “soberano” foi escrita no periódico, 58 vezes acompanhava-se de “congresso”.

Além de “Soberano” e “Congresso”, outra palavra frequentemente correlacionada à “Cortes” é “obediência”, termo que também costa na Classe 7. A forte relação entre o termo e o “soberano” “congresso” mostra como essa instituição era tratada com referência pelo *Semanário*. Soma-se à “obediência” outros vocábulos como “juramento” e “adesão”, utilizados pelo periódico para relembrar aos leitores os compromissos firmados no ano de 1821, quando a província aderiu ao vintismo.

O *Semanário* não concebia os desacatos às ordens do Congresso porque, segundo o redator, o Brasil havia jurado “obediência, e respeito ao Soberano Congresso”. Joaquim José

⁷⁸⁷ *Semanário Cívico*, n. 57, 04 de abril de 1822.

⁷⁸⁸ Como exemplo, as edições 65 e 69 de 30 de maio e 27 de junho de 1822, respectivamente.

da Silva Maia, editor do jornal, chegou a pedir que os ministros se lembrassem de suas promessas, subissem na “Cadeira da Verdade” e informassem aos “povos os eternos princípios da moral; adesão às Cortes e ElRei, o Senhor D. João VI; obediência e respeito aos seus decretos, como vos recomenda o Soberano Congresso, a quem deveis obedecer”⁷⁸⁹.

O projeto de união proposto por Maia expressava-se em torno dos conceitos de soberania da nação e respeito ao legislativo vintista. Denis Bernardes⁷⁹⁰ percebeu a mesma questão em outros políticos e intelectuais baianos. E nesse contexto de conflito e polarização, aqueles que não defendiam a soberania das Cortes eram vistos como corcundas e absolutistas⁷⁹¹.

Esses epítetos típicos do vocabulário político da época circulavam tanto nos jornais autonomistas quanto no de Silva Maia. Acusações de “corcundismo”, utilizadas no Rio de Janeiro para designar aqueles que eram contrários à “causa do Brasil” e supostamente defensores do retorno ao sistema colonial ou mesmo do absolutismo, tinham outro sentido no *Semanário*. No periódico baiano, os “corcundas”⁷⁹² eram os contrários às Cortes que pregavam abertamente a desobediência à essa instituição.

Mas como o jornal justificava tal posição? Com quais argumentos respondia e contradizia os jornais autonomistas em defesa à obediência aos decretos das Cortes? Vimos anteriormente que nos jornais autonomistas construía-se o discurso da necessidade de permanência do príncipe e poderes autônomos com base nas decisões das Cortes, que, acusavam eles, ameaçavam a união do Reino do Brasil. Para isso, utilizavam de uma linguagem com fortes apelos patrióticos e com variadas *paroles* emocionais enriquecidas com expressões como o “amor da Pátria” e a “felicidade dos Povos”.

Do mesmo modo que fizemos com os jornais autonomistas, buscamos no *Semanário* a classe que corresponde aos adjetivos e conceitos a palavra “coração” - já que ela também está presente na Classe 3 do *Semanário* - para entender os argumentos de mobilização e convencimento utilizados pelo jornal baiano. Escolhemos trilhar esse caminho inicialmente porque percebemos que essa palavra, assim como ocorreu com os jornais do Rio de Janeiro e o *Constitucional*, também esteve presente no periódico de Silva Maia, o que nos fez achar ter encontrado um padrão linguístico entre os periódicos publicados no Brasil que apostava na

⁷⁸⁹ *Semanário Cívico*, n. 63, 16 de maio de 1822.

⁷⁹⁰ BERNARDES, 2006, p. 293.

⁷⁹¹ *Ibid.*, p. 302.

⁷⁹² Uma exposição detalhada acerca dos “corcundas” foi publicada na edição 65 de 30 de maio de 1822 através de um extrato do *Compilador Constitucional*.

emoção como forma de mobilizar os leitores. Todavia, durante o desenvolvimento da análise percebemos que o caminho do periódico baiano era diferente.

Primeiro, descobrimos que o “coração” no *Semanário* foi utilizado de forma divergente do que ocorreu em outros jornais, não havendo correlação muito forte com nenhum sentimento em especial. Podemos observar no quadro abaixo que, com exceção de “sentimentos”, palavra genérica como mostramos nos periódicos anteriores, não existe outro termo como “amor”, “felicidade” ou “horror”. Ademais, as correlações são muito distribuídas e a grande maioria das palavras aparecem uma ou duas vezes próximas de coração.

Quadro 2 - Quadro com as palavras correlacionadas com "Coração" no *Semanário Cívico*.

	Palavra	Quantidade
1.	sentimentos	4
2.	educação	3
3.	boa	3
4.	virtude	2
5.	tempo	2
6.	liberdade	2
7.	independentes	2
8.	homem	2
9.	gravado	2
10.	governador	2

Fonte: Dados retirados do *Semanário Cívico*.

O que os *outputs* do *Iramuteq* nos mostraram a respeito do *Semanário* foi que o jornal utilizou outra forma de argumentação. A ausência de palavras de cunho emocional e de apelos patrióticos e a interrupção dos caminhos a serem seguidos a partir da palavra-guia “coração”, fizeram com que voltássemos nossa análise para outras palavras da classe 3 na busca por entender a estratégia argumentativa do impresso⁷⁹³.

Por isso, repetimos testes em “interesse”, “desejar”, “mau”, “bem”, “virtude” e “liberdade”. A exploração dos dados dessas palavras nos remeteu a questões importantes, como a defesa do “interesse” dos “brasileiros” feita pelo periódico, entender que a palavra “bem” é,

⁷⁹³ Como inferência, experimentamos testes de correlação em palavras percebidas nos outros jornais como “amor”, “horror” e “felicidade”. Os resultados, assim como aconteceu com “coração”, não deram bases consistentes para continuidade graças à distribuição das palavras de forma muito equânime e bastante genérica.

na verdade, os “bens” materiais dos cidadãos, que a “virtude” se relaciona com a “educação”, a “honra” e o “merecimento”, e a “liberdade constitucional” em oposição à “escravidão” e ao “despotismo”. Porém, nenhum dos caminhos propostos por essas interpretações levou a informações robustas, ou seja, em quantidade suficiente para dar continuidade à análise do periódico, já que giravam em torno de 3, 4 e no máximo 6 palavras⁷⁹⁴.

A dificuldade em encontrar a forma utilizada pelo redator para convencer e mobilizar seus leitores à ação nos fez retornar ao gráfico do Método Reinert e a compreender melhor o funcionamento das classes. Isso fez com que tivéssemos mais atenção à Classe 8 (vide a página [198](#)), seja por sua singularidade, já que não existia algo semelhante nos outros jornais, seja porque nela está “Brasil”, a palavra mais escrita no periódico.

A primeira palavra da Classe 8 é “população”. Suas ocorrências são frequentes em momentos em que o periódico comentava especificamente sobre a população do “Brasil”, mas também dos “Estados” “Unidos”. As menções à população dos Estados Unidos aconteceram principalmente nas edições 64 e 67, em longa análise sobre o estado daquele país, assunto que retornaremos mais adiante.

Outros itens mais constantemente citados eram “aumento” e “progressos” da “população”. Os termos foram importantes porque, segundo Maia, referiam-se à capacidade de elevar a produção do país. Para o redator, a população de que o Brasil precisava para enriquecer não era qualquer uma, mas as “de nossos parentes, que têm a mesma religião, usos, costumes, sangue”, o que faria um “contrapeso contra a multidão de escravos, de que infelizmente abunda o Brasil; além de aperfeiçoar as raças de cor, que pelo efeito de nossos prejuízos de educação nunca os podemos encarar com perfeita igualdade como deveríamos”⁷⁹⁵. Assim, eram necessários mais europeus, principalmente portugueses, o que seria possível se o Brasil continuasse unido a Portugal e obedecendo às Cortes.

As referências aos Estados Unidos apareceram na publicação de um extrato do *Portuguez Constitucional* em que foram feitas comparações, entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Nesse momento, o *Semanário* aproveitou para mostrar que a situação do Brasil e dos Estados Unidos eram diferentes, afirmando não ser o momento ideal para a independência do Brasil, tampouco possível utilizar o exemplo dos Estados Unidos para defender tal objetivo.

⁷⁹⁴ Com exceção de “liberdade” e “imprensa”, que apareceram juntas 9 vezes.

⁷⁹⁵ *Semanário Cívico*, n. 58, 11 de abril de 1822.

Segundo o periódico, a grande diferença entre ambos os países estava no povoamento, nas leis e nos costumes⁷⁹⁶. Recaiá sobre a formação do Brasil a incapacidade para autonomia e a necessidade de socorro dos portugueses das Cortes. O “costume”, aliás, é a terceira palavra da Classe 8 aqui analisada. Para o redator, o problema pelo qual o Brasil passava, de discordância e agitação, era causado pela “corrupção dos costumes, a miséria pública, o luxo, a ignorância de seus habitantes, que facilmente se deixaram fascinar pelas pérfidas sugestões dos áulicos e de seus infames agentes”⁷⁹⁷. Enquanto os norte-americanos haviam sido povoados por povos educados e prósperos, como os “Quakers”, “nossos primeiros povoadores foram degradados, que nos enviava Portugal”. Por isso, o Brasil ainda não estaria pronto para ser independente, e, utilizando Raynal, citava um trecho em que afirmava que a população da Bahia era fraca, indolente e preguiçosa⁷⁹⁸.

Sobre tal quadro, o *Semanário* afirmava que o Brasil só poderia se desenvolver com as “novas atuais instituições emanadas da Constituição” elaboradas nas Cortes. Todavia, pouco progresso haveria se não houvesse a mudança nos costumes e o fim do luxo e dos vícios “que o acompanham”. Para o periódico, existia uma diferença nos costumes entre “Portugueses e Brasilienses”. Os “Brasilienses”

não são tão laboriosos, como os Europeus, nem se sujeitam a trabalhos tão pesados; defeitos que mais devemos atribuir ao clima adusto do Brasil, e à educação afeminada que a maior parte dos Europeus Brasileiros dão a seus filhos, do que a defeito de organização física⁷⁹⁹.

Em vista dos antagonismos e costumes dos “Brasilienses”, qualquer “fermento de rivalidade” “necessariamente os enfraquece, e com pouco, ou nenhum custo podem vir a ser presa de qualquer força Estrangeira, que os pretender dominar, quando lhes não aconteça a catástrofe de S. Domingos!!!”. Por isso, a independência do Brasil seria “imatura”⁸⁰⁰. E o que se poderia esperar de uma nação agitada e uma independência “prematura”? A expectativa era de “prejuízos” à “indústria” e à “agricultura” graças ao recrutamento de “braços” para a guerra, o que impediria o cultivo e o desenvolvimento das “artes”.

A análise da linguagem utilizada por Maia para defender suas propostas nos leva a algumas conclusões. O discurso do *Semanário* incidia no uso da questão econômica, que se enfeixava na defesa da unidade da nação portuguesa. Ele portava-se robustamente contra

⁷⁹⁶ *Semanário Cívico*, n. 64, 23 de maio de 1822.

⁷⁹⁷ *Semanário Cívico*, n. 58, 11 de maio de 1822.

⁷⁹⁸ *Semanário Cívico*, n. 64, 23 de maio de 1822.

⁷⁹⁹ *Semanário Cívico*, n. 69, 27 de junho de 1822.

⁸⁰⁰ *Semanário Cívico*, n. 69, 27 de junho de 1822.

qualquer manifestação de oposição às Cortes, reforçando que as divergências conspiravam contra o constitucionalismo jurado em 1821, contra o rei e causariam o empobrecimento e a desordem no Brasil, prejudicando o desenvolvimento do reino. Era importante os portugueses manterem-se atentos às tentativas dos “agentes” do Rio de Janeiro, que buscavam iludi-los com promessas, mas, na verdade, queriam resgatar o despotismo para se sustentarem como faziam antes da Revolução do Porto.

A ligação entre ambos os pontos do periódico, isto é, o econômico e o político, leva-nos a algumas questões da historiografia acerca de Joaquim José da Silva Maia, redator do *Semanário*. Graças ao seu posicionamento político contrário à “causa brasileira”, o português foi apontado como “reacionário”⁸⁰¹, “áulico”⁸⁰² ou portador do que Christiane Peres Pereira chamou de “maneira liberal conservadora, portuguesa, de ser”⁸⁰³. Acreditamos que muitas dessas conclusões estejam relacionadas ao momento em que os trabalhos foram desenvolvidos ou à segunda passagem do redator pelo Brasil, que ocorreu no fim do Primeiro Reinado. Quanto ao primeiro motivo, o fato de parte das obras terem sido escritas em momentos de construção da identidade nacional, foi comum a crítica e a depreciação de personagens que teriam sido contra a independência, como o redator do *Semanário*. Já o segundo motivo se relaciona com a segunda passagem de Maia pelo Brasil que foi, realmente, marcada pela sua aproximação com grupo áulico que circulava D. Pedro I⁸⁰⁴.

Considerando essas especificidades e contextos nas análises que atribuíram a Maia rótulos como “reacionário” e “áulico”, acreditamos que para o processo de independência eles devem ser relativizados. Isso porque as ideias do comerciante e redator português não parecem reacionárias, pelo contrário, negavam qualquer retorno ao Antigo Regime e defendiam de forma consistente os avanços que viriam com o sistema liberal.

Já o rótulo “áulico” é problemático. Ainda que exista alguma polêmica em torno do conceito, a historiografia tem caminhado para compreender os “áulicos” como indivíduos com alguma ligação com o monarca ou a Corte⁸⁰⁵ e portador de linguagem política em defesa da

⁸⁰¹ SENA, 2016.

⁸⁰² SODRÉ, 1999, p. 49.; PEREIRA, 2013, p. 12.

⁸⁰³ PEREIRA, 2013, p. 15.

⁸⁰⁴ Para compreender o grupo do qual Maia fazia parte, formado por exilados de Portugal e apoiadores de D. Pedro I na guerra contra D. Miguel, conferir: SILVA, 2019.

⁸⁰⁵ Como exemplo, citamos obras da época que assim tratavam os “áulicos”: CALLCOTT, Maria. **Escorço biográfico de Dom Pedro I**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.; SILVA, Firmino Rodrigues da. **A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Faccção Áulica**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de Francisco de Paula e Brito, 1847. BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da língua portuguesa, composto pelo padre d.**

centralização do poder nas mãos do rei⁸⁰⁶. Ambos os pontos não são encontrados na primeira passagem de Maia pelo Brasil. Ao residir na Bahia, ele não tinha relações profundas com o monarca nem com os cortesãos, exibindo discurso que se opunha a qualquer centralização política no rei. Na verdade, suas ideias se embasavam no empoderamento das Cortes que representavam, na época, o poder legislativo do Reino Unido.

Classificar o redator do *Semanário* como áulico nesse primeiro momento é ir contra não apenas o conceito histórico, como também ao discurso veiculado por ele e seus opositores na época. Se dos jornais autonomistas não eram feitas acusações sistemáticas de que Maia era “áulico”, quem as fazia era ele, que comumente acusava os fluminenses de aulicismo e de quererem reeditar o Antigo Regime no Brasil.

Além da defesa do constitucionalismo, existia forte preocupação de Maia com os possíveis prejuízos que a agricultura e a indústria sofreriam com uma possível guerra entre “brasileiros” e portugueses. O discurso tinha como propósito defender a unidade política da monarquia portuguesa em torno das Cortes, instituição, segundo o jornal, capaz de fazer progredir as conquistas liberais que trariam avanços políticos e econômicos. Em lugar de apelos emocionais e patrióticos como foi feito nos jornais autonomistas, o *Semanário Cívico* tinha argumentação mais racional, tentando convencer seus leitores de que o principal motivo para manter a união entre Brasil e Portugal era o monetário. Tendo em vista essa linguagem, vamos agora analisar os demais jornais baianos e o *Compilador Constitucional Fluminense* para entendermos como essa discussão ligava-se à crise política da nação portuguesa.

3.3.2. Os jornais da Bahia e o Compilador Constitucional Fluminense

Se nos atentarmos às discussões políticas que ocorriam na Bahia, vamos encontrar um cenário bem distinto do Rio de Janeiro. No *Constitucional* – analisado no capítulo anterior – conseguimos perceber o teor belicoso das disputas que ocorriam, onde a nomeação de Madeira como governador das armas polarizou sobremodo os grupos provinciais.

Enquanto o início de 1821 aproximou sujeitos em apoio ao movimento constitucional, caminho inverso ocorreu com a nomeação de Madeira, e o ano de 1822 foi marcado pelo

Raphael Bluteau, refomado e acrescentado por Antônio de Moraes e Silva. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

⁸⁰⁶ Nesse caminho, alguns trabalhos recentes têm buscado compreender a imprensa e os políticos áulicos como expoentes de uma mesma linguagem. BASILE, 2012.; MARQUES JÚNIOR, 2018.; BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos*, v. 14, n. 3, 2020.

aprofundamento da divisão entre os grupos políticos. É verdade que já não existia – se é que existiu plenamente - harmonia entre os “constitucionais” da província. Marcelo Renato Siquara Silva destacou que desde o fim de 1821 os conflitos transpareciam, sendo o periódico *Diário Constitucional*, inclusive, interrompido graças a ameaças⁸⁰⁷. Mas o impasse sobre a nomeação do novo governador das armas radicalizou a divergência.

Durante os conflitos que envolveram a nomeação, percebe-se clara clivagem entre os jornais. De um lado, o *Diário Constitucional* defendeu Manoel Pedro e se opôs à nomeação de Madeira. Por outro, os jornais *Semanário Cívico* e *Idade d’Ouro* apoiaram a nomeação do novo governador das armas.

Soma-se à polêmica uma consulta dos deputados baianos nas Cortes aos eleitores que ocorreu em meados de 1822. Preocupava-os saber como agir diante das propostas de autonomia do Brasil que surgia no Congresso, e por isso enviaram para a Bahia uma carta-consulta.

Em 12 de junho o Senado da Câmara de Salvador se propôs responder a consulta, porém uma mobilização militar feita por Madeira de Melo impediu a análise, fazendo, inclusive, com que a Câmara Municipal fosse fechada. Simultaneamente, o príncipe Pedro enviou para Salvador documentos e ordens dentre os quais constava a determinação de que Madeira de Melo embarcasse de volta para Portugal. Diante da recusa de obediência, bem como a não aclamação do príncipe como autoridade, as vilas do Recôncavo iniciaram um processo de autonomização política da capital baiana. Primeiro, responderam ao seu modo a consulta dos deputados defendendo a existência de um centro de poder executivo no Brasil, depois, reconheceram a autoridade de Pedro. Diante desse cenário, cada vez mais se alargou o espaço que separava os diferentes grupos⁸⁰⁸.

Importante destacar que os governos instituídos no Recôncavo tinham interesses muito próximos dos autonomistas do Rio de Janeiro. O que pretendiam era autonomia do Reino e da Bahia diante das ordens que vinham de Lisboa⁸⁰⁹. Nessa perspectiva, a substituição de Manoel Pedro por Madeira de Melo tinha um significado simbólico pois era a substituição de um

⁸⁰⁷ SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador**: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823). 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 51.

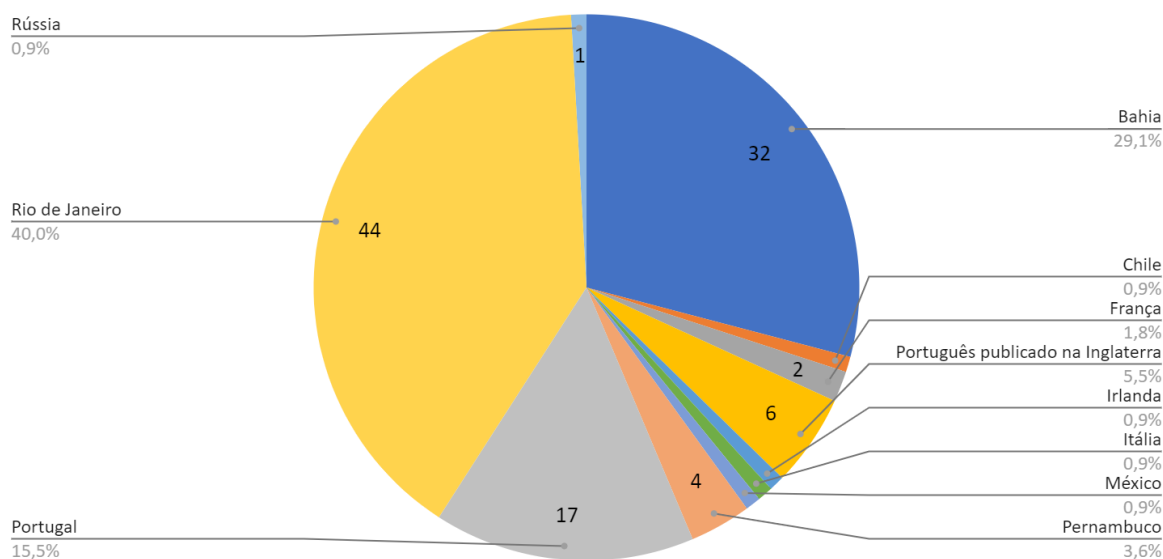
⁸⁰⁸ SILVA, 2012, p. 78.

⁸⁰⁹ RIBEIRO, Elisa de Moura. **Entre adesões e rupturas**: projetos e identidades políticas na Bahia (1808-1824). 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 109; WISIAK, Thomas. **A “nação partida ao meio”**: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 153.

“brasileiro” escolhido e aclamado por um “português” por ordens das Cortes⁸¹⁰. Um dos resultados de toda a disputa política e militar foi a consolidação da contenda entre jornais “autonomistas” e “unitários”.

A partir das referências retiradas dos periódicos baianos, levantamos 78 citações de folhas publicadas que não na Bahia, dentre os quais 44 são de jornais do Rio de Janeiro. Os números mostram como esses periódicos de diferentes províncias e regiões estavam envolvidos em um mesmo debate, realçando também o caráter conflituoso da relação entre jornais da Bahia e do Rio de Janeiro.

Gráfico 27 - Citações feitas por jornais da Bahia que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado a partir de dados dos jornais analisados.

Todavia, um periódico fluminense escapava dos ataques do periodista da Bahia: o *Compilador Constitucional*⁸¹¹. Ele era elogiado como “Constitucional”⁸¹², chamado de

⁸¹⁰ Como apontamos no tópico anterior a partir das páginas do *Constitucional*, esses embates acabaram fortalecendo, na Bahia, a divisão entre portugueses da “América” ou “brasileiros” e portugueses “Europeus”. A Bahia foi, particularmente, marcada por antilusitanismo em decorrência dos conflitos militares que se acirram no decorrer de 1822. FRUTUOSO, 2015.; GUERRA FILHO, 2015.; SOUZA FILHO, 2008.

⁸¹¹ Jornal publicado inicialmente na Imprensa Nacional e posteriormente na Tipografia de Moreira e Garcez. Cada edição custava 80 réis, a subscrição mensal 600 réis, a trimestral 1800 réis, a semestral 3200 e a anual 6000 réis.

⁸¹² *Semanário Cívico*, n. 64, 23 de maio de 1822.

imparcial⁸¹³ e apontado como um dos poucos periódicos do Rio de Janeiro que falavam a verdade⁸¹⁴. Essa especificidade merece uma explicação.

Se inicialmente o *Compilador* tinha opinião favorável à autonomia do Reino do Brasil, defendendo causas como a permanência do príncipe, gradativamente, seus redatores mudaram de ideia. Ao se aproximar de seu fim, o impresso passou a ter posicionamento hostil aos periódicos do Rio de Janeiro, sua própria província, e chegou a fazer defesa explícita das ordens das Cortes de partida do príncipe.

A mudança na linha política do *Compilador* nos remete a dois momentos importantes de sua trajetória. Primeiro, existia constante reclamação sobre as dificuldades de publicação na Tipografia Nacional⁸¹⁵. O embaraço certamente causou desencontros e desavenças entre os redatores do *Compilador* e outros periodistas, como José da Silva Lisboa, que era acusado de ser privilegiado no estabelecimento. O segundo ponto consiste na mudança de redação. Inicialmente escrito pelo português José Joaquim Gaspar do Nascimento, a partir da sexta edição⁸¹⁶ passou a contar com a colaboração do professor paulista João Baptista de Queiroz⁸¹⁷.

Após a chegada de Queiroz, é perceptível a alteração do discurso do periódico com as Cortes e até mesmo com as tropas portuguesas. Na edição 7, publicada em fevereiro de 1822, surpreendentemente e na contramão do clima hostil dos jornais fluminenses em relação às tropas portuguesas, o *Compilador* pediu que os brasileiros perdoassem a Divisão Auxiliadora. Segundo os redatores, a tropa e os habitantes do Rio de Janeiro deviam se reconhecer como irmãos “porque se servem dela para fazer bem, e não para perseguir, para tentar fazer cumprir as Bases da Constituição, e não para atropelá-las”⁸¹⁸. Ainda assim, na edição 8, o periódico defendeu a permanência do príncipe, embora com algumas críticas ao *Malagueta* e ao *Reverbero* pelo desrespeito com que tratavam os deputados portugueses.

Na edição 9, o *Compilador* lamentou o fato de que em “todos os escritos em que mais patriotismo se vê pelos negócios do Brasil, venham também recheados de grossos corcundismos, e ataques e insultuosos sarcasmos às Cortes Gerais e Constituintes da Nação”⁸¹⁹. No mesmo número, o periódico reprovou a demora dos deputados mineiros em ir para as Cortes

⁸¹³ *Semanário Cívico*, n. 66, 05 de junho de 1822.

⁸¹⁴ *Semanário Cívico*, n. 65, 30 de maio de 1822.

⁸¹⁵ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 1 e n. 6.

⁸¹⁶ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 6, 7 de fevereiro de 1822.

⁸¹⁷ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 14, 21 de abril de 1822.

⁸¹⁸ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 7, 16 de fevereiro de 1822.

⁸¹⁹ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 9, 02 de março de 1822.

e, propôs a punição de suspensão do “soldo”, a anulação das eleições e a escolha de outros pedindo para que os mineiros “não vos queiram meter em desnecessárias guerras de inimizades inúteis, de separação, que quando já precisa é depois de todos os Deputados lá em Cortes pugnarem por nossos direitos, sem serem atendidos”⁸²⁰.

Os outros jornais fluminenses protestaram contra suas posições. Em resposta, os redatores do *Compilador* manifestaram-se de modo a “refutar corcundas, e corcundices” e “defender a Constituição, que em Cortes se está fazendo, e a união com Portugal, e a tranquilidade”, “pugnar pelo respeito devido ao Soberano Congresso” e “falar contra a admissão de Tropas de fora das diferentes Províncias”. Completaram ainda que eram

de acordo com a necessidade do Governo central em o Brasil, como resolver o Soberano Congresso, atendendo às Representações do todo o Brasil (que se não governa por 2, ou 4 províncias, pois ele consta de algumas 15, e vários Governos Subalternos) com as opiniões de nossos Deputados; os quais reunidos são as únicas autoridades a quem compete esta discussão, salvo se queremos a separação, ou somos rebeldes como a Tropa amotinadora⁸²¹.

Vejamos que subsistem nas citações acima duas situações. A primeira é a pregação em defesa e obediência às Cortes. Tal posicionamento em março de 1822 vai de encontro à opinião dos jornais fluminenses, que era justamente a desobediência a algumas ordens que vinham de Lisboa.

Acerca da existência de um poder central no Brasil, os redatores do *Compilador* diziam se preocupar com extinção dos tribunais superiores, que implicava no percurso de “duas mil léguas de distância” para conseguir recursos em grave prejuízo aos direitos dos cidadãos e funcionamento da administração. Todavia, sua proposta era alternativa à centralização do poder no Rio de Janeiro, defendida por outros periódicos fluminenses⁸²². Para resolver o problema da demora na resposta dos recursos, por exemplo, o jornal afirmou que um centro de poder no Rio de Janeiro não era suficiente, já que a província também se distanciava muito de outras, como o Maranhão. Por isso, os redatores do *Compilador* defendiam dois centros na América, podendo o número aumentar no futuro. Inicialmente, um tribunal ficaria em São João del Rei, em Minas Gerais, e o outro ficaria no Ceará. O *Compilador* considerava esses locais estratégicos pela proximidade com os extremos do Brasil. São João del Rei serviria de posto central das províncias do sul e o Ceará, das províncias do norte, evitando que o Maranhão e o Grão-Pará

⁸²⁰ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 9, 02 de março de 1822.

⁸²¹ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 9, 02 de março de 1822.

⁸²² Da mesma forma, o correspondente *Patrício e Am^o Constitucional* do *Reverbero* propôs a criação de uma capital para todo o Império em Minas Gerais, por ela ser a mais central e com distância similar de quase todas as províncias, devendo ser chamada de “Petropla”. *Reverbero*, n. 22, 09 de abril de 1822.

buscassem se unir a Portugal, devido à proximidade geográfica⁸²³. Com dois centros no Reino do Brasil, cada província teria comunicação mais rápida, acelerando os recursos e a resolução de problemas jurídicos e administrativos.

Além de se diferenciar por defender as Cortes e a existência de dois centros no Brasil, o periódico também negava qualquer intenção colonizadora das Cortes, argumento importante dos autonomistas. A correspondência do *Afetoso Assinante* afirmava que

as nossas Cortes nunca colonizarão ao Brasil, a quem libertarão, e muito menos o pretendem fazer, nem no seu Comércio, como se vê da isenção de direitos, que reciprocamente se admitiu para os gêneros de ambos os Reinos; o que dá claras provas de não poder temer-se um sistema colonial, que, como bem prova Mr. De Pradt, é prejudicial à Metrópole. Donde se infere, que a julgar se, que todos querem pisar o Brasil, e que o fariam se não fosse o desencapotado patriotismo dos Senhores do Reverbero o que nego...⁸²⁴

Podemos inferir das afirmações acima que o *Compilador* se diferenciava dentre os jornais fluminenses. De um lado, compartilhava da preocupação com o fim dos tribunais superiores. Por outro, discordava de certas críticas às Cortes e não considerava justa a centralização do poder no Rio de Janeiro.

Se até então, o jornal mostrava opinião mais moderada, isso mudou a partir da edição 14, de 21 de abril de 1822. Nesse número, foi noticiado o rompimento com a Tipografia Nacional devido aos constantes atrasos. O jornal fez duras críticas a José da Silva Lisboa, como um dos “favoritos” do estabelecimento, chamando-o de “revolucionário”, “corcunda” e “incendiário”. Também acusou seus pares de tentarem fazer o Brasil voltar para o “Despotismo” e a “Anarquia”. Os impressos mais atacados foram o *Reverbero*, o *Malagueta*, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Espelho* e os panfletos de Cairu⁸²⁵.

A partir de então, houve radicalização do discurso. O *Compilador* não apenas passou a defender as ordens das Cortes quanto ao retorno do príncipe, como também questionou o fato de “Não ter aparecido uma só linha, que mostra não serem as nossas Cortes tão maldosas, em terem mandado retirar S.A.R.”. A linha de argumentação do *Compilador* dirigia-se ao perigo da fragmentação do Reino do Brasil. Segundo o jornal, o Congresso havia decidido pelo retorno do príncipe porque viram na sua permanência a causa da desunião entre as províncias americanas. Para os redatores, apenas as Cortes de Lisboa eram capazes de promover a união no Reino do Brasil. Acusavam o ministério formado por Pedro de tratar ferozmente a oposição,

⁸²³ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 9, 2 de março de 1822.

⁸²⁴ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 11, 12 de março de 1822.

⁸²⁵ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 14, 21 de abril de 1822.

e de mandar “atirar a homens, como quem atira a Lobos”. Além disso, a ordem de retorno do príncipe era “da vontade imediata e pronta de muitas Províncias. E ainda haverá quem diga, que [com] tais motivos, as Cortes não deviam atender à vontade de mais de três, ou quase todas as Províncias do Brasil?”⁸²⁶.

Vejamos que a mesma preocupação exposta pelos autonomistas, quer dizer, a união do Reino do Brasil, era repetida no *Compilador*, mas sobre uma perspectiva diferente. Tratada por aqueles como a causadora da desunião, as Cortes era, no periódico escrito por Queiroz e Nascimento, a responsável por manter a união.

Da mesma forma, o príncipe teve papel invertido no *Compilador*. O jornal dizia concordar com o Congresso, e achava que havia explicado “a forte justiça com que as Cortes Determinaram que S.A.R. regressasse”. Por fim, os redatores pediram, em nome da “Justiça” e do “Amor da Pátria, que cuidemos de cimentar a nascente Autoridade Constitucional, se é que a queremos e a Constituição”, e afirmavam ser um dever de “quem ama a liberdade” e “ama a Constituição” obedecer às Cortes e executar seus Decretos⁸²⁷.

Enquanto no Rio de Janeiro o *Compilador* realizava defesa isolada das Cortes, os periódicos baianos faziam coro em torno do Congresso. Segundo o *Semanário*, desde a volta do rei para Portugal, “principiou-se a espalhar a doutrina da cisão entre Brasil e Portugal”, iniciado, principalmente, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. Para o redator, os insatisfeitos com as ordens das Cortes deveriam fazer representações, e não criticar abertamente seus membros e decisões. De acordo com Maia, redator do *Semanário*, os que agiam assim eram os “Áulicos”, que buscavam iludir o “Povo” com o objetivo de manter os Tribunais Superiores no Rio de Janeiro, de onde tiravam seus sustentos⁸²⁸.

No embate entre autonomistas e unitários, o *Semanário* ocupou papel notório. Dele partiram os principais argumentos em defesa das Cortes que reverberaram não só na Bahia e no Rio de Janeiro, como também no Maranhão e em Pernambuco, como veremos nos próximos tópicos. Com tal relevância, o periódico passou a responder os argumentos autonomistas quanto ao contexto do Reino Unido e de sua província.

O jornal reconhecia que os brasileiros não estavam representados por todos os deputados. Todavia, o periódico afirmava que “se faltavam os de algumas Províncias, estamos

⁸²⁶ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 14, 21 de abril de 1822.

⁸²⁷ *Compilador Constitucional Fluminense*, n. 14, 21 de abril de 1822.

⁸²⁸ *Semanário Cívico*, n. 52, 21 de fevereiro de 1822.

persuadidos que, os, das do Norte principalmente lhes é indiferente que fique ou não fique o Príncipe” ou que fossem abolidos ou não os tribunais superiores⁸²⁹.

O *Semanário* também admitiu como razoável a existência de poder executivo central no Brasil, já que era necessário atender à grande extensão do país “e à distância que vai de algumas Províncias ao centro comum da Monarquia”. Todavia, assim como o *Compilador*, afirmava que não devia ser um único centro, mas sim três que dessem conta de toda a América Portuguesa⁸³⁰.

Diante disso, o jornal desconhecia a existência do Reino do Brasil após o juramento das Bases da Constituição. Segundo o redator, as Bases pregavam a “indivisibilidade da Monarquia, que é composta de todos os Portugueses de ambos os hemisférios”. Por isso, desde o juramento, as províncias do Brasil transformaram-se em “Províncias do Império Português, sujeitas ao Governo de Lisboa”, deixando de ser “uma Província particular do Reino do Brasil, sujeita ao Rio de Janeiro”⁸³¹. Do argumento, é interessante notar o caráter vintista, inclusive amplamente representado nas Cortes, onde os deputados buscavam consolidar a unidade do Império. Criar federações ou considerar divisões ia de encontro ao “modelo politicamente unitário” buscado pelos deputados portugueses. Assim como a deputação lusa, o *Semanário* concebia o rompimento com o Antigo Regime complementado por um sistema político representativo em que as “antigas colônias” seriam transformadas em províncias de uma “Nação única” e da qual todos usufruiriam os mesmos direitos⁸³².

Sobre a acusação de que as Cortes queriam recolonizar o Brasil, o *Semanário* considerava-a fruto de tentativas do “espírito de intriga e da desconfiança” em desestabilizar a “união e independência”. Dizia que a palavra “união” pregada pelos constitucionais e “quase todos os Europeus, e alguns Brasileiros”, era distorcida por alguns “Áulicos, e seus agentes”. Afirmava, por outro lado, que a palavra “independência” era compreendida pelos “Constitucionais” como “separação dos Brasileiros da Metrópole, e privar os Europeus, residentes no Brasil, de toda a representação Nacional, e Empregos Honoríficos na sociedade”. Assim, a confusão entre uns e outros teria sido plantada pelos “Áulicos” do Rio de Janeiro que não só desestabilizavam o Brasil, como iludiam e enganavam o príncipe⁸³³.

⁸²⁹ *Semanário Cívico*, n. 52, 21 de fevereiro de 1822.

⁸³⁰ *Semanário Cívico*, n. 57, 04 de abril de 1822.

⁸³¹ *Semanário Cívico*, n. 55, 21 de março de 1822.

⁸³² SILVA, 2009, p. 71.

⁸³³ *Semanário Cívico*, n. 58, 11 de abril de 1822.

A forma mais usada de contra-atacar os adversários do Rio de Janeiro era expor relatos e notícias sobre o estado de desordem e despotismo causado pelas “Folhas” e exaltados “demagogos”⁸³⁴. A característica de papel “incendiário” era atribuída ao *Malagueta*, ao *Dispertador Brasiliense*⁸³⁵, ao *Reverbero* e à *Reclamação do Brasil*.

Além do próprio redator, também houve intensa participação no *Semanário* de correspondentes no processo de detração do Rio de Janeiro. Em uma das cartas, um leitor que, supostamente, escrevia daquela província, acusou os jornais autonomistas de se unirem ao Conde dos Arcos para buscar a independência do Brasil como desculpa para lançarem o despotismo sobre o Reino⁸³⁶. Isso teria sido confirmado, segundo o redator, quando o *Correio do Rio de Janeiro* pediu “já, e já Cortes” no Brasil, o que “vale o mesmo que dizer, quer já e já separação com Portugal”⁸³⁷.

Desse modo, o periódico pediu que os baianos olhassem o “triste quadro” do Rio de Janeiro e refletissem. Era necessário “União, União”, já que “sem Ela o Brasil está perdido”. Para o impresso, a salvação do Brasil era “Portugal, o Soberano Congresso, e ElRei o Senhor D. João VI”, enquanto o “Rio de Janeiro só nos pode trazer males, e desgraças”, pois os homens que “lá estão são os mesmos; são os Magnatas, e seus sequazes, aqueles que se nutriam com a subsistência do Povo, que nos querem lançar novas cadeias, por que lhes falta o suor das nossas fadigas”. Segundo o *Semanário*, os causídicos, para preservar seu estilo de vida, defendiam a permanência do príncipe e dos tribunais superiores, porque era a Corte e os cargos burocráticos que lhes sustentavam⁸³⁸.

O *Semanário* afirmava prever as críticas que sofreria dos jornais fluminense, e por isso se apresentava como o periódico “mais Constitucional do Brasil”, repetindo a acusação de que os jornais autonomistas eram áulicos. Dizia também estar sendo ofendido por habitantes de Salvador, graças ao que definia como “espírito de divisão” que se introduzia na província, fazendo-o sofrer com as “armas da intriga, e da calúnia”, vendo até mesmo sua família ser atacada. Consequentemente, o jornal mencionava que as “vidraças” de sua casa haviam sido

⁸³⁴ *Semanário Cívico*, n. 53, 7 de março de 1822.

⁸³⁵ O *Dispertador* foi um panfleto publicado no Rio de Janeiro. Seu conteúdo era de contestação às ordens das Cortes e foi um dos primeiros a expor o argumento de que o Congresso queria fazer o Brasil voltar a ser “Colônia”. Não conseguimos localizar outras edições do impresso nem encontrar a intenção de ser periódico no único número que localizamos, o que o retirou de nosso recorte e caracterização como “periódico”. **Dispertador Brasiliense**. Rio de Janeiro: Imprensa de João Nunes Esteves, 1821.

⁸³⁶ *Semanário Cívico*, n. 54, 14 de março de 1822.

⁸³⁷ *Semanário Cívico*, n. 66, 05 de junho de 1822.

⁸³⁸ *Semanário Cívico*, n. 54, 14 de março de 1822.

“quebradas com pedradas” e, em muitas partes da cidade, “liam-se trovas, e sátiras” sobre ele. Diante disso, Maia louvava o Congresso, bem como elogiava a nomeação de Madeira como Governador das armas, que estava trazendo a ordem e a tranquilidade de volta para a província⁸³⁹.

Outra província de destaque no *Semanário* era Pernambuco. Como vimos, desde o ano de 1821 fazia-se metódica oposição à Junta liderada por Gervásio Pires. A posição foi incentivada não apenas discordância do redator com a retirada de Luís do Rego do poder, como também por temor de a Junta, majoritariamente formada por ex-revolucionários de 1817, resgatar o “espírito democrático”.

Segundo Maia, Pernambuco estava em estado de agitação⁸⁴⁰ desde a saída de Luís do Rego e por “facciosos, auxiliados talvez por alguns membros da Junta Provisória”, que não aceitaram as tropas portuguesas⁸⁴¹, “forte obstáculo, que se opunha a seus criminosos fins”⁸⁴². Naquela província, “tudo, o que tem o nome Português Europeu” é odiado, o que torna necessário “bloquear-lhe o porto” e enviar “3.000 baionetas” para pôr ordem na província⁸⁴³.

Diante das notícias expostas sobre o Rio de Janeiro e Pernambuco, Maia tentava questionar a ideia de que a Bahia devia se unir à “causa brasileira”. De certa forma, mostrava um contexto tão negativo nessas regiões, que ele emitia um mal juízo sobre as consequências dos desafios e das desobediências às Cortes como forma de provar que não era o melhor caminho a ser escolhido.

Outra estratégia utilizada pelo *Semanário* para desacreditar e deslegitimar a causa dos autonomistas era desvalorizar o estado civilizatório dos brasileiros. Segundo o correspondente *F. X. Ferreira*, quem fazia parte da “Grande Majestosa Família Brasileira” eram os “Portugueses Habitantes do Brasil”, as “Tribos Selvagens dos antropófagos Botocudos, Tapuios, Tupinambás”, e quiçá os “Africanos nossos Escravos”⁸⁴⁴.

Além da defesa das Cortes, o periódico também advogou em favor do general Madeira de Mello. Segundo o *Semanário*, os opositores de Madeira e aliados de Manoel Pedro eram

⁸³⁹ *Semanário Cívico*, n. 53, 7 de março de 1822.

⁸⁴⁰ *Semanário Cívico*, n. 55, 23 de março de 1822.

⁸⁴¹ Essas tropas a que se refere o jornal é a Divisão Auxiliadora expulsa do Rio de Janeiro e que devia se estabelecer em Pernambuco. Todavia, seu embarque não foi permitido e os militares optaram por fixarem-se, após pedidos de parte da elite de Salvador (inclusive de Maia, redator do *Semanário*), na capital da Bahia.

⁸⁴² *Semanário Cívico*, n. 54, 14 de março de 1822.

⁸⁴³ *Suplemento ao Semanário Cívico*, n. 55, 23 de março de 1822.

⁸⁴⁴ *Semanário Cívico*, n. 55, 21 de março de 1822.

“facciosos” que lançaram “dúvidas entre o Povo”, ao convocá-los a não cumprir as ordens vindas de Portugal. Diante disso, eles teriam plantado desconfianças entre os baianos e semeado o conflito porque “homens de cor” atacaram e insultaram “Europeus”. Diante disso, o quadro descrito pelo periódico colocava de um lado os “fiéis” “portugueses” juntos de Madeira, e de outro os “facciosos” e “sequazes”, juntos de Manoel Pedro⁸⁴⁵.

O clima político e social da província preocupava, no entanto, o periódico. A crescente animosidade entre os grupos políticos e sociais em Salvador fez com que o jornal questionasse os “brasileiros”. Segundo o correspondente *Philadelphico*, a “Cachoeira pretendia organizar um batalhão Ligeiro (como dizem, há em Pernambuco,) formado por negros, cabras, moleques para insultarem os Europeus” [...] “armados de pedras”⁸⁴⁶. Vejamos que a vila de Cachoeira, elogiada no *Constitucional*, converteu-se em local problemático no *Semanário*, numa inversão avaliativa daquele espaço.

Sabemos que o decurso da história reservaria a Cachoeira posição privilegiada no conflito entre as tropas “portuguesas” e “brasileiras” na guerra de independência na Bahia. O desenrolar dos acontecimentos foi abordado de forma detalhada no *Semanário*, ao noticiar no início de julho o começo dos combates que, segundo seu redator, foi marcado pela sedução de “negros, e mulatos” junto a milicianos e a alguns oficiais com o objetivo de instalarem em Cachoeira um governo “à moda de Goyana”⁸⁴⁷. De acordo com o periodista, junto a Cachoeira, outras vilas, como São Francisco, seguiram o mesmo caminho e “aclamaram Regente a S. A. R.”. Relatava ainda que em vila de Santo Amaro⁸⁴⁸ “a conspiração era combinada, segundo dizem, nos três distritos”. Em oposição a essas vilas estaria Salvador, liderada por Madeira,

⁸⁴⁵ *Semanário Cívico Extraordinário*, 28 de fevereiro de 1822.

⁸⁴⁶ *Semanário Cívico*, n. 65, 30 de maio de 1822.

⁸⁴⁷ Aqui existe uma referência cruzada ao contexto pernambucano. Ao falar da “moda Goyana”, o redator remetia à Junta de Gervásio, formada por indivíduos que se opuseram politicamente e militarmente a Luís do Rego, então governador de Pernambuco em 1821, formando a Junta de Goiana. Assim, ao mesmo tempo em que remetia a esse acontecimento histórico, o redator também aludia a todo um horizonte de expectativa, ao relacionar o governo paralelo instituído na Cachoeira com o governo estabelecido em Pernambuco, retratado como desorganizador, incompetente e democrático. Concomitantemente, afirmava que as tropas revoltosas eram formadas por “negros, e mulatos”. *Semanário Cívico*, n. 70, 04 de julho de 1822.

⁸⁴⁸ Sobre a participação dessas vilas no conflito de independência do Brasil na Bahia, Moisés Amado Frutuoso percebeu, na vila de Rio das Contas, um apelo antilusitano por parte dos brasileiros que acusavam os portugueses de atentarem contra a independência do Brasil. Aliás, tentaram também criar a ideia de uma “horizontalidade social”, afirmando todos serem iguais na luta pela liberdade, o que de fato não ocorria, já que muitas das suas lideranças eram representantes de grupos abastados da região. De acordo com Marcelo Siquara Silva, esses governos foram consequência direta do conflito entre as tropas de Manoel Pedro e as tropas de Madeira. FRUTUOSO, 2015.; SIQUARA, 2018.

“que tem a seu cargo em particular, sustentar intacta nesta província o sistema Constitucional”⁸⁴⁹.

Após a publicação da edição do dia 4 de julho do *Semanário*, líderes da Cachoeira, como o bacharel Miguel Calmon du Pin e Almeida (futuro Marquês de Abrantes) e os militares Felisberto Gomes Caldeira e Antônio Maria da Silva Torres, apresentaram-se como representantes das vilas de Santo Amaro e São Francisco, citadas pelo *Semanário*. Em nome de suas cidades, propuseram condições de coexistência política e a formação de uma aliança entre as três⁸⁵⁰. A partir da união, formou-se a ligação que culminaria na criação de um exército para fazer frente às tropas portuguesas na tentativa de expulsá-las de Salvador.

Na mesma edição 70, o *Semanário* noticiou a convocação da Constituinte no Brasil de modo muito curioso. O evento foi comparado ao “Dia Fatal de 9 Termidor 1794 em Paris”, o que tornou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro a “revolucionária Municipalidade Robespierense”. Além de questionar a Câmara por pedir a convocação da Constituinte, também desaprovou as críticas nela feitas ao general Madeira e a alguns políticos fluminenses em defesa do brigadeiro Manoel Pedro. Segundo o jornal, Madeira “e a briosa Tropa Europeia” “foram atacados, e insultados por facciosos (desobedientes às ordens d’El Rei, e das Cortes)”. A consequência dos últimos acontecimentos do Rio de Janeiro era a “falta de numerário” e as “multiplicadas emigrações para a Europa”.

Diante da carência financeira da província fluminense, a tentativa de envio de tropas “contra a Bahia” não era digna de receio consoante o *Semanário*, pois “aquelas embarcações vinham faltas de suas tripulações, pela falta de marinheiros, sendo até preciso embarcar os negros do Arsenal”. O jornal não acreditava que viriam tropas do Rio de Janeiro porque a Bahia não havia cometido crime algum, permanecendo “obediente às Cortes e a ElRei”, uma vez que alimentar e se envolver no conflito que acontecia na província significava “legitimar a anarquia”⁸⁵¹.

⁸⁴⁹ *Semanário Cívico*, n. 70, 04 de julho de 1822.

⁸⁵⁰ Poucos dias depois dessa reunião ocorreu uma outra entre representantes dessa comissão e o Príncipe Regente, a fim de tratar o fortalecimento da relação política entre as elites regionais e o poder central. Dentre as lideranças baianas que participaram do encontro, estavam o Conselheiro e Desembargador do Paço, Antônio Luís Pereira da Cunha, o Desembargador Luís José de Carvalho e Melo, o Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto, o Intendente do arsenal do Exército Manoel Carneiro de Campos, o Capitão-de-mar-e-guerra Manoel da Silva Freire e o Brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, redator do *Espelho*. SOUZA FILHO, 2010a, p. 170.

⁸⁵¹ *Semanário Cívico*, n. 71, 11 de julho de 1822.

Como se sabe, não foi o que aconteceu. Diferente do que Maia propagava em seu jornal, em breve chegariam as tropas do Rio de Janeiro que se uniriam às milícias na Cachoeira. O conflito se estenderia até meados de 1823 e o *Semanário* noticiou dura e detalhadamente, como vamos explorar no capítulo 4 dessa tese. Por enquanto, vamos nos ater aos jornais unitários do Maranhão e do Pará.

3.3.3. Os jornais do Maranhão e do Pará

Enquanto os periódicos fluminenses e baianos discutiam entre si a respeito do futuro do Brasil, nos jornais do Maranhão e do Pará ocorreu interessante diferença no debate. Nos impressos publicados naquelas províncias não houve muito destaque aos jornais publicados no Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia, não conseguimos localizar n' *O Paraense* ou no *Conciliador* publicados dentro do recorte desse capítulo referências a periódicos fluminenses.

Observando mais atentamente ambos os periódicos, contabilizamos 26 citações em geral. Destas, uma a jornais da Irlanda, Bélgica e Pernambuco, três de jornais maranhenses, quatro de jornais ingleses, seis de jornais portugueses e dez de jornais baianos. Das citações de jornais baianos, cinco referiam-se ao *Semanário* escrito por José Joaquim da Silva Maia, e duas da *Idade d'Ouro*. Em grande parte, as referências eram extratos dos periódicos em que se noticiava o estado da Bahia e críticas às propostas feitas pelos autonomistas.

Além do grande número de citações de jornais baianos, percebemos também a alta quantidade de correspondências. Em 31 edições do *Conciliador*, contabilizamos 33⁸⁵², enquanto de 23 edições do *Paraense*, encontramos 60 cartas de leitores, mais de duas por edição. Ambos os jornais tiveram as maiores médias de correspondências dentre os analisados nesse trabalho.

Os números acima mostram duas coisas. Primeiro, a importância dada a assuntos relacionados a questões locais. Era muito comum cartas com matérias, controvérsias e objetos relacionados às respectivas províncias, servindo como fórum para os cidadãos debaterem e posicionarem-se.

⁸⁵² Acerca das correspondências publicadas no *Conciliador*, Roseane Arcanjo Pinheiro e Antônio Hohlfeldt destacaram seu caráter político e governista. Segundo os autores, é possível perceber a defesa da união com Portugal e a tentativa de comerciantes portugueses locais de manterem suas reputações diante de querelas comerciais. Cf: PINHEIRO, Roseane Arcanjo.; HOHLFELDT, Antônio. Jornalismo e discurso: as representações sobre o leitor nas páginas de O Conciliador do Maranhão (1821-1823). **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p.258-279, jan./março., 2017.

Por meio das correspondências, vemos também questões políticas latentes à época e outras ligadas ao dia a dia e ao cotidiano das regiões⁸⁵³. A seção de correspondências torna-se, nesse sentido, importante elemento a ser analisado quando nos preocupamos com a expansão da esfera pública ou a percepção dos problemas cotidianos e rivalidades entre indivíduos dessas províncias.

No caso do *Paraense*, observa-se nessas cartas e no conteúdo geral do jornal um posicionamento mais crítico ao governador das armas José Maria de Moura⁸⁵⁴. Na escalada de críticas, o próprio governador usou o periódico para defender-se e tentar assumir, perante o público, posição diferente da que era acusado⁸⁵⁵. A Junta de Governo, também constantemente criticada, igualmente enviou uma carta respondendo e desmentindo algumas notícias veiculadas⁸⁵⁶.

As críticas ao governo publicadas pelo *Paraense* e assinadas por correspondências sem identificação do nome do autor também serviam como artifício, seja dos próprios redatores, seja dos indivíduos que enviavam as cartas, para criticar as autoridades com menos riscos de sofrer represálias. Nesse papel, das 60 cartas, apenas nove foram rubricadas com o nome completo pelos supostos autores. Das nove missivas, quatro davam como autor um militar preso chamado Macedo (que tinha posição privilegiada, pois, como já estava preso, sofria poucos riscos de maiores retaliações), uma de Daniel Garção de Mello, dono da tipografia em que o periódico era publicado⁸⁵⁷, e outras três de autoridades da província⁸⁵⁸, pessoas que não tinham o que temer por serem os próprios dirigentes.

Enquanto no *Paraense*, periódico de oposição ao governador das armas no Pará, existiam poucas correspondências assinadas, o mesmo não ocorria no *Conciliador*, que exercia a função de papel governista no Maranhão. Das 33 correspondências, 22 foram assinadas com o nome completo. Tal discrepância se deve ao fato de que as correspondências não faziam críticas ao governo local, apoiado pelo periódico, e por isso os autores não precisavam se

⁸⁵³ De acordo com Coelho, o espaço das correspondências do *Paraense* era utilizado principalmente pela “pequena burguesia letrada” que se opôs ao governador das armas da província. COELHO, 1993, p. 162.

⁸⁵⁴ O teor das cartas remonta às acusações de despotismo ao governador das armas. Cf: COELHO, 1993, p. 160.

⁸⁵⁵ **O Paraense**, n. 21, 31 de julho de 1822.

⁸⁵⁶ **O Paraense**, n. 17, 16 de julho de 1822.

⁸⁵⁷ A correspondência, aliás, é uma afirmação do tipógrafo de que não temia punições ou censura, e nem se sentiria ameaçado diante das ações do governador das armas. **O Paraense**, n. 9 de 19 de junho de 1822.

⁸⁵⁸ Uma correspondência foi enviada pelo comandante João Pereira Vilaça para justificar suas ações, outra por José Antônio Nunes, diretor do trem da artilharia, pedindo para um correspondente provar suas acusações de corrupção e a outra pelo governador das armas. **O Paraense**, n. 9 e n. 21.

esconder atrás de pseudônimos ou do anonimato, já que o risco de censura e represálias era pequeno. Aliás, como se tratavam de correspondências, na maioria das vezes, relacionadas às polêmicas locais, era necessário identificar-se, seja para se defender seja para acusar seu rival.

Dessa forma, as correspondências tiveram importante papel nesses jornais, fomentando o debate público a respeito de questões econômicas e políticas, até de querelas menores, como pedidos de fechamento de comércio aos domingos e dias santos⁸⁵⁹, prestação de contas de serviços diários⁸⁶⁰, denúncias de padres que frequentavam casas de prostituição e usavam o Convento para conspirar contra o governo⁸⁶¹ e louvores a uma vacina contra a “nova epidemia de bexiguismo”⁸⁶². Mas, além das correspondências e citações, os periódicos também deixavam sua marca, ainda que de forma inicialmente secundária, no debate que ocorria no Brasil. De forma geral, o *Paraense* e o *Conciliador* mostravam posicionamento contrário a qualquer movimentação que causasse distanciamento com Portugal.

No *Paraense* as movimentações do Rio de Janeiro eram mostradas como um desejo de se ter um “Congresso Nacional”, enquanto José Bonifácio era tratado como “famoso”, apontado como “um dos maiores Sábios Portugueses” e tido como um membro da Junta Administrativa de São Paulo⁸⁶³. Por outro lado, o *Conciliador* afirmava que a “primeira questão” discutida no Conselho de Procuradores “será a da independência”⁸⁶⁴.

Grande parte das notícias e discursos a respeito da situação do Brasil exposta no *Paraense* se deu através de extratos do *Sentinela Constitucional Bahiense*, um panfleto publicado na Bahia. Através de artigo retirado do *Sentinela*, repetia-se o discurso de Maia de que o Rio de Janeiro era dominado por “áulicos” que buscavam reduzir o Brasil ao “despotismo” por meio da pregação de amor ao “Príncipe Real” e da defesa de sua permanência no Rio de Janeiro. Ainda segundo o extrato publicado pelo *Paraense*, se o Rio de Janeiro continuasse no seu plano, o Brasil seria envolvido em uma “guerra civil”, assim como teria acontecido na França revolucionária. Por isso, pedia que a população não se deixasse “seduzir com o pomposo aparato de dizerem que deve existir no Rio de Janeiro o centro da reunião do Reino do Brasil”, visto que Portugal ficava mais distante. Desse modo, o que seria mais “fácil

⁸⁵⁹ **O Conciliador**, n. 91, 25 de maio de 1822.

⁸⁶⁰ **O Conciliador**, n. 89, 18 de maio de 1822.

⁸⁶¹ **O Conciliador**, n. 109, 27 de julho de 1822.

⁸⁶² “Bexiguismo” tratava-se do que conhecemos hoje como varíola. **O Paraense**, n. 15, 10 de julho de 1822.

⁸⁶³ **O Paraense**, n. 1, 22 de maio de 1822.

⁸⁶⁴ **O Conciliador**, n. 88, 15 de maio de 1822.

às Províncias do Norte do Cabo de S. Agostinho”, unir-se ao Rio ou permanecer unidas a Portugal?⁸⁶⁵

O *Conciliador* do Maranhão afirmava não conhecer “motivo algum sólido” de descontentamento “da parte dos Habitantes do Maranhão” para com as Cortes. Ainda que reconhecesse que inicialmente o tratamento do Congresso era mais benevolente com o Brasil, não conseguia concordar com as críticas feitas às ordens que vinham de Portugal. Afirmava que todos eram “Portugueses” e apenas “monstros da discórdia podem tentar destruir os mais sagrados vínculos de fraternidade com que há tantos séculos existem ligados”⁸⁶⁶.

Não se negava, no *Conciliador*, a “justiça” da existência de uma delegação do poder executivo no Brasil, mas se discordava que ele devia fixar-se no Rio de Janeiro, pois era uma província muito longe das outras. Por isso, seja pela distância ou por “conveniências de Comércio, Agricultura, e Civilização”, era mais interessante às províncias do Norte permanecerem unidas à Portugal. Ademais, não cabia ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro decidir sobre o futuro do Brasil, mas sim a “Todos os cidadãos”, segundo o princípio da “Igualdade Constitucional”⁸⁶⁷.

Sobre o Maranhão, o *Conciliador* afirmava que se a província decidisse se unir ao Rio de Janeiro, ela seria a primeira vítima da invasão portuguesa. Isso se devia não só à proximidade geográfica, como também ao “estado de nulidade” da região, pobre e sem forças para se defender. Nesse cenário, “Passaremos [sic] da condição de carinhosos Irmãos, à de desprezíveis colonos, ou de odiados escravos”. E ainda que fosse possível defender-se, o periódico perguntava: para onde “exportará o Maranhão a prodigiosa quantidade de arroz, que anualmente despeja em Portugal”⁸⁶⁸?

Para o *Paraense*, os que buscavam a separação eram “Portugueses degenerados, uns portugueses renegados, membros de uma Santa Aliança, que se formou também no Sul para manter o despotismo”. O remédio para terminar com o perigo era remover esses indivíduos de seus cargos, o que tornaria possível “Levantar [sic] as torres da liberdade”⁸⁶⁹.

Já o *Conciliador* afirmava que os “áulicos existentes no Rio de Janeiro” eram uma “praga ruínosa à prosperidade do Brasil” e, por isso, eram denominados “gafanhotos políticos”,

⁸⁶⁵ O *Paraense*, n. 3, 29 de maio de 1822.

⁸⁶⁶ O *Conciliador*, n. 85, 04 de maio de 1822.

⁸⁶⁷ O *Conciliador*, n. 85, 04 de maio de 1822.

⁸⁶⁸ O *Conciliador*, n. 88, 15 de maio de 1822.

⁸⁶⁹ O *Paraense*, n. 12, 29 de junho de 1822.

pois não “fartos de devorar as searas dessa Região mimosa da Natureza, quando eram amplas, ainda pretendem saciar-se nos míseros restos de campos dessecados!”. Na interpretação do jornal, muito antes de as Cortes decretarem o retorno do príncipe ou o fim do tribunal superior, os “gafanhotos áulicos tramavam o plano de desmembrar de Portugal, o Brasil, e estabelecer aqui um Reino independente com instituições de molde para o progresso das suas opressões despóticas, e infames peculatos”. O plano, aliás, já acontecia até mesmo “antes da heroica Regeneração de Portugal”. Mas, por que eles queriam tanto a separação? Porque, com a união com as Cortes, o Brasil estava protegido das ambições dos “gafanhotos” pelo “Soberano Congresso”⁸⁷⁰.

Diante das supostas intenções do Rio de Janeiro, o periódico afirmava não ser vantajoso aderir ao Conselho de Procuradores. O posicionamento foi reforçado quando o decreto chegou à província e, ao invés de ser encaminhado à Junta, foi, segundo o jornal, enviado às Câmaras Municipais. A ação representava a estratégia de “Dividir para reinar”, pois seria mais fácil convencer e “fascinar diretamente os Povos das Vilas, e Aldeias isoladas” do que todo o Maranhão. Segundo os redatores, a união das províncias no Conselho de Procuradores e a sedução de seus representantes tornaria “completa a independência deste Reino”⁸⁷¹, no que seguiria uma

inevitável anarquia não só entre as Províncias, mas também entre os partidos de uma mesma Província; e finalmente a sua escravidão ao renascente despotismo, a paralisação do Comércio, a destruição da Agricultura, e finalmente o complemento da pública ruína⁸⁷².

Sobre o príncipe, o *Conciliador* afirmava que ele havia ficado como delegado do poder do rei no Brasil após a partida de D. João VI, mas sua autoridade teria sido caçada a partir de decretos das Cortes. A aclamação como “Regente Protetor, e Defensor Perpétuo” valeria apenas para “uma parte do Povo e Tropa da Cidade do Rio de Janeiro”, “fração mínima da População do Brasil”⁸⁷³.

Assim, caberia ao restante dos “Povos do Brasil” permanecer “firmes nos Votos Constitucionais a que briosa, e espontaneamente aderiram”. Todavia, lembrava que não se podia desrespeitar o príncipe, que na verdade era “inexperiente”, mas que, “liberto de tão

⁸⁷⁰ *O Conciliador*, n. 93, 01 de junho de 1822.

⁸⁷¹ *O Conciliador*, n. 96, 12 de junho de 1822.

⁸⁷² *O Conciliador*, n. 96, 12 de junho de 1822.

⁸⁷³ *O Conciliador*, n. 104, 10 de julho de 1822.

perversos conselhos, estava destinado pela Providência para ocupar como Herói o Trono de seus Augustos Antepassados”⁸⁷⁴.

O posicionamento em defesa da união com Portugal exposto por ambos os periódicos provém de interesses políticos e econômicos anteriores ao contexto aqui analisado. Segundo Marcelo Cheche Galves, desde a União Ibérica o Grão-Pará e o Maranhão eram vistos como regiões mais distantes do Centro-Sul do Brasil do ponto de vista administrativo⁸⁷⁵. Isso teria causado não apenas o fortalecimento dos laços políticos com Portugal, mas também o estreitamento nas relações de comércio. Além disso, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 houve a canalização dos impostos para aquela província, causando descontentamentos e desconfianças com o Centro-Sul⁸⁷⁶. Por isso, as elites políticas buscaram controlar a torrente da opinião pública, a fim de evitar o avanço da ideia de ruptura⁸⁷⁷ e autonomia em relação a Portugal ou sujeição ao Rio de Janeiro.

Em relação ao Maranhão e ao Pará, não conseguimos perceber nos jornais a polarização política interna em torno da adesão ou não ao projeto de autonomia do Reino do Brasil. No caso do Pará, o *Paraense*, oposição ao governo local, via com maus olhos a possibilidade de abandonar os fortes laços da província com a antiga metrópole. Da mesma forma, no Maranhão tanto o *Conciliador*, com postura governista, quanto a *Folha Medicinal* de teor oposicionista, eram contra a adesão à alternativa política liderada pelo Rio de Janeiro. Ademais, percebemos nesses jornais a defesa das Cortes como instituição legítima e representativa do sistema liberal, tratando qualquer oposição e crítica como sintomas de “corcundismo”, aulicismo ou, no caso do *Conciliador*, ações dos “gafanhotos”. Feitas essas considerações, buscaremos compreender como o *Conciliador* construiu sua argumentação e quais assuntos ocupavam os espaços do periódico.

Dos jornais do Pará e do Maranhão, apenas o *Conciliador*⁸⁷⁸ foi analisado a partir do *Iramuteq* graças ao recorte utilizado para essa metodologia⁸⁷⁹. Aliás, é o periódico mais longo da tese, com circulação entre 15 de abril de 1821 até 16 de julho de 1823, com um total de 210

⁸⁷⁴ **O Conciliador**, n. 104, 10 de julho de 1822.

⁸⁷⁵ GALVES, 2013, p. 3.

⁸⁷⁶ GALVES, 2011.

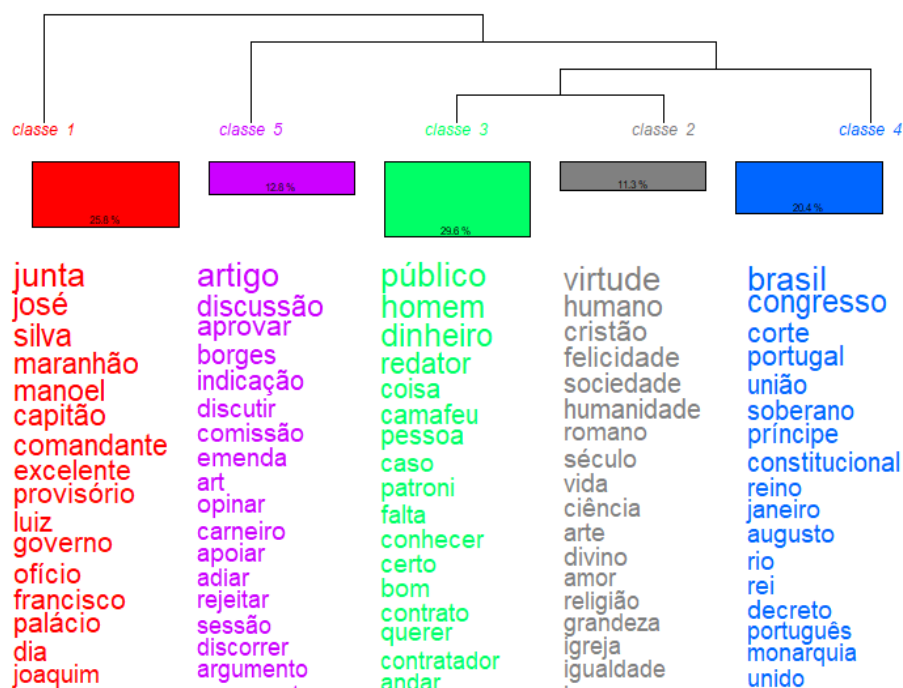
⁸⁷⁷ ARRUDA, 2006, p. 166.

⁸⁷⁸ Analisamos 30 edições, iniciando no número 85 de 04 de maio de 1822 até o número 116 de 21 de agosto de 1822, com exceção da edição 97, que não estava presente nos arquivos digitais e não foi possível consultar pessoalmente devido aos problemas decorrentes da pandemia de COVID.

⁸⁷⁹ Lembramos, de ter pelo menos 50 edições localizadas.

edições. Diante disso, a partir das edições analisadas nesta parte do trabalho, chegamos ao Gráfico 28.

Gráfico 28 – Método Reinert do *Conciliador* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do Conciliador.

Na Classe 1, em vermelho, podemos ver palavras que se relacionam com as questões do governo provincial, como “junta” e “provisório”. Muito semelhante ao que ocorreu no *Semanário Cívico*, mas o *Conciliador* deu ainda mais espaço às decisões do governo regional graças a sua relação com a elite política local.

A Classe 5, em roxo, relaciona-se com as Cortes, tema que ocupou muito espaço no periódico. Em grande parte das edições, reservava-se as folhas iniciais para os extratos do que se havia discutido e decidido em Portugal, de forma equivalente a alguns jornais fluminenses como o *Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho*.

A Classe 3 vincula-se às cartas, seção comum a vários jornais analisados nesta tese. Ademais, demonstra o desejo dos correspondentes de informarem e convencerem o “público” com a permissão do “redator”. Também constam alguns assuntos principalmente relacionados às questões econômicas que ocuparam muito espaço no periódico, representados nas palavras “contrato”, “contratador” e “dinheiro”. Outra palavra repetida foi “Patroni” em referência a

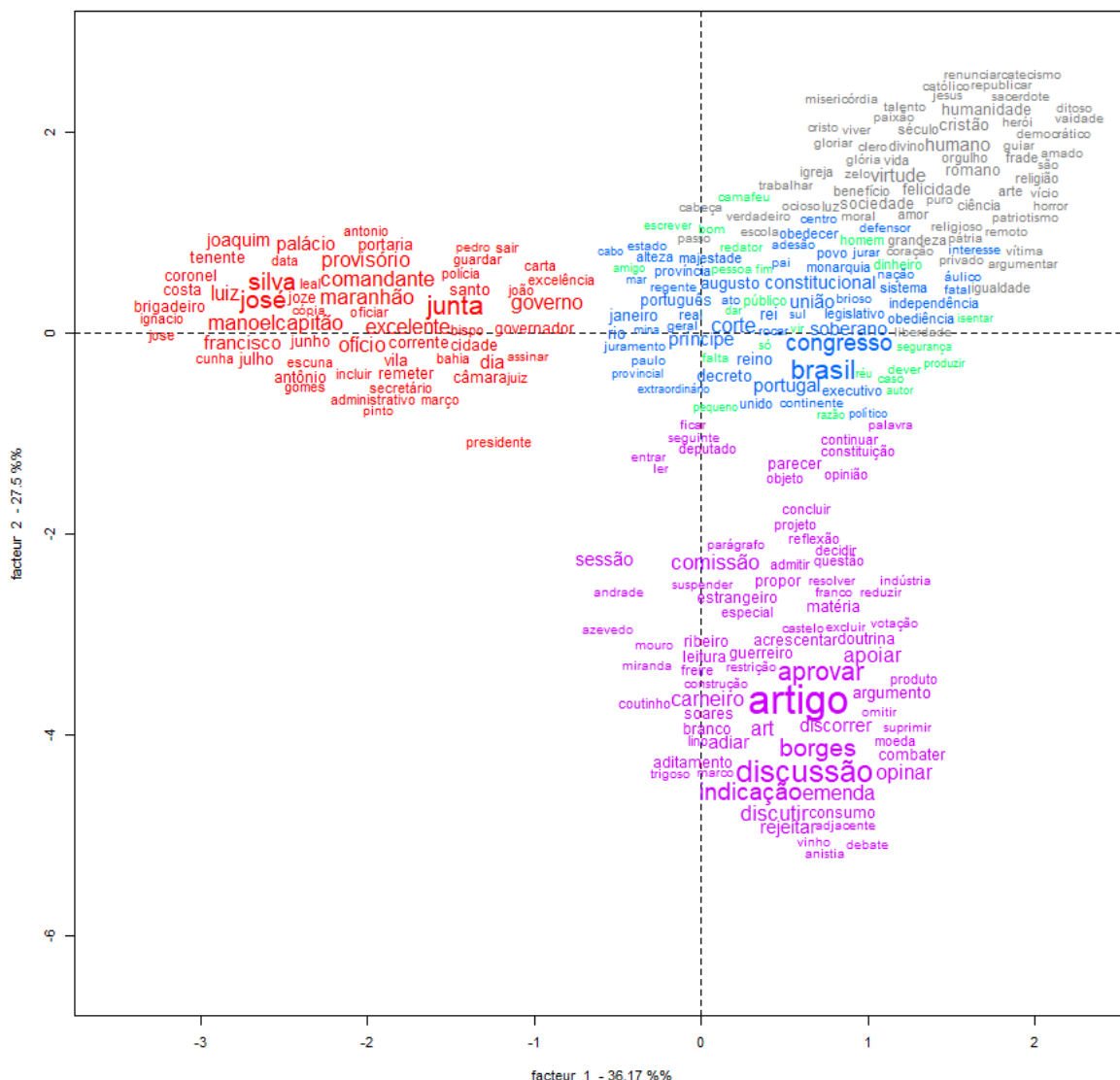
Felipe Alberto Patroni. Ele foi um dos redatores do *Paraense* e transformou-se em assunto frequente das correspondências assinadas pelo *Constitucional Paraense*⁸⁸⁰. A constatação mostra a vinculação entre as duas províncias em termos de diálogo político, já que os correspondentes se remetiam ao redator de periódico do Pará.

A Classe 4 mostra os temas centrais debatidos nos editoriais do jornal, em que se destacam a relação entre o “Brasil” e o “Congresso” ou as “Cortes”, a “união” do Brasil com “Portugal” e a situação do “Príncipe”. Da mesma forma, na Classe 2 constam sentimentos e adjetivos utilizados no debate, que serão analisados no próximo tópico.

Em análise ao Gráfico 29 abaixo, observamos a relação entre as classes. Primeiro, enxergamos o isolamento das classes 5 (em roxo) e 1 (em vermelho), por tratarem de assuntos normalmente expostos em seções separadas, e o grande envolvimento das classes 3 (em verde), 2 (em cinza) e 4 (em azul). A afinidade destas últimas mostra como as correspondências, representadas pela Classe 3, dirigiam-se diretamente aos principais temas do periódico, utilizando-se de palavras semelhantes para justificar suas opiniões.

⁸⁸⁰ *O Conciliador*, n. 99, n. 103, n. 101, n. 100 e n. 102.

Gráfico 29 - Gráfico AFC do *Conciliador* das edições que circularam da notícia do Fico até a convocação da Constituinte.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Conciliador*.

Na Classe 4, constatam-se algumas conformidades de temas discutidos com outros jornais, que colocam o “Brasil” em evidência no debate, assim como as palavras “Soberano”, “Congresso” e “Corte”, que representam as Cortes, local de onde vinham as ordens que estavam sendo debatidas. Por isso, será essa classe a primeira a ser analisada nesse tópico.

Começemos por “príncipe”, já que se trata de elemento político que tendia a polarizar as opiniões dos periódicos. No *Conciliador*, Pedro não era tratado como protagonista, tal qual ocorria nos jornais fluminenses, mas visto como um membro da família reinante que viria a ser, no futuro próximo, o governante do Reino Unido. Por essa razão, os redatores tratavam o

príncipe com respeito e por meio de termos como “grande” e “augusto”, semelhante ao discurso dos periódicos autonomistas, porém, notam-se tratamentos mais burocráticos, como “real”, “regente” e “senhor”.

Outra palavra, que nos chamou atenção na Classe 4, foi “união”. No *Conciliador* teve desempenho avaliativo próximo ao do *Semanário*, reforçando a similaridade linguística entre ambos. No periódico maranhense, observa-se a ênfase da necessidade da união entre os dois “reinos” de Brasil e de Portugal. A união estaria ameaçada pelos “áulicos” do Rio de Janeiro que seduziam “aqueles povos” e criavam “injustos queixumes contra o Soberano Congresso Nacional”. Argumentavam ainda que as Cortes garantiam a “Sagrada União indissolúvel dos Portugueses de ambos os mundos, e do sossego e prosperidade tanto de Portugal, como do Brasil”⁸⁸¹. Assim, enquanto nos periódicos autonomistas a prioridade era para a unidade do Brasil, no *Conciliador* o que se defendia – de forma praticamente exclusiva, já que dificilmente remetia ao Brasil como entidade política autônoma – era a unidade da monarquia portuguesa.

Segundo o *Conciliador*, a manutenção dos laços era importante porque apenas assim o Brasil receberia “leis” capazes de trazer a “felicidade” aos seus habitantes. De acordo com uma correspondência, era um “axioma reconhecido em política que as boas leis são as que fazem a felicidade de qualquer nação”. Apenas boas leis alcançariam a “felicidade dos povos”⁸⁸², já que elas teriam a capacidade de premiar a “virtude” e evitar os “vícios”⁸⁸³.

As “virtudes” apontadas pelo periódico passavam pelas virtudes “morais”, que consistiam no “amor da ordem”⁸⁸⁴, “cívicas”⁸⁸⁵, “sociais” e “cristãs”⁸⁸⁶. E nesse ponto começamos a entrar em vocábulos da Classe 2 do Método Reinert. E nessa etapa notamos uma interessante característica do *Conciliador* que foi a valorização, desde 1821, de palavras de origem religiosa, como “Cristã”, “Divino” e “Divina” e “Religião”, o que pode ter sido motivado pelo fato de um dos redatores ser padre. Isso pode ter levado ao periódico não apenas discutir temas relacionados à Igreja, como também utilizar uma linguagem religiosa como forma de convencimento⁸⁸⁷. Apesar da frequência, não conseguimos chegar a resultados sólidos

⁸⁸¹ *O Conciliador*, n. 96, 12 de junho de 1822.

⁸⁸² *O Conciliador*, n. 107, 20 de julho de 1822.

⁸⁸³ *O Conciliador*, n. 103, 06 de julho de 1822.

⁸⁸⁴ *O Conciliador*, n. 93, 01 de julho de 1822.

⁸⁸⁵ *O Conciliador*, n. 113, 10 de agosto de 1822.

⁸⁸⁶ *O Conciliador*, n. 105, 13 de julho de 1822.

⁸⁸⁷ Ao analisar os impressos que circularam durante as independências da América espanhola, Fernández Sebastián destacou a permanência da tradição cristã em seus discursos. Enquanto os jornais aqui analisados utilizavam essa tradição para reforçar a importância de alguns indivíduos e instituições, o autor percebeu que a tradição cristã

sobre a valoração das questões políticas por meio da perspectiva religiosa. Os testes nos mostraram resultados fluidos demais para serem considerados nesta tese, já que as correlações não ultrapassaram o número máximo de quatro por palavra. Todavia, a principal singularidade do *Conciliador* diante dos outros periódicos desta tese foi ter um vocábulo fortemente influenciado pela religiosidade.

Voltando ao vocábulo “felicidade” analisado anteriormente, nota-se a sugestiva relação com a palavra “depende”. O emprego da palavra no jornal leva à conclusão de que a felicidade “depende” de determinados fatores para existir, não apenas da “virtude”, mas também da “união dos dois países”⁸⁸⁸.

Além da “felicidade”, outra palavra que substantiva um sentimento na classe foi “amor”. Na análise textual, verificou-se que a “felicidade” era um objetivo a ser alcançado, enquanto o “amor” relacionava à ação e à mobilização dos leitores. Mais uma vez, existia forte apelo ao “amor da pátria”, que devia ser demonstrado através de “serviços relevantes”⁸⁸⁹ ou movessem as pessoas a agir para promover os “interesses e a liberdade” de seus cidadãos⁸⁹⁰. Aliás, o “amor da pátria” era considerado a “primeira das virtudes sociais, que eleva o cidadão a obrar prodígios pela glória e independência da nação a que pertence”⁸⁹¹.

Desta forma, uma linguagem muito próxima dos jornais autonomistas era exposta no *Conciliador*, com forte apelo patriótico como forma de convencer e mobilizar os leitores. Todavia, o que o diferenciava daqueles jornais que tinham um projeto político diametralmente oposto ao seu era o que ele considerava como “pátria”.

Ainda que existissem alguns extratos e correspondências com alusão ao termo como localidade⁸⁹², o que prevaleceu no periódico foi certa mescla entre “pátria” e “nação”, representando ambas a monarquia portuguesa unida em uma única comunidade política. Não aparece o emprego do termo para o Brasil. Assim, os redatores apresentavam todos como membros de uma mesma nação e filhos de uma mesma pátria, a pátria portuguesa⁸⁹³. Por isso, era importante que os brasileiros permanecessem unidos às Cortes, negando quaisquer

também servia para mostrar os processos revolucionários atlânticos como o cumprimento de profecias bíblicas, tornando-os inevitáveis. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2011, p. 456.

⁸⁸⁸ *O Conciliador*, n. 87 e n. 109.

⁸⁸⁹ *O Conciliador*, n. 93, 01 de junho de 1822.

⁸⁹⁰ *O Conciliador*, n. 115, 17 de agosto de 1822.

⁸⁹¹ *O Conciliador*, n. 114, 14 de agosto de 1822.

⁸⁹² Vide a correspondência da edição n. 85, 4 de maio de 1822.

⁸⁹³ Como, por exemplo, nas edições n. 93 e n. 114.

propostas de separação ou desunião entre suas partes. Assim, enquanto os jornais autonomistas buscavam valorizar o Brasil como a pátria, o *Conciliador* mantinha a identificação de Portugal como pátria e nação, o que fazia dos patriotas defensores da unidade em torno das Cortes.

Como no *Semanário*, a defesa do projeto unitário era marca evidente no jornal. E era inadmissível a quebra de laços no interior do Império, fosse constituindo centros múltiplos, fosse a descentralização apenas com caráter administrativo sem a permissão das Cortes. Qualquer proposta de fratura prejudicaria ambos os lados do Atlântico, mas principalmente o Brasil, demolindo politicamente no continente americano a perspectiva de regeneração. Aqueles que defendiam algo diferente, no *Conciliador* e no *Paraense*, eram acusados de “áulicos”, “corcundas” e “gafanhotos”. Eram suspeitos de querer o mal da nação e da pátria e, por isso, qualificados como indivíduos a serem combatidos e rejeitados, junto com suas propostas e ideias.

Intrigante que o vocabulário e até mesmo a linguagem desses jornais, principalmente do *Conciliador* aqui analisado de forma mais detida, eram muito semelhantes aos jornais autonomistas. Alcinhas como “áulicos” e “corcundas” repetiam-se nos diferentes impressos, tendo em todos o mesmo significado, mas sendo usados para qualificar indivíduos diferentes. Da mesma forma, a linguagem patriótica utilizada pelo *Conciliador* também circulava nos jornais do Rio de Janeiro, mas diferente destes que tratavam o Brasil como pátria, para o periódico maranhense, a pátria era o Maranhão e Portugal, não existindo grandes compromissos com o Brasil.

3.3.4. “Reacionários”, “áulicos” ou “portugueses”?

Como se viu, o *Compilador*, o *Semanário*, o *Paraense* e o *Conciliador* defendiam propostas semelhantes de unidade do Reino Unido, ainda que com algumas diferenças, principalmente quanto à possibilidade ou não de delegação do Poder Executivo no Brasil. Nesse ponto, o *Compilador* exerce papel importantíssimo. Se tratando de um jornal escrito e publicado no Rio de Janeiro, ele passou por um processo de mudança de opinião para se tornar, no fim de sua existência, um opositor não apenas das propostas de autonomia do Reino do Brasil, mas também da permanência do príncipe. Por isso, o periódico é componente indispensável para nossa argumentação por se constituir em peça que evita qualquer chave interpretativa homogeneizadora. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que impede perspectivas que enxerguem na imprensa fluminense apenas propostas autonomistas, também impossibilita

acusações de que a oposição à autonomia do Brasil era formada apenas por “portugueses”, já que João Baptista de Queiroz, o segundo redator do periódico, era paulista.

O *Semanário Cívico*, por sua vez, afigura-se no principal expoente, na imprensa, do projeto de unidade da monarquia portuguesa diante das ameaças representadas por propostas de criação novos poderes legislativos ou executivos na América portuguesa. Muito ligado a interesses econômicos e redigido por um grande comerciante português radicado na Bahia, o periódico circulou amplamente pelo Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro, como pudemos ver nas estatísticas de citações e nas referências constantes em outros jornais com proposta política semelhantes ou não. Assim como o *Compilador*, o periódico baiano redigido por Silva Maia, tornou-se significativo para desmistificar a visão de “áulico” e “reacionário”⁸⁹⁴. Silva Maia era um constitucional e defensor das Cortes de Lisboa. Dos três rótulos utilizados no título desse tópico, acreditamos que o único que caiba a ele é o de “português”⁸⁹⁵.

Por fim, *O Paraense* e o *Conciliador do Maranhão* são periódicos riquíssimos para a compreensão do contexto das províncias mais ao norte do Brasil. Enquanto colaboravam com a expansão dos ideais vintistas com um discurso pedagógico, expunham suas posições a respeito da crise da monarquia portuguesa e davam espaço à interlocutores locais. A grande quantidade de correspondências revela importantes elementos do cotidiano daqueles sujeitos e trazem grandes possibilidades de pesquisa que não puderam ser explorados com detalhes nesta tese. Ainda assim, pudemos perceber o envolvimento dos periódicos com a disputa política polarizada entre unitários e autonomistas. O posicionamento de ambos os jornais claramente se deu ao lado dos primeiros, seja por meio dos editoriais como também de extratos de outros impressos, como os do *Semanário Cívico*.

Julgamos importante reforçar que a proposta desses jornais tinha como principal base a defesa da unidade e da indivisibilidade do Reino Unido em torno das Cortes de Lisboa,

⁸⁹⁴ Ver tópico: 3.3.1. Interesses políticos e econômicos: o conteúdo do *Semanário*.

⁸⁹⁵ Discussão semelhante foi encetada por Maria Beatriz Nizza da Silva a respeito do *Idade d’Ouro*. Em seu livro, a autora esforçou-se em rebater o rótulo atribuído por Nelson Werneck Sodré de que o periódico era “áulico”. Segundo a autora, o impresso fez ampla defesa do constitucionalismo e se colocou de forma contrária ao governo do Rio de Janeiro – posição, aliás, semelhante ao do *Semanário* – e, por isso, não podia ser intitulado “áulico”. SILVA, 2011a, p. 9.

programa típico do vintismo⁸⁹⁶. Todavia, a estratégia utilizada para convencimento e mobilização política entre os periódicos foi diferente.

De um lado, o *Semanário* usou o cálculo econômico como justificativa de sua posição. Era necessário, segundo seu redator, manter a unidade da monarquia portuguesa para que o Brasil pudesse desenvolver-se economicamente e também politicamente, já que, sozinho, seria presa fácil para outros países ou até mesmo para uma revolução escrava. Já o *Conciliador*, em comum com os jornais alinhados ao projeto autonomista, sustentou suas ideias a partir de valores, como “virtudes”, e sentimentos, como “felicidade”, “amor” e “pátria” e vocábulos religiosos. Tais valores e sentimentos voltavam-se à mobilização e sensibilização dos leitores. Desta feita, utilizava linguagem semelhante aos seus rivais. Juntos, os autonomistas e o *Conciliador* empregavam uma mesma linguagem na defesa de projetos, revelando não apenas uma proximidade em níveis retóricos e linguísticos, mas também nos lembrando que linguagem e projeto não se confundem⁸⁹⁷.

Por ora, acreditamos que a querela entre unitários e autonomistas pode encerrar-se. A convocação da Constituinte e a deflagração do conflito na Bahia marcam importante ponto de inflexão entre os periódicos de 1822, assim como o desenvolvimento dos acontecimentos que devem ser analisados em seção separada. Todavia, isso não quer dizer que essa etapa do trabalho findou, já que enquanto fluminenses, baianos, maranhenses e paraenses disputavam e discutiam a legitimidade acerca do centro de poder no Rio de Janeiro ou em Lisboa, em Pernambuco surgiu plano alternativo. O *Segarrega* propôs a construção de “Brazilia”, que se tornaria realidade 100 anos depois, claro, sob justificativa renovada. Veremos como isso se deu no próximo tópico.

3.4. Nem Lisboa nem Rio de Janeiro: o projeto político dos jornais pernambucanos

A discussão entre jornais fluminenses, baianos, maranhenses e paraenses envolvia propostas diferentes que tinham como elementos centrais a localização do poder político no Rio de Janeiro ou em Lisboa. Os periódicos polarizaram os debates a partir do que chamamos nesta tese de projetos “autonomista” e “unitário”, graças aos elementos que os envolviam e,

⁸⁹⁶ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 427.

⁸⁹⁷ PALTI, 2009, p. 20.

principalmente, à base de suas propostas: a autonomia do Reino do Brasil e a unidade da monarquia nas Cortes.

Nos tópicos anteriores, mostramos como a controvérsia política foi presente nesses jornais e como seus redatores discutiam entre si, reconhecendo diferenças provinciais na construção de uma vigorosa rede de circulação de periódicos no Reino do Brasil. No entrelaçamento de comunicação impressa, a província de Pernambuco foi um importante elemento de competição não apenas por se localizar em posição estratégica, como também porque era uma potência ao norte do Brasil.

Enquanto redatores de fora da província debatiam e noticiavam conflitos e mudanças políticas em Pernambuco, os jornais locais teciam seus próprios planos. Pressionada por autonomistas e unitários, a Junta de Gervásio Pires adotou postura conciliatória e neutra, buscando preservar o governo provincial⁸⁹⁸. O posicionamento de Pernambuco é importante pelo fato de permitir a reflexão sobre o termo “autonomista” usado por nós para nomear o projeto do Centro-Sul.

Se focalizarmos na conjuntura do Brasil, perceberemos que os pernambucanos eram os autonomistas, enquanto os jornais e o governo do Rio de Janeiro eram os unitários. Isso porque, em realidade, a proposta de centralização do poder do Reino do Brasil no Rio de Janeiro pretendia agregar Pernambuco ao espaço de influência da província fluminense.

Percebendo isso, a historiografia apontou para a importância da autonomia política para os pernambucanos. Segundo Evaldo Cabral de Mello, durante o processo de independência a província se dividiu entre dois programas políticos principais: o unitário⁸⁹⁹ e o federalista⁹⁰⁰. Os federalistas⁹⁰¹ entendiam que a soberania retornaria às províncias a partir da independência, cabendo a elas decidir sobre a união com o Brasil ou não. Uma das grandes diferenças entre

⁸⁹⁸ Pode-se conferir de forma detalhada as atitudes do governo gervasista em obras como a de Evaldo Cabral de Mello. Cf: MELLO, 2004.

⁸⁹⁹ Sobre os jornais “unitários” pernambucanos, a atuação do frei Miguel do Sacramento Lopes Gama à frente do *Conciliador Nacional* foi analisada por Ariel Feldman. Segundo o autor, a vitória do projeto do Rio de Janeiro só foi possível graças à decisiva participação de atores políticos provinciais, como Lopes Gama, que atuaram nas cenas públicas e políticas em defesa das propostas que vinham do Rio de Janeiro. FELDMAN, Ariel. **Espaço público e formação do Estado nacional brasileiro**: a atuação política do Padre Carapuço. 2012. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.; FELDMAN, 2014.

⁹⁰⁰ MELLO, 2004, p. 13.

⁹⁰¹ Enquanto Evaldo Cabral de Mello apontou para a existência de um grupo “federalista”, Luiz Geraldo da Silva reportou para o grupo “autonomista” que desejava manter a autonomia provincial. SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A Independência Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 349.

ambos era a questão da autonomia, pois, para os “federalistas”, o autogoverno provincial devia ser priorizado, não a unidade do Reino do Brasil como espaço político autônomo⁹⁰². Ainda sobre o ponto, Marcus de Carvalho⁹⁰³ afirmou que, para a tendência “federalista”, não importava ser a sede do Império no Rio de Janeiro ou em Lisboa, desde que a autonomia provincial fosse mantida⁹⁰⁴.

Nesta tese, importa entender a diferença de interpretação entre a “autonomia” defendida no Rio de Janeiro e a defendida em Pernambuco. Enquanto no Rio a proposta de autonomia era a do Reino do Brasil diante das ordens que vinham de Lisboa, em Pernambuco a autonomia colocava-se em relação a qualquer centro político, tanto Lisboa quanto o próprio Rio de Janeiro. Por isso, como bem afirmou Marcus de Carvalho, não importava se a sede seria no Rio de Janeiro ou em Pernambuco, desde que respeitada a autonomia da província⁹⁰⁵.

A forma com que as propostas do Rio de Janeiro e de Lisboa foram recebidas em Pernambuco é essencial para compreendermos a diferença de perspectiva. Como vimos na primeira parte da tese, os jornais pernambucanos já demonstravam insatisfação com as ordens das Cortes e desilusão com o Congresso desde 1821, o que teria se aprofundado durante 1822. Ocorre que a insatisfação foi acrescida da desconfiança sobre o Rio de Janeiro em face da transformação da região como polo de poder alternativo e crescente. Diante da pressão do outro lado do Atlântico e do sul do Brasil, o *Segarrega*, principal jornal pernambucano da época, formulou suas próprias propostas de forma a garantir as liberdades da província e desvincular-se de ambos os polos de poder.

Neste capítulo, buscamos entender o contexto pernambucano e as propostas formuladas no *Segarrega*. Nosso objetivo é demarcar a província como importante espaço de disputa política, mostrando como a “autonomia” era alvo compartilhado por algumas elites brasileiras, apesar das diferentes compreensões acerca de sua extensão.

⁹⁰² MELLO, 2004, p. 20.

⁹⁰³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p.331-366, maio, 1999.

⁹⁰⁴ Conclusão semelhante foi repetida em artigo recente de Maria de Lourdes Viana Lyra. Cf: LYRA, Maria de Lourdes Viana. A província de Pernambuco na conjuntura da independência. **Revista de História das Ideias**, v.40, p.161-175, 2022.

⁹⁰⁵ CARVALHO, 1999.

3.4.1. A Junta Pernambucana e o *Segarrega*: a proposta de criação de “Brazilia”

Escrito pelo revolucionário de 1817, Felipe Mena Calado, o *Segarrega* foi o principal periódico pernambucano em 1822. Ainda que tenha circulado com certa irregularidade, entre dezembro de 1821 e novembro de 1822 saiu pelo menos um número por mês em que se misturavam notícias e opiniões de seu redator e de correspondentes. De forma geral, a ligação entre o redator e a Junta de Gervásio Pires fica evidente no periódico, o que o torna fonte importante acerca das opiniões políticas de parte da elite pernambucana.

Diferente de parte dos jornais analisados nesta tese, o *Segarrega* não constituía grande referência para os periódicos de outras províncias até meados de 1822. Ele foi citado apenas seis vezes, uma como extrato de notícias de Pernambuco pelo *Espelho*, uma com o mesmo motivo pelo *Conciliador do Maranhão* e quatro vezes de forma crítica pelo *Semanário Cívico*. Por outro lado, o próprio periódico não parece ter criado grandes relações com os outros jornais brasileiros e não citou nenhum de seus compatriotas, preferindo fazer referências aos portugueses *Astro da Lusitânia*⁹⁰⁶ e *Independente*⁹⁰⁷ e o Cisplatino *La Aurora*⁹⁰⁸.

Todavia, o “afastamento” do periódico dos outros jornais que eram publicados no Reino do Brasil não significou desinteresse ou frieza com o que acontecia nessa parte da monarquia. Na verdade, o jornal noticiava e analisava com atenção todas as movimentações políticas que ocorriam no Rio de Janeiro e na Bahia, já que influenciavam o destino da sua província.

Logo após a notícia do Fico, o *Segarrega* publicou um editorial no qual afirmou que a “situação atual do Brasil é muito séria, e apresenta o quadro de 1773 entre a Inglaterra, e a América”. A continuação do editorial consiste na defesa da existência de um centro que ligasse as províncias do Brasil, para que depois o reino fosse ligado ao “Reino de Portugal”. Segundo o redator, as Cortes pregavam a “união e a igualdade de direitos e de interesses e em prática exerce-se com o Brasil o mais sôfrego monopólio, e o mais negro maquiavelismo”⁹⁰⁹.

⁹⁰⁶ *Segarrega*, n. 7 e n. 9.

⁹⁰⁷ *Segarrega*, n. 8, 01 de abril de 1822.

⁹⁰⁸ *Segarrega*, n. 12, 03 de junho de 1822.

⁹⁰⁹ *Segarrega*, n. 7, 9 de março de 1822.

A insatisfação do periódico com as ordens vindas das Cortes era muito grande⁹¹⁰. Para ele, o “Brasil não conhece a necessidade de sacrificar tudo pela união a Portugal; sem esta união o Brasil pode ser feliz”, todavia, ainda não achava correta a separação, mas reforçava que

os antigos costumes, o parentesco e a generosidade que lhe fez ceder o Augusto Monarca quando Portugal se contentava com uma das Pessoas Reais (e no que o Brasil obrou consideravelmente) são os mesmos incentivos que o obrigam hoje a concordar em quanto for a bem da nação em geral⁹¹¹.

Um dos pontos que incomodava o redator era o fato do Congresso afirmar inicialmente que nada faria sem todos os deputados do Brasil, o que não estava sendo cumprido. Para ele, nenhuma lei feita nas Cortes havia sido benéfica para o Brasil. Considerava que algumas feriam as liberdades provinciais, principalmente a dos governadores das armas enviados pelas Cortes e o estado de impotência dos governos provisórios graças às mudanças que tornavam as juntas de fazenda estranhas e independentes das autoridades provinciais. Outro motivo de insatisfação foi a ordem de retorno do príncipe. Para o redator do *Segarrega* essa medida visava “destruir a unidade deste país”, ao privar o Brasil do “único centro político que nele podia haver” ao dar-lhe um “Governo, que nada distinguia dos antigos coloniais senão no princípio de desunião, que reinava entre as suas partes componentes”⁹¹².

Na edição posterior, reproduziu-se a ordem do príncipe de publicar em Pernambuco a proclamação feita por alguns pernambucanos a ele no Rio de Janeiro. A proclamação foi impressa no *Segarrega*, que, além de elogios ao caráter dos pernambucanos, dizia que o príncipe “tem hoje [se] colocado acima de todos os Príncipes do Universo”, “Ganhando os ânimos dos Brasileiros; Apertando os laços da união Portuguesa em um e outro hemisfério que estava a dissolver-se”, e deu à “Nação inteira o único impulso capaz de salvá-la da anarquia; capaz de mantê-la em perfeita integridade”⁹¹³.

Da mesma forma que o jornal baiano *Semanário Cívico* publicou relatos negativos sobre Pernambuco, o *Segarrega* o fez sobre a Bahia. Mena Calado pediu punição aos “crimes cometidos” pelos “satélites do despotismo”, aliados do “célebre Maia”, redator do *Semanário*.

⁹¹⁰ Nas Cortes, os deputados pernambucanos ficaram muito incomodados com os elogios feitos à Luís do Rego. O incomodo fez parte de uma disputa acerca de questões iniciadas em Pernambuco e transportadas para Portugal através da chegada de 42 prisioneiros acusados de atentar contra a vida de Rego no ano de 1821. Além disso, as propostas de enviarem tropas de Portugal para o Brasil serviram para aumentar a tensão, mostrando clara cisão entre os deputados pernambucanos e os portugueses, o que, de certo, influenciou nas opiniões do periódico. ALEXANDRE, 1993, p. 589–590.

⁹¹¹ *Segarrega*, n. 7, 9 de março de 1822.

⁹¹² *Segarrega*, n. 7, 9 de março de 1822.

⁹¹³ *Segarrega*, n. 8, 01 de abril de 1822.

No mesmo texto, solicitou a confiança dos pernambucanos no governo provincial, que “em todos os pontos de conduta siga diverso caminho; que tenha só em vistas o interesse da Província; a imparcial distribuição da justiça; e a defesa dos direitos do Cidadão”, bem como não faltem “Diários Constitucionais [referência ao periódico autonomista *Diário Constitucional*, predecessor do *Constitucional*], que vos dirijam as ideias pelas regras da sã moral”⁹¹⁴.

Pelo que mostramos até esta etapa, muito do que o periódico publicou vai ao encontro dos periódicos autonomistas. A defesa da permanência do príncipe, a existência de um poder central no Brasil, o conflito com o *Semanário* são aspectos compartilhados entre o *Segarrega* e os jornais fluminenses e o *Constitucional*. Porém, a partir de maio de 1822, com a chegada do *Projeto da Comissão Braziliense* nas Cortes, verifica-se a mudança de posicionamento e discurso do jornal.

Na edição 11, o *Segarrega* colocou em claro os problemas e as vantagens das Cortes e do projeto liderado pelo príncipe no Rio de Janeiro⁹¹⁵. De um lado, além de reclamar dos decretos lisboetas, questionou a lentidão do congresso em substituir as tropas da província a pedido do governo local e dos deputados pernambucanos. Por outro, afirmou que ainda que a “liga do Sul” tenha como líder o “Herdeiro da Monarquia, que se opõe sem reboço aos Decretos da Assembleia nacional”, o que parecia favorável aos interesses pernambucanos, o “Decreto do Príncipe” sobre a convocação do Conselho de Procuradores e a publicação do “Projeto da Comissão extraordinária do Brasil” trouxeram novos elementos ao cenário político⁹¹⁶.

Tais acontecimentos faziam o periódico e o “povo desta Província” refletirem sobre qual “partido que devia seguir”. Por isso, os pernambucanos,

Zelosos de sua liberdade, e sempre tímidos ao menor aceno de perigo, preferem a união a Portugal com alguns sacrifícios do que todas as promessas pomposas, que lhes faça o Rio, tendo o príncipe em torno de si quem o ensine a assinar decretos que de uma vez anulam a representação nacional, a constituição, a monarquia e a liberdade de nossos direitos⁹¹⁷.

Vemos, então, um ponto de mutação. A defesa, até então, do príncipe e do projeto do Rio de Janeiro foi abandonada diante das suspeitas com o decreto de convocação do Conselho

⁹¹⁴ **Segarrega**, n. 10, 04 de maio de 1822.

⁹¹⁵ A “ambiguidade” ou demora em optar por um lado também foi percebida por Marcus de Carvalho. Para o historiador, o posicionamento resulta da estratégia de “ganhar tempo” antes de comprometer-se com um dos lados, já que o objetivo da Junta era manter-se no poder. CARVALHO, 1999.

⁹¹⁶ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

⁹¹⁷ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

de Procuradores. Diante disso, o jornal propôs o “Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Reino do Brasil”⁹¹⁸. Segundo o *Segarrega*, todo “o homem procura ser feliz, e não o pode ser, senão pelo livre exercício de suas faculdades”. Admitia que Portugal estava buscando o objetivo, mas o “Brasil é um Reino”, e por isso, a constituição projetada, ainda que “desempenha[sse] otimamente seus fins relativamente a Portugal”, não faria o mesmo na América portuguesa, e já que “o Brasil não é Portugal”. Por isso, o jornal afirmava que a “felicidade” do Brasil não poderia realizar-se “senão pela união, e independência”⁹¹⁹.

União e independência são conceitos usados conjuntamente. Mais uma vez, a independência não era tratada como ruptura com a antiga metrópole, mas como autonomia político-administrativa e agora também jurídica, já que o Brasil devia ter leis adaptadas para seu espaço territorial.

Feitas as justificativas, o periódico sugeriu alguns projetos para resolver a crise no Reino Unido. A problemática a ser resolvida era a de que, ao mesmo tempo em que o Brasil precisava de um centro de poder de forma a manter sua autonomia, o Rio de Janeiro não necessariamente devia ser a sede política, já que o redator desconfiava dos políticos que lá estavam. Por isso, o “centro do Brasil” devia ser instituído “entre as nascentes dos rios confluentes ao Paraguai, e Amazonas”, onde iria se fundar a “Capital deste Reino com a denominação = Brazilia = ou outra qualquer”. O posicionamento justificava-se por três motivos. Primeiro, por estar no centro do Reino e pela proximidade com rios, logo, a comunicação seria facilitada com as outras regiões. Segundo, a capital se localizaria geograficamente no centro, favorecendo sua defesa e, quando fosse construída a “Universidade” do Brasil, atenderia a todas as outras províncias igualmente. Por se tratar de nova cidade, em terceiro lugar, as rivalidades entre as outras províncias seriam evitadas⁹²⁰.

À capital, cada província enviaria representantes, onde aconteceriam as Cortes do Reino do Brasil. Posteriormente, os deputados das Cortes do Brasil e de Portugal se uniriam em números iguais e discutiriam as “Leis Gerais relativas a Nação”. Na mesma capital residiria um “Regente nomeado pelo Rei” que obraria em seu nome. Ele teria todos os poderes executivos em relação ao Brasil, com exceção de nomear ministros e outros cargos de Estado de nível alto e funções diplomáticas. Como forma de agilizar e facilitar a vida jurídica dos cidadãos,

⁹¹⁸ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

⁹¹⁹ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

⁹²⁰ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

existiriam os Tribunais Superiores em “Brazilia”. Ademais, “em cada Província haverá uma Junta provincial” com poderes mais amplos que os previstos na constituição que estava sendo elaborada em Lisboa⁹²¹. Com esse último elemento, percebe-se como seu projeto unia o desejo de autonomia do Brasil com a defesa da autonomia provincial.

A desilusão do *Segarrega* com o Rio de Janeiro, principalmente a partir da convocação do Conselho de Procuradores, era semelhante ao que acontecia no governo da província. Devemos destacar que, juntamente ao periódico, existia em Pernambuco o *Relator Verdadeiro*, jornal que circulou até maio e imprimiu, durante o ano de 1822, as ordens e as decisões da Junta. Após o seu fim, foi criada para os mesmos objetivos a *Gazeta do Governo de Pernambuco*, que circulou a partir de junho do mesmo ano. Na *Gazeta*, narravam-se as relações entre o governo provincial e o Rio de Janeiro. Em sua leitura, podemos ver como os membros da Junta tentaram noticiar, explicar e convencer os habitantes da província de suas decisões.

Na edição do dia 22 de junho de 1822, uma comunicação do governo colocou em dúvida as ações do Rio de Janeiro. O documento acusa os “áulicos” do Rio de Janeiro a tentarem desestabilizar a província de Pernambuco “para melhor nos oprimir”. Porém, ao mesmo tempo, reforçava as já manifestas desconfianças com as Cortes, visto que alguns decretos, como o fim dos tribunais superiores e a tentativa das Cortes de “dividir-nos” para “enfraquecer-nos” e “nos oprimir”, buscava não apenas acabar com o centro de união como também enfraquecer os governos provinciais por meio do “maquiavélico axioma político divide, e impera”⁹²².

Insatisfeita com o governo lisboeta e desconfiando de determinados políticos do Centro-Sul, o documento dá a entender a concordância com os “Irmãos das Províncias do Sul” em requerer a permanência do príncipe. Todavia, a Junta considerava inadmissível se “aventurar passo algum, em artigo tão importante, sem a resolução do Soberano Congresso”. Ademais, alertava para o perigo dos “Ministros de Vossa Alteza Real neste Brasil” exercerem arbitrariedades, graças à “influência, que necessariamente lhes deve resultar da sua assistência e voto em um Conselho de Procuradores”. Aliás, o decreto de convocação dos Procuradores era acusado de “poder alucinar a Cidadãos experimentados nas traças do Despotismo”, ainda que o governo confiasse nos “sentimentos Constitucionais de Vossa Alteza Real”⁹²³.

⁹²¹ **Segarrega**, n. 11, 20 de maio de 1822.

⁹²² **Gazeta do Governo de Pernambuco**, 22 de junho de 1822.

⁹²³ **Gazeta do Governo de Pernambuco**, 22 de junho de 1822.

Menos de um mês depois, outra comunicação do governo ao príncipe alertava novamente para os perigos da convocação do Conselho de Procuradores, que parecia aos membros da Junta “premature, e tendente pela sua forma a suscitar o antigo despotismo Ministerial”. O último entrave à união de Pernambuco com o Rio de Janeiro, a respeito do Conselho de Procuradores, parece ter sido as novas notícias de Lisboa que autorizavam a existência de dois centros no Brasil, fazendo com que a província devesse mandar ao centro o que convir a seus representantes⁹²⁴.

As críticas ao Conselho de Procuradores, bem como a recusa de adesão imediata ao projeto, foi, segundo Flavio José Cabral⁹²⁵, uma das causas da rivalidade entre José Bonifácio e a Junta pernambucana. Tentando influir no governo provincial, alguns enviados do Rio de Janeiro, como Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, tentaram plantar desconfianças contra o governo local, gerando, inclusive, uma tentativa de insurreição.

O envio de Drummond tinha como base o discurso de que a Junta queria ser independente e estava traindo o príncipe⁹²⁶. O resultado de sua missão ocorreu no dia 1º de junho, quando a sala de reuniões do governo foi invadida por um grupo de pessoas lideradas por Drummond e Moraes Mayer, que exigiam a adesão ao projeto do Centro-Sul, bem como a assinatura de documento em que se jurava fidelidade a Pedro. Encurralado, dentro e fora do prédio, onde a tropa estava ao lado dos invasores, Gervásio Pires cedeu e assinou o documento em que prometia fidelidade ao Príncipe, delegando-lhe o Poder Executivo no Brasil⁹²⁷. O evento foi discutido no *Segarrega* de 3 de julho, cuja narrativa descrevia os “acontecimentos de 1 e 2 do corrente” como nascidos da “ignorância de muitos, e talvez interesses particulares de alguns”, que estavam persuadidos de que “S. A. R. aplaude os desvarios, que se dirigem a lisonjeá-lo”, o que não era justo diante de seus “atos públicos”⁹²⁸.

Uma longa correspondência do *Filarete* dizia que as províncias do Brasil, “oprimidas, há mais de trezentos anos, por um sistema colonial”, buscavam uma constituição liberal e foram enganadas pelo “Conde de Pamela”, que prometeu uma constituição independente de Portugal. E pior, tudo estava acontecendo com a ajuda do “Soberano Congresso”, porque as províncias adotavam a “Causa do Rio de Janeiro, só pelo temor de serem escravizadas pelas Cortes de

⁹²⁴ **Gazeta Extraordinária do Governo**, 22 de junho de 1822.

⁹²⁵ CABRAL, 2016, p. 285.

⁹²⁶ CABRAL, Flávio José Gomes. Instabilidades políticas em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil (1817-1822). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p.1-18, 2020.

⁹²⁷ CARVALHO, 1999.

⁹²⁸ **Segarrega**, n. 13, 3 de julho de 1822.

Portugal, não refletindo que não são outras as vistas do Ministério do Rio de Janeiro”. Por isso, a província de Pernambuco, já “cansada de sofrer, por querer em todos os tempos ser a pregoeira da Liberdade do Brasil, e de quem as feridas ainda gotejam sangue, só lhe convinha estar alerta”⁹²⁹.

O correspondente questionava o motivo pelo qual, por dois dias consecutivos, Pernambuco teve seu sossego público abalado por causa de “dois, ou três vagabundos, vindos do Rio de Janeiro” que buscavam abalar a “marcha progressiva” do Governo de Pernambuco. Sem citar nomes, o missivista afirmou que “Estes homens sem patriotismo, e sempre com olhos fitos nos seus interesses” conseguiram convencer os “descontentes” e os “ignorantes”, além de iludir alguns “sinceros”. De acordo com o *Filarete*, eles pregavam que as províncias do Sul queriam uma nova constituição liberal, falavam aos “aristocratas” que tentariam salvar “os direitos, e regalias da nobreza abocanhada pelos pretos, e pardos”, e aos “inimigos de Portugal”, defendiam a união com o Rio de Janeiro o quanto antes, “porque eles iam separar o Brasil”. Seguiu o correspondente comentando outras promessas a diferentes grupos da província, afirmando, por fim, que eles se apalavraram com militares de que seriam promovidos pelo novo governo⁹³⁰, além de desacreditar a Junta que estava no poder⁹³¹.

Como consequência dessa agitação, a tropa teria se juntado para forçar a união da província com o Rio de Janeiro, no dia 31 de maio. O mesmo teria acontecido no dia 01 de junho, quando se congregou parte do povo. Todavia, toda a ação foi considerada pelo *Filarete* ilegítima, pois uma porção do povo ou da tropa não poderia forçar toda a província a tomar determinada decisão política. Segundo o correspondente,

Quando os negócios do Rio de Janeiro se apresentassem desmascarados, promovendo os nossos verdadeiros interesses, ou quando Portugal tomasse um procedimento hostil contra o Brasil, só por um intermédio das nossas vontades cumpria declarar os nossos sempre generosos sentimentos e Amor da Pátria, e nunca por meio de uma sedição que tanto nos desonra⁹³².

⁹²⁹ **Segarrega**, n. 13, 3 de julho de 1822.

⁹³⁰ Para Evaldo Cabral de Mello, um dos principais motivos que levaram à queda da Junta foi o problema militar. Ao mesmo tempo em que havia discrepância de remuneração entre os militares “brasileiros” e os “europeus”, durante o conflito civil em Pernambuco, Gervásio Pires havia prometido promoção aos militares americanos, o que foi negado pelas Cortes. Seus pedidos foram publicados pelo *Relator Verdadeiro*, pelos quais se requereu aumento de soldo e promoções aos militares brasileiros para evitar “ciúmes” entre as tropas. De igual modo, a Junta admitiu não ter poder para dar o aumento sem a permissão de Portugal. A partir da recusa dos deputados lisboetas e da ação dos enviados fluminenses, Cabral de Mello reconhece a aproximação dos militares com o Rio de Janeiro como oportunidade de conseguir as promoções, movimento que teria sido uma das bases de sustentação do futuro Governo dos Matutos. MELLO, 2004, p. 87. **Relator Verdadeiro**, n. 9, 13 de maio de 1822. BERNARDES, 2006, p. 615.

⁹³¹ **Segarrega**, n. 13, 3 de julho de 1822.

⁹³² **Segarrega**, n. 13, 3 de julho de 1822.

Entretanto, mesmo diante da insatisfação do periódico com as ações do Rio de Janeiro, na mesma edição, um editorial questionava as ações das Cortes. Citando Montesquieu, afirmava-se que a “experiência tem sempre feito conhecer que as cabeças dos maiores homens se acanham e encurtam (para assim dizer) quando se acham reunidas as assembleias”. Para o impresso, a frase valia para as Cortes, e a experiência tinha mostrado que “reunindo estas os homens os mais eminentes em luzes e em conhecimentos de todo o gênero”, de onde se esperavam “regulamentos cheios da maior prudência”, “muito pelo contrário a experiência tem nos feito conhecer sempre que estes Sábios têm legislado para o nosso Brasil”⁹³³.

Na primeira metade de 1822, observam-se o afastamento do *Segarrega* e do governo pernambucano, ao qual Mena Calado se ligava como representante na cena pública, tanto das Cortes quanto do Rio de Janeiro⁹³⁴. A insatisfação com o Congresso, marcante em fins de 1821 e início de 1822, e a aproximação com o Rio de Janeiro sofreram um recuo a partir da convocação do Conselho de Procuradores. Com isso, nem Cortes tampouco Rio de Janeiro pareciam ser o ideal político em fins da primeira metade de 1822, mostrando que a independência do Brasil não foi um processo linear e muito menos natural, já que existiam outras alternativas políticas⁹³⁵.

Graças à inserção de enviados do Rio de Janeiro e as agitações que disso decorreram na província, a política pernambucana tendeu a ser polarizada entre os defensores da autonomia provincial e os advogados da “causa brasileira”, marcando um novo rompimento entre os grupos políticos da província⁹³⁶. Com isso, a autonomia defendida pelos fluminenses para o Brasil passou a ser vista como um projeto centralista ou “unitarista” em Pernambuco.

Do que foi mostrado, voltamos às problemáticas que motivaram o presente tópico. Aliás, quem eram os “autonomistas”? Os pernambucanos ou os jornais analisados no segundo tópico deste capítulo? Acreditamos que a resposta à pergunta dependa do universo analisado. Olhando para a monarquia portuguesa, o termo “autonomista” pode ser dado àqueles que defendiam a autonomia do Reino do Brasil às ordens das Cortes, como foi mostrado através de jornais fluminenses e do *Constitucional*. Por outro lado, se considerarmos o espaço do Reino do Brasil e o desenrolar do ano de 1822, os autonomistas tornam-se as elites provinciais ébrias de se

⁹³³ *Segarrega*, n. 13, 3 de julho de 1822.

⁹³⁴ Segundo Denis Antônio de Bernardes, o *Segarrega* era patrocinado pela Junta de Gervásio Pires. BERNARDES, 2010, p. 198.

⁹³⁵ CARVALHO, 1999.

⁹³⁶ SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação: Tensões e intenções políticas nas “províncias do Norte” (1817-1824). *Revista de História*, n. 158, p.199-216, 2008, p. 199.

autogovernar. Neste último universo, os fluminenses tornam-se “unitários” ou “centralizadores”, já que queriam colocar as províncias na órbita de influência do Rio de Janeiro.

Assim, a própria ideia de “autonomia” torna-se um conceito a ser problematizado quando analisamos os projetos veiculados nesse contexto. A autonomia como “independência” significava a manutenção da unidade do Reino Unido, com amplas liberdades para suas partes, o que era inaceitável na chave interpretativa vintista. Porém, a forma com que o objetivo era defendido e interpretado pelos diferentes atores históricos dependia de suas finalidades e de suas experiências sociopolíticas que geravam diferentes expectativas acerca do futuro. Enquanto no Rio de Janeiro, centro do poder durante o período joanino, houve a defesa da autonomia do Brasil enquanto unidade político-administrativa, em Pernambuco, região marcada por revoluções como a de 1817, a defesa era da autonomia provincial.

4. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1823)

A discordância entre os jornais autonomistas e unitários não acabou na primeira metade de 1822. Na verdade, a convocação da Constituinte causou o acirramento dos conflitos, culminando em uma tensa disputa por hegemonia civil e bélica entre grupos políticos do Brasil. Percebe-se, no fim de 1822 e no início de 1823, o desdobramento das rivalidades e tendências políticas apresentadas no capítulo anterior. Enquanto as diferenças de projetos se aprofundavam e as províncias se preparavam militarmente para um possível confronto, os discursos dos periódicos passaram a ser cada vez mais radicais, tornando as emoções e o apelo ao patriotismo fundamentais na mobilização militar e política. Nesse processo, os impressos evidenciaram o rompimento que ocorria no Reino Unido, expondo não apenas a quebra dos laços políticos, como também a ruptura entre o “ser brasileiro” e o “ser português”.

Além do enfrentamento entre autonomistas e unitários, percebe-se o aprofundamento das discordâncias internas nas províncias a partir da segunda metade de 1822. As desavenças e incompatibilidades políticas manifestadas ganharam ainda mais notoriedade, colocando em lados opostos indivíduos que antes se tratavam como aliados, ou incitando o surgimento de novos jornais que modificariam a dinâmica política de algumas regiões.

No caso do Rio de Janeiro, a convocação da Constituinte modificou a configuração das alianças. Jornalistas, que previamente se reconheciam como parceiros na luta pela “causa do Brasil”, passaram a se opor publicamente. Motivados por diferenças entre seus projetos políticos, os “autonomistas” acusaram-se mutuamente de serem inimigos da pátria, empregando apelidos que visavam difamar seus adversários e estimular o público contra eles. Ao mesmo tempo, reforçaram a importância do Brasil enquanto entidade política autônoma ao refletir acerca de quem era o “brasileiro”. Esses e outros temas foram analisados no primeiro tópico.

Enquanto a imprensa da Corte se fragmentava, ocorreu fenômeno semelhante em Pernambuco. Surgiram novos periódicos na província durante os anos de 1822 e 1823, tumultuando ainda mais os espaços públicos que já estavam abalados por sequentes manifestações da tropa e do povo. Em meio a esses impressos, vemos planos e expectativas diversos a respeito do futuro do Brasil e da província, assunto tratado no segundo tópico.

Na Bahia, o conflito entre tropas do Recôncavo com as de Madeira se intensificou com a chegada dos soldados enviados pelo Rio de Janeiro, fazendo da província o maior palco da guerra de independência do Brasil. Ao mesmo tempo em que os soldados disputavam a

hegemonia militar, os redatores serviam na guerra de penas, vindo a público para defender seus projetos, analisados na terceira parte desse capítulo.

Por fim, após a capitulação da Bahia restaram aos unitários o Maranhão e o Pará como últimos refúgios dos que defendiam a unidade entre Brasil e Portugal. Com o fim do *Semanário Cívico* e de outros jornais baianos, o *Conciliador* se transformou no único jornal unitário remanescente no país. Em suas páginas, não apenas observamos os argumentos utilizados para mobilizar a população na luta contra as tropas brasileiras que vinham do Sul, como também tomamos conhecimento de outros assuntos do contexto em que circulava, principalmente a melancólica percepção de que as tropas brasileiras, dia a dia, aproximavam-se de São Luís. Esses assuntos e o vocábulo do *Conciliador* foram analisados no quarto e último tópico deste capítulo.

4.1. A imprensa fluminense de 1822 e 1823

No decorrer de 1822, grupos políticos que estavam circunstancialmente aliados no Rio de Janeiro começaram a se afastar em decorrência da diferença de projetos. Questões como a convocação da Assembleia, o método de eleições, o direito de Pedro de veto e a existência do Senado, por exemplo, dividiram a cena pública fluminense.

Percebe-se, em obras basilares do processo de independência, o destaque de dois grupos no Rio de Janeiro. De um lado, estaria o que Lúcia Neves chamou de “Elite Coimbrã”, representada por indivíduos predominantemente formados na Universidade de Coimbra, e que tinha como um dos líderes o então ministro José Bonifácio. Desta elite faziam parte os redatores do *Espelho*, do *Atalaia* e do *Regulador Brasílico-Luso*. De outro, estava a “Elite Brasiliense”, composta por atores históricos que em sua maioria não tinham formação superior, dentre os quais apareciam os autores do *Reverbero* e do *Correio do Rio de Janeiro*⁹³⁷.

⁹³⁷ Outras interpretações acerca das relações e dos conflitos no período aludem para uma divisão semelhante. Cecília Oliveira apontou para a oposição entre o “Partido Brasileiro”, que tinha como um dos principais personagens José Bonifácio, e os “liberais”, representados por Gonçalves Ledo. Da mesma forma, Isabel Lustosa mostrou como os jornais refletiram essas oposições políticas, levando o conflito para além do debate impresso. Já Alexandre Mansur Barata expôs a disputa nas sociedades secretas entre homens como Gonçalves Ledo, Bonifácio e Frei Sampaio. A discussão a respeito desses grupos, principalmente tendo como base as autoras Lúcia Neves e Cecília Oliveira, foi feita no capítulo 3. DO FICO À CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE (1822). BARATA, 2006.; LUSTOSA, 2000.; NEVES, 2003, p. 51.; OLIVEIRA, 1999.

De acordo com Cecília Oliveira, grande parte dos conflitos entre esses homens se deve à busca por controle do mercado. Elites advindas de outras regiões, negociantes e proprietários estabelecidos no Recôncavo Fluminense e em Goitacazes, como Joaquim Gonçalves Ledo, disputavam os círculos comerciais com grupos que tradicionalmente dominavam a praça carioca na comercialização de escravizados, na arrematação de contratos de impostos mais lucrativos e na ocupação de cargos públicos. Segundo a autora, foi o embate entre esses indivíduos que engendrou a formação de projetos políticos antagônicos, mas concordantes quanto a necessidade de reajustar as relações do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.⁹³⁸

Diante de tal cenário, analisamos as convergências e as divergências dos jornais que circularam nos anos de 1822 e 1823 no Rio de Janeiro, o que causou modificações em seus discursos. A exploração dos periódicos fluminenses foi dividida em cinco partes e um tópico de notas de conclusão. A partir das páginas do *Reverbero*, do *Correio do Rio de Janeiro*, do *Espelho*, do *Regulador*, do *Constitucional*, do *Atalaia*, do *Volantim*, do *Macaco Brasileiro*, do *Papagaio* e do *Mosquito Brasileiro*, observamos debates, vocábulos e assuntos que, no decorrer das discussões, forjaram identidades políticas, como o “ser brasileiro”, a partir da defesa da alegada “causa do Brasil”.

Antes de analisarmos os debates, devemos nos atentar às relações encetadas pelos redatores e às mudanças que ocorreram na cena pública fluminense. Quando examinamos as referências feitas entre si pelos jornalistas, a divisão entre grupos políticos descrita por autores como Lúcia Neves e Cecília Oliveira é reiterada.

Vemos nos jornais do Rio de Janeiro uma relação de proximidade entre o *Reverbero* e o *Correio do Rio de Janeiro*, tanto em citações entre si quanto pela participação de Joaquim Gonçalves Ledo como correspondente no *Correio*⁹³⁹. Opostos a ambos, o *Regulador* e o *Espelho* focaram suas críticas no *Correio*. Acusavam o periódico de querer desestabilizar o governo, ser insolente com o príncipe e “republicano”, “anarquista” e “demagogo”. Para se ter uma ideia, no *Espelho*⁹⁴⁰ constam dez citações críticas ao *Correio do Rio de Janeiro*. Após a devassa conhecida como Bonifácia⁹⁴¹, esses jornais passaram a escrever também sobre Joaquim

⁹³⁸ OLIVEIRA, 1999, p. 104.

⁹³⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 54, n. 71, n. 72 e n. 79 com o pseudônimo *Amante Leitor*.

⁹⁴⁰ *O Espelho*, n. 66, n. 70, n. 72, n. 74, n. 77, n. 93, n. 97, n. 105 e n. 163.

⁹⁴¹ Devassa ordenada por José Bonifácio que perseguiu e prendeu importantes figuras públicas do Rio de Janeiro, como João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, redatores do *Reverbero*. Cf: SCHIAVINATTO, Iara Lis; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As

Gonçalves Ledo, um dos redatores do *Reverbero*. Tentaram, através de sistemática campanha de difamação, desmanchar seu prestígio para afasta-lo da cena pública fluminense, abrindo espaço para a dominância do grupo político a qual faziam parte no Rio de Janeiro.

Embora discordassem em várias pautas, os editores dos jornais fluminenses concordavam em alguns momentos. Um exemplo foi a crítica conjunta que fizeram ao correspondente *Filarete*, do periódico pernambucano *Segarrega*⁹⁴², que propagava desconfianças e questionava o governo do Rio de Janeiro. Outros casos de convergência foram a convocação da Constituinte, a celebração do “Independência ou Morte” e a aclamação de D. Pedro.

Tais acontecimentos lançam vistas sobre os limites da disputa na qual os periódicos se envolviam. No Rio de Janeiro, eram rivais e os grupos aos quais representavam disputavam arduamente a liderança política da província, mas quando discutiam com jornais de outras regiões, uniam-se para defender a autonomia do Brasil.

Tabela 5 – Edições localizadas que circularam na segunda metade de 1822.

Periódico	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1. A Malagueta	1					
2. Correio do Rio de Janeiro	26	26	25	19		
3. O Constitucional	3	3	2			
4. O Espelho	9	10	8	8	9	10
5. O Macaco Brasileiro ⁹⁴³						
6. O Papagaio	4	1				
7. O Regulador Brasílico-Luso	2	4	4	5	4	4
8. O Volantim			25	27		
9. Reverbero Constitucional Fluminense	5	4	4	2		
Total	50	48	68	61	13	14

Fonte: Tabela criada a partir de dados dos jornais analisados.

rememorações da “bonifácia”: entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. **Revista do IHGB**, v. 175, n. 464.

⁹⁴² **O Regulador Brasílico-Luso**, n. 4 e n. 5; **Correio do Rio de Janeiro**, n. 93 e n. 94; **O Espelho**, n. 62.

⁹⁴³ Como afirmamos anteriormente, sabemos que o periódico teria circulado por pelo menos 3 meses, mas não conhecemos as datas das edições. Por isso, optamos por posicioná-lo na tabela, mas sem quantificar as suas edições, que já foram contadas em junho de 1822.

Ao observarmos a tabela acima, constatamos vertiginosa queda no número de edições em novembro de 1822, consequência da perseguição judicializada pelo governo imperial durante a Bonifácia. Em novembro, foi interrompido o *Correio do Rio de Janeiro*, assim como houve o fim do *Volantim*, que teria saído de circulação por não ter dado lucros ao redator⁹⁴⁴.

Também vemos que em julho saiu uma edição extraordinária do *Malagueta*. O jornal circulava desde o fim de 1821 e teve uma primeira interrupção em 1822, quando o autor conseguiu a ambição antiga de ser Oficial-mor da Secretaria dos Negócios Estrangeiros em Washington, que o levou a anunciar no *Correio do Rio de Janeiro*⁹⁴⁵ o fim do impresso. Porém, um desacordo acerca de sua remuneração o fez desistir do cargo e romper com José Bonifácio, anunciando que futuramente retornaria a publicar o jornal em oposição ao ministro.

Entre julho de 1822 e julho de 1824, foram publicadas edições extraordinárias do *Malagueta*. Talvez a mais marcante foi a *Extraordinária* em que o redator teceu duras críticas tanto ao governo como ao já Imperador D. Pedro I⁹⁴⁶. No dia seguinte à publicação, Luís Augusto May, editor do *Malagueta*, e pessoas que o acompanhavam em sua casa, foram atacados e espancados⁹⁴⁷.

Das disputas e perseguições, importa destacar duas questões. Primeiro, Luís Augusto May desejava galgar posições na burocracia, o que, de certo, o teria motivado a publicar jornal de defesa da “causa do Brasil” sem sistemáticas críticas ao governo⁹⁴⁸. Isso mostra como a linha editorial que o jornal seguia era influenciada pelos interesses pessoais de seu redator.

Em segundo, a trajetória de Augusto May elucida o ambiente conturbado e perigoso da cena pública. Publicar um jornal não era algo habitual ou corriqueiro, muito menos desprezioso ou tranquilo. Existiam grandes ameaças aos jornalistas, fossem do ponto de vista moral, submetendo muitos dos redatores a linchamento de reputações⁹⁴⁹, além de financeiras, já que publicar um jornal era relativamente caro⁹⁵⁰, ou políticas, pois qualquer infortúnio no

⁹⁴⁴ **O Volantim**, n. 41, 18 de outubro de 1822.

⁹⁴⁵ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 65, 02 de julho de 1822.

⁹⁴⁶ Uma das consequências do avanço de May contra o governo foi a resposta do correspondente *O Calmante dá e no Malagueta*, que expôs a biografia do redator do *Malagueta* e buscou associá-lo ao grupo do Ledo. **O Espelho**, n. 120, 10 de janeiro de 1823.

⁹⁴⁷ LUSTOSA, 2000, p. 308.

⁹⁴⁸ *Ibid.*, p. 158.

⁹⁴⁹ Veremos adiante o caso de João Soares Lisboa e de José da Silva Lisboa. Ambos sofreram embaraços no momento da eleição para a Constituinte.

⁹⁵⁰ Problema sofrido pelo já citado *Volantim*.

debate poderia causar desonra pública⁹⁵¹. Há ainda a dimensão física, das ameaças ou dos casos em que elas se concretizaram, como comprova a trajetória de Luís Augusto May.

Nesse mesmo período, circulou o jornal *Constitucional*, escrito por José Joaquim da Rocha e Belchior Pinheiro de Oliveira⁹⁵². Ambos faziam parte do “Clube da Resistência”, sociedade secreta que objetivava defender o príncipe das ordens de retorno das Cortes.

Não se estranha, portanto, que alguns periódicos tentassem se esquivar das polêmicas políticas e tratar a empreitada editorial como negócio que visava ao lucro. Exemplo foi o periódico *Volantim*, que circulou por dois meses e tentou ocupar o espaço de um jornal diário de anúncios no Rio de Janeiro.

Destacamos um último dado da [Tabela 5](#), a adoção de nomes de animais, mais especificamente *O Papagaio* e *O Macaco Brasileiro*. Os dois impressos expuseram programas políticos variados com uma linguagem diferente dos demais⁹⁵³. Somamos a eles o *Mosquito Brasileiro*, que circulou em 1823, durou pouco tempo e apresentou um estilo discursivo semelhante aos supracitados. Eles foram analisados em conjunto, menos porque tinham projetos políticos semelhantes e mais porque foram capazes de protagonizar discussões com estilos um pouco diferente dos coevos, usando uma retórica irônica e jocosa.

Tabela 6 - Edições localizadas que circularam na primeira metade 1823.

Periódico	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto
1. Atalaia					1	4	4	4
2. Correio do Rio de Janeiro								25
3. Malagueta						1		
4. O Espelho	9	8	9	9	9	8		
5. O Mosquito Brasileiro						1	1	
6. O Regulador Brasílico-Luso	5	4	2					
7. O Sylpho								8
8. O Tamoyo								4
9. Sentinela da Liberdade da Praia Grande								10
Total	14	12	11	9	10	14	5	51

Fonte: Tabela criada a partir de dados dos jornais analisados.

⁹⁵¹ Com uma trajetória crescente na política fluminense durante o processo de independência, Joaquim Gonçalves Ledo é um dos grandes exemplos do que uma campanha difamatória pode causar aos indivíduos. Ele era um dos redatores do *Reverbero*, periódico de grande circulação no Brasil, foi eleito para o Conselho de Procuradores, mas perdeu seu cargo graças à perseguição decorrente da Bonifácia.

⁹⁵² SODRÉ, 1999, p. 69.

⁹⁵³ COSTA, 2019.

Como consequência da perseguição sobre os redatores do *Correio*, do *Reverbero* e do *Malagueta*, ocorreu um hiato no debate entre periódicos do Rio de Janeiro, pois a baixa quantidade de jornais em circulação no fim de 1822 não foi modificada até meados de 1823. Comparando os dados da Tabela 5 com os da Tabela 6, vemos que, de outubro de 1822 até agosto de 1823, ocorreu o predomínio dos periódicos *Espelho*, *Atalaia*⁹⁵⁴ e *Regulador Brasílico-Luso*⁹⁵⁵, que eram ligados ao governo, inclusive, com a participação de D. Pedro em alguns trechos⁹⁵⁶.

Ambos os jornais eram editados por indivíduos com raízes cortesãs ou burocráticas. O *Espelho* foi escrito por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, um baiano que se formou na Academia da Marinha, teve passagens pela burocracia e se formou oficial do exército. Um de seus cargos públicos mais proeminentes foi o de Diretor da Imprensa Régia. Também foi eleito deputado e recebeu as honrarias de Comendador da Ordem de São Bento de Aviz e de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro⁹⁵⁷.

Já o *Regulador* foi redigido por Antônio José da Silva Loureiro e pelo frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. O primeiro foi um oficial português da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros⁹⁵⁸, enquanto o frei Sampaio, fluminense, foi proeminente clérigo da Corte que ocupou cargos como Examinador da Ordem de Consciência e Censor Episcopal⁹⁵⁹.

Os redatores dos dois jornais tiveram trajetória ligada ao governo, o que levou Nelson Ferreira Júnior a chamá-los de “áulicos”⁹⁶⁰. De fato, se levarmos em conta as obras da época⁹⁶¹, bem como os trabalhos historiográficos atuais⁹⁶², especificamos os “áulicos” como indivíduos que tinham trânsito no palácio ou no governo que compartilhavam um mesmo objetivo político: o fortalecimento da autoridade do monarca e a centralização do poder no Rio de Janeiro. Ademais, possuíam discurso que, segundo Marcello Basile, era pautado no conservadorismo,

⁹⁵⁴ Jornal publicado na Tipografia Nacional. Cada edição custava 80 réis.

⁹⁵⁵ Impresso na Imprensa Nacional. A subscrição mensal custava 2000 réis, a semestral 3840 e a anual 7200 réis.

⁹⁵⁶ A identificação de pseudônimos utilizados por D. Pedro foi feita por Hélio Vianna e posteriormente comentada por Isabel Lustosa. LUSTOSA, 2000.; VIANNA, Hélio. **D. Pedro I jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

⁹⁵⁷ BLAKE, 1900, tomo 6, p. 71.

⁹⁵⁸ BLAKE, 1883, tomo 1, p. 230.

⁹⁵⁹ BLAKE, 1895, tomo 3, p. 118.

⁹⁶⁰ MARQUES JÚNIOR, 2018.

⁹⁶¹ BLUTEAU, 1789b.; CALLCOTT, 2010; PINTO, 1832; SILVA, 1847.

⁹⁶² BASILE, 2012.; BENTIVOGLIO, 2010.; MARQUES JÚNIOR, 2015.

marcado por postulados liberais (como a divisão de poderes, o constitucionalismo e a representação política) e defendiam um Estado forte e centralizado⁹⁶³.

Tal explicação se torna necessária porque, ao compreendermos a semelhança de trajetória dos redatores, o impacto da Bonifácia e as agressões feitas a May na cena pública, percebemos que os eventos podem ter feito parte de uma estratégia do ministério para calar a suposta “oposição” que crescia no *Correio do Rio de Janeiro*, no *Reverbero* e no *Malagueta*. Questões como o poder de veto ou não do Imperador, a balança de poderes entre o executivo e o legislativo e até mesmo o uso das insígnias reais por D. Pedro I dentro do Congresso causaram embates entre os grupos. Como forma de vencer a disputa, o governo optou por silenciar a oposição em uma estratégia que foi bem-sucedida até pelo menos agosto de 1823, momento em que o *Correio do Rio de Janeiro* voltou a circular, acompanhado de novos jornais como o *Sylpho*, o *Tamoyo* e o *Sentinela da Liberdade da Praia Grande*.

A partir de um panorama mais geral da imprensa do Primeiro Reinado, vemos que a estratégia não foi exclusiva de 1822. Na verdade, o fim de 1823 foi marcado por movimento semelhante: repressão aos jornalistas e a políticos que se opuseram à centralização do poder no Imperador, através do fechamento da Constituinte, exílios e pressões sobre os periodistas. Da mesma forma, no ano de 1826, às vésperas da abertura da Câmara dos Deputados, houve nova onda de repressão que teria culminado no fechamento de jornais de oposição ao ministério, como *O Verdadeiro Liberal* e o *Atalaia da Liberdade*⁹⁶⁴.

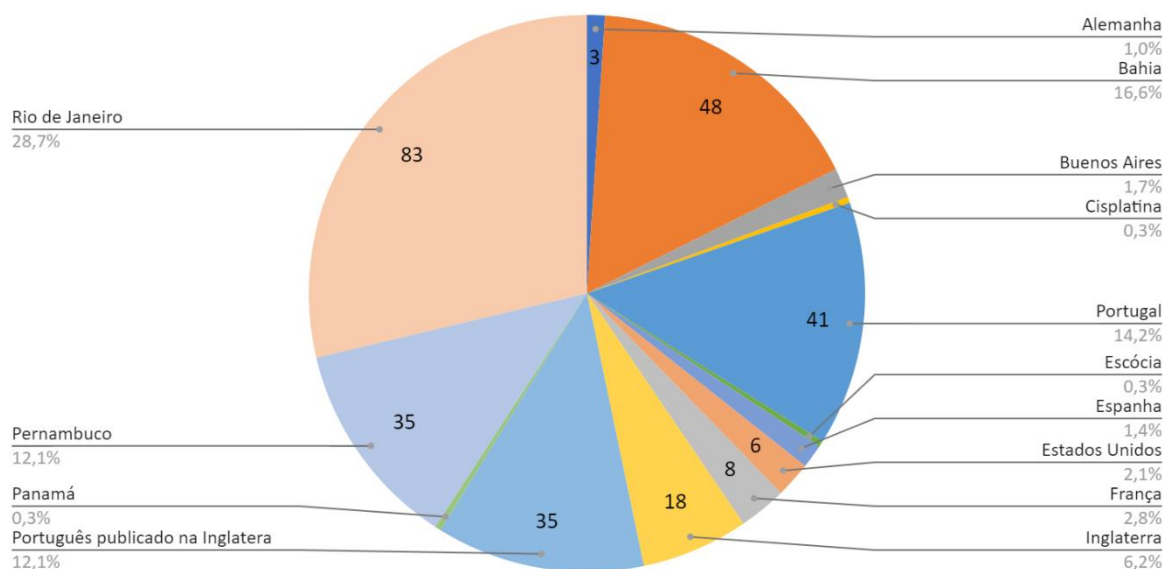
Retomando à [Tabela 6](#), reforçamos que a dinâmica da imprensa nos levou à delimitação do recorte de análise dos periódicos fluminenses nesta tese. O fim do *Espelho*, discutido desde o início desta tese, e o início da série de novos jornais em agosto de 1823 representou uma guinada nos espaços públicos do Rio de Janeiro. Diante disso, optamos por encerrar as análises dos periódicos fluminenses junto com o *Espelho*.

⁹⁶³ BASILE, 2012, p. 174.

⁹⁶⁴ REIS, Arthur Ferreira. **Anarquistas e Servis: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro (1824-1826)**. São Paulo: Publicações BBM, 2021.

Ao observarmos o gráfico⁹⁶⁵ abaixo, podemos ver os espaços e os jornais referenciados nos periódicos fluminenses. Através de citações e referências, notamos que grande parte se concentrava no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco.

Gráfico 30 – Jornais citados pelos periódicos fluminenses da segunda metade 1822 e primeira metade de 1823.



Fonte: Gráfico criado a partir de dados dos jornais analisados.

Quanto à Bahia, além do já tradicional confronto entre os jornais fluminenses com o *Semanário Cívico*, houve crescente interesse nos acontecimentos da província pelos periódicos do Rio de Janeiro. Isso ocorreu porque a guerra entre as tropas autonomistas e unitárias na província, naturalmente, atraiu a atenção do público da Corte. Os mais escolhidos para se retirar notícias e se fazer discussões pelos impressos do Rio de Janeiro, além do *Semanário*, foram o *Idade d'Ouro*, usado de forma cautelosa e por vezes crítica, e o *Constitucional*.

O destaque na cobertura das batalhas que aconteciam na Bahia coube ao *Espelho*. Esse jornal teve como principal fonte de novidades o periódico *Constitucional*⁹⁶⁶, o qual considerava merecer “grandes aplausos não só pelo saber e elegância, com que é escrito, mas pelos

⁹⁶⁵ Não conseguimos identificar a localização dos jornais *Conservateur*, *Echo do Meio Dia*, *Exame Crítico*, *Gazeta do Commercio*, *Independente* e *Jornal dos Debates*.

⁹⁶⁶ *O Espelho*, n. 72, n. 73 e n. 87.

generosos sentimentos de seus dignos Redatores”⁹⁶⁷. Por outro lado, o *Semanário Cívico*⁹⁶⁸ e o *Idade d’Ouro*⁹⁶⁹ eram acusados de “despóticos”, “inimigos da pátria”, “incendiários” e “mentirosos”.

Ainda sobre a Bahia, na edição do dia 17 de setembro de 1822 o *Espelho* expôs as agressões sofridas por Corte Real, redator do *Constitucional*. De notícias tiradas do *Idade d’Ouro*, apelidado de “Idade de Ferro” pelo *Espelho* graças às diferenças políticas entre ambos, foi noticiado que os tipógrafos e comerciantes do *Constitucional* foram agredidos e ordenados a não publicar ou vender o periódico enquanto Corte Real não fosse encontrado. Diante de sua ausência, graças ao que, segundo o *Espelho*, se “livrou de hoje estar morto”, sua residência foi destruída, forçando-o a se refugiar-se no Recôncavo⁹⁷⁰.

Além da recorrência de citação de jornais baianos, vemos no [Gráfico 30](#) a emergência de referências de jornais pernambucanos. Das 35 vezes que os periódicos de Pernambuco foram mencionados, 22 das citações deram-se no *Volantim*. O impresso normalmente retirava extratos dos papéis de Pernambuco como forma de noticiar o que lá acontecia e se discutia. Os trechos, majoritariamente, provinham do *Conciliador Nacional* e do *Maribondo*, folhas críticas às Cortes e favoráveis à união em torno do Rio de Janeiro.

Por outro lado, também existiu uma ofensiva do *Correio do Rio de Janeiro*, do *Espelho* e do *Regulador* contra o periódico pernambucano *Segarrega*. O principal foco da discórdia concentrou-se na publicação de correspondência assinada por certo *Filarete*, analisada anteriormente⁹⁷¹. A correspondência desencadeou uma série de reações dos jornais fluminenses em razão da declarada desconfiança em relação ao constitucionalismo dos fluminenses.

No *Espelho*, houve a divulgação de uma carta de Miguel do Sacramento Lopes Gama, que em breve escreveria naquela província o *Conciliador Nacional*, jornal que segundo Ariel Feldman defendia a adesão de Pernambuco ao governo de D. Pedro⁹⁷². A carta refutava os

⁹⁶⁷ *O Espelho*, n. 72, 26 de julho de 1822.

⁹⁶⁸ *O Espelho*, n. 61, n. 87, n. 91, n. 125, n. 136 e n. 138.

⁹⁶⁹ *O Espelho*, n. 61, n. 73, n. 77, n. 81, n. 87, n. 91, n. 125, n. 133, n. 138, n. 157, n. 159 e n. 163.

⁹⁷⁰ *O Espelho*, n. 87, 17 de setembro de 1822.

⁹⁷¹ Analisada na sessão 3.4. Nem Lisboa nem Rio de Janeiro: o projeto político dos jornais pernambucanos.

⁹⁷² O padre Lopes Gama, apelidado pelos seus contemporâneos de “Carapuceiro”, foi uma importante figura da cena pública pernambucana e teve posicionamento político singular em relação aos seus companheiros de imprensa. No próximo capítulo, iremos abordar com mais detalhes suas ideias, mas destacamos de antemão trabalhos que analisaram a trajetória do redator: FELDMAN, 2014; FONSECA, 2012.

argumentos contrários ao Rio de Janeiro do *Filarete*, afirmando que a “Liga do Sul tem por fim primeiro, e muito justo a residência de S.A.R. no vasto reino do Brasil”⁹⁷³.

As notícias veiculadas pelo *Espelho* a respeito de Pernambuco buscavam reforçar a união das regiões em torno do projeto do Rio de Janeiro⁹⁷⁴. Já sobre a Bahia, tentavam mostrar que a região, mesmo debaixo do poder de Madeira, procurava “unir-se às outras Províncias Brasileenses em uma só família, debaixo de um só Chefe”⁹⁷⁵.

No [Gráfico 30](#) vemos muitas citações de periódicos publicados na Inglaterra, um total de 53. Da mesma forma que teria ocorrido na primeira metade do ano, grande parte delas, um total de 34, foi do *Correio Braziliense*, jornal que defendia a autonomia do Brasil. Ele era elogiado e amplamente referenciado pelo *Correio do Rio de Janeiro*, pelo *Espelho*, pelo *Regulador* e pelo *Reverbero*. Já entre os jornais publicados na Inglaterra escritos em língua inglesa se destacaram o *Courier*, o *London Packet* e o *New Times*.

Dos impressos publicados em Portugal, destacaram-se o *Astro da Lusitânia*, a *Gazeta Universal*, o *Novo Hércules* e o *Trombeta Lusitana*. O primeiro serviu a amplos fins. Era referência para notícias portuguesas e foi publicado em formato de extrato pelo *Correio do Rio de Janeiro* com críticas às Cortes⁹⁷⁶. Já a *Gazeta Universal*, o *Novo Hércules* e o *Trombeta Lusitana* foram referências constantes do *Espelho* sobre o contexto português. Deles também foram retiradas críticas às Cortes como forma de reforçar que o descontentamento com aquela instituição não era apenas dos brasileiros, mas também de alguns portugueses.

Por fim, devemos destacar o crescimento no número de referências a jornais da América. Se no ano de 1821 houve apenas quatro em todo o Brasil, na segunda metade de 1822 e na primeira metade de 1823 localizamos treze citações apenas nos periódicos Rio de Janeiro. Mais do que o aumento quantitativo, quando analisamos o teor das referências e extratos percebemos que grande parte, senão todos, era a respeito dos movimentos de independência. Durante o processo de ruptura com Portugal, a América serviu como exemplo plausível para os brasileiros,

⁹⁷³ **O Espelho**, n. 61, 18 de junho de 1822.

⁹⁷⁴ **O Espelho**, n. 67, 09 de julho de 1822.

⁹⁷⁵ **O Espelho**, n. 69, 16 de julho de 1822.

⁹⁷⁶ **Correio do Rio de Janeiro**, n. 65, 02 de julho de 1822.

podendo ser tratada como parâmetro positivo ou negativo, dependendo de quem e quando escrevia⁹⁷⁷.

Para compreender a discussão encetada por esses jornais, no próximo tópico vamos nos dedicar a analisar o *Reverbero*, *Espelho*, *Correio do Rio de Janeiro* e *Volantim* a partir dos dados do *Iramuteq*.

4.1.1. Independência, guerra e antagonismo nos periódicos: os temas e vocábulos dos jornais da segunda metade de 1822

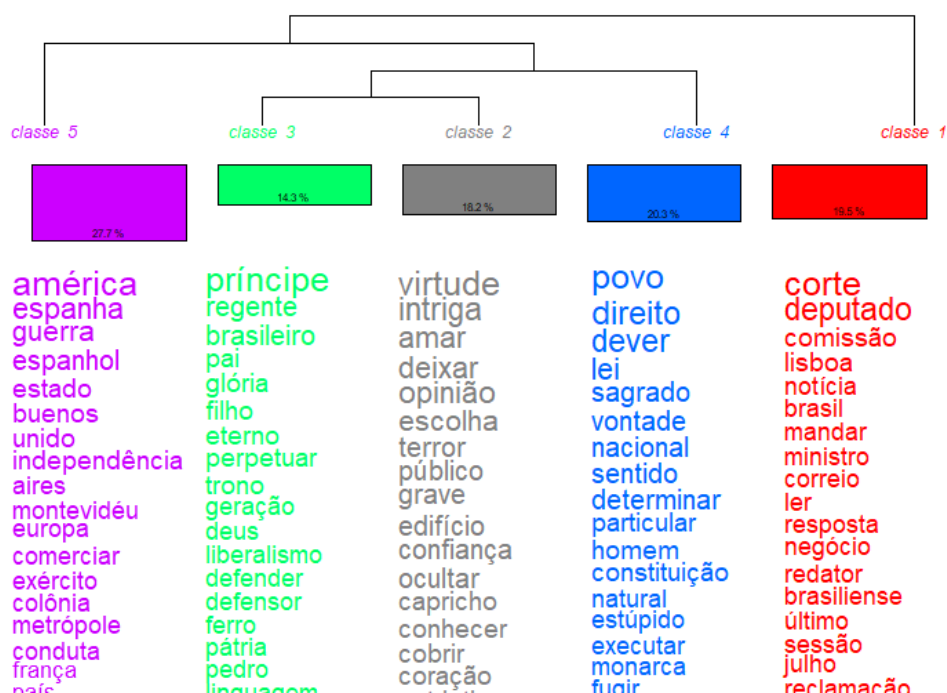
O debate dos jornais fluminenses no início da segunda metade de 1822 foram marcados por estratégias discursivas que, ao mesmo tempo em que defendiam a “causa do Brasil”, buscavam difamar seus adversários ao atribuir-lhes características negativas. Durante as análises, percebemos que a linguagem emotiva e o apelo ao patriotismo se intensificaram, ao mesmo tempo em que o “ser brasileiro” definiu-se enquanto nova identidade política dos “patriotas”.

No caminho a percorrer para entender esse vocabulário, iniciamos nossa análise pelo *Reverbero*. Ele foi escolhido por ter sido o primeiro a interromper a publicação e por não ter se envolvido tão profundamente nas polêmicas públicas que aconteceram no decorrer de outubro que teriam culminado na Bonifácia.

No gráfico abaixo, vemos que na primeira classe estão palavras relacionadas ao Congresso lisboeta. Em meio às acusações contra as “Cortes” de “Lisboa”, o jornal noticiava as discussões entre os “deputados”, as decisões das “comissões” e das “sessões”. Grande parte dessas “notícias” chegavam por meio do “Correio” “Braziliense”.

⁹⁷⁷ PIMENTA, João Paulo Garrido. Com os olhos na América Espanhola: a independência do Brasil (1808-1822). In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p.16,18.

Gráfico 31 – Método Reinert do *Reverbero* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico⁹⁷⁸.

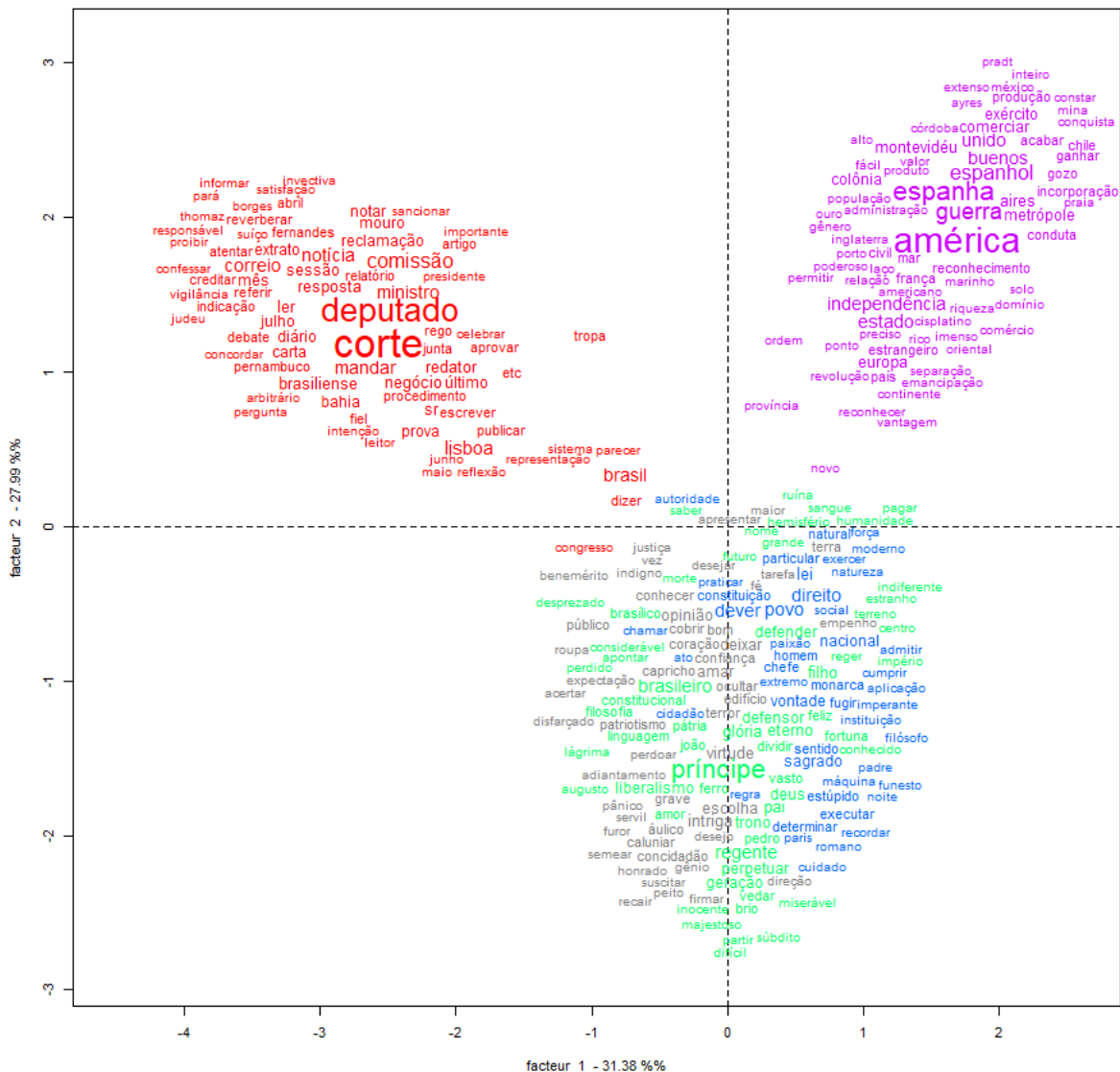


Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

Antes de avançarmos para as demais classes, consideramos interessante analisar o Gráfico AFC, exposto a seguir. Por meio dele, vemos a disposição dos grupos no texto e observamos que as classes 1 (vermelho) e 5 (roxo) estão isoladas. Quanto à Classe 1, ela tratava de palavras relacionadas principalmente aos debates que ocorriam nas e contra as Cortes de Lisboa. Já a Classe 5 será analisada com mais detalhes posteriormente.

⁹⁷⁸ Nesta etapa foram analisadas as edições 3, de 10 de junho de 1822, à 20, última do periódico, do dia 08 de outubro de 1822, todas do tomo 2.

Gráfico 32 - Gráfico AFC do *Reverbero* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

Interessa-nos pontuar nesse gráfico que as palavras das classes 2 (cinza), 3 (verde) e 4 (azul) apareciam muito próximas no *Reverbero*. Isso ocorria porque elas eram usadas em textos que tratavam de questões políticas internas ao Brasil.

Começando nossa análise pela Classe 2, observamos que ela apresenta a continuidade da linguagem emotiva no *Reverbero*. De forma muito semelhante ao que ocorreu em 1821 e no início de 1822, os redatores emocionalizaram os discursos para convencer e mobilizar o público.

No *Reverbero* se escreveu sobre as “virtudes” dos brasileiros, que “amam a pátria e a constituição”⁹⁷⁹, bem como amam a “liberdade”⁹⁸⁰. Esses ideais refletiam a “opinião pública”, tida como o “verdadeiro termômetro de um Governo Liberal”⁹⁸¹, e a “opinião do Brasil”, que era contrária à “dominação de Portugal” e a favor da resistência “por todos os meios possíveis”⁹⁸².

O jornal afirmava que cabia aos brasileiros trabalharem juntos na construção do “edifício da nossa feliz regeneração”⁹⁸³. Por isso, eles deviam ter “confiança” nas autoridades⁹⁸⁴ que haviam aderido à causa brasileira, no Príncipe, em seu ministério⁹⁸⁵ e nas “suas Cortes” que iriam se reunir⁹⁸⁶.

Contra o Brasil, estavam “víboras disfarçadas” que semeavam “entre nós a intriga, a desconfiança, e a calúnia”⁹⁸⁷. Esses indivíduos buscavam minar o “edifício da nossa política”, ao utilizarem as “armas que lhes são mais próprias”, a “intriga, a cabala e a indigna calúnia”⁹⁸⁸.

A partir de agosto de 1822 o periódico começou a publicar uma série de escritos que reforçavam a importância de se manter a monarquia constitucional como forma de governo do Brasil, e Pedro como delegado do poder executivo. Nesse momento, houve uma forte valorização do príncipe e de sua união com a luta pela “pátria”, como podemos perceber na Classe 3.

Olhando para essa classe, notamos que as duas primeiras palavras são justamente “príncipe” e “regente”. O príncipe “Pedro” era qualificado com adjetivos como “constitucional”⁹⁸⁹, “liberal”⁹⁹⁰, defensor do “liberalismo”⁹⁹¹ e defensor da “liberdade” do Brasil⁹⁹², sendo chamado também pelos epítetos de “Defensor” e “Perpétuo”.

⁹⁷⁹ *Reverbero*, n. 14, tomo 2, 27 de agosto de 1822.

⁹⁸⁰ *Reverbero*, n. 05, tomo 2, 25 de junho de 1822.

⁹⁸¹ *Reverbero*, n. 06, tomo 2, 02 de julho de 1822.

⁹⁸² *Reverbero*, n. 15, tomo 2, 03 de setembro de 1822.

⁹⁸³ *Reverbero*, n. 05, tomo 2, 25 de junho de 1822.

⁹⁸⁴ *Reverbero*, n. 09, tomo 2, 23 de julho de 1822.

⁹⁸⁵ *Reverbero*, n. 04, tomo 2, 18 de junho de 1822.

⁹⁸⁶ *Reverbero*, n. 03, tomo 2, 10 de junho de 1822.

⁹⁸⁷ *Reverbero*, n. 17, tomo 2, 19 de setembro de 1822.

⁹⁸⁸ *Reverbero*, n. 14, tomo 2, 27 de agosto de 1822.

⁹⁸⁹ *Reverbero*, n. 06, n. 13, n. 11 e n. 09, todos do tomo 2.

⁹⁹⁰ *Reverbero*, n. 03, n. 16, n. 11 e n. 14, todos do tomo 2.

⁹⁹¹ *Reverbero*, n. 06, tomo 2, 02 de julho de 1822.

⁹⁹² *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

Voltando ao gráfico, vemos que abaixo das duas primeiras palavras da Classe 3 está “brasileiro”. É a primeira vez que o termo aparece nos gráficos do *Reverbero* e representa uma novidade em seu discurso⁹⁹³.

Existia uma certa confusão a respeito dos termos “brasileiro” e “braziliense”, como acusa uma correspondência anônima publicada no periódico⁹⁹⁴, mas “brasileiro” foi o mais comum⁹⁹⁵. Ambos representavam os nascidos no Brasil, enquanto os “europeus” eram aqueles que haviam nascido do outro lado do Atlântico, habitassem ou não o Brasil⁹⁹⁶.

Olhando para as correlações com “brasileiro”, vemos que além de “Brasil”, que conferia realidade territorial, outro termo que se associava a ele era “grande”. Os redatores do *Reverbero* utilizavam o vocábulo para qualificar algumas atitudes ou instituições dos brasileiros. Falava-se da “Grande Assembleia”⁹⁹⁷, da “Grande União”⁹⁹⁸, do “grande amor”⁹⁹⁹, “deste grande e florente Reino”¹⁰⁰⁰ e do “grande Povo”¹⁰⁰¹. Era uma palavra que servia para reforçar a importância desses elementos a partir de suas supostas grandeza e relevância.

A “pátria” era outro termo frequente junto a “brasileiros”, o que demonstra o recurso do apelo ao patriotismo como forma de mobilizar a população em direção aos seus projetos políticos. Dizia o jornal que a “pátria quer defensores”¹⁰⁰², sendo necessário que os brasileiros se sacrificassem “aos interesses da nossa pátria”¹⁰⁰³. Um correspondente anônimo defendia que o “amor da pátria é o vosso alvo”, pedindo aos “portugueses brasileiros” para votarem “sem prejuízos”, pois “Deus abençoará a nossa Causa”¹⁰⁰⁴.

A defesa da pátria era tratada como uma “causa tão santa, e tão digna dos brasileiros”¹⁰⁰⁵. Seu socorro era uma tarefa dos “brasileiros que tiverem patriotismo” e que,

⁹⁹³ Ainda que no gráfico apareça no singular, grande parte das ocorrências são do plural “brasileiros”, um total de 94 vezes contra apenas 11 de “brasileiro”.

⁹⁹⁴ *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

⁹⁹⁵ Apareceu um total de 21 vezes, muitas delas referentes ao *Correio Braziliense*.

⁹⁹⁶ *Reverbero*, n. 03, tomo 2, 10 de junho de 1822.

⁹⁹⁷ *Reverbero*, n. 17 e n. 13, ambas do tomo 2.

⁹⁹⁸ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

⁹⁹⁹ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰⁰⁰ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰⁰¹ *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

¹⁰⁰² *Reverbero*, n. 13, tomo 2, 20 de agosto de 1822.

¹⁰⁰³ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰⁰⁴ *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

¹⁰⁰⁵ *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

juntos à “classe dos Europeus honrados que vivem conosco” e que defendem o Brasil, seriam recompensados por “seus trabalhos” de “haverem sustentado os interesses da nossa causa”¹⁰⁰⁶.

Além de “santa”, o periódico também acusava a “causa do Brasil” de “liberal”, o que tornava necessária a atenção dos “brasileiros” com o “partido dos servís”, pois sua vitória causaria o fim do sistema liberal e “o triunfo do corcundismo”¹⁰⁰⁷. Os “corcundas” eram os inimigos da “constituição” que os “brasileiros” pediram¹⁰⁰⁸, podendo ser tanto os “portugueses europeus” quanto os “brasileiros sem pátrias”, que sempre foram “inimigos do Brasil”¹⁰⁰⁹.

Dizia o *Reverbero* que os adversários do Brasil buscavam “lançar-lhe os ferros”¹⁰¹⁰. A convocação da Constituinte teria sido o momento no qual o Brasil escolheu a “constituinte brasileira” em oposição aos “ferros de Portugal”¹⁰¹¹. Na argumentação do jornal, a figura do “Liberal Regente e Defensor da Constituição” acabava com qualquer receio de que o Brasil fosse “condenado” a voltar a sofrer com os “ferros da antiga escravidão colonial”¹⁰¹². Percebe-se que a partir do acirramento dos conflitos entre as tropas brasileiras e portuguesas na Bahia, bem como após a difusão do mote de “Independência ou Morte”, que Portugal passou a ser depreciado no periódico. Dizia o jornal que aquele país passava por crises políticas e por perigo de contrarrevolução¹⁰¹³, que era “pobre”¹⁰¹⁴ e não conseguiria travar uma guerra contra os brasileiros.

Uma das formas utilizadas pelo *Reverbero* para justificar a independência foi a utilização de discursos que comparavam as rupturas das colônias americanas com a dinâmica de uma família. Por isso, as palavras “pai” e “filho” aparecem na Classe 3, onde o “pai” era a metrópole e o “filho”¹⁰¹⁵ a colônia. Ao alcançar a maioridade, o “filho que anela emancipar-se”, tornava-se independente¹⁰¹⁶.

Outra palavra da Classe 3, que está sendo analisada, é “glória”. Ao defender a “causa do Brasil”, o periódico dizia que os brasileiros estariam defendendo também a “glória” da

¹⁰⁰⁶ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

¹⁰⁰⁷ *Reverbero*, n. 14, tomo 2, 27 de agosto de 1822.

¹⁰⁰⁸ *Reverbero*, n. 4, tomo 2, 18 de junho de 1822.

¹⁰⁰⁹ *Reverbero*, n. 11, tomo 2, 06 de agosto de 1822.

¹⁰¹⁰ *Reverbero*, n. 17, tomo 2, 17 de setembro de 1822.

¹⁰¹¹ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰¹² *Reverbero*, n. 13, tomo 2, 20 de agosto de 1822.

¹⁰¹³ *Reverbero*, n. 16, tomo 2, 10 de setembro de 1822.

¹⁰¹⁴ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

¹⁰¹⁵ A palavra “filho” também se refere aos “filhos”. No plural, a palavra ganhava conotação política, pois dizia respeito aos “filhos” da “pátria” a ser defendida. *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰¹⁶ *Reverbero*, n. 19, tomo 2, 01 de outubro de 1822.

pátria. Com o apoio do príncipe, dos brasileiros e com a convocação da Constituinte, os “destinos do Brasil aguardavam novos e bem próximos desenvolvimentos” para completar sua “Glória”¹⁰¹⁷. A independência do Brasil anunciava que havia chegado a “época da nossa glória”, sendo a “nossa revolução [...] única”¹⁰¹⁸.

O desdobramento desses debates entabulados por palavras das classes 2 e 3 são desenvolvidos também por palavras da Classe 4. O primeiro termo da Classe 4 é “povo” e o vocábulo que mais se correlacionou com ele foi a “constituição”, principalmente graças a um artigo em que se discutiu o que era uma constituição. O periódico mostrava que ela era o ato de constituir a sociedade, isto é, a “constituição de um povo”¹⁰¹⁹. Nessa matéria apareceram 13 das 24 correlações entre ambas as palavras.

O mesmo aconteceu com “Leis”, com 6 das 15 correlações com “povo” presentes na mesma matéria. Buscava-se falar que a constituição não eram as leis de uma sociedade, mas a forma de a constituir. Já a palavra “natural” foi usada para falar de “direitos naturais” no mesmo texto, onde os redatores afirmavam que a constituição de um povo era uma medida na qual seus direitos naturais eram preservados. A constituição (também presente na classe analisada) era tratada de forma muito semelhante ao que ocorria desde 1821, isto é, como garantia dos “direitos do Brasil”¹⁰²⁰, dos “direitos do homem”¹⁰²¹ e dos “direitos do povo”¹⁰²².

Ao referir-se ao “povo”, o *Reverbero* dirigia-se principalmente ao povo do “Brasil”. Da mesma forma, escrevia sobre a relação entre o “povo e o governo”, preocupando-se com as desconfianças que os inimigos do Brasil procuravam plantar entre eles¹⁰²³. Em outro momento, o “povo” aparecia como coletivo genérico, como aquele que pagava os impostos¹⁰²⁴, que elegia os representantes¹⁰²⁵ ou o que ocupava a galeria das Cortes¹⁰²⁶.

¹⁰¹⁷ **Reverbero**, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰¹⁸ **Reverbero**, n. 16, tomo 2, 10 de setembro de 1822.

¹⁰¹⁹ **Reverbero**, n. 4, tomo 2, 18 de junho de 1822.

¹⁰²⁰ **Reverbero**, n. 8, tomo 2, 16 de julho de 1822.

¹⁰²¹ **Reverbero**, n. 14, tomo 2, 27 de agosto de 1822.

¹⁰²² **Reverbero**, n. 4, tomo 2, 18 de junho de 1822.

¹⁰²³ **Reverbero**, n. 10, tomo 2, 30 de julho de 1822.

¹⁰²⁴ **Reverbero**, n. 5, tomo 2, 25 de junho de 1822.

¹⁰²⁵ **Reverbero**, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰²⁶ **Reverbero**, n. 7, tomo 2, 09 de julho de 1822.

A terceira palavra da Classe 4 é “dever” e seu plural “devemos”. Sua análise não ofereceu dados suficientes para um exame quantitativo. Todavia, salientamos que ambas eram utilizadas para reforçar os diversos e deveres que os indivíduos tinham na sociedade¹⁰²⁷.

Também vemos na classe a palavra “sagrado”. Algumas expressões ligadas ao termo demonstram a importância da linguagem religiosa no *Reverbero*, o que é reforçado por esse vocábulo. Existia o “fogo sagrado da liberdade”¹⁰²⁸ e o “sagrado juramento das Bases da Constituição”¹⁰²⁹, enquanto o príncipe era tratado como o “Sagrado penhor da nossa Liberdade”¹⁰³⁰. Em outra variação da palavra, falava-se da “causa sagrada da união e independência deste Reino”¹⁰³¹ e sobre a “propriedade”, que era “sagrada”¹⁰³². O vocábulo era utilizado quando se reafirmava a importância e a necessidade de determinada instituição ou determinado valor, apostando em um vocábulo popularmente reconhecido graças à capilaridade do cristianismo na população.

Nessa mesma classe consta “vontade”. Falava-se da “vontade da maior parte do Brasil”¹⁰³³, “vontade da maior parte dos povos”¹⁰³⁴ e a “vontade declarada da parte americana do povo espanhol”¹⁰³⁵ para reforçar a causa da independência ou da convocação da Constituinte.

Já o “nacional”, palavra que também está na Classe 4, muitas vezes se relacionava com a “representação nacional”¹⁰³⁶. Essa representação seria a Constituinte, que teria deputados eleitos a partir do “mais nobre ato da soberania nacional”¹⁰³⁷. Da mesma forma, também se mencionava a necessidade do patriotismo para a defesa da “glória nacional”¹⁰³⁸.

Acerca desse ponto, ainda que “nação” não apareça nos gráficos, preocupamo-nos em rastreá-la para entender ao que o “nacional” se referia. Tanto no plural quanto no singular, “nação” e “nações” tiveram como maior correlação a palavra “Brasil”. O *Reverbero* alegava

¹⁰²⁷ Com exceção de Brasil, todas as outras palavras se correlacionaram 1 ou 2 vezes com “dever”. Por isso, diante da metodologia aqui adotada, não foi possível examinar as formas de utilização do termo pelo *Reverbero*. O mesmo aconteceu com outros termos da mesma classe, tais como “determinar”, “particular”, “estúpido”, “fugir”, “monarca” e “sentido”.

¹⁰²⁸ *Reverbero*, n. 4, tomo 2, 18 de junho de 1822.

¹⁰²⁹ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

¹⁰³⁰ *Reverbero*, n. 17, tomo 2, 17 de setembro de 1822.

¹⁰³¹ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰³² *Reverbero*, n. 4, tomo 2, 18 de junho de 1822.

¹⁰³³ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰³⁴ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰³⁵ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹⁰³⁶ *Reverbero*, n. 15, tomo 2, 03 de setembro de 1822.

¹⁰³⁷ *Reverbero*, n. 9, tomo 2, 23 de julho de 1822.

¹⁰³⁸ *Reverbero*, n. 12, tomo 2, 13 de agosto de 1822.

que o Brasil era uma nação que apareceu no “meio das nações como nação independente”¹⁰³⁹. Após ser “emancipado”, ele teria um “congresso de toda a nação” que advogaria sua causa ao “promoverem o nosso bem”¹⁰⁴⁰. Por isso, o periódico afirmava que “todos os senhores deputados do Brasil” deviam abandonar o “assento que têm no Congresso”, pois assim o Brasil se constituiria enquanto “nação”¹⁰⁴¹, e, aliás, “nação soberana, livre, e independente”¹⁰⁴². Já “nações” aparecia em textos que visavam justificar a causa do Brasil aos olhos de outros países, dirigindo-se, por isso, a outras “nações”¹⁰⁴³.

Retomando o [Gráfico 32](#), podemos ver que a Classe 5, em rosa, está isolada das outras. De acordo com as palavras que a compõem, percebemos que ela está relacionada a notícias acerca das independências dos países americanos.

É a primeira e única vez nesta tese que toda uma classe apareceu como referência às independências americanas. Isso demonstra como o *Reverbero* utilizou constantemente o exemplo dos países vizinhos como espaço de experiência e forma de legitimar a independência do Brasil, e sua intensificação como modelo de experiência – já ocupava as páginas do periódico, mas não de forma tão intensa - é uma novidade no discurso do jornal.

O gráfico a seguir foi gerado a partir do site *Voyant Tools*¹⁰⁴⁴, onde utilizamos a funcionalidade “Gráfico de Tendências” com a palavra “América” em todas as edições do *Reverbero*. Essa ferramenta determinou a quantidade absoluta de vezes que o termo apareceu em cada edição do periódico no decorrer do tempo

¹⁰³⁹ *Reverbero*, n. 16, tomo 2, 10 de setembro de 1822.

¹⁰⁴⁰ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

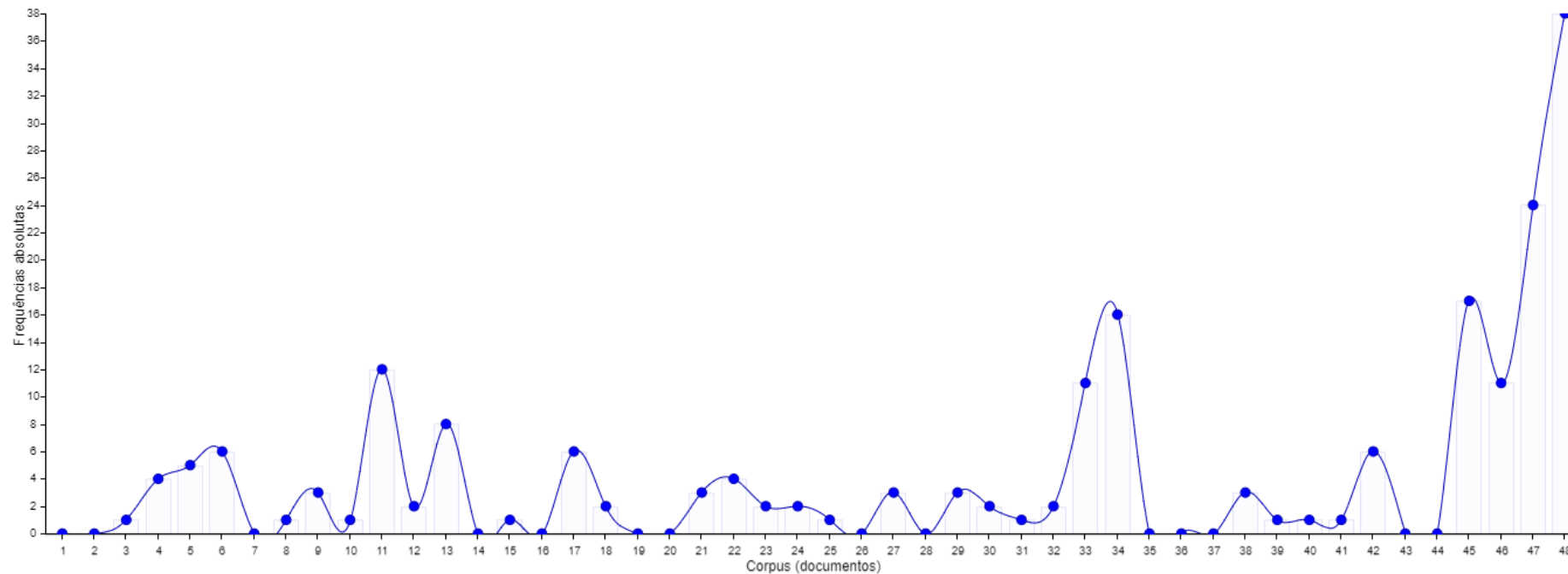
¹⁰⁴¹ *Reverbero*, n. 20, tomo 2, 08 de outubro de 1822.

¹⁰⁴² *Reverbero*, n. 9, tomo 2, 23 de julho de 1822.

¹⁰⁴³ *Reverbero*, n. 18, n. 16, n. 5, todos do tomo 2.

¹⁰⁴⁴ É possível consultar a imagem e fazer novas análises a partir do seguinte link: <<https://voyant-tools.org/?corpus=238715546f338418a4f8518f5fab5732&view=Trends&query=am%C3%A9rica&withDistributions=raw>>. Acesso em 30 de maio de 2022.

Gráfico 33 - Gráfico de Tendências de "América" no *Reverbero*.



Fonte: Gráfico criado pelo Voyant-Tools a partir de dados do *Reverbero*.

Se nos atentarmos ao gráfico, veremos que a palavra “américa” que aparecia de forma regular até a edição do dia 26 de junho de 1822 (que aparece no gráfico como a edição 32¹⁰⁴⁵), surge de forma mais frequente após esse número e permanece aumentando nas duas edições posteriores, até estabilizar-se novamente. Na edição do dia 17 de setembro, uma antes do mote “Independência ou Morte” circular pelos jornais do Rio de Janeiro, e onde se iniciam os extratos de textos de um autor americano chamado Joaquim Infante¹⁰⁴⁶, o termo começa a aparecer com mais frequência. A partir desse dia, a “América” passou a ocupar a maior parte do periódico e, através de extratos de Infante e de De Pradt, os redatores comentavam seus escritos em notas de rodapé e comparavam a independência do Brasil com as de seus vizinhos. A Classe 5 mostra as palavras mais utilizadas em textos, extratos e anúncios do que acontecia nos países americanos. Acrescentamos que esta é a classe com palavras mais frequentes no jornal, o que reforça a importância da América no *Reverbero*.

De acordo com João Paulo Pimenta, a utilização dos exemplos americanos serviu como um “poderoso argumento de legitimação” do projeto independentista¹⁰⁴⁷. Acompanhar o que ocorria nos países vizinhos tornava-se essencial em meio ao “panorama de incertezas e temores” vivenciado pelos brasileiros, e a trajetória desses países mostrava as possibilidades futuras para o Brasil, encorajando a “alternativa de ruptura com a metrópole europeia”¹⁰⁴⁸.

Em conjunto, as notícias, as narrativas e as referências feitas pelos jornais ao que se passava na América gerava uma série de reflexões. Essas observações, ponderações e raciocínios feitos sobre os processos de independências americanas serviam como “uma espécie de ‘mestra’” da independência do Brasil, fazendo da experiência hispano-americana uma forte referência para os independentistas brasileiros¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴⁵ Para facilitar a visualização no decorrer do tempo, optamos por sinalizar as edições em numeração contínua, isto é, não discriminamos as edições do primeiro e do segundo tomo do periódico.

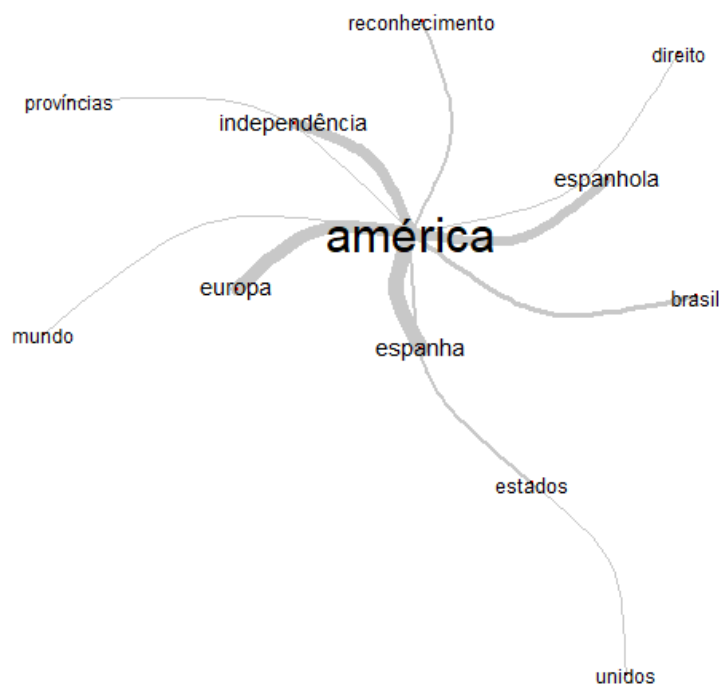
¹⁰⁴⁶ Joaquim Infante é um dos personagens que ilustram o contexto revolucionário e conectado dos processos de independência da América. Ele teria passado por diversas regiões, como Cuba, Venezuela, México, Espanha e Colômbia. A trajetória do autor e a importância de seus escritos foram analisadas por: CARAPONALE, 2019.

¹⁰⁴⁷ PIMENTA, 2005, p. 18.

¹⁰⁴⁸ PIMENTA, 2010, p. 90–91.

¹⁰⁴⁹ PIMENTA, 2017, p. 19.

Gráfico 34 - Grafo de similitude de "América" no *Reverbero* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

Diante da importância da palavra “américa” tanto para a Classe 5 quanto para o periódico em geral, achamos necessária uma análise mais cuidadosa com suas correlações, e no gráfico acima vemos os termos mais relacionados a ela. No gráfico podemos notar que as palavras mais utilizadas próximo de “América” foram “Espanha”, “Europa”, “independência” e “espanhola”, dados que corroboram diretamente ao que João Paulo Pimenta tem destacado. Ao mencionar o continente americano, o *Reverbero* tratava de forma muito ampla das “guerras” de independência das antigas colônias espanholas. Esses países e regiões, chamados por vezes como “estados” ou pelo seu nome, exemplificavam a luta entre a “América e a Europa”, representada pela Espanha.

Além desse conflito, também foi noticiado no jornal o “reconhecimento” das independências por parte dos Estados Unidos, bem como os tratados de comércio firmados entre as ex-colônias com outros países. Através de discursos de autoridades norte-americanas e de notícias, o *Reverbero* reforçava a legitimidade e o direito dos americanos em conseguir sua emancipação.

Gráfico 35 - Grafo de similitude de "independência" no *Reverbero* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Reverbero*.

Olhando especificamente para a palavra “independência”, podemos ver no gráfico acima que, além da independência dos vizinhos americanos, o periódico também discutia a independência do Brasil. O *Reverbero* tentava criar um sentimento de proximidade entre os movimentos americanos, unindo-os em um mesmo conjunto de mudanças políticas¹⁰⁵⁰.

De acordo com o gráfico de similitude de “independência”, vemos o destaque de “Brasil” junto à “América”, “Espanha” e “liberdade”. A leitura e as análises do *Reverbero*, demonstram que progressivamente o vocábulo “independência” passou a ser associado à ruptura do Brasil com Portugal, representando um passo do primeiro em direção à liberdade, pois, de acordo com o jornal, “as decisões das Cortes” estavam acelerando “a independência a passos rápidos”¹⁰⁵¹.

Os redatores reconheciam o Brasil como um país inserido “no centro das províncias que heroicamente pugnavam pela sua independência”¹⁰⁵², e a partir da edição de 17 de setembro a independência passou a ser exposta de forma mais contundente como uma ruptura entre Brasil

¹⁰⁵⁰ PIMENTA, 2017, p. 19.

¹⁰⁵¹ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

¹⁰⁵² *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

e Portugal. A partir de então, o Brasil foi apontado como um “Império”, suas “províncias coligadas” declaravam o rompimento e a guerra contra Portugal era consequência das ações das Cortes¹⁰⁵³. Por isso, afirmava o periódico que “entre o Brasil e o Portugal está feita a separação”, e a “independência do Brasil” se tornava um acontecimento que ninguém poderia impedir¹⁰⁵⁴.

Entre junho e outubro, percebe-se no *Reverbero* uma crescente radicalização linguística quanto à ruptura com Portugal. Fazendo apelos patrióticos, em que o príncipe e a “causa do Brasil” ocupavam espaço de destaque na luta dos “brasileiros”, o jornal defendeu o que entendia como a “liberdade” do Brasil e a monarquia constitucional.

Em seus escritos, dizia ser necessário estar alerta porque existiam “inimigos” a serem combatidos. O espaço de vilão era ocupado pelas Cortes de Lisboa, pelas tropas portuguesas lideradas pelo general Madeira, pelos “corcundas” brasileiros e, após o fim de setembro, por Portugal. Diante da ruptura, o periódico passou a dar mais espaço às independências americanas, a fim de legitimar a separação e de inserir a guerra de independência do Brasil dentro de um processo político continental, no qual os países americanos lutavam por sua liberdade contra suas antigas metrópoles. Sendo assim, a principal modificação no discurso do jornal na segunda metade de 1822 foi a valorização ainda maior dos processos de independência da América e o resgate e comparação dessas experiências com o que ocorria no Brasil, buscando tanto exemplos factíveis, quanto confirmar a legitimidade da ruptura com Portugal.

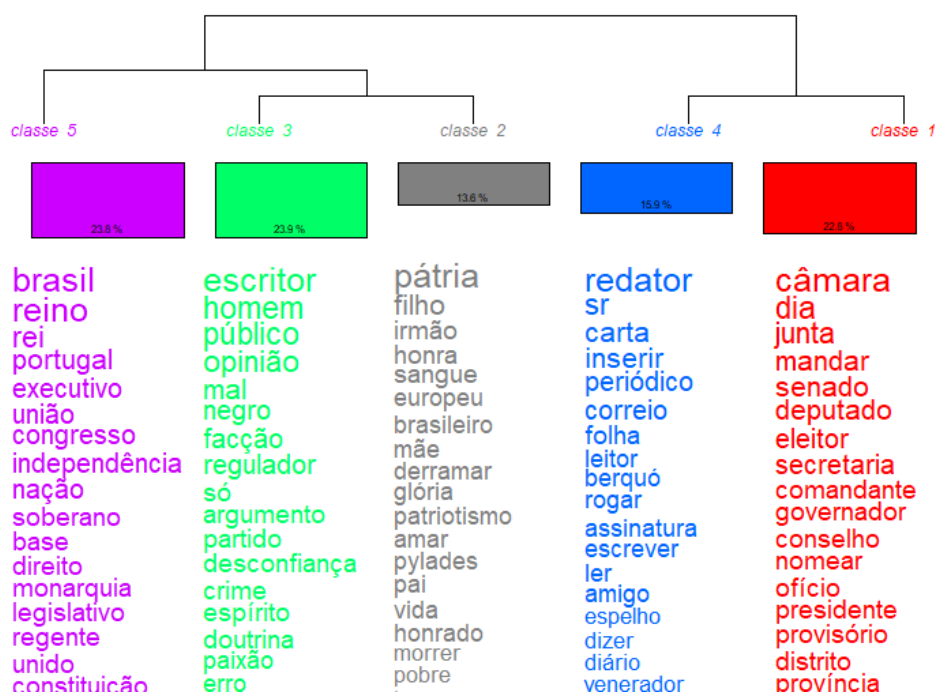
Um dos grandes aliados do *Reverbero* na cena pública, o *Correio do Rio de Janeiro* expunha ideias semelhantes. Mas ao permanecer em circulação até o fim de outubro, o jornal não apenas pugnou na defesa da independência do Brasil, como se envolveu de forma mais aguda nas controvérsias políticas que ocorreram no Rio de Janeiro.

De acordo com o gráfico do *Correio* a seguir, vemos que a configuração das classes do jornal é diferente. Na Classe 1 estão palavras que se relacionam com ordens do governo, comunicações e proclamações. Destacam-se termos que apareceram muitas vezes em comemorações, como a aclamação de D. Pedro, as ordens oficiais e as movimentações de tropas.

¹⁰⁵³ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹⁰⁵⁴ *Reverbero*, n. 20, tomo 2, 08 de outubro de 1822.

Gráfico 36 – Método Reinert do *Correio do Rio de Janeiro* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.

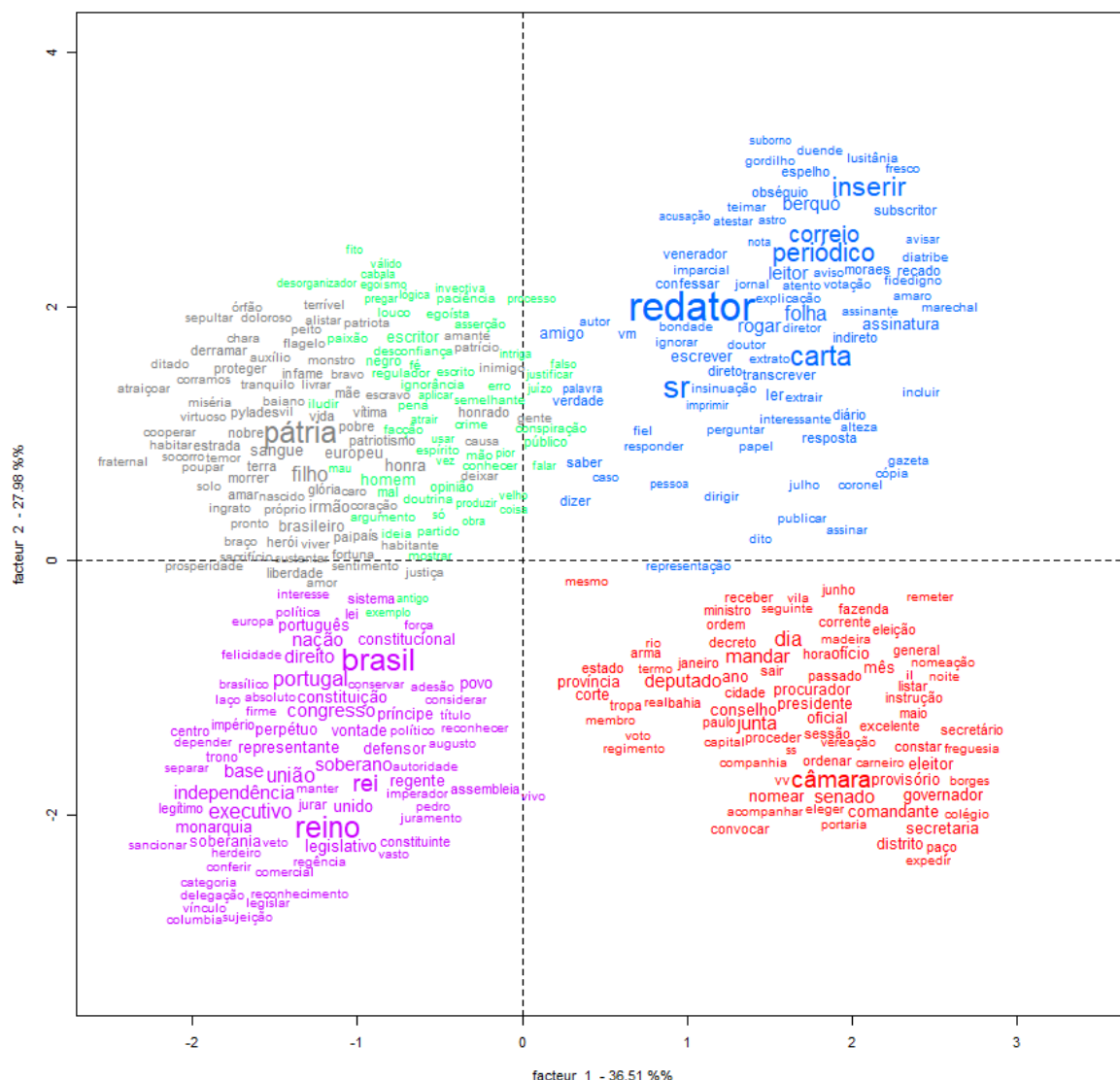


Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Correio*.

As classes 2 e 3 referem-se aos debates que ocorriam na imprensa fluminense. Essas, que serão analisadas de forma mais detida posteriormente junto à Classe 5, expunham os indivíduos relacionados aos debates, tais como o “escritor”, os “homens”, a “opinião”, o “público”, os “irmãos”, o “europeu” e o “brasileiro”, bem como termos que se relacionam negativamente com os adversários do *Correio*, as “facções”, o “Regulador” (referia-se ao jornal *Regulador Brasílico-Luso*) e os “partidos” que buscavam plantar a “desconfiança” no Brasil.

Na Classe 4 estão palavras inseridas em correspondências. São presentes termos como “sr.”, “redator”, “carta”, “inserir” e “periódico”. Já a Classe 5 é composta por vocábulos como “união”, “independência”, “nação” e “soberano”, que serão analisados mais adiante.

Gráfico 37 - Gráfico AFC do *Correio do Rio de Janeiro* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Correio*.

Ao analisarmos o Gráfico 37, vemos como as palavras se dispõem no texto. Constatamos que os termos da Classe 1 (em vermelho) aparecem mais isolados, isso porque as sessões das Cortes, como ocorreu em outros jornais, ficavam em espaços separados. O mesmo ocorre com os vocábulos utilizados em correspondências, que estão em azul¹⁰⁵⁵.

¹⁰⁵⁵ Nessa mesma classe há termos muito frequentes nos espaços reservados pelo redator para explicar e noticiar a polêmica com pessoas próximas de D. Pedro I, que será exposta posteriormente. Por isso, há palavras como “Berquó”, “acusação” e “Gordilho”, por exemplo.

Considerando a Classe 5 (em rosa), vemos que ela está um pouco afastada das demais, mesmo se tratando de palavras que representam temas e conceitos políticos muito importantes para o periódico. Tal posição se deve ao fato de que eram termos que apareciam em extratos, como os do *Correio Braziliense*, ou em discursos de deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa. O estilo mais teórico dessa classe e seu isolamento mostram que debates mais refinados a respeito de assuntos como “soberania”, divisão de poderes e constitucionalismo (também discutidos por João Soares Lisboa e por seus correspondentes, mas de forma menos frequente e extensa) eram mais comuns nesses extratos.

As palavras mais utilizadas nos editoriais e correspondências são as que estão nas classes 2 e 3. Na Classe 3 (em verde) estão dispostas palavras que servem para referir-se aos indivíduos e imputar-lhes atitudes e identificações negativas. Os debates e as polêmicas em que o periódico se envolveu contra o que considerava a “facção”, ou o “partido” que buscava plantar a “desconfiança” dos cidadãos contra o governo, o colocaram em oposição a outros periódicos, como o “*Regulador*”. Ademais, afirmava escrever ao “público”, tentando convencer a “opinião” “pública” e os “homens” de suas ideias. Ao se referir aos outros “escritores”, o periódico mobilizou vocábulos importantes que estão contidos na Classe 2.

Na Classe 2, vemos que a primeira palavra é “pátria”. O gráfico a seguir nos mostra os termos que se relacionavam com ela e expõem o esforço do *Correio* em incitar o patriotismo como forma de mobilizar o público.

Gráfico 38 - Grafo de similitude de "Pátria" no *Correio do Rio de Janeiro* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Correio*.

Como vimos na seção [“3.2.1.”](#), desde a primeira metade de 1822 o Brasil era apontado como a “pátria” pelo *Correio*. Tal posicionamento permanecia na segunda metade de 1822 e o redator chegou a elogiar o deputado baiano Cipriano Barata, por ter empurrado “escada abaixo” o deputado Luís Paulino, por “dizer sempre o seu Amado Portugal, e nunca o seu Amado Brasil, sua pátria que o sustentou”¹⁰⁵⁶. Enquanto o Brasil era a pátria, Portugal era a “Mãe Pátria”¹⁰⁵⁷ que agia de forma autoritária e acelerava a ruptura do Reino Unido¹⁰⁵⁸.

A defesa do “Brasil” era tratada pelo jornal como a “causa da pátria”¹⁰⁵⁹, algo que também ocorria desde a primeira metade de 1822. A causa a ser defendida era a da “liberdade”¹⁰⁶⁰, que estava sendo ameaçada pelas atitudes das Cortes.

O discurso patriótico veiculado convocava os “cidadãos” a “prestar seus esforços” em defesa da pátria¹⁰⁶¹, pois a principal tarefa do “cidadão honrado” era pugnar pelos direitos de

¹⁰⁵⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 123, 10 de setembro de 1822.

¹⁰⁵⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 123, 10 de setembro de 1822.

¹⁰⁵⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 153 e n. 149.

¹⁰⁵⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 118, 04 de setembro de 1822.

¹⁰⁶⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 116 e n. 154, por exemplo.

¹⁰⁶¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 135, 24 de setembro de 1822.

sua “pátria”¹⁰⁶². Cabia a cada um “servir a pátria, e isto sem distinção de hierarquia”¹⁰⁶³, já que “cada cidadão é um soldado na defesa de sua pátria, da honra e independência, e da Liberdade do Brasil”¹⁰⁶⁴.

Também persistiam as frequentes alusões ao “amor da pátria”. Exemplar foi uma correspondência publicada que tentava incutir nos “corações abrasados” dos leitores o “amor da pátria”¹⁰⁶⁵, que devia produzir “em todos os nossos corações o maior entusiasmo e a mais viva impressão” em defesa da causa do Brasil¹⁰⁶⁶.

Cabia aos “bons filhos” o “mais deputado patriotismo”, pois eles não deviam poupar “os maiores sacrifícios que a pátria tem direito”¹⁰⁶⁷. Os “filhos”¹⁰⁶⁸ (segunda palavra da Classe 2) eram “filhos do Brasil”¹⁰⁶⁹. Comum em proclamações e poemas¹⁰⁷⁰, o termo também poderia designar grau de parentesco filial entre indivíduos¹⁰⁷¹, origem de alguma ideia ou estratagemas¹⁰⁷². Todavia, era mais utilizado para referir-se aos “filhos” da “pátria”¹⁰⁷³.

O *Correio* tentava criar uma identificação entre os que considerava “brasileiros”. Eles eram os “irmãos brasileiros”¹⁰⁷⁴, que lutavam por um mesmo fim, e que na Bahia sofriam debaixo das ações despóticas de governantes que não aderiram à causa do Brasil. Recordava que os “portugueses de Portugal são nossos irmãos”¹⁰⁷⁵, mas se ressentia das atitudes das Cortes e convocava os brasileiros a uma luta conjunta em defesa do Brasil.

Os “brasileiros”, também tratados como “povo brasileiro”¹⁰⁷⁶, eram todos aqueles que defendiam a causa do Brasil. Dizia uma correspondência que muitos “europeus” estavam “decididos a favor da causa do Brasil” e, por isso, eram também “brasileiros”¹⁰⁷⁷. Da mesma forma, uma proclamação pedia que os “portugueses brasileiros” não desprezassem os seus

¹⁰⁶² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 87, 29 de julho de 1822.

¹⁰⁶³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 137, 26 de setembro de 1822.

¹⁰⁶⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 116, 02 de setembro de 1822.

¹⁰⁶⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 150, 11 de outubro de 1822.

¹⁰⁶⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 143, 03 de outubro de 1822.

¹⁰⁶⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 153, 15 de outubro de 1822.

¹⁰⁶⁸ A palavra “pai”, que também apareceu na classe, bem como “filho”, refere-se à série de cartas trocadas por D. Pedro I e D. João VI que foram publicadas na edição 103 do jornal.

¹⁰⁶⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 154, 16 de outubro de 1822.

¹⁰⁷⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 154, n. 151, n. 147 e n. 133.

¹⁰⁷¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 64, 01 de julho de 1822.

¹⁰⁷² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 146, 07 de outubro de 1822.

¹⁰⁷³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 153, por exemplo.

¹⁰⁷⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 85 e n. 101.

¹⁰⁷⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 72, 10 de julho de 1822.

¹⁰⁷⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 57, n. 113, n. 111, n. 145 e n. 139.

¹⁰⁷⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 85, 26 de julho de 1822.

“irmãos da Europa que têm adotado por sua pátria o Brasil”, pois o “lugar do nascimento não dá honra e probidade”¹⁰⁷⁸. Assim, o periódico abria a possibilidade para que os “europeus” (como era o redator) se tornassem brasileiros a partir da defesa da causa do Brasil, reforçando a ideia de que a pátria era uma escolha política.

O “brasileiro” era aquele que participava da “grande” “causa” do Brasil e que defendia a pátria das ameaças contra sua liberdade. O periódico recorria ao “patriotismo” dos brasileiros para sustentar “tão justa causa”¹⁰⁷⁹, isto é, de “uma liberal constituição de que tanto precisamos” e que era ameaçada pelas Cortes de Lisboa¹⁰⁸⁰. Em determinado momento, um correspondente pediu, “em nome da pátria, em nome de vossas mulheres, de vossos filhos, e de vossos ilustres e heroicos antepassados”, que os brasileiros se armassem¹⁰⁸¹, expondo a progressiva radicalização do discurso da “independência” do Brasil.

Essa radicalização teve como uma de suas marcas a possível militarização da sociedade. Mais de uma vez¹⁰⁸², por meio de proclamações ou extratos de outros impressos, o periódico convocou os brasileiros “às armas”, dizendo que cabia aos “cidadãos honrados” serem todos “soldados da pátria”, pois apenas assim a liberdade seria mantida¹⁰⁸³, a “honra nacional” preservada e a “glória” conquistada¹⁰⁸⁴.

Cabia aos brasileiros darem até sua “última gota de sangue” por “tão liberal quanto virtuosa constituição”¹⁰⁸⁵. Um poema publicado no *Correio* dizia que os brasileiros preferiam perder a “vida” do que morrer escravos de Portugal¹⁰⁸⁶, e que, por isso, o grito geral que se ouvia no Brasil era o de “Independência, ou Morte”¹⁰⁸⁷.

Ao retomarmos o [Gráfico 36](#), notamos que na Classe 5 estão palavras que se relacionam com o debate político da época, como conceitos, espaços e outros vocábulos que nos ajudam a entender o projeto veiculado pelo periódico. A primeira palavra dessa classe é “Brasil”, e a ela se relacionavam instituições como as “Cortes”, o “Governo”, o “Congresso” (também referenciado como “Soberano” Congresso) e as “Províncias”, termos importantes porque

¹⁰⁷⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 117, 93 de setembro de 1822.

¹⁰⁷⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 93, 05 de agosto de 1822.

¹⁰⁸⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 55, 18 de junho de 1822.

¹⁰⁸¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 152, 14 de outubro de 1822.

¹⁰⁸² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 143 e n. 148.

¹⁰⁸³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 143, 03 de outubro de 1822.

¹⁰⁸⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 48, 07 de junho de 1822.

¹⁰⁸⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 52, 12 de junho de 1822.

¹⁰⁸⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 133, 21 de setembro de 1822.

¹⁰⁸⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 143 e n. 133.

ligavam-se ao debate sobre o Reino Unido. A partir do que se observou anteriormente, sabemos que o periódico criticou as Cortes de Lisboa, defendeu o governo, a união das províncias e as “Cortes no Brasil”.

Também são frequentes próximo à “Brasil” alguns espaços geográficos, como “Portugal” e “Lisboa”. Portugal aparecia mais frequentemente na expressão “Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves”, considerado um outro reino dentro da monarquia portuguesa. Já “Lisboa” era o local onde estavam reunidos as Cortes e os deputados, os grandes adversários do Brasil, segundo discurso do periódico.

Da mesma forma, é estreita a relação entre “Brasil” e as palavras “príncipe” e “regente”. A figura de Pedro era muito importante no jornal e era utilizada como forma de legitimar o processo político pelo qual o país passava. O príncipe era tratado com um “herói” dos brasileiros.

Quando nos detemos nas ocorrências de “príncipe”, conseguimos localizar 39 vezes em que o jornal se referia a ele a partir de seus epítetos “Defensor” e “Perpétuo”. Tais alcunhas eram utilizadas tanto enquanto ele foi príncipe, como após ser aclamado Imperador. O emprego desses apodos reforçava o caráter heroico de Pedro que, segundo a narrativa do periódico, ao defender os brasileiros dos decretos que vinham das Cortes, fortalecia sua adesão à causa brasileira e reforçava a necessidade dos “brasileiros” de defenderem a pátria diante das ameaças que ela sofria, dizendo que essa “causa” não era apenas dos cidadãos, mas também do regente, seu primeiro “Defensor”.

O adjetivo “constitucional” também aparecia frequentemente ao lado do nome do príncipe. O regente e futuro Imperador era elogiado pelo seu constitucionalismo, e, para corroborar esse valor, era apontado como o “Príncipe Regente Constitucional”, ou até mesmo como o “primeiro Cidadão Constitucional do nosso Império”¹⁰⁸⁸. Além desses títulos e adjetivos, outros como “Augusto”, “Real” e “Senhor” eram formas de tratamento utilizadas para referir-se ao príncipe. Repetiam-se os tradicionais “vivas” a Pedro, muito frequentes em poemas, hinos e descrições de aclamações.

Além da defesa do “Reino” do “Brasil” contra algumas atitudes de Portugal e das “Cortes”, bem como os elogios a Pedro, na Classe 5 estão presentes outras causas defendidas no periódico. Primeiro, a palavra “executivo”, que se refere à defesa de uma delegação do poder

¹⁰⁸⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 104, 19 de agosto de 1822.

executivo no Brasil. Além dela, havia o “legislativo”, sua principal bandeira a partir de abril de 1822.

O periódico reforçava constantemente que a “soberania” residia na nação e que ela estaria “representada” através do “poder legislativo”¹⁰⁸⁹. Tal preocupação se relacionava com o debate a respeito da maior autoridade no Brasil, se os deputados que se reuniram na Constituinte, ou se Pedro. Aliás, esse foi um dos principais temas que colocaram o *Correio* em confronto com os jornais áulicos.

Voltando à Classe 5, veremos que uma das palavras é “união”. Na leitura do jornal percebe-se que até o fim de setembro de 1822 o jornal defendia a união dos reinos que formavam a monarquia portuguesa, desde que respeitadas as “Bases” da constituição e a autonomia do Brasil. Acusava acreditar que a única forma de manter a união seria a Constituinte no Brasil, e que, se não aceita, culminaria na ruptura¹⁰⁹⁰.

Todavia, existia uma preocupação maior com a união das “províncias” da América portuguesa. O redator considerava que algumas decisões das Cortes contribuíam para o desmembramento do Reino do Brasil, o que devia ser evitado. Por isso, tornavam-se urgente as medidas que conservassem essa união, como “um centro de poder executivo”¹⁰⁹¹.

Em oposição à “união”, aparece na Classe 5 a “independência”. O vocábulo até o fim de setembro remetia a um ato de autonomia ou de “independência política” dentro da nação portuguesa¹⁰⁹² que buscava resguardar a “liberdade” do Brasil. Tal liberdade era ameaçada pelos “grilhões da arbitrariedade” e pelos “ferros do despotismo” que as Cortes buscavam impor aos brasileiros¹⁰⁹³. Na luta por autonomia, a “América” tornou-se um exemplo. Através, principalmente, de extratos, o periódico noticiava o que acontecia nos países vizinhos, oferecendo um horizonte de expectativa aos leitores de forma semelhante ao que fazia o *Reverbero*.

Para o *Correio*, a independência do Brasil teria ocorrido por iniciativa do “povo”. Era ele que presava pela “liberdade” e pela “independência”¹⁰⁹⁴ e era por sua vontade que ela se

¹⁰⁸⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 54, 17 de junho de 1822.

¹⁰⁹⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 55, 18 de junho de 1822.

¹⁰⁹¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 87, 29 de julho de 1822.

¹⁰⁹² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 77, 16 de julho de 1822.

¹⁰⁹³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 49, 08 de junho de 1822.

¹⁰⁹⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 139, 28 de setembro de 1822.

estabelecera¹⁰⁹⁵, pois ele era “soberano”¹⁰⁹⁶. A independência de Portugal, promovida e defendida pelo “povo”, tinha no “Imperador” “Pedro” seu grande herói, que teria rompido com Portugal a partir do grito de “Independência, ou morte” ou em sua outra versão, “Independência, ou morrer”. A ele e a tal ato cabiam “vivas”, que apareciam como “Viva a Independência Brasileira”¹⁰⁹⁷ ou “Viva a Independência do Brasil”¹⁰⁹⁸, bem como louvores a instituições e pessoas, como a “Imperatriz”, a “Assembleia Geral Brasiliense”¹⁰⁹⁹, a “Santa Religião”¹¹⁰⁰ e ao “Imperador Constitucional”¹¹⁰¹.

A partir da difusão do “Independência ou Morte”, o Brasil começou a ser reforçado como “Nação”. Enquanto na edição 114, de 30 de agosto de 1822, uma correspondência afirmava que “Portugal e o Brasil fazem uma só Nação”¹¹⁰², o discurso mudou no decorrer de setembro. De acordo com o jornal, a partir do momento em que o príncipe declarou a “emancipação política”, o Brasil ocupou “na grande família das nações o lugar que justamente lhe compete, como Nação Grande, Livre, e Independente”¹¹⁰³. Fundado o novo governo, devia-se optar pela “monarquia constitucional”, que, como ele havia dito, era “melhor que o republicano cinco por cento”¹¹⁰⁴. Nesse tipo de governo existia a divisão de poderes¹¹⁰⁵ e nela, dizia o redator embasado em Siyes, havia mais “liberdade para o cidadão” do que “em uma república”¹¹⁰⁶.

Desta feita, o periódico expunha uma linguagem com fortes apelos patrióticos que, assim como no *Reverbero*, servia à defesa do Brasil. Apontando-o como sua pátria, os “brasileiros” eram aqueles que defendiam o que o jornal chamava de “causa do Brasil” contra as ameaças das Cortes de Lisboa. O “ser brasileiro” enquanto escolha política também esteve presente no jornal, sendo possível, inclusive aos nascidos na Europa como o próprio redator, tornarem-se “patriotas” ao defenderem a liberdade e a independência do Brasil.

¹⁰⁹⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 145, 05 de outubro de 1822.

¹⁰⁹⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 96, 08 de agosto de 1822.

¹⁰⁹⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 153, 15 de outubro de 1822.

¹⁰⁹⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 155, 17 de outubro de 1822.

¹⁰⁹⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 153, 15 de outubro de 1822.

¹¹⁰⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 151, 12 de outubro de 1822.

¹¹⁰¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 151, 12 de outubro de 1822.

¹¹⁰² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 114, 30 de agosto de 1822.

¹¹⁰³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 149, 10 de outubro de 1822.

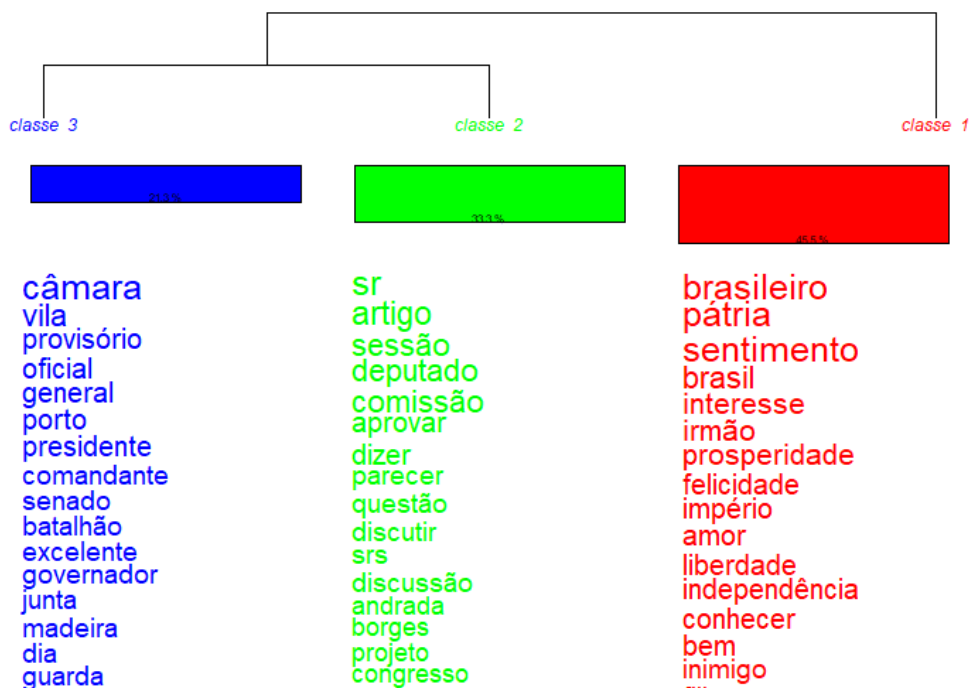
¹¹⁰⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 109, 24 de agosto de 1822.

¹¹⁰⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 112, 28 de agosto de 1822.

¹¹⁰⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 109, 24 de agosto de 1822.

Em posição política relativamente oposta e se colocando publicamente contra os redatores do *Reverbero* e do *Correio*, o *Espelho* também optou pelo apelo patriótico para legitimar e mobilizar o público para suas propostas. Nossa próxima etapa é analisar as edições do periódico que circularam da convocação da Constituinte até a notícia da Bonifácia.

Gráfico 39 – Método Reinert do *Espelho* das edições que circularam da convocação da Constituinte a Bonifácia¹¹⁰⁷.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

A partir do gráfico acima, percebemos que o *Espelho* teve três temas que ocuparam grande parte do periódico. Na Classe 1, vemos termos que ilustram a linguagem patriótica no jornal, exemplificada por vocábulos como “pátria”, “sentimento”, “amor” e “brasileiro”. Diante da complexidade e da importância desse grupo, ele será analisado com mais detalhes posteriormente.

Avançando para a Classe 2, observamos palavras que se relacionam com as Cortes de Lisboa. Ainda que o Brasil já tivesse convocado sua própria Constituinte, o periódico continuou dando espaço para as discussões encetadas no Congresso português para mostrar, por meio desses extratos, que as atitudes dos deputados portugueses afastavam o Brasil do Reino Unido,

¹¹⁰⁷ Foram analisadas da edição 59, de 11 de junho de 1822, até a de número 100, de 01 de novembro de 1822.

reforçando o argumento de que a ruptura da nação portuguesa havia sido uma consequência das ações dos representantes de Portugal.

Já a Classe 3, em azul, é a que representa as notícias, os decretos e as descrições de festas que apareciam no jornal. Falava-se das “Câmaras”, das “Vilas”, dos governos “provisórios” das províncias, bem como das notícias que chegavam nos “portos”, das movimentações militares, da guerra na Bahia contra “Madeira” e das mudanças ocorridas nas “cidades”.

Feitas essas constatações, podemos voltar à Classe 1, em vermelho, a mais frequente e particularmente interessante para os objetivos deste trabalho. Olhando para o gráfico, vemos que o primeiro termo da classe é “brasileiro”, mostrando a ascensão do vocábulo e da identidade “brasileira” no jornal. Quando comparamos o quanto as palavras usadas para referenciar o conjunto de habitantes ou de defensores da “causa do Brasil” aparecem nos diferentes *corpora* do *Espelho* que formaram cada etapa desta tese, chegamos ao seguinte resultado:

Quadro 3 - Frequência das palavras "Brasileiro", "Brasileiros", "Brasiliense", "Brasiliano" e "Brasílico" no *Espelho*.

Período	Brasileiro	Brasileiros	Brasiliense	Brasiliano	Brasílico
1821	0	0	0	0	0
1822/01	13	53	6	1	3
06/1822 – 10/1822	45	125	22	1	8

Fonte: Dados recolhidos pelo Iramuteq do *Espelho*.

Os dados expostos reiteram o que temos percebido nos periódicos fluminenses desde o fim da primeira metade de 1822. O acirramento do conflito com as Cortes e a necessidade de mobilizar a população na defesa da “causa do Brasil”, tendo em vista um provável confronto militar com Portugal, causou o reforço da pregação patriótica e a valorização do “Brasil” enquanto pátria. Uma consequência da relevância dada ao “Brasil” foi a criação de uma identidade diferente da portuguesa. Com isso, o “brasileiro” surgiu como uma alternativa e, posteriormente, ratificação da formação do novo Estado.

Nesse contexto, desde a primeira metade de 1822 começou a ascensão de uma identidade ligada ao Brasil. Vimos que no baiano *Constitucional* já se veiculava a palavra

“brasileiro” em oposição ao português, considerado “europeu”¹¹⁰⁸ com o início dos embates entre os defensores de Madeira e os habitantes da vila do interior. Ocorre que, após a convocação da Constituinte, o “brasileiro” passou a ser cada vez mais valorizado, o que se tornou mais marcante após o retorno do príncipe Pedro de sua viagem a São Paulo e a divulgação do mote de “Independência ou Morte”.

A partir de então, o “brasileiro” ganhou espaço em oposição ao “português”, e a independência enquanto ruptura com a antiga metrópole, debatida de forma ambígua até então, tornou-se o discurso majoritário no Rio de Janeiro. Com isso, as expressões “brasileiros” e “brasileiro”, que haviam aparecido apenas 66 vezes na primeira metade de 1822 no *Espelho*, nos cinco meses analisados nesta etapa do trabalho (junho, julho, agosto, setembro e outubro) apareceram 170 vezes nesse mesmo periódico. O Brasil transformou-se no símbolo de uma identidade compartilhada entre todos aqueles que o habitavam e, principalmente, os que o defendiam, constituindo essa uma das mais importantes *performances* linguísticas dos jornais autonomistas durante o processo de independência¹¹⁰⁹.

Em oposição aos brasileiros, estavam os “europeus”. Eles eram representados pelos “infames deputados”¹¹¹⁰, que tentavam recolonizar e impor o governo despótico no Brasil. Todavia, nem todos os “europeus” eram inimigos, pois existiam os “homens de bem” que agiam de forma justa com o Brasil, e que também eram vítimas das “infelizes desgraças da recolonização”. Esses, após a independência, deveriam aproveitar igualmente os “elementos da soberania brasiliense”¹¹¹¹.

Na Classe 1, logo abaixo de “brasileiro” está a palavra “pátria”, termo que tem sido representativo da linguagem patriótica exposta por esses jornais. Na etapa aqui analisada, foi ainda mais importante mobilizar a população em direção a “sentimentos” patrióticos, “nobres” e “generosos” dos brasileiros, pois era um momento de alterações políticas e de confronto militar com a antiga metrópole.

¹¹⁰⁸ Tema analisado no tópico 3.2.2.3. O antagonismo entre “Brasileiros” e “Europeus”.

¹¹⁰⁹ A expressão “brasileiro” não aparecia nem nos dicionários de Bluetau (2012) nem de Moraes e Silva (1789).

¹¹¹⁰ **O Espelho**, n. 90, 27 de setembro de 1822.

¹¹¹¹ **O Espelho**, n. 84, 06 de setembro de 1822.

Gráfico 40 - Grafo de similitude de "pátria" no *Espelho* das edições que circularam da convocação da Constituinte a Bonifácia.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

De acordo com o gráfico acima, a pátria era diretamente relacionada ao “Brasil”. Ainda que permanecessem existindo outras concepções, como a das províncias enquanto pátria¹¹¹², ou menções a Portugal como a “Mãe Pátria”¹¹¹³, o que prevalecia era o “Brasil” como a “pátria” dos “brasileiros”.

Pela “pátria” “Brasil” os brasileiros deveriam agir. No jornal era exposto o já tradicional sentimento de “amor da pátria”, para convocar os leitores e ouvintes a agirem em defesa da “causa do Brasil”. Tais dizeres apareciam principalmente em proclamações feitas pelo príncipe, ou nas inúmeras festas de aclamações e vivas ao então regente.

Por “amor da pátria”, todos os brasileiros eram convocados a “defender a causa da pátria”¹¹¹⁴. Tal causa era a “salvação” do Brasil dos decretos despóticos das Cortes. Esses decretos ameaçavam o “Brasil” com um “futuro de horrores”, que viria a acontecer com a partida do “Príncipe Regente, centro comum de seu governo e união política”¹¹¹⁵. Uma

¹¹¹² *O Espelho*, n. 85 e n. 81.

¹¹¹³ *O Espelho*, n. 75 e n. 63.

¹¹¹⁴ *O Espelho*, n. 77, 13 de agosto de 1822.

¹¹¹⁵ *O Espelho*, n. 78, 16 de agosto de 1822.

proclamação de Pedro publicada pelo periódico dizia: “Eu, pela Minha Nação, estou pronto para sacrificar a própria vida a par da salvação da Nossa Pátria”¹¹¹⁶. O tom discursivo do *Espelho* remontava à necessidade de “sacrificar” todas as “nossas forças”, se necessário, pela “salvação da pátria”¹¹¹⁷.

Os decretos das Cortes também ameaçavam os “direitos” e a “honra” da pátria, palavras que constam no gráfico de similitude analisado. Uma proclamação do príncipe dizia que dependia das ações dos brasileiros a “honra da salvação da nossa pátria, que está em sumo perigo”¹¹¹⁸. Além de defender a pátria das Cortes, o periódico também mostrava que a “Honra nacional” e o “amor da pátria” nunca “tiveram necessidade de mais eletricismo do que no momento em que sois chamados para escolher os eleitores”, colocando a eleição como um momento no qual o patriotismo devia ser exercido com esmero¹¹¹⁹. Junto à “honra” e aos “direitos”, a defesa da pátria também era movida pela defesa de sua “liberdade”, que era ameaçada pelas Cortes que preparavam “ferros para lhe serem suas mãos agrilhoadas”¹¹²⁰. Por isso, era necessário “morrer pela pátria”, já que a “Liberdade vale mais do que a vida”¹¹²¹.

Nas proclamações, eram lembrados os “deveres” dos brasileiros em defesa da pátria¹¹²². Em um Termo de Vereação da Vila de Maragogipe, na Bahia, falava-se dos “mais importantes deveres de que sois [os baianos] encarregados, seja o amor da pátria, e da glória nacional o único sentimento que vos anime”. Era necessário que os patriotas agissem em defesa dos “interesses” da pátria a fim de promoverem “sua glória, e sua felicidade”¹¹²³.

A luta pelo “interesse” e “prosperidade” (palavras que estão na Classe 1 do *Espelho*) do Brasil se relacionava com zelo pela sua “felicidade”, “liberdade” e “independência”, que também constam na Classe 1. Sobre a “felicidade”, argumentava o jornal que ela se baseava no “nexo político” do Brasil em um “centro comum de força e unidade”¹¹²⁴. Além disso, a

¹¹¹⁶ *O Espelho*, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹¹¹⁷ *O Espelho*, n. 99, 29 de outubro de 1822.

¹¹¹⁸ *O Espelho*, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹¹¹⁹ *O Espelho*, n. 79, 20 de agosto de 1822.

¹¹²⁰ *O Espelho*, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹¹²¹ *O Espelho*, n. 73, 30 de julho de 1822.

¹¹²² Junto à “pátria”, aparecia também “grande”. Todavia, essa palavra não era diretamente relacionada à “pátria”, mas sim a “Pedro, o Grande do Brasil”, que era o responsável por liderar a defesa da “causa” da “pátria”. *O Espelho*, n. 61 e n. 96.

¹¹²³ *O Espelho*, n. 79, 20 de agosto de 1822.

¹¹²⁴ *O Espelho*, n. 78, 16 de agosto de 1822.

liderança desse “centro de poder” cabia ao “Imortal Pedro I”¹¹²⁵, sendo, por isso, necessária a defesa de sua pessoa contra as ameaças das Cortes¹¹²⁶.

Por outro lado, a “liberdade” do Brasil seria garantida pela “constituição”. A partir da convocação da Constituinte, o periódico defendeu que a “constituição é o estabelecimento da ordem”¹¹²⁷. Através dela, o Brasil teria uma forma de assegurar a “regularidade e liberdade do governo”. Assim como em 1821, a constituição seria a forma de garantir os “direitos”¹¹²⁸ dos brasileiros.

No decorrer do processo, a defesa da pátria passou a se unir à defesa da “independência” do Brasil. Estatisticamente, a independência se relaciona a palavras como “Brasil”, “províncias”, “morte”, “estados” e “povo”.

O periódico dizia que “em vários lugares apregoa como inevitável a independência do Brasil”¹¹²⁹, buscando legitimá-la como um caminho natural do Reino. Existiu, no *Espelho*, um reconhecimento de que a independência fazia parte de um mesmo movimento político que outras já “começada[s] no continente americano”¹¹³⁰.

A “independência” foi tratada como consequência da convocação da Constituinte. A partir daquele momento, o Brasil estava no caminho de “firmar as bases da sua independência”. Mas, nesse momento, ainda não era uma ruptura completa com Portugal, porque a Constituinte tinha como um dos objetivos “estreitar os laços da sua união com as outras partes da família portuguesa”¹¹³¹.

A proclamação dos Procuradores Gerais das Províncias em relação à convocação da Constituinte publicada pelo periódico deixa claro que a independência era entendida, inicialmente, como autonomia, não como ruptura. Dizia o texto que o “Brasil quer a sua Independência, mas firmada sobre a União bem entendida com Portugal, quer enfim apresentar duas grandes Famílias, regidas pelas suas Leis, presas pelos seus interesses, obedientes ao mesmo Chefe”¹¹³².

¹¹²⁵ **O Espelho**, n. 93, 08 de outubro de 1822.

¹¹²⁶ **O Espelho**, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹¹²⁷ **O Espelho**, n. 91, 01 de outubro de 1822.

¹¹²⁸ **O Espelho**, n. 88, 20 de setembro de 1822.

¹¹²⁹ **O Espelho**, n. 76, 09 de agosto de 1822.

¹¹³⁰ **O Espelho**, n. 71, 23 de julho de 1822.

¹¹³¹ **O Espelho**, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹¹³² **O Espelho**, n. 59, 11 de junho de 1822.

A compreensão da independência enquanto ruptura foi o resultado de um processo que se radicalizou no decorrer da segunda metade de 1822. O acirramento dos embates entre deputados brasileiros e portugueses afastou ainda mais os dois lados do Atlântico e teve como ponto alto a difusão do mote “Independência ou Morte”. Graças à popularidade e propagação dessa expressão no *Espelho*, ocorreu uma grande relação entre “independência” e “morte”. A partir de então, defendeu-se a “independência das províncias do Brasil” em relação a Portugal, como o “único recurso talvez às arbitrariedades e despotismos do Congresso”¹¹³³.

Também aparece muitas vezes próximo de “independência” a palavra “província”. O periódico preocupava-se em comentar e noticiar a independência das “províncias pertencentes a este hemisfério”, que são “nossas vizinhas”¹¹³⁴. A edição 63 foi particularmente focada nesses acontecimentos, buscando demonstrar que o caminho que seguiam era inevitável e natural, oferecendo aos brasileiros, a partir dos vizinhos americanos, um exemplo factível para o que ocorria no seu país.

Em notícias sobre os Estados Unidos por exemplo, muito se falou dos processos revolucionários americanos. O reconhecimento das independências por parte daquele país foi divulgado¹¹³⁵, bem como foi a ele atribuída a função de ser o primeiro a lançar o “gérmen da independência” na América¹¹³⁶. Segundo o *Espelho*, os Estados Unidos se satisfaziam com cada região que rompia com a antiga metrópole, reconhecendo sua influência para a “independência geral” do continente¹¹³⁷. Por isso, diziam os redatores do jornal, qualquer um que “põe o pé na América se torna soldado de sua independência contra a Europa”, associando a independência do Brasil com os movimentos políticos que ocorriam nos países americanos¹¹³⁸.

Segundo o periódico, cabia ao “povo brasileiro” saber “prezar sua liberdade e independência”, respeitando a “autoridade real” que o defendia de “vis carbonários e assassinos”¹¹³⁹. Desse modo, o bom brasileiro era aquele que defendia a pátria, sua independência e o príncipe, elementos capazes de manter sua “felicidade” e “prosperidade”. Eles deviam agir por “amor da pátria” contra o “inimigo” ou os “inimigos”, as últimas palavras que aparecem na Classe 1.

¹¹³³ **O Espelho**, n. 91, 01 de outubro de 1822.

¹¹³⁴ **O Espelho**, n. 63, 25 de junho de 1822.

¹¹³⁵ **O Espelho**, n. 76, 09 de agosto de 1822.

¹¹³⁶ **O Espelho**, n. 71, 23 de julho de 1822.

¹¹³⁷ **O Espelho**, n. 71, 23 de julho de 1822.

¹¹³⁸ **O Espelho**, n. 71, 23 de julho de 1822.

¹¹³⁹ **O Espelho**, n. 71 e n. 90.

Os inimigos do “Brasil” eram aqueles que lutavam contra sua “causa” e, até meados de setembro, eram identificados nas Cortes. A instituição era acusada de ir contra a “liberdade” e a “independência”, bem como de querer acabar com a “união” das províncias brasileiras¹¹⁴⁰.

Porém, percebe-se uma mudança na qualificação dos “inimigos” a partir de setembro. Após esse mês, eles passaram a estar também “dentro” do Brasil, no “seio” da pátria¹¹⁴¹. Eram tratados como “inimigos da felicidade da nação” e eram acusados de trabalhar por “obstar à organização do corpo legislativo”¹¹⁴². Graças às suas ações, “irmãos” ficavam contra “irmãos” e “marido contra a mulher”¹¹⁴³, enquanto eles cavavam o “sepulcro da liberdade”¹¹⁴⁴ e buscavam subverter o sentimento dos brasileiros contra D. Pedro. Seus objetivos resumiam-se em convencer os brasileiros a “pegar em armas contra súditos do mesmo Rei [D. Pedro I] a quem todos veneramos”¹¹⁴⁵.

Assim, os inimigos que outrora eram as Cortes tornaram-se também alguns habitantes do Brasil. Eles estavam na Bahia, liderados pelo general Madeira e dentro do Rio de Janeiro, acusando o grupo político rival, representado pelos redatores do *Correio do Rio de Janeiro* e do *Reverbero*, de perigosos por tentarem plantar desconfianças contra o governo. Cabia aos bons brasileiros, em defesa da pátria, pugnar não apenas pela independência em relação a Portugal e lutar na guerra que ocorria na Bahia, mas também agir em defesa do Imperador contra os indivíduos que supostamente atuavam contra seu governo.

Desta feita, as propostas políticas do *Espelho* eram embasadas por uma linguagem patriótica muito semelhante da exposta pelo *Reverbero* e pelo *Correio*. Ao identificarem os “brasileiros” como os que defendiam a “causa do Brasil” (independentemente se nascidos na América ou na Europa), esses impressos tornavam possível que qualquer um, desde que sustentasse a independência do Brasil, fosse um brasileiro. Na narrativa criada por esses jornais, a independência era tida como justa aos olhos do mundo não apenas pela legitimidade de sua causa, que era defender a autonomia do Brasil diante dos ataques das Cortes, mas também por fazer parte de um movimento geral que ocorria em toda a América.

¹¹⁴⁰ **O Espelho**, n. 62, 21 de junho de 1822.

¹¹⁴¹ **O Espelho**, n. 84, 06 de setembro de 1822.

¹¹⁴² **O Espelho**, n. 77, 13 de agosto de 1822.

¹¹⁴³ **O Espelho**, n. 72, 26 de julho de 1822.

¹¹⁴⁴ **O Espelho**, n. 99, 29 de outubro de 1822.

¹¹⁴⁵ **O Espelho**, n. 100, 01 de novembro de 1822.

O apelo ao patriotismo como forma de defender os interesses da pátria servia para diferenciar os que deviam ser tratados como aliados, transformando a independência do Brasil em uma luta a ser compartilhada por todos que amavam a pátria. Em oposição aos “brasileiros”, estavam os inimigos do Brasil. No *Espelho*, inicialmente, eles eram representados pelas Cortes e personificados nas tropas lideradas por Madeira na Bahia e pelos deputados portugueses. Todavia, o acirramento dos conflitos e da discordância entre os grupos no Rio de Janeiro fez com que o periódico transformasse seus antigos aliados em inimigos, alcunhando-os de “republicanos”, “anarquistas” e “demagogos”. Assim como as tropas na Bahia impediam o bem da “pátria” e eram inimigas dos “brasileiros”, os redatores dos jornais *Reverbero* e *Correio do Rio de Janeiro* também o eram e, por isso, deviam ser sufocados, punidos e expulsos do Brasil.

Podemos chegar a três conclusões a partir dos dados fornecidos pelo *Iramuteq*. Primeiro, a permanência de uma linguagem com forte apelo emocional e patriótico, semelhante ao que tem se mostrado desde 1821. Percebemos nos três jornais analisados a importância da pátria para seus discursos e seu papel na mobilização do público. Eles reforçaram, a partir de expressões como “amor da pátria”, a necessidade de se agir em defesa do Brasil. Esse discurso de defesa foi cada vez mais radicalizado, chegando ao ponto de esses jornais, principalmente o *Correio*, defender a mobilização militar dos brasileiros. E nesse ponto a utilização do “ser brasileiro” constituiu, ao nosso ver, importante *performance* linguística desses jornais pois reforçou uma identidade política capaz de polarizar o conflito e definir seus participantes entre aliados e inimigos da pátria.

Ao mesmo tempo em que apelavam ao “patriotismo”, os jornais utilizaram o exemplo das independências dos países vizinhos para legitimar a ruptura com Portugal ao incluir o Brasil em um movimento político americano. As independências da América serviam também como espaço de experiência possível para os brasileiros que deviam aprender com seus erros e acertos.

Assim, invocando o patriotismo e incluindo o Brasil no mesmo curso político e histórico de seus vizinhos, a ruptura com Portugal tornou-se algo possível e necessário. Se até o início de setembro de 1822 a união do Reino Unido era defendida, ainda que de forma cada vez menos enfática, foi a partir de novos acontecimentos nesse mês que o discurso de ruptura se popularizou nos jornais do Rio de Janeiro.

Os jornais e os redatores analisados acima destacavam-se há muito pela sua atuação política. Porém, em 1822, surgiu o *Volantim*¹¹⁴⁶, periódico que se pretendia ser diário e de anúncios, mas que indiretamente e, teoricamente, sem envolvimento do redator, divulgou projeto e vocabulário político semelhante aos acima analisados. Quer dizer, o *Volantim*, por meio das correspondências enviadas pelo público, mostra como o projeto autonomista e a linguagem emotiva e patriótica não se restringia aos jornais propriamente políticos e aos seus redatores.

O periódico circulou por dois meses e foi publicado diariamente, o que o levou a ter mais de cinquenta edições e ser analisado no *Iramuteq*¹¹⁴⁷. Esse impresso serve de exemplo para análises guiadas por *softwares* em jornais majoritariamente de anúncios, já que eles se diferenciam de outros analisados nesta tese cujos interesses eram especificamente as questões de poder. Ele também ocupa um espaço importante para essa pesquisa porque nos permite testar os dados e hipóteses aventados no *Reverbero*, *Correio* e *Espelho* em um jornal com configuração diferente, quer dizer, mais focado em anúncios, extratos e correspondências.

Achamos necessário antes de iniciar a análise dos *outputs* do *Iramuteq* fazer uma apresentação do conteúdo do jornal. Um primeiro aspecto era a insatisfação com a estrutura da cidade do Rio de Janeiro. Da primeira edição até a décima nona, foram expostas as “Máximas” de Luís da Cunha¹¹⁴⁸. Os extratos publicados propunham formas de melhorar a economia do Brasil e deixar o Rio de Janeiro mais seguro, organizado e bonito. Também foram impressas partes dos *Annaes de Chymica*, nos quais se mostrou meios de conservar águas em longas viagens¹¹⁴⁹ e trechos que discutiam sobre como impedir e apagar mais rápidos incêndios¹¹⁵⁰. A escolha dos redatores em publicar esses textos, certamente, foi chamar a atenção de possíveis clientes, o que nos indica problemas rotineiros do potencial consumidor.

Outro assunto recorrente era a província de Pernambuco. O impresso trazia constantemente notícias daquela localidade, retirando extratos de jornais como *Maribondo*,

¹¹⁴⁶ O jornal foi impresso na Tipografia Torres e Costa. Cada edição custava 40 réis.

¹¹⁴⁷ O *Volantim* foi resultado da fundação da *Typographia de Torres, e Costa*, que a fim de movimentar o estabelecimento e fazer publicidade da empreitada, o criou como um periódico de anúncios nos moldes do *Diário Fluminense*.

¹¹⁴⁸ Diplomata português que teve prolífica carreira internacional, tendo sido um dos primeiros a defender a ideia de transferência da Corte para o Brasil como forma de resgatar a importância de Portugal no cenário mundial. CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Lisboa: Edição Abílio Diniz Silva, 2001.

¹¹⁴⁹ O *Volantim*, n. 24, 28 de setembro de 1822.

¹¹⁵⁰ O *Volantim*, n. 27. 02 de outubro de 1822.

Gazeta do Governo, Relator Verdadeiro e, principalmente, o *Conciliador Nacional*. Além das notícias, veiculavam-se críticas às Cortes¹¹⁵¹.

Um ponto que chama atenção no *Volantim* foi o espaço a 33 correspondências. Alguns indivíduos, como *Antônio Aureliano Rolam, E.M. de Azevedo* e *Fernando Joaquim de Mattos*, publicaram mais de uma vez. Reconhecendo que o espaço dado a esse “público” poderia envolver o jornal na complicada trama política da Corte, o correspondente *F.V.S.* pediu para que o redator não se envolvesse em polêmicas com outros jornais¹¹⁵².

Nessas correspondências, em meados de setembro foi iniciada uma série de louvores e elogios a D. Pedro e motes, sonetos, poemas e até hinos foram dedicados ao futuro imperador. Dentre as homenagens, duas chamam atenção por envolverem as mulheres e atribuir-lhes um papel na independência¹¹⁵³.

A primeira consta nos versos publicados sob a autoria de uma “Senhora Brasileira e amante da Causa”. O documento é interessante por demonstrar, senão a participação de uma mulher, ao menos a representação do que o autor ou a autora dos versos esperaria de uma “Senhora”. O mote, intitulado “Mais que tudo o coração”, dava vivas ao “Imperador”, como também à “Consorte amada” e às suas “Reais Filhas”¹¹⁵⁴,

Pois descendendo de Pedro
Estas lindas flores tão belas
Vem formar as Capelas
Da mais formosa união,
Pois o Brasil lhe oferece
Mais que tudo o coração¹¹⁵⁵.

O poema continuava elogiando D. Pedro e sua esposa, D. Leopoldina. Escrito com forte apelo emocional, afirmava que o Brasil se livrou da “tirana escravidão”, dando a “D. Pedro I [...] Mais que tudo o coração”. Também louvava outros elementos, como a “Santa Religião” a

¹¹⁵¹ *O Volantim*, n. 6, 07 de setembro de 1822.

¹¹⁵² *O Volantim*, n. 1, 01 de setembro de 1822.

¹¹⁵³ Trabalhos sobre a participação das mulheres no processo de independência ainda são escassos. Nesse tema, destaca-se um artigo de Andrea Slemian e Danielly de Jesus Teles onde as autoras evidenciaram uma correspondência enviada por paraibanas a Cipriano Barata, a participação de Maria Quitéria na guerra na Bahia e a publicação de um poema de Maria Clemência da Silveira Sampaio, em 1823. Cf: SLEMIAN, Andrea.; TELES, Danielly de Jesus. As mulheres, a imprensa e a Independência do Brasil: a participação política do “belo sexo” e seus impasses”. *Revista Ciência e Cultura*. Disponível em: <<https://revistacienciaecultura.org.br/?artigos=as-mulheres-a-imprensa-e-a-independencia-do-brasil>>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

¹¹⁵⁴ *O Volantim*, n. 40, 17 de outubro de 1822.

¹¹⁵⁵ *O Volantim*, n. 40, 17 de outubro de 1822.

“Assembleia” e o “Povo”, além de citar a “glória dos Brasileiros”, oferecendo, ao fim de cada estrofe, “Mais que tudo o coração” ao Imperador¹¹⁵⁶.

Além desse escrito, também foi publicado no jornal o “Hymno Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. Ele buscava oferecer às mulheres maneiras de educar os filhos dentro de valores cívicos e patrióticos, já que, naquela sociedade, eram elas que passavam mais tempo com as crianças. A necessidade de formar o cidadão do sexo masculino desde a infância – vide a ênfase de que as amas deviam cantar aos *Meninos* – resultou na publicação do texto.

Pedia o poema que

Acalanta-te, oh menino,
Dorme já para crescer;
O Brasil precisa filhos,
Independência, ou Morrer.
Cresce oh! filho da minha alma
Para a Pátria defender;
O Brasil já tem jurado
Independência, ou Morrer¹¹⁵⁷.

Em outro trecho dizia

Pelo leite que te alenta,
Dado com tanto prazer,
Jurarás servir à Pátria,
Independência, ou Morrer¹¹⁵⁸.

Além do apelo patriótico, o hino enaltecia D. Pedro:

Dos tiranos opressores
Já não hás de escravo ser;
Deu-nos PEDRO a Liberdade,
Independência, ou Morrer¹¹⁵⁹.

E buscava inculcar fidelidade ao imperante:

Aprende de pequenino
O teu sagrado dever,
Amar ao Imperador,
Independência, ou Morrer¹¹⁶⁰.

Percebe-se em ambos os escritos a linguagem patriótica e emocional, comum aos jornais fluminenses, bem como a defesa e a exaltação do Imperador. O vocabulário reflete os

¹¹⁵⁶ **O Volantim**, n. 40, 17 de outubro de 1822.

¹¹⁵⁷ **O Volantim**, n. 134, 10 de outubro de 1822.

¹¹⁵⁸ **O Volantim**, n. 134, 10 de outubro de 1822.

¹¹⁵⁹ **O Volantim**, n. 134, 10 de outubro de 1822.

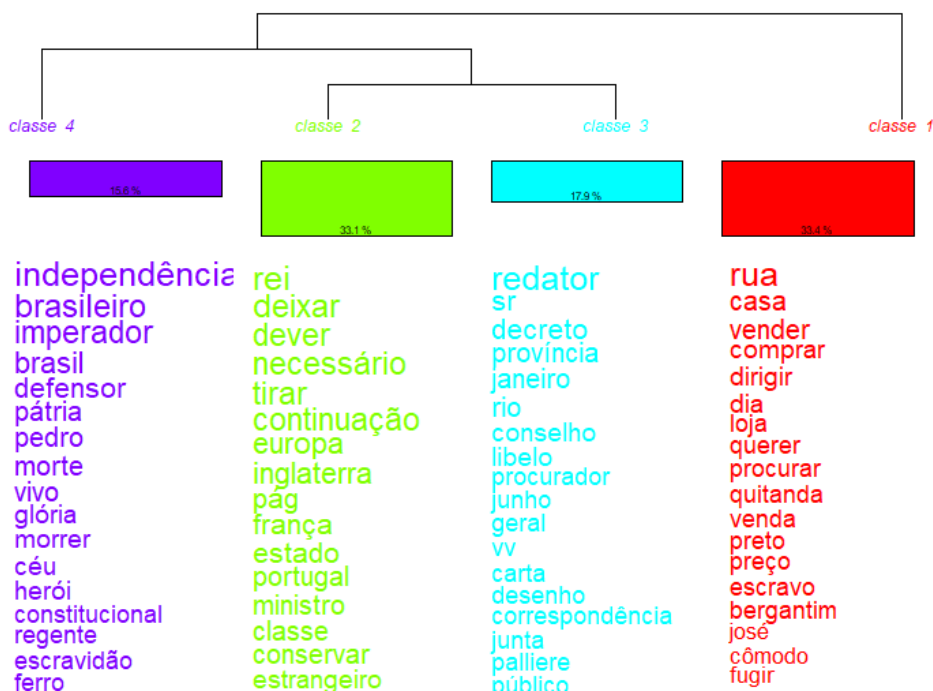
¹¹⁶⁰ **O Volantim**, n. 134, 10 de outubro de 1822.

sentimentos que o periódico buscava inculcar nos leitores, apontando as mulheres como um importante canal de instrução das crianças e de difusão do patriotismo brasileiro.

A publicação do hino e do poema coincide com dois acontecimentos que marcaram os jornais do Rio de Janeiro. Primeiro, com o retorno de Pedro de sua viagem para São Paulo no final de setembro, ocorreu a difusão do “Independência ou Morte”, expressão tratada pelos jornais como símbolo da ruptura entre Brasil e Portugal. Nota-se, no hino de alegada autoria feminina, a afirmação de fratura do Reino Unido e o reconhecimento de que Brasil e Portugal estavam em estado de guerra. Por isso, tornava necessário defender a “pátria”. Já o poema supostamente escrito pela “Senhora” foi publicado em edição posterior à aclamação de Pedro como Imperador do Brasil, por isso seu teor mais panegírico e adulator do imperante e sua família.

Diante dos esclarecimentos acima, podemos nos questionar se os poemas coincidem com a linguagem exposta pelo restante do periódico. Já que se trata de um jornal preenchido integralmente por extratos, correspondências e anúncios que, supostamente, não são escritos pelo redator, a partir dos dados do *Iramuteq* poderemos entender os conjuntos lexicais do periódico e ver se existiram padrões nessas seções.

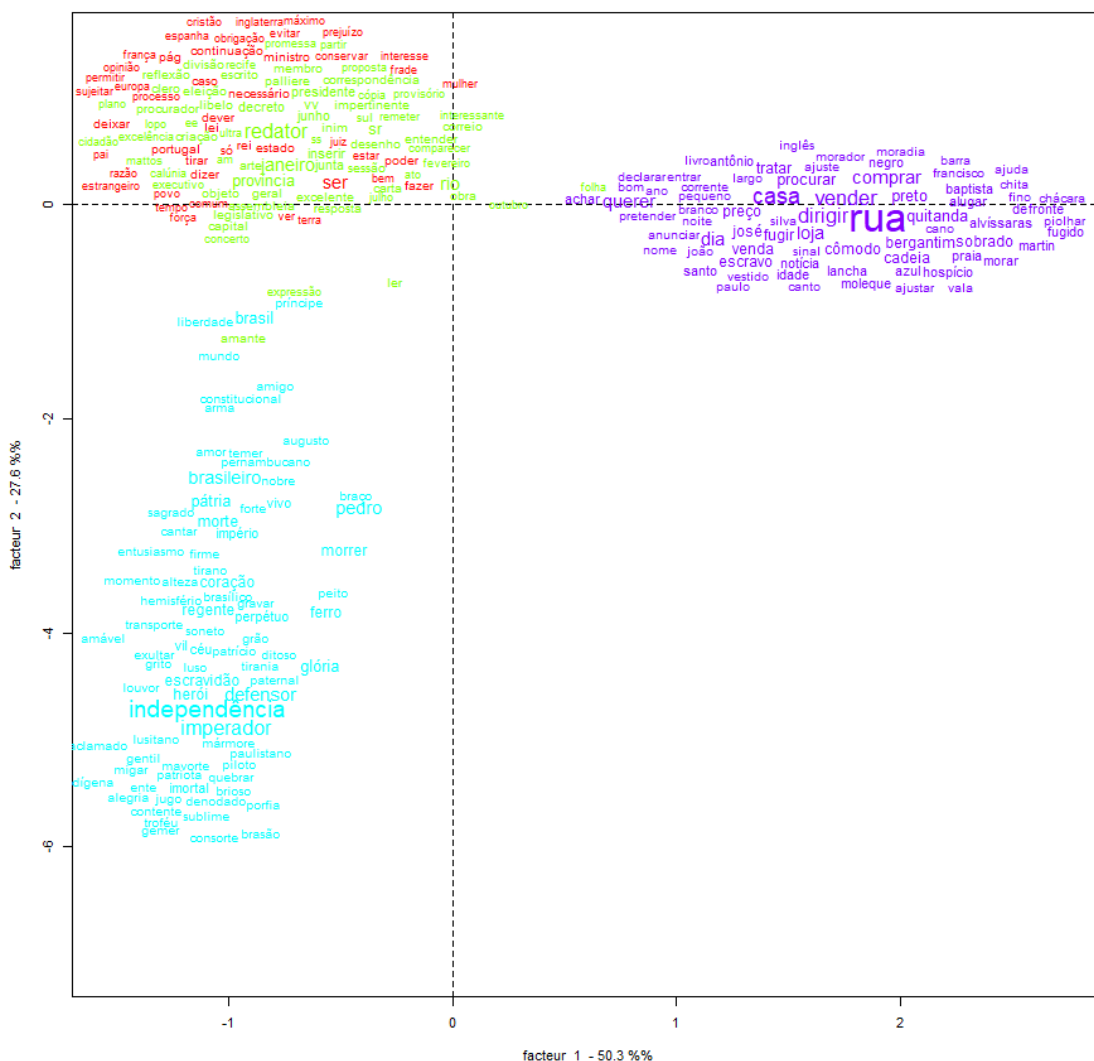
Gráfico 41 – Método Reinert do *Volantim*.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Volantim*.

O *Volantim* teve 52 edições, entrando no recorte de jornais analisados pelo *Iramuteq*. Diante disso, encontrou-se o gráfico acima por meio do qual podemos observar os temas que circularam no periódico. Antes de iniciarmos a análise das palavras, consideramos interessante oferecer uma visão panorâmica do jornal. Enquanto no Gráfico 41 percebemos a separação das palavras em classes, no gráfico abaixo vemos como os termos se misturavam nos textos.

Gráfico 42 - Gráfico AFC do *Volantim*¹¹⁶¹.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Volantim*.

Se compararmos o Gráfico AFC e o Método Reinert do *Volantim*, perceberemos, primeiramente, que as palavras da Classe 1, em roxo, foram a maioria e se encontravam

¹¹⁶¹ Por algum motivo o qual não conseguimos solucionar, provavelmente um *bug* do *Iramuteq*, ele modificou as cores das classes no Gráfico AFC. As palavras e as porcentagens foram mantidas.

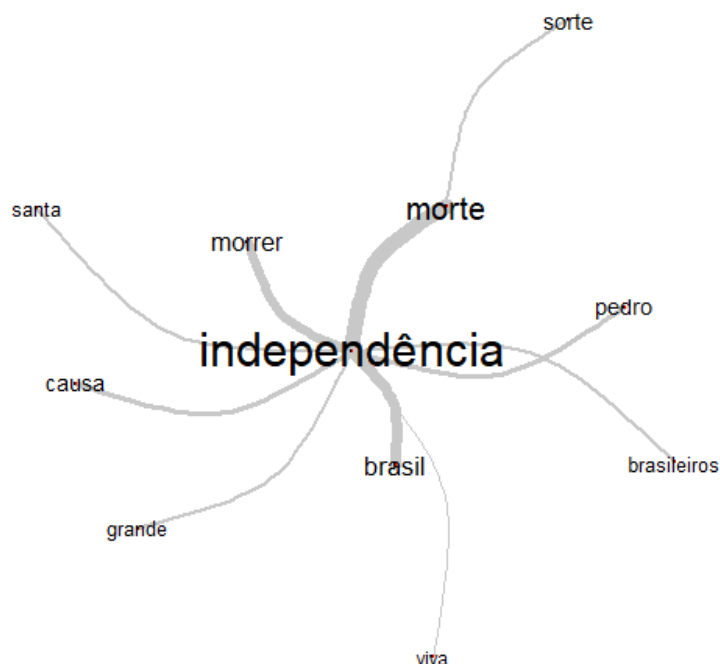
majoritariamente em anúncios, posicionando-se um pouco distante das demais. Como tal, vocábulos como “rua”, “casa”, “vender”, “comprar” e “loja” que aparecem na Classe 1 foram mais frequentes. Nessa mesma classe vemos termos como “querer”, “procurar” e “fugir”, verbos utilizados nos anúncios para procurar, comprar algum bem, ou buscar escravizados fugidos. Da mesma forma, notamos que o artigo mais comercializado era o de cativos, representados pelas palavras “preto” e “escravo”.

Voltando ao [Gráfico 42](#), percebe-se um envolvimento entre as classes 2 (vermelha) e 3 (verde). Em análise aos dados, verificamos que as palavras da Classe 3 apareceram majoritariamente em correspondências, o que justifica a importância de termos como “Sr” e “Redator”. Já os vocábulos da Classe 2 estiveram mais presentes em extratos de outros jornais, que noticiavam a respeito do “rei”, das ações políticas, da “Europa”, da “Inglaterra”, da “França”, de “Portugal” e de outros países do “estrangeiro”.

Ainda no gráfico, interessa-nos destacar a distância dos vocábulos da Classe 4, em azul claro, que aparecem bem acima do gráfico. O léxico que compõe esse grupo é mais frequente a partir da edição 21 do jornal, datado do dia 25 de setembro de 1822.

Como já afirmamos, o fim de setembro foi marcado pelo mote “Independência ou Morte” e suas variações nos jornais fluminenses. Junto a ele, criou-se um discurso político de que o Brasil havia rompido com Portugal, algo que discutiremos com mais atenção adiante. Em face da importância da Classe 4 para o debate político que ocorreu no jornal, propomo-nos a analisar os termos nela presentes de forma mais detalhada.

Gráfico 43 - Grafo de similitude de "Independência" no *Volantim*.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Volantim*.

Iniciamos a análise da classe com a palavra “independência”, a primeira como consta no gráfico. A partir do grafo acima, notamos a relação que havia no periódico entre as palavras “independência”, “morte”, “morrer” e “Brasil”. Como afirmamos, grande parte dessas relações foi feita a partir do fim de setembro e diziam respeito às expressões como “Independência ou Morte”¹¹⁶² ou, “Independência ou Morrer”¹¹⁶³ e a grande correlação com “Brasil” é porque se tratava da independência do país.

Além das três palavras acima, também vemos outras como “Santa” e “Causa”, que diziam respeito à “Santa Causa” da “Independência” do “Brasil”. É digno de destaque que a expressão “Santa Causa” tenha aparecido muitas vezes em poemas e canções, o que evidencia o emprego do vocabulário religioso nesses textos.

Retornando ao [Gráfico 43](#), constatamos também os “vivas”. Assim como teria ocorrido desde os movimentos de adesão à Revolução do Porto em 1821, eram dados vivos a elementos considerados estimados, o que, no caso do que era veiculado pelo *Volantim*, eram o “Brasil”, “Pedro” e os “brasileiros”.

¹¹⁶² Localizamos essa expressão 35 vezes no jornal.

¹¹⁶³ A expressão apareceu 30 vezes no periódico.

Ao falar dos “brasileiros”, o periódico remetia aos “irmãos brasileiros”¹¹⁶⁴. Eles seriam os “pernambucanos”¹¹⁶⁵, os “baianos”, os “fluminenses”¹¹⁶⁶ e demais habitantes do Brasil. Os “brasileiros” eram a antítese dos “europeus”¹¹⁶⁷ ou “portugueses europeus”¹¹⁶⁸. Os “bons” brasileiros eram aqueles que cuidavam da “pátria”¹¹⁶⁹, que a defendiam dos “ferros” e por ela morriam¹¹⁷⁰. A defesa da pátria remetia à “causa do Brasil”. Era necessária a “união” na “Independência ou Morte”, fazendo “causa comum contra as incursões do norte” feitas pelos portugueses¹¹⁷¹.

Diante da defesa da “união” dos brasileiros, observa-se uma diferença com outros momentos analisados nesta tese e já percebido nos jornais analisados anteriormente. Se no início de 1822 a união entre Brasil e Portugal constava como necessidade nos jornais, desde que resguardada a autonomia do Brasil, esse cenário muda na segunda metade de 1822, fazendo a “união” se tornar a palavra matriz da unidade das províncias do Brasil e não do Brasil com Portugal. Tal mudança acompanha a alteração nos sentidos de vocábulos como “independência”, tal como Cecília Oliveira notou ao analisar outros jornais do Rio de Janeiro entre junho e setembro de 1822¹¹⁷².

Aliás, a mudança de posicionamento em relação à “união” da nação portuguesa era tida como culpa dos portugueses, não dos brasileiros. Buscava-se mostrar no *Volantim* que a ruptura do Reino Unido, longe de ser um desejo dos brasileiros, foi uma reação às ações das Cortes de Lisboa.

Um exemplo é o “Hymno Patriótico Brasília” publicado no *Volantim*, que além de convocar os “Bons Brasileiros” às “Armas” em defesa da “Nossa Pátria”, afirmava que

Quer Portugal Livre ser,
Em ferros quer o Brasil;
Promove a guerra civil
Rompe os laços da União.
Muito embora os rompa
Por gosto, ou maldade,
Mas não romperá
Nossa Liberdade¹¹⁷³.

¹¹⁶⁴ *O Volantim*, n. 1 e n. 8.

¹¹⁶⁵ *O Volantim*, n. 8, 10 de setembro de 1822.

¹¹⁶⁶ *O Volantim*, n. 1 e n. 7.

¹¹⁶⁷ *O Volantim*, n. 12 e n. 24.

¹¹⁶⁸ *O Volantim*, n. 8, 10 de setembro de 1822.

¹¹⁶⁹ *O Volantim*, n. 22, 26 de setembro de 1822.

¹¹⁷⁰ *O Volantim*, n. 31, 07 de outubro de 1822.

¹¹⁷¹ *O Volantim*, n. 23, 27 de setembro de 1822.

¹¹⁷² OLIVEIRA, 1999, p.199.

¹¹⁷³ *O Volantim*, n. 31, 07 de outubro de 1822.

O discurso que culpava as Cortes pela independência buscava afirmar que a união não havia sido rompida pelos brasileiros, que na verdade queriam mantê-la. A ruptura havia sido causada, segundo essa matriz argumentativa, por culpa dos decretos das Cortes e das atitudes de determinados portugueses.

Em outro poema, dizia-se que o

Brasil, Grande Brasil
Não teme Luza Corte
Em seu despeito jurou
Independência, ou Morte
[...] Eis que o seu grito ressoa:
PEDRO acorde; e qual Mavorte
Embraça o Escudo trazendo
Independência, ou Morte.
[...]
Viva O Nosso IMPERADOR
PEDRO O Grande, O Sábio, O Forte,
Que Promete sustentar
Independência, ou Morte¹¹⁷⁴.

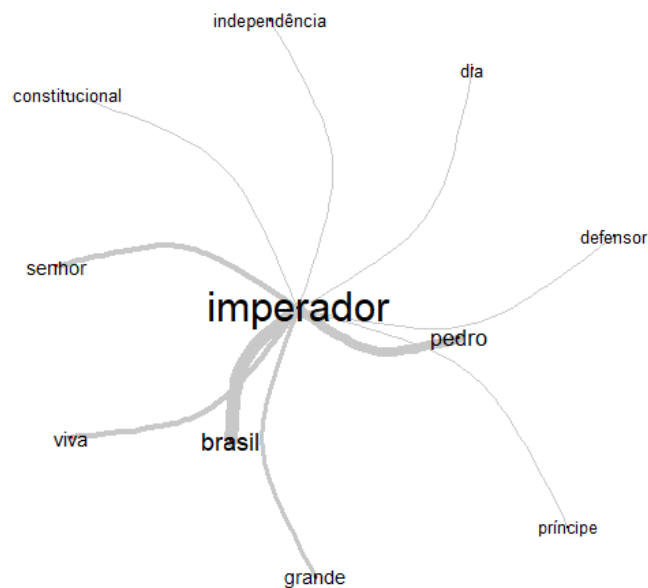
Mais uma vez, as Cortes e os portugueses apareciam como os causadores da ruptura. E no poema acima transcrito, além da expressão “Independência, ou Morte”, também foi reforçada a importância de D. Pedro no processo de independência do Brasil.

Recorrendo ao [Gráfico 41](#), veremos que logo abaixo de “independência” e “brasileiro” na Classe 4 está “imperador”. No *Volantim*, D. Pedro I era tratado como grande autoridade e herói do Brasil. Se olharmos o gráfico abaixo, identificamos que o “Imperador” do “Brasil” recebeu diversos “vivas” em canções, poemas e proclamações¹¹⁷⁵. Da mesma forma, era cercado de epítetos, como “senhor”, “grande”, “defensor” e “constitucional”.

¹¹⁷⁴ *O Volantim*, n. 43, 21 de outubro de 1822.

¹¹⁷⁵ *O Volantim*, n. 25, n. 49, n. 43, n. 40 e n. 39.

Gráfico 44 - Grafo de similitude de "imperador" no *Volantim*.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Volantim*.

Além desses títulos, o Imperador também era tratado como o “herói” que teria conduzido o Brasil para a independência¹¹⁷⁶. Diante de sua presença, os brasileiros poderiam ficar tranquilos, pois com “tão forte defensor não há perigos a temer”, sendo necessário apenas imitarem sua atitude de “independência ou morrer”¹¹⁷⁷. Outro poema afirmava que seria “Por Ti, pelo Herói Juramos = Independência, ou a Morte”¹¹⁷⁸.

O *Volantim* expõe como a linguagem patriótica e emotiva dos jornais do Rio de Janeiro se repetia nas correspondências, nas canções, nos poemas e em outros escritos supostamente remetidos pelo público. Essa linguagem reforçava que a independência era uma consequência das ações das Cortes que causaram a insatisfação dos “brasileiros”. Ao lado dos brasileiros, o Imperador havia defendido a liberdade do Brasil, devendo ser acompanhado pelos patriotas e pelos “bons” brasileiros, enquanto as Cortes representavam os europeus que os ameaçava.

O periódico também destacava algumas formas de manifestar o patriotismo. Além de ser necessário defender a pátria, foi noticiado o “distintivo de uma flor verde dentro do ângulo

¹¹⁷⁶ *O Volantim*, n. 40, n. 25, n. 43 e n. 36.

¹¹⁷⁷ *O Volantim*, n. 33, 09 de outubro de 1822.

¹¹⁷⁸ *O Volantim*, n. 36, 09 de outubro de 1822.

de ouro com a legenda Independência, ou Morte, que todos os Brasileiros, e adidos à nossa causa trarão no braço esquerdo”. Esse seria o “público sinal dos honrados sentimentos de nossos patrióticos corações, será esta a geral divisa dos verdadeiros, e denodados defensores da Pátria”¹¹⁷⁹.

Além do acessório, também foi divulgada uma série de mudanças de nomes. Na edição 51, de 30 de outubro, José Maria Migueis, “Brasileiro Pernambucano”, graças aos “sentimentos liberais” e à “terrível aversão que sempre tiveram os honrados Pernambucanos ao monstruoso despotismo”, desprezou os “vis sarcasmos dos Portugueses falsamente intitulados defensores da Liberdade”, mudando de nome para “José Maria Migueis Bemtevi”. Assim, ao invés de terminar seu nome com o mesmo sobrenome do irmão de D. Pedro e príncipe de Portugal, D. Miguel, utilizaria o designativo de ave comum no Brasil, o bem-te-vi. Já Joaquim José da Silva avisava que “apesar de ser filho de Portugal, contudo não pode ocultar as justas queixas, que sente amargamente contra seus antigos Patrícios” e, por ser residente do Brasil por mais de 40 anos, o considerava sua pátria e pedia para ser reconhecido como “Pernambucano”, mudando seu nome para Joaquim José da Silva Jacaré¹¹⁸⁰.

Observando as mudanças de nomes, José Caetano de Mendonça percebeu que o “insultante tratamento, que os Deputados do Congresso Lisbonense, e muitos Portugueses dão aos Brasileiros” fez com que muitos acrescentassem aos nomes “cognomes outros de animais, e plantas indígenas do Brasil”. Não podendo ofuscar por muito tempo seu “entusiasmo” e “abrasado nas chamas de Patriotismo”, mudou de nome para “José Caetano de Mendonça Jararaca”¹¹⁸¹.

Evidencia-se no *Volantim* a mudança de relação entre Brasil e Portugal que também se encontra em outros jornais. O retorno da viagem de Pedro de São Paulo causou a propagação do “Independência ou morte”, perfazendo a diferenciação do “brasileiro” e do “português”. O fracionamento entre ambos foi uma importante *performance* linguística dos defensores da independência, já que tornou possível e tonificou os apelos patrióticos a partir da diferença entre o “ser brasileiro” e o “ser português”.

¹¹⁷⁹ O *Volantim*, n. 29, 04 de outubro de 1822.

¹¹⁸⁰ O *Volantim*, n. 51, 30 de outubro de 1822.

¹¹⁸¹ O *Volantim*, n. 51, 30 de outubro de 1822.

Todavia, o ser “brasileiro” não era um dado natural. Não bastava nascer no Brasil, tampouco era um impedimento ter nascido em Portugal. Para ser “brasileiro”, bastava defender a liberdade do Brasil. Tais afirmações se revelam tanto no teor dos textos publicados pelo *Volantim*, como também pelos novos distintivos que indicavam a adesão à “causa do Brasil”. Criou-se um símbolo para ser vestido e exposto nas ruas que diferenciava os brasileiros de outros, bem como a mudança dos nomes de forma a apagar lembranças e se afastar do passado europeu.

O periódico que pretendia se restringir a anúncios acabou se transformando em espaço de notícias, extratos, correspondências e poemas. A folha, porém, não durou muito. O redator não conseguiu ganhar o mercado fluminense, mesmo com preços mais baixos que seus concorrentes. Por isso, na edição 41 de 18 de outubro de 1822, o escritor anunciou que não era possível, “apesar da mais apurada economia, salvar-se as despesas deste Periódico, mas antes ter sofrido uma perda mui sensível”. Desse modo, noticiou que não iria continuar a redação, já que o número de assinantes não ultrapassava 136, o que não era suficiente nem para pagar os compositores. Segundo o periodista, caso conseguisse 400, continuaria o periódico.

A ameaça de extinção do periódico não pareceu ter mudado o cenário de assinaturas. Por isso uma correspondência anônima 10 edições depois¹¹⁸², lamentou que o jornal realmente seria finalizado. Na edição 52, última tiragem, o *A. das Mixt. Const.* lastimou o fim do impresso. Visando a uma margem positiva com 400 assinantes, parece-nos que o plano do redator de lucrar com a imprensa não foi bem-sucedido.

Esses vocábulos e a linguagem emotiva e patriótica enunciada pelos jornais fluminenses foram elementos da disputa política que ocorria na monarquia portuguesa. O próximo tópico se dedica a entender o contexto político da segunda metade de 1822 através das páginas do *Papagaio*, *Macaco*, *Reverbero*, *Constitucional*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Volantim* e *Regulador Brasílico-Luso*.

4.1.2. Os jornais fluminenses da segunda metade de 1822

As análises dos jornais fluminenses no *Iramuteq* nos evidenciaram quatro características gerais. Primeiro, a linguagem emotiva e os apelos ao patriotismo, comuns em outros momentos, permaneceu como principal atributo desses escritos. Junto a eles, somaram-se as referências

¹¹⁸² *O Volantim*, n. 51, 30 de outubro de 1822.

aos países americanos como espaço de experiência e aprendizado para o momento de mudança política. Também ocorreu a partir de setembro a divulgação da expressão “Independência ou morte” como marco da ruptura e início da guerra com Portugal. Por fim, e talvez a mais importante *performance* linguística desses textos, a valorização do “brasileiro” em oposição ao “europeu” ou “português” como um fator determinante na mobilização do público em defesa da independência.

A análise e os dados fornecidos pelo *Iramuteq* devem ser complementados pelo exame dos jornais que circularam naquele período. Tal exploração nos permite não apenas atestar se linguagem semelhante era veiculada nos outros periódicos, mas também destacar elementos que não foram evidenciados pelo *software*.

4.1.2.1. O zoológico vem a público

Um primeiro grupo de impressos a qual nos deteremos são aqueles com nomes de animais. Sobre eles, Isabel Lustosa destacou que tinham linguagem mais popular e maior interesse em se comunicar com a população menos letrada¹¹⁸³. Segundo Marco Morel, os títulos dos periódicos referiam-se aos apelidos negativos utilizados por portugueses, que acusavam o Brasil de ser habitado por animais e por pessoas incivilizadas¹¹⁸⁴. Os periódicos *Macaco Brasileiro*¹¹⁸⁵, *Papagaio*, *Mosquito Brasileiro*, e *Maribondo*¹¹⁸⁶, analisados nesta tese, acabaram por reverter os xingamentos em ironia e crítica bem-humorada e utilizando uma linguagem mais popular e jocosa discutiram assuntos importantes para o período. Nesta etapa vamos nos deter no *Macaco*, no *Papagaio* e no *Mosquito*¹¹⁸⁷, que foram publicados no Rio de Janeiro.

Sabemos que o *Papagaio* foi editado por Luiz Moutinho Lima Alves e Silva, futuro secretário dos Negócios Estrangeiros nos Estados Unidos, que ganhou prestígio na Corte a ponto de ser agraciado com títulos como Oficial da Ordem do Cruzeiro e Comendador da Ordem de Cristo¹¹⁸⁸. Já sobre o *Macaco*, Isabel Lustosa afirma que fora escrito por Pedro da

¹¹⁸³ LUSTOSA, 2003.

¹¹⁸⁴ MOREL, 1999.

¹¹⁸⁵ Impresso na Tipografia de Silva e Porto, a subscrição mensal custava 400 réis e os números avulsos 80 réis.

¹¹⁸⁶ Publicado em Pernambuco e analisado na seção 4.2. A imprensa pernambucana de 1822 e 1823.

¹¹⁸⁷ O periódico era prensado na Imprensa Nacional, sendo que a edição avulsa custava 80 réis e a subscrição mensal 640 réis.

¹¹⁸⁸ NEVES, 2003, p. 94.

Silva Porto¹¹⁸⁹ e pelo português Manuel Ignácio Zuzarte, sobre o qual pouco sabemos¹¹⁹⁰. A autoria do *Mosquito Brasileiro* é desconhecida até onde esta pesquisa pôde averiguar.

De toda sorte, o fato de os jornais apresentarem um português correto sem muitos erros gramaticais, bem como a trajetória do redator do *Papagaio*, nos mostram que, apesar da linguagem mais popular, os periódicos não foram escritos por homens de posições inferiores ou com escassa educação. Claramente, a adoção de linguagem mais acessível foi opção à retórica irônica e sarcástica, talvez uma estratégia para chamar atenção do público.

A relação entre o *Papagaio* e o *Macaco* era intrigante, já que, ao debaterem um com o outro, por vezes simulavam animais dialogando. Na primeira edição, o *Macaco* anunciou: “Meus Amigos, Sou Macaco velho, calejado por natureza”¹¹⁹¹, e citou outros animais em referência a periódicos e panfletos que circulavam no momento, como o “Papagaio” e o “Periquito da Serra dos Órgãos”. Já *Hum Humilde Jumento*¹¹⁹² publicou uma correspondência no *Papagaio* com críticas ao *Macaco*, que foi prontamente respondida pelos redatores do segundo jornal, que afirmaram nunca terem tido “intenções de entreter correspondências com Burros”¹¹⁹³.

Para além do tom burlesco, os jornais se envolveram nas disputas políticas do Rio de Janeiro. Mostramos no capítulo 3 que o *Papagaio* foi um dos papéis que defenderam a Constituinte no Brasil. Já o *Macaco* tinha relação próxima com o *Correio do Rio de Janeiro*¹¹⁹⁴ e o *Reverbero*¹¹⁹⁵, utilizando-os como referências de notícias.

Ainda que os redatores do *Macaco* e do *Papagaio* se agredissem publicamente, existiam certas semelhanças quanto aos seus projetos. Eles concordavam com a convocação da Constituinte e acusavam as Cortes de serem as grandes inimigas da nação portuguesa.

Que brilhantíssima aurora não despertou entre nós no fausto dia 3 do corrente [dia da convocação da Constituinte]! O Brasil acaba para sempre despedaçar as cadeias da escravidão: o Brasil reassume a sua inquestionável Soberania. O Brasil desconcerta e suplanta a monstruosa cabala que o minava: o Brasil que há pouco acordou, e se viu

¹¹⁸⁹ O que sugere um parentesco com o dono da tipografia de Silva Porto, onde era publicado.

¹¹⁹⁰ LUSTOSA, 2003.

¹¹⁹¹ *O Macaco Brasileiro*, n. 1.

¹¹⁹² *O Papagaio*, n. 7, 22 de junho de 1822.

¹¹⁹³ *O Macaco Brasileiro*, n. 5.

¹¹⁹⁴ *O Macaco Brasileiro*, n. 3.

¹¹⁹⁵ É possível que seus redatores se conhecessem, já que eram impressos na mesma tipografia dirigida por Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*.

O Macaco Brasileiro, n. 4.

nas extremidades do precipício, vê-se hoje a par das Nações livres, vê reluzir seu nome entre o das Principais Potências do Mundo¹¹⁹⁶.

Ao discutir sobre a forma que devia ser realizada a eleição para a Constituinte, o redator do *Papagaio* se dizia um defensor das eleições indiretas, antecipando a futura decisão do ministério liderado por José Bonifácio¹¹⁹⁷. O periódico também deu muita atenção às independências americanas. Além de reproduzir notícias¹¹⁹⁸, apresentava reflexões sobre a autonomia política das ex-colônias que compunham a “Grande Família Americana”¹¹⁹⁹. O foco de suas ponderações era o México, que, segundo o redator, melhor servia de analogia para o Brasil. Em sua opinião, os dois tinham governos que precisavam se aproximar, pois havia vasto campo para os dois países trabalharem em conjunto¹²⁰⁰.

Para reforçar suas ideias, publicou uma proclamação da Junta de Governo do México, questionando quem

negará à América a justiça que lhe assiste para se emancipar, se tal é o seu estado, as suas circunstâncias? Não dará ela ouvidos a voz da Natureza que lhe falta mesmo pelos seus órgãos insensíveis? Não quererá ela largar de si, como a planta, os tegumentos que a cobriam quando nova e tenra? Deverá sempre existir debaixo da tutela, ainda que quer, e pode sacudir a autoridade paternal¹²⁰¹?

Em outra edição, publicou da mesma Junta:

Se a ave prisioneira poderá forçar a porta da sua prisão, não hesitará um só momento em fazê-lo; o mesmo acontecerá a qualquer outro animal com os ligamentos que o prenderem; porque o instinto lhes ensina a procurar a própria felicidade. Este é o princípio que mais justifica a Independência da América. A América pôde quebrar os seus ferros para adquirir a sua liberdade, e sacudir o julgo que empecnia a sua prosperidade, restringia a indústria, comércio, e todos os seus movimentos, que só servia de enfraquecê-la para preponderar a importância da Mãe Pátria, ou antes para que esta unicamente tivesse o poder absoluto¹²⁰².

Já no mês de julho, após notícias de Buenos Aires, o jornal afirmou que a independência do Brasil era legítima, pois

As pessoas que de sangue frio examinarem as razões que nos obrigam a declarar e a manter esta independência, decidiram que a nossa causa é justa, que a união do Brasil com Portugal está interceptada por barreira inamovíveis, que lhe pôs a Natureza; que o Brasil com efeito esteve muitos anos debaixo do domínio de Portugal, porém ele então não era unido, era escravo; que este axioma o bem de muitos prefere à comodidade de poucos justificava aquela ordem de coisas, hoje porém o mesmo

¹¹⁹⁶ **O Papagaio**, n. 6, 12 de junho de 1822.

¹¹⁹⁷ **O Papagaio**, n. 7, 22 de junho de 1822.

¹¹⁹⁸ **O Papagaio**, n. 7, n. 8, n. 9 e n. 10.

¹¹⁹⁹ **O Papagaio**, n. 8, 6 de julho de 1822.

¹²⁰⁰ **O Papagaio**, n. 8, 6 de julho de 1822.

¹²⁰¹ **O Papagaio**, n. 8, 6 de julho de 1822.

¹²⁰² **O Papagaio**, n. 9, 13 de julho de 1822.

axioma é quem autoriza a nossa independência: tudo isto é verdade, mas nunca foi, nem é este o voto de Portugal¹²⁰³.

Nos trechos acima, vemos a disposição do redator em integrar a autonomia política do Brasil como um dos aspectos de todo o movimento em curso no continente americano. Ao evocar o México como exemplo para os brasileiros, o *Papagaio* afirmava ser a independência da América um caminho natural e irreversível. Dito isto, destacam-se duas questões segundo o redator. Primeiro, da legitimidade da “independência” do Brasil perante o mundo, pois estava em consonância com a nova ordem política do Ocidente. Da mesma forma, declarava que a independência não era uma iniciativa do Brasil, mas reação às ordens das Cortes que buscavam desunir e tiranizar a América portuguesa¹²⁰⁴.

Pensando no Brasil independente (mas não totalmente rompido com Portugal), o periódico refletia sobre as possíveis adversidades a serem enfrentadas. Segundo o *Papagaio*, o tamanho da América dificultava a existência de um único e grande Estado em decorrência dos obstáculos à comunicação e à administração. O mesmo ocorria com o Brasil, mas uma política “prudente e liberal” poderia tornar a dificuldade quase imperceptível. Por isso, considerava importante a Constituinte não imitar o Congresso de Lisboa e desprezar as demandas provinciais. Além disso, levantava a seguinte reflexão:

não negaremos que se as Províncias do Brasil se dividissem e tornassem independentes, se cada uma delas quisessem ter em si uma fonte de graças e justiça, seria isto muito mais cômodo aos seus habitantes do que o recorrerem nas suas pretensões e negócios a outra Província; porém gozariam elas então da mesma segurança, do mesmo respeito, que tem estando unidas de maneira que formem um só corpo no próprio Continente? não o cremos. Animadas de diversos interesses, rivais umas das outras, débeis em si mesmas, elas cairiam inevitavelmente nas mãos do primeiro Conquistador. [...] Não admitindo contradição alguma o que levamos exposto, segue-se que aqueles incômodos a que ficam sujeitos os particulares com a reunião das Províncias, são compensados por maiores bens que sobre eles mesmos vão refluir¹²⁰⁵.

Assim, o *Papagaio* atestava os revesses que teria o governo brasileiro, mas reiterava que desunida a América portuguesa correria riscos muito mais sérios. Por isso, a união do Reino do Brasil devia ser mantida, pois traria mais benefícios do que prejuízos às províncias.

Ainda que comparasse o Brasil com os vizinhos americanos, o periódico informava as diferenças entre eles. Segundo o *Papagaio*, o Brasil havia adotado “uma base de governo

¹²⁰³ **O Papagaio**, n. 10, 20 de julho de 1822.

¹²⁰⁴ **O Papagaio**, n. 10, 20 de julho de 1822.

¹²⁰⁵ **O Papagaio**, n. 11, 27 de julho de 1822.

sólida”, onde existia uma Assembleia Legislativa e um “Príncipe Regente para exercer em toda a plenitude o Poder Executivo”. Com isso, os brasileiros gozariam “os efeitos da sabedoria que preside as deliberações das Repúblicas, juntos ao vigor e energia dos Governos Monárquicos”, sendo este “o sistema que mais lhe convém, e o que adotariam as Repúblicas da América se tivessem logo uma Pessoa Real a quem confiassem o seu Executivo”¹²⁰⁶.

Exemplificando os problemas de um governo republicano, *O Papagaio* mostrava como “Buenos-Aires, Chile, e Colômbia” passavam por dificuldades ao adotar essa forma de governo. Afirmava que nessas republicas é “demorado em tudo quanto delibera” e por serem “muito ricos para que a virtude seja o único estímulo das ações do Cidadão”, em suas constituições predominava o “gérmen de revoluções que mais ou menos cedo hão de arrebentar”¹²⁰⁷.

Por isso, o redator do *Papagaio* pedia cautela no exemplo fornecido por esses países. Apresentava, por isso, o México como o melhor exemplo para o Brasil, por ter “todo o tempo para analisar os defeitos que apareciam nas revoluções das outras Províncias irmãs”, e por isso escolheram uma forma de governo monárquico e que devia ser imitada pelo Brasil¹²⁰⁸.

Também apareceu no jornal uma reflexão acerca das eleições, em que o redator buscava ensinar os leitores a votarem. De acordo com ele, algumas das características dos bons eleitores era não se seduzir pelos discursos e posições sociais, já que Franklin era um simples livreiro e foi o “fundador da imortal Constituição Americana”, enquanto Washington era um “simples Major de Milícias” e “desbaratou as aguerridas Tropas da Metrópole”. O que os eleitores deviam procurar era “Amor ao Brasil, probidade e Energia. Com essas virtudes quaisquer talentos bastam; porém sem elas toda a ciência é nada; ou antes é perniciosa e deve-se temer”¹²⁰⁹.

Diante do início das eleições, *O Papagaio* publicou o seguinte aviso: “Achando-se consolidada a opinião pública sobre os verdadeiros interesses do Brasil e de toda a Família Portuguesa” e “existindo firme e inabalável confiança dos povos no Ministério de Sua Alteza”, bem como “tendo este Augusto Príncipe, nosso Chefe e Amigo, anuído aos desejos dos mesmos Povos”, ao convocar para seu bem e da “Nação inteira” a Constituinte do “Reino do Brasil”, os

¹²⁰⁶ **O Papagaio**, n. 11, 27 de julho de 1822.

¹²⁰⁷ **O Papagaio**, n. 11, 27 de julho de 1822.

¹²⁰⁸ **O Papagaio**, n. 11, 27 de julho de 1822.

¹²⁰⁹ **O Papagaio**, n. 11, 27 de julho de 1822.

“Redatores deste Periódico” que não cessariam de por “outra parte servirem à sua Pátria, julgam deverem por algum tempo suspender os seus trabalhos, que novamente começariam debaixo de outro título, quando se achar reunida a Assembleia Geral e Legislativa desse reino”. No fim da nota de aviso, apontava periódicos, como o *Regulador Brasílico-Luso* e o *Reverbero*, como jornais com “talentos, vasta erudição, e patriotismo”, os quais o público devia ler para não sentir “falta das nossas acanhadas vozes”¹²¹⁰.

Coetâneo ao *Papagaio*, circulava o antes citado *O Macaco Brasileiro*. Da mesma forma que seu contemporâneo, engradecia a Constituinte, afirmando que o dia de sua convocação representava o “maior Dia, para o Brasil, e deve ser Magno Aniversário; é o dia Natalício da sua Regeneração Política”. A partir da convocação, segundo o periódico, o “nosso Reino do Brasil” era “livre, e independente”¹²¹¹.

A “independência” havia sido causada, nos dizeres do *Macaco*, pelas Cortes que abusaram da virtude do “Rei Patriota” D. João VI, e condenaram o “Brasil logo ao seu Despotismo”. Vendo o sofrimento da América portuguesa, o príncipe Pedro teria se transformado em “Brasileiro”, tornando-se seu “Defensor” ao vingar o Brasil das “afrontosas ousadias de Tropas Auxiliadoras” e “cautelosas medidas de outras Provisórias, que evacuaram o País da Liberdade Constitucional”¹²¹².

Consoante *O Macaco*, o Brasil não queria a independência, mas foi assim forçado pelos portugueses. Aliás, os redatores afirmavam que quando os brasileiros elegeram seus deputados, queriam ser representados em tom de igualdade nas Cortes, o que não estava acontecendo. Afirmando que o Congresso lisboeta tentava dividir o Brasil ao retirarem-lhe o centro de poder, os redatores declararam que os brasileiros se uniram para defender o jovem príncipe que se manifestava como adido da causa e ganhava a cada dia sua confiança, transformando-se em um “herói” que merecia o “título de nosso Defensor Perpétuo”¹²¹³.

O príncipe, segundo o *Macaco*, era “defensor da causa do Brasil”. A suposta dedicação de Pedro constaria na proclamação aos procuradores: “Advoguem a Causa do Brasil da forma a pouco jurada, ainda que contra Mim seja (o que espero que nunca acontecerá) porque Eu pela

¹²¹⁰ *O Papagaio*, n. 12, 8 de agosto de 1822.

¹²¹¹ *O Macaco Brasileiro*, n. 2.

¹²¹² *O Macaco Brasileiro*, n. 2.

¹²¹³ *O Macaco Brasileiro*, n. 3.

minha Nação estou pronto até a sacrificar a própria vida, que a par da Salvação da nossa Pátria é nada”.

Por isso, o periódico afirmava à “Grande, e rica Família Brasileira” que estava chegando o dia de serem “o que a Natureza demonstra: um Império”. Quando a Constituinte se reunisse, o Brasil, que era um “Filho”, tornar-se-ia um “Estado” e se separaria do “Pátrio lar”. Os brasileiros iriam “entrar no grande Pacto Social Brasiliense”, isto é, cuidar da segurança individual, da liberdade e da propriedade detida à “Família, e do vastíssimo, e riquíssimo Império do Brasil”¹²¹⁴.

Assim como o Brasil não devia esperar leis de Portugal, para *O Macaco* também não podia depender daquele país para a formação de “letrados”, o que tornava necessária a construção de uma universidade¹²¹⁵. Na opinião dos redatores, para a concretização da “independência”, cabia ao “Defensor Perpétuo lançar os alicerces à Universidade Brasileira”, pois o príncipe, que tinha ao seu lado “mais hábil ministro”, desfrutava no Brasil de um “limpo campo” que devia ser trabalhado e aperfeiçoado¹²¹⁶.

Diante do entusiasmo com as mudanças políticas, *O Macaco* defendeu a necessidade de se conservar a independência e a separação dos poderes. Afirmava que os poderes legislativo e executivo haviam ficado unidos debaixo da autoridade de uma mesma pessoa por anos, o que era caracterizado pelo jornal como “despotismo”. Além disso, pugnou pela responsabilização dos ministros para a “felicidade do Estado”, pois a “santidade” e a “inviolabilidade” se restringiam ao rei. Para o periódico, um governo equilibrado que respeitasse a independência de cada poder conteria as vantagens de cada um deles. Na pluralidade da Assembleia o melhor lugar para se achar a madureza e a melhoria da deliberação; na unidade e na singularidade do executivo, a prontidão da execução¹²¹⁷.

A leitura d’*O Macaco*, jornal com menos edições, mas igualmente combativo e opinativo que o *Papagaio*, mostram como a partir da segunda metade de 1822 a cena pública fluminense estava agitada. A dinâmica política aquecia o debate e abria espaço para que indivíduos iniciassem a publicação de jornais com projetos diferentes e ocupassem os espaços públicos à sua maneira. No caso do *Macaco*, vemos nesse jornal efêmero que em torno de

¹²¹⁴ *O Macaco Brasileiro*, n. 4.

¹²¹⁵ *O Macaco Brasileiro*, n. 7.

¹²¹⁶ *O Macaco Brasileiro*, n. 7.

¹²¹⁷ *O Macaco Brasileiro*, n. 7.

discussões como separação de poderes, instalação da Constituinte e de uma universidade no Brasil, sentimentos como a “felicidade do Estado” e o patriotismo (como o príncipe que se dizia disposto a sacrificar tudo em defesa da “nossa Pátria”) ocupavam um importante espaço na argumentação do jornal.

Quase um ano após o fim do *Macaco* e do *Papagaio*, em um contexto no qual o Brasil já havia rompido com Portugal e iniciava as discussões na Constituinte, surgiu o *Mosquito Brasileiro*. Desse periódico conseguimos localizar duas edições, a primeira do dia 21 de junho de 1823 e a última, do dia 1^a de julho do mesmo ano. Já em sua epígrafe vemos seu aspecto bem-humorado e irônico:

Chupo o sangue deleitoso
Com brandura e sutileza;
Sou para voar ruidoso,
E ainda que sanguinoso
Não estrago a natureza¹²¹⁸.

Segundo o redator, seu projeto “tende a imitar esse inseto em suas conhecidas qualidades”¹²¹⁹. O periodista iniciou o primeiro número do jornal louvando a liberdade de imprensa e a importância dos impressos na instrução da população, além de pedir união e ordem aos brasileiros, pois o “inimigo interno e externo da causa aproveitou esta crise”¹²²⁰.

O *Mosquito* preocupava-se com os inimigos externos, no caso os portugueses, mas também os internos, nomeados como os “Mínimos sulcadores do ar; temíveis voláteis, Besouros Abespões, Marimbondos, Gafanhotos, e Baratas”, em referência a personagens políticos do Norte do Brasil¹²²¹. A menção aludia aos conflitos militares que ocorriam na Bahia e no Maranhão, bem como às críticas feitas pelos pernambucanos a algumas ordens do Rio de Janeiro.

O *Mosquito* exortava os leitores dizendo que a “Pátria, esta formosa Deidade que amamos todos quase por instinto”, que “engendra a chama inextinguível do heroico entusiasmo”, requer mais que nunca “a firmeza de nossas operações” para a formação da “sólida construção de suas eternas pirâmides”. Declarava que o Brasil estava ameaçado por desunião e os “Antagonistas da nossa Independência, supondo-nos divididos, alimentariam mais, e mais

¹²¹⁸ **O Mosquito Brasileiro**, n. 1, 21 de junho de 1823.

¹²¹⁹ **O Mosquito Brasileiro**, n. 1, 21 de junho de 1823.

¹²²⁰ **O Mosquito Brasileiro**, n. 1, 21 de junho de 1823.

¹²²¹ Falava do periódico *Abelha*, redigido na Bahia, “Gafanhotos” remontava ao apelido criado pelo *Conciliador do Maranhão* aos governantes do Rio de Janeiro, remetia ao periódico pernambucano *Maribondo* e ao ex-deputado e redator do *Sentinela da Liberdade*, Cipriano Barata.

essa orgulhosa esperança de afirmar novamente a depravada e antiga dominação”. Por isso, comunicava que o “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil não tem partido, senão reúne o voto, o respeito, e a opinião de todos os leais Brasileiros”¹²²².

Ainda que não tivessem sido muito duradouros, os três jornais aqui analisados, cada um à sua forma, foram capazes de se inserir no debate político a partir de retórica particular baseada na ironia, no sarcasmo e no chiste. Mais curto, o *Mosquito* em 1823 preocupava-se com a consolidação do Império do Brasil ameaçada, segundo o redator, pela guerra com as tropas portuguesas e por indivíduos que pregavam a desunião dos brasileiros.

Já o *Papagaio* e o *Macaco*, que duraram mais de um mês, permitem-nos entender melhor os projetos políticos dos redatores. O primeiro posicionou-se a favor das eleições indiretas ao lado de periódicos como o *Espelho* e o *Regulador*, além de aludir ao exemplo mexicano para a independência do Brasil. Em contrapartida, o *Macaco* fez coro ao *Correio do Rio de Janeiro*, principalmente ao defender a responsabilização dos ministros, pauta que muito incomodava José Bonifácio.

Em suas diferenças, ambos também tinham afinidades. Além da defesa e da valorização da Constituinte, tratavam-na como a evidência de que o Brasil se tornava independente por culpa das atitudes das Cortes. Todavia, enquanto o *Papagaio* deixava claro que a independência se fazia dentro da “Família Portuguesa”, o *Macaco* especulava se era uma independência dentro das dinâmicas política e administrativa da nação portuguesa ou uma ruptura completa com a antiga metrópole.

Quanto à linguagem desses jornais, percebe-se características muito semelhantes aos jornais analisados no *Iramuteq*. Vimos que *O Papagaio* destacava o “Amor ao Brasil” e o patriotismo de redatores que, assim como ele, lutavam pelo que considerava a “causa” da pátria. Já *O Macaco*, justificava suas ideias e propostas a partir de expressões como “felicidade do Estado” e destacava o patriotismo do príncipe, que dizia sacrificar tudo pelo bem da “nossa Pátria”. Publicado um ano depois, *O Mosquito* mostrava o contexto de guerra e afirmação do novo Estado, e, para mobilizar o público na luta contra aqueles que considerava os inimigos do Brasil, dizia que a “pátria” tinha um papel estimulante sobre os brasileiros.

¹²²² *O Mosquito Brasileiro*, n. 2, 01 de julho de 1823.

4.1.2.2. União ou independência? O dilema político dos jornais da segunda metade de 1822

Junto aos jornais com nomes de animais, circularam pelo Rio de Janeiro outros mais duradouros que discutiram com mais detalhes questões políticas. Seus redatores, com destaque a João Soares Lisboa e José da Silva Lisboa, se envolveram pessoalmente nas eleições de deputados para a Constituinte e, por isso, nas suas páginas é perceptível o adensamento dos conflitos e a polarização do debate que se estendeu até pelo menos novembro de 1822.

Parte desses periódicos foram analisados no *Iramuteq*¹²²³. Os resultados dos testes e a leitura dessas fontes nos ajudam a compreender suas propostas e relações, informações que elucidam sobre o contexto em que circulavam e os projetos que foram veiculados na imprensa.

Ao lermos esses jornais, vemos que existiam clivagens políticas, mas, ainda assim, algumas pautas os uniam, como é o caso da convocação da Constituinte. Percebe-se uma harmonia geral desses papéis em defendê-la após sua convocação.

Começamos pel’*O Espelho*, jornal que inicialmente não defendia abertamente a Constituinte, mas que a partir da convocação pelo príncipe, passou a legitimá-la. Nesse sentido, foi publicada uma proclamação de Pedro aos “Brasileiros, e Amigos”, na qual afirmava estar a “Nossa Pátria ameaçada por facções” que “preparam-se ao longe ferros para serem suas mãos agrilhoadas”, tornando necessária a Assembleia para se fazer uma constituição específica para o Brasil¹²²⁴.

O *Reverbero* também publicou trechos que visavam legitimar a Constituinte. Segundo ele, a “formidável paralisia em que jaz o Brasil pela falta de um sistema de Legislação adequada às suas circunstâncias, exige a mais pronta organização desta Respeitável Assembleia”. Contrários a ela estavam os “divergentes do interesse da nossa causa”, acusados de “facciosos, que deveriam ser marcados com a infame nota da escravidão”. Esses “facciosos” que ameaçavam o Brasil com a escravidão eram as Cortes de Lisboa, enquanto o “PRÍNCIPE verdadeiramente Liberal”¹²²⁵ era considerado o herói da causa do Brasil¹²²⁶.

O jornal afirmava que o desenvolvimento das propostas, dos debates e dos decretos nas Cortes mostrava que ela desejava a “recolonização” do Brasil. O jornal dizia que “esta infernal

¹²²³ Mais especificamente o *Correio do Rio de Janeiro*, *O Espelho* e o *Reverbero Constitucional Fluminense*.

¹²²⁴ *O Espelho*, n. 59, 11 de junho de 1822.

¹²²⁵ A palavra em caixa alta é original da fonte.

¹²²⁶ *Reverbero*, n. 3, tomo 2, 10 de junho de 1822.

ideia agradava ao Comércio dos nossos irmãos da Europa, e a certas Pessoas do Povo, que ainda consideram o Brasil como seu exclusivo Patrimônio”¹²²⁷. Assim, o *Reverbero* clamava aos “Brasileiros” para observarem os

tantos fatos que a História do Congresso de Lisboa nos apresenta, e conheceréis, que nenhum bem nos resulta das suas determinações e Decretos, antes males gravíssimos, porque o Brasil ia sendo recolhido aos ferros do antigo sistema Colonial. Brasileiros, reunamo-nos; um Povo que não quer ser escravo, jamais o será; um Príncipe que adora o Liberalismo, promove a nossa grandeza, acautela os nossos males, e quer reunidas as vontades de todos os Brasileiros, por meio dos seus Deputados em uma próxima Assembleia Constituinte e legislativa. É tempo de remendarmos os erros do Congresso de Lisboa. aproveitemos o bem, que reconhecemos útil e lançando os fundamentos para uma justa e honrosa União com os Reinos de Portugal e Algarves, façamos ver ao Mundo, que o Brasil sabe ser Liberal, porque o Liberalismo não se compadece com os ferros de uma indigna recolonização¹²²⁸.

Dizia o *Reverbero* que o que os brasileiros desejavam era “consideração de igualdade”, pois “a união só pode ser procurada pelo consentimento recíproco, e fundada no interesse recíproco”¹²²⁹. Para seus redatores, eram necessárias cinco medidas a fim de conservar “laços de amizade, e de recíprocos interesses” entre brasileiros e portugueses: 1) o príncipe continuar sendo regente do Brasil; 2) cada uma das províncias, com exceção do Rio de Janeiro, ser governada por juntas provisórias ligadas ao governo do Reino do Brasil; 3) às juntas serem subordinadas todas às autoridades provinciais; 4) nenhuma tropa portuguesa vir para o Brasil sem ser convidada pela regência ou pelos governos locais; 5) os decretos das Cortes serem obedecidos somente apenas após autorização do Príncipe e das autoridades regionais¹²³⁰. Observadas essas determinações, o periódico reconhecia possível Brasil e Portugal permanecerem unidos.

Discurso semelhante pode ser observado no *Correio do Rio de Janeiro*. Na primeira edição posterior à convocação da Constituinte, Soares Lisboa publicou o decreto e um editorial engrandecendo o ato. Logo no início, afirmava que “Rompeu-se o véu, desapareceu a mancha efêmera que ofuscava a Luz; o Brasil já não é Colônia, já não é Reino, já não são Províncias do Ultramar; O Brasil é mais que tudo isso; é Nação Livre, Independente”¹²³¹.

Além de reforçar a autoridade da Constituinte, Soares Lisboa deixava explícita em seu discurso outra questão: a continuidade da união. Segundo o periódico, o Brasil “tem direitos inalienáveis para estabelecer o seu Governo, e a sua Independência”. Uma vez que as “Leis, as

¹²²⁷ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹²²⁸ *Reverbero*, n. 6, tomo 2, 02 de julho de 1822.

¹²²⁹ *Reverbero*, n. 15, tomo 2, 03 de setembro de 1822.

¹²³⁰ *Reverbero*, n. 15, tomo 2, 03 de setembro de 1822.

¹²³¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 47, 05 de maio de 1822.

Constituições, todas as instituições humanas são feitas para os Povos, e não os Povos para elas”, devia-se compreender que as leis feitas nas Cortes de Lisboa podiam fazer a “felicidade da Europa, mas não a da América”. Dizia que, ao proclamar sua Constituinte, o Brasil não queria “atentar contra os direitos de Portugal” nem fomentar a ruptura. O Brasil desejava continuar tendo o mesmo rei, mas não os mesmos deputados das Cortes. Assim, queria a “Independência, mas firmada sobre a União bem entendida com Portugal: quer enfim apresentar duas grandes Famílias, regidas pelas suas Leis, presas pelos seus interesses, obedientes ao mesmo Chefe”¹²³².

A preocupação em explicar que a Constituinte não representava a ruptura com Portugal era constante no jornal. O *Correio* tentava demonstrar que todos eram “portugueses” e que a “rivalidade que agora se quer inculcar entre Brasileiro, e Europeu” poderia ser ruim, caso produzisse antagonismo excessivo e agressões entre ambos. Por isso, defendia ser injusto que os “Brasileiros” e os “Europeus” se odiassem, visto que muitos europeus vinham para o Brasil “buscar (como nós) o que os pátrios Lares lhe negavam: melhora de fortuna”¹²³³.

Infelizmente, continuava o periódico, existiam “Europeus” que defendiam que “Portugal deve dominar; porque é a Mãe Pátria”. Mas isso era uma ilusão, porque eles haviam se mudado para o Brasil buscando novas oportunidades e por isso, caso Portugal dominasse a América, eles também seriam dominados¹²³⁴.

Todavia, assim como existiam maus “Europeus”, também existiam os maus “Brasileiros”. De acordo com o *Correio* esses se julgavam “superiores aos Europeus”, o que era uma “mania”, uma “demência”,

porque nenhum deles será capaz de querer justificar-se descendente das Tapuias, Tupinambás, Caraíbas, Guaranis, e Botocudos, ou dos Africanos, e se o fizera achar-se-ia de Arco e Aljava, ou Tabaque, e então devia reunir-se a seus iguais; mas querer justificar-se branco (ainda que metade seja) e pretender superioridade a seus progenitores é delírio, é estultícia¹²³⁵.

Por isso se dizia defensor da existência da união e da igualdade. O Brasil integrava a família “Luso-Brasileira”, ainda que seus habitantes fossem formados por uma “matriz das cores produzidas por enxertos”, sendo todos “Cidadãos Livres, todos iguais” que deviam ser “animados pelos mesmos sentimentos = não dominar, nem ser dominado”¹²³⁶.

¹²³² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 48, 07 de junho de 1822.

¹²³³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 49, 08 de junho de 1822.

¹²³⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 49, 08 de junho de 1822.

¹²³⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 49, 08 de junho de 1822.

¹²³⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 49, 08 de junho de 1822.

A defesa da união também pode ser vista no periódico *Regulador Brasílico-Luso*. Não bastasse o próprio nome, que reforçava a identidade compartilhada entre portugueses de ambos os lados do Atlântico, em julho de 1822, o redator respaldou a união com Portugal considerando que a “perspectiva d'esta União será um dos mais belos espetáculos, que nós poderemos apresentar à Europa”, união essa pautada na autonomia do Reino do Brasil debaixo da nação portuguesa¹²³⁷.

Da mesma forma, o *Constitucional*¹²³⁸, outro periódico que circulou naquele momento, corroborava a união da monarquia bragantina. Dizia que, mesmo que as atitudes das Cortes causassem insatisfação, o que o Brasil pretendia com sua Constituinte era mostrar ao “mundo que sabe apreciar as vantagens que lhe resultam da Confederação de Portugal formando com ele um todo político”, mas que não queria essas vantagens à troca de submissão às Cortes, pois isso lhe retiraria a “Categoria de Reino, que tanto preza”. Reforçava que o Brasil não “pretende, nem quer romper o vínculo de união com Portugal, mas também não quer ver roto, e dilacerado o vínculo de união de suas próprias Províncias”¹²³⁹.

Considerando o Brasil um Reino, defendia ser necessário um centro de poder executivo, que seria o Príncipe Regente. Sua permanência e autoridade eram importantes porque os “Habitantes do Brasil [...] parecem identificar os destinos deste Reino com os do seu Augusto Regente; assim como os habitantes de Portugal [...] identificaram os seus com os do Sr. D. João”. Diante disso, os “Brasilienses”, a fim de se manterem unidos a Portugal, buscaram “sem a menor quebra de sua categoria”, reunir-se para propor “reformas, e modificações” à Constituição feita em Portugal “que a tornassem aplicável ao Brasil”, mas que também fizessem adições necessárias, convocando, por isso, a Constituinte¹²⁴⁰.

Desta feita, a defesa da Constituinte era um ponto de convergência entre os periódicos fluminenses a partir de junho de 1822. Até aqueles mais arredios quanto ao seu estabelecimento, como o *Espelho*, mudaram de opinião a partir da convocação feita pelo príncipe, tornando-a um dos pontos a serem defendidos pelos jornais autonomistas.

¹²³⁷ *O Regulador Brasílico-Luso*, n. 1, 29 de julho de 1822.

¹²³⁸ Escrito por José Joaquim da Rocha e Belchior Pinheiro de Oliveira. Era publicado na Tipografia do Diário, sendo que cada edição custava 80 réis e a subscrição semestral 6000 réis. Abordaremos esse jornal com mais detalhes nos próximos tópicos.

¹²³⁹ *O Constitucional*, n. 3.

¹²⁴⁰ *O Constitucional*, n. 3.

Ademais, os discursos veiculados por esses jornais deixa claro que a Assembleia brasileira não representava o rompimento dos laços com Portugal. Na verdade, ela era um recurso para manter a união. Acreditavam que o Brasil devia ser autônomo e independente em questões políticas, administrativas e jurídicas, mas não totalmente separado da nação portuguesa.

Se a Constituinte não representava o rompimento total dos laços com Portugal, novas notícias que chegaram no início de setembro modificaram esse cenário. Junto a elas, o discurso da independência foi radicalizado culminando na difusão do mote “Independência ou Morte”, a pregação pela ruptura completa com a antiga metrópole e o aviso de que, a partir daquele momento, as relações entre Brasil e Portugal eram hostis.

No início de setembro, navios que vinham do outro lado do Atlântico trouxeram os debates que ocorreram nas Cortes sobre um projeto de reorganização comercial e econômica do Reino Unido. Segundo Jorge Miguel Pedreira, a influência de setores mercantis portugueses havia motivado uma proposta na qual se estabeleciam legislações que privilegiavam o reforço da dinâmica de comércio interno do Reino Unido em detrimento de um mercado aberto com outros países. Por isso, uma série de medidas que visavam o fortalecimento das relações entre Brasil e Portugal, bem como o revigoramento da marinha comercial portuguesa, foram discutidas nas Cortes e causou forte insatisfação de alguns representantes americanos¹²⁴¹.

Visando diminuir esse desagrado, se formou uma comissão para tentar conciliar os interesses. Todavia, as medidas propostas pela comissão não agradaram influentes políticos e comerciantes portugueses, o que somado à rivalidade crescente entre deputados do Brasil e de Portugal, suscitou um debate que colocou em posições distintas alguns deputados brasileiros e portugueses, o que, segundo Pedreira, deixou descoberta a possibilidade iminente de separação do Reino Unido¹²⁴².

Em maioria, os portugueses europeus conseguiram aprovar as propostas, e quando ela chegou ao Brasil, acompanhada dos debates que aconteceram nas Cortes que mostravam a impotência dos deputados brasileiros nas votações, causou a ira dos autonomistas. A

¹²⁴¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.88.

¹²⁴² Ibid., p.90.

consequência do descontentamento e da decepção com as Cortes foi o rompimento com Portugal e o famigerado grito de “Independência ou Morte”.

Nesse momento, os jornais do Rio de Janeiro mais uma vez uniram-se em torno de uma mesma causa. Por um pequeno espaço de tempo, entre o fim de setembro e o início de outubro, houve uma trégua em seus conflitos causada pela difusão da expressão “Independência ou Morte” e pela aclamação de Pedro no Rio de Janeiro e em outras localidades.

A profusão desse mote causou a modificação no discurso de manutenção da unidade da monarquia bragantina que, até então, era majoritária. Nos textos, percebe-se o deslocamento da defesa da autonomia e da independência dentro do Reino Unido para uma argumentação que considerava rompidos os laços entre Brasil e Portugal, escancarando o estado de guerra entre ambos os países.

Antes de setembro, o *Espelho* já afirmava que o Brasil era autônomo de Portugal em questões políticas e administrativas, mas reiterava que isso não significava o rompimento completo com a antiga metrópole. Era uma independência dentro da nação portuguesa, o que fazia do Reino um espaço autônomo e soberano diante das Cortes. Esse cenário se modificou na edição do dia 20 de setembro, que teve como primeira frase: “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”¹²⁴³, que segundo o jornal era “o grito acorde de todos os Brasileiros”¹²⁴⁴.

Todo o texto foi marcado por um forte louvor ao príncipe e discursos patrióticos. Ele também revelou os motivos que levaram os brasileiros a proclamar sua independência, agora definida como uma ruptura total com Portugal. Como ocorreu no *Macaco* e no *Papagaio* analisados anteriormente, a culpa era das Cortes, que queriam

Arrancar do seio do Brasil o seu estimado, o seu adorado Regente; colocar em todos os pontos a força armada sob um Pretor independente, e feroz, capaz de atropelar os direitos mais sagrados; e de ensurdecer o brado da Natureza; criar fantasmas de Governo sem força, e sem recursos, sempre a braços com pretensões exageradas e iníquas, semear a discórdia, empregando só Europeus não já nos cargos comuns à Nação, mas nos particulares do País, sendo única exceção alguma que, renegando os sentimentos de Brasileiro, fosse verdugo de seus próprios irmãos; tudo isto assoalhava a mais descarada ambição, o horrível intento de recolonizar o Brasil¹²⁴⁵.

Causada como uma reação às atitudes do Congresso lisboeta, a independência teve à sua frente

¹²⁴³ As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

¹²⁴⁴ *O Espelho*, n. 88, 20 de setembro de 1822.

¹²⁴⁵ *O Espelho*, n. 88, 20 de setembro de 1822.

o Perpétuo Defensor do Brasil conheceu que eram justos os clamores do Povo fiel, que preferia um inimigo declarado a um amigo traidor; que a excessiva paciência inculcava fraqueza, que era tempo de desenvolver os recursos, que o patriotismo oferece contra a escravidão: pôs-se a frente do Brasil, que o adora, e um grito universal proclamou - INDEPENDÊNCIA OU MORTE!¹²⁴⁶

Logo após o editorial, viria a notícia de que Pernambuco havia se unido ao Brasil na causa da “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”¹²⁴⁷. Da mesma forma, dizia que outras províncias, como o Pará e o Maranhão, logo se uniriam, e a Bahia seria liberta da escravidão imputada pelos portugueses¹²⁴⁸.

Ainda no *Espelho*, o correspondente *Fluminense* mostrou, a partir do que ocorreu nas Cortes, que a ruptura foi a última alternativa. A carta afirmava que os representantes dos brasileiros não eram ouvidos, mas insultados por seus “Colegas Europeus” e até mesmo pela “gentalha das Galerias”. Alegava também que os “Deputados do Brasil esforçaram-se para conservar a união dos dois hemisférios”, e que apenas “depois de esgotados todos os recursos, e conhecida a pertinência dos Luso-espanhóis foi que o Brasil lançou mão de seus direitos”, fixando suas “esperanças no seu Ídolo, a quem oferece um Império”¹²⁴⁹.

O mesmo teria ocorrido no *Regulador Brasílico-Luso*. Na edição de 18 de setembro de 1822, o periódico afirmou que o

Brasil tocou a meta, em que devia fazer crise, e passar a outro estado inteiramente diverso d’aquela, em que esteve por espaço de séculos: toda a Nação se mostra em agitação, e ainda nas últimas classes do povo se conhece o entusiasmo pelo sentimento de sua liberdade política¹²⁵⁰.

Assim, o jornal questionava: com “que força se poderá obrigar esta Nação a tornar a receber seus antigos ferros coloniais”? Desse momento em diante o Brasil transformava-se, segundo sua narrativa, em nação que queria ser “inconquistável, livre, independente e reconhecido como uma nação digna de respeito, por todas as Potências”¹²⁵¹. Uma consequência do novo momento foi a mudança do nome do impresso. A partir da 11ª edição de 02 de outubro, passou a se chamar *Regulador Brasileiro*¹²⁵².

¹²⁴⁶ As letras em caixa alta são originais do próprio documento. **O Espelho**, n. 88, 20 de setembro de 1822.

¹²⁴⁷ As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

¹²⁴⁸ **O Espelho**, n. 88, 20 de setembro de 1822.

¹²⁴⁹ **O Espelho**, n. 91, 01 de outubro de 1822.

¹²⁵⁰ **O Regulador Brasílico-Luso**, n. 9, 18 de setembro de 1822.

¹²⁵¹ **O Regulador Brasílico-Luso**, n. 9, 18 de setembro de 1822.

¹²⁵² **O Regulador Brasílico**, n. 11, 02 de outubro de 1822.

No fim de setembro, foi publicado no periódico um editorial intitulado “A Independência, e o Imortal PEDRO, ou a morte”¹²⁵³, com a epígrafe “Rompamos os seus laços, e sacudamos de nós o seu jugo”, retirada de Salmos 2:3. Nessa matéria, o *Regulador* descreveu a trajetória de opressão da qual o Brasil sofria e deu protagonismo a Pedro na proclamação que, segundo os redatores, devia ser o “grito geral – Independência, ou a morte”, causado pela “grosseira e traidora política dos facciosos, que predominam mais no Congresso de Lisboa”¹²⁵⁴. Nota-se um realce, junto ao tradicional mote “Independência ou Morte”, ao “Imortal PEDRO”, que destacava a necessidade de união em torno do então príncipe, citado em letras maiúsculas.

No *Regulador*, na edição do dia 25 de setembro, foi publicado um texto intitulado “O Brasil estará em circunstâncias de temer as ameaças que lhe fazem os seus inimigos do Congresso?”. O editorial era uma descrição da situação de Portugal, considerado uma das “Potências de terceira ordem”. Segundo os redatores, até a independência o Brasil era “o penhor de todas as alianças” que as nações faziam com Portugal, mas, sem ele, a antiga metrópole nada seria. Por isso, tentava tranquilizar os brasileiros afirmando que

Nenhuma Nação dá um passo tão heroico sem a presença dos seus meios de defesa, e estes são tão grandes no Brasil, que o obrigaram a sair de todas as linhas de consideração, em que se contivera até o dia 3 de junho, dia sempre glorioso, porque nos deu uma Representação Legislativa, uma Assembleia Brasileira, único penhor de nossa segurança, de nossa glória, e de nossa futura prosperidade¹²⁵⁵.

Diante da possibilidade de confrontos militares para se alcançar a independência, o periódico passou a convocar os brasileiros para se unirem à guerra e citou características de diferentes províncias para seus habitantes. Disse que os “Paulistas são tigres”, os “Mineiros são destemidos”, os “Pernambucanos são indomáveis, e ainda se jactam de pisarem sobre os ossos dos companheiros de Nassau”, enquanto os “Baianos olham com desprezo para as baionetas apinhoadas contra a sua vida”. Por isso, questionava: “quem poderá [ir] contra agora que proclamaram sua Independência?”¹²⁵⁶.

Segundo o *Regulador*, os estrangeiros veriam como justa a causa do Brasil. Eles reconheceriam a “nulidade, em que estão nossos mais ilustres e beneméritos Representantes” e

¹²⁵³ As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

¹²⁵⁴ *O Regulador Brasílico-Luso*, n. 10, 25 de setembro de 1822.

¹²⁵⁵ *O Regulador Brasílico-Luso*, n. 10, 25 de setembro de 1822.

¹²⁵⁶ *O Regulador Brasílico-Luso*, n. 10, 25 de setembro de 1822.

os próprios jornalistas europeus se perguntavam: “por que se não declaram os Brasileiros Independentes, que esperam ainda?”¹²⁵⁷.

Também se percebe esse discurso no *Reverbero*. Diante das decisões que vinham das Cortes, o jornal afirmava que

nenhum Brasileiro disse: eu não quero Constituição: nenhum exclamou também: separemo-nos da Mãe Pátria; mas o capricho de alguns Deputados nas Cortes de Lisboa tem-nos grandemente aproximado de um termo, em que os Brasileiros todos gritaremos unânimes; temos Pátria, temos Constituição, temos Rei, e bastante denodo para defendermos a nossa Liberdade, para conservarmos as nossas Leis, e a nossa Política gloriosa Representação Nacional¹²⁵⁸.

Frente a tal cenário, o periódico clamava aos “Brasileiros generosos”, afirmando que a “sorte está lançada”. Dizia que “somos injustamente provocados a uma luta, em que os que se chamavam Irmãos só queriam proceder como Senhores”. Por isso, o jornal pediu para que os brasileiros lançassem suas “vistas e os nossos corações para a nossa Assembleia Brasília”. Tal clamor seria completado pelo seguinte questionamento que colocava lado a lado o Brasil com os países recém-independentes da América: acaso “os Brasileiros são menos homens do que todos os seus Irmãos Americanos?”¹²⁵⁹.

A partir da edição do dia 17 de setembro, o *Reverbero* começou a publicar o livro de Joaquim Infante, que constava com o título “Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da América”. Uma nota redigida pelos autores deixou claro sua intenção com o texto, pois dizia que “Todas as razões que se dão sobre a Independência da América são aplicáveis, quer ao Meio-Dia, quer ao Norte dela: assim o que se diz nas tribunas de Madrid, Londres, ou Washington sobre a liberdade é aplicável a todo o Mundo”¹²⁶⁰.

Os extratos da obra de Infante dividem espaço com as notas feitas pelos redatores do *Reverbero* que reforçavam a semelhança dos movimentos de “emancipação” que aconteciam na América com o Brasil. As palavras e os argumentos expostos nesses espaços são aqueles analisados na Classe 5 do Gráfico 31.

Nesses trechos vemos como o contato com a realidade dos países vizinhos propiciado pelos textos de Infante colaborou com a introdução de uma linguagem política com

¹²⁵⁷ **O Regulador Brasílico-Luso**, n. 10, 25 de setembro de 1822.

¹²⁵⁸ **Reverbero**, n. 15, tomo 2, 03 de setembro de 1822.

¹²⁵⁹ **Reverbero**, n. 16, tomo 2, 10 de setembro de 1822.

¹²⁶⁰ **Reverbero**, n. 17, tomo 2, 17 de setembro de 1822.

fundamentos revolucionários e a valorização da experiência hispano-americana no contexto de independência. Como mostrou João Paulo Pimenta, mais do que meramente comentar e comparar o que ocorria no Brasil e em seus vizinhos, o *Reverbero* reforçou uma leitura que forneceu aos brasileiros exemplos de independências a serem seguidos, replicados ou alterados¹²⁶¹.

Assim como os outros jornais, o *Reverbero* acusava que a independência havia sido causada pelas ações das Cortes que trataram os brasileiros com “injustiça”¹²⁶². Também semelhante aos outros jornais do Rio de Janeiro, no fim de setembro começou a circular em suas folhas a expressão “Independência ou morte”. Em nota aos extratos de Infante, os redatores diziam que “Independência ou Morte - tem soado felizmente do Norte ao Sul da América, - Independência ou morte - é também o grito das Províncias coligadas do Brasil, respondendo à declaração e rompimento de guerra que de Portugal se nos faz, e já sofremos na Bahia”¹²⁶³.

Na mesma edição, o impresso publicou um trecho direcionado às “Nações do Mundo”, dizendo que “o Brasil era um Reino dependente do de Portugal, e que hoje é um Império, que fecha o círculo dos Povos livres da América; era Colônia dos Portugueses e hoje é Nação”¹²⁶⁴. Na edição posterior, em nova nota, o periódico repetiu o mote, convocando os “Brasileiros” à “INDEPENDÊNCIA, OU MORTE”, e completava: “vos ajuntaremos mais alguma Causa, que por modéstia não devia dizer o Herói que fez deste grito o sinal da reunião Brasílica, isto é, ‘PEDRO, INDEPENDÊNCIA, OU MORTE’”¹²⁶⁵.

A partir desse dia, e exposta a guerra com Portugal, foi iniciado nas páginas do *Reverbero* um plano de subscrição para a construção de navios de guerra criado por Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho e Joaquim Gonçalves Ledo. Ainda sem enviar o projeto à aprovação do príncipe, o plano dizia tentar “excitar o entusiasmo, e o patriotismo de Povos, que tanto amam a V.A.R.”¹²⁶⁶.

Algumas edições depois, o periódico publicou que, assim como ocorreu com as colônias espanholas, também “entre o Brasil e o Portugal está feita a separação”, e nada a poderia

¹²⁶¹ A publicação do texto no *Reverbero* foi analisada no capítulo 5 da obra: PIMENTA, 2017.

¹²⁶² *Reverbero*, n. 17, tomo 2, 17 de setembro de 1822.

¹²⁶³ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹²⁶⁴ *Reverbero*, n. 18, tomo 2, 24 de setembro de 1822.

¹²⁶⁵ *Reverbero*, n. 19, tomo 2, 01 de outubro de 1822.

¹²⁶⁶ *Reverbero*, n. 19, tomo 2, 01 de outubro de 1822.

retroceder, graças à bravura dos brasileiros. Ao falar da possibilidade de Portugal ou de outro país querer conquistar o Brasil, o periódico proclamou:

Brasileiros! Coragem! Encetou-se a carreira, é mister tocar a meta. Se voltarmos o opróbio, o saque, o incêndio, a morte, o estupro de nossas esposas, a violação de nossas filhas, eis o que nos espera: se progredimos, a honra, a glória, eterno nome serão nossa partilha¹²⁶⁷.

As decisões das Cortes também foram tratadas com pessimismo pelo *Correio do Rio de Janeiro*. De forma semelhante ao que havia feito anteriormente quando da discussão das eleições indiretas, questionou quem “deu autoridade aos Representantes do Reino de Portugal para conceder ou denegar no contrato de um novo Pacto Social, por parte do Reino do Brasil?”¹²⁶⁸.

João Soares Lisboa declarou que os deputados das Cortes não eram representantes de toda a nação e que suas decisões cabiam apenas à parte que representavam, não ao Brasil. Diante disso e das ameaças que vinham dessas discussões, chamou o príncipe de “Salvaguarda de nossa Independência Política” e convocou “todos os Portugueses do Brasil, e do Reino Unido” para a defesa da “pátria”. Continuou dizendo que “cada Cidadão é um Soldado na defesa de sua Pátria, da Honra, da Independência, e da Liberdade do Brasil”, e afirmou que, caso se confirmasse a possibilidade de o “Congresso Lisbonense mandar falange[s] conquistadoras”, gritaria a todos “às armas, às armas”¹²⁶⁹.

No periódico foram publicadas correspondências de deputados brasileiros expondo a dificuldade que tinham nas Cortes para fazer suas ideias valerem, bem como a lista de subscrição criada por Nóbrega e Ledo para a construção de uma frota. Em notas feitas às correspondências e à subscrição, não apenas incentivou os brasileiros a colaborarem com o financiamento, como elogiou deputado baiano Cipriano Barata por suas atitudes nas Cortes em oposição aos portugueses dizendo: “Que tal é o bichinho comedor de açúcar e roedor de livros?”¹²⁷⁰.

Diante do que vinha de Portugal, o *Correio* questionou aos “Brasileiros” se esperariam os “irmãos” os tornarem “escravos”¹²⁷¹. Ao mesmo tempo, pediu que os “Portugueses

¹²⁶⁷ *Reverbero*, n. 20, tomo 2, 08 de outubro de 1822.

¹²⁶⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 116, 02 de setembro de 1822.

¹²⁶⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 116, 02 de setembro de 1822.

¹²⁷⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 123, 10 de setembro de 1822.

¹²⁷¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 117, 03 de setembro de 1822.

Brasileiros” não desprezassem “vossos Irmãos da Europa que têm adotado por sua pátria o Brasil”, pois “o lugar do nascimento não dá honra, e probidade”¹²⁷².

Junto à edição do dia 21 de setembro de 1822, viria como extrato um “MOTE IMPROVISADO”¹²⁷³ chamado “Independência, ou morrer”. Escrito por *J.P.F.*, o mote inaugurava no jornal a expressão. Nele se dizia que a “Brasílica Assembleia” tinha como lema o “Independência ou morrer” e no decorrer do jornal foi exposto um discurso no qual a defesa da independência aparecia como a única forma de livrar o Brasil da escravidão e dos “ferros” a que procuravam lhe lançar as Cortes¹²⁷⁴.

Entre os meses de setembro e outubro o *Correio* deu amplo espaço a correspondências que manifestavam um discurso patriótico e belicoso. Essas cartas tentavam mobilizar os leitores em defesa do Brasil diante de uma provável guerra contra Portugal.

O correspondente *Artilheiro* é um exemplo e se dizia preocupado com a defesa do Brasil. Afirmava ser um princípio básico do “estado das nações” que enquanto um Estado se preparava para a guerra, o outro devia fazer o mesmo. Por isso, pedia que comesçassem os preparativos para a construção de navios e recrutamento de soldados para a defesa do país¹²⁷⁵.

Já a correspondência do *Hierpino* rogava pela organização de milícias formadas por cidadãos que deviam estar prontos para “pugnar pelos interesses do País em que se acha estabelecido, ou seja, Pátria real, ou adotiva”. Para legitimar sua ideia, resgatava o exemplo dos Estados Unidos que utilizava essas tropas para defender o país, e questionava: se eles eram bons soldados, “por que o não seremos nós também?”¹²⁷⁶.

O missivista *M. C. de C.*, que se alcunhou *hum Brasileiro amante da Pátria*, também enviou um comunicado aos “brasileiros”. Qualificando esses como “todo o habitante do Brasil que tem abraçado a sua causa”, afirmou que a “nossa Pátria está ameaçada” pelas atitudes das Cortes, que com “legiões” pretendiam “escravizar-nos” e “derramar o sangue Brasileiro”. No decorrer da correspondência, fez uma convocação “Às armas Brasileiros, às Armas”, pedindo que não demorassem a entrar na guerra, pois eles pelejavam “como defensores da nossa Pátria,

¹²⁷² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 116, 02 de setembro de 1822.

¹²⁷³ Os textos em caixa alta são originais do documento.

¹²⁷⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 133, 21 de setembro de 1822.

¹²⁷⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 135, 24 de setembro de 1822.

¹²⁷⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 138, 27 de setembro de 1822.

da nossa liberdade, honra, e vida”, enquanto os inimigos eram “servis instrumentos da vingança, da raiva”¹²⁷⁷.

Além dessas correspondências e do mote, o *Correio* publicou o decreto que alterava o escudo das armas do Brasil¹²⁷⁸. Tal acontecimento é interessante porque revela um dos aspectos do rompimento, já que a alteração nesses símbolos marcava a afirmação da identidade do novo Estado. De acordo com Miguel Metelo Seixas, os novos símbolos, ao mesmo tempo em que tinham alguma continuidade de elementos portugueses, dividiam espaço com elementos “exógenos”, como componentes da imagética iluminista, maçônica, norte-americana e napoleônica¹²⁷⁹. Tal modificação, segundo o autor, seria uma das marcas do rompimento, pois serviu à “difusão da nova realidade política de um Brasil independente”¹²⁸⁰.

Também foi publicado no *Correio* o “Hymno Nacional Brasiliense”¹²⁸¹, no qual se elogiava as ações dos brasileiros. Os versos eram marcados por linguagem patriótica, alusões à necessidade de “morrer pelo Brasil” para ver a “Pátria livre”, críticas ao “Luso ardil”, e repetição constante da frase “Brava Gente Brasileira”. Da mesma forma, o agora Imperador recebia “Viva”, enquanto os futuros deputados da Constituinte eram tratados como “nobres vingadores”. Por fim, o refrão e última estrofe dizia o seguinte

Brava Gente Brasileira
Longe vá temor servil:
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil¹²⁸².

Diante do que mostramos, podemos chegar a algumas conclusões. Existiu um consenso nos periódicos em torno do mote de “Independência ou Morte”. Todos que circulavam naquele momento, independentemente do grupo político ao qual faziam parte, deram ampla publicidade à frase, expondo-a como uma atitude de Pedro e a publicando após a chegada do príncipe ao Rio de Janeiro.

A importância da expressão ou da data em que supostamente teria sido proclamada às margens do rio Ipiranga foi questionada pela historiografia. Coube à Maria de Lourdes Viana

¹²⁷⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 148, 09 de outubro de 1822.

¹²⁷⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 149, 10 de outubro de 1822.

¹²⁷⁹ SEIXAS, Miguel Metelo. A emblemática oitocentista da casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. In: RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da (org.). **A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910):** uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira. Lisboa: D. Quixote, 2018, p. 63.

¹²⁸⁰ *Ibid.*, p. 83.

¹²⁸¹ A letra do hino é de autoria de Evaristo da Veiga.

¹²⁸² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 154, 16 de outubro de 1822.

Lyra uma interessante reflexão de como essa narrativa, supostamente, seria fruto de construção posterior ao período em que teria ocorrido¹²⁸³. Segundo a autora, não foi possível encontrar até o dia 20 de setembro no *Espelho* qualquer indício do suposto “grito” de independência dado por Pedro, permanecendo no periódico um discurso ambíguo acerca da ruptura com o Brasil¹²⁸⁴. Em sua perspectiva, ainda que em meados de setembro algumas mudanças, como a alteração no Escudo Real de Armas e a criação da Bandeira Nacional, possam indicar um caminho em direção à separação¹²⁸⁵, o verdadeiro marco da independência foi o dia 12 de outubro, quando Pedro foi coroado e o antigo Reino do Brasil transformou-se em Império¹²⁸⁶. Ainda, segundo Lyra, a difusão do 7 de setembro como marco da ruptura foi uma criação de José da Silva Lisboa, que, buscando dar destaque à D. Pedro I, construiu o Grito do Ipiranga para atender a um projeto político de reforço da figura do imperante¹²⁸⁷.

A afirmação foi reiterada por Lúcia Neves, para quem o 7 de setembro “não teve significado especial, não sendo sequer noticiado pela imprensa da época”. A autora disse também que apenas “*O Espelho* de 20 de setembro trouxe um artigo em que se exaltava o ‘Independência ou Morte’”, e que, para alguns sujeitos da época, a “independência já estava consumada desde a convocação da Assembleia Constituinte”¹²⁸⁸.

O que os discursos veiculados nos jornais analisados nos mostram vão de encontro a algumas dessas afirmações. Ainda que não tenham ocorrido menções diretas ao “Grito do Ipiranga” ou à data do “7 de setembro”, após o retorno da viagem de Pedro para São Paulo, ocorreu a difusão do mote de “Independência ou Morte”, apontado como uma proclamação do então príncipe. Aliás, não apenas o *Espelho* divulgou e comemorou o “Independência ou morte”, mas todos os outros jornais que circulavam no Rio de Janeiro - e como veremos adiante, também nas outras províncias -, o fizeram.

De acordo com o que era impresso nos jornais, o mote foi um ponto de mudança nas relações entre Brasil e Portugal. Vimos que os periodistas já consideravam o Brasil

¹²⁸³ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memória da independência: marcos e representações. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, 1995, p. 179.

¹²⁸⁴ Ibid.

¹²⁸⁵ Ibid., p. 185.

¹²⁸⁶ Ibid., p. 188.

¹²⁸⁷ Ibid., p. 201.

¹²⁸⁸ NEVES, 2003, p. 369–370.

independente política e administrativamente de Portugal¹²⁸⁹, mas tratavam essa independência como uma situação de autonomia no interior da nação portuguesa.

A difusão do “Independência ou morte” modificou esse cenário e a relação entre Brasil e Portugal passou a ser de guerra¹²⁹⁰. Por óbvio, não foi a propagação desse lema que modificou o cenário político, mas ele foi o ponto distintivo entre um momento e outro. E mais do que um ponto de viragem, o “Independência ou Morte” serviu como um brado direcionado a mobilizar o público para a guerra de independência que se desenvolvia no norte do Brasil, convocando todos os “brasileiros” para servirem em defesa de sua pátria.

Desta feita, os jornais analisados corroboram a opinião de Hendrik Kraay, para quem o 7 de setembro e o “Independência ou Morte” tiveram papel fundamental para marcar o rompimento entre Brasil e Portugal¹²⁹¹. O mote tornou-se um lema que se espalhou por todo o Rio de Janeiro e, posteriormente, pelo Brasil, representando a fissura da nação portuguesa. Em seu seio, traduzia não apenas a alteração nas relações entre ambos os lados do Atlântico, como também carregava um forte teor apelativo, mobilizador e patriótico.

4.1.2.3. Disputas eleitorais: epítetos provocativos e pejorativos

Com as expectativas e preparações para as eleições de deputados da Constituinte no Brasil, o antagonismo entre os grupos políticos do Rio de Janeiro se ampliou devido à concorrência pelos votos. Um exemplo dessa rivalidade pode ser percebido nos textos que buscavam instruir os eleitores em como votar ou mesmo nas descrições do escrutínio, momentos no quais os jornais tentaram guiar e aconselhar os votantes. Ao mesmo tempo em que agiam de maneira pedagógica quanto às eleições, ocorreu o emprego de apelidos pejorativos que tentavam desqualificar os adversários. Parte deles já foram analisados através

¹²⁸⁹ Não apenas parte da historiografia já citada considera a convocação da Constituinte um ato de ruptura e de consolidação da independência, como também contemporâneos, como os jornais estrangeiros, atribuíram à convocação ou ao Fico um ato de rompimento com a antiga metrópole. ALVES, Camilla Farah Ferreira. **Na América, dois impérios**: os encontros entre o Brasil e o México na imprensa periódica (1808-1822). 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 167.; NEVES, Maria Julião Manão Pires. **O Peru lê o Brasil**: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana (1808-1822). 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 123.

¹²⁹⁰ A transformação conceitual do significado de “independência” também foi analisada por Jorge Vinicius Monteiro Vianna. O autor percebeu os mesmos sentidos atribuídos por nós, isto é, primeira independência enquanto autonomia política dentro da nação portuguesa e, posteriormente, enquanto ruptura com Portugal. VIANNA, 2011.

¹²⁹¹ KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro. **Almanack Braziliense**, n. 11, p.52-61, maio 2010.

dos dados do *Iramuteq*, e, nesse momento, vamos entender como eles se relacionam com os debates entre os periódicos e sua importância no contexto político fluminense.

A relação entre os redatores já era hostil antes das eleições, pois o *Correio do Rio de Janeiro* conturbou os espaços públicos ao questionar o método indireto decretado pelo governo. Baseando-se nas assinaturas da *Representação*, em que a maioria delas optou pelo método direto, o redator afirmou que, caso o governo aderisse ao indireto, estaria desobedecendo à “Vontade dos Povos = que foi expressada nas Representação”¹²⁹².

Ao tratar do assunto, Soares Lisboa começou a discutir temas melindrosos que lhe causariam problemas. Considerava o “Governo Monárquico Constitucional”, como o governo em que a “Soberania da Nação se acha Representada, e no livre e efetivo exercício do Poder Legislativo”, na qual o Executivo, representado pelo príncipe, devia guardar e executar as leis. Diante disso, pediu a Pedro maior ponderação sobre a decisão acerca das eleições, recomendando separar “sentimentos pessoais e opiniões particulares” de suas deliberações¹²⁹³.

No fim de junho, os avanços de João Soares Lisboa contra as decisões do Conselho e as intrigas palacianas de indivíduos que se opunham à sua crescente influência nos espaços públicos lhe renderam frutos indesejáveis. Nesse mês, ele acusou ser vítima de uma intriga movida por “Berquó, Gordilho, Mariano e Rocha”, que buscavam minar o apreço do príncipe por sua pessoa¹²⁹⁴.

A situação do redator do *Correio* ficou mais complicada quando, no início de julho, saíram as instruções para as eleições da Constituinte. Soares Lisboa, inconformado com a opção pelas eleições indiretas, perguntou “quem autorizou a S.A.R. para Mandar o contrário daquilo que lhe Representaram os Povos desta Província?”. Continuou acusando o Conselho de ter agido mal e interpelou a ação dos Procuradores, dizendo que ambas as instituições haviam errado¹²⁹⁵.

O resultado de seus questionamentos e críticas foi um processo movido contra ele pelo Procurador da Coroa. Esse acontecimento movimentou a cena pública e culminou em uma série de cartas publicadas no jornal em todo o mês de julho em sua defesa. Uma delas foi assinada por dezenas de figuras importantes da cena pública fluminense, tais como Januário da Cunha

¹²⁹² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 54, 17 de junho de 1822.

¹²⁹³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 54, 17 de junho de 1822.

¹²⁹⁴ O conflito foi detalhadamente analisado na tese de Ferreira. Cf: FERREIRA, 2017.

¹²⁹⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 64, 01 de julho de 1822.

Barbosa, redator do *Reverbero*, Marcelino Pinto Ribeiro, padre capixaba que frequentemente inseria correspondências no *Correio* e no *Espelho*, e Domingos Alves Branco Moniz Barreto, importante personalidade da maçonaria que escreveria uma série de panfletos a partir de 1824. Essas assinaturas expõem a disposição de grupos políticos em disputa e a importância de João Soares Lisboa no círculo político da Corte¹²⁹⁶.

No início de agosto, o julgamento foi realizado e Lisboa inocentado. Em comemoração, o autor publicou o resultado louvando aos “Juizes de Fato = Jurados” por mostrarem “aos Luso-brasileiros (e ao mundo inteiro, se nos fora possível) que o Brasil é o País da Liberdade”. O redator tratou sua vitória como um exemplo do funcionamento da liberdade de imprensa no Rio de Janeiro, bem como uma resposta para os “déspotas, os servís, os aduladores, os egoístas, enfim todos os perversos e detratores”, os quais, a partir de seu processo, se tornaram conhecidos e odiados pelos fluminenses¹²⁹⁷.

Durante o período em que estava sendo processado e também depois dele, João Soares Lisboa contra-atacou seus opositores. Uma correspondência assinada pelo *Espreitador Constitucional*¹²⁹⁸ afirmou estar sendo criado “em certo Cantão da América” por um “pequeno número de Proteus Anglomaníacos”, um clube chamado “Apostólico”, que tinha como objetivo “estabelecer uma nova Constituição basificada nos seguintes artigos = Rei com Iniciativa das Leis, e Veto Absoluto = e Duas Câmaras”¹²⁹⁹.

A partir dessa carta novas críticas foram feitas às sociedades secretas. Soares Lisboa chegou a afirmar que se formava no Rio uma nova ordem intitulada “Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz”¹³⁰⁰, composta por pertencentes à seita dos “Maçons” e dos “Pedreiros Livres”. Diante da notícia, lembrou a proibição de sociedades secretas em territórios portugueses, pedindo para que o governo cumprisse a lei e suprimisse a ordem¹³⁰¹.

¹²⁹⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 62, 27 de junho de 1822.

¹²⁹⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 93, 05 de agosto de 1822.

¹²⁹⁸ Jornal publicado na Tipografia de Viuva Serva, e Carvalho

¹²⁹⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 75, 13 de julho de 1822.

¹³⁰⁰ A sociedade criticada por Soares Lisboa teria sido fundada por José Bonifácio para se opor ao crescimento da maçonaria, que era liderada por Gonçalves Ledo. Organizada de forma semelhante a outras sociedades secretas, a Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, que ficou conhecida historicamente como “Apostolado”, se reunia no Quartel do Comando das Armas. A sociedade afirmava ter como objetivo combater os “inimigos da prosperidade e independência do Império do Brasil”, designados como representantes do “carbonarismo” e do “republicanismo”. Dela, além de Bonifácio, também fazia parte frei Sampaio, redator do *Regulador*. Cf: OLIVEIRA, 1999, p. 206; BARATA, 2006, p. 224.

¹³⁰¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 83, 23 de julho de 1822.

Além das críticas ao Apostolado, os trechos expõem epítetos que o periódico atribuiu aos seus opositores, como “Anglomaníacos”¹³⁰² e “servis”. Esses apelidos serviam para desprestigiar seus adversários ao identificá-los com características consideradas negativas pelo jornal.

Tal estratégia se mostrou particularmente útil quando as eleições se realizaram. Dizia o *Correio* haver “uma espécie de melancolia” que estava se apoderando “da maior parte dos nossos Concidadãos que assinaram pela = Eleição Direta”. Soares Lisboa pediu para que eles não se ausentassem do escrutínio, pois fazer isso era deixar “entregue a nossa causa = Causa da Nação = aos inimigos do Sistema”, já que, caso não votassem, teriam representantes, “mas da escolha dos Anglomaníacos, ou Servis”, e o que “se pode esperar desta qualidade de gente?”¹³⁰³.

Por isso, convocou os cidadãos para a votação, o “único meio” de se “obstar ou remediar esse mal”. Era necessário aos “bons cidadãos” irem votar “pelo bem da causa pública, do interesse geral, do seu próprio interesse, da = Liberdade”¹³⁰⁴.

Um dos personagens mais atacados nas páginas do *Correio* foi José da Silva Lisboa, redator da *Reclamação do Brasil*. Acusava-o de ser servil, de ter sido contra a convocação da Constituinte e, por isso, considerava uma incoerência sua candidatura como deputado.

Um correspondente chamado *O Aprendiz de Horácio* acusou Silva Lisboa de ser “hipócrito”, “egoísta”, “raposa velha muito astuta” e “anticonstitucional”, pois não queria “Cortes nem lá, nem cá”¹³⁰⁵. As acusações também passaram por sua atividade profissional, e uma carta anônima questionou os procedimentos e a lisura dos exames dos Estabelecimentos Literários, nos quais o futuro Visconde de Cairu era Inspetor Geral¹³⁰⁶.

Outra ofensiva aberta pelo *Correio* contra seus adversários foi chamá-los de “servis”. Para isso, no fim de junho publicou um texto retirado do jornal português *Regulador*, publicado pelo francês Chapuis¹³⁰⁷, intitulado “Do Liberal, e do Servil”. O texto é ilustrativo a respeito

¹³⁰² O apodo “Anglomaníaco” remetia ao fato que seus adversários utilizavam a Inglaterra como exemplo para defender medidas como a existência do Senado e do Veto.

¹³⁰³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 78, 17 de julho de 1822.

¹³⁰⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 77, 16 de julho de 1822.

¹³⁰⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 48, 07 de junho de 1822.

¹³⁰⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 68, 05 de julho de 1822.

¹³⁰⁷ A trajetória de Chapuis revela a grande circulação de pessoas e impressos na Era das Revoluções. Francês e ex-oficial do Exército napoleônico, passou por diversos países participando de várias revoluções liberais, como Itália, Espanha e Portugal. Encerrando sua passagem por países europeus, quase sempre expulso pelos governos, veio para o Brasil, onde publicou o periódico *O Verdadeiro Liberal*, título que reflete seu apresso ao “ser liberal”.

dos valores defendidos pelo periódico e das identidades que manipulava de forma a qualificar e desqualificar aliados e adversários. O cidadão modelo, o “liberal”, era aquele que

quer o bem da sua pátria, quer a liberdade. Não é guiado por interesses particulares e só tem em vista o bem geral. É o amigo da ordem, das leis, quer que as leis sejam para todos e que todos dependam delas, e que não se dobrem ante o poderoso para oprimir o pobre. O liberal ama o monarca, respeita-o quando é respeitável, amaldiçoa-o quando é indigno e tirano, e prefere a morte a um julgo insuportável¹³⁰⁸.

O “liberal” também respeitava os direitos individuais, reconhecia que todos estavam sujeitos às mesmas leis e que ninguém poderia ser preso ou levado às “masmorras” pela simples vontade de “um”. O “liberal” reconhecia a importância da “opinião”, bem como da “propriedade”, e sabia que os cidadãos tinham direito de “influir na administração do governo” por meio de “todos ou certos funcionários”, mas também através de “petições ou representações que a autoridade está mais ou menos obrigada a tomar em consideração”¹³⁰⁹.

A luta dos liberais era histórica e compartilhada por indivíduos de várias nações. Todavia, eles eram depreciados e perseguidos na Europa onde

são chamados na França, por exemplo, de inimigos do Rei, na Áustria e na Itália enforcados sem processo, e em outros Estados as Ciências não fizeram ainda assaz progressos para operarem a grande revolução que deve tornar o homem livre¹³¹⁰.

Seus inimigos e algozes eram os “servis e seus chefes”, que eram

Os reis e os privilegiados: os reis por julgarem as ideias liberais, chegaram por fim a derrubar os fundamentos da sua legitimidade: os privilegiados porque temem não poderem nutrir-se por mais tempo com o suor, e sangue do simples cidadão. Estes são os servis (...)¹³¹¹

Segundo o extrato, os servis tinham

de homem só o nome, é um vil escravo vendido ao poder, pronto sempre a sacrificar no altar do despotismo, e arbitrariedade, que soberbo da glória dos seus antepassados crê poder atribuir-se impunemente seus altos feitos, não se lembrando, que a nobreza concedida aos pais, porque serão virtuosos, foi transmitida a seus filhos para que estes os imitassem. Os servis são os entes mais corrompidos e dissolutos do Universo: não conhecem leis, julgam-se superiores a elas, querem ser respeitados porque são desprezíveis e mendigam de seus inferiores incensos, que prodigalizam depois aos que estão acima dele. Nada exagero, tudo é verdade¹³¹².

Enquanto acusava a existência de “servis” e de “déspotas” no Rio de Janeiro, o *Correio* tonificou suas acusações com exemplos de outras regiões ao publicar diversas correspondências

Também expulso do Brasil, foi para o Chile, onde publicou *El Verdadero Liberal*, papel em que, aliás, criticou D. Pedro I. Sobre sua trajetória, conferir: PUIGMAL, 2019; REIS, 2022.

¹³⁰⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 60, 25 de junho de 1822.

¹³⁰⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 60, 25 de junho de 1822.

¹³¹⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 60, 25 de junho de 1822.

¹³¹¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 60, 25 de junho de 1822.

¹³¹² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 60, 25 de junho de 1822.

que denunciavam supostos casos de despotismo no Brasil. O correspondente *Luiz Antônio Cau*, por exemplo, denunciou a tirania do Presidente de Província do Piauí¹³¹³, enquanto um missivista anônimo acusou Madeira de ser déspota e de atentar contra a liberdade dos baianos que ansiavam pela liberdade que viria com o príncipe¹³¹⁴.

Em seu conjunto, as críticas aos supostos “Anglomaníacos” e “servis” eram uma tentativa de Soares Lisboa de polarizar a opinião pública. De um lado, estariam os “liberais” e os patriotas, defensores da causa do Brasil e da liberdade. De outro, os “servis”, inimigos dos brasileiros e representados por indivíduos como José da Silva Lisboa.

Os posicionamentos políticos do *Correio* e suas opiniões foram rebatidas por outros jornais. Dizia o *Regulador* que antes o *Correio* era um “amigo do governo” e do povo. Todavia, estava diferente, dirigindo “furiosamente” seus escritos contra o príncipe, que figurava em sua folha como alvo de insultos, além de agredir os ministros, principalmente Bonifácio¹³¹⁵.

O *Espelho* foi mais incisivo nas acusações contra Soares Lisboa. Criou, inclusive, apelidos para referir-se a ele, como “Correio das Maroteiras”¹³¹⁶ e “Correio das Más Novas”¹³¹⁷, acusando seu redator de ser “agitador”¹³¹⁸ e “estrépito”¹³¹⁹. Durante as eleições o periódico intensificou as críticas e o correspondente *Doende*¹³²⁰ afirmou que um tal de João Caetano, um enviado dos “Srs. Lisboa e Comp., protetores das Eleições diretas para ver se pescavam em águas turvas”, buscou modificar o regulamento da votação dizendo que cabia ao povo dizer como elas deviam ocorrer, sendo por isso expulso pelo “povo” por gritos como “fora faccioso, fora maroto, fora quem não é da Freguesia”¹³²¹.

O mesmo correspondente afirmou que, ao passar pela Freguesia da Candelária, escutou um “motim” e decidiu ver o que se passava. Lá ouviu que o povo expulsou um tal de João Pedro Fernandes¹³²² da eleição, que saiu “pelo seu pé, quando não saíria carregado às costas depois de ter as costas carregadas de lenha”. Relatou também que João Soares Lisboa “levava algumas

¹³¹³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 52, 12 de junho de 1822.

¹³¹⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 52, 12 de junho de 1822.

¹³¹⁵ *O Regulador Brasília-Luso*, n. 3, 7 de julho de 1822.

¹³¹⁶ *O Espelho*, n. 70, 19 de julho de 1822.

¹³¹⁷ *O Espelho*, n. 105, 19 de novembro de 1822.

¹³¹⁸ *O Espelho*, n. 72, 26 de julho de 1822.

¹³¹⁹ *O Espelho*, n. 77, 13 de agosto de 1822.

¹³²⁰ Que, segundo afirma Hélio Vianna, era D. Pedro I. VIANNA, 1967, p. 51.

¹³²¹ *O Espelho*, n. 72, 26 de julho de 1822.

¹³²² *O Espelho*, n. 72, 26 de julho de 1822.

iguais vivas”. Por fim, justificou essas descrições pedindo que os eventos não fossem esquecidos pelos “Brasileiros” e “amigos do Brasil”, que deviam se assegurar de sempre escolher dignos representantes de “tão grande Reino”¹³²³.

Da mesma forma, o *Inimigo dos Marotos*¹³²⁴ ironizou as críticas feitas por João Soares Lisboa à fundação do Apostolado, dizendo que o redator não sabia do que falava. Censurou o próprio nome do redator do *Correio*, já que “ainda é Lisboa no Rio” e o acusou de ser “testa de ferro desses atrapalhadores da Causa Brasílica”¹³²⁵.

Outra estratégia dos adversários de Soares Lisboa foi relacionar sua imagem a de um indivíduo agitador, republicano e contestador da autoridade do príncipe. Para isso, desde julho o *Regulador* e o *Espelho* veicularam textos antirrepublicanos, e viram no redator do *Correio* um modelo que daria um rosto às suas alocuções.

A escolha do *Correio* como exemplo de republicano não foi sem motivo, já que ele escrevia constantemente sobre “democracia” e “república”. Em determinado texto utilizou a expressão “Monarco-Democrático” para definir o governo que se instituía no Brasil. Segundo o jornal, “parte integrante do novo mundo, País da Liberdade, não ficará aquém da linha de conduta que tem seguido a maior parte da América”. Os “Portugueses, ou Lusos-Brasilienses” não haviam optado pela “Democracia”, mais comum aos seus vizinhos, por “convicção do melhoramento que lhes resulta um Governo Constitucional em que se goza de toda a Liberdade Democrática sem os riscos de comoções para o estabelecimento dela”¹³²⁶. Soares Lisboa considerava o “Sistema de Governo Republicano [...] melhor cento por cinco, do que o Governo Monárquico absoluto”, enquanto o “Governo da Monarquia Constitucional, melhor que o Republicano, cinco por cento”¹³²⁷.

Posteriormente, o periodista retornou ao assunto. No fim de setembro, quando já considerava o Brasil “Livre, e Independente”, defendeu que o país era de todos, não apenas dos “Brasileiros”, mas também dos “Americanos”, “Europeus de diversas Nações, Asiáticos e Africanos”. Todos seriam bem-vindos no Brasil desde que fossem “homens livres” e quisessem “gozar de bom clima, e bom solo, e... o que val[e] mais que tudo, [da] bem entendia Liberdade”,

¹³²³ *O Espelho*, n. 72, 26 de julho de 1822.

¹³²⁴ Outro pseudônimo que, segundo Hélio Vianna, era utilizado por D. Pedro. VIANNA, 1967, p. 44.

¹³²⁵ *O Espelho*, n. 71, 23 de julho de 1822.

¹³²⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 80, 19 de julho de 1822.

¹³²⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 109, 24 de agosto de 1822.

que era uma consequência do “Governo Representativo do novíssimo cunho = Monarco-Democrático”¹³²⁸.

A expressão utilizada por Soares Lisboa foi questionada por outros jornais. Junto a ela, Soares Lisboa também causou rebuliço com a fala de que D. Pedro era “Primeiro sem Segundo”, bem como um “puro democrata”. Já notado e perseguido pelos opositores desde o momento em que questionou abertamente as decisões do ministério, outros periódicos, como o *Espelho* e o *Regulador*, passaram a fazer campanha sistemática e pública contra seu redator.

Todavia, é importante destacar que a utilização da expressão “Democrático” para se referir ao modo de governo que se estabelecia no Brasil não foi uma exclusividade do *Correio*. Segundo o *Constitucional*, periódico escrito por José Joaquim da Rocha e Belchior Pinheiro de Oliveira, que eram membros do “Clube da Resistência”, o que estava se instituindo no país era uma “Democracia Monárquica”¹³²⁹.

De acordo com os redatores do *Constitucional*, “Democrático” era o governo da “Massa total do Povo, por si, ou por seus Representantes”, e o “Despotismo” um “Governo Monárquico Simples, Puro, ou Absoluto”, onde o poder se concentra todo na mão de um indivíduo. Consideravam a melhor forma de governo o “sistema misto”, no qual as fórmulas “Monárquicas, e Democráticas” estavam presentes, criando assim um “Governo Monárquico Representativo”¹³³⁰.

A reflexão acerca das formas de governo feita pelos redatores do *Constitucional* toma novos contornos quando afirmaram que a forma adotada no Brasil fazia com que a “parte Democrática sobrepuja, e toma o ascendente sobre a Monárquica”. Isso porque a “Nação” era considerada em massa e, por isso mesmo, fonte e princípio da soberania. Essa soberania era representada no poder legislativo, onde estariam os representantes da nação. Para os redatores do *Constitucional*, a grande diferença de uma “Democracia Pura” para a “Democracia Monárquica” em voga era que, na primeira, o “Povo em massa se ajuntava para o exercício da Soberania”, enquanto na segunda o “Povo se reúne para nomear os Representantes temporários”. Aliás, segundo os autores do impresso, os norte-americanos que inicialmente tinham um governo “puramente Democrático”, naquele momento tinham um governo “que tem

¹³²⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 136, 25 de setembro de 1822.

¹³²⁹ *O Constitucional*, n. 5.

¹³³⁰ *O Constitucional*, n. 4.

todos os caracteres das Monarquias Representativas”, com a única diferença de que o executivo não era hereditário, mas eleito¹³³¹.

Diante do exposto, podemos suscitar algumas discussões que remetem aos jornais e aos assuntos supracitados. Primeiro, o conflito entre os grupos políticos do Rio de Janeiro torna-se cada vez mais transparente a partir da segunda metade de 1822, culminando em uma guerra de representações e disputas acerca dos votos nas eleições. Sobre elas, aliás, é necessário reafirmar a importância atribuída pelos redatores à votação, vista tanto como um exercício de soberania¹³³², como um momento em que o futuro do Brasil estaria em jogo.

Vimos também a forma com que o *Correio do Rio de Janeiro* se pronunciou diante das problemáticas políticas que enfrentava. Inicialmente extasiado com a convocação da Constituinte, pauta que foi um dos primeiros e mais acérrimos defensores, passou para um estado de insatisfação e revolta quando o modo escolhido para a eleição foi o indireto. Diante disso, questionou publicamente a autoridade do então príncipe, culminando em um processo jurídico que enfrentou e venceu. Posteriormente, já após a aclamação de Pedro como imperador, o redator publicou expressões polêmicas que lhe renderam mais problemas. Chamou D. Pedro de “Puro Democrata”, proclamou-o “Pedro primeiro sem Segundo” e disse que o Brasil era um país “Monarco-Democrata”.

Tais afirmações de Soares Lisboa, principalmente a utilização do termo “Democrata”, colaboraram com a pecha de republicano que lhe incutiram tanto no período em que escreveu, quanto na historiografia. Alguns historiadores interpretaram essas expressões como sinais de que Soares Lisboa era antimonárquico, radical e até mesmo republicano¹³³³, perpetuando as qualificações que seus adversários tentaram lhe atribuir para deslegitimá-lo aos olhos do público.

¹³³¹ **O Constitucional**, n. 5.

¹³³² Além dos textos já expostos, para o *Regulador Brasílico-Luso* era necessário escolher bons deputados, pois apenas assim seria possível evitar as “comoções” que “sempre aparecem nas grandes Assembleias”. Já para o *Espelho*, elas eram consideradas como o momento da “nossa Regeneração Política como Nação Independente. **O Espelho**, n. 78, 16 de agosto de 1822; **O Regulador Brasílico-Luso**, n. 2, 31 de julho de 1822.

¹³³³ No rol dessas interpretações, destacamos a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Em contrapartida, Gladys Sabina Ribeiro contestou tais afirmações, reforçando o monarquismo de Soares Lisboa. VARNHAGEN, 1917.; RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania nos jornais da época da Independência: o *Correio do Rio de Janeiro* como estudo de caso. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, Política e Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.207-238.

Essas perspectivas foram contestadas por Paula Botafogo Caricchio Ferreira para quem Soares Lisboa não admitia a “democracia” de forma totalmente oposta à “monarquia”. De acordo com a autora, o que ele denominou como um governo “Monarco-Democrático” se baseava em uma série de princípios que, em conjunto, transpareciam um predomínio da Assembleia sobre o monarca, e a “harmonia entre o rei e a Soberania do ‘Povo’”¹³³⁴. Nessa configuração política, o rei não seria excluído do governo se transformando no grande “Guardião da Lei” e o primeiro defensor da liberdade dos cidadãos. Por isso, D. Pedro I se transformou no jornal em um “Puro-Democrata” ao romper, segundo Ferreira, com a “inevitabilidade do ‘despotismo monárquico’” e transformar a monarquia constitucional no governo de exercício da “Liberdade Democrática”¹³³⁵.

Observando um contexto mais amplo, Gerardo Caetano demonstrou que no mundo ibérico o termo “democracia” passou por diversas alterações entre fins do setecentos e início do oitocentos. Após a Revolução Francesa o vocábulo foi vinculado ao período jacobino, suscitando temor e pessimismo quanto à “democracia” entre os ibéricos que o associaram à forma de governo republicana e à anarquia¹³³⁶. Todavia, durante os processos de independência essa relação foi modificada, já que ocorreu progressiva associação entre democracia e “soberania”, tornando possível que a “democracia”, que remetia ao governo direto do povo, passasse a ser entendida como um governo representativo, ao mesmo tempo em que a divisão aristotélica de governos passou a ceder espaço para “engenharias político-institucionais de caráter ‘misto’”¹³³⁷.

Estudando o mesmo período, Christian Edward Cyril Lynch percebeu que na década de 1820 surgiu a preocupação de se estabelecer no Reino Unido uma “monarquia constitucional à inglesa”, que era considerada um governo misto por possuir instituições que representavam as formas de governo clássicas. Nessa interpretação, o elemento monárquico estava na Coroa, o aristocrático no Senado, e o democrático na Câmara dos Deputados. A partir dessa perspectiva, o bom governo era aquele que conseguia combinar as benesses de cada um¹³³⁸.

¹³³⁴ FERREIRA, 2017, p. 219.

¹³³⁵ Ibid., p. 227.

¹³³⁶ CAETANO, Gerardo. **Democracia**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p. 21.

¹³³⁷ Tradução de nossa autoria. Ibid., p. 26.

¹³³⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Brasil. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Democracia**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p. 55.

Parece-nos que a utilização da “democracia” feita por João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, se relaciona com a compreensão de que, ao manter um monarca ao mesmo tempo em que existia a assembleia, misturavam-se elementos da monarquia e da democracia formando, assim, uma monarquia democrática. Pode-se encontrar sentido semelhante no *Correio Braziliense*¹³³⁹, que era lido e admirado por Soares Lisboa e que também usava a expressão “Monarquia Democrática” para referir-se a governos onde existiam a Câmara dos Deputados e o monarca, como era o caso das Cortes.

Ademais, estudando o vocábulo “república” durante o processo de independência, Gustavo Garcia Toniato, reiterou que não havia antagonismo entre “república” e “monarquia” nos impressos da independência. O que existia era um problema de como conciliar as características de cada um no que se denominava “governo misto”, sendo a república uma forma que servia para limitar o poder dos reis¹³⁴⁰.

Acreditamos que o suposto republicanismo e o sentimento “antimonárquico” de Soares Lisboa atribuído por seus adversários e por estudiosos posteriores, pelo menos de acordo com o que era publicado no *Correio* em 1822, deva ser relativizado. Se compararmos suas afirmações com as do *Constitucional*, redigido por indivíduos que circulavam por espaços cortesãos, veremos que são semelhantes. Na verdade, o *Constitucional* foi além, equiparando o governo do Brasil com o governo norte-americano e definindo o Brasil como uma “Democracia Monárquica”.

Diante disso, o que teria motivado a afirmação de contemporâneos de que João Soares Lisboa, redator do *Correio*, era republicano? Por que o mesmo não foi feito com os autores do *Constitucional*, que declaravam de forma ainda mais clara que o Brasil era um governo “Democrático”?

Para nós, parte da resposta está nos conflitos políticos que ocorreram no período. Era interesse de determinado grupo, do qual o *Regulador* e o *Espelho* eram porta-vozes, criar uma narrativa política na qual o redator do *Correio* era um republicano, inimigo do príncipe e dos brasileiros. Por isso foram mobilizadas acusações de que era um “agitador”, que buscava

¹³³⁹ Nas edições de outubro e dezembro de 1821, por exemplo.

¹³⁴⁰ TONIATO, Gustavo Garcia. **A imprensa do Rio de Janeiro e o conceito de república (1820-1822)**. 293 f. 2019. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2019, p.256.

tumultuar as eleições e que não respeitava a autoridade de Pedro. Buscavam unir a João Soares Lisboa características negativas que o transformaria em um inimigo do trono e do Brasil, abrindo espaço para sua repressão.

Por óbvio, o *Correio* não ficou calado e replicou as acusações. Além de apontar para a existência de uma sociedade secreta chamada “Apostolado”, acusou seus inimigos de serem “servis”, utilizando o extrato do *Regulador* de Portugal para definir quem eram os servis e quem eram os liberais. Baseado nesse discurso, chamou o *Espelho* de “folha vergonhosa”¹³⁴¹, acusou-o de querer destruir a trajetória de “todos os escritores liberais”¹³⁴² e apelidou o *Regulador* de “Desordenado Regulador”¹³⁴³. Da mesma forma que tentaram manchar sua imagem, reagiu ativamente, trocando, todavia, as acusações: seus adversários não eram republicanos, eram “servis”.

Desse modo, os antigos parceiros transformaram-se em “servis” ou em “republicanos”. Essa metamorfose não só foi motivada pela disputa de influência no poder da província e do Estado em formação, como também pela discordância em relação a assuntos que seriam discutidos na Constituinte, como o poder de Veto, o Senado e a divisão dos poderes.

A já conflituosa relação entre esses personagens se exacerbou com a aproximação da reunião dos deputados e a ampliação do debate sobre questões de organização do poder. O *Correio*, aliás, opunha-se sistematicamente a duas bandeiras defendidas pelo ministério: o Senado e o Veto. Em meio às discussões, acrescentou ao repertório de rótulos que tentava atribuir aos seus adversários as palavras “anarquistas” e “déspotas”. Dizia que eles

ainda não desistiram nem afrouxaram de suas pretensões; eles buscam reentronizar o Despotismo substituindo no Poder Executivo, às palavras, ciência certa, Poder Real, e absoluto; um = Veto Absoluto!!! = à Oligarquia dos Grandes = uma Câmara dos Nobres!!! = e à arbitrariedade Ministerial = uma iniciativa de Leis!!!¹³⁴⁴

Segundo o periódico, o veto era um absurdo por permitir que “um homem que em virtude da sua soberana vontade” destruísse “o que fazem cem, ou mais homens, não por vontade sua, mas por convicção de que aquilo é o que melhor convém à Nação”. Considerava que “Um Rei que tiver = Veto absoluto = é Déspota, e os Déspotas raramente deixam de ser tiranos”. Da mesma forma, dizia que a “Câmara dos Nobres é o sustentáculo dos Déspotas” e

¹³⁴¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 83, 23 de julho de 1822.

¹³⁴² *Correio do Rio de Janeiro*, n. 95, 07 de agosto de 1822.

¹³⁴³ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 111, 27 de agosto de 1822.

¹³⁴⁴ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 77, 16 de julho de 1822.

seus membros, criados “no luxo, e abundância, não se incomodam a frequentar estudos” e sempre seguem as “insinuações do Rei; cujo Despotismo lhes convém sustentar por interesse próprio”¹³⁴⁵.

O *Correio* também discordou da “Iniciativa das Leis” por parte do poder executivo. Isso porque considerava improvável que um deputado discordasse de uma legislação proposta pelo ministério, pois, sendo apresentada em nome do rei, “induz a crer que é aquela a sua vontade, e qualquer Deputado não terá a coragem de refutá-la”¹³⁴⁶.

Em determinado momento, João Soares Lisboa disse que os poderes dos monarcas “não vinha[m] de Deus, mas sim da Nação”. Esses poderes não eram ilimitados, mas delegados, cabendo à “Nação” conferir os que “julgar suficientes”, devendo o rei aceitá-los ou não, mas jamais ficar insatisfeito ou usar mais do que lhe havia sido concedido¹³⁴⁷. Em seu periódico, afirmou considerar que o poder exercido pelo príncipe era “subalterno” ao da Assembleia Constituinte, já que, sendo nela onde estava representada a “Nação”, isto é, onde residia a soberania, era ela que determinava os limites de cada poder¹³⁴⁸.

Além de atacar o poder do Executivo de vetar e propor leis, o *Correio* também se opunha ao estabelecimento de um Senado. Comentando sobre um texto do *Regulador* que defendia essa instituição, disse que

os Srs. Desordenadores ignoram, que as mesmas Leis não servem para todos os tempos; que elas devem ser feitas para os Povos, e que não são os Povos feitos para elas; que afinal é princípio geralmente reconhecido que a mesma forma de governo não convém a todas as sociedades, ou Nações¹³⁴⁹.

O posicionamento do *Correio* gerou reação por parte do governo e dos jornais adversários. Além de responderem seus argumentos¹³⁵⁰, a campanha de difamação já citada contra João Soares Lisboa foi intensificada.

¹³⁴⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 77, 16 de julho de 1822.

¹³⁴⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 77, 16 de julho de 1822.

¹³⁴⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 80, 19 de julho de 1822.

¹³⁴⁸ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 111, 27 de agosto de 1822.

¹³⁴⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 126, 13 de setembro de 1822.

¹³⁵⁰ O *Regulador* foi o periódico que mais se envolveu na defesa do senado e do veto. Segundo o redator, o príncipe devia ter esse direito por ser uma das formas de contrabalancear o poder legislativo, caso contrário ocorreria o “despotismo” daquele poder. Para reforçar seus argumentos, o periodista publicou alguns extratos de Mably com o título “Qual será a sorte do Brasil, se o Corpo Legislativo se esquecer das atribuições devidas ao Augusto Chefe do Poder Executivo?”, no qual apontava os “horrores de uma Democracia” e as deficiências do “Governo Republicano”, vistos como um dos exemplos de excesso de poder nas mãos do Legislativo. *O Regulador Brasílico-Luso*, n. 6, 28 de agosto de 1822.

Segundo os redatores do *Regulador*, o “Príncipe” estava convencido de que “os povos não são escravos dos Reis”, por isso a importância de tê-lo como centro da nação. Todavia, afirmaram seus redatores, existia uma “facção” que se dizia mais constitucional que Pedro. Ainda que não tenha nomeado a facção, acusaram seus membros de se oporem não apenas a Pedro, mas ao próprio Brasil. No decorrer do texto, esse grupo passou a ser progressivamente identificado com elementos do que grupo do Ledo, cabendo ao *Correio* a expressão deles na imprensa fluminense.

Na edição 16, de 06 de novembro de 1822, o *Regulador* noticiou o processo de demissão e recontração de Bonifácio como ministro, e acusou Joaquim Gonçalves Ledo de, através da intriga, querer fazer sobressair a anarquia. Segundo o jornal, após a demissão de “Mr. Andrada” por parte do Imperador, foi visto o “monstro da Anarquia armado com todos os flagelos da vingança” com o propósito de espalhar a desordem e colocar “aos seus pés os verdadeiros Amigos do Brasil, e da Constituição”¹³⁵¹.

O periódico relatou que, tentando reverter a decisão do imperante, algumas autoridades e o povo do Rio de Janeiro pediram a reintegração dos ministros demitidos. Em poucas horas, Bonifácio e outros ministros apareceram “nos braços do povo” e foram restabelecidos pelo Imperador. Diante disso, o jornal exaltou D. Pedro, as autoridades e os brasileiros, dizendo que “a Nação já é Constitucional antes de haver recebido a Constituição”¹³⁵².

Após a reconstituição de José Bonifácio ao cargo ocorreu a devassa conhecida como Bonifácia. De acordo com Isabel Lustosa, no dia 29 de outubro circulou pelo Rio de Janeiro uma proclamação atribuída a Martim Francisco que dizia que os “carbonários” e “republicanos” buscavam influenciar o Imperador contra os Andradas¹³⁵³. Na proclamação, Gonçalves Ledo era classificado como o líder desse grupo.

Alguns dias depois foi aberta a devassa na qual os redatores do *Reverbero*, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa, e outros políticos influentes, como José Clemente Pereira e Luiz Pereira da Nóbrega de Souza

¹³⁵¹ **O Regulador Brasileiro**, n. 16, 06 de novembro de 1822.

¹³⁵² **O Regulador Brasileiro**, n. 16, 06 de novembro de 1822.

¹³⁵³ De acordo com Cecília Oliveira, a proclamação teria sido motivada por uma conspiração urdida pelo grupo do Ledo que fracassou após ser revelada por “espíões” de José Bonifácio. Uma das consequências do insucesso, além da devassa, seria um compromisso firmado previamente por Soares Lisboa de que não redigiria mais o *Correio do Rio de Janeiro*. OLIVEIRA, 1999, p. 275.

Coutinho, foram acusados de crime de “inconfidência ou conjuração, ou demagogia”. O resultado do processo foi a fuga de Ledo e Soares Lisboa do Brasil e a prisão de Nóbrega, Januário e Pereira¹³⁵⁴.

Após a Bonifácia e o silenciamento do grupo do Ledo, o *Regulador* publicou extratos das obras de Benjamin Constant que falavam de leis importantes para a Constituição e a respeito das atribuições de cada poder. Além disso, um longo editorial foi publicado em mais de um número chamado “Dos obstáculos que encontrarão no caráter dos Brasileiros aqueles, que pretenderem desorientá-los do sistema Monárquico Constitucional”¹³⁵⁵. Nele, os “demagogos” foram acusados de buscarem espalhar no Brasil doutrinas subversivas em que “não se dizia ao povo que a nossa Independência é política, e constitucional”, a fim de apontá-la como uma “independência Democrática”, falando-se muito dos “direitos dos homens, e nunca em seus deveres”¹³⁵⁶, acusação que remetia ao discurso de Soares Lisboa de que o Brasil tinha um governo “Monárquico-Democrático”.

Também se percebe uma tentativa de justificar a devassa no *Espelho*. Descrevendo a demissão e a recontração de Bonifácio como ministro, o jornal elogiou tanto o Andrada quanto o Imperador por acertada decisão, buscando mostrar o apoio da população e das autoridades à readmissão. Já na edição 102, o redator do periódico deu início a uma série de publicações nas quais fazia críticas aos “Carbonários”, apontando-os como sociedade influente nas revoluções europeias, inclusive a portuguesa de 1820¹³⁵⁷.

Algum tempo depois, o *Espelho* publicou o texto da devassa afirmando que o Brasil era ameaçado por “traidores” que buscavam “plantar e disseminar desordens, sustos e anarquia, abalando igualmente a reputação do Governo, e rompendo assim o sagrado elo, que deve unir todas as Províncias deste grandioso Império ao seu centro natural e comum”. Por isso havia sido ordenada uma “rigorosa Devassa” contra esses indivíduos¹³⁵⁸. Logo abaixo do decreto, o redator acusava o “Ex-Procurador desta Província Joaquim Gonçalves Ledo” de publicar uma Representação no dia 02 de novembro em que fez “descarados insultos, e disfarçados projetos

¹³⁵⁴ LUSTOSA, 2000, p. 258.

¹³⁵⁵ O editorial começou no número 19 e se estendeu por outras edições.

¹³⁵⁶ *O Regulador Brasileiro*, n. 16, 06 de novembro de 1822.

¹³⁵⁷ *O Espelho*, n. 102, 08 de novembro de 1822.

¹³⁵⁸ *O Espelho*, n. 104, 15 de novembro de 1822.

de seduzir o bom e generoso Povo desta província”¹³⁵⁹. Também acusou Ledo, dentre outras coisas, de ser republicano por afirmar que “os povos querem ser bem governados, e não se importam com [quais] formas de governo”.

A partir da Bonifácia, o periódico deu espaço a textos contrários aos “Carbonários”. Eles mostravam que Europa estava sendo assolada por essas sociedades que buscavam revolucionar o continente, e países como a França e a Espanha buscavam, de toda forma, diminuir sua influência¹³⁶⁰.

É oportuno salientar que esses carbonários estavam, segundo o *Espelho*, envolvidos nos mesmos movimentos políticos que, em 1821, eram tratados pelo periódico como “liberais” e “constitucionais”, na Itália, na França, na Alemanha, na Grécia, em Portugal e na Espanha¹³⁶¹. Os outrora “liberais” apoiados pelo periódico em 1821¹³⁶² agora eram tratados como revolucionários que deviam ser perseguidos, o que demonstra uma alteração no discurso do jornal.

Uma correspondência anônima, além de prometer enviar uma série de escritos acerca dos carbonários, também convocou os “Brasileiros, Brasilianos, e Brasilienses” contra os “desavergonhados carbonários, que empestam as Capitais do Brasil”, e que “são inimigos da paz, e felicidade deste vasto Império”. Por isso, motivou os compatriotas a persegui-los, para evitar que escondidos organizassem “novas tramas e maquinações”¹³⁶³.

Além da campanha contra os “carbonários”, foi publicado no jornal um poema intitulado “O Fim da Impostura”. No começo, afirmava que

Com ar altivo,
Com rosto ledó,
Já vi, no cume
D’alto penedo,
Subir da lama
Um Figurão
Gritando ao Mundo:
Constituição¹³⁶⁴.

¹³⁵⁹ A “proclamação” em questão foi a resposta de Ledo e de seus companheiros à devassa aberta por José Bonifácio. Publicada no mesmo dia em que saiu o decreto, ela acusou o ministério de despotismo ao perseguir “cidadãos constitucionais”. OLIVEIRA, 1999, p. 283–284.

¹³⁶⁰ *O Espelho*, n. 106, 22 de novembro de 1822.

¹³⁶¹ *O Espelho*, n. 106 e n. 107.

¹³⁶² Analisamos o assunto na seção 2.3.2. O “novo tempo” constitucional.

¹³⁶³ *O Espelho*, n. 106, 22 de novembro de 1822.

¹³⁶⁴ *O Espelho*, n. 108, 29 de novembro de 1822.

Continuava o panfleto acusando Ledo de ser ganancioso e de ter, durante algum tempo, iludido a “Terra”,

Porém, seus passos
Bem observando,
E seus clamores
Analisando,
Em pouco tempo
O conheceu,
E horrorizada
Estremeceu.

Do falso Franklin
Viu na doutrina
Um Sylla, um Mário
Um Carilina
Um Robespierre
Um Cromwel novo
Árbitro déspota.
De um livre Povo¹³⁶⁵.

Diante das atitudes e ações de Ledo, as quais passavam por intrigas e injustiças segundo os versos, foi declarado:

Acabe o Reino
Das Imposturas
Só tenham prêmio
Virtudes puras;
Torne a meu lado
Quem mereceu
Amor da Terra,
Graça do Céu.¹³⁶⁶

Logo, o “Mundo” teria ficado contente e com

Vozes festivas
Deu, com aplausos
De alegres Vivas;
E ao triste monstro
Disse: “Tão cedo
Não tornas, ímpio,
A seres ledos”¹³⁶⁷.

Esses textos mostram como os redatores manipularam o patriotismo aos mais diversos fins. Primeiro, o “brasileiro” devia lutar contra os inimigos externos representados pelas Cortes e pelos portugueses. Com o acirramento dos conflitos dentro do Rio de Janeiro entre os periodistas, eles atribuíram apelidos pejorativos e características negativas aos seus adversários, mobilizando mais uma vez o “brasileiro” contra os que consideravam seus inimigos.

¹³⁶⁵ **O Espelho**, n. 108, 29 de novembro de 1822.

¹³⁶⁶ **O Espelho**, n. 108, 29 de novembro de 1822.

¹³⁶⁷ **O Espelho**, n. 108, 29 de novembro de 1822.

Esse conflito levou a um distanciamento cada vez maior entre as elites políticas do Rio de Janeiro. Os diferentes projetos e ideias defendidas fez com que indivíduos como Gonçalves Ledo e Soares Lisboa se afastassem de outros como frei Sampaio e José da Silva Lisboa, tornando-se inimigos publicamente. Nos jornais, observamos esse processo e conseguimos perceber as diferentes estratégias discursivas utilizadas por cada um.

Ocorre que com a Bonifácia os periódicos e os grupos políticos que se opunham à maior centralização do poder nas mãos do Imperador foram finalizados. Com o exílio de João Soares Lisboa e Joaquim Gonçalves Ledo, e a prisão de Januário da Cunha Barbosa, Luiz da Nóbrega e José Clemente Pereira, o caminho para os áulicos sustentarem o governo de D. Pedro e centralizar o poder nas suas mãos ficou livre, e a imprensa foi uma importante ferramenta para essa tarefa.

4.1.3. A hegemonia áulica na imprensa fluminense no final de 1822 e primeira metade de 1823

Logo após a Bonifácia, coube ao *Espelho* o protagonismo entre os periódicos que circulavam no Rio de Janeiro. Junto a ele¹³⁶⁸ também foram impressos o *Regulador Brasileiro*, o qual já analisamos, e o *Atalaia*¹³⁶⁹.

Acerca do *Atalaia*, interessa-nos pontuar que desde sua primeira edição, publicada no dia 31 de maio de 1823, o redator iniciou uma campanha de difamação e crítica a jornais e indivíduos como João Soares Lisboa e Joaquim Gonçalves Ledo. Acusava-os de “Republicanos”, comparava-os com “Robespierres, Marats, e outros Monstros de face Humana, bem apelidados Corta-Cabeças, e Bebedores de sangue”¹³⁷⁰. Além das críticas, o Silva Lisboa também falou mal da maçonaria, alegando que eram fieis às ideias de Rousseau¹³⁷¹.

A principal discussão que o jornal encetou durante o período analisado no nosso trabalho¹³⁷² foi a defesa do direito do Imperador de ir à Constituinte utilizando as vestimentas reais. Para isso, usou como referência autores como Lemaire e De Lolme, e remeteu a exemplos

¹³⁶⁸ Além desses, também circularam os jornais de anúncios e a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

¹³⁶⁹ Periódico redigido por José da Silva Lisboa, indivíduo já referenciado na primeira parte da tese por ter escrito o *Conciliador do Reino Unido* e o *Sabatina Familiar*, além dos panfletos *Reclamação do Brasil*.

¹³⁷⁰ *Atalaia*, n. 1, 31 de maio de 1823.

¹³⁷¹ *Atalaia*, n. 3, 17 de junho de 1823.

¹³⁷² Que, no Rio de Janeiro, finda em junho de 1823, comportando apenas as cinco primeiras edições do jornal.

das monarquias francesa e inglesa, nas quais os monarcas usavam as vestimentas régias e sentavam em posição superior aos deputados¹³⁷³.

Mesmo com a companhia do *Atalaia*, coube ao *Espelho* o protagonismo em combater a oposição ao governo e defender o empoderamento do Imperador. Percebemos que, gradualmente, a pregação contra Ledo e seus aliados começou a ceder espaço no jornal a questões de organização do Império que recentemente se formara. Isso porque a partir da expulsão dos inimigos internos do Rio de Janeiro era necessário estabelecer uma base sólida e terminar a tarefa de unificação das províncias debaixo do novo governo, já que a guerra da independência no Norte ainda acontecia.

Por isso ocorreu uma extensa cobertura da coroação e sagração de D. Pedro I¹³⁷⁴ e publicadas proclamações de governos de outras províncias em adesão ao príncipe¹³⁷⁵. Exemplares desses textos foram a proclamação de *Hum Pernambucano, amigo do Imperador, e do Brasil* que pregava aos “Briosos, e denodados Pernambucanos” que havia “chegado enfim o tempo” de unirem-se ao “Imortal, e Perpétuo Defensor” na “grande obra da Salvação da nossa Pátria”¹³⁷⁶, e a correspondência do coronel Miguel Antônio Flangini que dizia representar o “Exército do Sul” fiel ao Imperador¹³⁷⁷.

Na última edição de 1822, foi publicada no *Espelho* uma nota na qual o redator explicava o futuro do jornal. Segundo ele, nem mesmo uma “saúde em extremo debilitada o arredaria da sentinela, em que colocou o amor da Pátria”, pois julgava “mais glorioso morrer no campo da batalha, do que ceder às iníquas pretensões da cabala, e da inveja”. Porém, acusava estar demasiadamente fadigado, o que o fez reconhecer que não podia mais “obrigar-se” a escrever regularmente. Por isso, entre a necessidade de descanso e a negativa em esquivar-se ao “sacrifício do seu último alento por amor de uma causa, que abraçou por dever e por afeto”, dizia ser provável que diminuísse a periodicidade do jornal¹³⁷⁸.

Mesmo diante das dificuldades, em 1823 o periódico praticamente não mudou sua periodicidade ou linguagem. Permaneceu defendendo a independência do Brasil e se opondo às Cortes e às tropas portuguesas, dando, porém, mais espaços para correspondências.

¹³⁷³ *Atalaia*, n. 4, 22 de junho de 1823.

¹³⁷⁴ *O Espelho*, n. 109 e n. 110 principalmente.

¹³⁷⁵ *O Espelho*, n. 115, 24 de dezembro de 1822.

¹³⁷⁶ *O Espelho*, n. 114, 20 de dezembro de 1822.

¹³⁷⁷ *O Espelho*, n. 126, 31 de janeiro de 1823.

¹³⁷⁸ *O Espelho*, n. 117, 31 de dezembro de 1822.

No decorrer desse ano, percebe-se a permanência do discurso mobilizador que apelava para as emoções e o patriotismo. A realidade vivida na guerra de independência tornava imperativo que os cidadãos reconhecessem a legitimidade do conflito e sustentassem as tropas autonomistas. Exemplar foi uma das cartas publicadas assinada pelo *Paulista Amigo da Pátria*, que convocou os brasileiros para a guerra de independência. A correspondência chamava os brasileiros “Às armas”, dizendo que “vos chama a honra, a Pátria, o interesse, a glória e o dever”. A luta e a guerra, segundo o missivista, era contra os “Demagogos do velho mundo” que queriam enviar aos brasileiros a “Constituição de Baionetas”¹³⁷⁹.

Cada vitória das tropas do Brasil era noticiada e comemorada. Na edição 127 o jornal publicou um soneto chamado “À tomada de Itaparica”, em que tratava com desdém a trajetória da tropa portuguesa na ilha. Dizia que

Com denodado orgulho a Frota invicta
Da Valorosa gente Lusitana,
Os mares sulva, e com fúria insana
Investe a Ilha, a que o saque a incita
[...]
Mudou-se a Cena vã... O! que tormentos!!!
Os vencedores da Europa aflitos morrem....
Juncam aquelas praias quatrocentos¹³⁸⁰.

Diante da notícia de que o deputado português Manuel Fernandes Thomas havia morrido, o periódico publicou um poema que dizia o seguinte:

Quem vem lá? (o barqueiro perguntava
Alçando a velha descorada frente)
Sou lhe diz (investindo a negra ponte)
Aquele, que a discórdia derramava.

Alto! O velho bradou, e a vista crava
No traidor Português, que tem defronte:
Tremeu de raiva o sórdido Caronte,
E sobre o monstro descarrega clava.

Ao bruto som da bestial pancada
Baqueia a sombra no portal do Averno,
E a abobada troou da escura entrada.

Acorde o Nume do tormento eterno,
E conhecendo a larva condenada
É FERNANDES THOMAS¹³⁸¹, gritou no Inferno¹³⁸².

Com tamanha rivalidade com os portugueses, nem os mortos escapavam dos insultos.

¹³⁷⁹ **O Espelho**, n. 121, 14 de janeiro de 1823.

¹³⁸⁰ **O Espelho**, n. 128, 07 de fevereiro de 1823.

¹³⁸¹ Deputado português acusado pelos brasileiros de ser um dos maiores defensores de medidas “recolonizadoras”.

¹³⁸² **O Espelho**, n. 147, 15 de abril de 1823.

O desenvolvimento da guerra na Bahia afastou cada vez mais os “brasileiros” e os “portugueses” no periódico. As notícias do confronto, as descrições das batalhas, as narrativas que chegavam dos deputados do Brasil que haviam passado pelas Cortes e o recurso ao passado colonial faziam com que Portugal se tornasse, a cada edição, mais antagônico e adverso, cristalizando a diferença entre “brasileiros” e “portugueses”.

Todavia, o fato de ter nascido em Portugal não significava que o indivíduo não pudesse ser considerado um “brasileiro”. O correspondente *Hum Caixeiro leal ao Brasil*¹³⁸³ dizia que o “amor, e a fidelidade, que consagro ao Brasil, minha Pátria adotiva, e a sincera adesão à sua justa causa” o levaram a falar “a meus compatriotas, e companheiros”, desejando que eles se juntassem aos brasileiros na defesa da independência e na “defesa da Pátria”¹³⁸⁴.

Além da definição de quem eram os “brasileiros” e da pregação patriótica, houve no *Espelho* crescente valorização da figura de D. Pedro I, ao ponto de que sua *persona* passasse a ser mais importante do que a própria constituição. Ele foi tratado como elemento fundamental, já que era através dele que outras instituições, como a Constituinte, estariam garantidas.

O correspondente *Hum Lusitano Brasileiro*¹³⁸⁵, por exemplo, disse que não era necessário que “se ajunte sempre o epíteto Constitucional” ao nome do Imperador, porque ele seria monarca mesmo sem a constituição, já que era herdeiro do trono dos Bragança. Afirmava também que o Brasil ainda não tinha uma constituição, e que, mesmo assim, D. Pedro governava a favor da “justa liberdade do povo, e em benefício público”, o que dava provas de sua “natural Generosidade”¹³⁸⁶.

Como houve uma mudança nos principais assuntos e na própria linguagem do *Espelho* após novembro de 1822, e, principalmente, após 1823, consideramos necessário dividir sua análise no *Iramuteq* em duas etapas. Assim, enquanto no Gráfico 39 analisamos as edições que

¹³⁸³ O epíteto “Caixeiro” fazia referência a uma atividade econômica majoritariamente exercida por portugueses. Cf: MARTINHO, Lenira Menezes; Riva, GORENSTEIN. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

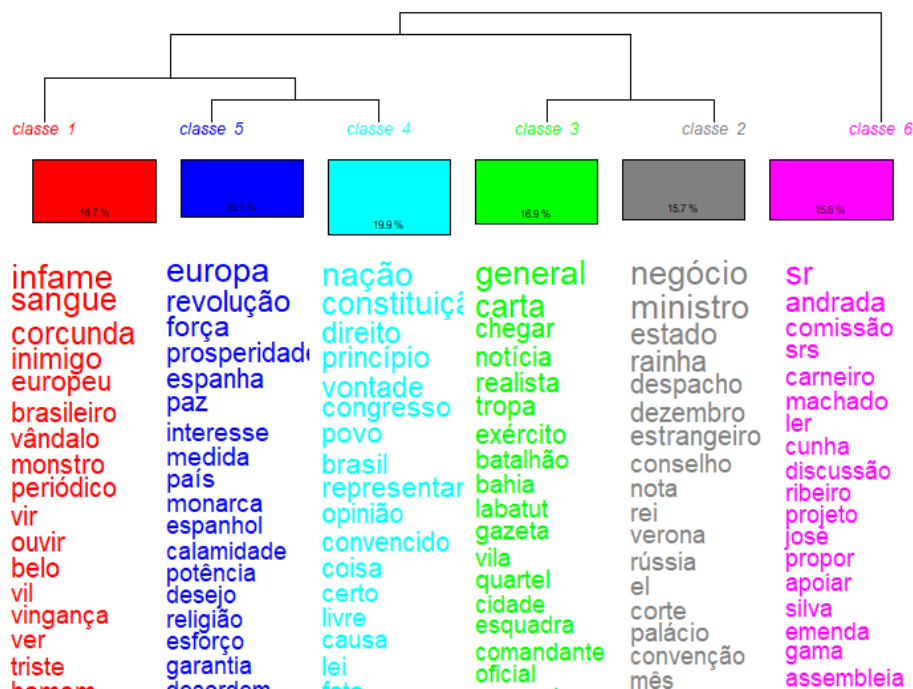
¹³⁸⁴ **O Espelho**, n. 129, 11 de fevereiro de 1823.

¹³⁸⁵ Poucas edições depois, o correspondente *Brasilico, Brasileiro* questionou o *Hum Lusitano Brasileiro* sobre os motivos de não ter retirado o nome *Lusitano* de sua assinatura. Revoltado com o pseudônimo, dizia que o “Brasileiro” era o “único distintivo solene dos Súditos do Império” e que não havia “razão em enxovalhar o honrado e generoso nome Brasileiro, unindo-o a outro nome inimigo, com quem não pode fazer liga”. Isso porque o “Brasil, elevado Império em 12 de outubro de 1822, é uma Nação livre, e Independente de Portugal” e questionava se o correspondente considerava uma “farsa ou uma comédia tudo quanto se tem feito com tanta glória e trabalho a prol da nossa Liberdade e separação da Política Europeia”. **O Espelho**, n. 140, 21 de março de 1823.

¹³⁸⁶ **O Espelho**, n. 138, 14 de março de 1823.

circularam até novembro de 1822, os gráficos adiante são feitos com as edições que circularam a partir de novembro¹³⁸⁷ até o fim do jornal.

Gráfico 45 – Método Reinert do *Espelho* das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

A análise do *Espelho* nos levou ao gráfico acima. Nele, vemos que a Classe 1 diz respeito aos adjetivos utilizados para qualificar os indivíduos contrários ao Brasil, grupo que analisaremos posteriormente. Já a Classe 2 é formada por palavras que majoritariamente eram utilizadas em decretos, “despachos” e leis publicadas pelo governo brasileiro ou notícias de outros países.

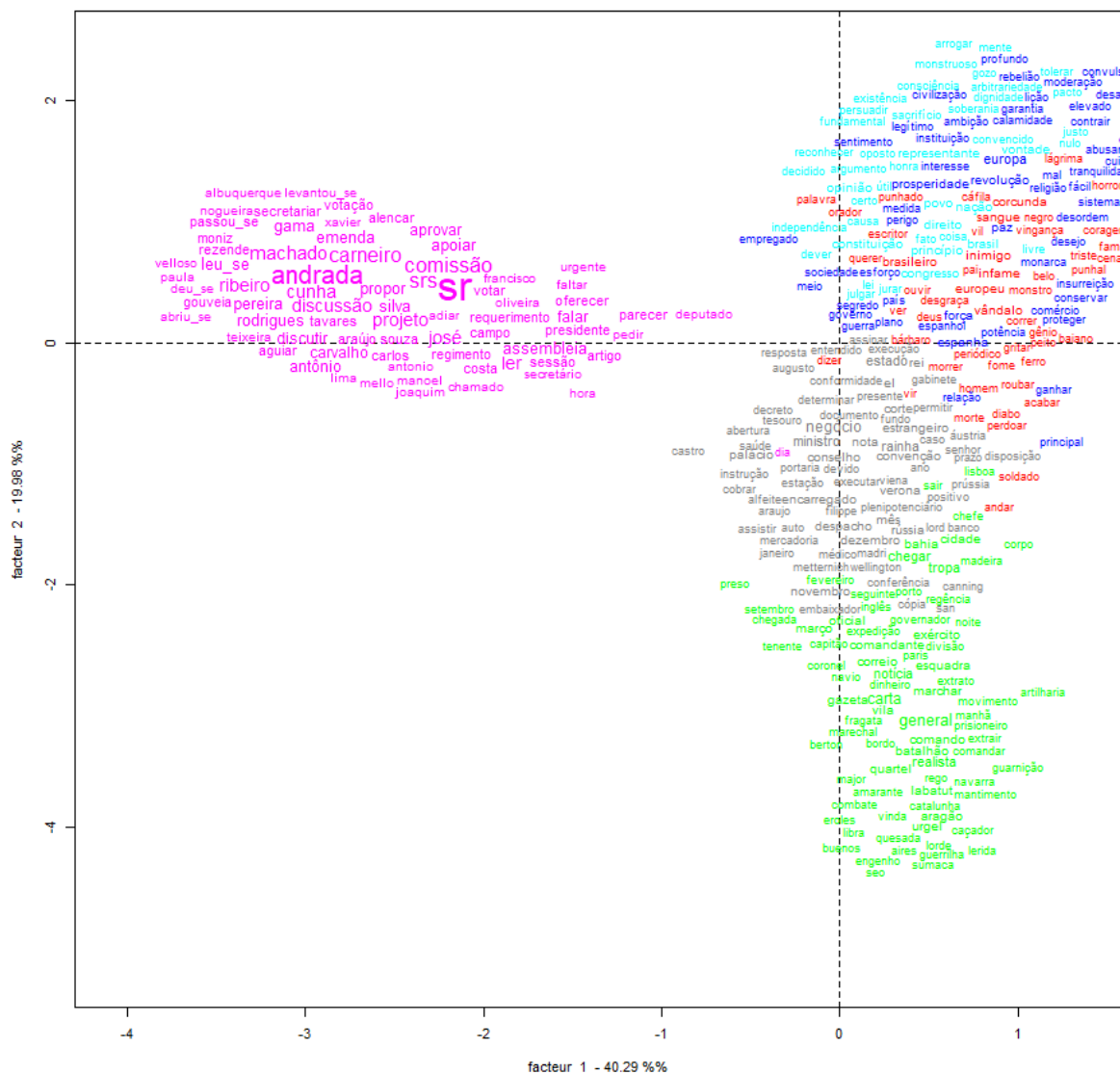
A Classe 3 é composta por termos referentes à guerra na “Bahia”. As movimentações de “tropas” que chegavam por meio de “cartas”, as “notícias” dos confrontos entre os “exércitos” e “batalhões”, bem como as opções militares dos generais Madeira e “Labatut” ocupam esse grupo.

As classes 4 e 5 são constituídas por vocábulos referentes à política, as quais analisaremos adiante. Para terminar essa etapa, a Classe 6 diz respeito às discussões que ocorriam nas Cortes e na Constituinte. Por isso, havia vocábulos como “Sr”, forma utilizada

¹³⁸⁷ Foram analisadas as edições de 05 de novembro de 1822 até a última edição, de 27 de junho de 1823.

para se referir aos deputados, “andrada”, “carneiro” e “machado”, alguns dos mais referenciados, e “comissão”, “discussão” e “emenda”, que diziam respeito às propostas.

Gráfico 46 - Gráfico AFC do *Espelho* das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

O Gráfico AFC acima mostra como essas palavras interagiam no texto. Podemos ver, em rosa, que os vocábulos que representam a Classe 6 estão isolados. Isso ocorre porque as seções em que se publicavam as discussões que ocorriam na Constituinte ocupavam a primeira parte do jornal e ficavam separada das outras.

Percebemos, também, que as palavras das classes 2 (em cinza) e 3 (em verde) estão um pouco abaixo das demais e têm alguma divisão entre si. Isso ocorreu porque no periódico constantemente se noticiava as novidades dos conflitos na Bahia a partir de uma ótica oficiosa, utilizando documentos oficiais como fonte de notícias.

Por outro lado, vemos que as classes 1 (vermelho), 4 (azul claro) e 5 (azul escuro) estão bastante misturadas no texto. Essas classes são formadas por termos frequentes em editoriais e em correspondências que tratavam de questões referentes à política brasileira. Em vista disso, vamos nos ater um pouco mais a elas.

Começamos pela Classe 1. Ela nos mostra adjetivos majoritariamente negativos utilizados para alcunhar a oposição. O personagem mais chamado de “Infame” foi o general Madeira, que liderava a guerra contra as tropas brasileiras na Bahia¹³⁸⁸. Da mesma forma, se falava dos “Corcundas”, que eram aqueles que negavam a “soberania nacional”¹³⁸⁹. Esse termo também era utilizado como um sinônimo de “pés-de-chumbo”¹³⁹⁰, que, juntamente, representavam os “inimigos” dos “brasileiros”.

Graças às ações dos inimigos da “pátria”, era necessário aos patriotas agirem em sua defesa. O periódico pedia atenção “contra as ciladas de nossos inimigos” e dizia que os “brasileiros” deviam estar a postos para defender a “nossa pátria”, sempre tendo como divisa o mote de “Independência, ou Morte”¹³⁹¹.

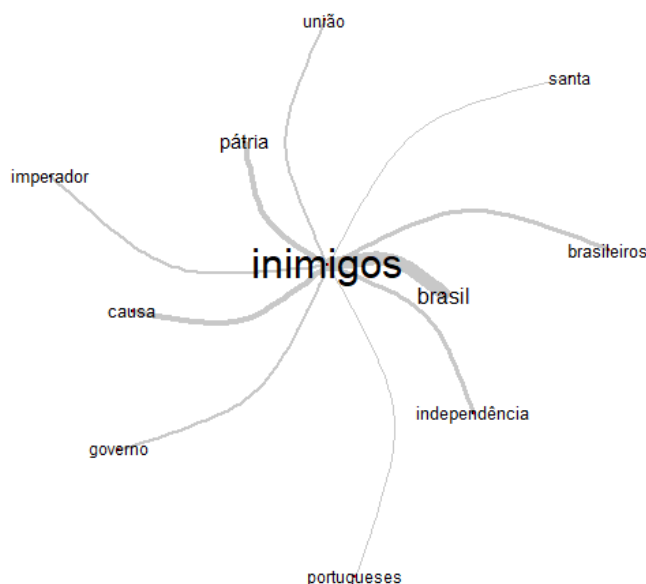
¹³⁸⁸ **O Espelho**, n. 157, n. 161, n. 157, n. 123 e n. 112.

¹³⁸⁹ **O Espelho**, n. 140, 21 de março de 1823.

¹³⁹⁰ **O Espelho**, n. 144, 04 de abril de 1823.

¹³⁹¹ **O Espelho**, n. 146, 11 de abril de 1823.

Gráfico 47 – Grafo de similitude de "inimigos" no *Espelho* das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

Ao observarmos o gráfico acima, vemos que os inimigos do “Brasil”, da “pátria”, da “causa”, da “independência” e dos “brasileiros” eram, principalmente, os deputados portugueses e as tropas baianas lideradas por Madeira. Somavam-se a eles os inimigos do “governo”, do “imperador” e da “união”, característica atribuída ao grupo ao qual faziam parte os redatores do *Reverbero* e do *Correio do Rio de Janeiro*. O discurso difundido pelo editor do *Espelho* é o de que, além dos inimigos que lutavam contra a independência do Brasil, existiam aqueles que tentavam destruir a união dos brasileiros a partir de críticas ao governo e ao monarca. Acusados de serem “vândalos” e “monstros”, eles deviam ser perseguidos e suprimidos pelo bem da pátria.

Ao retomarmos o [Gráfico 45](#), observamos que a Classe 5 é formada por palavras comumente utilizadas em notícias estrangeiras. É claro que algumas, como “prosperidade” e “interesse”, também se envolviam com as questões brasileiras, mas o que essas notícias mais falavam era dos perigos de “revolução” em países europeus como França e Espanha.

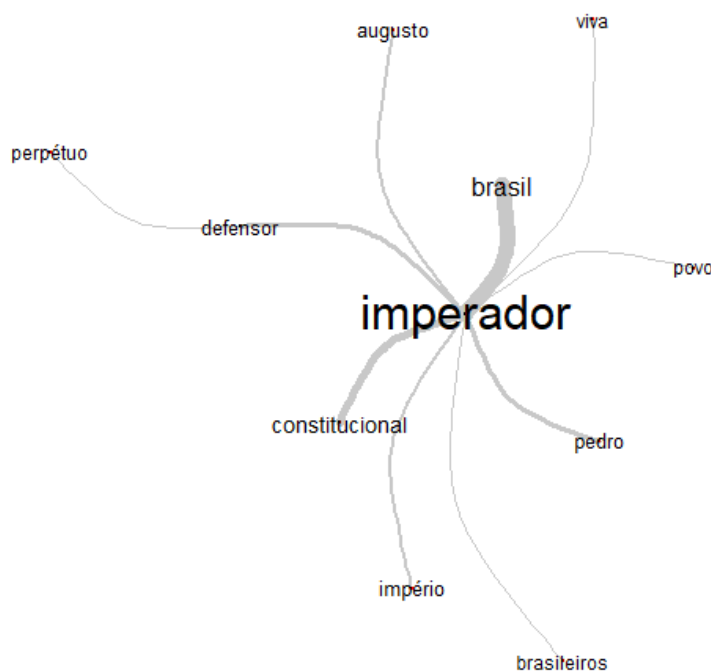
As notícias ligavam-se à pregação contra os “inimigos” do Brasil. O editor do periódico buscava associar seus adversários aos “carbonários” que desestabilizavam os países europeus

ao promoverem revoluções. Esses indivíduos ameaçavam a “paz” e a “religião”, causando “calamidades” e ameaçando o governo dos “monarcas”.

Contra eles, era necessária a união da “nação” - palavra presente na Classe 4 -, em torno do “governo” e da “constituição”. A “constituição”, por sua vez, era a garantidora dos “direitos” dos brasileiros que através dela seriam resguardados¹³⁹², tendo leis e direitos iguais¹³⁹³.

Era em defesa dessas instituições e em oposição ao que chamava de “princípios contrários” à “segurança dos governos”¹³⁹⁴ que os cidadãos deviam se unir. A unidade se pautava não apenas em torno da constituição, mas também da “independência” do Brasil, tratada como “gloriosa” e “majestosa”¹³⁹⁵ e como o “único antídoto contra a violência portuguesa”¹³⁹⁶. A principal figura que despontava no jornal como o garantidor da independência e da constituição, era o Imperador.

Gráfico 48 - Grafo de similitude de "Imperador" no *Espelho* das edições que circularam da Bonifácia até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Espelho*.

¹³⁹² *O Espelho*, n. 131, 18 de fevereiro de 1823.

¹³⁹³ *O Espelho*, n. 125, 28 de janeiro de 1823.

¹³⁹⁴ *O Espelho*, n. 152, 02 de maio de 1823.

¹³⁹⁵ *O Espelho*, n. 101, 05 de novembro de 1822.

¹³⁹⁶ *O Espelho*, n. 128, 07 de fevereiro de 1823.

No gráfico acima, vemos as palavras mais relacionadas a “Imperador”. O monarca constantemente era referenciado a partir de seu título de “Defensor Perpétuo”, buscando reforçar o seu protagonismo na defesa da independência do Brasil e na luta contra as Cortes. Ele também aparecia muitas vezes como “Imperador Constitucional”, o que reiterava seu caráter associado aos novos tempos políticos e ligava a constituição à sua pessoa.

O que o periódico buscava mostrar é que a independência do Brasil e a constituição só seriam exequíveis se os brasileiros defendessem D. Pedro I. Sem ele, não seria possível resistir aos decretos das Cortes, muito menos manter a ordem no Reino do Brasil ameaçada pelos inimigos internos acusados de serem “demagogos” e “anarquistas”. Por isso, era necessária a união em torno do “Digno Herói” brasileiro¹³⁹⁷, pois ele era o esteio de segurança da “manutenção dos direitos individuais dos cidadãos e coletivos da nação”¹³⁹⁸.

A importância de D. Pedro para o discurso do *Espelho* também é perceptível nos 52 vivas dados a ele. Essa tradicional manifestação da sociedade portuguesa que, em 1821, era direcionada às Cortes, à Constituição, à Nação Portuguesa e a D. João, a partir do fim de 1822 passou a ser dirigida ao “Imperante do Brasil”, à “Independência do Brasil”, ao “Povo Constitucional do Brasil”¹³⁹⁹ e à “Assembleia Geral Constituinte” do Brasil¹⁴⁰⁰.

Os vivas ilustram a drástica mudança que ocorreu em menos de dois anos, sendo o *Espelho* um dos principais vetores dessas transformações. O periódico que iniciou defendendo a união de portugueses de ambos os lados do Atlântico a favor do constitucionalismo, terminou fazendo propaganda da ruptura e da guerra entre Brasil e Portugal.

Diante das modificações políticas que ocorreram, na edição 168, de 27 de junho de 1823, o redator anunciou seu encerramento. Dizendo ter lutado pela “sagrada causa da Independência do Brasil”, traçou sua trajetória iniciada há onze anos, quando começou a escrever *O Patriota*. Na narrativa, afirmou ter sofrido em 1821, 1822 e 1823 acusações e calúnias dos “inimigos da prosperidade do Brasil”, sem que isso o fizesse desviar do caminho pretendido. Postulou ter feito sua tarefa como redator com entusiasmo, pois “Servir a Pátria é o primeiro dever do Cidadão”. Por isso, avisou que, mesmo finalizando o jornal, não perderia de vista que a “liberdade da minha Pátria foi, e será sempre o objeto dos meus votos”.

¹³⁹⁷ *O Espelho*, n. 165, 17 de junho de 1823.

¹³⁹⁸ *O Espelho*, n. 118, 03 de janeiro de 1823.

¹³⁹⁹ *O Espelho*, n. 115, 24 de dezembro de 1822.

¹⁴⁰⁰ *O Espelho*, n. 105, 19 de novembro de 1822.

4.1.4. Emoção e patriotismo na imprensa do Rio de Janeiro

A outrora nação formada por portugueses de ambos os lados do Atlântico estava fraturada. Através dos jornais autonomistas, “portugueses” e “brasileiros” passaram a fazer parte de nações diferentes, conformando identidades opostas. Todo aquele entusiasmo compartilhado com a constituição iniciado em 1821, foi substituído por estado de guerra. Se outrora portugueses americanos e europeus compartilhavam de uma mesma identidade política ligada ao “ser constitucional”, os desentendimentos com as Cortes e o apelo ao patriotismo fizeram surgir uma nova que redefiniria os contornos do Reino Unido de Portugal, do Brasil e de Algarves: o ser brasileiro.

Em uma diferenciação que ocorria desde o início de 1822, percebe-se nesse momento o desenvolvimento de uma rivalidade. Os jornais que representavam grupos políticos fluminenses passaram a veicular a crescente oposição entre o “ser brasileiro” e o “ser português”, colaborando para a politização dos termos.

A distinção entre ambos, todavia, não inviabilizou outras identificações coletivas. Mantinham-se as identidades regionais que aludiam aos “pernambucanos”, “baianos” e “maranhenses” que compunham o mosaico que permeava o início do século XIX brasileiro¹⁴⁰¹. Todavia, é perceptível nas fontes analisadas que o “ser brasileiro” se sobrepôs às outras, unindo os diferentes “povos” do Brasil em defesa da “pátria” comum.

A primeira fase da constituição do “ser brasileiro” teria ocorrido ainda em 1821. Progressivamente, os jornais autonomistas diferenciaram os “portugueses americanos” dos “europeus”, semeando entre o público essa discriminação. Assim, a identidade americana colocou-se, em um primeiro momento, como sinônimo de naturalidade e/ou de ligação com a América, opondo-se singelamente aos europeus¹⁴⁰².

Uma segunda etapa da criação do “ser brasileiro” foi a associação dos habitantes da América portuguesa com o Brasil. Segundo Andrea Slemian, percebe-se em alguns círculos, desde o reformismo ilustrado, a América como um espaço distinto da Europa¹⁴⁰³. Tal percepção seria reforçada com a vinda da Corte, ao ponto de Hipólito da Costa falar no *Correio Braziliense*

¹⁴⁰¹ JANCSÓ; PIMENTA, 2000.

¹⁴⁰² PIMENTA, 2006b, p. 70.

¹⁴⁰³ SLEMIAN, Andrea. Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. *Claves. revista de historia*, n. 1, p. 91–120, 2015, p. 101.

do “novo Império do Brasil”¹⁴⁰⁴. O que os autonomistas analisados neste trabalho fizeram foi tonificar esse espaço americano enquanto entidade política, tornando o Brasil uma “referência palpável” para os portugueses¹⁴⁰⁵. Graças à relevância que o “Brasil” tinha e às discordâncias com as ordens enviadas pelas Cortes lisboetas, começou a aparecer nos jornais a diferença entre os “portugueses brasileiros” e os “portugueses Europeus”.

Por fim, uma terceira fase foi a separação entre “brasileiros” e “portugueses”. Vimos nesse capítulo como foi suscitado o desmembramento do “ser brasileiro” e do “ser português” nos periódicos estudados. Os debates nas Cortes, a insatisfação com as propostas que de lá chegavam e o desenvolvimento da guerra no Norte do Brasil esquentou os ânimos e levou ao rompimento entre os “brasileiros” e os “portugueses”.

Os resultados das análises corroboram as conclusões de Gladys Sabina Ribeiro, para quem o “ser brasileiro” foi construído enquanto aquele que lutava pela liberdade do Brasil, pela monarquia representativa e constitucional, e que se portava contra as medidas recolonizadoras das Cortes. Em oposição, o “ser português” transformou-se no inimigo da pátria que defendia o despotismo das Cortes¹⁴⁰⁶.

Todo esse processo foi acompanhado por um inteligente manuseio dos sentidos de pátria. Escrevendo durante o processo de politização do termo, os autonomistas associaram a pátria ao Brasil, tornando-o também um ente unificador das identidades provinciais. Ainda que permanecessem as diversas pátrias regionais, diziam defender uma mesma “causa”, ao mesmo tempo em que tentavam incutir no público que a pátria que os unia era o Brasil, não Portugal.

O ato de atribuírem ao Brasil o papel de pátria possibilitou uma linguagem mobilizadora. Se a pátria era o Brasil, cabia aos “patriotas” defendê-lo dos que a ameaçava. Coube às Cortes de Lisboa, graças às ordens que enviavam o papel de “vilãs” nos discursos autonomistas. Era dever dos “brasileiros”, dos “patriotas” e dos defensores da “causa do Brasil” lutar contra os “ferros” que lhe enviavam os deputados portugueses, defendendo o príncipe como delegado do Poder Executivo, a Constituinte e, posteriormente, a ruptura com Portugal.

Em paralelo à luta pela independência, os grupos políticos do Rio de Janeiro também se enfrentavam. A oposição entre essas facções motivou a quebra da frágil aliança que unia esses indivíduos, colocando, de um lado, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e

¹⁴⁰⁴ SLEMIAN, 2015, p. 102.

¹⁴⁰⁵ JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 418.

¹⁴⁰⁶ RIBEIRO, 1997, p. 93.

João Soares Lisboa, redatores do *Correio do Rio de Janeiro* e do *Reverbero*, e de outro, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, José da Silva Lisboa, Antônio José Loureiro e Francisco Sampaio, redatores do *Espelho*, do *Regulador Brasileiro* e do *Atalaia*.

A discordância entre esses personagens se acirrou após a convocação da Constituinte, quando temas referentes à organização do poder, como a questão do veto, a forma com que seriam realizadas as eleições, a criação do Senado e a divisão dos poderes vieram à tona. Com a crescente hostilidade entre ambos, surgiram apelidos e apodos provocativos e difamatórios. Acusavam-se mutuamente de “republicanos”, “anarquistas”, “déspotas”, “servis” e “demagogos”, dizendo que uns e outros queriam prejudicar o desenvolvimento do Brasil e eram nocivos ao país. Mais uma vez, a linguagem patriótica e emotiva serviu de suporte, pois, enquanto acusavam os opositores de inimigos da “pátria”, justificavam ao mesmo tempo que deviam ser preteridos nas eleições e, se possível, excluídos da cena pública.

Em meio ao confronto, o grupo político dos jornais *Espelho*, *Regulador* e *Atalaia* saiu vitorioso. Por meio de uma devassa, o ministro José Bonifácio determinou a perseguição dos opositores, acusando-os de serem “demagogos”, “anarquistas” e “republicanos” que buscavam desestabilizar o país. Com isso, além do exílio de Joaquim Gonçalves Ledo e prisão de Januário da Cunha Barbosa, redatores do *Reverbero*, o *Correio do Rio de Janeiro* também foi finalizado, já que seu autor, João Soares Lisboa, fugiu do Brasil.

Diante dessa onda de repressão, calhou ao *Espelho*, ao *Regulador* e ao *Atalaia* o predomínio na imprensa fluminense juntamente aos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*. Esses periódicos atuaram na defesa da independência do Brasil, combatendo os “portugueses” e inculcando na população a fidelidade ao Imperador D. Pedro I.

Durante a hegemonia desses impressos, os quais chamamos de “áulicos” por suas ligações cortesãs e ideias políticas, ocorreu a valorização da figura do imperante. Eles defendiam que o poder executivo exercido por D. Pedro I devia ser amplo, tendo ele a prerrogativa do veto e a iniciativa das leis, inculcando nos brasileiros que não apenas a independência teve como principal herói o Imperador, mas também que a própria constituição era garantida por sua pessoa.

Especificamente sobre *O Espelho*, vimos a alteração de seu conteúdo através dos dados do *Iramuteq*. Com a vitória sobre seus adversários dentro do Rio de Janeiro e a consolidação da ruptura entre Brasil e Portugal, o jornal passou a trabalhar em prol da construção da nação

brasileira, fazendo parte de um processo semelhante ao percebido por Guerra no restante da América¹⁴⁰⁷.

A importância da “nação” no final do *Espelho* é representada por sua posição na Classe 4 do [Gráfico 45](#). Esse termo remetia a uma comunidade livre e soberana unida por laços subjetivos. O Brasil progressivamente se transformava em uma nação “limitada” no território circunscrito da antiga América portuguesa, mas também soberana ao ponto de ter seu próprio governo e constituição, cabendo aos jornais um importante papel de difusão desse novo espaço¹⁴⁰⁸.

De acordo com Oliveira, a formação do Império foi resultado da criação de um mercado econômico integrado e de um Estado unificado e centralizado¹⁴⁰⁹, cabendo aos áulicos a tarefa de defender esse projeto. Assim, após a ruptura com Portugal e a vitória sobre os indivíduos que tentavam limitar o poder do Imperador no Rio de Janeiro, coube ao Estado imperial a “expansão para dentro”¹⁴¹⁰, sendo a primeira tarefa conquistar as províncias do Norte do Brasil.

4.2. A imprensa pernambucana de 1822 e 1823

Ao chegar em Pernambuco levando consigo a notícia da convocação da Constituinte, o desembargador Bernardo José da Gama, que, segundo Evaldo Cabral de Melo, foi enviado para a província a mando do grupo ao qual faziam parte Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa¹⁴¹¹, encontrou um ambiente diferente do que esperava. Isso porque no início de junho ocorreu a insurreição da tropa e do povo liderada por Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (um emissário de José Bonifácio), Manuel Pedro de Moraes Mayer e Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda. A manifestação influenciou a adesão da província ao governo do Rio de Janeiro, já que Gervásio Pires, presidente da Junta, foi encurralado pelos insurretos e, pressionado, prestou juramento ao Príncipe Regente¹⁴¹². A partir de então, Pernambuco, que permanecia em política

¹⁴⁰⁷ ANNINO, Antônio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la nación**: Iberoamérica. Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 11.

¹⁴⁰⁸ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 12.

¹⁴⁰⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Estado, nação e escrita da história: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 256.

¹⁴¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohlof de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, n. 1, p. 8-26, 2005, p.26.

¹⁴¹¹ MELLO, 2004, p. 97.

¹⁴¹² Uma descrição mais detalhada da rebelião pode ser encontrada no segundo capítulo do trabalho de Evaldo Cabral de Melo. MELLO, 2004.

pendular e ambígua entre o Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa, aderiu à autoridade de D. Pedro.

O frenesi político e social se replicou na imprensa. O *Segarrega*, que até então havia dividido espaço em Pernambuco apenas com o oficioso *Relator Verdadeiro*, ganhou a companhia do *Conciliador Nacional*¹⁴¹³, do *Maribondo*¹⁴¹⁴ e da *Gazeta Pernambucana*¹⁴¹⁵ em junho de 1822. Também existiram os jornais governistas, a *Gazeta do Governo* e o *Diário da Junta de Governo*¹⁴¹⁶, que deram publicidade às movimentações do governo provincial ao mesmo tempo em que agiram politicamente ao noticiar seus atos e discursos.

A partir desses periódicos, conseguimos observar as mudanças políticas que ocorreram em Pernambuco durante 1822 e 1823. Trocas de governo, movimentações populares e militares, ascensão de atores políticos e os diferentes projetos que circulavam pela província evidenciam-se nesses impressos e seus textos. Por meio de editoriais, extratos, notícias e correspondências, percebe-se a gradual e conflituosa acomodação dentro do Império do Brasil.

Muito do que se discutiu na imprensa pernambucana teve ligação com o embate polarizado entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Diferente dos outros momentos analisados nesta tese, na segunda metade de 1822 houve maior envolvimento dos impressos de Pernambuco com jornais de outras províncias.

Olhando para as referências feitas nos jornais, o *Correio do Rio de Janeiro*, com quatro citações por parte da *Gazeta Pernambucana*¹⁴¹⁷, foi o mais frequente. Mas existiram também citações ao *Diário do Rio de Janeiro*¹⁴¹⁸, ao *Espelho*¹⁴¹⁹, à *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁴²⁰ e ao *Reverbero*¹⁴²¹. Essas menções tratavam-se de notícias retiradas dos papéis fluminenses que traziam novidades a respeito de ações do governo do Rio de Janeiro, como o novo escudo de armas, as festas de aclamação e as proclamações do príncipe.

¹⁴¹³ Periódico impresso pela Tipografia de Cavalcante & Companhia.

¹⁴¹⁴ Consta que o jornal era publicado na Tipografia Nacional. Cada edição custava 80 réis.

¹⁴¹⁵ Publicado a Tipografia de Cavalcante e Companhia. Custava 80 réis cada edição.

¹⁴¹⁶ Ambos publicados na Tipografia de Cavalcante & Companhia.

¹⁴¹⁷ Todas na mesma edição. **Gazeta Pernambucana**, n. 5, 27 de novembro de 1822.

¹⁴¹⁸ **Gazeta Pernambucana**, n. 5 e n. 8.; **Diário da Junta de Governo**, n. 6

¹⁴¹⁹ **Gazeta do Governo**, 26 de outubro de 1822.

¹⁴²⁰ **Gazeta Pernambucana**, n. 3, 22 de outubro de 1822.

¹⁴²¹ **Diário da Junta do Governo**, n. 3, 18 de fevereiro de 1823.

Além das notícias do Rio de Janeiro, percebe-se uma novidade nos impressos pernambucanos: o debate interno à província. Se até então existia pouca variedade de periódicos e o *Segarrega* prevalecia como o único papel opinativo, se formou, com o surgimento de outros jornais, uma discussão que opôs os redatores e evidenciou os diferentes projetos que existiam entre as elites. Olhando especificamente para as referências, vemos que o *Conciliador Nacional*¹⁴²² polemizou com o *Segarrega*, e o *Maribondo*¹⁴²³ com a *Gazeta Pernambucana*¹⁴²⁴.

Diante da dinâmica impressa da província, temos nesta tese como recorte final para Pernambuco o mês de abril de 1823. Tal limite se baseia no hiato de edições localizadas da *Gazeta Pernambucana* e do *Segarrega*¹⁴²⁵, além do surgimento do jornal *Sentinela da Liberdade*, que riquíssimo em informações, ideias e projetos políticos, foi capaz de alterar o debate da província e iniciar um novo momento da imprensa pernambucana.

4.2.1. Os projetos políticos dos periódicos pernambucanos

O ambiente agitado da província propiciou uma discussão intensa nesses jornais. Não bastasse a disputa de poder interna, que desequilibrava a ordem social graças aos avanços de grupos dissidentes, a guerra na Bahia tornou a província a base de operações das tropas do Rio de Janeiro, trazendo novos temas e eventos para os periódicos.

No dia 25 de julho de 1822, saiu a primeira edição do *Maribondo*. Seu título remetia aos outros jornais com nome de animais do Rio de Janeiro e, já no primeiro parágrafo, o redator citou como companheiros na defesa do Brasil os “papagaios, periquitos, e macacos”¹⁴²⁶, remetendo aos jornais fluminenses analisados anteriormente.

¹⁴²² Jornal publicado por Miguel Sacramento Lopes Gama, o padre Carapuceiro.

¹⁴²³ Escrito pelo padre e ex-revolucionário Marinho Falcão Padilha. CABRAL, Flávio José Gomes. O povo nas ruas: cultura, disputas e alianças políticas em Pernambuco (1820-1822). *Almanack*, n. 30, p.1-34, dezembro, 2022, p. 21.

¹⁴²⁴ Editado inicialmente pelo padre Venâncio Henriques de Rezende, depois por Cípriano Barata e por último por Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque. SODRÉ, 1999, p. 74.

¹⁴²⁵ A última edição localizada da *Gazeta* foi a 21 do dia 18 de setembro de 1823 e o hiato se deu entre as edições 12 de 18 de abril e 16 de 14 de agosto de 1823. Já do *Segarrega*, temos o número 22 de fevereiro de 1823 e depois apenas a edição 27 de outubro do mesmo ano.

¹⁴²⁶ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

Figura 5 - Frontispício do Maribondo.



Fonte: *O Maribondo* (1822).

A imagem do frontispício do *Maribondo* mostra um corcunda sendo picado por diversos marimbondos. O jornal justificou a escolha do nome à frase de um português, que chamou os brasileiros de “marimbondos” ao defenderem as “Cortes no Brasil”. Por isso, o Falcão Padilha, o editor do impresso, afirmou que, se os “marimbondos são maus, é, porque se intenta arruinar, o que é deles”¹⁴²⁷.

O outro periódico que surgiu no período analisado foi a *Gazeta Pernambucana*. Ele se sobressaiu pela grande quantidade de correspondências pelas quais passaram personagens notáveis de Pernambuco, como o padre Venâncio Henriques de Resende, que reclamou ter tido o nome retirado da lista de candidatos para deputado por ser acusado de ser contra a Constituinte brasileira¹⁴²⁸.

Na *Gazeta* também foi publicada, originalmente, os relatos dos deputados Cipriano Barata, Antônio Manoel da Silva Bueno, Francisco Agostinho Gomes, Diogo Antônio Feijó e José Lino Coutinho¹⁴²⁹ sobre o que havia ocorrido nas Cortes e o que os teria motivado a fugir de Portugal antes da assinatura da Constituição. Ademais, foi divulgada uma carta de João Pires Ferreira, filho de Gervásio Pires, que defendeu seu pai de calúnias e de acusações que estava sofrendo na província após o fim da Junta por ele presidida¹⁴³⁰. Manuel Carvalho de Paz de

¹⁴²⁷ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

¹⁴²⁸ *Gazeta Pernambucana*, n. 4, 9 de novembro de 1822.

¹⁴²⁹ *Gazeta Extraordinária*, 03 de janeiro de 1823.

¹⁴³⁰ *Gazeta Pernambucana*, n. 6, 15 de janeiro de 1823.

Andrade, o futuro líder da Confederação do Equador, também assinou duas correspondências se defendendo de acusações feitas por um desembargador da cidade¹⁴³¹.

Diante do que vemos nessas cartas e na duração da *Gazeta*, podemos considerar que o periódico teve grande capilaridade na província. Além da participação de personagens com grande prestígio, o impresso expôs assuntos variados que passavam por questões comerciais¹⁴³², e denúncias de apropriação indevida de cargos públicos¹⁴³³.

A denúncia e a defesa de autoridades constantes na *Gazeta* evidenciam que não apenas os reclamantes tiveram espaço¹⁴³⁴ como os próprios acusados recorriam ao jornal para se defender à luz da opinião pública¹⁴³⁵. Diante disso, o impresso se comportou como um tribunal paralelo, no qual as acusações e as defesas eram feitas buscando os elementos envolvidos nos casos se justificarem perante os cidadãos. Esses conflitos também nos mostram como a província estava dividida entre grupos que disputavam o poder e a ocupação de cargos públicos.

Aliás, quando se trata de disputa de poder, o já citado padre Venâncio Henriques de Rezende e suas correspondências expõem a intrincada rede de conflitos e controvérsias que envolviam os redatores. Uma de suas inserções na cena pública mais interessantes foi a polêmica o redator do *Maribondo*.

Falcão Padilha, editor do *Maribondo*, afirmou em determinado número ter recebido uma carta de Rezende em que questionou sua definição de república. Não se escusando ao debate, o periodista publicou a correspondência e fez comentários que acabaram descambiando para agressões verbais, expondo as rivalidades e os significados de “república” que existiam na época¹⁴³⁶.

Enquanto o debate entre os padres se estendia e as diferentes noções sobre “República” eram expostas no *Maribondo*, Henriques de Rezende acusou seu rival, o redator do periódico, de difamar os participantes da Revolução de 1817. Essa acusação foi prontamente rebatida por

¹⁴³¹ *Gazeta Pernambucana*, n. 10 e n. 16.

¹⁴³² *Gazeta Pernambucana*, n. 4, 9 de novembro de 1822.

¹⁴³³ *Gazeta Pernambucana*, n. 8, 28 de fevereiro de 1823.

¹⁴³⁴ *Gazeta Pernambucana*, n. 10 e n. 12.

¹⁴³⁵ *Gazeta Pernambucana*, n. 10, 25 de março de 1823.

¹⁴³⁶ A polêmica envolvendo os dois redatores evidencia como o conceito estava em disputa linguística. Para Henriques de Rezende, a “república” era o mesmo que a preocupação com o bem público, enquanto para Falcão Padilha a “república” era uma forma de governo eletiva. Sobre o debate e o conceito de república, consultar: *O Maribondo*, n. 3, 22 de agosto de 1822; LOMNÉ, 2014; STARLING, 2018

Falcão Padilha, que disse não pretender ofender os “Pais do Liberalismo em Pernambuco (a quem o nosso Periódico dá o pomposo título de Heróis)”, pois “esta ofensa nos devia ferir mais a nós, do que a v.m.”¹⁴³⁷.

Concluindo o debate que ocupou seu jornal, Padilha, redator do *Maribondo*, disse que todos “os Governos são bons, o melhor porém é aquele, que mais se acomoda às circunstâncias deste, ou daquele Povo”. Por isso afirmou que “não somos nós inimigos de República, queremos que elas sejam adotadas no Brasil”, desde que o país mudasse suas “circunstâncias no futuro”¹⁴³⁸.

A discussão entre Rezende e Padilha nos esclarece alguns elementos da cena pública pernambucana. Ambos os personagens haviam participada da Revolução de 1817, o que não inviabilizou discordâncias e inimizades durante o processo de independência, evidenciando como a política da província estava dividida. Mas mais do que isso, o debate nos mostra como a palavra “república” era compreendida e amplamente discutida em Pernambuco, algo que não era comum nas outras províncias que tiveram jornal e foram analisadas nessa tese. O fato de discutirem o assunto e ter Falcão Padilha assumido publicamente querer que “repúblicas” fossem instaladas no Brasil no futuro, nos fazem refletir sobre os limites do que Renato Lopes Leite denominou de “autocensura” às ideias republicanas durante o processo de independência¹⁴³⁹.

A atuação de Henriques de Rezende na cena pública pernambucana não se encerra nessa discussão, pois ele assinou outras duas correspondências publicadas na *Gazeta Pernambucana*. Na primeira, o clérigo decidiu discutir sobre a divisão de poderes, defendendo que os deputados deviam ter preponderância sobre o príncipe. Isso devia ocorrer porque, caso contrário Pedro ficaria “habilitado mesmo sem querer, para, se fosse como Cromwell, quando julgasse abusos certas indicações, certas decisões, mandar entrar no Salão, prender tudo, fechar a Casa, e pôr-lhe bilhetes de aluguel”.

De acordo com o padre Rezende, era necessário ter cuidado com o ministério do Rio de Janeiro. Dizia ser ele próprio um “amantíssimo da causa do Brasil”, mas que, “por largos

¹⁴³⁷ **O Maribondo**, n. 3, 22 de agosto de 1822.

¹⁴³⁸ **O Maribondo**, n. 3, 22 de agosto de 1822.

¹⁴³⁹ LEITE, 2000, p. 42.

tempos”, desconfiava dos “Projetistas”. Por isso, afirmou prezar pela autoridade do príncipe, “cujas intenções tem provado serem retíssimas”, mas desconfiar dos que o cercavam¹⁴⁴⁰.

Os posicionamentos do padre o fizeram ser impedido de se candidatar como deputado à Constituinte. Durante a eleição, a Câmara de Olinda se negou a diplomar Henriques de Rezende, acusando-o de ser republicano, o que o tornava incompatível com as instruções eleitorais. Para tentar contornar a situação, o padre fez “profissão de fé pública no regime monárquico-representativo”, e até mesmo autoridades provinciais manifestaram-se a seu favor¹⁴⁴¹.

Diante da impugnação de sua candidatura, Rezende enviou uma segunda correspondência à *Gazeta*¹⁴⁴² questionando o procedimento. Sua posição foi endossada diretamente pelo autor do jornal, no qual em um editorial defendeu a concepção de Henriques de Rezende a respeito do que era ser um republicano, dizendo que isso remontava aos valores patrióticos e cívicos¹⁴⁴³. Posteriormente, Rezende foi aceito como candidato e eleito para a Constituinte do Brasil, o que comprova seu prestígio político na província.

Enquanto o caso do padre Rezende agitava os espaços públicos, motivava um interessante debate a respeito do conceito de república e dava evidência às divisões políticas de Pernambuco, os jornais da província também se atentavam a outros episódios. Um deles foi o movimento que pressionou o presidente da Junta Gervásio Pires a jurar fidelidade Pedro.

Do que lemos nos periódicos, percebemos que surgiram panfletos, impressos e outras manifestações contrárias aos manifestantes, motivando os líderes daquele movimento a irem a público se justificar. Um deles, Antônio de Menezes de Vasconcelos Drummond, disse, por meio de correspondência publicada no *Segarrega*, ser vítima de “calúnias” feitas por “barrigudos” que buscavam fazê-lo ser mal visto “aos olhos dos honrados habitantes desta Província”. No escrito, Drummond desafiou seus difamadores a irem a público provar suas acusações, dizendo respeitar os “Pernambucanos, meus Conterrâneos, e Patrícios”¹⁴⁴⁴.

¹⁴⁴⁰ *Gazeta Pernambucana*, n. 1, 11 de setembro de 1822.

¹⁴⁴¹ MELLO, 2004, p. 132.

¹⁴⁴² *Gazeta Pernambucana*, n. 4, 9 de novembro de 1822.

¹⁴⁴³ *Gazeta Pernambucana*, n. 5, 27 de novembro de 1822.

¹⁴⁴⁴ *Segarrega*, n. 14, 6 de agosto de 1822.

O movimento liderado por Drummond pressionou Gervásio Pires e causou a adesão de Pernambuco à Constituinte convocada por Pedro. Porém, a Junta posteriormente fez uma manobra dizendo não ter poder suficiente para definir o desligamento com as Cortes, propondo, por isso, uma consulta aos pernambucanos por meio do conselho de eleitores para definir o futuro da província¹⁴⁴⁵.

Enquanto o *Segarrega*¹⁴⁴⁶ respaldou a proposta da Junta, o *Maribondo* teceu duras críticas à mesma. O periódico afirmou que “por todo o Brasil se proclamou a escolha do biforme e terrível postulado – Ou ferros de Portugal, ou Constituição Brasiliense”. O jornal remontou às manifestações de início de junho, afirmando que, naquele momento, havia sido feita a escolha dos pernambucanos que teriam jurado “aderir a causa das Províncias do Sul”. Questionou, dessa forma, o procedimento da Junta que queria novamente julgar se era vontade dos populares se unirem às “Províncias do Sul” através de nova consulta aos pernambucanos¹⁴⁴⁷. De forma a defender a união da província à Constituinte e reforçar seus argumentos, o *Maribondo* se dedicou a publicar notícias de outras províncias do Norte, mostrando que pouco a pouco elas aderiam à assembleia.

Outra forma de argumentar em favor da união com o Rio de Janeiro utilizada pelo *Maribondo* foi lembrar orgulhosamente do passado de Pernambuco e de sua suposta luta contra o despotismo. Unindo o passado com o presente, mostrava as Cortes como déspotas que ameaçavam a liberdade. Por meio do medo, tentava convencer os pernambucanos e o governo da província a obedecer às ordens do Rio de Janeiro, afirmando, inclusive, que surgiam propostas em Portugal de enforcar toda a Junta¹⁴⁴⁸. Para o redator,

A nossa inteira felicidade estava pendente ainda de uma solene declaração em prol da Liberdade Brasileira pelos respeitáveis Anciãos, que nos governam. O amor que lhes tributa o Povo desta Província, assim o demandava. Eles o têm declarado. Eles já são todos Fluminenses¹⁴⁴⁹.

As críticas à Junta feitas no *Maribondo* ligavam-se a um contexto de contestação do governo gervasista quanto às suas atitudes ambíguas em relação à crise política que se instaurara na monarquia portuguesa. A insatisfação também se fazia presente na Câmara do Recife, que

¹⁴⁴⁵ MELLO, 2004, p. 98.

¹⁴⁴⁶ *Segarrega*, n. 15, 6 de agosto de 1822.

¹⁴⁴⁷ *O Maribondo*, n. 4, 7 de setembro de 1822.

¹⁴⁴⁸ *O Maribondo*, n. 4, 7 de setembro de 1822.

¹⁴⁴⁹ *O Maribondo*, n. 4, 7 de setembro de 1822.

em determinados momentos se opôs a Gervásio Pires e criou uma situação de indecisão e conflito na província¹⁴⁵⁰.

Durante um período de conturbação social, o militar Pedro Pedroso, com apoio da tropa, foi aclamado Governador das Armas de Pernambuco e, liderando uma manifestação, depôs Gervásio e seus companheiros em nome do príncipe Pedro e elegeu um novo governo provincial no dia 17 de setembro de 1822¹⁴⁵¹. A nova Junta, que ficaria conhecida como o “Governo dos Matutos”, foi formada por indivíduos pertencentes à elite agrária, que enxergavam em Pedro a figura ideal para a defesa de seus interesses¹⁴⁵².

A mudança de governo motivou a publicação da *Gazeta do Governo Temporário*. Por meio dela, no dia 26 de setembro, foi enviada uma circular para todas as Câmaras e tropas da província notificando a alteração na Junta e a adesão ao Príncipe Regente. Na mesma edição, criticou-se a facção “desorganizadora” que impediu a comunicação do governo ao prender mensageiros e barrar as estradas. A justificativa para a mudança no governo exposto pelo impresso foi que a antiga Junta estava demorando aderir à “causa do Brasil”, tornando urgente a ação da “tropa e do povo”¹⁴⁵³.

4.2.2. Independência ou Morte em Pernambuco.

A chegada do mote “Independência ou Morte” e da notícia de aclamação de Pedro como Imperador em Pernambuco motivou uma nova edição da *Gazeta do Governo Temporário*. Nesse número, não apenas foi noticiada a aclamação de Pedro como “Imperador Constitucional do Brasil”, como também foi feita a difusão da flor verde com a legenda “INDEPENDÊNCIA OU MORTE” como um símbolo dos defensores da “Grande Causa” da “Independência Política” do Brasil¹⁴⁵⁴. O mesmo ocorreu nos outros jornais da província, que passaram a propagar sistematicamente o mote de “Independência ou Morte”.

A partir de extratos do *Correio do Rio de Janeiro*, pela primeira vez apareceu, no *Segarrega*, o mote “Independência ou morrer” em outubro de 1822. Sua aparição se deu durante comentários ao estado da guerra na Bahia, onde o periódico afirmou que a “Causa do Brasil

¹⁴⁵⁰ MELLO, 2004, p. 100.

¹⁴⁵¹ CARVALHO, 1998.

¹⁴⁵² CABRAL, 2022, p. 22.

¹⁴⁵³ *Gazeta do Governo Temporário*, 26 de setembro de 1822.

¹⁴⁵⁴ *Gazeta do Governo Provisório*, 26 de outubro de 1822.

não pode retrogradar: a nossa liga será perdurável, e com as armas nas mãos, e na boca – Independência ou morrer – marcharemos ao combate”¹⁴⁵⁵.

Já o *Conciliador Nacional*, na edição que publicou o “Independência ou Morte”, não fez menção direta ao conflito na Bahia, preferindo mostrar, através dos autores Raynal e Antônio Vieira, que a unidade do Brasil e a separação com Portugal baseava-se na incompatibilidade entre os cidadãos de ambos os lados do Atlântico e na grandeza do Brasil¹⁴⁵⁶.

Para mostrar que a escolha do príncipe como Imperador do novo Estado era acertada e que o futuro que esperava os pernambucanos era grandioso e liberal, o *Conciliador* utilizou o processo vencido por João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, para mostrar o estado de ampla liberdade que existia no Rio de Janeiro¹⁴⁵⁷. Para legitimar a independência, o *Conciliador* também publicou um discurso de Cipriano Barata que mostrava a divisão que ocorria nas Cortes, afirmando estar “sobejamente conhecido, que o partido dominante daquele Congresso tem declarado guerra ao Brasil” e que aquela instituição pretendia, “por meio das armas”, fazê-lo voltar ao “antigo estado de colônia”¹⁴⁵⁸.

Diante do suposto perigo de recolonização, Miguel Sacramento Lopes Gama, redator do *Conciliador*, disse estar tranquilo, pois enquanto os brasileiros estivessem “reunidos em uma só vontade (a de ser livres) tendo por nosso Garante o amado Príncipe [...] pugnando até a morte pelos nossos direitos, e pela justa causa, que abraçamos, e temos jurado sustentar”, os portugueses não conseguiriam dominar o Brasil. Logo após dar sua opinião, o jornalista elogiou a Junta de Governo de Pernambuco pela adesão “à causa da União do Brasil, que é a vontade geral dos Pernambucanos”, assim como as ações do Governador das Armas Pedro Pedroso, que buscavam reforçar a “defesa da Pátria”. Ao fim, anunciou ao “mundo que os Pernambucanos querem ser livres, que estão unidos para este fim, e que unidos esperam a sua independência, ou a morte”¹⁴⁵⁹.

A narrativa de Lopes Gama mostra as indefinições, incertezas e discursos que circulavam por Pernambuco. Dizia o redator estar ciente que a palavra “independência” causava confusão entre os habitantes da província, o que fazia necessária uma explicação mais

¹⁴⁵⁵ Segarrega, n.19, 18 de outubro de 1822.

¹⁴⁵⁶ O *Conciliador Nacional*, n. 4, 04 de setembro de 1822.

¹⁴⁵⁷ O *Conciliador Nacional*, n. 5, 16 de setembro de 1822.

¹⁴⁵⁸ O *Conciliador Nacional*, n. 8, 19 de novembro de 1822.

¹⁴⁵⁹ O *Conciliador Nacional*, n. 8, 19 de novembro de 1822.

detalhada. Diante disso, afirmou que alguns “Caiporas” e seus representantes espalhavam terror e desconfiança de forma a desorganizar a cidade ao afirmar que os “laços verdes” que apareciam no Recife eram invenção dos “Pedreiros livres” que queriam renovar a “cena de 1817” e, para isso, espalharam também que o mote “Independência ou morte” era a defesa da República¹⁴⁶⁰.

O periódico desmentiu essas suposições, afirmando que tanto o laço verde como a legenda “Independência ou morte – foi invenção de S. A. R. que apareceu com ele no braço quando voltou ultimamente de S. Paulo”. Assim, contestou aqueles que acusavam ambos de serem símbolos da república, “pois é preciso ser muito tapado para ser persuadido, que um Príncipe, que é as delícias de um Povo numeroso, seja o principal Demagogo de uma Democracia”¹⁴⁶¹.

Na *Gazeta Pernambucana*, a expressão “Independência ou Morte” também apareceu no fim de outubro. Nesse mesmo período foram publicadas cartas trocadas entre Pedro e D. João, nas quais enquanto o segundo pedia obediência às ordens das Cortes, o primeiro justificava a desobediência acusando a instituição de pretender escravizar o Brasil. Logo após as cartas, o periódico informou que

A enérgica resposta do Magnânimo Príncipe, dirigida aos facciosos, que traçaram a Carta precedente, abusando do estado de prisão, e perfeita coação, em que tiranamente conservam o Senhor D. João VI., acabara de dissipar as frívolas esperanças, que ainda lhes inspiram, e fomentam os inimigos da Santa Causa do Brasil. Seus projetos de ambição se quebram contra este rochedo inabalável. E nós afortunados Brasileiros, tendo a nossa frente o Herói, que nos honra com o doce nome de nosso Irmão, queremos sustentar a Sua Glória e a nossa Independência contra os insensatos ataques de nossos assanhados contrários, contenta cada um de dar a vida por dado de um Rei que temos alto e sublimado¹⁴⁶².

Abaixo desse texto, vinha a proclamação do príncipe aos “Paulistanos”, em que dizia que a “Divisa do Brasil deve ser - INDEPENDÊNCIA OU MORTE”¹⁴⁶³.

Em novembro, a *Gazeta* publicou o decreto que determinou a mudança no escudo das armas do Brasil ao mesmo tempo em que deu publicidade à festa de aclamação de Pedro como Imperador. Na mesma edição foram divulgadas as mudanças de nomes típicas do momento de ruptura das relações entre Brasil e Portugal. Nelas, três padres mudaram seus últimos

¹⁴⁶⁰ *O Conciliador Nacional*, n. 8, 19 de novembro de 1822.

¹⁴⁶¹ *O Conciliador Nacional*, n. 8, 19 de novembro de 1822.

¹⁴⁶² *Gazeta Pernambucana*, n. 3, 22 de outubro de 1822.

¹⁴⁶³ *Gazeta Pernambucana*, n. 3, 22 de outubro de 1822. As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

sobrenomes para “Papagaio”, “Camarão” e “Sapucaia” enquanto Evaristo Teixeira de Souza passou a se chamar “Evaristo José Gabiroga”.

Mais interessante foi o aviso impresso no jornal pelo militar Manoel Alexandre Taveira. Dizia ele que, vendo os “ridículos epítetos” que os deputados portugueses davam aos “Brasileiros” e jurando ironicamente a “INDEPENDÊNCIA desta pequenina Colônia do Brasil, do grande Reino das noventa léguas, e preferindo a morte à escravidão e Despotismo”, rogava aos “Patriotas do Império Brasileiro” que o reconhecessem a partir de então como “Manoel Alexandre Taveira Caneludo”¹⁴⁶⁴.

As mudanças de nomes, assim como noticiado no Rio de Janeiro, marcavam uma mudança na identidade desses indivíduos. Outrora entendidos como portugueses habitantes do Brasil, ao mudarem de nome não apenas assumiam nova alcunha, mas identificavam-se concreta e publicamente com o Brasil a partir de elementos típicos de sua natureza, rompendo com a imagem portuguesa.

Assim como ocorreu nos periódicos fluminenses, a culpa da ruptura entre ambos os países era atribuída às Cortes. O *Segarrega* dizia não ser sua intenção “fomentar ódio entre Brasileiros e Europeus; filhos da mesma Nação”, mas pedia que os “Srs. Europeus” fossem “mais comedidos, menos orgulhosos”, e aprendessem a “respeitar nossos direitos e nossas liberdades”¹⁴⁶⁵. O escrito, além de servir de críticas às Cortes, mostra a bifurcação da identidade portuguesa entre “Brasileiros” e “Europeus”, o que foi progressivamente amplificado, culminando na ruptura entre ambas e a valorização do “ser brasileiro”.

Já o *Maribondo*, desde sua primeira edição, fez críticas às Cortes e a Portugal. Logo no primeiro número o redator afirmou que haviam passado mais de três séculos que o Brasil era dominado pelos portugueses e impedido de desenvolver o comércio, indústrias e o ensino. Dizia o editor do jornal que o jovem brasileiro, para se educar, precisava ir para Coimbra, enquanto seus patrícios transformavam-se em soldados, padres ou se aplicavam em serviços “mecânicos”. Enquanto aos brasileiros cabiam essas atividades tratadas como inferiores, as mais importantes ficavam para os portugueses que vinham da Europa e arrancavam o “pão das

¹⁴⁶⁴ **Gazeta Pernambucana**, n. 5, 27 de novembro de 1822. Os avisos de mudança de nome continuaram por outras edições. As letras em caixa alta são originais do próprio documento.

¹⁴⁶⁵ **Segarrega**, n. 14, 6 de agosto de 1822.

famílias brasileiras”. Foi contra essa realidade, segundo o *Maribondo*, que os pernambucanos se insurgiram em 1817¹⁴⁶⁶.

Na descrição histórica que fez da Revolução Pernambucana, da qual participou, Falcão Padilha, autor do *Maribondo*, mostrou seu ressentimento com os “portugueses”, principalmente com Luís do Rego. Dizia entender que “nossos irmãos não pegassem em armas a nosso favor” e até mesmo que se unissem na defesa do rei, “porém restaurada a Província, sem intervenção deles, então caíram sobre nós como cães medrosos sobre a caça, já morta” e depois trataram de “vomitar ante o Carrasco septuagenário [...] um conjunto de infames calúnias”¹⁴⁶⁷.

Diante dessas lembranças, Padilha anunciou que a história servia para comparação da “nossa felicidade antiga e moderna”. Disse que os “Portugueses da Europa” decidiram tudo sem se importar com o Brasil e se perguntava o porquê de eles poderem proclamar suas próprias Cortes, mas não reconheciam como legítimo que os brasileiros fizessem o mesmo. Questionou também quem havia dado aos portugueses o direito de oprimir e dispor de um reino que a natureza separou por duas mil léguas. Por tais motivos, defendeu que, assim como Portugal havia reassumido a “soberania” que se achava no Rei, os brasileiros também o podiam fazer com a soberania dada aos deputados¹⁴⁶⁸. Logo após esse editorial, foram publicados um soneto e um hino louvando o “Grande Pedro Imortal” e José Bonifácio¹⁴⁶⁹.

Em outro momento de crítica às Cortes, o *Maribondo* noticiou que o Congresso reconhecera como “Beneméritos da Pátria, e como Primeiros Cidadãos Portugueses” Luís do Rego, Avilez e Madeira. Segundo o periodista, os motivos de tal reconhecimento era pelo primeiro “ter assolado Pernambuco: o segundo por ter sido a causa da Morte do Filho do Príncipe, e o terceiro pela matança, que fez na Bahia”¹⁴⁷⁰.

Diante dessa situação, o jornal convocou os “Brasileiros” que vissem a “ação mais nefanda, o crime mais atroz, que Nação alguma até o presente jamais perpetrou”. Lutando contra essa realidade estava o “Príncipe”, que, “grato à Pátria” tentava conservar a união entre Brasil e Portugal. Diante disso, questionou se ainda havia “um Brasileiro tão vil, e tão escravo, que desde já não jure dentro de seu Coração verter a última gota de sangue pela sua honra, pela

¹⁴⁶⁶ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

¹⁴⁶⁷ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

¹⁴⁶⁸ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

¹⁴⁶⁹ *O Maribondo*, n. 1, 25 de julho de 1822.

¹⁴⁷⁰ *O Maribondo*, n. 5, 01 de outubro de 1822.

sua liberdade”. Também se dirigiu aos “Pernambucanos”, pedindo para que os “pérfidos” morressem, que acabassem com os “Malvados”, e que recordassem a “história famosa dos nossos Antepassados”¹⁴⁷¹.

4.2.3. A guerra na Bahia e a adesão ao Brasil

Junto às críticas às Cortes e a profusão do “Independência ou Morte”, permearam os jornais de Pernambuco as notícias do conflito na Bahia e as censuras às tropas portuguesas de Madeira. Os periódicos buscavam mobilizar o público em defesa da “causa do Brasil” através de um discurso patriótico e de notícias que apontavam para vitórias contra os portugueses.

No fim de agosto, o *Segarrega* noticiou a chegada em Pernambuco das tropas do Rio de Janeiro que se dirigiam à Bahia. O impresso mostrou certa desconfiança da qualidade dessas tropas em comparação com as lideradas por Madeira, porém disse: “todas estas superioridades não assustam quando para os bater nos prepararemos com as armas invencíveis de todos os povos que desejam ser livres”¹⁴⁷².

Diante da guerra, o *Segarrega* disse existir a “necessidade de defender a Pátria”. Para tentar mobilizar o público afirmou que o coletivo devia estar acima de “cada um dos indivíduos”, garantindo ser a defesa da pátria “mais urgente” do que “a necessidade da subsistência individual”. Para reforçar o “Patriotismo nesta província”, indicou que a história de Pernambuco conhece os “Alcibíades, os Epaminondas”, atestando não crer que os “Pernambucanos de hoje sejam outros, e tenham degenerado das virtudes de seus pais”, pois “possuindo quadruplicados recursos aos que haviam no século 17”, de certo agiriam em defesa da pátria¹⁴⁷³.

O discurso patriótico do periódico reforçava a necessidade de sacrifício dos cidadãos em prol do bem comum. Afirmava que a província precisava de recursos para se defender e convocava a “Todos os amigos da Causa do Brasil” a colaborarem financeiramente. Para reforçar seu pedido, utilizou o exemplo da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França, países onde os cidadãos supostamente davam recursos ao Estado sempre que necessário¹⁴⁷⁴.

¹⁴⁷¹ **O Maribondo**, n. 5, 01 de outubro de 1822.

¹⁴⁷² **Segarrega**, n. 16, 31 de agosto de 1822.

¹⁴⁷³ **Segarrega**, n. 16, 31 de agosto de 1822.

¹⁴⁷⁴ **Segarrega**, n. 16, 31 de agosto de 1822.

Ademais, o *Segarrega* também reclamou da “frieza” de alguns conterrâneos quanto ao recrutamento. O jornal criticou essa atitude remetendo ao exemplo de Maria de Souza, uma “Heroína Pernambucana” que ao saber da morte de três filhos na guerra contra os holandeses, incentivou os mais novos de quatorze e treze anos a lutarem contra os invasores para cumprirem seus deveres com a “Religião, o Rei e a Pátria”, papel que lhes cabia como “Pernambucanos” e “nobres”¹⁴⁷⁵.

A *Gazeta Pernambucana* também deu espaço para as notícias da guerra na Bahia. Uma carta encaminhada do Rio de Janeiro disse que a tropa enviada para o conflito era movida pelo “amor a nossa Pátria, e à santa Causa do Brasil” e formada por 20 mil soldados, além de 800 “Suíços” que se ofereceram como voluntários “para o serviço da Nação Brasileira”. Além da tropa, o periódico indicava que cada “Cidadão desta Corte é um valente Soldado, todos correm com vontade, e valor para o exercício das Armas, a porfia de quem há de vencer, e salvar o Brasil dos inimigos, e assassinares”. Em oposição a esse exército bem formado e equipado, as tropas de Madeira passavam “fome” e tinham o comando dividido¹⁴⁷⁶.

Já a correspondência do *Amigo certo, e venerador* publicada no jornal assegurou que o reforço que vinha de Portugal liderado por Luís do Rego era insignificante e não conseguiria conquistar Pernambuco. Mesmo assim, era necessário cuidado com a defesa da província, e chegou a propor a criação de uma milícia para defender a região¹⁴⁷⁷.

No decorrer de 1823, Pernambuco sofreria outra mudança de governo. Ávido de poder, o governador das armas Pedro Pedroso planejou depor a Junta dos Matutos e empossar outra, mais submissa às suas vontades. Para ter sucesso em seu plano, caluniou importantes representantes da elite agrária e, após desentendimento relacionado à prisão de um oficial, tentou cercar o palácio e depor o governo. A Junta reagiu e ordenou a prisão de Pedroso, que se refugiou em uma vila no interior e iniciou um conflito civil. Cada vez mais isolado e sem apoio, Pedroso foi derrotado e enviado preso para o Rio de Janeiro, iniciando, assim, um novo governo na província¹⁴⁷⁸.

¹⁴⁷⁵ *Segarrega*, n. 16, 31 de agosto de 1822.

¹⁴⁷⁶ *Gazeta Pernambucana*, n. 2, 12 de outubro de 1822.

¹⁴⁷⁷ *Gazeta Pernambucana*, n. 4, 09 de novembro de 1822.

¹⁴⁷⁸ MELLO, 2004, p. 130.

A nova Junta publicou um periódico chamado *Diário da Junta de Governo*. Impresso o qual conseguimos localizar sete edições que circularam entre fevereiro e maio de 1823. Em meio aos decretos e às notícias da guerra na Bahia, o editor expos seus pontos de vista sobre os acontecimentos, extrapolando o caráter oficioso que esses jornais normalmente tinham.

Em seu número 3, publicado em 18 de fevereiro de 1823, foi impresso um extrato do *Reverbero Constitucional Fluminense* em que eram feitas críticas aos “Republicanos”. Logo em seguida, o redator do *Diário do Governo* noticiou o exílio de Joaquim Gonçalves Ledo sofrido após a devassa Bonifácia e se mostrou inconformado com sua saída do Brasil. Ele disse não entender a “proscrição” que Ledo sofreu e questionou se a repressão se devia ao fato do antigo redator do *Reverbero* discordar do veto absoluto¹⁴⁷⁹.

As opiniões manifestadas pelo autor desconhecido do *Diário* desagradaram a Junta de Pernambuco. Poucos números depois foi publicado no jornal um texto no qual os membros do governo se desculparam pelas edições anteriores e disseram que o antigo redator, ainda que fosse reconhecidamente um aderente à “Causa do Brasil”, se deixou levar “talvez de um mal entendido zelo” e reduziu o “Diário a veículo de suas opiniões particulares”. Afirmaram que, por isso, o periódico estava sendo recusado pelo público e “quase ninguém o comprava de maneira que seu produto não chegava para as despesas da Tipografia”. A partir de então, declararam que o *Diário* iria compor-se apenas de ordens e discussões da Junta¹⁴⁸⁰.

Paralelo ao *Diário*, ainda circulava a *Gazeta Pernambucana*. Com a queda de Pedroso, o periódico resgatou lembranças da Junta gervasista e buscou defendê-la das acusações que sofria. Disse o redator que, durante o governo de Gervásio Pires, o erário havia aumentado sua arrecadação e lamentou a prisão de Gervásio e seu envio como prisioneiro para Portugal, afirmando que ele, em todo momento, havia sido um “verdadeiro Patriota”¹⁴⁸¹.

A nova mudança no governo foi mais um dos capítulos da agitada adesão de Pernambuco ao Império do Brasil. A nova Junta reforçou a relação com o governo do Rio de Janeiro negando críticas sistemáticas ao que vinha da Corte e se alinhando a D. Pedro. Com isso, para os defensores e enviados das elites fluminenses, como Drummond, sua missão estava completa. Já para os antigos aliados de Gervásio Pires, a proposta constitucional encabeçada

¹⁴⁷⁹ *Diário da Junta de Governo*, n. 3, 18 de fevereiro de 1823.

¹⁴⁸⁰ *Diário da Junta de Governo*, n. 6, 27 de março de 1823.

¹⁴⁸¹ *Gazeta Pernambucana*, n. 8, 28 de fevereiro de 1823.

pelo príncipe se transformou na melhor opção para a defesa da autonomia provincial diante de um horizonte político cada vez mais agitado e incerto¹⁴⁸². Pelo menos momentaneamente estava garantida a união da província ao Império do Brasil, algo que, em pouco tempo, seria alterado graças à eclosão da Confederação do Equador.

4.2.4. Os jornais pernambucanos na independência do Brasil

Do que foi exposto neste capítulo, percebe-se, nos jornais pernambucanos, o acirramento do conflito entre os grupos políticos que existiam na província. O surgimento de mais periódicos que representavam grupos e ideias diferentes tornaram uma cena pública mais complexa com debates e discussões mais acaloradas e desenvolvidas que contribuíram para o alargamento dos espaços públicos.

Uma das causas do aumento de impressos foi o clima de agitação social e de incertezas políticas. No espaço de menos de um ano analisado nesta parte, Pernambuco teve três governos diferentes e conviveu com conflitos civis, perseguições, hesitação quanto à adesão ou não ao Rio de Janeiro e indecisão sobre o futuro da província.

Olhando especificamente para os jornais, percebe-se, no *Segarrega*, a luta pela manutenção da autonomia provincial. O que interessava ao seu redator, enquanto representante da Junta gervasista, era a preservação da independência de Pernambuco diante da crescente polarização entre Rio de Janeiro e Lisboa. Tal atitude, tanto do jornal quanto do governo ao qual seu editor fazia parte, causou a insatisfação de determinados grupos da província, o que culminou em um golpe que tirou a Junta de Gervásio Pires do poder.

Os outros jornais que surgiram na segunda metade de 1822 tinham posicionamentos variados. Enquanto o *Maribondo* e o *Conciliador Nacional* defendiam de forma pública a adesão ao governo do Príncipe Regente, posicionamento que rendeu ao último a etiqueta de “unitário”¹⁴⁸³ e aliado dos “projetistas”¹⁴⁸⁴ por parte da historiografia, a *Gazeta Pernambucana* tinha um posicionamento mais fluído. Ao mesmo tempo em que defendeu a adesão à Constituinte e deu publicidade ao mote de “Independência ou Morte” marcado como um

¹⁴⁸² SILVA, 2008, p. 207.

¹⁴⁸³ FELDMAN, 2014.

¹⁴⁸⁴ LEME, Maria Saenz. Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o Conciliador Nacional em Pernambuco. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História de São Leopoldo*. Rio de Janeiro, 2007, p. 5.

momento de ruptura com Portugal, o periódico propugnou pelo antigo governo de Gervásio Pires diante das críticas que sofreu. Existiram também os jornais oficiosos, que, graças às constantes mudanças no poder, serviram de veículos de comunicação das novas autoridades.

Mesmo com tamanha variedade de projetos e ideias, percebe-se, nas notícias que circulavam a respeito dos conflitos na Bahia, a utilização da linguagem patriótica. Os jornais apelavam aos leitores para que se alistassem nas tropas para lutarem contra as guarnições de Madeira que representavam as “Cortes”, apontadas como inimigas do Brasil. Ainda que os periódicos pernambucanos necessitem de uma análise mais apurada a respeito de seu vocabulário e dos significados de conceitos, é possível perceber semelhanças com outros, principalmente os fluminenses, que insuflavam os “patriotas” a defenderem a “causa do Brasil”.

Uma dessas semelhanças é a identificação do Brasil como uma pátria que unia as diversas províncias. As tropas que vinham do Rio de Janeiro, os baianos que guerreavam contra Madeira na Bahia e os pernambucanos faziam luta em comum pela “causa do Brasil”.

Outra semelhança é a culpabilização das Cortes pela independência, já que os jornais de Pernambuco atribuíram a elas ações que desagradavam os “pernambucanos” e “brasileiros”, como decretos que buscavam ceifar a autonomia do país, destruir sua união, impedir seu desenvolvimento e honrar antigos inimigos da província, como Luís do Rego.

Por fim, há a crescente valorização do “brasileiro” em oposição ao “europeu” ou “português” no desenlace dos conflitos que ocorriam, o que culminou no fortalecimento do Brasil enquanto pátria e espaço de identidade política. Um dos exemplos mais marcantes dessa transformação foram as mudanças de nomes dos indivíduos retratadas nos periódicos.

Olhando para esse momento Evaldo Cabral de Mello questionou a historiografia por considerar as interpretações “rio-centristas”, já que elas suprimiam as realidades de outras regiões e províncias durante processo de independência. Para o autor, até mesmo o ano de 1822 que marca a independência do Brasil precisa ser revisto, pois, em Pernambuco por exemplo, a data tem que ser estendida pelo menos até o fim da Confederação do Equador. Isso porque existiram outros projetos políticos alternativos que foram derrotados durante a década de 1820,

projetos esses que arquitetavam outras independências diferentes da projetada pela liga formada pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais¹⁴⁸⁵.

Em vista de sua provocação, estudos a respeito do processo de independência têm levado em conta essa variedade de projetos¹⁴⁸⁶. Dentre esses, destacamos as pesquisas de Ariel Feldman, que mostram, através da trajetória de Miguel do Sacramento Lopes Gama, a existência em Pernambuco de indivíduos que, relacionando a realidade da província com o contexto brasileiro e defendendo a adesão ao Rio de Janeiro, inseriram a região no mesmo processo de independência que o restante do Brasil¹⁴⁸⁷.

A análise dos jornais reforça essa relação. Eles não apenas discutiam diversas propostas, adequando e fazendo seus próprios projetos, mas também muitas das alterações políticas que ocorreram na região tiveram envolvimento direto de enviados do Rio de Janeiro. Diversas evidências ratificam essa conexão: 1) por Pernambuco passaram enviados das elites fluminenses, como Drummond e Bernardo José da Gama; 2) a província serviu de base para as tropas autonomistas; 3) as autoridades pernambucanas prestaram juramento de fidelidade a D. Pedro e providenciaram as eleições para a Constituinte.

Não bastassem tais acontecimentos, a ruptura foi difundida nos jornais a partir do mote “Independência ou morte”, que, como ocorreu na Corte fluminense, se espalhou como um momento memorável para todos os “brasileiros”. Sendo assim, ainda que a Confederação do Equador tenha, mais uma vez, modificado o cenário político da região e forçado uma nova “conquista” da província por parte do Centro-Sul, percebe-se, por meio dos jornais investigados, que Pernambuco participou do mesmo processo de independência que o restante do Brasil.

4.3. A imprensa baiana de 1822 e 1823

O desenvolvimento do conflito que opôs autonomistas e unitários teve como ápice os confrontos militares que ocorreram na Bahia. Com a chegada dos reforços enviados pelo Rio

¹⁴⁸⁵ MELLO, 2004, p. 20.

¹⁴⁸⁶ Muitos deles já citados, tais como ARRUDA, 2006.; CABRAL, 2020.; LEME, 2007.; FERRAZ, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo**, v. 12, n. 24, p. 98–125, 2008.

¹⁴⁸⁷ Além de expor o projeto “unitário” do redator, Feldman também discutiu seu vocabulário político a partir de conceitos como soberania, centralização e federação. FELDMAN, 2014.

de Janeiro às tropas do Recôncavo, a província se transformou no principal palco da guerra da independência do Brasil ao contrapor militarmente milhares de “brasileiros” e “portugueses”.

No início do conflito não era unanimidade o rompimento definitivo dos laços entre Brasil e Portugal. Os insurretos reunidos no interior da província queriam que a Bahia se unisse ao projeto liderado pelo príncipe Pedro e que o governo civil e militar fosse alterado. Todavia, no decorrer da guerra, seus objetivos seriam modificados em consequência das novas notícias que chegaram de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse contexto, nesse tópico analisamos o desenvolvimento dos debates e da guerra a partir dos jornais publicados na Bahia. Durante 1822 e 1823, a província conheceu novos periódicos que se somaram ao *Semanário Cívico*, ao *Idade d'Ouro* e ao *Constitucional*, tornando ainda mais complexa a já agitada cena pública baiana. Assim, por meio desses jornais e das discussões que eles realizaram, buscamos entender o contexto durante o momento de guerra e os projetos políticos neles veiculados.

De forma semelhante ao que percebemos em Pernambuco, ocorreu na província baiana uma nova onda de periódicos entre a segunda metade de 1822 e a primeira parte de 1823. A indefinição quanto ao futuro da região parece ter motivado outros indivíduos a se expressarem na imprensa que, até então, era dominada pelo *Semanário Cívico*, *Idade d'Ouro* e *Constitucional*.

Das edições localizadas, sabemos que, em julho de 1822, já existia o *Sentinella Bahiense*¹⁴⁸⁸. Esse impresso foi escrito por Joaquim José da Silva Maia, o mesmo redator do *Semanário Cívico*. Ao que os números analisados indicam, o *Sentinella* apresentava uma linguagem mais radical e autoral, enquanto o *Semanário* se propunha mais informativo e dava espaço para notícias de outras províncias através de extratos e de correspondências.

Também em julho, circulou a primeira edição do *Baluarto Constitucional*¹⁴⁸⁹. Segundo nos informa o *Semanário Cívico*¹⁴⁹⁰, o periódico era redigido por Antônio Thomaz de Negreiros, um militar português que residia em Salvador. Pouco sabemos do redator, mas, pelo que indica um panfleto publicado em 1855¹⁴⁹¹, ele retornou para Portugal após a independência

¹⁴⁸⁸ Conseguimos encontrar apenas as edições n.4, de 24 de julho, e n.9, de 29 de agosto de 1822.

¹⁴⁸⁹ Periódico publicado pela Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.

¹⁴⁹⁰ *Semanário Cívico*, n. 92, 05 de dezembro de 1822.

¹⁴⁹¹ NEGREIROS, Antônio Thomaz. **Resposta ao sr. Affonso Botelho de Sampaio e Sousa**. Porto: Typ. Commercial, 1855.

do Brasil. Se acreditarmos no que disse o *Semanário* (cabe-nos destacar que ambos eram rivais políticos), Negreiros criou uma “Sociedade Patriótica”, que visava servir de conselho ao governo baiano, além de ter se candidatado para as Cortes, embora não tenha sido eleito¹⁴⁹². Thomaz de Negreiros também foi acusado de dever aos cofres da província¹⁴⁹³.

Da única edição que temos do *Baluarte*, observamos a defesa das Cortes como autoridade sobre o Reino Unido. O redator acusou os fluminenses de “pérfidos facciosos” que buscavam derrubar o sistema constitucional português e de fazer o Brasil retornar ao despotismo. Negreiros pediu à Junta que trabalhasse junto ao governador das armas, o general Madeira, para pacificar a província e evitar cenas semelhantes às da “Ilha de S. Domingos”. Em razão disso, o autor do jornal solicitou às Cortes mais recursos para a Bahia organizar sua defesa, já que a “guerra não se faz com pena e papel, nem com ideias filosóficas; e menos com palavras ocas de cabeças esturradas; faz-se com dinheiro, com tropas e com armadas”. Opinando sobre a contenda entre tropas do Brasil e de Portugal, o editor duvidou da capacidade do Brasil de sustentar a guerra por muito tempo, dizendo não servir de exemplo a “América Inglesa protegida pela França, e menos a Espanhola, em tempos de desunião e de mal governo na Metrópole”, pois as circunstâncias do Brasil e de Portugal eram diferentes¹⁴⁹⁴.

Outro jornal que temos apenas uma edição foi o *Analysador Constitucional*¹⁴⁹⁵. Conseguimos localizar o número 15, publicado no dia 23 de agosto. Pelo que consta Nelson Werneck Sodré, o periódico foi escrito pelo negociante português Manoel José da Cruz¹⁴⁹⁶, sobre o qual não temos informações. Na única tiragem encontrada, o periodista publicou e criticou a convocação da Constituinte feita por Pedro enquanto Príncipe Regente, dizendo que a Bahia não reconhecia sua autoridade.

No mesmo número, o *Analysador* censurou o *Baluarte Constitucional* e seu autor Thomas de Negreiros. Ainda que não seja possível compreender o contexto do desentendimento, vemos que Manoel José da Cruz se defendeu de acusações do *Baluarte* que dizia que ele escrevia em defesa do seu “patrocínio”. Em contrapartida, Cruz acusou Negreiros de ser “Republicano” e mentiroso. Dentre outras coisas, disse também que seu antagonista fazia

¹⁴⁹² *Semanário Cívico*, n. 90, 21 de novembro de 1822.

¹⁴⁹³ *Semanário Cívico*, n. 92, 05 de dezembro de 1822.

¹⁴⁹⁴ *Baluarte Constitucional*, n. 1, 31 de julho de 1822.

¹⁴⁹⁵ Jornal publicado na Tipografia de Viuva Serva, e Carvalho. Sua assinatura trimestral custava 1600 reis, enquanto um número avulso apenas 40 réis.

¹⁴⁹⁶ SODRÉ, 1999, p. 52.

oposição ao “Excelentíssimo Governador das Armas” de forma semelhante ao *Constitucional*. Por isso tratou Negreiros como um defensor do sistema constitucional “à maneira de Manoel Pedro, João Ladislao, Barata, e outros muitos, que como já disse, abalaram o todo, para completarem a parte”¹⁴⁹⁷.

Ainda em 1822, veio a público o *Espreitador Constitucional*, redigido por Francisco das Chagas de Jesus¹⁴⁹⁸, sobre o qual não conseguimos informações biográficas. Assim como os seus semelhantes supracitados, conseguimos localizar apenas uma edição. Nela, é revelada a oposição do periódico ao projeto do Rio de Janeiro a partir de críticas ao *Constitucional* e uma correspondência assinada pelo *Leitor Affectuoso*, que pediu duras punições aos revoltosos do Recôncavo¹⁴⁹⁹.

Junto com esses quatro periódicos surgidos em 1822, dividiam a cena pública o *Idade d’Ouro*, o *Semanário Cívico* e o *Constitucional*. Esse último, aliás, foi encerrado em agosto de 1822 após o empastelamento do periódico e a perseguição ao seu editor, Corte Real. Diante das ameaças, ele fugiu para o Recôncavo e se juntou ao seu antigo colega de redação, Francisco Gomes Brandão, que posteriormente mudaria o nome para Francisco Jê Acayaba Montezuma em homenagem à independência do Brasil. No interior da Bahia, Corte Real criou o *Independente Constitucional*¹⁵⁰⁰.

Avançando para o ano de 1823, conseguimos localizar a edição 58 de 14 de abril do *Abelha*, sobre o qual não sabemos a autoria. No jornal, constam críticas feitas pelo redator ao Chefe de Divisão da Armada, João Félix Pereira de Campos, e uma comunicação do já Imperador D. Pedro I¹⁵⁰¹.

O debate travado pelos periódicos da Bahia nos mostra um cenário político mais diversificado se comparado aos períodos anteriores. Se antes a cena política quase se reduzia ao antagonismo do *Constitucional* com o *Semanário* e o *Idade d’Ouro*, a partir do início do *Baluarte* surgiu uma nova divisão. De forma semelhante a Pernambuco, pela primeira vez desde

¹⁴⁹⁷ **Analysador Constitucional**, n. 15, 23 de agosto de 1822.

¹⁴⁹⁸ SODRÉ, 1999, p. 52.

¹⁴⁹⁹ **Espreitador Constitucional**, n. 2, 22 de agosto de 1822.

¹⁵⁰⁰ O periódico está disponível presencialmente na Biblioteca Nacional. Inicialmente, ele seria analisado, porém, diante das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 e da interrupção das atividades da Biblioteca até fins de 2021, quando esta tese já estava em processo adiantado de escrita, ele foi retirado do *corpus*.

¹⁵⁰¹ **Abelha**, n. 58, 14 de abril de 1823.

o início dessa tese, o debate dos papéis baianos é majoritariamente interno à província, enquanto que, anteriormente, ele remetia aos jornais do Rio de Janeiro¹⁵⁰².

A partir desse espaço de debate, observa-se, nos periódicos da Bahia, um cenário político de incertezas e de conflitos. O avanço da “causa do Brasil” nas províncias vizinhas, principalmente em Pernambuco, a consolidação do príncipe como autoridade e, posteriormente, como Imperador, bem como a declaração de independência como ruptura entre Brasil e Portugal foram eventos sentidos de forma dolorosa pelos redatores. Isso porque, além dos debates impressos e as disputas políticas que permeavam os jornais, os escritores tiveram que conviver com um conflito militar que durou mais de um ano e que os atingia de diversas formas: fisicamente, graças à carência de alimentos; economicamente a partir da destruição de suas propriedades; e psicologicamente, devido à perda de conhecidos na guerra e o cerco da sua cidade. Assim, esses periódicos nos dão a sensação de que o otimismo com o constitucionalismo em terras brasílicas sentido em 1821 foi, pouco a pouco, esvaindo-se até terminar em pessimismo com o futuro do Brasil e decepção com os rumos políticos que o país tomou.

4.3.1. O *Constitucional* e a defesa da autonomia do Brasil

O conturbado ambiente da Bahia e a crescente animosidade entre os defensores da autonomia do Brasil com os unitários não intimidou o redator do *Constitucional*. É verdade que Francisco Gomes Brandão, o principal nome à frente do periódico, já havia ido para o Recôncavo participar da Junta de governo paralela, mas Corte Real, o outro redator, permaneceu em Salvador redigindo o impresso com a mesma linha editorial de anteriormente. Nosso objetivo nesse tópico é analisar o vocábulo e o tema do periódico em sua terceira fase através de dados recolhidos durante a leitura e os *outputs* do *Iramuteq*.

Com a divulgação da convocação da Constituinte¹⁵⁰³, percebe-se que o *Constitucional* dedicou mais espaço às comunicações oficiais e notícias de outras províncias. O periódico se preocupou em mostrar que, mesmo com a Constituinte convocada, não encontrava entre “nossos conterrâneos” o “desejo de independência e desunião de Portugal”, sendo a Assembleia brasílica um meio de mantê-la desde que respeitados os direitos do Brasil. De forma mais explícita, deixou claro em determinado número que não “queremos independenciar-nos; mas,

¹⁵⁰² Localizamos 99 citações de jornais, sendo 39 da Bahia, 25 do Rio de Janeiro, 12 de Portugal, 4 de Pernambuco, 15 da Inglaterra (10 do *Correio Braziliense*), 2 da Espanha e 2 da Escócia.

¹⁵⁰³ O *Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

entretanto não podemos deixar de querer, que a nossa administração política, e civil tenha tanto de perfeito, como a de Portugal”¹⁵⁰⁴.

Diante disso, o redator afirmou que a independência só seria causada se as Cortes quisessem “tiranizar” o Brasil. Perante tal possibilidade, o jornal discutiu a perspectiva de um Brasil independente, questionando se seria ou não uma boa alternativa. Primeiro, mostrou que o fato de o Brasil não ter “indústria” não era um impedimento, pois, antigamente, a “riqueza” não era o “sustentáculo dos Impérios, e muito menos o era da Liberdade”. Depois, afirmou que a falta de instrução dos brasileiros tampouco seria um obstáculo incontornável¹⁵⁰⁵.

Enquanto reafirmava a autonomia do Brasil dentro da nação portuguesa e até mesmo cogitava uma futura ruptura, o periódico lidou com seu tradicional antagonista, o *Semanário Cívico*. Dizia o redator do *Constitucional* que o periodista rival mentia a respeito de notícias de outras províncias, alcunhando-o de “Caipora” e afirmando ser essa a nova forma que utilizaria para se referir aos “inimigos do Brasil, e da Nação”¹⁵⁰⁶.

A discussão movida no *Constitucional* envolveu a disputa acerca do que era ser um “Patriota” e “Constitucional”. Isso porque era necessário requalificar essas identidades que, em 1821, eram utilizadas para defender a luta constitucional que ocorreu no Reino Unido e foi compartilhada entre portugueses e brasileiros.

Segundo o correspondente *Hum Campones*, o “patriota” e o “constitucional” eram aqueles que defendiam o príncipe e a existência de centros de poder executivo e legislativo no Brasil. O missivista também declarou que coube aos “Habitantes do Recôncavo” iniciarem a luta pela “dignidade de sua Pátria”, aclamando e lutando pelo regente¹⁵⁰⁷.

A defesa da legitimidade da luta iniciada no Recôncavo contra Madeira foi outra campanha do *Constitucional*. Escrevendo da vila de Santo Amaro, o correspondente *J.A.S.* disse que a existência de um centro no poder do Brasil e a aclamação do príncipe era a única forma de sustentar o “Regime Monárquico Constitucional”¹⁵⁰⁸.

¹⁵⁰⁴ *O Constitucional*, n. 36, 01 de julho de 1822.

¹⁵⁰⁵ *O Constitucional*, n. 36, 01 de julho de 1822.

¹⁵⁰⁶ *O Constitucional*, n. 37, 03 de julho de 1822.

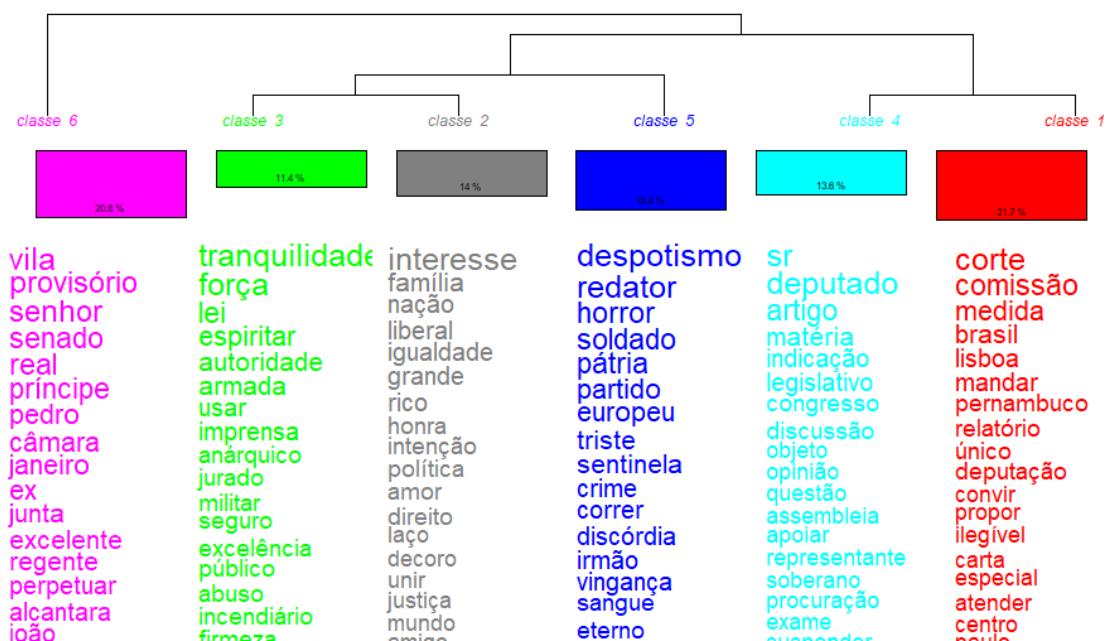
¹⁵⁰⁷ *O Constitucional*, n. 38, 06 de julho de 1822.

¹⁵⁰⁸ *O Constitucional*, n. 39, 08 de julho de 1822.

A insurgência das vilas contra o governo da capital baiana e a defesa da autonomia do Brasil eram apontadas como consequências das atitudes das Cortes. Através de editoriais e de correspondências, o jornal culpou a instituição pela crise que se instaurou na monarquia portuguesa, bem como atribuiu aos seus defensores a responsabilidade pela guerra na província.

O correspondente *Nomophylo*, por exemplo, chamou os defensores das Cortes de “Mouro Liberais”¹⁵⁰⁹. Para o missivista, na tentativa de fugir do “Despotismo Áulico” os brasileiros caíram no “Despotismo Constitucional”. Assim, o que o Brasil sofria não era o despotismo de um rei, mas o despotismo das Cortes¹⁵¹⁰. Ainda durante 1822, surgiu uma série de correspondências assinadas por *Hum Tupinambá*¹⁵¹¹ que defendiam o príncipe e o poder executivo no Brasil e que atacavam o congresso lisboeta e os redatores do *Semanário Cívico e Idade d’Ouro*.

Gráfico 49 - Método Reinert do *Constitucional* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico¹⁵¹².



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Constitucional*.

¹⁵⁰⁹ “Mouro” era uma forma de se remeter ao Império Otomano, que era tratado como sinônimo de governo despótico.

¹⁵¹⁰ *O Constitucional*, n. 46, 24 de julho de 1822.

¹⁵¹¹ *O Constitucional*, n. 47, n. 51, n. 52 e n. 57.

¹⁵¹² Foram analisadas as edições 35, de 29 de junho de 1822, até o número 57, de 19 de agosto de 1822. Não foram examinadas as edições 52, 53 e 58, por estarem em condições muito precárias que inviabilizaram a transcrição completa ou parcial dos documentos.

A análise do *Constitucional* no *Iramuteq* nos mostra como esses temas foram argumentados no jornal. No gráfico acima, vemos que as palavras das classes 1 e 4 são aquelas presentes em trechos que tratavam de debates que ocorriam nas Cortes. Elas apareceram principalmente em extratos do *Correio Braziliense*, largamente utilizado como forma de saber o que acontecia em Portugal e como espaço de crítica aos deputados portugueses. Já os termos que estão na Classe 6 são os que se referem às ordens e aos decretos dos governos, bem como às notícias de adesão ao Príncipe Regente.

Interessa-nos principalmente as palavras das classes 2, 3 e 5, mais comuns em editoriais e em correspondências já que nelas estão os vocábulos relacionados às discussões políticas encetadas pelo jornal. A diminuta quantidade de edições do *Constitucional* analisadas nessa etapa somada à pouca incidência de editoriais, que, na maioria dos impressos, colaboraram com uma maior unidade discursiva do texto, fez com que a análise desses vocábulos fosse prejudicada.

Começamos pela Classe 5, em azul escuro, já que suas palavras foram mais frequentes (vide a porcentagem dentro do quadro colorido). Os termos dessa classe estiveram mais presentes nas correspondências, o que gerou a importância estatística do vocábulo “redator” no grupo, reflexo da forma iniciada nas correspondências, o “Sr. Redator”.

Tendo isso em mente, vemos que o primeiro vocábulo é “despotismo”, que, segundo o jornal, era um dos riscos que os brasileiros corriam graças às atitudes do Congresso lisboeta¹⁵¹³. O periódico também escreveu sobre outros despotismos, como aquele sofrido no período colonial, apontado como “despotismo antigo”¹⁵¹⁴. O que mais preocupava o editor, entretanto, era o despotismo das Cortes. Essa instituição era acusada de suscitar ou causar “horrores”, como a “anarquia” e a “guerra civil”¹⁵¹⁵.

Aos inimigos do Brasil eram feitas acusações de serem um “partido pequeno de facciosos” que buscavam falsear a “vontade geral da nação” e “destruir a malfadada e generosa

¹⁵¹³ *O Constitucional*, n. 48, 29 de julho de 1822.

¹⁵¹⁴ *O Constitucional*, n. 56 e n. 44.

¹⁵¹⁵ *O Constitucional*, n. 51, 05 de agosto de 1822.

Bahia”¹⁵¹⁶. Eles causavam cenas “tristes”¹⁵¹⁷, agiam de forma criminosa¹⁵¹⁸ e tramavam vinganças contra os “brasileiros”¹⁵¹⁹.

O periódico apontava para uma crescente diferença entre “brasileiros” e “europeus”¹⁵²⁰. Dizia que o que os brasileiros desejavam era igualdade de direitos, pois, se “são todos irmãos”, por que “um quer dessolar o outro”¹⁵²¹? Declarava o impresso que o “Brasil ama do coração a seus irmãos de Portugal”¹⁵²², mas alguns “europeus” buscavam plantar a discórdia através de “famosos libelos e atrocíssimas injúrias”¹⁵²³.

Diante dessas ameaças e da situação da Bahia, o *Constitucional* convocou os “brasileiros e amigos da nossa pátria”¹⁵²⁴ para a defesa do Brasil. Ele anunciou que o país vivia um grande “perigo da desunião”, que podia ser finalizado com a convocação da Constituinte¹⁵²⁵. Por meio de uma proclamação de Pedro publicada no jornal, percebe-se o reforço do patriotismo através da expressão “amor da pátria”, considerada uma das “virtudes sociais” do “cidadão”, que devia exercitá-la através da defesa da “glória e independência da nação”¹⁵²⁶ e, se necessário, fazer “correr” o “sangue”¹⁵²⁷, pois todos os patriotas deviam estar “prontos a derramar a última gota de sangue em defesa da sagrada Causa de todo o Brasil”¹⁵²⁸.

As palavras da Classe 2 também se relacionam com a tentativa de mobilizar e de convencer o público em defesa dos “interesses” do Brasil. Enquanto o vocábulo “interesse” é o primeiro da classe, o segundo é “família”, que aparecia de forma variada. Falava-se da “Família Real”¹⁵²⁹, da “Família brasileira”¹⁵³⁰ e também da “Família Luso-brasiliense”¹⁵³¹. Mas o que prevalecia era a última compreensão, sendo o Brasil parte integrante da “Nação Portuguesa”¹⁵³².

¹⁵¹⁶ O *Constitucional*, n. 56, 17 de agosto de 1822.

¹⁵¹⁷ O *Constitucional*, n. 48, 29 de julho de 1822.

¹⁵¹⁸ O *Constitucional*, n. 56, 17 de agosto de 1822.

¹⁵¹⁹ O *Constitucional*, n. 51, 05 de agosto de 1822.

¹⁵²⁰ Aparece, por exemplo, nas edições n. 40, n. 38, n. 37, n. 50, n. 57, n. 54 e n. 51.

¹⁵²¹ O *Constitucional*, n. 36, 01 de julho de 1822.

¹⁵²² O *Constitucional*, n. 44, 20 de julho de 1822.

¹⁵²³ O *Constitucional*, n. 56, 17 de agosto de 1822.

¹⁵²⁴ O *Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵²⁵ O *Constitucional*, n. 44, 20 de julho de 1822.

¹⁵²⁶ O *Constitucional*, n. 37, 03 de julho de 1822.

¹⁵²⁷ Também existiam menções que os rivais políticos buscavam derramar o “inocente sangue das vítimas”. Vide, por exemplo, o *Constitucional*, n. 51 de 05 de agosto de 1822.

¹⁵²⁸ O *Constitucional*, n. 57, 19 de agosto de 1822.

¹⁵²⁹ O *Constitucional*, n. 50, n. 51 e n. 47.

¹⁵³⁰ O *Constitucional*, n. 35 e n. 51.

¹⁵³¹ O *Constitucional*, n. 54, n. 49, n. 35, n. 38 e n. 54.

¹⁵³² O *Constitucional*, n. 39, n. 42, n. 48, n. 47, n. 35, n. 38 e n. 57.

Assim, reforça-se que, para o periódico, a Constituinte não quebrava os vínculos que uniam ambos os lados do Atlântico, antes servia para reforçá-lo ao garantir os interesses e a “igualdade” de direitos ao Brasil.

A luta pelo que considerava “igualdade de direitos” era uma das principais bandeiras do *Constitucional*. Proclamações que vinham do Rio de Janeiro (principalmente as do príncipe)¹⁵³³, correspondências¹⁵³⁴, extratos¹⁵³⁵ e decretos¹⁵³⁶ reforçavam que a luta do Brasil era por igualdade, o que lhe estava sendo negado pelos deputados portugueses. Em vista disso, o correspondente *Tupinambá* afirmou que os brasileiros haviam jurado a “união constitucional”, mas com “igualdade prática de direitos” de forma a manter a “dignidade política” do Brasil¹⁵³⁷.

A palavra “união” é uma das que também estão presentes na Classe 2. Com ela aparecem mais relacionados termos como “Brasil”, “Portugal” e “reinos”. Ao falar de união, o periódico remontava tanto à união “Luso-brasílica”¹⁵³⁸ e de “Ambos os reinos”¹⁵³⁹, como ao “Reino do Brasil” e suas “províncias”, que teriam sua união consolidada com a Constituinte¹⁵⁴⁰. Assim, o congresso brasílico servia não apenas para a defesa da “causa santa da liberdade do Brasil”¹⁵⁴¹, mas também para a manutenção da união e para reforçar os “laços”¹⁵⁴² dos reinos de Brasil e Portugal.

A defesa da igualdade dos “direitos” do “grande”¹⁵⁴³ e “rico”¹⁵⁴⁴ Brasil devia ser feita pelos brasileiros por “amor da pátria”¹⁵⁴⁵, que precisava ter sua honra defendida de forma a evitar que “nunca mais torne a ser nem colônia, nem escravo”¹⁵⁴⁶, muito menos ver “retrogradar em sua categoria política”¹⁵⁴⁷. A linguagem patriótica servia, assim, como forma de mobilização do público para a defesa da pátria contra as ameaças que, segundo o jornal, sofria

¹⁵³³ *O Constitucional*, n. 43, 17 de julho de 1822.

¹⁵³⁴ *O Constitucional*, n. 47 e n. 51.

¹⁵³⁵ *O Constitucional*, n. 56, 17 de agosto de 1822.

¹⁵³⁶ *O Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵³⁷ *O Constitucional*, n. 47, 27 de julho de 1822.

¹⁵³⁸ *O Constitucional*, n. 38, 06 de julho de 1822.

¹⁵³⁹ *O Constitucional*, n. 48, 29 de julho de 1822.

¹⁵⁴⁰ *O Constitucional*, n. 42, 15 de julho de 1822.

¹⁵⁴¹ *O Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵⁴² A palavra laços aparece com esse sentido nas edições n. 50, n. 57, n. 54 e n. 55, por exemplo.

¹⁵⁴³ *O Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵⁴⁴ *O Constitucional*, n. 36 e n. 43.

¹⁵⁴⁵ *O Constitucional*, n. 42, n. 40, n. 37, n. 35 e n. 56.

¹⁵⁴⁶ *O Constitucional*, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵⁴⁷ *O Constitucional*, n. 48, 29 de julho de 1822.

das Cortes. Essa luta era pautada na “justiça” e na “razão”¹⁵⁴⁸ e reconhecida como justa pela “Europa” e pelo “mundo”, que observavam a crise da monarquia portuguesa e consideravam o Brasil capaz de garantir sua própria “felicidade”¹⁵⁴⁹.

Enquanto nas classes 2 e 5 constam palavras ligadas ao debate que envolvia questões de poder do Reino Unido, as palavras da Classe 3¹⁵⁵⁰ relacionam-se aos problemas internos da Bahia. Preocupado com os conflitos que ocorriam na província, o jornal, em diversas publicações, tratou a respeito da “tranquilidade pública”¹⁵⁵¹ que corria o risco de cair na “anarquia”¹⁵⁵² plantada por alguns “incendiários”¹⁵⁵³.

Ainda olhando a Classe 3 e examinando a palavra “tranquilidade”, percebemos que ela se relaciona com a preocupação do jornal com agitação na região. O *Constitucional* afirmava que, apenas quando o Brasil tivesse um “Corpo Legislativo Brasileiro”¹⁵⁵⁴, a ordem retornaria. Além da Constituinte, dizia o correspondente J.A.S., nenhuma outra atitude seria melhor para “tranquilizar o espírito público em extremo agitado do que satisfazer ao voto geral que tem por fim reconhecer a regência de S.A.R.”¹⁵⁵⁵.

Como eram termos que diziam respeito à guerra de independência, é por isso que, na mesma classe, estão palavras como “força”, que aparece frequentemente como “força armada”. Também se falava das “autoridades” provinciais, da Junta de Governo da Bahia e das leis que regiam a província, sempre lembrando e pedindo respeito à “Lei de Liberdade de Imprensa”¹⁵⁵⁶, já que o editor estava ciente de que escrevia contra o governo de Salvador e tocava em assuntos delicados em um momento de conflito aberto.

¹⁵⁴⁸ **O Constitucional**, n. 48, n. 47, n. 44 e n. 49, por exemplo.

¹⁵⁴⁹ **O Constitucional**, n. 35, 29 de junho de 1822.

¹⁵⁵⁰ Nessa classe, aparecem outras palavras, como “usar”, “jurado”, “seguro”, “excelência” e “abuso”. Diferente daquelas que analisamos no texto, elas estiveram presentes majoritariamente em decretos que vinham de Lisboa, do Rio de Janeiro ou do governo baiano. Diante da grande diversidade de sentidos atribuídos a elas, ao pequeno número de correlações com outros vocábulos e à relativa importância que tiveram para a compreensão das estratégias discursivas do jornal, não conseguimos compreender uma lógica que as articulasse aos argumentos do *Constitucional* e, por isso, elas não foram avaliadas no corpo do texto.

¹⁵⁵¹ **O Constitucional**, n. 37 e n. 42.

¹⁵⁵² O correspondente *Camponez* defendeu as vilas do Recôncavo que juravam fidelidade ao príncipe das acusações de anarquia feitas pelos defensores do projeto unitário. Por outro lado, o *Filarete* disse que Madeira e seus partidários queriam plantar a anarquia em Salvador. **O Constitucional**, n. 38 e n. 56.

¹⁵⁵³ **O Constitucional**, n. 56, 17 de agosto de 1822.

¹⁵⁵⁴ **O Constitucional**, n. 43, 17 de julho de 1822.

¹⁵⁵⁵ **O Constitucional**, n. 39, 08 de julho de 1822.

¹⁵⁵⁶ Apareceu em ao menos cinco edições: n. 44, n. 42, n. 35, n. 50 e n. 56.

O posicionamento político do *Constitucional* desagradou não apenas os jornais opositores, como também as tropas portuguesas que lutavam na guerra do lado de Madeira. De acordo com Argemiro Ribeiro de Souza Filho, o empastelamento do periódico se deu graças à correspondência escrita por Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond. Esse, um enviado de José Bonifácio que percorreu as províncias de Pernambuco e Bahia visando fazê-las aderir ao governo do príncipe, buscou agir de forma semelhante ao que fez no início de junho em Recife: orquestrar um ato político que impactasse toda a região. Para isso, publicou uma correspondência no *Constitucional* assinada como *Filarete*¹⁵⁵⁷ na qual criticou duramente as ações de Madeira.

Em reação à carta, a oficialidade europeia, liderada pelo tenente-coronel Vitorino José de Almeida Serrão, procurou Corte Real por ser ele o redator do *Constitucional* para tirar satisfação e, ao não encontrá-lo, invadiu sua residência, destruiu seus móveis e ameaçou comerciantes que vendiam o periódico¹⁵⁵⁸. Diante das ameaças e do perigo iminente que corria, coube ao redator do *Constitucional* refugiar-se entre seus aliados no Recôncavo e dar continuidade ao seu ofício de redator através de um novo periódico: o *Independente Constitucional*.

4.3.2. A guerra de penas contra os “déspotas” do Rio de Janeiro: o vocabulário político do *Semanário*

Os posicionamentos do *Constitucional* e o avanço da autoridade do príncipe Pedro e do Rio de Janeiro sobre outras regiões do Brasil encontraram forte resistência nas páginas do *Semanário Cívico*, redigido pelo comerciante Joaquim José da Silva Maia. Nessa etapa, vamos proceder com a análise quantitativa do periódico através do *Iramuteq*. O procedimento aqui adotado necessita de alguns avisos. Ainda que tenhamos conseguido recolher todas as edições do jornal, algumas delas estavam em condições muito ruins, inclusive ilegíveis, o que impossibilitou a transcrição e até mesmo a leitura¹⁵⁵⁹. Disso resultou que, das quarenta e oito

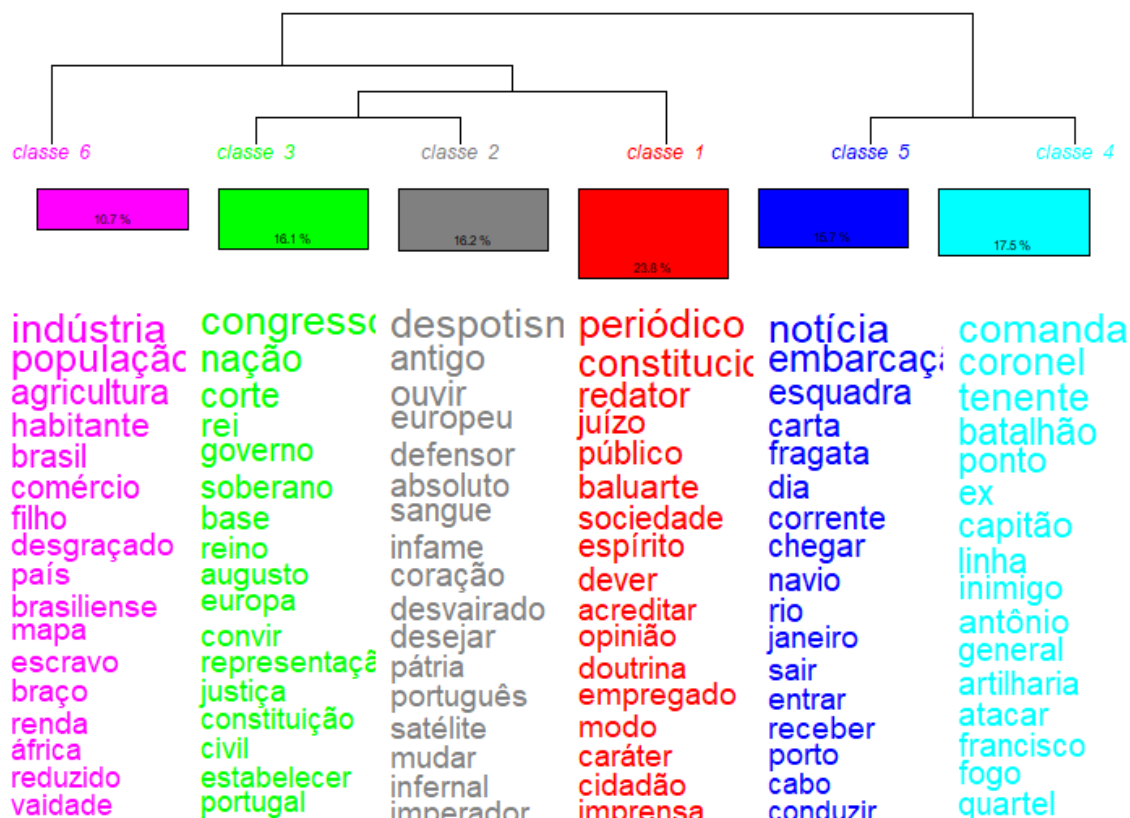
¹⁵⁵⁷ Ironicamente, é o mesmo pseudônimo da correspondência publicada no *Segarrega* que o criticou.

¹⁵⁵⁸ SOUZA FILHO, 2010, p. 191.

¹⁵⁵⁹ O recorte de análise no *Iramuteq* nesse capítulo foi da edição n. 72, de 18 de julho de 1822, até n. 119, de 19 de junho de 1823. As analisadas no *software* foram: n. 72, n. 73, n. 75, n. 76, n. 77, n. 84, n. 85, n. 86, n. 87, n. 88, n. 89, n. 99, n. 104, n. 105, n. 109, n. 111, n. 112, n. 113, n. 116 e n. 118.

edições incluídas no *corpus* desta etapa, vinte não foram digitadas e, conseqüentemente, não foram analisadas no *Iramuteq*¹⁵⁶⁰.

Gráfico 50 - Método Reinert do *Semanário* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Semanário Cívico*.

Diante das circunstâncias supracitadas, chegamos ao resultado exposto no Gráfico 50. Na Classe 1, podemos ver palavras que se relacionam com os conflitos que o periódico se envolveu, por isso aparecem vocábulos como “periódico”, “Constitucional”, “redator” e “Baluarte”. Eles se referiam aos redatores e aos periódicos *Constitucional* e *Baluarte Constitucional*, que se participaram de polêmicas com o *Semanário* no decorrer de 1822. Outras palavras, como “juízo”, “público”, “sociedade”, “opinião” e “imprensa”, remetem à população

¹⁵⁶⁰ Em conseqüências da ausência dessas edições e do decorrente baixo número de vocábulos analisados pelo software, tivemos que adequar a análise no Método Reinert. Assim, se como padrão estávamos iniciando os testes com um número máximo de formas analisadas definido como 3000, tivemos que baixá-lo para 2000. Isso ocorreu porque os segmentos classificados quando definimos esse máximo como 3000 e 2500 pontuaram apenas 78,49%, percentual, que não consideramos aceitável. Todavia, ao definir o máximo como 2000, obtivemos uma porcentagem de 95,09%, o que nos deixou mais seguro para continuar a análise.

que, segundo o jornal, devia julgar e fazer juízo sobre as opiniões nessas polêmicas que ocorriam na imprensa.

Na Classe 2, estão os termos utilizados para identificar os adversários, comentar sobre os conflitos que ocorriam na Bahia e mobilizar os leitores. Da mesma forma, na Classe 3 estão vocábulos propriamente políticos, remetendo tanto a indivíduos quanto às instituições. Ambas as classes serão analisadas posteriormente.

A Classe 4 é onde estão reunidos os termos mobilizados em textos sobre a guerra que ocorria na Bahia, por esse motivo aparecem os vocábulos “comanda” (que na verdade é “comandante”, mas não aparece em decorrência dos limites da imagem), “coronel”, “tenente”, “batalhão” e outras patentes e elementos militares. Já a Classe 5 remete às palavras relacionadas às notícias e aos meios dos quais elas vinham, por isso “notícia”, “embarcação”, “carta”, “fragata” e “corrente”, mas também às próprias novidades, como a da “esquadra” que saiu do “Rio” de Janeiro.

Por fim, na Classe 6, estão termos ligados às questões econômicas. Vimos que, tanto em 1821 quanto na primeira parte de 1822, o jornal de Joaquim José da Silva Maia foi o que mais deu espaço às questões econômicas, confiando a elas uma centralidade no debate político. A principal preocupação de Maia enquanto um grande comerciante da praça baiana era com as consequências que a guerra civil e a independência da Bahia teriam para a economia da província e da monarquia portuguesa.

Aliás, o periódico considerava a insuficiência da indústria do Brasil como uma das confirmações de que a ruptura da nação portuguesa era um erro. Seu redator dizia que caso o Brasil realmente ficasse independente ele se transformaria em um “país novo, despovoado” e “sem indústria”¹⁵⁶¹. À falta de “indústrias”, somava-se um “povo” majoritariamente dedicado à “agricultura”, que preservava os “vícios das nações velhas”¹⁵⁶² e com terras mal divididas, condições que dificultavam qualquer iniciativa que visasse aumentar a população do “Brasil”¹⁵⁶³. Como o Brasil não contava com poderio econômico, tendo apenas uma “indústria limitada” e “alguns objetos de agricultura”, além de poucos “gêneros de exportação”, ele era totalmente

¹⁵⁶¹ **Semanário Cívico**, n. 94, 19 de dezembro de 1822.

¹⁵⁶² **Semanário Cívico**, n. 119, 19 de junho de 1823.

¹⁵⁶³ **Semanário Cívico**, n. 91, 27 de novembro de 1822.

dependente do comércio com nações estrangeiras¹⁵⁶⁴. Para questionar as vilas do interior que se revoltavam contra Salvador, Maia as acusava de ter seu “comércio estagnado” e “arruinada a sua agricultura”, porque arrancavam “os pacíficos lavradores do campo” para lutarem na guerra¹⁵⁶⁵.

Outra forma de deslegitimar a independência do Brasil era apontando para os problemas de sua “população” e “habitantes”. Na centésima terceira edição, o *Semanário* publicou um extrato do *Correio “Braziliense”* em que consta um “mapa” populacional do Brasil. A partir dos dados constantes no mapa, o *Semanário* apresentou e discutiu questões relacionadas à distribuição da população, mostrando que o país era habitado por uma diversidade de raças, dentre as quais os “brancos” eram, em sua maioria, os “europeus”¹⁵⁶⁶, e a outra parte era de “escravos africanos”. Por isso o editor questionava se eram os “negros” que lutariam para “sustentar a independência” e a ordem, já que os “europeus” defendiam a união com Portugal¹⁵⁶⁷.

Por essas razões, o jornal lamentava o “desgraçado” estado do “país”. Dizia que o Brasil mal se tornava independente e já convivía com divisões, estando Minas Gerais enciumada com a importância do Rio de Janeiro¹⁵⁶⁸. Lastimava também que o país estava por toda a parte “desgraçado” por ser entregue à “ambição”, ao “amor da glória”, à “paixão das riquezas”¹⁵⁶⁹ e à “natural vaidade” de indivíduos como o “astucioso José Bonifácio” e seus “sequazes”¹⁵⁷⁰.

Além de argumentos econômicos, também existiam os políticos. O *Semanário* desaprovou a suposta ridicularização que os autonomistas faziam da “nossa regeneração política” ao acusarem as Cortes de serem “ainda mais tirânicas que as do antigo despotismo”¹⁵⁷¹. Em contrapartida, se esforçou em mostrar que o que os defensores da independência queriam era “restabelecer o antigo despotismo”¹⁵⁷².

¹⁵⁶⁴ *Semanário Cívico*, n. 119, 19 de junho de 1823.

¹⁵⁶⁵ *Semanário Cívico*, n. 74, 01 de agosto de 1822.

¹⁵⁶⁶ *Semanário Cívico*, n. 103, 27 de fevereiro de 1823.

¹⁵⁶⁷ *Semanário Cívico*, n. 119, 19 de junho de 1823.

¹⁵⁶⁸ *Semanário Cívico*, n. 94, 19 de dezembro de 1822.

¹⁵⁶⁹ *Semanário Cívico*, n. 107, 27 de março de 1823.

¹⁵⁷⁰ *Semanário Cívico*, n. 94, 19 de dezembro de 1822.

¹⁵⁷¹ *Semanário Cívico*, n. 80, 12 de setembro de 1822.

¹⁵⁷² *Semanário Cívico*, n. 92, 05 de dezembro de 1822.

Ao falarmos do despotismo, começamos a entrar nas palavras da Classe 2 expostas no [Gráfico 50](#). Silva Maia lembrava do “despotismo antigo” exercido antes da Revolução do Porto, marcado por tirania¹⁵⁷³, privilégios¹⁵⁷⁴ e pela ausência da constituição¹⁵⁷⁵ para convencer o público de que as Cortes deviam ser defendidas. Assim, ao remeter ao “despotismo”, o periódico lembrava do período joanino onde o Brasil havia sofrido com a opressão dos governantes, acusando os autonomistas de quererem fazer o Brasil retroceder a um período anterior ao constitucionalismo, em que eles poderiam exercer seu poder de forma despótica.

Para isso, o periódico acusou seus inimigos de espalharem a rivalidade entre os “europeus” e os “brasileiros”, inculcando a desorganização e o conflito civil. O resultado desse processo teria sido a perseguição e o assassinato de muitos “portugueses europeus”¹⁵⁷⁶, graças ao “ódio e rancor” que “alguns brasileiros” nutriam¹⁵⁷⁷.

Diante desse cenário, o *Semanário* responsabilizou os autonomistas pelo derramamento de “sangue” que ocorria¹⁵⁷⁸. O conflito, que opunha “irmãos”, foi considerado pelo jornal uma “louca contenda” armada pelos autonomistas para conseguirem se impor no Brasil¹⁵⁷⁹. Segundo Silva Maia, a guerra despovoaria ainda mais o país e, principalmente, a Bahia¹⁵⁸⁰.

O jornal também ironizou o título de “Defensor” recebido pelo “Imperador” D. Pedro I, considerando-o uma contradição diante do contexto da monarquia¹⁵⁸¹. Da mesma forma, acusou “José Bonifácio e os do seu partido” de sustentar que esse mesmo imperador tivesse “veto absoluto”, denunciando que eles tentavam plantar, no “Rio de Janeiro”, um “Império Satânico”¹⁵⁸². Assim sendo, delatava os autonomistas como “infames”¹⁵⁸³, “desvairados”¹⁵⁸⁴ e “satélites do despotismo”¹⁵⁸⁵ que buscavam disseminar uma “infernai doutrina” pelo Brasil¹⁵⁸⁶.

¹⁵⁷³ *Semanário Cívico*, n. 80, 12 de setembro de 1822.

¹⁵⁷⁴ *Semanário Cívico*, n. 95, 30 de dezembro de 1822.

¹⁵⁷⁵ *Semanário Cívico*, n. 92, 05 de dezembro de 1822.

¹⁵⁷⁶ *Semanário Cívico*, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁵⁷⁷ *Semanário Cívico*, n. 97, 06 de janeiro de 1823.

¹⁵⁷⁸ *Semanário Cívico*, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁵⁷⁹ *Semanário Cívico*, n. 117, 05 de junho de 1823.

¹⁵⁸⁰ *Semanário Cívico*, n. 95, 30 de dezembro de 1822.

¹⁵⁸¹ *Semanário Cívico*, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁵⁸² *Semanário Cívico*, n. 110, 17 de abril de 1823.

¹⁵⁸³ *Semanário Cívico*, n. 91, 27 de novembro de 1822.

¹⁵⁸⁴ *Semanário Cívico*, n. 83, 03 de outubro de 1822.

¹⁵⁸⁵ *Semanário Cívico*, n. 115, 23 de maio de 1823.

¹⁵⁸⁶ *Semanário Cívico*, n. 107, 27 de março de 1823.

Diferente dos outros jornais, o *Semanário* não teve como principal forma de mobilização o apelo ao patriotismo ou às emoções. Para se ter uma ideia, nas cinco vezes que a expressão “amor à pátria” (e suas variações) apareceu no periódico baiano, isso se deu de forma irônica e até crítica para se referir aos autonomistas. Nos textos em que a expressão se fez presente, o periódico acusou seus antagonistas de ter uma “grande ambição” e um “excessivo amor da pátria”, que usavam para “conseguir fins sinistros” e para persuadir os “cidadãos”¹⁵⁸⁷. Outra vez declarou que não era o “amor à sua pátria” que movia os “dissidentes do Brasil”, mas sim o desejo de se apoderar dos bens dos “europeus”¹⁵⁸⁸.

Dessa forma, o *Semanário* não apenas não fez notável invocação do patriotismo, como também fez chacota da linguagem dos jornais autonomistas. A leitura do periódico nos mostra que as preocupações do redator se ligavam mais às questões econômicas, o que o levou a apostar em razões financeiras para defender a união com Portugal e mobilizar do público.

A defesa da união, aliás, foi feita a partir de vocábulos que estão na Classe 3¹⁵⁸⁹ do [Gráfico 50](#). Tratando o “Congresso” como o “Soberano Congresso”¹⁵⁹⁰, era interesse do jornal desmentir o argumento dos autonomistas de que as Cortes queriam “recolonizar o Brasil”. De acordo com o impresso, as Cortes buscavam garantir os “benefícios a ambos os hemisférios”¹⁵⁹¹. Era por tal razão que solicitava às “autoridades constituídas” que continuassem “firme[s] na obediência a ElRei e às Cortes da generosa Nação Portuguesa”¹⁵⁹².

O *Semanário* atestava que a província da Bahia, ao continuar fazendo parte da “grande nação portuguesa”, permanecia em um governo que caminhava em direção ao constitucionalismo. Por outro lado, caso se declarasse “província do Brasil”, faria “parte de um povo vaidoso que se pretende emancipar em Nação sem ter nenhuns recursos para sustentar com dignidade a sua independência”¹⁵⁹³. O periódico pedia, por isso, que os “fiéis constitucionais” refletissem acerca dos perigos que o Brasil corria caso se declarasse “Nação

¹⁵⁸⁷ *Semanário Cívico*, n. 102, 20 de fevereiro de 1823.

¹⁵⁸⁸ *Semanário Cívico*, n. 102, 20 de fevereiro de 1823.

¹⁵⁸⁹ A palavra “Europa” apareceu principalmente na edição em que o jornal rebateu o *Manifesto às Nações da Europa*. Por outro lado, a ocorrência de “Augusto” refere-se ao rei D. João VI.

¹⁵⁹⁰ A correlação aconteceu pelo menos 18 vezes no jornal.

¹⁵⁹¹ *Semanário Cívico*, n. 95, 30 de dezembro de 1822. Questão semelhante foi discutida na edição 81 do dia 19 de setembro de 1822.

¹⁵⁹² *Semanário Cívico*, n. 108, 03 de abril de 1823.

¹⁵⁹³ *Semanário Cívico*, n. 81, 19 de setembro de 1822.

independente”¹⁵⁹⁴, já que ainda não tinha a “virilidade necessária”¹⁵⁹⁵ e que, graças às poucas “forças” que tinha de “comércio”, “indústria”, “instrução”, “costumes” e devido à “heterogeneidade dos habitantes”, ele estaria “longe de poder já constituir-se nação independente”, pois para sê-lo não “basta desejá-lo”¹⁵⁹⁶.

A inaptidão do Brasil se daria, além da insuficiência de recursos, pelos reais desejos do governo fluminense. Dizia o jornal que, na “Corte” do Rio de Janeiro, prevalecia a “corrupção” exercida pelos “bachás e empregados corruptos”¹⁵⁹⁷ e “despotismo”¹⁵⁹⁸. Acusava, aliás, uma parte dos autonomistas de quererem “estabelecer no Brasil” um “Governo Democrático Federativo como nos Estados Unidos da América”¹⁵⁹⁹.

Diante de um país tão dividido, em que as autoridades da Corte tinham interesses escusos e nem mesmo a forma de governo era unânime entre seus apoiadores, o periódico alertou aos baianos os perigos de unirem-se ao Rio de Janeiro. Por isso, pediu “obediência ao Soberano Congresso e a ElRei o Senhor D. João”, noticiando que determinadas vilas do interior davam “sobejas provas do seu patriotismo e obediência” às autoridades portuguesas¹⁶⁰⁰ e às “bases” da constituição previamente juradas¹⁶⁰¹.

Analisando o contexto político e social do Brasil, Silva Maia disse não encontrar “razão” e muito menos “justiça” na independência¹⁶⁰², e suplicou para os portugueses fugirem da “guerra civil” e abraçassem a “constituição portuguesa”, que não fazia “distinção de europeus e brasileiros”, tratando todos como “iguais perante a lei”¹⁶⁰³. Por essa razão, pediu o dos conflitos que ocorriam na Bahia e a união em torno das Cortes¹⁶⁰⁴. No próximo tópico vamos analisar os demais jornais unitários e entender como eles trataram esse contexto conflituoso e entender como se inseriam na dinâmica política do Brasil de final de 1822 e início de 1823.

¹⁵⁹⁴ **Semanário Cívico**, n. 108, 03 de abril de 1823.

¹⁵⁹⁵ **Semanário Cívico**, n. 103, 27 de fevereiro de 1823.

¹⁵⁹⁶ **Semanário Cívico**, n. 119, 19 de junho de 1823.

¹⁵⁹⁷ **Semanário Cívico**, n. 80, 12 de setembro de 1822.

¹⁵⁹⁸ **Semanário Cívico**, n. 81, 19 de setembro de 1822.

¹⁵⁹⁹ **Semanário Cívico**, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁶⁰⁰ **Semanário Cívico**, n. 74, 01 de agosto de 1822.

¹⁶⁰¹ **Semanário Cívico**, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁶⁰² **Semanário Cívico**, n. 92, 05 de dezembro de 1822.

¹⁶⁰³ **Semanário Cívico**, n. 119, 19 de junho de 1822.

¹⁶⁰⁴ **Semanário Cívico**, n. 81, 19 de setembro de 1822.

4.3.3. Os jornais unitários: a independência em questão

O discurso veiculado pelo *Semanário* reflete o contexto político em que o jornal estava inserido. Publicado em momento de crise da nação portuguesa onde os laços entre Brasil e Portugal podiam romper-se, o periódico se envolveu profundamente nos debates que ocorreram na imprensa brasileira.

Junto ao *Semanário*, o *Idade d'Ouro* seguiu linha argumentativa semelhante, também defendendo a união entre Brasil e Portugal e a obediência às ordens que vinham das Cortes. Em ambos circularam críticas ao ministério fluminense e aos jornais publicados no Rio de Janeiro, com destaque ao *Correio do Rio de Janeiro*, ao *Espelho* e aos panfletos *Reclamação do Brasil*. Os editores dos jornais baianos acusavam-nos de mentirosos, anticonstitucionais, respondiam suas argumentações e debochavam de seus argumentos. Também interpretavam, ao seu modo, o que recebiam do Rio de Janeiro, o que levou o *Idade d'Ouro*, por exemplo, a dizer que José da Silva Lisboa, autor da *Reclamação do Brasil*, estava sendo perseguido na Corte¹⁶⁰⁵.

Ao selecionar, deduzir e julgar os acontecimentos fluminenses de acordo com seus interesses, a devassa Bonifácia foi difundida como um dos muitos exemplos de que não existia liberdade no Rio de Janeiro¹⁶⁰⁶. O *Semanário* chegou a dizer que alguns fluminenses olhavam para o “novo Imperador” com desconfiança e a província de Minas Gerais não reconhecia sua autoridade¹⁶⁰⁷.

A convocação da Constituinte, muito elogiada no *Constitucional*, foi tratada pelo *Semanário* como o “9 Thermidor 1794 em Paris” e que a Câmara do Rio de Janeiro era a “revolucionária Municipalidade Robespierrense”. Diante das acusações feitas por essa instituição à Madeira, o periódico defendeu o general português, dizendo que ele havia sido injustamente atacado e insultado pelos fluminenses¹⁶⁰⁸.

Enquanto para os jornais autonomistas a convocação da Constituinte não era um ato de rompimento com Portugal, mas sim uma tentativa de manter unidos os dois lados do Atlântico, para o *Semanário* ela e outras ações do governo liderado pelo príncipe representavam a separação entre ambos os países. O periódico disse que a expulsão das tropas portuguesas do

¹⁶⁰⁵ *Idade d'Ouro*, n. 88, 01 de novembro de 1822.

¹⁶⁰⁶ *Semanário Cívico*, n. 100, 06 de fevereiro de 1823.

¹⁶⁰⁷ *Semanário Cívico*, n. 94, 19 de dezembro de 1822.

¹⁶⁰⁸ *Semanário Cívico*, n. 71, 11 de julho de 1822.

Rio de Janeiro e as outras ações dos “facciosos” mostravam que eles estavam “introduzindo o sistema de separar o Brasil” e tentavam ramificar esse projeto para outras províncias¹⁶⁰⁹. Diante disso, o impresso admitiu que eram “demasiado sedutoras as palavras de liberdade, e independência”, mas pediu aos brasileiros que olhassem para a “experiência dos outros Povos” que estavam nadando “em seu próprio sangue” de forma a se desviarem do “furor democrático” ao qual “inevitavelmente se encaminham”¹⁶¹⁰.

As mudanças políticas que ocorriam no Brasil também preocuparam o *Idade d’Ouro*. No jornal se pregava que no Rio de Janeiro não havia “confiança pública” e que os “Europeus” eram perseguidos. Pernambuco afligia o redator, principalmente a nova Junta, fazendo com que rogasse ao “Soberano Congresso” que “acabe com estas Juntas”, que estavam sendo “causa de todas as desgraças do Brasil por sua ignorância, ou aversão à nova ordem das coisas”¹⁶¹¹.

No decorrer dos acontecimentos e do progressivo avanço da independência pelas províncias do Brasil, o *Semanário* disse não entender por qual razão os brasileiros agiam contra a união da monarquia portuguesa. O periódico indagou o que causava a perseguição aos “Europeus” quando o que eles queriam era livrar o Brasil do despotismo. O problema estava, segundo o redator, na inocência dos brasileiros que se deixaram ser facilmente convencidos por “Brasileiros mais instruídos”, mas mal intencionados, que plantaram a desconfiança com as Cortes e o ódio entre os “Brasileiros” e “Europeus”¹⁶¹².

O resultado desse ódio contra os portugueses, segundo o jornal, era a destruição da América portuguesa. Ao emperrar a prosperidade, arruinar a agricultura, aniquilar a indústria, estagnar o comércio, causar guerra civil e depois anarquia, o Brasil se tornaria uma conquista fácil para uma potência estrangeira ou presenciaria acontecimentos semelhantes aos de São Domingos¹⁶¹³.

A autoridade de Pedro também foi questionada no *Semanário*. Em seu discurso, o príncipe era tratado como um mero “delegado” do poder de D. João, o que não lhe autorizava a desobedecer às Cortes e muito menos convocar um novo poder legislativo¹⁶¹⁴. O problema da

¹⁶⁰⁹ *Semanário Cívico*, n. 76, 15 de agosto de 1822.

¹⁶¹⁰ *Semanário Cívico*, n. 76, 15 de agosto de 1822.

¹⁶¹¹ *Idade d’Ouro*, n. 78, 27 de setembro de 1822.

¹⁶¹² *Semanário Cívico*, n. 72, 18 de julho de 1822.

¹⁶¹³ *Semanário Cívico*, n. 73, 25 de julho de 1822.

¹⁶¹⁴ *Semanário Cívico*, n. 78, 27 de agosto de 1822.

insubmissão do príncipe era que ele violava os limites de seu próprio poder, pois apenas o povo poderia convocar uma nova Constituinte. Todavia, esse “povo” não poderia ser reduzido apenas aos brasileiros, porque nenhuma província ou parte do Reino Unido poderia desintegrar a nação portuguesa¹⁶¹⁵.

Com a chegada do *Manifesto às Nações da Europa* escrito por José Bonifácio, o redator do *Semanário* se dispôs a analisá-lo. Logo no início, disse que era um fato inédito um príncipe proclamar aos seus próprios cidadãos os princípios “anárquicos de desobediência”. Tais ideias se manifestavam quando legitimava que “qualquer pequena fração do Povo (como a do Rio de Janeiro) está autorizada a conhecer os títulos do poder, que os Governa, e os pode alterar”, o que, na opinião de Maia, era o mesmo que estabelecer a “anarquia”. O jornalista dizia não entender como o príncipe, sabendo da força do “Partido Republicano no Brasil”, aderiu às “loucas pretensões dos facciosos”, e perguntou quem seriam os responsáveis pelo sangue derramado pelas atitudes de Pedro¹⁶¹⁶.

A leitura dos jornais da Bahia mostra como o desenvolvimento dos conflitos políticos e militares colocavam em lados cada vez mais opostos os “brasileiros” e “europeus”. Em um texto, por exemplo, o *Semanário* noticiou que a Câmara de Maceió havia ordenado que todos os “europeus” fossem demitidos. Já em outro, disse ficar indignado ao saber que os “europeus” sofriam insultos e violências, como as de arrancar-lhes “violentamente os cabelos das faces; porque o distintivo dos partidista do Príncipe, é serem raspados; talvez por se julgarem oriundos dos antropófagos Botocudos, que todos são imberbes”¹⁶¹⁷.

Além das notícias de outras províncias, os periódicos também lamentavam a divisão que ocorria na Bahia. Segundo o *Semanário*, um lado era formado pelos “brasileiros” que fugiam de Salvador em direção ao Recôncavo e o outro era constituído pelos “europeus” que faziam caminho inverso¹⁶¹⁸.

A notícia da aclamação de Pedro como Imperador do Brasil apareceu na edição do dia 16 de outubro do *Semanário*. Segundo o periódico, a “Câmara Bonifácia Robespierrense” do Rio de Janeiro dirigiu ao príncipe o decreto que marcava o dia de sua aclamação. Esse evento

¹⁶¹⁵ *Semanário Cívico*, n. 78, 27 de agosto de 1822.

¹⁶¹⁶ *Semanário Cívico*, n. 79, 05 de setembro de 1822.

¹⁶¹⁷ *Semanário Cívico*, n. 84, 10 de outubro de 1822.

¹⁶¹⁸ *Semanário Cívico*, n. 74, 01 de agosto de 1822.

foi, segundo o jornal, planejado com toda a pompa de um “cômico teatral”. Na mesma edição o papel veiculou o novo símbolo do Brasil, a fita verde no braço com a legenda “Independência ou morte”, dizendo o redator do *Semanário* ser mais adequada a legenda “mania-brasílico-bonifácia”¹⁶¹⁹.

Uma das grandes decepções dos periodistas baianos foi Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense*. Ele, que era amplamente utilizado como uma referência pelos jornais autonomistas, desolava a cada escrito os redatores do *Idade d’Ouro*, que lamentaram que um homem “em outro tempo tão liberal, e dotado de instrução, use agora das armas de um charlatão contra os maiores sábios de Portugal”, buscando provocar, no Brasil, as “horríveis cenas de Buenos Aires”¹⁶²⁰. Da mesma forma, o *Semanário Cívico* acusava-o de escrever a mando do “partido desorganizador do Rio de Janeiro”¹⁶²¹.

A referência à Buenos Aires e a outros países americanos era constante no *Idade d’Ouro*. Enquanto os autonomistas usavam os vizinhos americanos como exemplos positivos, o periódico baiano os utilizava em sentido inverso. Ele buscava refutar aqueles que viam na América argumentos para justificar a independência, falando que isso era um “termo de capadócijs poéticos em suas modinhas”, pois os países vizinhos eram muito diferentes do Brasil. O redator chegou até a citar autores clássicos e a própria bíblia ao dizer que, na natureza, nada “é independente; tudo está unido, e ligado pela infrangível cadeia do Ente Eterno”, garantindo que, por isso, a defesa da independência da América como algo natural e espontâneo era uma “charlatanice” dos “Tupinambás” e dos “curtos Doutores da propaganda”¹⁶²².

Nesse cenário, o *Idade d’Ouro* solicitou que os “Tupinambás” não se escondessem atrás da “natureza” e que dissessem explicitamente que eles queriam a independência. Acusava-os de não desejar a “reconciliação”, mas sim a “independência, ou morte”, remontando ao mote utilizado pelos autonomistas para criticá-los e expor a intransigência e radicalidade de suas intenções¹⁶²³. O redator do *Idade d’Ouro* sustentou também que, sem Portugal, o Brasil corria o risco de sofrer com as “Quixotadas Republicanas de 1817”¹⁶²⁴. Ao remontar aos perigos republicanos e usar a América como modelo negativo para a independência da América

¹⁶¹⁹ *Semanário Cívico*, n. 85, 16 de outubro de 1822.

¹⁶²⁰ *Idade d’Ouro*, n. 98, 06 de dezembro de 1822.

¹⁶²¹ *Semanário Cívico*, n. 74, 01 de agosto de 1822.

¹⁶²² *Idade d’Ouro*, n. 88, 01 de novembro de 1822.

¹⁶²³ *Idade d’Ouro*, n. 88, 01 de novembro de 1822.

¹⁶²⁴ *Idade d’Ouro*, n. 98, 06 de dezembro de 1822.

portuguesa, o *Idade d'Ouro* inverteu a qualificação do continente americano feita pelos autonomistas ao mostrá-lo como um espaço de agitações, anarquia e desordem.

Percebe-se nas páginas processo semelhante quanto à Europa. Enquanto o jornal fluminense *Espelho* usou o exemplo dos países europeus para noticiar revoluções tramadas pelos “carbonários” para criar juízo negativo dos movimentos que ocorriam no Velho Mundo, o *Idade d'Ouro* apostou em discurso inverso. Através de notícias que vinham daquele continente, o periódico anunciou que os países europeus lutavam contra os contrarrevolucionários na tentativa de manter os governos constitucionais. Para isso, usou exemplos da Espanha, da França, da Inglaterra e até da Grécia para mostrar a luta em defesa da sobrevivência do “Sistema liberal”¹⁶²⁵, tornando Brasil um espaço político ligado a esse conflito.

Assim, enquanto os “europeus” lutavam para manter o constitucionalismo na Europa, o mesmo ocorria no Brasil contra as tropas fluminenses. Mais uma vez, a identidade política ligada ao constitucionalismo foi mobilizada, colocando em lados opostos os autonomistas, alcunhados de “Tupinambás”, que eram acusados de defensores do despotismo, e os portugueses “constitucionais” que pelejavam em nome das Cortes e da união da nação portuguesa.

4.3.4. Os “Tupinambás” contra os “constitucionais”: a guerra de independência na Bahia

Enquanto as discussões políticas acima descritas ocorriam, os jornalistas conviviam diariamente com as consequências da guerra de independência que se desenrolavam na província. Nesse ponto, coube principalmente ao *Idade d'Ouro* dar publicidade ao confronto com as tropas brasileiras. Em meio às notícias, eram feitas críticas aos “Tupinambás”, que, segundo o redator, “são nas Armas tão peritos como nas letras”.

A cobertura da guerra mostra uma dupla estratégia do editor do *Idade d'Ouro*. Ao mesmo tempo em que reforçava a necessidade de defender o “constitucionalismo” contra as tropas autonomistas, ele noticiava as derrotas e os fracassos dos inimigos. Em determinado momento, chegou a dizer que os brasileiros, “os tais Tupinambás”, faziam “Brigada com os primos de toda a casta”, referindo-se aos negros que compunham o exército brasileiro. Também

¹⁶²⁵ *Idade d'Ouro*, n. 96, 29 de novembro de 1822.

os acusava de covardia, pois “não se atrevem nem a olhar para nossas trincheiras”, preferindo lutar “escondidos aos bandos pelos matos”¹⁶²⁶.

Esses termos que visavam desqualificar os adversários se relacionam com a disputa de narrativas a respeito da guerra. Outra estratégia utilizada pelo jornal foi depreciar os autonomistas expondo supostas injustiças e assassinatos cometidos pelos soldados e os acusando de serem “inimigos da Pátria”¹⁶²⁷. Em contraposição aos “brasileiros”, o impresso afirmava que os “constitucionais” queriam a “integridade do Reino Unido” e “manter o juramento de 10 de Fevereiro”, mandando “quem quer o contrário” ir para o “Recôncavo” ou colocar “um cadeado na boca porque ninguém é livre para ser traidor”¹⁶²⁸.

Na tentativa de maldizer as tropas do Recôncavo, o correspondente *Nicoláo Marques* informou ao público que seu genro José Thomaz de Aquino havia saído de Salvador para fazer “parte dos facciosos, e antes de sair, fez rebater no banco desta Cidade, duas Letras” em seu nome¹⁶²⁹. Campanha difamatória semelhante recaiu sobre Gomes Brandão, ex-redator do *Constitucional*. Dizia o *Idade d’Ouro* que ele tentou convencer um passageiro de um navio que devia “matar seu [próprio] Pai, porque além de maroto, era inimigo da independência do Brasil”¹⁶³⁰.

Porém, a confiança na vitória que existia no início do confronto deu lugar para o pessimismo e até insatisfação com as atitudes das Cortes. O *Idade d’Ouro* chegou a dizer que, através dos impressos que recebia de Portugal, percebia que eles não faziam “ideia do apuro” e dos problemas que a Bahia estava passando, ignorando que os “facciosos tem navegado com vento em poupa” perto de Salvador e tomavam embarcações que trariam alimentos para a cidade. Relatou também que os “constitucionais” viviam na capital da província por meio de “esperanças”, enquanto “que em Lisboa tudo é pura alegria, e concórdia”¹⁶³¹.

Mesmo expondo alguma insatisfação com a situação, o periódico permaneceu até o fim incentivando os habitantes da cidade. Em um texto, tentou inverter a realidade vivida, dizendo que, na verdade, o “bloqueado é o bloqueante”, pois Salvador, mesmo cercado, permanecia

¹⁶²⁶ *Idade d’Ouro*, n. 78, 27 de setembro de 1822.

¹⁶²⁷ *Idade d’Ouro*, n. 78, 27 de setembro de 1822.

¹⁶²⁸ *Idade d’Ouro*, n. 87, 29 de outubro de 1822.

¹⁶²⁹ *Idade d’Ouro*, n. 92, 15 de novembro de 1822.

¹⁶³⁰ *Idade d’Ouro*, n. 94, 22 de novembro de 1822.

¹⁶³¹ *Idade d’Ouro*, n. 95, 26 de novembro de 1822

tendo saída para o mar, o que o possibilitava comprar mantimentos, enquanto os habitantes do Recôncavo não tinham como comercializar maritidamente, sendo eles próprios os sitiados¹⁶³².

Da mesma forma, o *Semanário* afirmava que as tropas autonomistas estavam em estado de penúria. Também acusou Labatut de recrutar jovens que mal sabiam pelo que estavam lutando¹⁶³³ e relatou que os comandantes das tropas brasileiras disputavam o poder entre si¹⁶³⁴.

Buscando colaborar ativamente com o esforço de guerra, Joaquim José da Silva Maia, redator do *Semanário*, foi um dos assinantes da Representação que pediu ao general Madeira para bloquear o porto do Rio de Janeiro. Ele também questionou a passividade e a demora das tropas portuguesas em libertar cidades que forneciam suprimentos a Salvador¹⁶³⁵ e liderou a criação de uma Comissão de Comerciantes para auxiliar financeiramente na guerra¹⁶³⁶. Todavia, seus esforços financeiros e intelectuais não foram suficientes e, em junho de 1823, a cidade de Salvador foi conquistada pelas tropas autonomistas.

4.3.5. Os “brasileiros” e os “portugueses” na imprensa baiana da independência

O estudo da imprensa baiana do processo de independência, além da observação do vocabulário político e dos assuntos em discussão, ilumina aspectos da cultura política do Brasil. Ao destacarmos as relações entre os redatores e a trajetória de seus periódicos, percebemos que, mesmo existindo uma espécie de concordância em torno da importância da liberdade de imprensa em um governo liberal¹⁶³⁷, havia grande distância entre o discurso e a prática.

A trajetória de jornais como o *Compilador Constitucional Fluminense*, o *Malagueta* e o *Correio do Rio de Janeiro* na Corte fluminense torna possível atribuir ao governo de D. Pedro um comportamento autoritário. Todavia, eventos como a repressão e a perseguição de Corte Real na Bahia e o consequente fim do *Constitucional* nos fazem refletir que a censura à

¹⁶³² *Idade d'Ouro*, n. 99, 10 de dezembro de 1822.

¹⁶³³ *Semanário Cívico*, n. 93, 12 de dezembro de 1822.

¹⁶³⁴ De fato, o comando das tropas brasileiras estava dividido. Foram feitas denúncias contra Labatut que o acusavam de imperícia e corrupção e reclamações de que ele estava alistando “classes de cor” para o exército. Tais denúncias foram feitas pelo Conselho Interino do Recôncavo e as provas e reclamações foram registradas em um documento que seria enviado junto a um representante para conversar diretamente com o Imperador. O representante escolhido foi Francisco Gomes Brandão, ex-redator do *Constitucional*. SOUZA FILHO, 2010, p. 204.

¹⁶³⁵ *Semanário Cívico*, n. 89, 13 de novembro de 1822.

¹⁶³⁶ *Semanário Cívico*, n. 91, 27 de novembro de 1822.

¹⁶³⁷ Tema debatido no tópico 2.1.2. O debate sobre a liberdade de imprensa em 1821.

imprensa e à oposição não eram características exclusivas do governo de D. Pedro I e muito menos de um grupo político, mas uma constante da época.

Notamos, nesse momento, uma sociedade que não reconhecia como legítima a oposição e discordância de ideias. Porém, isso não era característica exclusiva do Brasil. Como mostrou Peter Gay, nos países europeus até o século XIX, não se conhecia a oposição ao governo como uma atitude legítima, e aqueles que se colocavam como “opositores” eram acusados de ser promotores de intrigas, conspiradores e até rebeldes¹⁶³⁸. Algo muito próximo do que vimos nos jornais brasileiros.

No caso do Brasil, percebe-se que a adesão ao constitucionalismo não foi capaz de alterar aspectos tradicionais de uma sociedade que não estava acostumada a debater e a discordar publicamente, levando à criação e à polarização de grupos e de identidades que, no limite, motivaram a repressão da oposição. Mesmo que os jornais acusassem estar em um “novo tempo”, alguns elementos da política tradicional, como a inexistência de um espaço legítimo de debate e de discordância, permaneceram. Assim, a repressão à imprensa não é um traço do governo de D. Pedro I, de um grupo político ou de ministros que passaram pelo poder, mas uma característica da sociedade brasileira¹⁶³⁹.

Pensando mais especificamente nos discursos veiculados pelos jornais da Bahia, vemos uma grande diferença entre o *Constitucional*, o *Semanário* e o *Idade d'Ouro*. Coube ao primeiro defender a “causa do Brasil” e se opor aos “europeus”. Ele acusou as Cortes de quererem tiranizar contra o Brasil, expôs a figura de Pedro como um herói e reiterou a importância da Constituinte na manutenção da unidade da monarquia portuguesa. Para isso, apostou no fortalecimento da identidade “brasileira” sustentada por uma linguagem na qual a defesa da pátria passava pela proteção da autonomia do Brasil.

Por parte do *Idade d'Ouro*, vimos que o jornal se posicionou de forma contrária. Ele acusou os partidários da “causa do Brasil” de serem “rebeldes”, “facciosos” e “déspotas”, inimigos do constitucionalismo e da nação portuguesa. Também ocupou um espaço privilegiado de divulgação de notícias referentes à guerra que ocorria na Bahia, informando e

¹⁶³⁸ GAY, 1989, p. 220.

¹⁶³⁹ Um exemplo disso é que, ao subirem ao poder no período regencial, os “moderados”, que outrora haviam criticado D. Pedro I por reprimirem a imprensa e a oposição, fizeram o mesmo com jornais “exaltados”. Cf: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. 2004. 490 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.225.

noticiando os acontecimentos militares de acordo com suas opiniões. Em torno desses apelidos e do projeto político defendido pelo redator, percebe-se a persistência da identidade “constitucional” que, surgida em 1821, foi reutilizada em oposição às tropas brasileiras do Recôncavo.

Já no *Semanário*, observamos postura singular quando comparado aos outros jornais analisados nesta tese. Desde 1821, o periódico se destacou por privilegiar questões pecuniárias, e seu redator tem como distintivo a sustentação da defesa da união entre Brasil e Portugal através de argumentos econômicos. Ele alegava se preocupar com a “indústria” e a “agricultura” do Brasil diante das consequências dos conflitos militares e da guerra civil que se instalou no país, duvidando que, no futuro, o Império do Brasil tivesse condições de se estabilizar e evoluir financeiramente.

A aflição com as propriedades e as riquezas diante da desordem social que ocorria na Bahia pode ser entendida como uma similaridade entre o reformismo ilustrado e o pensamento de Joaquim José da Silva Maia, redator do *Semanário*. Segundo Falcon, paralelamente às reformas educacionais e políticas promovidas pelos reformistas portugueses, ocorreu a valorização da fisiocracia¹⁶⁴⁰, que tinha como bases a propriedade agrária, a ordem social, a harmonia dos indivíduos e das classes e o interesse particular¹⁶⁴¹. Preocupação semelhante aparecia no *Campeão Português* antes da Revolução do Porto¹⁶⁴², o que levou Valentim Alexandre a dizer que existia no jornal um “patriotismo mercantil”¹⁶⁴³.

A leitura do *Semanário* nos remete a muitas dessas questões. Vimos, no segundo capítulo desta tese¹⁶⁴⁴, que o jornal se destacou por dar espaço privilegiado para debates a respeito da agricultura e do comércio, bem como criou um curioso plano econômico em que livres e escravizados teriam cada um o seu papel definido na dinâmica produtiva do Reino Unido. Aos primeiros, caberiam os trabalhos da “indústria”, majoritariamente urbanos, enquanto aos segundos, os trabalhos “agrícolas”. O periódico também propôs normas que estabelecessem uma espécie de alforria por idade dos escravos e punissem aqueles que os maltratassem, buscando reduzir os conflitos e harmonizar as relações sociais. Além disso, fez

¹⁶⁴⁰ Ainda que a prática permanecesse tipicamente mercantilista. FALCON, 1993, p. 139.

¹⁶⁴¹ Ibid., p. 144–145.

¹⁶⁴² ALEXANDRE, 1996, p. 461.

¹⁶⁴³ ALEXANDRE, 1996, p. 475.

¹⁶⁴⁴ Vide o tópico: 3.2.1. Política, economia e sociedade: os temas e as palavras nos periódicos.

críticas ao Tratado de Comércio de 1810, ao qual chamou de “trágico”¹⁶⁴⁵, defendendo relação privilegiada entre o comércio do Brasil e de Portugal, assim como queriam muitos deputados vintistas.

Da mesma forma, o referido periódico buscava resguardar as atividades econômicas das agitações sociais. Ele argumentou que os conflitos que ocorriam no Brasil e a guerra de independência prejudicavam a economia ao drenar recursos financeiros e humanos para uma luta sem sentido que opunha “portugueses” de ambos os lados do Atlântico.

Diferente dos outros jornais que temos analisado por meio do *Iramuteq*, o *Semanário* justificou suas ideias e propostas políticas tendo como principal base de argumentação as questões econômicas. Ao valorizar esse tópico, o redator, que era um grande comerciante da Bahia, deixou claro importar-se com o comércio e a manutenção da ordem no Brasil já que apenas a continuidade da harmonia social e a propagação do constitucionalismo tornaria possível o desenvolvimento da “agricultura” e da “indústria” da América portuguesa, no que, obviamente, seria beneficiado por estar diretamente envolvido. Logo, a argumentação do jornal não foi feita com argumentos especificamente políticos ou apelos ao patriotismo e às emoções, comuns em outros jornais, mas através reflexões e de perspectivas econômicas de um negociante interessado na manutenção e aprofundamento das relações de comércio entre Brasil e Portugal¹⁶⁴⁶.

Não descartamos as preocupações políticas e sociais de Joaquim da Silva Maia. Todavia, o que seu jornal e os *outputs* do *Iramuteq* nos mostram é um indivíduo inquieto e apreensivo quanto às suas posses e atividades financeiras. O avanço das tropas autonomistas e a guerra civil que se instalou na Bahia prejudicou seus negócios, pois desviavam recursos para o financiamento das tropas e impedia o comércio entre ambos os lados do Atlântico português. Da mesma forma, caso os autonomistas fossem vencedores e o Brasil de fato rompesse com Portugal, Maia sabia que a rede de comércio que os ligava seria rompida, o que afetaria drasticamente seus negócios. Compreendendo e lendo as mudanças políticas dessa forma, veiculou, no seu jornal, um discurso que expressava essa preocupação para tentar convencer o público de que o certo a se fazer era defender a união com Portugal e a obediência às Cortes.

¹⁶⁴⁵ *Semanário Cívico*, n.9, 26 de abril de 1821

¹⁶⁴⁶ SILVA, 2008, p. 19.

A entrada das tropas brasileiras em Salvador culminou no fim do *Semanário Cívico* e do *Idade d'Ouro*. Por parte do primeiro, o qual acreditamos ter a coleção completa, não houve cartas de despedida, talvez consequência da apressada fuga do redator. Diante da eminente tomada da cidade, Joaquim José da Silva Maia saiu da Bahia em direção ao Maranhão, onde chegou em princípios de julho. Vejamos agora o contexto dessa província para entendermos como se deu o processo de independência naquela região e as circunstâncias encontradas por Maia.

4.4. A imprensa maranhense de 1822 e 1823

A conquista da Bahia pelas tropas brasileiras dificultou a resistência do Norte do Brasil, já que aquela província era o principal bastião de defesa dos portugueses. Por isso, o governo do Maranhão intensificou, com a ajuda do Pará, a organização da resistência aos invasores que chegavam do Sul. Em meio às ordens oficiais, narrativas quanto às condições das tropas e mobilização do exército, coube ao *Conciliador* um papel essencial na guerra de palavras que se espalhava pela antiga América portuguesa, transformando o periódico no último jornal unitário que circulou no país.

Diferentemente do que ocorreu nas outras províncias, não houve, no Maranhão, um jornal reconhecidamente favorável à adesão ao Rio de Janeiro. Também não conseguimos localizar, nos periódicos, grandes conflitos políticos a respeito da direção da província, a não ser o suscitado pelo rápido e efêmero *Folha Medicinal*. Ao que transparece da leitura do *Conciliador*, em detrimento de polêmicas locais e da incursão de supostos “enviados” do Rio de Janeiro, existia naquela província uma concordância geral de que ela era bem governada e que a união com Portugal devia ser preservada¹⁶⁴⁷.

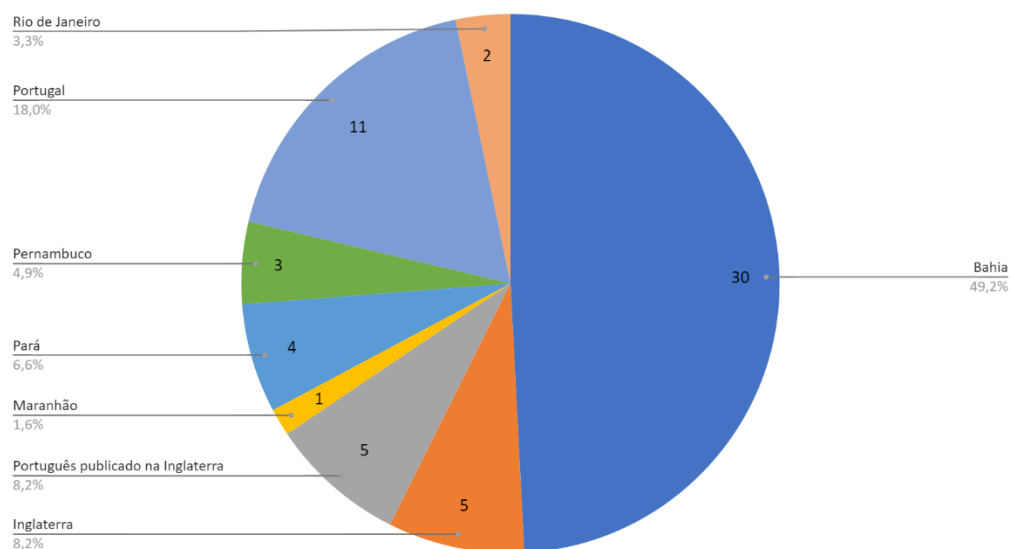
Diante desse cenário, o jornal veiculou notícias favoráveis aos militares unitários enquanto deslegitimou as tropas autonomistas e o governo do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Em seus textos, ao mesmo tempo que os fluminenses eram acusados de déspotas, os

¹⁶⁴⁷ O que, como sabemos pelas pesquisas recentes, não é verdade. Não apenas existiu um grupo de maranhenses que faziam oposição ao governo dentro da província, como também outros que imprimiam, na Europa, papéis com posicionamento político semelhante. GALVES, Marcelo Cheche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. *Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 4, n. 1, p. 4–38, 2012.

pernambucanos serviram de exemplo do futuro do Maranhão caso aderisse ao governo de D. Pedro I.

As novidades do sul vinham pelos mais variados meios. Chegavam por navios, por correspondências, mas também através dos jornais, cabendo ao *Abelha*, ao *Idade d'Ouro* e ao *Semanário Cívico* serem as principais referências de notícias. Da mesma forma, o jornal da *Sociedade Literária e Patriótica de Lisboa*¹⁶⁴⁸ e a *Gazeta de Portugal* eram alusões frequentes no *Conciliador* quando o assunto em questão era a Europa.

Gráfico 51 – Jornais citados pelo *Conciliador* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: *Conciliador* (1822-1823)

Observando os dados recolhidos do *Conciliador* no gráfico acima, percebemos que o jornal matinha relação muito próxima com os impressos da Bahia e de Portugal. Além disso, continua uma tendência que ocorreu desde 1821, que foi o fato de não ter os periódicos do Rio de Janeiro como seus principais interlocutores.

Olhando para as citações, vemos que, além das questões relacionadas à guerra da independência, o *Conciliador* se envolveu em uma polêmica com o *Correio Braziliense*. Isso

¹⁶⁴⁸ Jornal criado pela Sociedade Literária Patriótica de Lisboa, uma associação que tinha como um dos principais objetivos a defesa das Cortes e do sistema constitucional. ARAÚJO, Ana Cristina; SILVA, Diana Tavares da. As sociedades patrióticas portuguesas: sociabilidade e intervenção política no Triênio Liberal (1820-1823). *Almanack*, n. 30, p. 1–37, 2022.

porque o jornal de Hipólito da Costa publicou correspondências críticas ao governo do Maranhão, o que levou o *Conciliador* a defender as autoridades provinciais e iniciar um debate entre ambos¹⁶⁴⁹.

Além da discussão com o *Correio Braziliense*, também ocorreram frequentes referências ao *Paraense*. A última edição que localizamos desse jornal data do dia 19 de outubro de 1822, um pouco antes dos redatores serem vítimas de uma devassa¹⁶⁵⁰ e a tipografia em que era impresso passar a ser controlada pelo governo¹⁶⁵¹. Após isso, surgiu o periódico *Luso Paraense*, que, criado sobre o patrocínio da Junta, deu protagonismo a comunicações oficiais e a movimentações militares, revelando o contexto agitado do Pará¹⁶⁵².

Por fim, subsiste no gráfico as menções aos jornais do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Acerca do primeiro, o *Diário do Rio de Janeiro*¹⁶⁵³ e o *Espelho*¹⁶⁵⁴ foram referenciados em notícias sobre o Banco do Brasil, a situação do Rio de Janeiro e o retorno do Príncipe Regente de sua viagem a Minas Gerais. Já sobre Pernambuco, a *Gazeta Extraordinária do Governo*¹⁶⁵⁵ foi acusada de mentir acerca do estado da província após a mudança de governo, o *Segarrega* serviu de referência sobre a chegada das tropas autonomistas em Pernambuco e da *Gazeta Pernambucana*¹⁶⁵⁶ foi retirada a carta dos deputados brasileiros que haviam fugido das Cortes.

Esses dados nos mostram os espaços privilegiados de debate do *Conciliador*, bem como a seleção que fazia de jornais que lhe serviam para reforçar seus argumentos e dar as notícias da forma que desejava. Essas escolhas serviam aos seus editores para a construção de uma narrativa na qual as regiões dominadas pelos autonomistas passavam por desequilíbrios políticos e sociais e que a guerra na Bahia estava sendo vencida pelas tropas portuguesas. Ademais, extratos retirados principalmente do *Semanário*¹⁶⁵⁷ mostravam que os “europeus”

¹⁶⁴⁹ **O Conciliador**, n. 136, 30 de outubro de 1822.

¹⁶⁵⁰ COELHO, 1993, p. 207.

¹⁶⁵¹ De acordo com André Roberto Machado, no decorrer de 1822 e 1823 o governador das armas José Maria de Moura conseguiu se sobrepor sobre as autoridades civis da província. A despeito de ordens que vinham das Cortes exigindo seu retorno, Moura liderou um golpe militar e depôs a Junta que lhe fazia oposição. A repressão do *Paraense* é um dos capítulos de seu empoderamento. MACHADO, André Roberto de Arruda. Para além das fronteiras do Grão-Pará: O peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, p.1-28, 2015, p. 15.

¹⁶⁵² COELHO, 1993, p. 225.

¹⁶⁵³ **O Conciliador**, n. 125 e n. 197.

¹⁶⁵⁴ **O Conciliador**, n. 134, 23 de outubro de 1822.

¹⁶⁵⁵ **O Conciliador**, n. 134, 23 de outubro de 1822.

¹⁶⁵⁶ **O Conciliador**, n. 170, 25 de fevereiro de 1823.

¹⁶⁵⁷ **O Conciliador**, n. 172 e n. 129, principalmente.

eram perseguidos em diversas províncias do Brasil. Esses trechos tentavam assustar o público e mostrar que a única opção possível para a manutenção da ordem na província e a segurança dos “europeus” era evitar a vitória das tropas brasileiras. Vamos, agora, proceder com a análise do *Conciliador* no *Iramuteq*.

4.4.1. O “ser constitucional” e a guerra no *Conciliador*

A análise da última parte do *Conciliador*¹⁶⁵⁸ no *Iramuteq* repetiu muito do que se tem percebido desde 1821 no periódico, mas marcou também a inclusão de novas palavras relacionadas à guerra que ocorria no Brasil. Antes de examinarmos a família lexical criada pelo *Iramuteq*, é conveniente mostrarmos dados unicamente quantitativos das palavras escritas no periódico.

Quadro 4 - Palavras mais escritas no *Conciliador* após a notícia da convocação da Constituinte até a última edição.

Palavra	Quantidade
1. josé	1788
2. província	1207
3. governo	1047
4. antônio	953
5. joão	893
6. cidade	798
7. junta	793
8. brasil	776
9. cortes	742
10. dia	740

Fonte: Quadro criado pelo *Iramuteq* a partir de dados do *Conciliador*.

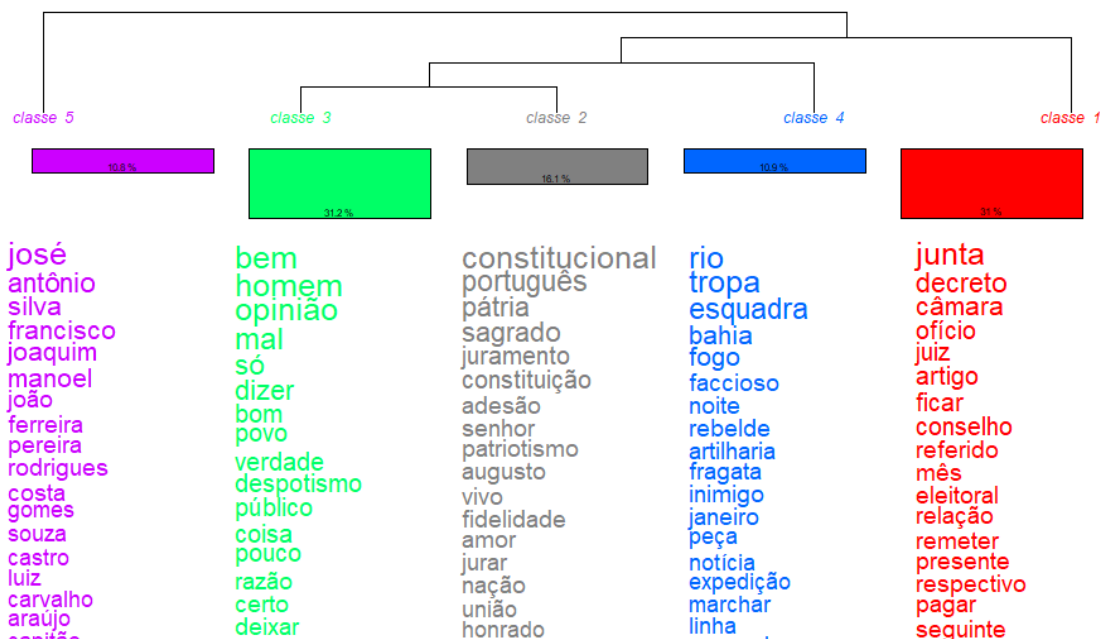
No quadro acima vemos que existiu uma grande quantidade de nomes escritos no jornal. A repetição é referente às autoridades e militares que se envolviam nos conflitos e enviavam cartas ao periódico ou ordens aos habitantes do Maranhão. Também conseguimos perceber que o espaço de maior interesse do impresso era a “província”¹⁶⁵⁹, palavra que ocupa a segunda posição – colocação que não se repete em nenhum jornal previamente analisado. Constituiu

¹⁶⁵⁸ Nessa etapa foram analisadas as edições n. 117, de 24 de agosto de 1822, até a n. 209, de 12 de julho de 1823. O fato da edição n. 210 estar incompleta fez que com que a excluíssemos da análise.

¹⁶⁵⁹ A palavra também podia remeter às notícias de outras províncias, mas tanto a leitura quanto outras análises feitas no *Iramuteq* nos revelam a centralidade do Maranhão nos textos do *Conciliador*.

uma singularidade do *Conciliador* o protagonismo aos problemas internos do Maranhão, algo que, mesmo durante a guerra de independência, não foi alterado.

Gráfico 52 - Método Reinert no *Conciliador* das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Conciliador*.

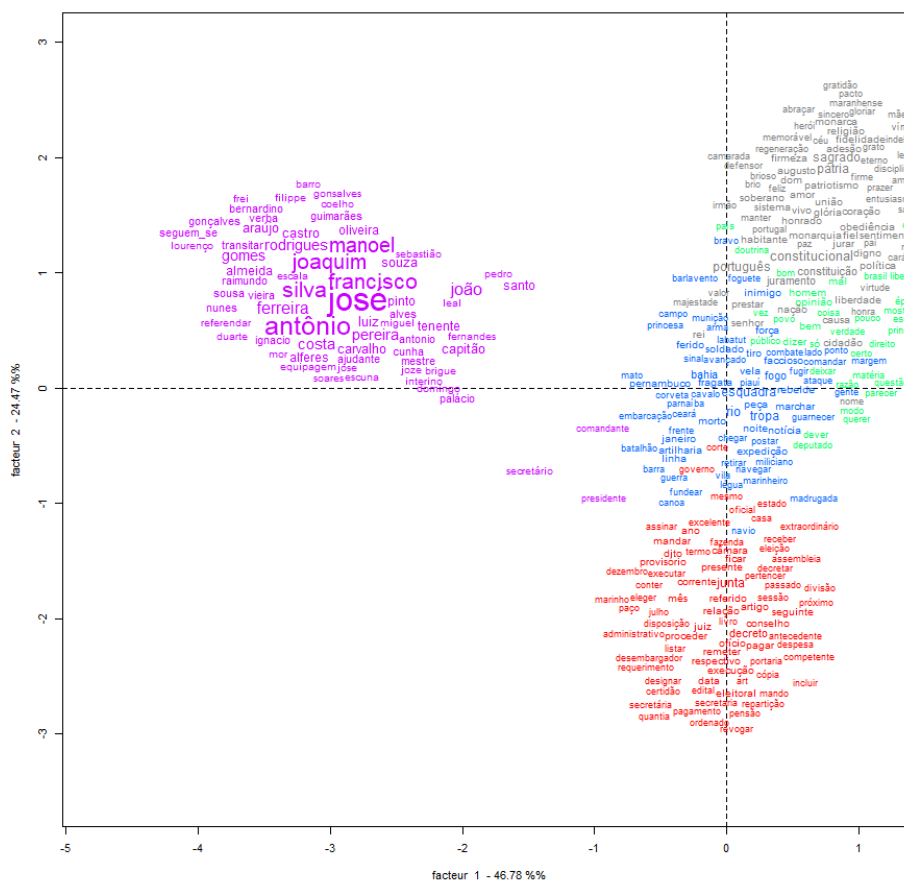
Seguindo para a análise do Método Reinert, vemos, na Classe 1, palavras que se relacionavam com as ordens de autoridades, bem como das Cortes, por isso há termos, como “Junta”, “Câmara”, “Conselho” e “Juiz”, representando as autoridades, e outros, como “decreto”, “ofício” e “artigo”, simbolizando instrumentos de expedição das ordens.

As classes 2 e 3 são aquelas em que estão os vocábulo utilizados, em sua grande parte, em proclamações, correspondências e editoriais. Constam nelas termos como “constitucional”, “português”, “constituição” e “despotismo”, palavras muito utilizadas em textos nos quais se debatia diretamente questões políticas. Ambas as classes serão analisadas mais detidamente à frente.

Na Classe 4 estão os termos usados em notícias e em correspondências que tratavam dos conflitos militares que ocorriam no Brasil. Observamos “Rio”, “Janeiro” e “Bahia”, referindo-se às localidades envolvidas nas batalhas, e “esquadra”, “tropa”, “fogo” e “expedições”, que manifestam os acontecimentos. Ainda na classe observamos duas palavras

empregadas pelo jornal para deslegitimar as tropas autonomistas. Ele as acusava de serem “facciosas” (“faccioso”) e “rebeldes”, atribuindo a elas a defesa de uma causa injusta e prejudicial aos habitantes do Maranhão. Já a Classe 5 é composta por nomes dos indivíduos que enviaram correspondências e também de outros que foram citados no jornal ou que fizeram algum tipo de anúncio.

Gráfico 53 - Gráfico AFC do Conciliador das edições que circularam da convocação da Constituinte até o fim do periódico.



Fonte: Gráfico criado pelo Iramuteq a partir de dados do *Conciliador*.

A relação entre as palavras e as classes pode ser percebida no [Gráfico 53](#). Vemos que a Classe 5 (em roxo) é a mais isolada, isso porque ela era composta principalmente de nomes referentes às autoridades ou anunciantes, que assinavam textos que apareciam em seções separadas no jornal. A Classe 1, em vermelho, aparece também um pouco deslocada das demais, por ser formada de vocábulos relacionados a leis e a ordens oficiais, que, muitas vezes, ocupavam uma posição discriminada no impresso.

Já nas classes 2 (cinza), 3 (verde) e 4 (azul), estão as palavras mais usadas em editoriais, proclamações, extratos de outros jornais e correspondências. Eram nesses documentos que as opiniões dos editores e dos correspondentes se mostravam de forma mais intensa, e é nelas que vamos focar. Começamos pela Classe 3, em cinza¹⁶⁶⁰.

A primeira palavra da classe é “bem”. As discussões encetadas pelo jornal diziam estar prezando pelo “bem desta província”¹⁶⁶¹, pelo “bem público”¹⁶⁶² e pelo “bem da nação”¹⁶⁶³. Ele buscava reafirmar o compromisso do periódico com a divulgação de opiniões favoráveis ao “público”, principalmente o “desta cidade”¹⁶⁶⁴ ou “desta província”¹⁶⁶⁵. Além disso, essas expressões deixavam claro, principalmente nas correspondências e nos anúncios, os espaços privilegiados de interlocução do jornal.

Ao escrever para esses espaços, o impresso reconhecia a importância da “opinião pública”. Principalmente as correspondências que, ao tratarem de questões e polêmicas econômicas, políticas ou pessoais da região, buscavam, no “respeitável tribunal da opinião pública”¹⁶⁶⁶, um julgamento sincero e honesto. Ademais, tratava como sua a tarefa “dirigir a opinião pública a favor da Causa Geral da Nação e da Constituição da Monarquia”¹⁶⁶⁷.

¹⁶⁶⁰ Na análise feita pelo *Iramuteq*, ocorreu uma mistura entre verbos, adjetivos e advérbios nessa classe. Tentamos modificar essa conduta através de alterações no dicionário, mas não conseguimos resolvê-la. Por isso, palavras como “bem” e “certo”, que aparecem na maioria das vezes como advérbio, estão presentes no gráfico. A presença, por sua vez, causou a ascensão de outros termos graças à proximidade deles nos textos, tais como “deixar” e “dizer”. Diante da problemática aberta por esse comportamento da ferramenta, buscamos analisar essas palavras para entender o que elas nos mostravam. Ainda que tenhamos nos esforçado, algumas delas, como “certo” (falava-se muito de “certo número”, “certa província” e até mesmo “de certo”), “só” (usada em expressões como “só a”, remetendo a alguma instituição ou indivíduo), “deixar” (com uma utilização bastante diversa, remetia tanto a “deixar” algo para trás ou acontecer, como também a “deixar” alguma autoridade ou instituição agir), “verdade” (não apenas acusava dizer a “verdade”, como também usava muitas expressões comuns, como “é verdade”, o que aumentou a estatística da palavra), “coisa” e “pouco” (palavras que não apresentaram nenhum padrão de utilização), não possibilitaram uma análise quantitativa suficiente ou coerente. É verdade que esses termos podem nos mostrar algumas estratégias retóricas do jornal, bem como iluminar outros aspectos discursivos. Porém, para os objetivos propostos nesta tese, elas poderiam trazer confusões e nos desviar de nosso propósito. Diante disso, elas não foram analisadas no corpo do texto.

¹⁶⁶¹ A correlação ocorreu pelo menos 82 vezes. Vide as edições n. 168, n. 179 e n. 188, por exemplo. A palavra “bem” também exercia função adverbial em alguns textos.

¹⁶⁶² A correlação ocorreu 72 vezes, como nas edições n. 138, n. 183 e n. 202.

¹⁶⁶³ **O Conciliador**, n. 155, 04 de janeiro de 1823.

¹⁶⁶⁴ Ocorreram pelo menos 45 correlações entre “público” e “cidade”. Vide as edições *O Conciliador*, n. 183, n. 137 e n. 182.

¹⁶⁶⁵ Ocorreram 44 correlações, nas edições n. 135, n. 182 e n. 179, principalmente.

¹⁶⁶⁶ **O Conciliador**, n. 137, 02 de novembro de 1822.

¹⁶⁶⁷ **O Conciliador**, n. 136, 30 de outubro de 1822.

No *Conciliador*, o “rei” D. João VI era tratado como um “bom rei”. Por isso ele devia ser amado e os portugueses deveriam “preservar” a “causa sagrada” de Portugal¹⁶⁶⁸. Além de “bom”, D. João também era apontado como um monarca “liberal”¹⁶⁶⁹ e “incomparável”¹⁶⁷⁰. Assim, defender a permanência dos laços que uniam Brasil e Portugal tornava-se um dever do “povo constitucional” do Maranhão, já que o avanço dos autonomistas não apenas romperiam os laços de união e destituiria D. João do trono, como também colocava o próprio constitucionalismo em risco. Diante disso, apelava para a “razão e a justiça” para convocar o público na defesa da união da nação

Contrários aos defensores da união estavam os autonomistas, a quem eram acusados de serem “déspotas”. Segundo o *Conciliador*, o “infernado flagelo que o despotismo do Rio de Janeiro inventou para enfraquecer e escravizar o Brasil” ameaçava a “união entre portugueses do Brasil e portugueses da Europa”¹⁶⁷¹. Por isso, o “português europeu fiel à sua Pátria” unido aos “portugueses do Brasil” devia “repelir com as armas na mão esses furiosos vândalos”, que os ameaçava com o “despotismo”, causando riscos ao “único sistema e governo constitucional que pode constituir livre e feliz o grande e precioso Brasil”¹⁶⁷².

Os autonomistas eram tratados como “homens mal intencionados e inimigos da liberdade”¹⁶⁷³. O periódico rogava para que “aquele mal contagioso não infeccione a nossa província”¹⁶⁷⁴. O “mal”, representado pela ideia da independência, opunha-se diretamente ao “bem” do Maranhão e da nação portuguesa.

O “bem”, como já vimos, era a defesa da união com Portugal, obediência às Cortes e ao “bom” D. João VI. Juntos, essas autoridades formavam o “sistema constitucional”¹⁶⁷⁵ em exercício no Reino Unido. Assim, a primeira palavra da Classe 2 que pode ser vista no [Gráfico 52](#), é “constitucional”, usado para representar a forma de governo instituída no Brasil e em

¹⁶⁶⁸ O *Conciliador*, n. 136, 30 de outubro de 1822.

¹⁶⁶⁹ O *Conciliador*, n. 198, 04 de junho de 1823.

¹⁶⁷⁰ O *Conciliador*, n. 195, 24 de maio de 1823.

¹⁶⁷¹ O *Conciliador*, n. 194, 21 de maio de 1823.

¹⁶⁷² O *Conciliador*, n. 179, 29 de março de 1823.

¹⁶⁷³ O *Conciliador*, n. 140, 13 de novembro de 1823.

¹⁶⁷⁴ O *Conciliador*, n. 189, 03 de maio de 1823.

¹⁶⁷⁵ Localizamos 139 correlações entre “sistema” e “constitucional”, a grande maioria sendo “sistema constitucional”. Nota-se tal expressão, por exemplo, nas edições n. 138, n. 137, n. 136 e n. 147. Também se falava do “governo constitucional” (vide as edições n. 176, n. 131 e n. 198).

Portugal e que devia ser defendida. Ao fazê-lo, o periódico não apenas reafirmava sua oposição aos “déspotas” do Sul, como referendava a “adesão ao Sistema Constitucional”¹⁶⁷⁶.

O “sistema constitucional” era baseado na “reta administração da justiça” e na “perfeita manutenção tanto da pública segurança” quanto da “tranquilidade individual”¹⁶⁷⁷. Diante das ameaças que o constitucionalismo sofria do Rio de Janeiro, dizia o *Conciliador* que a defesa do “sistema constitucional” cabia aos “constitucionais”¹⁶⁷⁸. Outras instituições como a “Câmara Constitucional”¹⁶⁷⁹ de São Luís eram citadas, além das diversas correspondências, extratos, decretos, editoriais e proclamações que chamavam a província de “Constitucional”¹⁶⁸⁰.

Também existia muita correlação entre “constitucional” e “viva”. Isso porque eram dados diversos “vivas” ao “Rei Constitucional”. O vivas é outra palavra que está presente na Classe 2 do [Gráfico 52](#). Junto ao “Rei Constitucional” D. João VI, também eram dignos de vivas a “Constituição portuguesa” e a “Santa Religião”. Da mesma forma, existiam os “vivam”, direcionados às coletividades, como as “Cortes” e os “fieis e honrados maranhenses”¹⁶⁸¹.

Voltando ao [Gráfico 52](#), observamos que a segunda palavra da Classe 2 é “português”. Esse termo é muito frequente no *Conciliador* quando ele noticiava os conflitos militares que ocorriam no Brasil. Dessa forma, enquanto nos jornais autonomistas o “ser brasileiro” se valorizava enquanto identidade, no impresso do Maranhão o “ser português” continuava como definição de nacionalidade.

O periódico também escrevia sobre o “povo português”. Esse povo, ao qual os maranhenses faziam parte, devia estar sempre atento na defesa da constituição¹⁶⁸², já que ela garantia sua “felicidade”¹⁶⁸³. Por isso o *Conciliador* apelou ao “patriotismo”¹⁶⁸⁴, unindo a defesa da união e da constituição formulada nas Cortes à defesa da “pátria”, outra palavra presente na Classe 2.

¹⁶⁷⁶ A correlação apareceu pelo menos 37 vezes, como nas edições n. 196, n. 194 e n. 193.

¹⁶⁷⁷ *O Conciliador*, n. 147, 07 de dezembro de 1822.

¹⁶⁷⁸ *O Conciliador*, n. 128, 02 de outubro de 1822.

¹⁶⁷⁹ Encontramos 123 correlações, como nas edições n. 200, n. 202 e n. 208.

¹⁶⁸⁰ Ocorreram 100 correlações entre “província” e “constitucional”, a maioria com o sentido acima citado. Observa-se, por exemplo, nas edições n. 126, n. 141, n. 128 e n. 131.

¹⁶⁸¹ *O Conciliador*, n. 199, 07 de junho de 1823.

¹⁶⁸² *O Conciliador*, n. 202, 18 de junho de 1823.

¹⁶⁸³ *O Conciliador*, n. 151, 21 de dezembro de 1822.

¹⁶⁸⁴ *O Conciliador*, n. 180, 02 de abril de 1823.

Vimos que, entre os autonomistas, houve um discurso que atribuiu ao Brasil o sentido de pátria. Assim, aos “patriotas” cabia defender a “causa do Brasil”, que era a autonomia do Reino ameaçada pelas ações das Cortes. Desta feita, a linguagem patriótica serviu aos defensores da independência como forma de mobilizar o público na defesa da independência do Brasil.

Ocorreu o mesmo no *Conciliador*, só que em perspectiva inversa. Considerando a “pátria” como a província, mas também Portugal, o jornal utilizou linguagem patriótica e emotiva para defender a união do Reino Unido e se opor aos autonomistas. Assim, dirigindo-se aos “maranhenses constitucionais”, o redator convocou o público em defesa da “Lusa Mãe-Pátria” e da constituição feita nas Cortes¹⁶⁸⁵. Foi com esse objetivo que uma proclamação escrita pela *Velha Amazonas* conclamou os “Habitantes do Pará” e do “Rio Negro” na defesa da “vossa pátria”¹⁶⁸⁶.

A defesa da pátria devia ocorrer porque, ao defender as Cortes e a constituição, defendia-se também a “liberdade”, ameaçada pelos autonomistas liderados por um “Príncipe ingrato à sua pátria e rebelde a seu Pai”, pelos “Andradas e seus malvados colaboradores”¹⁶⁸⁷. Outra proclamação impressa no jornal disse que o patriotismo dos portugueses era único e “nem mouros, nem persas”, nem mesmo os “valentes espanhóis” ou “aguerridos franceses”, poderiam superar o “valor e a constância dos portugueses fieis à pátria e ao rei”¹⁶⁸⁸.

Opostos aos patriotas e “constitucionais”, estavam os autonomistas, chamados de “insurgentes desgraçados” e de “inimigos” que ameaçavam os “honrados portugueses”¹⁶⁸⁹. Contra eles, um correspondente afirmou que era “chegada a ocasião de mostrarmos que somos portugueses leais à pátria” e, por isso, deviam mostrar “nosso patriotismo, honra e fidelidade”, já que os maranhenses eram “constitucionais” e deviam “estar prontos a dar a vida se for preciso em defesa da nossa santa causa”¹⁶⁹⁰. Dessa forma, o jornal rogou aos maranhenses que, por “amor da pátria”¹⁶⁹¹, defendessem o Norte das investidas dos autonomistas.

¹⁶⁸⁵ **O Conciliador**, n. 198, 04 de junho de 1823.

¹⁶⁸⁶ **O Conciliador**, n. 119, 31 de agosto de 1822.

¹⁶⁸⁷ **O Conciliador**, n. 198, 04 de junho de 1823.

¹⁶⁸⁸ **O Conciliador**, n. 195, 24 de maio de 1823.

¹⁶⁸⁹ **O Conciliador**, n. 187, 26 de abril de 1823.

¹⁶⁹⁰ **O Conciliador**, n. 193, 17 de maio de 1823.

¹⁶⁹¹ A correlação apareceu 35 vezes, como nas edições n. 144, n. 141 e n. 140, por exemplo.

O “amor”, é outra palavra que consta na Classe 2. Persistente na linguagem do *Conciliador* desde 1821, os elementos dignos de amor se mantiveram semelhantes durante 1821, 1822 e 1823. Existia o amor à “constituição”¹⁶⁹², ao “rei”¹⁶⁹³ e à “liberdade”¹⁶⁹⁴ e quem amava era os habitantes da “província”¹⁶⁹⁵ e os “portugueses”¹⁶⁹⁶, sendo tal sentimento o resultado do “patriotismo”¹⁶⁹⁷.

Exemplo disso foi um decreto publicado no jornal que pediu aos leitores a “defesa da nação e amor no Sistema Constitucional, o que muito exalta o patriotismo”¹⁶⁹⁸. Sendo assim, o periódico exigiu dos portugueses “amor à pátria” na defesa da “constituição” diante das ameaças das tropas que vinham do sul do Brasil¹⁶⁹⁹.

A luta contra os autonomistas ganhou dimensão de sobrevivência no jornal. Através de uma narrativa na qual a independência do Brasil significaria a destruição do sistema constitucional, tornava-se dever de todo “cidadão constitucional” e “patriota” lutar contra as tropas que vinham do Sul. Além de defender a constituição, combater os autonomistas era “defender a pessoa do monarca e não deixar roubar os seus domínios”, pois a vitória dos inimigos significaria a ruptura com Portugal e, por consequência, a divisão da monarquia bragantina¹⁷⁰⁰.

Como forma de incitar os maranhenses na defesa da unidade com Portugal, o periódico veiculou que, enquanto os unitários eram patriotas e constitucionais, os autonomistas eram os inimigos da “pátria” e defensores de um sistema despótico e da anarquia. Os adeptos da independência foram acusados de serem desobedientes, rebeldes, de não ter “amor da pátria” e procurar “derramar sobre ela o flagelo da anarquia para elevar-se sobre a desgraça dos seus concidadãos”¹⁷⁰¹. Desse modo, lutar contra os autonomistas era mais do que defender a união com Portugal ou a obediência às Cortes, mas principalmente defender a constituição e a ordem no Brasil.

¹⁶⁹² *O Conciliador*, n. 195, n. 139 e n. 190.

¹⁶⁹³ *O Conciliador*, n. 195, n. 194 e n. 167, por exemplo.

¹⁶⁹⁴ *O Conciliador*, n. 137, n. 136 e n. 135.

¹⁶⁹⁵ *O Conciliador*, n. 195 e n. 158, por exemplo.

¹⁶⁹⁶ *O Conciliador*, n. 147, n. 183 e n. 124.

¹⁶⁹⁷ *O Conciliador*, n. 148, n. 136 e n. 141.

¹⁶⁹⁸ *O Conciliador*, n. 202, 14 de maio de 1823.

¹⁶⁹⁹ *O Conciliador*, n. 192, 18 de junho de 1823.

¹⁷⁰⁰ *O Conciliador*, n. 187, 26 de abril de 1823.

¹⁷⁰¹ *O Conciliador*, n. 142, 20 de novembro de 1822.

As acusações lançadas contra os autonomistas partiam de sua desobediência às Cortes. O *Conciliador*, constantemente, relembra do “Sagrado Juramento” à Constituição feita pelos habitantes do Brasil em 1821¹⁷⁰², quebrado por “facciosos usurpadores”¹⁷⁰³, “revolucionários”¹⁷⁰⁴ e “bandidos” que “maquinam a desunião e a discórdia”¹⁷⁰⁵.

Diante disso, o jornal maranhense conclamou o público à “fidelidade” à “constituição”, dizendo que deviam reconhecer o “dever da inviolabilidade do seu juramento de adesão e de obediência às Bases da nossa Constituição”, apelando para o “patriotismo” e “amor, e fidelidade pela causa do bem da Pátria”. Os maranhenses e demais “portugueses constitucionais” deviam responder as afrontas que o governo do Rio de Janeiro fazia por meio das armas se necessário, o que levou o periódico a elogiar as ações dos militares que mostravam a “bravura e fidelidade que faz honra à sua pátria”¹⁷⁰⁶.

O *Conciliador* também elogiou os “honrados habitantes” da província e das vilas que prestavam e reforçavam a fidelidade a Portugal diante dos avanços dos autonomistas¹⁷⁰⁷. Em diversas edições, louvou aos “honrados cidadãos que têm tomado pela Santa Causa Constitucional”¹⁷⁰⁸, e questionou os “desgraçados” que tentam “perturbar nossa constitucional província”, dizendo que “cada um de nós será um verdugo contra aqueles facciosos independentes”¹⁷⁰⁹.

A defesa da “união” entre Brasil e Portugal¹⁷¹⁰, da “integridade da Monarquia”, da “Nação Portuguesa” e das “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes daquela nação” era um ato de “patriotismo”. Por isso, o verdadeiro “cidadão patriota”, o “digno e honrado” português, era aquele que, “com as armas na mão”, defendia a “causa sagrada da Constituição portuguesa”¹⁷¹¹, já que “sem patriotismo, constitucionalidade, e firmeza dos governados”, a “província do Maranhão precipita-se ou nos horrores do despotismo, ou nos da anarquia”,

¹⁷⁰² A correlação entre “Sagrado” e “Juramento” ocorreu pelo menos 39 vezes no periódico. Vide as edições n. 128, n. 130 e n. 186 por exemplo.

¹⁷⁰³ *O Conciliador*, n. 171, 01 de março de 1823.

¹⁷⁰⁴ *O Conciliador*, n. 168, 19 de fevereiro de 1823.

¹⁷⁰⁵ *O Conciliador*, n. 161, 25 de janeiro de 1823.

¹⁷⁰⁶ *O Conciliador*, n. 206, 02 de julho de 1823.

¹⁷⁰⁷ *O Conciliador*, n. 132 e n. 131.

¹⁷⁰⁸ *O Conciliador*, n. 188, 30 de abril de 1823.

¹⁷⁰⁹ *O Conciliador*, n. 198, 04 de junho de 1823.

¹⁷¹⁰ Também existiam diversos “vivas” à “União do Brasil com Portugal”, principalmente em proclamações. Esses vivos podem ser vistos nas edições n. 198, n. 192 e n. 179, por exemplo.

¹⁷¹¹ *O Conciliador*, n. 197, 31 de maio de 1823.

sendo, por isso, necessário aos “cidadãos” permanecerem “alerta”¹⁷¹² na defesa da “Causa Sagrada da Constituição Portuguesa”¹⁷¹³.

4.4.2. O Maranhão e o Pará nas correspondências

A linguagem patriótica e emotiva usada pelo *Conciliador* não era exposta apenas em editoriais, mas principalmente em correspondências e proclamações de autoridades. Detendo nossa atenção às cartas, nas 93 edições analisadas nessa parte, identificamos 127 publicadas, média superior a uma por número. E, ao contrário do que ocorria em periódicos de outras províncias, no *Conciliador* a maioria eram assinadas com o nome completo do autor, mostrando que seus escritores não tinham receios em publicá-las e enxergavam a necessidade de se identificar nos escritos.

Tais apontamentos sugerem duas questões. Primeiro, por ser um periódico governista e a maioria das correspondências não fazerem críticas às autoridades, não existia muito receio dos missivistas em identificar-se. Segundo, como grande parte das cartas remetiam a contendas locais, era necessário aos redatores se apresentarem para se justificar ou se expor perante o público.

Da grande quantidade de assuntos discutidos nessas cartas, cinco nos chamou atenção. Em determinado momento observamos nos editoriais que Antônio Marques da Costa, um dos fundadores do periódico que havia se afastado da redação em agosto de 1822 após polêmicas com o governo¹⁷¹⁴, anunciou, em abril de 1823, que voltaria a ser o responsável pelo impresso. Isso ocorreu porque Tezinho, o outro redator, foi eleito deputado para a Câmara de Deputados de Portugal, o que forçou sua retirada para a Europa. Em um editorial onde anunciou a mudança na redação do jornal, Costa Soares admitiu que continuava participando do *Conciliador* mesmo afastado da sua redação através de correspondências assinadas com os pseudônimos *O Homem da Capa Parda*, *Atalaia Constitucional do Maranhão*, *A.C.* e “outros”¹⁷¹⁵.

Ao que tudo indica, o afastamento de Costa e a opção por publicar através de correspondências foi consequência de divergências internas do grupo político que o

¹⁷¹² *O Conciliador*, n. 196, 28 de maio de 1823.

¹⁷¹³ *O Conciliador*, n. 197, 31 de maio de 1823.

¹⁷¹⁴ *O Conciliador*, n. 112, 07 de agosto de 1822.

¹⁷¹⁵ *O Conciliador*, n. 188, 30 de abril de 1823.

Conciliador representava. Quando, em agosto¹⁷¹⁶, Costa Soares publicou um texto no periódico em que defendeu a obediência do governador das armas ao governo civil, não apenas incomodou o grupo dirigente como questionou, indiretamente, a decisão das Cortes que definiram que o governador das armas devia prestar contas apenas ao Congresso. Assim, a opção por publicar por meio de correspondências com pseudônimos era uma das formas de expor suas ideias sem correr o risco de prejudicar a ordem da província ou se indispor com as autoridades¹⁷¹⁷.

A leitura das cartas publicadas no *Conciliador* também nos mostra a intensa participação do missivista *Constitucional Paraense* e do governador das armas do Pará, José Maria de Moura¹⁷¹⁸. O espaço cedido a assuntos do Pará nos faz aludir que o *Conciliador* circulava de forma regular naquela província¹⁷¹⁹. Isso não apenas reforça a hipótese de que o jornal era muito importante no Norte do Brasil (por isso a autoridade de outra província publicou sua defesa nele), como mostra que membros do governo reconheciam a necessidade de se justificar diretamente ao público¹⁷²⁰.

Outro aspecto observado na seção de cartas é a continuidade de correspondências que discutiam o problema de mantimentos na província, principalmente a ausência de carnes verdes. O assunto, costumeiro no jornal desde sua fundação, parece não ter se resolvido. Correspondentes como *P.E.O.*¹⁷²¹, o *Investigador da Mentira*¹⁷²² e o *Inimigo da Calúnia*¹⁷²³ reclamavam da demora de consolidação dos contratos e da falta de carnes na província. Já o comerciante *Raimundo José Nogueira* enviou uma correspondência comentando a respeito dos preços do gado e afirmando ter sofrido um golpe em uma de suas transações¹⁷²⁴.

¹⁷¹⁶ **O Conciliador**, n. 112, 07 de agosto de 1822.

¹⁷¹⁷ Pelo que tudo indica, os desentendimentos que o redator Costa Soares causava a partir de seu jornal não terminaram. No fim de maio de 1823, a Câmara de São Luiz prestou uma queixa contra o redator à Junta Provisória, já que o Soares a acusou de agir de forma “incompetente” e “inconstitucional”. Isso só reforça a divisão política que existia na província. **O Conciliador**, n. 195, 24 de maio de 1823.

¹⁷¹⁸ **O Conciliador**, n. 99, n. 100, n. 101, n. 102, n. 103, n. 122 e n. 138.

¹⁷¹⁹ A afirmação é corroborada pela lista de assinantes publicada pelo próprio jornal. Analisando com detalhes a lista, Marcelo Cheche Galves localizou 29 assinantes habitantes de outras províncias do Norte do Brasil. GALVES, 2010, p. 137.

¹⁷²⁰ Lembramos que José Maria de Moura também enviou uma carta ao *Paraense* se defendendo de acusações. Vide 3.3.3. Os jornais do Maranhão e do Pará.

¹⁷²¹ **O Conciliador**, n. 133, 19 de outubro de 1822.

¹⁷²² **O Conciliador**, n. 130, 09 de outubro de 1822.

¹⁷²³ **O Conciliador**, n. 125, 21 de setembro de 1822.

¹⁷²⁴ **O Conciliador**, n. 117, 24 de agosto de 1822.

Por fim, ocorreu a perseguição incitada pelos correspondentes aos que supostamente defendiam a independência do Brasil. Em determinado texto, *Miguel Ignácio Ferreira* disse que circulava uma lista organizada por Manoel Raimundo Pereira que reunia assinaturas de pessoas que requeriam a “aderência ao ilegal, e subversivo Governo do Rio de Janeiro”. Diante disso, o missivista alertou aos leitores sobre a existência da listagem, bem como afirmou que seu nome havia sido inscrito sem seu conhecimento¹⁷²⁵.

O avançar das tropas autonomistas gerou um estado de alerta na província e a intensificação da perseguição aos adeptos da independência. Exemplo disso foi a representação feita por dezesseis indivíduos, liderados por Luiz Gomes Ferreira, contra João Cazimiro, considerado “muito suspeito [...] pela sua conduta passada, e pelo papel que tem representado no teatro da vida civil”. Diante disso, acusavam os assinantes da representação ser a existência de Cazimiro “nesta Cidade” perigosa e “arriscada”, e exigiam do “Governo a mais assídua vigilância”, requerendo, aliás, que fosse mantido em “custódia afim de ser remetido a Portugal”¹⁷²⁶.

Nesse mesmo sentido, *Hum pescador de caranguejos* denunciou os defensores da independência, chamando-os de “caranguejos” e “gafanhotos”. Ele também questionou o comendador “H. J. T.” por não ter iluminado sua casa durante uma comemoração dos “constitucionais”¹⁷²⁷. Já *O Inimigo das más notícias* pediu para que os defensores da independência fossem investigados e processados pelo governo¹⁷²⁸.

Em conjunto, esses textos mostram que o *Conciliador* não apenas exercia com maestria seu papel de defensor do governo e da união com Portugal, como também cedia espaço ao público para a discussão a respeito dos mais variados assuntos relacionados ao Norte do Brasil. Essa prática o transformou em um dos jornais mais longevos e abrangentes que circularam durante o processo de independência. Em meio a esse cotidiano agitado e problemático, o periódico também nos mostra o aprofundamento da polarização entre defensores da independência, chamados de “déspotas”, “anarquistas”, “caranguejos” e “gafanhotos” e os unitários, elogiados como “constitucionais” e amantes da “pátria”.

¹⁷²⁵ *O Conciliador*, n. 140, 13 de novembro de 1822.

¹⁷²⁶ *O Conciliador*, n. 155, 04 de janeiro de 1823

¹⁷²⁷ *O Conciliador*, n. 118, 28 de agosto de 1822.

¹⁷²⁸ *O Conciliador*, n. 192, 14 de maio de 1823.

4.4.3. O “despotismo” e a “anarquia” vêm do Sul

As correspondências e as notícias a respeito da guerra que ocorria no sul dividiam espaço com diversas novidades que vinham de outros periódicos e documentos. Em seu conjunto, elas reforçavam a importância da união com Portugal, denunciavam os perigos da independência e reforçavam o modelo de cidadão “constitucional” a ser imitado pelos leitores e ouvintes.

Ao comentar o decreto da convocação da Constituinte no Rio de Janeiro, o periódico questionou as reais intenções do príncipe. O *Conciliador* não compreendia quais eram as “provas de Liberalismo, Amor da Pátria, e Filantropia” que Pedro havia dado “quando no férreo tempo da escravidão Nacional gozava das delícias de uma Corte Asiática, e via em torno do Trono de seu Augusto Pai exercer-se impunemente um despotismo verdadeiramente Muçulmano”¹⁷²⁹.

A partir da publicação das cartas trocadas entre D. João e Pedro, o periódico questionou a afirmação do então príncipe de que ele queria manter a união da monarquia, indagando de que forma atitudes como “insultar o seu Augusto Congresso Representativo”, “proclamar a independência do Brasil”, “decretar que os seus Povos reputem inimigas as Tropas Portuguesas” e “mandar incendiar os seus Navios, e fazer-lhes barbara guerra de Tártaros, e Selvagens” cimentariam a unidade de ambos os lados do Atlântico. Na visão do autor, o que o príncipe desejava era “antecipar o seu reinado” e os “áulicos querem dar-lhe um poder absoluto para à sombra do despotismo vos arrastarem de novo à servil dependência de uma Corte venal, e corrupta”¹⁷³⁰. O *Conciliador* também ironizou os jornais que chamavam Pedro de herói da independência, dizendo que ele estava longe de ser um “Washington Brasileiro”, considerando-o um “menino, educado no grêmio do despotismo, predestinado ele mesmo para déspota”¹⁷³¹.

Ao comentar as cartas do príncipe, o jornal disse enxergar os “mais terríveis exemplos de rebelião e desobediência ao seu Augusto Monarca”, principalmente porque observava, entre seus apoiadores, os “pestíferos princípios de anarquia”. Também acusou o regente de atentar “contra a legítima Soberania Nacional, e contra a própria Pátria”, apontando que ele era

¹⁷²⁹ O *Conciliador*, n. 127, 28 de setembro de 1822.

¹⁷³⁰ O *Conciliador*, n. 127, 28 de setembro de 1822.

¹⁷³¹ O *Conciliador*, n. 134, 23 de outubro de 1822.

circulado de “pérfidos conselheiros” e estava desorientado por um “turbilhão de ideias criminosas, e absurdas que os facciosos lhe têm sugerido”¹⁷³².

Para deslegitimar a independência do Brasil, o *Conciliador* disse que o tamanho do país não servia para justificar sua autonomia, já que a população era muito desconcentrada, sendo o interior um grande deserto sem união entre si e sujeito à guerra civil¹⁷³³. Ademais, por onde as tropas “fluminenses” passavam, os “europeus” sofriam perseguições graças ao ódio e à rivalidade atizados pelos autonomistas. Um exemplo disso eram as perseguições que aconteciam em províncias como Alagoas e Pernambuco, onde todos os funcionários “europeus” haviam sido demitidos¹⁷³⁴.

Enquanto o Sul representava as desgraças causadas pelo avanço dos autonomistas, Portugal e os deputados de Lisboa representavam o contrário. Para reforçar essa narrativa o periódico iniciou, no fim de novembro de 1822¹⁷³⁵, a publicação de extratos da *Galeria dos Deputados das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, nos quais eram descritas as características e as ações dos deputados presentes no Congresso.

De acordo com Ana Cristina Araújo e Diana Tavares da Silva, a obra provavelmente foi escrita por um membro da Sociedade Patriótica Portuguesa¹⁷³⁶ e tinha como objetivo fazer propaganda de determinados deputados que buscavam se reeleger¹⁷³⁷. Como no Maranhão os deputados expostos não concorriam às eleições, a publicação desses extratos no *Conciliador* tinha outra função: reforçar boas atitudes dos deputados durante suas atuações nas Cortes. Na descrição dessas ações, percebe-se a ênfase em características e em posicionamentos políticos considerados positivos pelo jornal, salientando as opiniões favoráveis ao Congresso e à união da monarquia brasileira.

Ainda sobre os deputados portugueses, também foram prestadas homenagens a Manoel Fernandes Thomas em decorrência de seu falecimento. Enquanto no *Espelho* a morte do deputado português foi seguida de um poema descrevendo sua chegada ao inferno; no

¹⁷³² **O Conciliador**, n. 136, 30 de outubro de 1822.

¹⁷³³ **O Conciliador**, n. 136, 30 de outubro de 1822.

¹⁷³⁴ **O Conciliador**, n. 129, 05 de outubro de 1822.

¹⁷³⁵ **O Conciliador**, n. 142, 20 de novembro de 1822.

¹⁷³⁶ Que também publicava o *Jornal da Sociedade Patriótica*, ao qual o *Conciliador* frequentemente retirava extratos.

¹⁷³⁷ ARAÚJO; SILVA, 2022, p. 24.

Conciliador, o político foi exaltado. Dizia o periodista que ele era um “Varão prestante e sábio”, que foi o “Campeão da Liberdade Portuguesa; o Regenerador de Portugal; o Pai da Pátria”¹⁷³⁸.

Enquanto homenageava os deputados portugueses, o periódico criticou os deputados brasileiros que não haviam jurado a constituição. Em determinado momento, aliás, a publicação se opôs fortemente à fala de José Martiniano de Alencar, deputado do Ceará, que afirmou que a província do Maranhão estava se unindo ao príncipe. Não apenas a Junta de Governo desmentiu a afirmação¹⁷³⁹, como também foi publicado, no jornal, um manifesto com duzentas e quarenta e quatro assinaturas¹⁷⁴⁰ - dentre as quais consta as dos redatores do periódico - reafirmando a união e obediência ao Congresso lisboeta¹⁷⁴¹.

Outro aspecto que reforçava a adesão da província e do jornal às Cortes foram as comemorações quando a constituição formulada e jurada em Portugal chegou no Maranhão. O *Conciliador* disse que ela foi recebida com “jubilo” pelos “Cidadãos verdadeiramente Constitucionais, e dignos sobremaneira deste tão feliz como honroso nome”¹⁷⁴². Logo após sua chegada, foram descritas as festas de juramento, bem como sonetos e hinos¹⁷⁴³.

O que se percebe no impresso é a compreensão de que a chegada da constituição marcava a superação do despotismo na nação portuguesa. A partir desse momento, bastava que os portugueses a defendessem para evitar o retorno ao passado. Nessa interpretação, o papel de inimigo da constituição e, conseqüentemente, da liberdade, coube aos autonomistas.

Como o juramento à constituição ocorreu em outras cidades do Maranhão, uma série de correspondentes enviaram suas descrições e narrações acerca dos acontecimentos em suas localidades. Um dos conteúdos dessa prática foi a descrição de padres que pregavam a importância do constitucionalismo para os fiéis. Exemplo foi a notícia de que um clérigo da vila do Paço do Mumiar estava fazendo sermões exortando os seus ouvintes “a amar o feliz Sistema Constitucional, demonstrando os benefícios que dele resulta aos Povos”¹⁷⁴⁴. O mesmo

¹⁷³⁸ **O Conciliador**, n. 156, 08 de janeiro de 1823.

¹⁷³⁹ **O Conciliador**, n. 145, 29 de novembro de 1822.

¹⁷⁴⁰ O manifesto foi organizado pelo comerciante Manoel Antônio dos Santos Leal e teve como um dos pontos de reunião a loja do Leal, um dos locais de venda do *Conciliador*. GALVES, 2010, p. 184.

¹⁷⁴¹ **O Conciliador**, n. 151, 21 de dezembro de 1822.

¹⁷⁴² **O Conciliador**, n. 156, 08 de janeiro de 1823.

¹⁷⁴³ **O Conciliador**, n. 158, 15 de janeiro de 1823.

¹⁷⁴⁴ **O Conciliador**, n. 138, 06 de fevereiro de 1823.

se repetiu com os padres da vila de Icatú¹⁷⁴⁵ e da vila de Vianna¹⁷⁴⁶. Diferente, todavia, do vigário de Nossa Senhora das Dores do Igará, que “não se sabe que tenha assim praticado; mas consta que nem tem Igreja onde enxerga as suas funções paroquiais”¹⁷⁴⁷.

4.4.4. A guerra entre os “constitucionais” e os “déspotas”

A linguagem emotiva e patriótica exposta pelo jornal e a polarização entre “constitucionais” e os “déspotas” foram consequências da guerra que ocorria no Brasil. Esse conflito foi noticiado de forma intensa, já que seu redator e o público que consumia o periódico foram envolvidos nos acontecimentos graças a aproximação das tropas autonomistas.

Nas notícias veiculadas no jornal, as tropas brasileiras eram representadas como despreparadas, covardes e, por consequência, derrotadas. Em um dos relatos, o *Conciliador* informou que, próximo ao Maranhão, havia ocorrido um encontro entre navios autonomistas e unitários e que os primeiros, mesmo estando em maioria, fugiram covardemente do confronto¹⁷⁴⁸.

Para animar os defensores da união, o periódico publicou que as Cortes preparavam uma grande expedição para reforçar o Norte. A esperança de que essa “Grande Expedição” mudaria os rumos da guerra esteve presente no *Conciliador* em diversos momentos¹⁷⁴⁹.

Para estimular o público a ajudar nos esforços militares, o jornal publicou a proclamação *Da Velha Amazonas a seus Netos, Lusos-Americanos, que habitam ao Norte do Brasil animando-os na firme adesão a Portugal, contra as malignas influência da fatal cometa que assombra os Horizontes do Sul*. No texto, incitava-se os habitantes do “Pará, e Rio Negro”, chamando-os a honrar a “memória dos vossos pais” naquele momento em que a “Vossa Pátria” corre perigo¹⁷⁵⁰.

Diante da aproximação das tropas autonomistas, o *Conciliador* divulgou comunicações da Junta de Governo do Maranhão pedindo ajuda e reforços às Cortes, além de decretos de autoridades nos quais se previa o reforço da defesa da província¹⁷⁵¹, tornando o governador das

¹⁷⁴⁵ O *Conciliador*, n. 161, 25 de janeiro de 1823.

¹⁷⁴⁶ O *Conciliador*, n. 193, 17 de maio de 1823.

¹⁷⁴⁷ O *Conciliador*, n. 161, 25 de janeiro de 1823.

¹⁷⁴⁸ O *Conciliador*, n. 132, 16 de outubro de 1822.

¹⁷⁴⁹ Como nas edições n. 136 e 146, por exemplo.

¹⁷⁵⁰ O *Conciliador*, n. 119, 31 de agosto de 1822.

¹⁷⁵¹ O *Conciliador*, n. 146, 04 de dezembro de 1822.

armas¹⁷⁵² uma figura frequente nas páginas do jornal¹⁷⁵³. Com as vilas e as províncias vizinhas aderindo ao Rio de Janeiro, foram noticiadas as movimentações de tropas do Maranhão e do Pará de forma a impedir os avanços dos soldados autonomistas. O impresso também relatou o envio de reforços do Pará para “auxiliar os seus Irmãos de armas Soldados Constitucionais do Maranhão”, que foram recebidos pela “melhor ordem entre vivas de um grande concurso do Povo”¹⁷⁵⁴.

O estado de mobilização militar que ocorria na região fica evidente na publicação do “Plano e Regulamento para Formação e Serviço da Legião Cívica da Cidade de São Luiz do Maranhão” criado pela Junta Provisória e divulgado no *Conciliador*. O plano tinha como objetivo convocar os “Cidadãos” para lutar pela província contra as tropas autonomistas chamando-os “Às armas!” e dando vivas à “Constituição Política da Monarquia Portuguesa”¹⁷⁵⁵.

O impresso igualmente se preocupou em divulgar o estado das tropas maranhenses. De forma a tranquilizar a população e a passar uma mensagem de otimismo, algumas correspondências informaram que os militares tinham melhores suprimentos que os inimigos. Também foi apresentada uma Certidão enviada pelo Intendente da Marinha Custódio José da Silva Menezes descrevendo as provisões dos militares¹⁷⁵⁶. Enquanto os comandantes reforçavam que as tropas tinham mantimentos, os soldados enviavam correspondências sustentando as ações das tropas. Foi o caso de *Jozé Maria Faria de Mattos*¹⁷⁵⁷, *Luiz Antônio Vieira da Silva*¹⁷⁵⁸, *Jozé Ferreira da Rocha*¹⁷⁵⁹ e *Severino Alves do Carvalho*¹⁷⁶⁰.

O otimismo do *Conciliador* foi diminuindo com o passar do tempo graças às sequentes vitórias dos autonomistas. Primeiro, no início de novembro, o jornal noticiou a adesão da vila de São João da Parnaíba, no Piauí, “à Independência do Brasil”. Na descrição, lamentou a

¹⁷⁵² Que apareceu na edição n. 148, de 11 de dezembro de 1822, junto aos seus títulos de “Fidalgo Cavaleiro da Casa de sua Majestade, Marechal de Campo do Exército Nacional e Real”. A exposição dos títulos pode ter tido como objetivo dar mais legitimidade e força às suas ordens.

¹⁷⁵³ Apareceu, por exemplo, nas edições n. 146 e n. 148.

¹⁷⁵⁴ **O Conciliador**, n. 172, 05 de março de 1823.

¹⁷⁵⁵ **O Conciliador**, n. 197, 31 de maio de 1823.

¹⁷⁵⁶ A insistência de publicações desse assunto, bem como o conhecido problema de carnes verdes na região, alude a um possível problema de abastecimento das tropas. **O Conciliador**, n. 200, 11 de junho de 1823.

¹⁷⁵⁷ **O Conciliador**, n. 183, 12 de abril de 1823.

¹⁷⁵⁸ **O Conciliador**, n. 201, 14 de junho de 1823.

¹⁷⁵⁹ **O Conciliador**, n. 186, 23 de abril de 1823.

¹⁷⁶⁰ **O Conciliador**, n. 200, 11 de junho de 1823.

“flexibilidade” dos habitantes, tanto “Europeus” quanto “Brasileiros”, que se deixaram seduzir pelas pregações dos autonomistas¹⁷⁶¹.

No fim de fevereiro de 1823, o periódico publicou um editorial no qual lamentou que a maior parte do Piauí “se revolucionou, aderindo ao Governo do Rio de Janeiro”. Disse, na ocasião, que a tropa estacionada na província foi “seduzida pela facção dos aderentes ao Sistema da escravidão independente”, e obrigou os seus habitantes a depor o antigo governo e instalar uma nova Junta. Diante disso, vilas do interior começaram a aderir ao governo do Rio de Janeiro, promovendo o “constrangimento dos Habitantes Constitucionais” e os forçando a “entregar os seus bens à pilhagem daqueles bárbaros”¹⁷⁶².

No acirramento do conflito, o *Conciliador* veiculou um editorial no qual refletiu acerca do futuro do Norte do Brasil diante dos avanços dos autonomistas. O redator reclamou dos deputados das Cortes que pareciam ter se esquecido da região pois não agiam para protegê-la. Reconhecendo que dificilmente o Maranhão teria força suficiente para resistir aos avanços das tropas brasileiras, suplicou às Cortes reforços, já que, para defender a região, não era necessário muito esforço, bastando que as tropas já deslocadas para o Brasil fossem posicionadas próximas às fronteiras de maneira a formar uma barreira militar¹⁷⁶³.

Já o Major Ajudante de Armas *Jozé de Moraes Madureira Lobo*, enviou uma carta questionando o marasmo dos maranhenses. Lembrou o correspondente que o próprio redator do *Conciliador* acumulava funções civis e militares de forma a colaborar com a defesa da província. Atuando dessa forma, o missivista argumentou que Costa Soares mostrava-se como um verdadeiro “Constitucional”, diferente de outros que não se apresentavam ao corpo de milícia mas usavam os “Laços grandes”, acusando-os de “Constitucionais na boca”, enquanto “no coração desejam calcar, e esmagar todos aqueles que se empregam no Serviço Nacional e Real”¹⁷⁶⁴.

Mesmo diante das suplicas do redator e do correspondente, do apelo ao patriotismo ou da propaganda de guerra, a província não resistiu aos avanços das tropas autonomistas. Segundo Marcelo Cheche Galves, os custos de manutenção das tropas somados ao estado de guerra civil

¹⁷⁶¹ O *Conciliador*, n. 140, 13 de novembro de 1822.

¹⁷⁶² O *Conciliador*, n. 170, 25 de fevereiro de 1823.

¹⁷⁶³ O *Conciliador*, n. 140, 13 de novembro de 1822.

¹⁷⁶⁴ O *Conciliador*, n. 201, 14 de junho de 1823.

que se impunha no interior motivaram determinados proprietários a aderirem à independência, culminando em uma espécie de cerco de São Luís, o que inviabilizou a resistência¹⁷⁶⁵.

No último número localizado do *Conciliador*, lemos a notícia de que as “Tropas dissidentes” iam em direção à capital do Maranhão para conquistá-la. Em tom melancólico de despedida, o periodista informou que a “demora das Tropas esperadas de Portugal”, a “mudança do sistema político daquele Reino¹⁷⁶⁶ e a falta de carne motivada pela ocupação dos portos onde se embarcava o gado” causaram o aumento da influência dos autonomistas na região. Diante disso, o governo havia decidido que, para a “salvação pública desta Província”, o melhor era a “suspensão de armas com as Tropas dissidentes até que congregados Procuradores de todos os Distritos decidissem o que fosse mais conveniente”. Na mesma edição, informou que os procuradores resolveram que “devia ser prestada aderência à causa da independência do Brasil”¹⁷⁶⁷.

4.4.5. O patriotismo “constitucional” na imprensa do Maranhão da independência

Desde 1821, o *Conciliador* se posicionou de forma integralmente favorável ao constitucionalismo e ao governo da província. Ao irromperem os conflitos entre autonomistas e unitários, o periódico permaneceu defendendo o modelo do cidadão constitucional veiculado por todos os jornais em 1821¹⁷⁶⁸. Todavia, se antes considerava que todos os habitantes do Brasil compartilhavam um mesmo ideal político, em 1823 isso não ocorreu. Os bons “portugueses” eram aqueles que defendiam as Cortes, o constitucionalismo e a união da monarquia contra os “déspotas” e inimigos da “pátria” que vinham do sul do Brasil. Assim, o emprego da identidade política ligada ao constitucionalismo serviu a um novo objetivo: estimular o público contra as tropas autonomistas.

Em meio aos discursos do jornal, percebemos como a linguagem patriótica foi importante recurso para a mobilização dos leitores. Defendendo um projeto político totalmente oposto aos de seus inimigos do “Sul”, o *Conciliador* empregou linguagem muito semelhante a de seus opositores. Nas páginas do jornal, a Portugal coube o papel de pátria compartilhada entre os “povos” e a ser defendida, e a “causa” a ser sustentada não era a do Brasil – como ocorria nos jornais autonomistas –, mas a defesa do “sistema constitucional”.

¹⁷⁶⁵ GALVES, 2010, p. 181.

¹⁷⁶⁶ Dizia respeito à contrarrevolução que aconteceu em Portugal, na qual as Cortes foram depostas. O periódico noticiou rapidamente tal mudança. **O Conciliador**, n. 209, 12 de julho de 1823.

¹⁷⁶⁷ **O Conciliador**, n. 210, 16 de julho de 1823.

¹⁷⁶⁸ Vide o tópico 2.3. O entusiasmo constitucional.

Com a conquista do Maranhão, restou aos “portugueses” a província do Pará como o último bastião de resistência. O otimismo exposto pelo *Conciliador* com as mudanças políticas que ocorriam no Reino em 1821, a confiança de que as Cortes enviariam reforços para ajudar na guerra contra os autonomistas e a convicção de que o Brasil não teria recursos suficientes para vencer o conflito haviam desaparecido. Assim, quando em 10 de agosto de 1823 fundeou na barra de Belém o brigue de guerra comandado pelo capitão-tenente John Pascoe Grenfell, a guerra de independência do Brasil foi finalizada.

Cientes de que o Maranhão e a Bahia haviam capitulado, os habitantes do Pará não resistiram. O comandante da esquadra brasileira prometeu aos paraenses que eles poderiam participar da Constituinte como “brasileiros” desde que aderissem à “causa do Brasil”¹⁷⁶⁹. Diante disso, foi organizada uma reunião com os “brasileiros” na qual o bispo Romualdo de Sousa Coelho teceu argumentos em favor da adesão. De acordo com André Machado, os argumentos do bispo estavam longe de apelar para o “patriotismo” ou a sentimentos nativistas dos ouvintes, se limitando a dizer que a incorporação da província ao Império era a única forma de salvá-la dos “horrores da anarquia”¹⁷⁷⁰.

A entrada das tropas brasileiras nas províncias do Norte causou uma onda de perseguição e expulsão os “portugueses”¹⁷⁷¹. Famoso em São Luís, o redator do *Conciliador* e outros personagens importantes da região, como o governador das armas e o criador do *Manifesto* que reforçava a obediência às Cortes, foram expulsos, abrindo espaço para a ascensão de outros personagens no comando da província¹⁷⁷².

A vitória dos “brasileiros” não deixou espaço para a permanência dos “inimigos” da causa do Brasil, e os antigos opositores sofreram retaliações. Assim, à medida que a adesão ao Império completava-se, os “portugueses” sofriam represálias, como confiscos dos bens e

¹⁷⁶⁹ MACHADO, 2015, p. 17.

¹⁷⁷⁰ Os “horrores da anarquia” diziam respeito às constantes trocas de governo que ocorreram naquela província. O Pará já havia passado por pelo menos três administrações e sofrido um golpe pelo governador das armas José Maria de Moura. Diante das incertezas políticas e dos problemas econômicos internos à província, a região estava em estado de ebulição social, o que amedrontava a elite devido à grande quantidade de indígenas que viviam no interior. ARRUDA, 2006, p. 180.; COELHO, 1993, p. 213.

¹⁷⁷¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Identidade ou causa nacional? Uma discussão a partir dos sequestros, tratados e Comissão Mista Brasil-Portugal (1822-1828). In: CARVALHO, José Murilo de *et al.* (org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 187.

¹⁷⁷² GALVES, 2010, p. 182.

demissões de empregos públicos¹⁷⁷³, completando a “expansão para dentro” e reordenando o Brasil ao gosto dos novos governantes.

A desforra sobre os “portugueses” e os rearranjos políticos que ocorreram durante as conquistas das províncias do Norte revelam a dimensão política dessas identidades. Silva Maia, ex-redator do *Semanário* da Bahia que havia fugido para a província, tornou-se um “brasileiro” ainda no Maranhão ao reconhecer a independência do Brasil¹⁷⁷⁴. O mesmo ocorreu com um dos editores do *Conciliador*, o padre Tezinho, que ao retornar para o Maranhão após a contrarrevolução em Portugal, esteve à frente das festas de aclamação do “grande imperador dos brasileiros”¹⁷⁷⁵. Esses “portugueses” de nascença tornaram-se “brasileiros” ao jurarem fidelidade ao Imperador D. Pedro I e ao aderirem à independência do Brasil. Assim, passaram a definir-se a partir da identidade que tanto se opunham e negavam: o ser brasileiro.

¹⁷⁷³ SCHIAVINATTO, 1999, p. 174.

¹⁷⁷⁴ Posteriormente, Maia retornaria ao Brasil como um dos “exilados portugueses” que lutaram por D. Pedro e sua filha na guerra contra D. Miguel. Tanto em Portugal quanto no seu retorno ao Brasil, escreveu periódicos. A trajetória do personagem no exílio e na sua segunda passagem pelo Brasil foi analisada em: SILVA, Luiz Gustavo Martins da. **Entre penas e impressos**: a experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil (1826-1837). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

¹⁷⁷⁵ GALVES, 2010, p. 303.

CONCLUSÃO

O objetivo orientador desta tese foi a compreensão dos temas e vocábulos dos periódicos que circularam no Brasil durante o processo de independência (1821-1823). Para realizar essa tarefa, reunimos os jornais com mais de uma edição publicados no recorte estabelecido, totalizando 36 impressos da Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Esses documentos foram explorados por meio de dois métodos. Aqueles que tiveram mais de 50 edições coletadas¹⁷⁷⁶ passaram por uma análise textual quantitativa e qualitativa no *Iramuteq*, enquanto os demais foram estudados através da leitura “tradicional”. Essa escolha metodológica levou em conta três questões: 1) as limitações do pesquisador diante de um material histórico tão rico, diverso e vasto; 2) as ferramentas disponíveis para a pesquisa; 3) os objetivos propostos.

Quanto à primeira questão, a leitura de todos esses jornais, a compreensão de seus contextos e da historiografia que se dedicou a estudá-los tornaria a exploração detalhada do vocabulário quase impossível. Para mitigar esse problema sem perder de vista o rigor necessário a um trabalho acadêmico, realizamos a leitura de todos, recolhendo informações e entendendo suas posições no debate e escolhas linguísticas, mas concentrando a análise do vocabulário político nos periódicos que tiveram mais de 50 edições.

A triagem levou em conta a metodologia e a teoria que envolve o *software* utilizado. Por partir de dados quantitativos, é necessário que o *Iramuteq* seja alimentado com um *corpus* documental relativamente grande de forma a realizar cálculos e entregar estatísticas mais confiáveis. Por isso, periódicos pequenos ou medianos não foram explorados por meio dessa ferramenta, o que, por sua vez, não diminui sua importância ou impede novos experimentos no futuro.

A escolha do *Iramuteq* se deve a sua relevância e reconhecimento no meio acadêmico. Os idealizadores das aplicações que o compõem, como Max Reinert, são importantes pesquisadores da área da linguística e da estatística, e o *software* é muito utilizado em trabalhos de análise de texto, como mostramos no capítulo metodológico. Claro que outros aplicativos como o *Voyant-Tools*, o *Maxqda* ou o *NVivo* são igualmente confiáveis, mas as funcionalidades

¹⁷⁷⁶ Foram eles: *O Constitucional* (BA), *Semanário Cívico* (BA), *Conciliador* (MA), *Correio do Rio de Janeiro* (RJ), *O Espelho* (RJ), *O Volantim* (RJ), *Reverbero Constitucional Fluminense* (RJ).

do *Iramuteq* se mostraram mais pertinentes ao nosso objetivo de identificar os vocábulos e temas dos jornais do processo de independência.

Por meio da leitura dos periódicos e dos *outputs* dados pelo *software*, constatamos que existia uma linguagem marcada por vocábulos patrióticos e emocionais, tais como “amor”, “felicidade” e “pátria”, essenciais para a mobilização e convencimento do público. Os editores dos impressos, mais do que expor seus projetos e ideias, queriam persuadir aqueles que liam ou ouviam a leitura dos seus escritos de que estavam corretos, transformando os impressos em importantes instrumentos de estímulo e persuasão.

Além disso, percebemos a prevalência na imprensa de momentos discursivos, quer dizer, o predomínio de determinados assuntos ou discussões, sem, é claro, excluir ou impossibilitar que outros estivessem presentes. Do conjunto dos periódicos analisados nesta tese, sobressaem três momentos discursivos. Emprega-se a expressão momento discursivo para o lapso temporal em que determinados temas dominam a pauta dos jornais e impressos, embora marcados por confrontos, contendas e combates.

No primeiro momento ocorreu a valorização do constitucionalismo. A chegada das notícias da Revolução do Porto e a liberdade de imprensa declarada pelos revolucionários estimulou o surgimento de periódicos em províncias como Maranhão e Pernambuco, além do aumento do número de impressos que circulavam no Rio de Janeiro e na Bahia. Em torno da constituição, os jornais mobilizaram diferentes expressões lexicais e disputaram significados profundos para o assunto. A leitura dos periódicos demonstra que os debates continham elementos do Antigo Regime (os vivos por exemplo) e cristãos adaptados às normas linguísticas da sociedade em que circulavam. Esses elementos uniram-se a uma linguagem emotiva marcada por palavras como “felicidade” e “amor”, bem como patriótica, na qual a expressão mais comum foi “amor da pátria”. Foi possível notar que, no primeiro momento, o “ser constitucional” emergiu como a identidade positiva do “momento constitucional” da imprensa no ano de 1821.

O momento constitucional perde força quando aportaram no Reino do Brasil ordens das Cortes, como a determinação do retorno do príncipe a Lisboa e a nomeação de governadores das armas nas províncias. A insatisfação com as Cortes proporcionou novo delineamento dos grupos políticos. Enquanto periódicos do Rio de Janeiro e de Pernambuco defendiam maior autonomia em relação às decisões das Cortes, impressos da Bahia e do Maranhão começaram

a atacar as desobediências às ordens do Soberano Congresso e a defender o unitarismo político e administrativo da nação portuguesa. A pauta dos jornais deu lugar, assim, ao segundo momento, marcado pela polarização entre dois projetos políticos. De um lado, a autonomia administrativa do Reino do Brasil em relação às Cortes, de outro a unidade e a centralização dos poderes em Lisboa.

O segundo momento caracteriza-se pela enorme crise em relação às determinações do congresso lisboeta. Não existia, inicialmente, ao menos nos impressos, a defesa explícita da ruptura com Portugal. A exploração dos jornais nos mostra que acontecimentos como o Fico e a convocação da Constituinte eram tratados como tentativas de manter unidade da monarquia bragantina. O antagonismo dava-se no terreno da compreensão política do lugar do Brasil no interior da nação lusitana delineada nas Cortes de Lisboa com a transferência da centralidade política para a Europa. Os periódicos dividiram-se em relação e passaram a polarizar os discursos sobre o futuro da nação luso-brasileira.

E enquanto essas propostas eram encampadas, mais uma vez os impressos foram veículos de mobilização e persuasão amparados em emoções. Eles teciam discursos que tentavam convencer o público de que seus projetos estavam corretos e que seus opositores eram inimigos da “pátria”. Esse conceito, aliás, passou por uma modificação a qual consideramos a principal *performance* linguística dos grupos políticos favoráveis à autonomia política do Brasil, ou como chamavam à época, à “causa do Brasil”. Ao desassociarem a “pátria” de Portugal e a atribuírem ao Brasil, os partidários da autonomia empregavam linguagem patriótica e emotiva deslocando e reforçando seu significado político que servia de amálgama da nação luso-brasileira. De outro lado, contra a acusação dirigida às Cortes de tentar recolonizar o Brasil, ergueram-se periódicos como o *Conciliador* e o *Semanário Cívico*, que enxergavam na crítica a articulação de forças anticonstitucionais e partidárias do retrocesso político.

O acirramento dos debates causou o aprofundamento das diferenças entre os dois grupos. Momento crucial da cisão foi a convocação da Constituinte em junho de 1822. A decisão acabou por construir a ruptura com as Cortes de Lisboa. Ainda que proposta tenha sido apresentada como tentativa de manter a unidade da nação portuguesa, ela foi recebida pelos grupos antagônicos como ameaça à união entre brasileiros e lusitanos. Das disputas encetadas em torno da “causa do Brasil” sobreveio o terceiro momento da imprensa, marcado pela radicalização dos discursos e conflitos. Isso se evidencia, por exemplo, no acirramento do

conflito militar na Bahia entre tropas lideradas por Madeira de Mello que defendiam as Cortes e as autonomistas que estavam no Recôncavo baiano.

Enquanto os soldados se confrontavam, os redatores praticavam a guerra de penas. Para os autonomistas, as Cortes ameaçavam a América e a união da nação portuguesa, devendo, por isso, existir uma Constituinte no Brasil capaz adequar a constituição à realidade americana. Progressivamente, percebe-se nesses jornais a valorização dos “brasileiros” que defendiam a “causa do Brasil” e amavam a “pátria”, contra os “portugueses” defensores das Cortes e suas medidas “recolonizadoras”.

Ainda assim, até fins de agosto de 1822 subsistia a expectativa da manutenção dos laços com Portugal. Porém, novas ordens e notícias que chegaram da Europa no fim de agosto deixaram as elites autonomistas extremamente insatisfeitas, levando-as a radicalizar ainda mais o discurso e a convocar os “brasileiros” para a guerra contra Portugal. Por isso, em setembro de 1822, percebe-se nos periódicos pregação explícita de ruptura completa e a situação de guerra aberta com a antiga metrópole. Nesse momento, a emoção e o patriotismo foram reforçados, pois os “brasileiros” amantes da “pátria” deviam colaborar, cada um a sua maneira, para a defesa do Brasil e sua independência. Esse discurso teve representação maior no mote “Independência ou Morte”.

Se assim o era nos jornais autonomistas, os unitários defenderam perspectiva inversa. Para eles, os defensores da independência manipulavam e distorciam os fatos de forma a enganar os habitantes da América portuguesa. Os unitários acusavam seus adversários de querer, por meio da guerra, da separação com Portugal e da desobediência, atuar “despoticamente” sobre o Brasil.

Mais uma vez o *Semanário Cívico* da Bahia utilizou argumentos econômicos para tentar convencer seu público. Dizia que a guerra era desnecessária pois mobilizava a população para fins militares ao invés de produtivos, destruía os campos e prejudicava o comércio. Por outro lado, o *Conciliador* do Maranhão utilizou linguagem emotiva e patriótica acusando os autonomistas de serem “gafanhotos” e “inimigos da nação” que destruíam tudo por onde passavam. Esse mesmo periódico remontou a identidade “constitucional” que circulou em 1821 para mostrar que os “portugueses constitucionais” defendiam as Cortes e a constituição que nela estava sendo feita contra os inimigos que vinham do sul.

Toda essa conjuntura foi explorada a partir das duas abordagens: o *Iramuteq* e a leitura dos periódicos. E nessa etapa do trabalho, achamos possível admitir que o *software* se mostrou um grande aliado. É verdade que, à primeira vista, possa parecer muito espinhoso o processo de digitação, correção e preparação do *corpus*, e foi. E além dessa dificuldade, inicialmente não tínhamos certeza se os resultados das análises seriam realmente úteis. Por isso, a utilização do programa foi um risco que assumimos desde o início da pesquisa. Ao final, acreditamos que o trabalho dispendido foi recompensado.

As vantagens do emprego do programa foram além daquelas que prevíamos inicialmente, que era o auxílio na compreensão e o mapeamento dos temas e vocábulos. Isso porque o *software* nos propiciou a união de uma análise “tradicional” feita com a leitura dos documentos com uma computacional, acelerando e dando maior confiabilidade aos processos. O *Iramuteq* tornou possível a exploração de um amplo *corpus* documental, fez comparações linguísticas automatizadas, acelerou fichamentos e resumos e, com isso, colaborou com o rigor científico, reduziu o desgaste intelectual e liberou mais tempo para outros tipos de explorações.

Se é verdade que os jornais analisados no *software* ganharam mais destaque no decorrer do trabalho, os outros tiveram papel fundamental na compreensão dos debates e do contexto. Ao lermos esses documentos conhecemos indivíduos, polêmicas, notícias e outros tópicos que se envolviam diretamente com o debate político da época. E, enquanto liamos, procedemos com a recolha de informações que foram reunidas em um banco de dados disponibilizado em um site¹⁷⁷⁷ que pode ser consultado e utilizado por pesquisadores e interessados para os mais diversos fins.

Ao fim de nosso esforço nesta tese, acreditamos que os programas computacionais e a disponibilização digital de documentos e bancos de dados podem ser úteis para a historiografia. Essas ferramentas tornam possíveis análises com *corpus* documentais maiores e colaboram com a difusão de fontes históricas e pesquisas.

Consideramos, porém, que é necessário ir além do que apenas tornar público os documentos e as pesquisas. Tendo em vista o site criado na realização desta tese, julgamos ser preciso transformar esses portais em espaços interativos para consulta de informações e formulação de *insights*¹⁷⁷⁸, aos moldes do que fizemos – de forma reduzida e prototipar - com

¹⁷⁷⁷ O site em questão é: <http://www.jornaisdaindependencia.com.br>.

¹⁷⁷⁸ De forma semelhante ao que foi feito no site da biblioteca holandesa. Disponível em: < <https://www.kb.nl/en>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

o *Reverbero* quando analisamos a frequência da palavra “América”¹⁷⁷⁹. Esperamos que tarefas como essa estejam na agenda dos pesquisadores nos próximos anos.

Pensando na dinâmica da imprensa do processo de independência, vimos que por mais que em 1821 os jornais defendessem abertamente a liberdade de imprensa, ela não foi exercida de fato. Ocorreram diversos casos de repressão no Brasil, tanto no Rio de Janeiro onde D. Pedro I governava, como em outras províncias onde sua autoridade não era reconhecida.

Isso nos leva a concluir que a repressão não foi uma característica unicamente do governo de D. Pedro, mas da sociedade brasileira da época. A cultura política ainda não via como legítimo o debate e a discordância. Por isso, aqueles que não pensavam igual, deviam ser reprimidos, expulsos e silenciados.

Ao mesmo tempo que os casos de repressão possam indicar a inexistência de um espaço de debate livre, eles também evidenciam como a imprensa e a opinião pública ganhava importância no período. Quer dizer, os jornais só foram reprimidos porque as autoridades e grupos políticos reconheciam seu papel no processo de legitimação e sustentação de seus governos e projetos. Esse reconhecimento é atestado pelo surgimento de jornais no Maranhão e em Pernambuco ligados ao governo provincial, e às participações do governador das armas do Pará e do próprio D. Pedro I como correspondentes. As perseguições aos jornalistas não são evidências de mingramento, frustração, fracasso ou irrelevância dos espaços públicos, mas o oposto: são a prova de que eram fundamentais para a legitimação de projetos e autoridades e, por isso mesmo, ocorriam tentativas de ocupação e controle por parte dos governantes.

Durante a exploração dos jornais que circularam no processo de independência, foi possível perceber idiossincrasias da imprensa. Notamos determinados padrões na materialidade desses documentos, como organização das sessões, valores e modos de circulação que devem ser melhor explorados em trabalhos futuros. Da mesma forma, observamos também outras semelhanças, como a temática. É inegável que para os jornais que circularam no Brasil durante os anos de 1821, 1822 e 1823, o principal assunto foi a política do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

1779

Disponível

em:

<https://voyant-tools.org/?corpus=238715546f338418a4f8518f5fab5732&view=Trends&query=am%C3%A9rica&withDistributions=raw>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

Outra semelhança verificada foi a linguística. Com exceção do *Semanário Cívico*, todos os outros jornais analisados no *Iramuteq* compartilharam uma mesma linguagem emotiva e patriótica. O fato de a análise do vocabulário, nesta tese, ter sido feita dando especial atenção aos periódicos que tiveram mais de 50 edições, deixa em aberto espaço para que novas pesquisas comparem ou aprofundem a compreensão com ou sem o auxílio de ferramentas digitais da linguagem de outros jornais para verificar se esse padrão emotivo e patriótico se repetia e suas variações.

Achamos que essas semelhanças mostram que é possível uma abordagem geral da imprensa do processo de independência. Ainda que os estudos regionais sejam essenciais para a compreensão das dinâmicas locais e deem subsídios para pensarmos questões mais amplas, acreditamos que essas pesquisas não podem perder de vista como os espaços e agentes provinciais estiveram envolvidos em uma teia de relacionamento e debate mais abrangente. Mesmo que a independência do Brasil tenha sido vivenciada de forma diferente em cada província, que tenham existido projetos alternativos e até mesmo contrários à ruptura, os atores históricos da época, pelo menos os editores e o público dos jornais, estavam envoltos em um mesmo processo.

E foi em torno das alternativas e projetos criados durante o processo de independência que linguagens e um rico vocabulário foi mobilizado, sempre visando convencer e mobilizar o público. O debate em torno das disputas políticas nos mostrou como o “ser brasileiro” e o “ser português” foram construídos politicamente. Não se tratavam de definições baseadas na naturalidade ou que existiam previamente à independência, mas uma escolha política. Essas concepções foram construções discursivas dos jornais autonomistas para polarizar o ambiente político e social.

Por isso, a contraposição entre “brasileiros” e “portugueses” como representantes de projetos liberais e absolutistas presente em obras como as de John Armitage e Tobias Monteiro, é um desdobramento da linguagem mobilizada pelos jornalistas autonomistas. Conscientemente ou inconscientemente, esses autores perpetuaram esse discurso.

Essa narrativa criada e difundida por décadas ocupa um espaço na historiografia, mas também na sociedade brasileira, como pudemos ver no poema que iniciamos essa tese. Os versos expostos na primeira página desse trabalho refletem um discurso que surgiu em 1822, que atribuiu às Cortes de Lisboa um plano de recolonização do Brasil, deu a D. Pedro o

protagonismo na independência a partir do Grito do Ipiranga e chamou de “brasileiros” aqueles que defenderam a ruptura com Portugal. O poema é um exemplo de como a narrativa criada pelos autonomistas foi bem sucedida e permanece até os dias de hoje.

E enquanto o discurso e o projeto autonomista triunfaram e alguns de seus porta-vozes se transformaram em heróis da nova nação, coube aos unitários um destino desagradável. Eles não apenas viram suas províncias serem invadidas e tiveram que fugir de suas residências, como alguns acabaram se submetendo ao Imperador que outrora tanto criticaram, tornando-se, eles mesmos, “brasileiros”. Não bastasse isso, suas atuações foram distorcidas e suas imagens difamadas pela historiografia. Por serem contrários à ruptura, tornaram-se “portugueses”, “áulicos”, portadores de projetos “absolutistas” e inimigos da “pátria”. Foram derrotados não apenas politicamente, mas também historicamente, já que ou são esquecidos nos livros ou são tratados como vilões da independência.

REFERÊNCIAS

Documentos:

Bahia:

A Abelha.

Analysador Constitucional.

Baluarto Constitucional.

Diário Constitucional.

Espreitador Constitucional.

Idade d'Ouro.

O Constitucional.

Semanário Cívico.

Sentinela Bahiense.

Maranhão:

Folha Medicinal Maranhense.

O Conciliador do Maranhão.

Pará:

O Paraense.

Pernambuco:

Aurora Pernambucana.

Diário da Junta de Governo.

Gazeta do Governo Provisorio.

Gazeta Extraordinária do Governo.

Gazeta Pernambucana.

O Conciliador Nacional.

O Maribondo.

Segarrega.

Relator Verdadeiro.

Rio de Janeiro:

A Malagueta.

Atalaia

Compilador Constitucional Fluminense.

Correio do Rio de Janeiro.

O Bem da Ordem.

O Conciliador do Reino Unido.

O Constitucional.

O Espelho.

O Macaco Brasileiro.

O Mosquito Brasileiro.

O Papagaio.

O Regulador Brasílico-Luso.

O Volantim.

Reverbero Constitucional Fluminense.

Sabatina Familiar.

Bibliografia:

ABREU, Márcia; MOLLIER, Jean-Yves. Nota introdutória: circulação transatlântica dos impressos - a globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (org.). **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018, p.9-14.

ALBA, Martha de. El método ALCESTE y su aplicación al estudio de las representaciones sociales del espacio urbano: el caso de la Ciudad de México. **Papers on social representations**, v. 13, p. 1.1-1.20, 2004.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALPERT-ABRAMS, Hannah. Machine Reading the Primeros Libros. **DHQ: Digital Humanities Quartely**, v. 10, n. 4, p. 1–18, 2021.

ALVES, Camilla Farah Ferreira. **Na América, dois impérios: os encontros entre o Brasil e o México na imprensa periódica (1808-1822)**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, n. 69, p. 91–103, 2016.

ALVES, José Augusto dos Santos. Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (org.). **Livros e Impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.107-151.

ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. **Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da independência** : o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823). 2018. 231 f. - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

_____. Política e comércio no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia para o Império Português (1821-1823). **Revista de História das Ideias**, v. 40, p.177-200, 2022, p.183.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNINO, Antônio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina; SILVA, Diana Tavares da. As sociedades patrióticas portuguesas: sociabilidade e intervenção política no Triênio Liberal (1820-1823). **Almanack**, n. 30, p. 1–37, 2022.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)**. 2018. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. **Revista de História**, n. 159, 2008b.

_____. **A experiência do tempo**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARMITAGE, John. **História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey**. São Paulo: EDUSP, 1981.

ASCHMANN, Birgit. La razón del sentimiento. Modernidad, emociones e historia contemporánea. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, v. 36, p. 57–71, 2014.

AUSTIN, John Langshaw. **Cómo hacer cosas con palabras**. *Edición Eletrónica*. Santiago: Universidade ARCIS.

BACELLAR, Anna Luíza Sartorio. **O Espelho da Justiça e o teatro da jurisprudência**. 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Mestrado em Direito Processual, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BAKER, Keith Michael. Constituição. In: FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822**. São Paulo/Juiz de Fora: Editora DAED, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, José Murilo de et al. (org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea - Instituto Universitário de Lisboa, 2012, p.171-183.

_____. **Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial**. 2004. 490 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Editoria Vozes, 2008.

BELEM, Paula Rodrigues. **“Para o bem do Povo e Felicidade geral da Nação.” Povo, Nação, Felicidade e Soberania no Dia do Fico**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. **Diálogos**, v. 14, n. 3, 2020.

_____. Liberalismo brasileiro no Oitocentos: pensamento político e ideias liberais nos debates parlamentares. In: CAMPOS, Adriano Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz. (org.). **A cidade à prova do tempo**: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2010, p.269-281.

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p.791-808.

_____. Os apelos nacionais nas cortes Constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.181-208.

_____; FERREIRA, Paula Botafogo Cariocchi. 1823 e a afirmação de uma política para o Brasil. In: BERBEL, Márcia Regina.; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **A experiência constitucional de Cádiz**: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850). In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. (org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.191-204.

_____. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp, Recife: UFPE, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BLEVINS, Cameron. Digital History's Perpetual Future Tense. In: GOLD, Matthew K.; KLEIN, Lauren F. (orgs.) **Debates in the digital humanities**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2016, p.1-11.

BLUTEAU, Rapahel. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

_____.; SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza Composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes e Silva (A-K)**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOLLA, Peter de. **The Architecture of Concepts**. Nova Iorque: Fordham University Press, 2014.

BOS, Maarten Van Den; GIFFARD, Hermione. Mining Public Discourse for Emerging Dutch Nationalism. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, v. 10, n. 3, p. 1–14, 2016.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida.; EWALD, Ariane Patrícia. Livros e leitura no Maranhão oitocentista. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SILVA JÚNIOR, Almir Frreira da. (org.). **Psicologia social: diálogos em novas fronteiras**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.105-136.

BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196–219, jan./abr., 2020.

CABRAL, Flávio José Gomes. "Vozes Públicas": as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821). **Saeculum - Revista de História**, n. 13, jul./dez., 2005.

_____. Instabilidades políticas em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil (1817-1822). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p.1-18, 2020.

_____. O povo nas ruas: cultura, disputas e alianças políticas em Pernambuco (1820-1822). **Almanack**, n. 30, p.1-34, dezembro, 2022.

_____. Os efeitos da notícia da revolução liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no nordeste do Brasil (1820 -1821). **Fronteras de la Historia**, v. 11, p. 389–414, 2006.

_____. Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América portuguesa oitocentista. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 267-289, dez., 2015.

CAETANO, Gerardo. **Democracia**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017.

CALLCOTT, Maria. **Escorço biográfico de Dom Pedro I**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

CAMPOS, Adriana Pereira. A Independência e o Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, v. 59, n. 59, 2005.

_____. Império quer dizer Governo ou Nação?: o Espírito Santo emerge como província. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 4, 2020.

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Joaquín Infante e as independências ibero-americanas: uma biografia política**. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARDIM, Paulo. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. **Lusitania Sacra**, v. 11, p. 21–57, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 1, p. 123–152, 2000.

_____; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Às armas cidadãos! panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Guerra Literária: panfletos da independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.; MOREL, 2002.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p.331-366, maio, 1999.

CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and transformations in Brazilian political citizenship**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de; FAGUNDES, Esnel José. SÃO LUÍS 400 ANOS : breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão. **CAMBIASSU**, v. 19, n. 10, p. 226–240, jan./jun., 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y estado en Iberoamerica**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos & dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: CEJUP, 1993.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo: matizes do vocabulário político e social (1822-1842)**. Petropolis: Vozes, 1979.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estado da Emancipação Política do Brasil. In: NOVAIS, Fernando Antônio. (Org.). **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: DIFEL, 1969, p.64-93.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

COSTA, Maria Bertolina. A imprensa e o Vintismo no Maranhão, Brasil (1820-1823): «por hum Jornal Conhecem os Povos os Governos...». **Revista Portuguesa de História**, n. 50, p. 13–40, 2019.

CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Lisboa: Edição Abílio Diniz Silva, 2001.

DALBELLO, Marija. A genealogy of digital humanities. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 3, p. 480–506, 2011.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. **Encyclopédie**. Tomo 1. Paris: [não identificado], 1751.

Dispertador Brasiliense. Rio de Janeiro: Impressão de João Nunes Esteves, 1821.

DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1957.

EISENSTEIN, Elizabeth. **A Revolução da Cultura Impressa. Os Primórdios da Europa Moderna.** São Paulo: Ática, 2006.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. O Reverbero Constitucional Fluminense e as interpretações do tempo no contexto da Independência (1821-1822). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 39, n. 1, p. 268–292, 2021.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.** São Paulo: Ática, 1993.

FANNI, Rafael. **Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822).** 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FELDMAN, Ariel. “Na arena dos gladiadores periodiqueiros”: o Padre Carapuceiro e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). **História: Questões & Debates**, v. 48, p.365-388, 2009.

_____. A mesma independência: A atuação pública de um unitário pernambucano (1822–1823). **Tempo (Brazil)**, v. 20, p. 1–21, 2014.

_____. **Espaço público e formação do Estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro.** 2012. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERES JÚNIOR, João. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FERNANDES, Renata Silva. De una revolución a la otra: el gobierno de las provincias y la Independencia de Brasil. **Signos Históricas**, v. 53, n.9, p. 202-239, jul./dec., 2020.

FERRAZ, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo**, v. 12, n. 24, p. 98–125, 2008.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. Civique de Gastine (1793-1822) no Correio do Rio de Janeiro: Pacto Colonial, Economia Política e as Independências da América. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. 1-15, maio/ago., 2020.

_____. João Soares Lisboa contra a Bonifácia: a experiência hispano-americana durante o exílio contra o “Despotismo Tugal”. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v. 19, n. 33, p. 193–229, 2022.

_____. **Negócios, impressos e política**: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824). 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

_____. **Redatores no Rio de Janeiro e Deputados nas Cortes de Lisboa pela Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). **Varia História**, v. 27, n. 45, pp.47-73, agosto, 2011.

_____. A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuzeiro. **Almanack**, n. 3, p. 99–115, 2012.

FRUTUOSO, Moisés Amado. **“Morram Marotos!”**: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823). 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

G1. **7 de setembro tem protestos a favor e contra o governo Bolsonaro**. In: G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/7-de-setembro-tem-protestos-a-favor-e-contra-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 29 de julho de 2022.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 2010. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Constitucionais ou absolutistas, eram todos «portugueses». **Revista de História das Ideias**, v. 40, n. 2, p. 201–222, 2022.

_____. Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

_____. Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822. In: **Anais da ANPUH**. p. 1–11, 2011.

_____. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. **Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 4, n. 1, p. 4–38, 2012.

_____. Sobre las luchas contra la Independencia en la América portuguesa: Los “portugueses” de la provincia de Maranhão. **Nuevo mundo mundos nuevos**, fev., 2013.

_____. O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. 1–18, 2020.

GAY, Peter. **A educação dos sentidos: da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODECHOT, Jacques. **As revoluções (1770-1799)**. São Paulo: Pioneira, 1976.

GOMES, Wederson de Souza. Patriotismo luso-brasileiro: a felicidade e o bem comum no imaginário ilustrado das primeiras décadas do século XIX. **Mosaico**, v. 10, n. 16, 2019.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As "várias independências": a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 36, n. 1, p.4-27, jan./jun., 2018.

_____. O apoio popular à monarquia no contexto das revoluções liberais: Brasil e Portugal (1820 e 1834). **Varia Historia**, v. 35, n. 67, p. 241–272, jan./abr., 2019.

GONZÁLEZ-RIPOLL, Loles.; ENTIN, Gabriel. **Libertad**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)**. 2015. 220 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. 2015. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação e História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUERRA, François-Xavier. «Voces del pueblo». Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814). **Revista de Indias**, v. 62, n. 225, p. 357-384, 2002.

_____. **Modernidad y Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México: Mapfre, 2001.

_____; LEMPÉRIÈRE, Annick. **Los Espacios Públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas (XVII-XIX)**. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HESPANHA, Antônio Manuel. Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808. **Almanack Braziliense**, n. 7, p.80-101, maio, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial - sua desagregação. In: _____. **História geral da civilização brasileira. Tomo II - o Brasil monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1993, p.9-39.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: Laura de Mello e Souza. **História da Vida Privada**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.388-437.

_____ ; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. Formação histórica**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.127-175.

JASPER, James. M. Motivation and emotion. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. **The Oxford handbook of contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p.157-171.

JONES, Steven E. **The emergence of the Digital Humanities**. New York: Routledge, 2014.

KALAMPALIKIS, Nikos. L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales sous la direction de Jean-Claude Abric dans l'analyse des représentations sociales. In: ABRIC, Jean-Claude. **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Toulouse: Érès, 2005, p.147-163.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu**: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ / Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.

KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro. **Almanack Braziliense**, n. 11, p.52-61, maio 2010.

_____. A Invenção do Sete de Setembro. **Almanack Braziliense**, n. 11, p.52-61, maio 2010.

_____. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850). **Topoi**, v. 2, n. 3, p. 63–90, 2001.

KRUG, Flávia Susana. **Iramuteq em um acervo literário**: amostra de um trabalho possível. 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

KUNTZ, Rolf Nelson. **Capitalismo e Natureza**: ensaio sobre os fundadores da economia política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LABBE, Dominique; SAVOY, Jacques. Stylistic analysis of the French presidential speeches: Is Macron really different. **Digital Scholarship in the Humanities**, v.36, n.1, p. 153-163, abr., 2020.

LAHLOU, Saadi. Text mining methods : an answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representation**, v. 20, n. 38, p. 1–7, 2012.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estados de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “ano constituinte”. **Revista de História das Ideias**, v. 40, p. 139-160, 2022.

_____. Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o Conciliador Nacional em Pernambuco. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História de São Leopoldo**. Rio de Janeiro, 2007.

LEMOS, Antônio Cleber da Conceição. “Felizes sucessos da Bahia”: disputas da narrativa da revolução constitucionalista na Bahia ao longo das Cortes Gerais de Lisboa (1821-1822). **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 1, n. 1, p. 28–45, jul./dez., 2018.

LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da Independência e suas geografias políticas**: o estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822). 2015. 440 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LISBOA, José da Silva. **História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1830.

LOMNÉ, Georges. **Patria**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017.

LUCAS, Vanessa Fraguas Serra. “**Pode haver Povo sem ter Rei; e Rei sem ter Povo pode haver?**”: panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LUSTOSA, Isabel. Correio Braziliense (1808-1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal. In: DUTRA, Eliana de Freitas.; MOLLIER, Jean-Yves. (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência. **Revista de USP**, n. 58, p. 92–103, 2003.

_____. Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista. **Revista de História das Ideias**, v. 39, n.2, p.201-221, 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Brasil. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Democracia**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p.53-68.

_____. Brasil. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier.; GONZÁLEZ-RIPOLL, Loles.; ENTIN, Gabriel. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: Libertad**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p.69-80.

_____. O conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria: Revista Iberoamericana de filosofía, política y humanidades**, n. 17, p. 212–234, maio, 2007.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A província de Pernambuco na conjuntura da independência. **Revista de História das Ideias**, v.40, p.161-175, 2022.

_____. Memória da independência: marcos e representações. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, 1995.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades**: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825). 2006. 358 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. As esquadras imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de independência do Brasil. In: JANCSÓ, István. **Independência**: história e historiografia. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p.303-343.

_____. Para além das fronteiras do Grão-Pará: O peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, p.1-28, 2015.

MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: EDUSP, 2012.;

MALTEZ, José Adelino. **Políticos Portugueses da Monarquia Constitucional (1820-1910)**. Disponível em: http://maltez.info/respublica/Cepp/classe_politica/monarcon/monarconp.html. Acesso em 15 de junho de 2022.

GONZÁLEZ MANSO, Ana Isabel. Una nueva forma de pensar el tiempo, una nueva forma de pensar la historia: el siglo XIX en España. **Almanack**, n. 10, p. 236–254, maio/ago., 2015.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. **O despertar do Império independente**: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte luminene (1822-1831). 2018. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MARQUES, Thais Maura. **A obra nacionalista de Francisco Mignone**: considerações sobre a escrita epistolar a Mário de Andrade. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MARTINHO, Lenira Menezes; Riva, GORENSTEIN. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohlof de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, n. 1, p. 8-26, 2005.

MCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p.387-417.

MELLO, Antônio Joaquim de (org.). **Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **São Paulo na disputa pelo passado: o monumento à independência**, de Ettore Ximenes. 2017. 454 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **O Primeiro Reinado**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1982.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. São Paulo: Paco, 2017.

_____. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos do setecentos e oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p.153-184.

_____. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÉRE, Annick. **Los espacios públicos en iberoamérica: ambigüedades y problemas (XVII-XIX)**.

México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998, p.300-320.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.23-44.

_____. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. **TOPOI: Revista de História**, v. 4, n. 4, p. 39-58, jan., 2002.

_____. Pátrias Polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814). In: Kury, Lorelai. **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p.15-39.

_____. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 28, p.3-22, 2001.

_____.; BARROS, Mariana Monteiro. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)**. 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Menandro. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72–88, jul./dec., 2006.

NEGREIROS, Adriana. **Coração de D. Pedro 1º virá ao Brasil e será transportado em avião da FAB**. In: Uol, Porto, 22 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/22/coracao-de-d-pedro-1-vem-mesmo-ao-brasil.htm>>. Acesso em 29 de julho de 2022.

NEGREIROS, Antônio Thomaz. **Resposta ao sr. Affonso Botelho de Sampaio e Sousa**. Porto: Typ. Commercial, 1855.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo. de (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.181-205.

_____. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

_____. Francisco Vieira Goulart : entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais. **Anais do XII Encontro Regional de História: ANPUH/RJ**, n. 21, 1992.

_____; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cunha. Livreiros, impressores e autores: organização de redes mercantis e circulação de ideias entre a Europa e a América (1799-1831). In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (org.). **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018, p.81-110.

_____; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.65-90.

_____. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**, n. 8, ago., 1999.

_____. Educar é civilizar: a pedagogia dos periódicos e dos panfletos políticos da independência do Brasil (1821-1824). **História da Educação**, v. 25, p. 1–32, 2021.

_____. Estado e política na Independência. In: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.95-136.

_____. Independência: Contextos e conceitos. **Historia Unisinos**, v. 14, n. 1, p. 5–15, 2010.

_____. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). **Revista de História das Ideias**, v. 37, p. 55–77, 2019.

NEVES, Maria Julião Manão Pires. **O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana (1808-1822)**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: _____. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1982, p.47-63.

NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GODECHOT, Jacques. A independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.27-37.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834**. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. **A astúcia liberal**. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999.

_____. Entre “reciprocidade de interesses” e “recolonização”: o debate na imprensa do Rio de Janeiro (1821-1822). **Revista de História das Ideias**, v. 40, p.81-115, 2022.

_____. Estado, nação e escrita da história: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. das (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.239-266.

_____. O Correio do Rio de Janeiro e o debate em torno do governo constitucional. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (Org.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p.23-41.

ORLANDI, Tito. Reflections on the Development of Digital Humanities. **Digital Scholarship in the Humanities**, v. 36, n.2, out., 2020.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 5-46, maio, 2008.

PALTI, Elias José. **El Tiempo de la Política**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

_____. **La invención de una legitimidad: razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX** : (un estudio sobre las formas del discurso político). México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

PAMPLONA, Marco Antônio. Nação: Brasil. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p.882-893.

_____. Brasil. In: LOMNÉ, Georges. **Patria**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2017, p.51-71.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 307–329, 2014.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.55-97.

PEREIRA, Chistiane Peres. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em

História) - Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

PEREIRA, Luisa Rauter. O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820-1823). **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, p.31-47, 2013.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Com os olhos na América Espanhola: a independência do Brasil (1808-1822). In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p.3-22.

_____. **O Brasil e a América espanhola (1808-1822)**. 2003. Tese (Doutorado Em História). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. **Almanack Braziliense**, n. 3, p. 69-80, 2006b.

_____. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: Intermeios, 2017.

_____.; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI. **Revista de História**, n. 178, p. 1–25, 2019.

_____.; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, v. 27, n. 1, p. 51–70, 2021.

_____. **Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos do Prata (1808-1820)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os Objetos Técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 2, jul./dez., 2016.

PINA, Ana Maria. Liberdade: vicissitudes de um conceito no Portugal liberal (1820-1910). In: RIBEIRO, Gladys Sabina. *et al.* (org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.69-78.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. As Forças da Cidade: Vozes e Agentes de São Luís-MA nas páginas do jornal O Conciliador. **Anais da Intercom**, 2008.

_____.; HOHLFELDT, Antônio. Jornalismo e discurso: as representações sobre o leitor nas páginas de O Conciliador do Maranhão (1821-1823). **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p.258-279, jan./março., 2017.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

POCOCK, John Greville. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PUIGMAL, Patrick. **Diccionario de los militares y agentes napoleónicos durante la independencia**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2020.

_____. Militares, y agentes napoleónicos en la independencia de América Latina: de forjadores de los ejércitos nuevos a actores del debate político. **Almanack**, n.23, p.16-34, dez., 2019.

RAMIRES, Mário Fernandes. Entre a cruz e as palavras: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos, 1821-1824. **Temporalidades**, v. 10, n. 1, p. 320–338, 2018.

_____. Tipografias e Tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 35, n. 1, p. 136–153, jan./jun., 2017.

REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**. v.26, n.24, 1990.

_____. Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte. **Les Cahiers de l'analyse des données**, v. 8, n. 2, 1983.

REIS, Arthur Ferreira. **Anarquistas e Servis: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro (1824-1826)**. São Paulo: Publicações BBM, 2021.

RIBEIRO, Elisa de Moura. **Entre adesões e rupturas: projetos e identidades políticas na Bahia (1808-1824)**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos *et al.* Explorando os potenciais da história digital: a experiência do centro de documentação e imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus De Nova Iguaçu. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, n. 69, p. 152–172, jan./abr., 2020.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. Identidade ou causa nacional? Uma discussão a partir dos sequestros, tratados e Comissão Mista Brasil-Portugal (1822-1828). In: CARVALHO, José Murilo de *et al.* (org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.185-198.

_____. Nação e cidadania nos jornais da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, Política e Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.207-238.

_____; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.137-173.

RINKE, Stefan.; SCHULZE, Frederik. Los orígenes de las revoluciones de independencia de América Latina en perspectiva atlántica. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 36, n. 2, p. 153–178, jul./dec. 2010.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROBERTS, Carl. W.; POPPING, Roel. Computer-supported Content Analysis: Some Recent Developments. **Social Science Computer Review**, v. 11, n. 3, p. 283–291, out., 1993.

ROBERTSON, Stephen. The Differences between Digital Humanities and Digital History. In: GOLD, Matthew K.; KLEIN, Lauren F. (orgs.) **Debates in the digital humanities**. Minnesota: University of Minnesota Press.

ROCHA, Antônio Penalves da. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

ROCKWELL, Geoffrey; SINCLAIR, Stéfan. **Hermeneutica: Computer-Assisted Interpretation in the Humanities**. Massachusetts: The MIT Press, 2016.

RODRIGUES, Aldair. Humanidades Digitais e Diáspora Africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (Século XVIII). **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 64–87, 2020.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Planaltina: *E-book*, 2017.

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. **Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. dos. **Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2017.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência**. Vitória: EDUFES, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Pátria coroadá: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (1780-1830). In: MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.209-240.

_____; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As lembranças da “bonifácia”: entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. **Revista do IHGB**, v. 175, n. 464.

SCHREIBMAN, Susan.; SIEMENS, Ray.; UNSWORTH, John. **A new companion to Digital Humanities**. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2016.

SCHULTZ, Kirsten. A Era das Revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir. (org.). **Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.125-151.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN, Gonzalo. **Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques em historia conceptual**. Santander: Ediciones Universidad de Cantabria, 2013, p.423-461.

_____. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850**. v. 1. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

_____. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano, conceptos políticos fundamentales (1770-1870)**. v.2. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

_____. **La aurora de la libertad: los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano**. Salamanca: Ambos Mundos, 2012.

_____. Las revoluciones hispánicas: conceptos, metáforas y mitos. In: CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier.; YOUNG, Eric Van. **La Revolución francesa: matriz de las revoluciones?** Cidade do México: UIA, 2010, p.131-224.

SEIXAS, Miguel Metelo. A emblemática oitocentista da casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. In: RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da (org.). **A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910):** uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira. Lisboa: D. Quixote, 2018, p.57-85.

SENA, Ana Livia Aguiar de. **O Vintismo e a responsividade constitucional na província do Maranhão (1821-1822)**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SENA, Consuelo Pondé de. **A imprensa reacionária na independência:** Sentinella Bahiense. Salvador: EDUFBA, 2016.

SHIELDS, Juliet. **Sentimental literature and anglo-scottish identity (1745-1820)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. Nação federal ou Nação bi-hemisférica?: O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o “modelo” colonial português do século XIX. **Almanack Braziliense**, n. 9, p. 68-83, maio, 2009.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Apropriações do constitucionalismo nas Minas Gerais (1820-1822). In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (orgs). **A experiência constitucional de Cádiz:** Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012, p.137-166.

_____. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2015, p.515-555.

_____. **Inventando a nação:** intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2006.

SILVA, Antônio Abdias Capelo Barroso. **A lei Eloy-Chaves no contexto da Primeira República:** a refração entre a cooptação e a expansão dos canais sociais. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SILVA, Firmino Rodrigues da. **A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de Francisco de Paula e Brito, 1847.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A Independência Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.343-384.

_____. Um projeto para a nação: Tensões e intenções políticas nas “províncias do Norte” (1817-1824). **Revista de História**, n. 158, p.199-216, 2008.

SILVA, Luiz Gustavo Martins da. **Entre penas e impressos**: a experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil (1826-1837). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

_____. **Entre penas e impressos**: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837). 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador**: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823). 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**: Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. **A primeira Gazeta da Bahia**: Idade d’Ouro do Brasil. Vitória da Conquista: EdUFBA, 2011a.

_____. Autonomia e separatismo. **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, v. 30, n. 1, p. 1–13, jan./jun., 2012.

_____. **Nova história da expansão portuguesa o império luso-brasileiro (1750-1822)**. Lisboa: Editora Estampa, 1986.

_____. **Diário Constitucional**: um periódico baiano defensor de D. Pedro – 1822. Salvador: EDUFBA, 2011b.

_____. **Semanário Cívico: Bahia (1821-1823)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 299–335, 2010.

SILVA, Virginia Rodrigues da. O Revérbero Constitucional Fluminense, imprensa e constitucionalismo na Corte na Independência. **Almanack Braziliense**, n. 10, p. 171-179, 2009.

_____. **O Revérbero Constitucional Fluminense, Constitucionalismo na Imprensa do Rio de Janeiro à Época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SIQUARA, Marcelo. “Heróis Baianos! Às Armas! A glória vos chama”. **Anais do Encontro Estadual de História**, 2018.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões de política: sobre os métodos históricos**. Portugal: DIFEL, 2005.

SLEMIAN, Andrea. “Para Além da Boa Ordem”: o papel das constituições nas independências da América Ibérica (c.1810-1826). In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p.23-48.

_____. En la Corte, más allá de la Corte: la construcción de un proyecto de Independencia para Brasil. **Nuevo mundo mundos nuevos**, fev., 2013.

_____. Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. **Claves. revista de historia**, n. 1, p. 91–120, 2015.

_____. **Sob o império das leis:** Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Vida política em tempo de crise:** Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____.; TELES, Danielly de Jesus. As mulheres, a imprensa e a Independência do Brasil: a participação política do “belo sexo” e seus impasses”. **Revista Ciência e Cultura**. Disponível em: <<https://revistacienciaecultura.org.br/?artigos=as-mulheres-a-imprensa-e-a-independencia-do-brasil>>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. Construindo a “nação brasiliense”: poderes locais e identidades políticas na Bahia, (1815-1831). **Almanack Braziliense**, n. 2, p. 114, 2005.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, p. 53–93, 2014.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia (1821-1823)**. 2010. 311 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 102-118, maio, 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Constituição ou Revolução:** os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823). 1997. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil Colônia:** a história de uma tradição esquecida. São Paul: Companhia das Letras, 2018.

STOIANI, Raquel. Uma guerra sem soldados e sem canhões: a função bélica e ideológica da Gazeta do Rio de Janeiro durante as Guerras Napoleônicas. **Revista USP**, n. 79, p. 70–81, 2008.

TONIATO, Gustavo Garcia. **A imprensa do Rio de Janeiro e o conceito de república (1820-1822)**. 293 f. 2019. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2019.

PORTILLO VALDÉS, José M. Constituição. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p.337-351.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. **Entre a opinião e o público: linguagens políticas na Independência e no Primeiro Reinado do Brasil**. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

_____. **Imaginando a nação: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de independência do Brasil (1821-1824)**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

VIEIRA, Luís Otávio. **Origens da imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831**. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VILLALTA, Luís Carlos. Os livreiros, os “livros proibidos” e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.223-268.

WASSERMAN, Fabio. Nação. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009, p.882-893.

WEVERS, Melvin; VERHOEF, Jesper. Coca-Cola: An Icon of the American Way of Life. An Iterative Text Mining Workflow for Analyzing Advertisements in Dutch Twentieth-Century Newspapers. **Digital Humanities Quarterly**, v. 11, n. 4, 2017.

WINTER, Murillo Dias. **Imprensa periódica e a construção da identidade oriental: província da Cisplatina (1821-1828)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

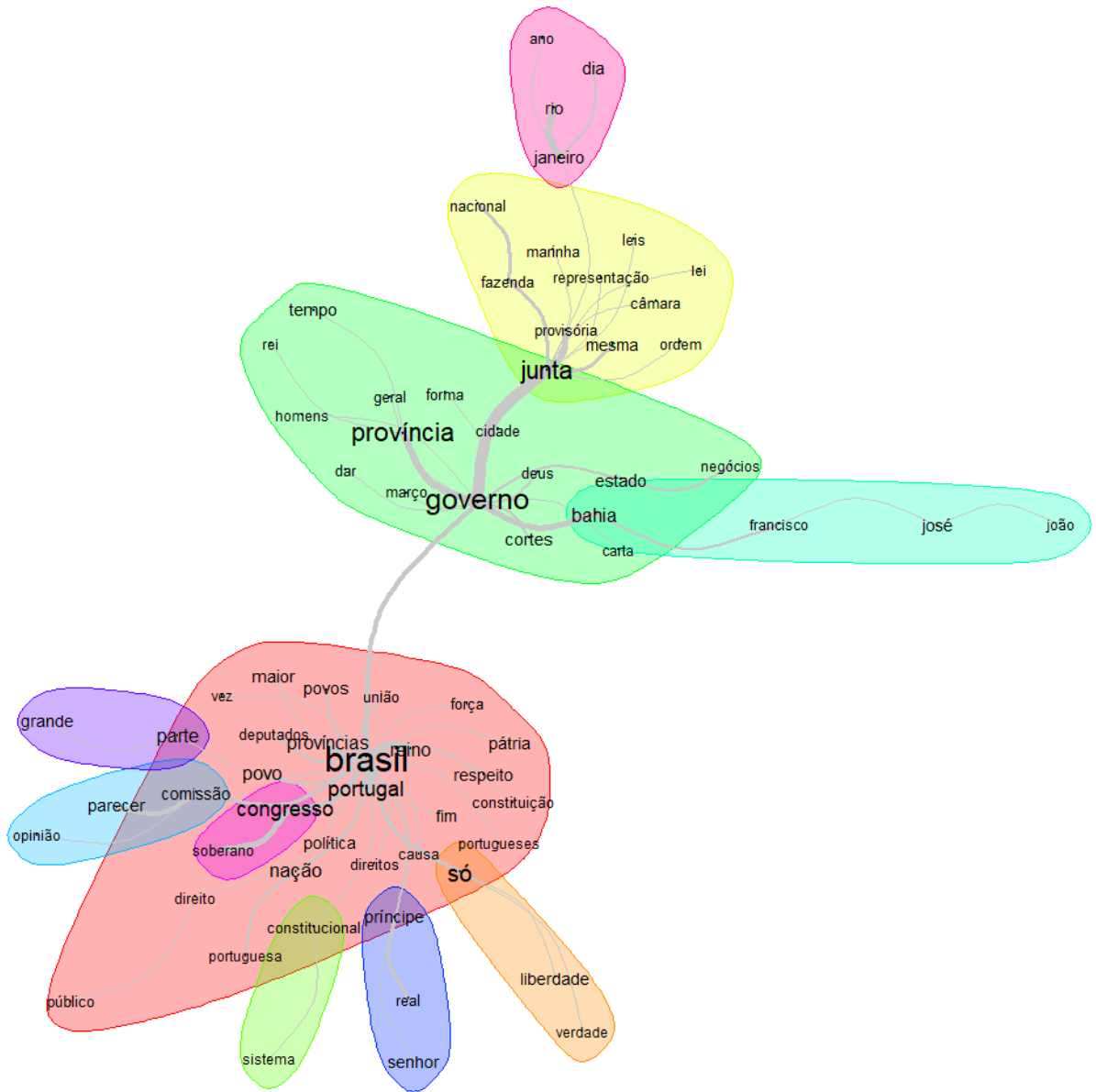
WISIAK, Thomas. A “**nação partida ao meio**”: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Editora Abril, 1975.

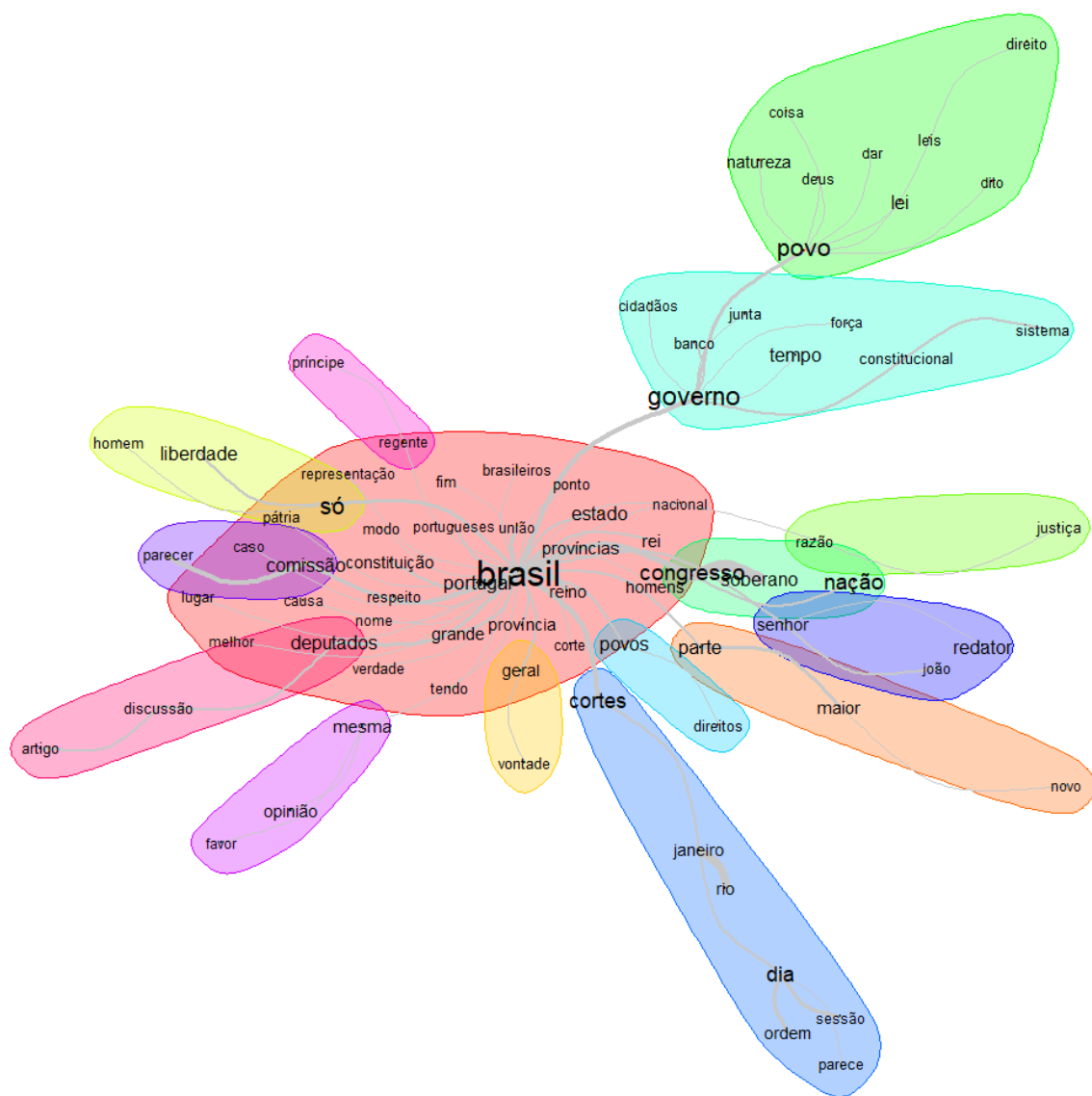
YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil**. 2010. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Gráfico de Similitude do *Constitucional*



APÊNDICE B - Gráfico de Similitude do *Correio do Rio de Janeiro*



APÊNDICE C - Gráfico de Similitude do Reverbero

